

**Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação**

**NUNCA FOI TÃO FÁCIL FAZER UMA CRUZ NUMA CÉDULA?
A ERA FHC NAS REPRESENTAÇÕES DA MÍDIA IMPRESSA
(1993 – 2002)**

David Renault da Silva

Brasília, dezembro de 2006

**Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação**

**NUNCA FOI TÃO FÁCIL FAZER UMA CRUZ NUMA CÉDULA?
A ERA FHC NAS REPRESENTAÇÕES DA MÍDIA IMPRESSA
(1993 – 2002)**

David Renault da Silva

**Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade de Brasília – Área de Concentração:
História Cultural, Linha de Pesquisa: Identidades, Tradições e
Processos – para a obtenção do título de Doutor em História.**

Orientadora: Prof^a Dra. Maria T. Ferraz Negrão de Mello

Brasília, dezembro de 2006

**NUNCA FOI TÃO FÁCIL FAZER UMA CRUZ NUMA CÉDULA?
A ERA FHC NAS REPRESENTAÇÕES DA MÍDIA IMPRESSA
(1993 – 2002)**

Banca examinadora

Prof^a Dra. Maria T. Ferraz Negrão de Mello
(Presidente)

Prof. Dr. Antônio José Barbosa
(Membro)

Prof^a Dra. Eleonora Zicari Costa de Brito
(Membro)

Prof. Dr. Luiz Gonzaga Motta
(Membro)

Prof^a Dra. Teresinha Aparecida Mendes Marra
(Membro)

Prof^a Dra. Márcia de Melo Martins Kuyumjian
(Suplente)

O ÚLTIMO POEMA

Assim eu quereria o meu último poema
Que fosse terno dizendo as coisas mais
simples e menos intencionais
Que fosse ardente como um soluço sem
lágrimas
Que tivesse a beleza das flores quase sem
perfume
A pureza da chama em que se consomem
os diamantes mais límpidos
A paixão dos suicidas que se matam sem
explicação

Manuel Bandeira

Para seu Mundinho e dona Cenira, o começo de tudo, na gloriosa Santana dos Brejos, sertão da Bahia. Para Tomás, Olívia e Mateus, meus filhos adorados.

AGRADECIMENTOS

Muito obrigado a todos que compartilharam comigo o caminho nesta jornada, desde que decidi iniciar o doutorado, no Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Brasília. Agradeço aos colegas estudantes e professores deste programa pelas frutíferas discussões que me abriram novos horizontes. Agradeço também aos colegas professores e funcionários da Faculdade de Comunicação da UnB, pelo estímulo, o apoio e, sobretudo, a boa vontade com que cobriram minhas obrigações nos dois anos em que fiquei de licença. Grato a Francisco de Paula e Oliveira Filho, o Chicão, revisor diligente e ágil dos textos originais, e aos amigos e amigas que minimizaram os momentos de solidão tão comum neste tipo de trabalho. Obrigado aos integrantes da Banca examinadora, professores doutores Antônio José Barbosa, Eleonora Zicari Costa de Brito, Luiz Gonzaga Motta e Teresinha Aparecida Mendes Marra, por deixarem outros afazeres e dedicarem o precioso tempo no exame desta tese.

Meus agradecimentos, em especial, à querida amiga e professora orientadora Tereza Negrão de Mello, que indicou os primeiros passos em busca da conciliação entre jornalismo e história, desde a preparação do projeto original apresentado ao programa de pós-graduação da História. E também foi o porto seguro em que sempre aportei, quando os ventos ameaçavam-me levar não sei para onde. A todos o meu carinho para sempre.

RESUMO

A tese tem como pressuposto a convicção de que a história e o jornalismo são, como campos do saber, áreas que se entrecruzam. Neste entendimento e com base em um *corpus* principal, constituído de matérias selecionadas de jornais e revistas, complementado por uma *corpus* auxiliar, constituído com fontes plurais, objetivou-se rastrear a performance da imprensa na chamada “Era FHC”. Como hipótese de trabalho, e com o argumento de que o Plano Real alavancou a candidatura de Fernando Henrique Cardoso para a Presidência da República, em 1994, a investigação rastreou indícios nas representações veiculadas pela mídia. Construída ao abrigo da História Cultural e referenciais nela disponibilizados, a narrativa se desenvolve de modo a evidenciar que o enunciado em circulação - “nunca foi tão fácil fazer uma cruz numa cédula” - tem limites impostos por pontos de inflexão, nos quais a mídia, preservando a imagem do sociólogo-ator político, veicula discursos ambientados em condições específicas, nas quais se privilegiam a informação, função constitutiva do fazer jornalístico. Nunca foi tão fácil fazer uma cruz numa cédula?

Palavras-chave: Representações, mídia impressa, política, discurso, Era FHC, eleição presidencial

ABSTRACT

The premise of this thesis is the conviction that history and journalism are, as knowledge fields, interconnected areas. With this understanding and based on a main corpus, formed by articles selected from newspapers and magazines, supplemented by an auxiliary corpus, formed by many different sources, this work aimed at tracing the performance of the press in the so-called “FHC Period”. As work hypothesis and with the argument that the Real Plan supported Fernando Henrique Cardoso’s candidature for the Presidency of the Republic in 1994, this research followed evidences in the representations spread in the media. Built based on the Cultural History and its references, the report is developed with a view to evidence that the widespread statement - “it was never so easy to make a cross in a bank note” - has limits imposed by points of inflexion, in which media, preserving the image of the sociologist-actor politician, diffuses speeches oriented by specific conditions, in which information, the constituent function of journalism, is privileged. Was it ever so easy to make a cross in a bank note?

Key-words: Representations, printed media, politics, speeches, FHC Period, presidential election

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I – DOS BANCOS UNIVERSITÁRIOS A CANUDOS	26
I.1 A grande tacada. E agora, vai?	27
I.2 Plano para ação imediata	39
I.3 A sociedade e a mídia reagem ao plano	44
I.4 Surpresa, um plano sem surpresa	61
I.5 A largada da candidatura	73
I.6 Sai FHC, entra Ricupero. Tudo na mesma	79
I.7 O real entra em cena	89
I.8 No rastro da moeda, em cima do cavalo, com chapéu de cangaceiro	106
I.9 A cobertura das eleições	124
CAPÍTULO II – OS EMBATES VITORIOSOS COM A OPOSIÇÃO E A RENDIÇÃO AO CONGRESSO	131
II.1 A posse junto ao povo	132
II.2 A primeira crise do câmbio	141
II.3 A complicada sustentação política no Congresso	152
II.4 Os petroleiros vão à lona	161
II.5 O petróleo já não é nosso	170
II.6 Com um ano de vida, um real consolidado	176
II.7 A quebra de grandes bancos	182
II.8 O escândalo na porta do presidente	191
II.9 Oposições ameaçam, governo entrega cargos e retoma o controle	200

CAPÍTULO III – O AMARGO SABOR DAS DENÚNCIAS, UMA REELEIÇÃO TRANQUÍLA	207
III.1 As oposições não seguram a reeleição	208
III.2 A marca da compra dos deputados	216
III.3 Uma reeleição tranqüila, em meio às turbulências internacionais	229
III.4 O arrocho que veio depois do voto	246
III.5 Do grampo clandestino à conta secreta	251
III.6 O primeiro mandato chega ao fim cheio de problemas	261
CAPÍTULO IV – E TUDO PARECIA FÁCIL PARA O NOVO MANDATO	267
IV.1 Na crise econômica, uma posse modesta	268
IV.2 A pedra no sapato de FHC	273
IV.3 O caos cambial e o rompimento do pacto	280
IV.4 O fiasco dos 500 anos, os amigos incômodos, o apagão	292
IV.5A ruptura com o velho aliado. A nova luta contra as CPIs	299
VI.6 Para os brasileiros, o melhor presidente	311
IV.7 O balanço de FHC sobre si mesmo, o governo e a imprensa	324
CONCLUSÃO	338
CORPUS DOCUMENTAL	349
BIBLIOGRAFIA -	351

INTRODUÇÃO

Quando o ministro Fernando Henrique Cardoso deixou o Ministério da Fazenda, em 31 de março de 1994, para se candidatar à Presidência da República, o ex-metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva parecia imbatível nas eleições que se realizariam em outubro daquele ano. Com um mês de campanha, Fernando Henrique tinha 16% das intenções de votos dos brasileiros, segundo pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha nos dias 2 e 3 de maio, enquanto Lula da Silva somava 42%. Dos outros candidatos, os dois mais citados na pesquisa foram Leonel Brizola, com 8%, e Orestes Quécia, com 7%.¹

Lembre-se que Lula perdera para Fernando Collor de Mello em votação em segundo turno, em novembro de 1989, na primeira eleição presidencial direta do país, após o golpe militar de 31 de março de 1964, o qual destituiu do poder o presidente João Goulart. No ano seguinte, anunciou o chamado “governo paralelo” para fazer oposição a Collor e, em 93, iniciaria as “caravanas da cidadania”, com viagens que percorreram as regiões brasileiras, com o objetivo de melhor conhecer a sua realidade, buscar idéias e definir propostas para um futuro governo. Os contatos diretos com a população, que na verdade já representavam nova campanha eleitoral, e a desilusão de parte da sociedade com a corrupção no governo e o posterior *impeachment* de Collor, menos de três anos depois da posse, reforçaram o crédito acumulado por Lula na eleição de 89, colocando-o na posição de favorito nas pesquisas eleitorais para 94.

Ao final de junho de 1994, Lula da Silva ainda era de longe o primeiro colocado nas pesquisas, mas uma avalanche desabaria sobre ele e sua candidatura a partir do começo de julho: o real, a nova moeda nacional que começou a circular depois de seis meses de preparação. O Real, o Plano Econômico, e a sua moeda do mesmo nome mudaram o cenário eleitoral de 94 e foram fundamentais para eleger Fernando Henrique, que desde o Ministério da Fazenda começara a ser chamado por uma sigla que se tornaria uma marca: FHC. Fernando Henrique e o Plano são em parte produtos de Itamar Franco, que nasceu em 28 de junho de 1930 a bordo de um navio que fazia uma viagem entre Salvador e o Rio de Janeiro. Foi criado em Juiz de Fora (MG), onde vivia sua família, e começou a carreira política no MDB² como prefeito, entre (1967 e 71 e de 73 a 74), quando se tornou senador por Minas Gerais na mesma sigla partidária. Candidato derrotado ao governo de Minas em 1986, pelo Partido Liberal,

¹ Os resultados das pesquisas do Datafolha sobre as eleições presidenciais, entre maio e setembro de 1994, estão disponíveis no site www.datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes.

² Quando extinguiu os partidos políticos, com o Ato Institucional nº 2, em 1965, o governo militar introduziu no país o bipartidarismo: a Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido que reunia os parlamentares que apoiavam o governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), reunindo os opositores.

elegeu-se vice-presidente na chapa de Collor de Mello, em 89, de quem ocupou a cadeira depois do *impeachment*.

Itamar Franco assumiu interinamente a Presidência em primeiro de outubro de 1992, quando a Câmara dos Deputados autorizou o processo de *impeachment* contra Collor e, de fato, em 29 de dezembro daquele ano, com a finalização do processo. Quase todos os partidos políticos existentes fizeram uma ampla e informal aliança, porque naquele momento havia claro sentimento entre a classe política de que seria necessário dar sustentação ao Governo Itamar, para evitar problemas institucionais após a queda de um presidente eleito, sob a acusação de corrupção. Foi assim que Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, assumiu o Ministério das Relações Exteriores, cargo que recusara de Collor anteriormente, ao lado do seu companheiro de partido Alberto Goldman, que ficou no Ministério dos Transportes.

No governo de Itamar, houve também lugar para parlamentares como Gustavo Krause, Hugo Napoleão e Alexandre Costa (PFL), Antônio Brito e Lázaro Barbosa (PMDB), Jamil Haddad, (PSB), Maurício Corrêa (PDT), Roberto Freire (PPS - antigo Partido Comunista Brasileiro), como líder do governo na Câmara, e até para o economista Walter Barelli, não filiado, mas indicado pelo PT para o Ministério do Trabalho. E ainda para os amigos de Juiz de Fora, a exemplo de Mauro Durante (Secretaria Geral da Presidência), Henrique Hargreaves, ministro-chefe da Casa Civil e Murílio Hingel (Ministério da Educação).³

Menos de oito meses depois, Fernando Henrique trocava o Palácio do Itamaraty, cercado por um lago artificial, ao lado do Congresso Nacional, na Esplanada dos Ministérios em Brasília, por um dos “caixotes” de nove andares, os edifícios-padrão que a arquitetura de Oscar Niemayer criou para ser a sede dos ministérios na capital federal. E trocava a tranqüila rotina diplomática de tempos de paz, com suas recepções e viagens internacionais, pela missão principal de resolver um problema crônico do Brasil, a inflação, que naquele maio de 93, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), batera em 36,84%. E, além disso, encontrar alternativas para a retomada do crescimento econômico, do emprego e da renda do brasileiro e para reduzir a desigualdade social, entre outros objetivos. FHC começaria ali, pouco antes de completar 62 anos, a caminhada que o levou a ocupar por oito anos a Presidência da República.⁴

³ Siglas partidárias: Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Partido da Frente Liberal (PFL), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Popular Socialista (PPS) e Partido dos Trabalhadores (PT).

⁴ Fernando Henrique Cardoso nasceu no Rio de Janeiro, em 18 de junho de 1931, tem três filhos com sua esposa Ruth Cardoso. Sociólogo, ex-professor da Universidade de São Paulo (aposentado pelo regime militar de 1964), firmou-se como um dos mais influentes intelectuais latino-americanos nas décadas de 60 e 70. Autor de vários livros, lecionou em universidades na França, Inglaterra e Estados Unidos. Senador entre 1983 e 92, foi um dos fundadores do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). A biografia completa de FHC está disponível no site do Instituto Fernando Henrique Cardoso, com sede em São Paulo: www.ifhc.org.br.

Esta breve retomada dos antecedentes da conjuntura trabalhada nesta tese mostrou-se necessária para situar o modo de construção de um objeto constitutivamente transdisciplinar. Um fenômeno que entrecruza as instâncias da história econômica e da história política, mas não é exclusivamente de nenhuma das duas. Um fenômeno que encontra na mídia impressa um *locus* ideal de representações e, assim, não poderia se encapsular em um campo único.

Ora, o diálogo com Roger Chartier, fonte de inspiração inicial deste estudo, evidencia que o campo historiográfico nomeado História Cultural *tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler*. E é possível identificar esquemas *que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado*.⁵

Assim, as anteriores ponderações, ainda que breves, justificam a elaboração desta tese ao abrigo da História Cultural, área de concentração que permite transitar entre o político e o econômico, entre o jornalismo e a história, áreas que possuem afinidades naturais. Afinal, tem-se aqui como argumento norteador da pesquisas o entendimento de que o Plano Real alavancou a candidatura de Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República em 1994, vitoriosa em primeiro turno da eleição, contrariando prognósticos que pareciam consolidados três meses antes.

Reconhecendo na mídia impressa um *locus* ideal de representações, desdobram-se do argumento acima outros que a ele se articulam. Como, por exemplo, a reflexão que o acompanhamento da performance da grande mídia impressa nacional desvelaria representações favoráveis sobre a imagem de um intelectual que, naquele momento, apontava como ator político. Neste entendimento, interessou à pesquisa rastrear representações que se engendram a partir da posse de FHC como ministro da Fazenda, em 1993, e atravessaram as medidas econômicas que antecederam ao Plano Real. Em outras palavras, e desta feita formulada como pergunta: o acompanhamento sistemático do noticiário da mídia forneceria elementos plausíveis para pensar que, vitorioso o novo programa econômico, com o aval de grande parte da sociedade à nova moeda, verificou-se uma superposição entre a imagem de FHC e o Plano Real, este alavancando aquela?

“Nunca foi tão fácil fazer uma cruz numa cédula”, afirmou a **Exame**, revista especializada em economia e negócios, uma das mais conceituadas do Brasil, em alusão à eleição de 1994, quando os brasileiros ainda não votavam em urna eletrônica. Tudo porque Fernando Henrique era um candidato “diante do qual os demais se apequenam”. E seria o único capaz de conduzir ao futuro, porque ninguém reunia “tantas condições, como ele, para

⁵ CHARTIER, Roger. *A história cultural – entre práticas e representações*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil; Difel – Difusão Editorial, 1990, p. 16 - 17.

comandar a arrancada que se vislumbra para o Brasil”.⁶ A afirmação da revista, que inspirou o título desta tese, tomada isoladamente, pode dar a impressão de que tudo poderia ter sido fácil para FHC, desde o começo. Como se verá, ao longo deste trabalho, FHC e o seu governo contaram, sim, com o apoio significativo da mídia em vários momentos, mas também foram criticados e cobrados em outros, embora o noticiário, na maioria das vezes, tenha preservado a imagem do “intelectual” presidente. Apesar das críticas no período aqui considerado, a análise de conjunto mostra um conjunto de representações favoráveis a FHC e ao que se convencionou chamar de “Era FHC”.

O cenário até aqui relatado de forma sucinta justifica o interesse por uma pesquisa cujo objetivo foi retomar um momento histórico, a partir do acompanhamento sistemático da performance da mídia impressa, em uma dada conjuntura, procurando entender como as tramas foram se desenhando, e o seu funcionamento, por meio dos discursos veiculados, assim como o feixe de representações que lhes conferiu suporte. Entender um capítulo da história recente brasileira, o processo que levou um candidato quase imbatível à lona e elegeu democraticamente para dois mandatos sucessivos um presidente, pela primeira vez na história do Brasil, foi uma das metas desta tese, preocupada em contar uma História do Tempo Presente.

Cabe lembrar nesta Introdução o recorte temporal em que se inscreve o objeto de estudo, que tem como baliza inicial o ano de 1993 e fecha-se em 2002. História do Tempo Presente, História Próxima ou História Imediata, tais nomeações reportam, na verdade, às mesmas cronologias. Em já bastante conhecida publicação, um conjunto de oito historiadores dedica-se ao Tempo Presente como campo de investigação para o historiador. Logo à abertura, os organizadores da obra, Agnès Chauveau e Phillippe Tétar, ponderam sobre uma espécie de *atestado historiográfico* deste campo de estudos. Na linha de argumentação, remontam aos *Annales*, respaldando-se em ninguém menos que Marc Bloch e Lucien Febvre para lembrar que, no entendimento do primeiro, *a incompreensão do passado nasce afinal da ignorância do presente*; enquanto, para Febvre, *a análise do presente podia dar régua e compasso à pesquisa histórica*.⁷

Sem que seja o caso de ingressar em um debate, de resto hoje desnecessário, e mesmo com o desconto para a ênfase retórica dos autores citados, interessa, ao menos, aqui lembrar que *a locução História do Presente é, entretanto, a mais reconhecida, aquela que se utiliza por convenção. O próprio nome do Institut D’Histoire du Temps Présent traduz essa*

⁶ Exame, 28/09/1994, edição 567, p. 16 – 24.

⁷ AGNÈS, Chauveau, TÉTAR, Phillippe. Questões para a história do presente. IN: AGNÈS, Chauveau, TÉTAR, Phillippe (org.). *Questões para a história do presente*. São Paulo, Edusc, 1999, p. 10:28.

*generalização. Generalização fixada porque o valor científico desta história é doravante incontestável.*⁸

Os acontecimentos veiculados pela mídia e balizados nesta tese atenderam à intenção de construir uma narrativa a partir de um conjunto de pontos de inflexão, selecionados entre os assuntos que tiveram mais destaque no noticiário da mídia e repercussão na sociedade,⁹ com base no qual o embate de representações delinea elementos da encenação política. Em outras palavras, muito embora a narrativa histórica constitua uma escolha para a construção do objeto, ela se afasta da mera descrição linear e cronológica, visando, pela via dos pontos de inflexão elencados, a tomá-los como suportes empíricos para os encaminhamentos de análises pretendidos.

Com tais pontos de inflexão, propus-me a sondar indícios¹⁰ sobre a maneira pela qual a mídia foi aliada e teve um papel preponderante na construção das representações que elegeram FHC e deram sustentação ao seu governo. E, além disso, em determinados momentos, passou a cobrar providências, posturas e ações deste mesmo governo e presidente, até provocando arranhões na imagem presidencial. Nesta procura, não tão simples, assenta-se o estímulo para acompanhar em uma conjuntura dada a performance da mídia, com seu vai-e-vem, e pontos de inflexão.

Este, aliás, o objetivo principal da pesquisa, cuja motivação pessoal resulta do fato de que autor desta tese é jornalista profissional, que em 1973 começou a trabalhar na cobertura jornalística em Brasília. Nesse tempo, transitou pelos meandros do poder, como repórter de assuntos políticos e econômicos e como ocupante de cargos de chefia em redações de alguns veículos de comunicação impressos brasileiros. Resulta claro, portanto, que, se um sem número de perguntas incumbia-se das inquietações, e a lida com o objeto demandava, ao organizá-lo com pesquisa, incursões teórico-metodológicas disponibilizadas pela História Cultural. A tônica narrativa, entretanto, não sugeria um capítulo prévio dedicado a tais aspectos. Optei por sinalizá-los no espaço desta introdução e retomá-los, sempre que necessário, posteriormente.

⁸ Idem.

⁹ Os denominados *pontos de inflexão* pautaram a estruturação da pesquisa. Eles resultam de uma seleção de *acontecimento* dentro do fenômeno mais amplo. São eventos cuja importância permite identificar como *acontecimentos dentro do acontecimento*. Conf. MELLO, Maria T. Negrão. *O espetáculo dos moradores do símbolo - a mobilização por "diretas-já" da perspectiva de Brasília/1984*. Tese de doutoramento da Universidade de São Paulo – Escola de Comunicação e Artes, mimeo, 1987, p. 219.

¹⁰ Em um estudo preocupado com a sondagem de tendências e sinais, a proposta de Ginzburg quanto ao paradigma indiciário ocorreu quase naturalmente. Como se verá, cuidei de observar indícios entendendo que, *se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la*. Ora, a escolha da mídia impressa escrita como suporte empírico fala por si sobre o reconhecimento desta *zona privilegiada* plena de representações indicadoras de tendências disponibilizadas para as análises buscadas. Para a proposta do autor, ver GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002, 2ª edição, p. 177.

Sem que se trate de rephrasear autores interessados no estudo das representações sociais, cabe pontuar esta Introdução com algumas referências que iluminam o entendimento sobre o representacional, noção que, como se viu, constitui um vetor fundamental das argumentações desenvolvidas. O psicólogo francês Serge Moscovici entende representações como um *conjunto de conceitos, proposições e explicações originado na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais*.¹¹ Na definição de Jodelet, representação é *uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social*.¹² Ou um *conjunto organizado de opiniões, de atitudes, de crenças e de informações referentes a um objeto ou a uma situação*, segundo Abric.¹³

Retomando o diálogo com Jodelet, tem-se que essas representações *circulam nos discursos, são trazidas pelas palavras e veiculadas em mensagens e imagens midiáticas, cristalizadas em condutas e em organizações materiais e espaciais*. Assim, intervêm em processos como a difusão e assimilação dos conhecimentos, *o desenvolvimento individual e coletivo, a definição das identidades pessoais e sociais, a expressão dos grupos e a transformação social*. Observa-se que as representações têm importante papel no cotidiano, pois servem de guia para *nomear e definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, na forma de interpretar esses aspectos, tomar decisões e, mesmo, posicionar-se frente a eles de forma defensiva*.¹⁴

Para o já citado historiador Chartier, as representações do mundo social *são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam*. Isto exige que em cada caso se faça o devido *relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza*. Esses discursos não são neutros, conforme anota também Chartier, porque *produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa dos outros, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas*. Bem por isso, as lutas de representações são tão importantes quanto as lutas econômicas para *compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus e o seu domínio*.¹⁵

A representação é ainda um dos vetores da identidade grupal, identidade que pode ser entendida como um conjunto de valores e códigos construídos e compartilhados de forma

¹¹ MOSCOVICI, Serge. On social representations. IN: J.P. FOGRAS (ed.). *Social cognition: perspectives on everyday understanding*. London, Academic Press, 1981 (181). Apud SÁ, Celso Pereira. *Núcleo central das representações s sociais*. Petrópolis, Vozes, 2002, 2ª edição revista, p.31. Segundo o autor, Moscovici inaugurou o termo representações sociais ao retrabalhar o conceito de representações coletivas, de Émile Durkheim.

¹² JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. IN: JODELET, Denise (org), *Representações sociais*. Rio de Janeiro, Uerj, 2001, p. 17 .

¹³ ABRIC, J.C. O estudo experimental das representações sociais. IN: JODELET, D, 2001, op. cit., p. 156.

¹⁴ JODELET, D, 2001, op. cit., p. 17.

¹⁵ CHARTIER, Roger, 1990, op. cit., p. 16 - 18.

coletiva em um determinado espaço e tempo. Assim, interpela sujeitos em suas práticas sociais, pois se manifesta *no conhecimento elaborado e compartilhado pelos sujeitos, implicando em 'referências' de entendimento dos fatos e condutas, que se apóiam em significados e 'modelos' comuns de compreensão e, também, de 'justificação' desses fatos.* E é essa identidade que permite que as pessoas legitimem suas *crenças, valores, orientações de condutas e o reconhecimento de 'evidências' que possam justificá-los ou comprová-los.*¹⁶ Na esteira desse entendimento, a iniciativa da pesquisa intentou sondar ancoragens, nas quais *as novas representações se apóiam, ou se 'amarram' nas anteriores,* fazendo com que os novos conceitos e imagens sejam *mais facilmente assimilados,* desde que encontrem *referências e 'aceitação' nas concepções já formadas e consolidadas do objeto.*¹⁷

E foi desse modo, ao abrigo da interdisciplinaridade, que procurei observar e analisar um fenômeno de comunicação, midiático, à luz da História Cultural, com as contribuições teóricas da psicologia social, ciência política, sociologia, ciências da linguagem e ciências da comunicação, entre outras. Um outro suporte a ser lembrado é a Análise do Discurso, que, nas palavras de Tereza Negrão de Mello, pode ser pensada como *programa de estudos desterritorializado, é hoje um instrumental disponível ao fazer do historiador.*¹⁸

Neste aspecto, cabe enfatizar a estreita conexão entre a História Cultural como campo historiográfico, ocupada com o representacional e possíveis sentidos que aí afloram, e o entendimento de um programa de reflexão interessado também nos processos de significação. Nos dois campos, o registro do simbólico investido de significância para e por sujeitos. Conforme lembra Orlandi, *não há uma verdade oculta atrás do texto. Há gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender.*¹⁹

É a mesma estudiosa quem enfatiza a importância da formulação das questões propostas pelo analista, que determinarão a definição do material de análise e o quadro em que buscará as diversas noções a serem mobilizadas com o dispositivo teórico. Neste entendimento, o diálogo com a Análise do Discurso, na presente tese, justifica-se, antes de mais nada, pela sintonia com o princípio que a rege, ou seja, a busca de sentidos. Não se tratou, portanto, de uma

¹⁶ RANGEL, Mary. *Bom Aluno - real ou ideal? O quadro teórico das representações sociais e suas contribuições à pesquisa.* Petrópolis, Vozes, 1997, p. 23 – 32.

¹⁷ Idem. Sobre os mecanismos de ancoragem e objetivação, conferir o pensamento de Moscovici sobre esses dois processos que erigem as representações sociais e guardam em comum a naturalização. Chama a atenção, pelo diálogo que instaura com esta proposta, o entendimento de que a representação, para o psicólogo francês, é *fundamentalmente um sistema de classificação e de denotação, de alocação de categorias e nomes.* Ver MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais.* Petrópolis (RJ), Vozes, 2003, p. 62 : 64.

¹⁸ MELLO, T. Negrão. Clio, a musa da história e sua presença entre nós. IN: COSTA, Cléria Botelho (org). *Um passeio com Clio.* Brasília, Paralelo 15, 2002, p. 37.

¹⁹ ORLANDI, Eni P. *Análise do Discurso.- princípios e procedimentos.* Campinas (SP), Pontes, 1999, p. 26.

proposta de adoções totais, mas, antes, de encontrar, no entrecruzamento entre discursos e a História Cultural, elementos sinalizadores da produção de sentidos.

O discurso é um conjunto de enunciados que afloram da mesma formação discursiva, conforme definiu Foucault. Enunciado, que, por sua vez, está aberto à repetição, à transformação, à reativação, ligado não só às situações que o provocam, as repercussões por ele ocasionadas, mas também a enunciados que o precedem e o seguem. E não existe enunciado em geral, livre, neutro e independente, que não faça parte de uma série ou de um conjunto, que não suponha outros, que não tenha, em torno de si, um campo de coexistências, efeitos de série e de sucessão, uma distribuição de funções e de papéis.²⁰

Entende-se como formação discursiva um *conjunto de enunciados marcados pelas mesmas regularidades, pelas mesmas regras de formação, que se define pela sua relação com a formação ideológica*. O que significa que os textos que *fazem parte de uma formação discursiva remetem a uma mesma formação ideológica*, constituída por um *conjunto complexo de atitudes e representações*, que, mesmo não sendo individuais ou universais, *dizem respeito, mais ou menos diretamente, às posições de classe em conflito umas com as outras*.²¹

Pêcheux lembra que *todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classe e por isso as palavras, expressões, proposições mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*. Além disso, adquirem sentido em referência às formações ideológicas nas quais se inserem.²² Assim, uma formação discursiva é algo que *numa formação ideológica dada, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito*.²³ Aqui vale lembrar a reflexão de Lefebvre na questão crucial que se refere às analogias entre ideologia e representação. Para o pensador francês, a representação, que se define com sua relação com o vivido, engloba a ideologia.²⁴

Na verdade, toda formação discursiva é *definida a partir do seu interdiscurso*. O diálogo com Maingueneau convida a pensar no *primado do interdiscurso sobre o discurso*, já que a *unidade de análise pertinente não é o discurso, mas um espaço de trocas entre vários discursos convenientemente escolhidos*.²⁵ Isso significa que o *estudo da especificidade de um*

²⁰ FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. São Paulo, Forense Universitária, 2004, 7ª edição, p. 32:112.

²¹ BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. Campinas (SP), Unicamp, 2002, 8ª edição, p. 90.

²² PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso – uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas (SP), Unicamp, 1997, 3ª edição, p. 92:160.

²³ HAROCHE, C; HENRY, P; PÊCHEUX, M. La Sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours. *Langages*, 1971, n° 24, p. 102. IN: PÊCHEUX, 1997, op. cit., p. 160.

²⁴ Apud, LUFTI, Eulina Pacheco; SOCHACZEWSKI, Suzana; JAHNEL, Teresa Cabral. As Representações e o Possível. IN: MARTINS, José de Souza (org.) *Henri Lefebvre e O Retorno à Dialética*. São Paulo, Hucitec, 1996, pág 95.

²⁵ MAINGUENEAU, D. Genèses du discours. Bruxelles, Mardaga, 1984, p. 11. Apud BRANDÃO, 2002, op. cit., p. 72.

discurso se faz colocando-o em relação com outros discursos, porque a sua identidade não é estruturada independentemente, e sim a partir da sua relação interdiscursiva.²⁶

Como se verá, as representações da mídia no período aqui balizado mostram que, em vários momentos, havia um conjunto organizado e articulado de informações, opiniões, conceitos e atitudes que buscava atingir o pensamento coletivo e estruturar uma nova realidade, configurada em torno de atores sociais, e uma proposta para o cenário econômico. Presentes nos discursos, são encadeados, complementares, dialogam entre si. Havia o discurso próprio da mídia, presente sobretudo nos editoriais, e nos de outrem, em artigos assinados, publicados nas páginas de opinião.

Nos discursos estavam presentes também nas matérias e reportagens, que “ouviam” os personagens que ajudavam a formar e sustentar as representações - políticos, empresários, trabalhadores, representantes de entidades de classe, organizações públicas e privadas brasileiras e externas, formadores de opinião em vários campos. Também importante para análise dessas representações foi verificar as condições de produção, ou a instância verbal de produção do discurso: o contexto histórico-social, os interlocutores, o lugar de onde falam, a imagem que fazem de si e do outro e do referente, conforme lembra Brandão.²⁷

As representações em torno de FHC aparecem claramente em sua posse no Ministério da Fazenda, em maio de 1993. Estava ali, dizia o discurso da mídia, um homem que assumiria com “plenos poderes”, além de “autonomia total e como virtual primeiro-ministro”, segundo **O Estado de S. Paulo**.²⁸ E assumia para atenuar a “tensão e a insegurança” da situação econômica, permitindo ao país respirar “um pouco mais aliviado”, conforme a **Folha de S.Paulo**.²⁹ A mídia tinha razão, ao falar em poder para aliviar a insegurança. Em apenas sete meses e meio de Governo Itamar Franco, três ministros tinham sido nomeados e afastados da Fazenda.

Nessas representações iniciais da mídia, aflora a imagem em torno do homem público preparado, cordial, “talhado para o cargo”. Registra a **Folha** que, além “grande competência política”, FHC tinha uma “sólida reputação, reconhecida capacidade intelectual e credibilidade”, sem contar o “bom trânsito em diversos setores da sociedade, no exterior”, além do Congresso, “atributos cruciais para enfrentar o gigantesco desafio de estabilização”.³⁰ Havia a “formação e inteligência” do ministro, cuja indicação recebeu “o apoio praticamente

²⁶ BRANDÃO, H. 2002, op. cit., p. 72

²⁷ Idem, p. 89.

²⁸ O Estado de S. Paulo, 21/05/1993, Política, p. A 1.

²⁹ Folha de S.Paulo, 21/05/1993, Opinião, p. 1 – 2, “Alívio e dúvidas”.

³⁰ Idem.

unânime” da sociedade, um “reconhecimento dos seus inegáveis méritos intelectuais e morais”, na definição do **Estado**.³¹

Nesta Introdução, a intenção foi antecipar ao leitor exemplos de representações pluralizadas no corpo do trabalho. O historiador Paul Veyne lembra que, em cada época, os historiadores têm a liberdade de *recortar a história a seu modo, pois a história não possui articulação natural*. E, quando faz esse recorte, *nenhuma zona domina a outra e, em todo caso, não a absorve*. É por isso, diz Veyne, que, *quando muito, pode-se pensar que certos fatos são mais importantes que outros*, embora a própria importância seja decorrência *dos critérios escolhidos por cada historiador, sem ter uma grandeza absoluta*.³²

O mesmo historiador argumenta que a história *não é senão respostas a nossas indagações* e é subjetiva, *pois não se pode negar que a escolha de um assunto para um livro de história seja livre*. Como é impossível descrever uma totalidade, lembra Veyne, toda descrição é seletiva. O *historiador nunca faz o levantamento do mapa factual, pode, no máximo, multiplicar as linhas que o atravessam*. E, assim, o objeto de estudo *nunca é a totalidade de todos os fenômenos observáveis, num dado momento ou num lugar determinado, mas somente alguns aspectos escolhidos*.³³

Reiterando que o objetivo desta tese foi rastrear alguns fenômenos de um período da história brasileira, tendo como fonte o que foi publicado na mídia impressa, cabe lembrar Maingueneau, para quem o espaço discursivo *delimita um subconjunto do campo discursivo, ligando pelo menos duas formações discursivas, que mantêm relações privilegiadas, cruciais para a compreensão dos discursos considerados*. Subconjunto que é definido pelo pesquisador, em função dos objetivos da pesquisa.³⁴

Para o já citado Veyne, a história é também uma *narrativa de eventos*, e esta tese pauta-se pela tônica narrativa, entremeando-a com incursões na Análise do Discurso. Há ainda um encontro com perspectiva do historiador, quando ele diz que as possíveis articulações entre acontecimentos não se encapsulam na observação cronológica e sequer no inventário de um mapa factual, porque a trama pode se apresentar em diferentes cortes transversais, entrecruzando ritmos temporais, como se vê aqui. Por narrar compreende-se, portanto, a intenção de mostrar o desenvolvimento da trama, como entende o mesmo Veyne, ou o seu “funcionamento”, para ficar com a parafrásica noção inspirada na AD.³⁵ Como se verá, a tônica narrativa sustenta-se em vários pontos de inflexão do noticiário, desde a posse de FHC

³¹ O Estado de S.Paulo, 22/05/1993, Notas e Informações, p. A 3, “Missão que não pode falhar”.

³² VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. Brasília, UnB, 1998, 4ª edição, p. 12-29.

³³ Idem, p. 37 – 44.

³⁴ MAINGENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas (SP), Pontes; Unicamp, 1997, 3ª edição, p. 116-117.

³⁵ Sobre as idéias de Paul Veyne ver *Como se escreve a história*, 1998, op. cit.

no Ministério da Fazenda até o final de seu governo, pontos que desvelam os limites do enunciado “nunca foi tão fácil fazer uma cruz numa cédula”, citado anteriormente.

Esta questão do privilégio à tônica narrativa chamou para o debate, como se sabe, historiadores como Lawrence Stone, Eric Hobsbawm e o já lembrado Roger Chartier, entre outros. Também aqui não seria o caso de retomar o assunto. Limito-me aos argumentos, até certo ponto irônicos, de Chartier, referindo-se ao *retorno da narrativa*. Afinal, *como, na verdade, poderia haver retorno ou redescoberta onde não houve partida nem abandono?*.³⁶

Como lembra Antônio Fausto Neto, a mídia é um lugar pelo qual passam os discursos produzidos pela sociedade, mas que tem autonomia para produzir os seus próprios discursos.³⁷ E com isso, pode-se dizer que o *processo de construção da realidade não é inteiramente livre, no qual o jornalista é meramente um observador, e nem a notícia emerge livremente dos acontecimentos no mundo real*. Na verdade, enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia também cria o acontecimento.³⁸

O autor destaca aspectos fundamentais que são levados em conta quando os *media* constroem o acontecimento. Um deles é o direito que o jornalismo ou o jornalista tem para entrar no circuito informativo, e outro corresponde à ‘hierarquização’ da informação, ou seja, a atribuição ou poder de se dar maior ou menor importância a determinada notícia ou acontecimento. Um terceiro aspecto relaciona-se à *tematização*, que Fausto Neto considera a *fase mais delicada para a produção da realidade*, uma vez que é neste momento que os meios de comunicação, depois de classificar, interpretam, agindo não apenas como mediadores, mas também como operadores.³⁹

É nesse aspecto que o discurso jornalístico tanto é um lugar de produção, quanto *de proposição de sentido, pois ele não só nomeia, mas o indica, não só o revela, como o classifica, hierarquizando-o de acordo com as economias enunciativas e os contratos de leitura de cada mídia*. Ou seja, instruções, regras, por meio das quais se oferece a “verdade” ao leitor/receptor, desde que ele concorde com as orientações.⁴⁰ É ainda Fausto Neto quem

³⁶ CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. Rio de Janeiro, Estudos Históricos, 1994, vol. 7, nº 13, p. 103. Apud, SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia: um gênero de fronteira entre a história e a literatura. IN: RAGO, Margareth; GIMENES, Renato Aloízio de Oliveira (org.). *Narrar o passado, repensar a história*. Campinas (SP), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (coleção idéias) 2000.

³⁷ FASUTO NETO, Antônio. *Comunicação e mídia impressa – Um estudo sobre a Aids*. São Paulo, Hacker Editores, 1999, p. 9-19.

³⁸ FAUSTO NETO, Antônio. A sentença dos media: o discurso antecipatório do impeachment de Collor. IN: FAUSTO NETO, Antônio; PORTO, Sérgio; BRAGA, José Luiz (orgs). *Brasil. Comunicação, cultura & política*. Rio de Janeiro, Diadorim, 1994, p. 330. Aqui o autor recorre a conceitos de Nelson Traquina, em “As Notícias”. *Revista de Comunicação e Linguagem*, nº 8, Lisboa, 1988, p. 30.

³⁹ Idem, p. 330-331. Fausto Neto utiliza conceitos de POSADA, Ana Maria. “La selección de la noticia: evidencia de ideologias profesionales.” IN: *Revista Signo e Pensamiento*. Bogotá, Faculdade de Comunicação (Universidade Javeriana), nº 20, 1992, p.11-13.

⁴⁰ Idem, p. 331-333. Em seu trabalho, Fausto Neto cita uma definição de Umberto Eco para os contratos de leitura, que são *uma atividade cooperativa que leva o destinatário a tirar do texto aquilo que o texto não diz*,

destaca outro aspecto, que é a consequência junto ao receptor, *especialmente quando este confere o grau de verdade àquilo que emana diretamente da mídia.*⁴¹

Diante disso, pergunta-se, então: e a propalada objetividade e neutralidade da mídia? Especificamente no campo da comunicação, José Marques de Melo distingue o jornalismo informativo, que são as notas, notícias, reportagens e entrevistas, e o jornalismo opinativo - o editorial, comentário, artigo, coluna e caricatura, entre outros. Argumenta o autor que os meios de comunicação são *'aparatos ideológicos* que influenciam pessoas, comovem grupos e mobilizam comunidades, dentro das contradições que marcam as sociedades. São, assim, *veículos que se movem na direção que lhes é dada pelas forças sociais que os controlam e que refletem também as contradições inerentes às estruturas societárias em que existem.*⁴²

Salvo exceções, a exemplo de certas publicações político-partidárias e de cunho religioso,⁴³ o jornalismo transmite e reproduz informações que criam acontecimentos, independentemente da posição ideológica de seus acionistas ou profissionais. Portanto, tem-se pelo menos como princípio a prática do que se convencionou chamar de jornalismo objetivo e imparcial, sobretudo, quando se utiliza a fala de outros. Mas as empresas de comunicação dispõem de instrumentos para expressar sua opinião, além da página dos editoriais. A seleção da informação e o destaque que se dá a ela na publicação, inclusive privilegiando, relegando ou silenciando personagens e dados, são os principais desses instrumentos e por meio dos quais, na prática, aplica-se a linha editorial. Daí, pode-se entender o espaço bem mais privilegiado que Fernando Henrique Cardoso teve na mídia nacional nas eleições de 1994, mesmo quando andava atrás de Lula da Silva nas pesquisas de intenção de votos, como se verá no primeiro capítulo.

Isso, ao lado do componente ideológico, induz à recusa da objetividade jornalística, como define Melo, *naquela acepção de neutralidade, imparcialidade, assepsia política que as fábricas norte-americanas de notícias quiseram impor a todo mundo.*⁴⁴ Sem a pretensão de aprofundar a discussão sobre o assunto, é importante ressaltar, porém, que é consenso entre os

mas que pressupõe, promete, implícita, a preencher espaços vazios, a conectar o que existe naquele texto com a trama da intertextualidade da qual aquele texto se origina e para a qual acabará confluindo. ECO, Umberto. *Lector in fabula*. São Paulo, Perspectiva, 1986, p. 4

⁴¹ FAUSTO NETO, Antônio. *Mortes e derrapagens. – os casos Corona e Cazuza no discurso da Comunicação de Massa*. Rio de Janeiro, Rio Fundo, 1991, p. 18. Cabe ressaltar que as incursões dos parágrafos anteriores foram realizadas com o objetivo de situar aspectos importantes para a construção do objeto, sem que, entretanto, deságüem nos desdobramentos referentes ao receptor quanto tal, já que tal iniciativa escapa aos meus objetivos e, evidentemente, demandaria a ampliação das fontes e também do instrumental teórico.

⁴² MELO, José Marques de. *Jornalismo opinativo – gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. Campos do Jordão (SP), Mantiqueira, 2003, 3ª edição revista e ampliada, p. 63-67.

⁴³ Afastando ou recuando a baliza temporal do presente estudo, lembro, por exemplo, os jornais e pasquins que povoaram o período regencial brasileiro e que, explicitamente, funcionavam como suportes discursivos de posturas político-partidárias e que transitavam na esteira do par “elogio-verina”.

⁴⁴ MELO, José Marques, 2003, op. cit., p. 73

especialistas que a objetividade absoluta não existe em jornalismo, uma vez que o próprio ato de apurar, selecionar, redigir e editar uma notícia carrega um significativo grau de subjetividade de quem atua nessas várias etapas de produção. Ciro Marcondes Filho diz que o *jornalismo não é neutro nem objetivo*, pois, como em outras atividades, *a produção jornalística sofre o filtro e a regulação dos agentes pelos quais passa*. Não significa dizer, no entanto, que todas as matérias jornalísticas sejam *tendenciosas, não-objetivas, descomprometidas de igual forma com os chamados 'fatos'*.⁴⁵

Trazendo a questão para o âmbito da História Cultural e, nele, o diálogo com o representacional, alarga-se o entendimento, pois, como venho enfatizando, o discurso jornalístico constitui um *locus* de representações. Ora, segundo Lefebvre, as representações se erigem no entrecruzamento entre o vivido e o concebido. E, não sendo a ideologia, a englobam. Ainda segundo Lefebvre, elas não são nem falsas nem verdadeiras, mas, *ao mesmo tempo, falsas e verdadeiras: verdadeiras como resposta a problemas reais, e falsas na medida em que simulam objetivos reais*.⁴⁶

Conforme anteriormente assinalado, a pesquisa privilegiou como suporte empírico uma coleção de jornais e revistas impressos, dos quais foram selecionadas cerca de 2 mil notícias, reportagens e editoriais. A este *corpus* principal, agregou-se um *corpus* auxiliar composto de documentos diversos, a exemplo de relatórios, programas de governo e de partidos políticos e pesquisas obtidas em arquivos, igualmente balizados no período 1993-2002. A conduta que presidiu a organização e compatibilização deste *corpus* documental pautou-se por etapas, que compreendem desde o levantamento preliminar à seleção dos pontos de inflexão a serem trabalhados.

Nestes, o critério organizacional adotado foi o da subdivisão por gêneros jornalísticos: notícias e reportagens (o jornalismo informativo) e artigos e editoriais (jornalismo opinativo).⁴⁷ Na verdade, o *corpus* auxiliar também contou com algumas entrevistas informais, nas quais a intenção não foi a de situá-las propriamente como fontes. Interessava ao autor o diálogo com interlocutores da área jornalística e mesmo políticos e ex-funcionários do governo federal, de modo a obter subsídios para este trabalho.

⁴⁵ FILHO, Ciro Marcondes. *Jornalismo fin-de-siècle*. São Paulo, Página Aberta, 1993, 1ª edição, p. 130.

⁴⁶ LEFEBVRE, Henri. *La présence e l'absence*. Paris, Gasterman, 1980, p. 69. APUD, LUFTI, Eulina Pacheco, 1996, op. cit.

⁴⁷ A especificação do material trabalhado aparecem ao final, na página dedicada ao *corpus* documental. A identificação das editoriais dos jornais nas notas de rodapé segue os nomes originais nas datas citadas. Informações sobre gêneros jornalísticos podem ser encontrados em MELO, José Marques de, 2003, op. cit., p. 41 – 67. Detalhes sobre o inventário e sistematização de gêneros jornalísticos para um trabalho de pesquisa podem ser encontrados em MELLO, T. Negrão. *Mobilização popular: um discurso*. IN: SWAIN, Tânia Navarro (org.), *História no plural*. Brasília, UnB, 1993, p. 135 – 136.

Com estas nem tão breves anotações introdutórias, tive a intenção de situar o leitor sobre o objeto trabalhado, argumentos que o nortearam, a base empírica selecionada e o diálogo com alguns interlocutores cujas propostas de categorias e noções disponibilizadas na História Cultural e suas interfaces com outras áreas do saber, permitiram narrar um capítulo da história recente da vida brasileira. Por pertinente, cabe lembrar Maffesoli: *É sempre dos bastidores da vida que a teoria olha o espetáculo social, ao mesmo tempo em que se esforça por soprar os papéis.*⁴⁸

É este mesmo pensador que, tomando como interlocutores Ernest Junger, Dominique Fernandez e Wolfflin, enfatiza em outra obra interações que convidam o pesquisador a falar *através do objeto*. Trata-se, metaforicamente, de contrastar uma *visão frontal*, característica do renascimento, a uma visão lateral, que gira em torno do objeto em cambiantes movimentos, barrocamente. Cuidei, então, de interagir com um quadro nocional que iluminasse vestígios e caminhos, sem pretensão de esgotá-lo na fixidez de conceitos.⁴⁹ O espetáculo aqui trabalhado foi assim constituído:

O **capítulo I** – Dos bancos universitários a Canudos - enfoca o período que vai da nomeação de Fernando Henrique Cardoso para o Ministério da Fazenda, em 1993, a aprovação das medidas econômicas entre junho e dezembro do mesmo ano, a preparação e o lançamento do Plano Real, em 1994. Enfoca também a oficialização da candidatura FHC à Presidência da República, com suas alianças políticas, a campanha eleitoral de 94, a própria eleição e uma reflexão sobre a cobertura que a mídia nacional impressa deu ao processo eleitoral.

O **capítulo II** - Os embates vitoriosos com a oposição e a rendição ao Congresso - começa com a posse de Fernando Henrique na Presidência em janeiro de 95 e mostra as primeiras dificuldades do governo, a exemplo da crise cambial, e as relações de FHC com o Congresso, que garantiram as mudanças constitucionais para reformular o sistema de previdência social, acabar com o monopólio da Petrobras, privatizar empresas de telecomunicações e abrir investimentos no país ao capital estrangeiro. O capítulo registra as alianças políticas de sustentação do Governo FHC, tendo como moeda de troca cargos públicos, e as tentativas frustradas da oposição de criar no Congresso Nacional, comissões parlamentares de inquérito para investigar o governo. O capítulo acompanha também a greve dos petroleiros, a consolidação do Plano Real com um ano de existência, a quebra de grandes bancos (Econômico e Nacional), com a criação de um programa de apoio ao sistema financeiro, e o escândalo da compra de equipamentos e serviços para a vigilância da Amazônia.

No **capítulo III** - O amargo sabor das denúncias, uma reeleição tranqüila – estão a discussão e a aprovação da emenda que permitiu a reeleição de Fernando Henrique, as denúncias de

⁴⁸ MAFFESOLI, Michel. *Lógica da dominação*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978, p. 148

⁴⁹ MAFFESOLI, Michel. *Elogio da Razão Sensível*. Petrópolis (RJ), Vozes, 1998, p. 125.

compra de votos nessa votação, em 1997, e a reeleição tranqüila, em primeiro turno, em 98, seguida de um novo pacote de medidas econômicas para fazer frente à crise financeira internacional que atingiu também o Brasil. Há um balanço do primeiro mandato e duas denúncias que abalaram FHC: a tentativa de favorecer um grupo privado no processo de venda de empresas de telecomunicações (que cobriam do Rio de Janeiro até a Amazônia) e uma suposta conta secreta nas ilhas Cayman.

O **capítulo IV** - E tudo parecia fácil para o novo mandato - registra como o governo iniciou o segundo mandato em meio a uma grave crise econômica-financiera, que levou a uma maxidesvalorização do real, enfrentou a moratória do governador de Minas Itamar Franco, trocou presidentes do Banco Central e perdeu temporariamente, após a desvalorização do câmbio, a grande base de apoio que tinha nos meios de comunicação do país. Mostra o escândalo dos empréstimos a juros favorecidos aos bancos Marka e Fonte Cindam e a ruptura de FHC com o velho aliado político, Antônio Carlos Magalhães, com a posterior perda de mandato de três senadores (dele, inclusive), a partir da violação do painel do Senado em uma votação secreta. Como o governo enfrentou os escândalos das Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste, amargou o fiasco da comemoração dos 500 anos do descobrimento do Brasil, os amigos incômodos e a crise de energia que ficou conhecida como “o apagão” são fatos que estão registrados, assim como o final do segundo mandato e um conjunto de idéias de FHC sobre si mesmo, o seu governo e a mídia.

Na Conclusão, aspectos principais da tese como um todo são brevemente retomados, em articulação com os argumentos norteadores. Neste conjunto, construído a partir dos já mencionados pontos de inflexão, o modo de construção do texto, sempre pautado no embate das representações, sugeriu pistas e indícios para a reflexão sobre um fenômeno político que, entre idas e vindas, avanços e recuos, logrou fazer de um programa econômico uma importante alavanca para a eleição de um presidente da República e assegurar a sua sustentação. Neste espetáculo, qual teria sido o papel da mídia impressa? Como se verá, algumas respostas possíveis atravessam este estudo, sempre reconhecendo que elas próprias alavancam um sem número de outras questões. Nas páginas que se seguem, os resultados deste esforço de reflexão, que, antes de tudo, sublinhou no autor a convicção de que, sem dúvida, história e jornalismo são campos que se entrecruzam.

CAPÍTULO I

DOS BANCOS UNIVERSITÁRIOS A CANUDOS

Intelectual brilhante, desenvolveu a celebrada Teoria da Dependência, considerada uma das raras interpretações criativas de um trabalho do revolucionário russo Vladimir Lênin, o livro *Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo*. Na França, foi professor de Daniel Cohn-Bendit, líder das barricadas de maio de 68. Fernando Henrique usou seu prestígio nos meios universitários para ajudar Cohn-Bendit a livrar-se de um processo de expulsão, movido por um ministro inconformado porque aquele estudante de cabelos ruivos e alemão de nascimento o chamara de fascista numa manifestação.¹

Fernando Henrique Cardoso pôs a mão direita sobre a mão esquerda do ex-governador da Bahia Antônio Carlos Magalhães, que estava sobre um cano. E das mãos deles jorrou um jato contínuo de água sobre uma multidão de três mil pessoas. Ensopada, a multidão aplaudiu, gritou, cantou, dançou e fez um carnaval no primeiro grande comício da sucessão presidencial em Canudos, a histórica cidade baiana de Antônio Conselheiro. Fazer jorrar água em região de seca foi o mais populista gesto de Fernando Henrique na viagem ao Nordeste ao lado de ACM. Enquanto esteve na região, FHC se aproximou do discurso e da prática de pedir votos nos grotões usados com êxito pelo cacique do PFL.²

¹ Veja, 26/05/1993, edição 1.289, p. 25.

² Correio Braziliense, 13/06/1994, Brasil, p. 3.

Grande tacada. E agora, vai?

Às oito e meia da noite do dia 14 de junho de 1993, segunda-feira, o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, ocupou uma cadeia nacional de rádio e televisão para anunciar um conjunto de medidas que formavam o Plano de Ação Imediata (PAI). Começou a pavimentar o caminho de uma estratégia econômica que, em menos de 16 meses, em 3 de outubro do ano seguinte, ajudá-lo-ia a se eleger à Presidência da República, vencendo seis adversários em primeiro turno.

Mas história de FHC rumo ao Palácio do Planalto começou antes, quando o seu antecessor, Eliseu Resende, viu-se acossado por denúncias da mídia e da classe política e foi obrigado a sair. A principal acusação era que ele havia se empenhado para que a empreiteira Odebrecht, brasileira, conseguisse um financiamento do governo de US\$ 136 milhões para construir um projeto de irrigação no Peru. Resende, que assumira o Ministério da Fazenda em primeiro de março de 1993, trabalhara para a empresa entre 1983 e 1990.³

A largada de Fernando Henrique rumo ao Palácio do Planalto foi a sua posse no Ministério da Fazenda, em 21 de maio de 93. Quarto ocupante daquela pasta em menos de oito meses do Governo Itamar Franco,⁴ FHC chegou saudado com tapetes vermelhos, tambores e cornetas, no Brasil e no exterior, e por empresários, representantes de entidades de classe, dirigentes de organizações, políticos e pela mídia nacional, fechando um amplo espectro de apoio, com poucas notas de oposição e alguma dose de ceticismo. Começava ali a circular informações, mensagens, imagens, conceitos, valores, opiniões – Representações que nos meses seguintes, compartilhadas por um grupo cada vez mais homogêneo e amplo, dariam nova configuração a um ator social, Fernando Henrique Cardoso, e a um programa econômico, o Plano Real, que passou para a história como sendo uma obra sua, embora ele nem fosse mais o ministro quando da sua efetiva implantação, em julho de 94.

A nomeação de FHC tornou-se pública na manhã de 20 de maio, e as edições dos jornais do dia seguinte já dedicaram grandes espaços à sua trajetória pessoal, política e sobre as perspectivas para o governo a partir daquele momento. Em primeiro lugar, não seria apenas mais um ministro (o quarto) de Itamar Franco. FHC assumiria com “plenos poderes”, com “autonomia total e como virtual primeiro-ministro”, segundo o **Estado**, que publicou um caderno especial com oito páginas sobre a mudança ministerial e seus desdobramentos. Fernando Henrique assume e “negocia carta branca”, disse a **Folha** em manchete de primeira página e informou ser esta uma das condições que ele impôs para aceitar o cargo. O **JB**

³ Informações sobre o empréstimo e as relações de Eliseu Resende com a Odebrecht estão na revista **Veja**, 12/05/1993, edição 1.287, p. 18-21.

⁴ Antes foram ministros da Fazenda de Itamar Franco, Gustavo Krause, Paulo Haddad e Eliseu Resende.

assegurou que o ministro não daria “sustos no mercado” com choques econômicos. “Congelamento só de gastos”, afirmou o **Globo**. Também destacou que o mercado financeiro havia reagido favoravelmente à indicação de FHC, com euforia nas bolsas de valores e calma nos mercados de ouro e câmbio.⁵

Há um tom otimista no noticiário dos jornais sobre a posse de FHC, baseado, em grande parte, em entrevista que concedera em Nova York, dia 20, antes de embarcar para o Brasil. Em uma jogada estratégica, ele passou parte do seu dia na mais importante cidade e o coração econômico-financeiro do mundo concedendo entrevistas aos correspondentes de jornais, revistas e emissoras de televisão brasileiros, para transmitir um recado inicial sobre o que pretendia fazer.

Também de forma estratégica, não procurou esconder da imprensa os contatos que manteve em Nova York, que seriam uma prova do seu prestígio internacional, fundamental para negociar os interesses brasileiros com o exterior. O prestígio de FHC no exterior junto a formadores de opinião, como políticos, intelectuais, representantes de governos, organizações multilaterais, a exemplo do Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, além de dirigentes de setor econômico-financeiro, aliás, seria uma das representações mais significativas criadas desde a campanha presidencial de FHC e que atravessaram a sua administração.

Logo depois de circular a notícia de que fora nomeado para a Fazenda, FHC, “o único brasileiro presente à posse” do presidente norte-americano Bill Clinton no mês de janeiro anterior, como destaca a revista **Istoé**, cumpriu uma agenda impensável para seus antecessores do Governo Itamar. Esteve com o secretário do Tesouro norte-americano, Lloyd Bentsen, o chefe do Conselho de Segurança Nacional, Anthony Lake, representante de Comércio da Casa Branca, Mickey Kantor, o secretário de Estado, Warren Christopher, e com o vice-presidente, Al Gore. Falou ao telefone com o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, e recebeu secretário-geral da Organização das Nações Unidas, Boutros Ghali. Encontrou também William Rhodes, vice-presidente do Citicorp, que era o maior credor individual do Brasil e, de quebra, o presidente do chamado comitê credor, que falava em nome dos bancos que tinham seus papagaios pendurados com os brasileiros.⁶

Em suas entrevistas em Nova York, Fernando Henrique deu o seu primeiro recado. Disse que o combate à inflação seria uma prioridade absoluta, embora sem congelamento de preços e salários, ao lado do controle dos gastos públicos e geração de empregos. *Não vou dar sustos no mercado*, afirmou FHC. Segundo ele, no Brasil ninguém mais queria *mágica fácil* para

⁵ Edições do dia 21/05/1993: O Estado de S. Paulo, Política, p. 1; Folha de S.Paulo, 21/05/1993, primeira página; Jornal do Brasil, Política e Governo, p. 3 – 4; O Globo, O País, p.3 – 5;

⁶ Istoé, 26/05/1993, edição 1.234, p. 26.

resolver os problemas. A sua tarefa seria *transmitir ao país que não vai haver nenhuma surpresa, que não haverá nenhum passe de mágica, que o país é perfeitamente administrável e, sobretudo, que é gerido por gente séria e competente. Só assim é que a inflação cai.* ⁷

O novo ministro adiantou também que combater a inflação era a *prioridade número um do povo brasileiro*, mas sua administração procuraria resolver o problema com um programa que seguisse *todas as linhas normais da experiência histórica*, com o equilíbrio do orçamento, controle das dívidas interna e externa, entre outras medidas, mesmo porque a inflação no Brasil tinha várias causas - a principal, *a desordem que gerou a desconfiança*. É por isso que FHC descartava o congelamento. *Não haverá congelamento de preços. Isto é uma coisa que está excluída. Não que esteja excluída do governo. Está excluída da mentalidade dos brasileiros. Se alguém amanhã tiver a ilusão de que vai congelar preços, vai sofrer a decepção de ver que no dia seguinte ninguém congela, porque o país amadureceu. Não vamos mais por este caminho. Ninguém quer mais mágica fácil.* ⁸

Ainda em Nova York, FHC minimizou a possibilidade de vir a ter problemas com o presidente Itamar Franco, como todos previam. *Minha relação com o presidente é uma relação muito direta, não necessitamos de subterfúgios para conversar um com o outro. Nós somos amigos e companheiros de lutas partidárias de outras épocas.* ⁹ Ao assumir, porém, FHC teve de se conformar com pessoas nomeadas ou confirmadas por Itamar para cargos estratégicos, como o Ministério do Planejamento (Aléxis Stepanenko), presidências do Banco do Brasil (Alcir Calliari) e da Caixa Econômica Federal (Danilo de Castro) e a Secretaria da Receita Federal (Osires Lopes Filho). Mas FHC levou para a Fazenda a equipe básica que tocava sua política econômica.

A história da nomeação de FHC para a Fazenda, ou “ministro Cardoso”, como o chamavam algumas autoridades e a mídia naqueles tempos, teve os seus lances disseminados em detalhes para o país. Em passagem por Nova York, vindo de Tóquio, no Japão, em 19 de maio de 93, o ainda ministro das Relações Exteriores jantava na casa do embaixador do Brasil na Organização das Nações Unidas, Ronaldo Sardenberg, quando, pouco depois das 23 horas, recebeu um telefonema do presidente Itamar Franco. Ele lhe informou sobre demissão iminente de Eliseu Resende do Ministério da Fazenda e perguntou, mais uma vez, se aceitaria ocupar o cargo. FHC respondeu que estava satisfeito nas Relações Exteriores, não gostaria de sair, mas ele era o presidente, e qualquer decisão estava em suas mãos. Itamar ficou de conversar com Resende e ligar de volta para acertar os detalhes da nomeação. Não ligou, mas mandou publicar o nome do seu novo ministro da Fazenda no **Diário Oficial da União** que circulou dia

⁷ Jornal do Brasil, 21/05/1993, Política e Governo, p. 3.

⁸ Idem.

⁹ Idem.

20 de maio. FHC, que achava que o presidente havia desistido da nomeação, ou da demissão de Resende, soube, por um telefonema do Brasil logo ao amanhecer, que ocuparia uma nova cadeira.¹⁰

Textos das revistas **Veja** e **Istoé**, as duas de maior circulação do país naquele período, mostram a faceta importante para reforçar a imagem do novo ministro junto à sociedade: a humildade. Segundo a **Istoé**, ainda em Tóquio, antes de seguir para Nova York, FHC foi chamado ao telefone por Itamar, que disse: *Fernando: um jornalista me perguntou se você seria ministro da Fazenda e eu respondi: não, ele já foi convidado e não aceitou.* E ouviu do outro lado da linha: *A resposta é ótima e é verdade. Você sabe que eu não quero isso.* Já em Nova York, ao receber o convite de Itamar, FHC reiterou: *Você sabe que isto não é o que eu quero, mas você é o presidente e faz o que acha que deve fazer.*¹¹

Com pequena variação, o diálogo travado, segundo a **Veja**, mostra que FHC respondeu ao convite: *Itamar, nós já conversamos sobre isso. Eu já lhe disse minha posição. Estou muito bem no Itamaraty e você sabe onde eu gostaria de ficar.* O presidente respondeu que o Brasil precisava dele, e ouviu de volta: *Itamar, eu sou apenas um ministro e você é o presidente. Você é o juiz da história. Você sabe o que eu penso, mas você é aquele que decide.* Nem quis os cinco minutos que o presidente lhe ofereceu para pensar no assunto e mostrou a generosidade e o desprendimento de quem aceitava mais uma missão: *Itamar, nem cinco nem quinze minutos vão fazer diferença. Não precisa. Você conhece minha posição. É você quem decide.*¹²

Já nos primeiros momentos o noticiário da mídia nacional começa também a formar uma representação que se tornaria hegemônica em relação a FHC: a figura do professor universitário, intelectual reconhecido no Brasil e no exterior, preparado para dirigir os destinos da Nação. O caderno especial que o **Estado** publicou no dia 21 de maio traz uma galeria de seis fotos de arquivos de Fernando Henrique, das quais, uma de 1958, quando dava aula como auxiliar de ensino na Universidade de São Paulo, e outra que registra a sua defesa da tese de doutorado na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da mesma universidade, em 1961.¹³

A **Veja** dá um exemplo do perfil de FHC, ressaltando também o seu espírito de conciliador, que seria reiterado pela mídia nos anos seguintes:

“Intelectual brilhante, desenvolveu a celebrada Teoria da Dependência, considerada uma das raras interpretações criativas de um trabalho do revolucionário russo Vladimir Lênin, o livro *Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo*. Na França, foi professor de Daniel Cohn-Bendit, líder das

¹⁰ Detalhes dos diálogos de Itamar Franco e Fernando Henrique e da nomeação podem ser encontrados, entre outros, na **Veja**, de 26/05/1993, edição 1.289, p. 20 – 25; **Istoé**, de 26/05/1993, edição 1.234, p. 25 – 30; e DIMENSTEIN, Gilberto e SOUZA, Josias. *A História Real – trama de uma sucessão*. São Paulo, Ática; Folha de S.Paulo, 1994, 4ª edição, p. 19 – 28.

¹¹ **Istoé**, 26/05/1993, edição 1.234, p. 25.

¹² **Veja**, 26/05/1993, edição 1.289, p. 21-22.

¹³ O Estado de S. Paulo, 21/05/1993, Política, Especial, p. 1 – 8.

barricadas de maio de 68. Fernando Henrique usou seu prestígio nos meios universitários para ajudar Cohn-Bendit a livrar-se de um processo de expulsão, movido por um ministro inconformado porque aquele estudante de cabelos ruivos e alemão de nascimento o chamara de fascista numa manifestação”.¹⁴

No encontro em Nova York com William Rhodes, o vice-presidente do Citicorp, antes de voltar ao Brasil para tomar posse, Fernando Henrique se apresentou, segundo a **Istoé**, dizendo algo que remete ao imaginário brasileiro, uma prova de que o Brasil também tem homens públicos cultos. Perguntou: *O sr. prefere falar em inglês, português, espanhol, francês, italiano ou alemão?* Falaram em inglês.¹⁵

Professor aposentado pelo regime militar, foi trabalhar em universidades do exterior, incluindo o Chile, Estados Unidos, França e Inglaterra, voltou ao Brasil e ajudou a fundar em 1969 o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap). Enveredou-se pela política, lutando pela redemocratização do país. Enfim, a imagem do professor e intelectual se completava com a do político, com características que, no conjunto, diferenciavam-no claramente de seus antecessores na Fazenda. Para a **Folha**, FHC tinha uma “sólida reputação, reconhecida capacidade intelectual e credibilidade”, além de um “bom trânsito em diversos setores da sociedade, no exterior e – muito importante – no próprio Congresso”, que eram “atributos cruciais para enfrentar o gigantesco desafio de estabilização”.¹⁶

O **Estado** ressalta a “formação e inteligência” de FHC para lembrá-lo do “peso da responsabilidade” que tinha ao assumir o Ministério. “O apoio praticamente unânime que cercou a indicação do senador Fernando Henrique Cardoso para a pasta da Fazenda resulta, mais do que do reconhecimento de seus inegáveis méritos intelectuais e morais, do sentimento de alívio que se apossou de quem se preocupa com a sorte das instituições”.¹⁷

Parte da trajetória e do que seria a personalidade de FHC foi lembrada pela **Veja**. Professor da Universidade de São Paulo cassado pelo regime militar, exilou-se no Chile, onde se tornou amigo do presidente Eduardo Frei e do futuro presidente Salvador Allende. É um tipo de pessoa que prefere “agradar a desagradar” alguém. “Afável, possui uma paciência infinita e um bom humor de dar inveja”. Embora tenha se aliado a “companhias estranhas, como Orestes Quércia”,¹⁸ delas se afastou “sem manchas”. E era outro homem. “O intelectual esquerdista ficou para trás, mas, mesmo em um jantar com tubarões da Fiesp, é impossível deixar de acreditar na sinceridade de suas preocupações com as mazelas sociais do país”.¹⁹

¹⁴ Veja, 26/05/1993, edição 1.289, p. 25.

¹⁵ Istoé, 26/05/1993, edição 1.234, p. 26.

¹⁶ Folha de S.Paulo, 21/05/1993, Opinião, p. 1 – 2, “Alívio e dúvidas”.

¹⁷ O Estado de S.Paulo, 22/05/1993, Notas e Informações, p. A 3, “Missão que não pode falhar”.

¹⁸ Refere-se ao ex-governador de São Paulo Orestes Quércia, do PMDB, de quem FHC foi aliado partidário e político nos anos 70 e 80.

¹⁹ Veja, 26/05/1993, edição 1.289, p. 24-25.

Uma releitura das *seqüências discursivas* acima, pinçadas de revistas e jornais que integram o *corpus* principal, é iniciativa que traduz, desde logo, uma característica que se reiterará ao longo da investigação, nos momentos em que a imagem de Fernando Henrique é enfocada. Refiro-me a um conjunto de fragmentos discursivos, atravessado por um processo parafrástico, ou seja, uma espécie de retomada aos mesmos espaços do dizer. Noções primeiras sobre a Análise do Discurso destacam uma distinção entre paráfrase e polissemia, tensão moduladora de discursos na qual a primeira vertente *produz a variedade do mesmo* e, na segunda, a polissemia, *o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco.*²⁰

Percebendo-as como processos que se engendram no solo histórico, as representações de FHC, reiterando parafrasticamente a *variedade do mesmo*, ressoam de matrizes de enunciação cuja trajetória, distanciando-se do tempo presente, e em variadas inflexões, remete-nos a um Brasil que, desde a Colônia, instaurou um imaginário privilegiador do título ou do diploma como sinal de distinção. Não por acaso, esta observação ensejou e enseja ainda um sem número de estudos, cujos recortes temporais situam-se no cenário colonial e no Império, com seus bacharéis, e, a julgar pelo fenômeno aqui estudado, ressoando no Brasil de hoje.²¹ Como se verá mais adiante, no embate de representações, a encenação contará com um contraponto caro a Gramsci, ou seja, a ascensão política de um operário.

Na posse, durante um discurso de 35 minutos para cerca de 200 convidados que lotaram o pequeno auditório do Ministério da Fazenda, FHC aproveitou para começar a vender a sua imagem e falar de seus planos. Deu demonstração de generosidade e, apesar de todas as críticas da mídia ao seu antecessor, Elizeu Resende, classificou-o como *um bravo*, que realizou um *trabalho pungente*, com *persistência*, e que permitiu ao país já ter, naquele momento, um rumo para a economia. Fez um balanço *positivo* da situação econômica nacional, sobretudo considerando os quadros das dívidas interna e externa e do comércio internacional, e disse que o Brasil já tinha a sua opção para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo: *a sociedade brasileira já optou. O caminho está traçado. Está traçado na vontade de um país que, não só sabe das potencialidades que tem, como se cansou da desordem. Nós já começamos a arrumar a casa.*²²

²⁰ ORLANDI, Eni P. *Análise do Discurso.- princípios e procedimentos*. Campinas (SP), Pontes, 1999, p. 36 -38.

²¹ Sobre a valorização do diploma e suas tantas implicações, confira o clássico *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda. HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Cia das Letras, 26ª edição, 1995. Lembro, também, Sérgio Adorno. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, e a recente e instigante obra da historiadora Uyuaciara Velôso Castelo Branco. *A construção do mito do meu filho doutor: fundamentos históricos do acesso ao ensino superior no Brasil*. João Pessoa, UFPB, Universitária, 2005.

²² O Estado de S.Paulo, 22/05/1993, Economia & Negócios, p. 5.

Em seu discurso, FHC sinalizou claramente sua posição sobre a privatização, que não era, naquele momento, meramente uma questão ideológica. *Não há escolha, não pelo debate ideológico, se deveríamos ou não ter tido setor produtivo estatal. Se não tivéssemos tido, não teríamos o desenvolvimento que hoje temos. Não há escolha porque hoje não há mais capacidade do Tesouro, nem é mais possível extrair mais impostos da sociedade, para gastar seus recursos em empreendimentos que são de risco e muitas vezes não dão certo, como é natural da empreita econômica.*²³

Aqui, o militante de esquerda defende posições do passado, em defesa da presença do Estado na economia, em nome do desenvolvimento, ao mesmo tempo que já procura justificativa para suas futuras posições. Posições que, de resto, já vinham sendo apontadas pela mídia. O **Globo**, por exemplo, diz que FHC, pensador de esquerda, “revelou, na carreira política, ser imune à força deformadora do radicalismo” e poderia “dar um sentido pragmático ao programa de privatização, livrando-o da artificial disputa ideológica” que o ameaçava. E “não foi por acaso que os meios empresariais e os mercados receberam com serenidade (em alguns casos, até com entusiasmo)” a nomeação de FHC.²⁴

Ao clamar pela auto-estima nacional, Fernando Henrique certamente estava mirando o futuro. *Nós temos que voltar a acreditar em nós. Nós temos que talvez até usar palavras que muitas vezes vão perdendo, pela falta de uso, o significado real. Temos que ter dignidade nacional. Temos que tomar nosso rumo e, tomado o rumo, acreditar nele. Isto não significa basófia e nem significa que o ministro da Fazenda não sabe das dificuldades e nem significa que estejamos contentes.*²⁵

O sociólogo, o professor universitário, lembra da pobreza nacional e diz que a *ilusão de pensar que o Brasil é um país do Primeiro Mundo termina aqui dentro quando se olha para o povo, para a favela, para o desemprego, para as áreas rurais, para os bolsões de miséria. Países de primeiro mundo não tem nada disso. Nós temos tudo isso.* O político reitera que é preciso ser duro na sustentação de políticas sociais que permitam a recuperação, porque não haverá dignidade nacional sem a dignidade da pessoa humana.²⁶ A ênfase no desenvolvimento social, com a redução do analfabetismo, aumento da escolaridade, assistência à saúde, habitação, programas de geração de emprego e mais renda foi uma das prioridades dos programas de governo de FHC.

No que ficaria como a principal marca do seu discurso de posse, pelos seus desdobramentos, Fernando Henrique falou de uma obsessão, de um *fantasma que aparece menos vezes, que se corporifica menos vezes, mas que nos tortura no dia-a-dia. Nosso fantasma é uma espécie de*

²³ Idem.

²⁴ O Globo, 23/05/1993, Opinião, p. 6, “Trunfos políticos na economia”.

²⁵ O Estado de S.Paulo, 22/05/1993, Economia & Negócios, p. 5.

²⁶ Idem.

peste, é uma praga. É um flagelo do povo, que se chama inflação. A inflação corrói os salários e esburaca os cofres públicos. Lembrou que era papel do governo incentivar o desenvolvimento voltado para o mercado interno e para exportação, mas *o orçamento tem que ser executado de acordo com a disponibilidade do Tesouro.*²⁷

FHC começou também a pregar uma cruzada em torno de um entendimento nacional, com o argumento de que nada poderia fazer sozinho. Por isso mesmo precisava do *apoio irrestrito* do presidente Itamar Franco, de seus colegas de ministério, dos parlamentares de todos os partidos, empresários, líderes sindicais, trabalhadores. *Vamos acreditar juntos que nós vamos realmente combater essa inflação e que nós vamos, sim, segurar os gastos, quando for necessário, sem medo, com convicção.* Mesmo porque só haveria futuro se houvesse crescimento econômico e o país não tinha escolha. Era *crescer ou crescer.*²⁸

Nos jornais, discursos também referendam uma nova realidade que estaria por vir ou poderia vir com a administração FHC. No mesmo dia da posse na Fazenda, a **Folha** publicou um artigo do ex-ministro do Planejamento Reis Veloso,²⁹ no qual disse que o país respirava *aliviado ante a nomeação do ministro FHC para a Fazenda*, o que poderia ser o início de um processo que conferia *homogeneidade e status mais elevado ao novo ministério.* Fernando Henrique, segundo Veloso, poderia trazer uma equipe de alto nível para o comando da área econômica e, se o governo, a partir daquele momento, ganhasse *certa homogeneidade dentro de uma linha moderna de centro-esquerda*, poderia finalmente começar a funcionar organicamente. E disse mais sobre a entrada de FHC no Ministério: *Se a sua vinda servir de estímulo a que os novos ministros tenham um nível que lhe faça justiça, estaremos avançando na direção do ministério de notáveis.*³⁰

Nos dias seguintes à posse, existia no país um clima para um entendimento ou um pacto nacional, na avaliação de lideranças empresariais e de trabalhadores, desde que cumpridos requisitos como a reforma do Estado brasileiro (uma reivindicação antiga da classe empresarial) e uma distribuição mais justa da renda nacional (bandeira de luta dos assalariados), segundo a **Gazeta Mercantil**. O presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, Abram Szajman, disse que o clima de boa vontade havia crescido nos vários segmentos da sociedade com a nomeação de FHC para o a Fazenda. *Há todo um ambiente favorável para, pelo menos, se abrir o debate para acertar pontos comuns de saída para a*

²⁷ Idem.

²⁸ Idem.

²⁹ João Paulo dos Reis Veloso foi ministro do Planejamento dos governos Emílio Médici, de 1969 a 74, e Ernesto Geisel, de 74 a 79.

³⁰ VELOSO, Reis. “A modernidade de Fernando Henrique”. Folha de S.Paulo, 21/05/1993, Opinião, p. 1 – 3.

atual crise, afirmou, com o argumento de que o próprio FHC poderia ser o *fiador dessa operação*, pela facilidade com que transitava no Congresso.³¹

O presidente da Confederação Brasileira das Federações de Bancos (Febraban), Alcides Tápias, foi mais explícito sobre o pensamento empresarial: estariam *criadas as condições essenciais* para um pacto nacional, se o governo e o Congresso aprovassem ajustes nas finanças públicas, reduzindo despesas nas administrações federal, estadual e municipal e redistribuindo encargos, além de uma reforma para simplificar o sistema tributário nacional. Do lado dos trabalhadores, o presidente da Força Sindical, uma das mais importantes centrais sindicais do país, Luiz Antônio de Medeiros, disse que o clima positivo gerado a partir da nomeação de FHC teria de ser aproveitado rapidamente, antes que ele gastasse *seu crédito*. Medeiros entendia que o sucesso de um pacto dependeria, também, de um entendimento prévio entre os partidos políticos. *Sem essa base de sustentação, nada feito*.³² A Central Única dos Trabalhadores, controlada pelo PT, seria mais dura na queda. Para seu presidente, Jair Meneguelli, nada mudaria. *Saíram um ministro de direita e uma de esquerda para entrar um de centro-esquerda e outro general, de direita*.³³

Editorial da **Folha** reflete uma boa parte do sentimento da sociedade no momento da posse de FHC. Lembra que o fato de a especialidade de FHC não ser da área econômica não era tão relevante e diz:

“Com a indicação de Fernando Henrique Cardoso para a pasta da Fazenda, o país respira hoje um pouco mais aliviado. Não se ignora, evidentemente, a tarefa hercúlea que o novo ministro tem pela frente, nem se podem minimizar as dificuldades que se interporão nesse caminho – uma das quais, sem dúvida, continua a habitar no Palácio do Planalto. Ainda assim, a mudança é animadora. Em primeiro lugar porque encerra um período de crise e indefinição no cerne do governo, durante o qual a principal pasta do país era ocupada por um nome irremediavelmente desgastado. A confirmação do novo ministro titular atenua a tensão e a insegurança que se acumularam nos últimos dias e acirravam uma situação já demasiado grave. Em segundo lugar, porque o nome escolhido abre uma chance para que o governo abandone sua perigosa letargia atual.”³⁴

As chamadas de capa da **Veja** e da **Istoé**, logo depois da posse de FHC na Fazenda – tomadas de empréstimo para o título deste desta seção – são ilustrativas daquele momento da vida nacional. A **Veja** fala em “Grande Tacada” e complementa: “O grande desafio de Fernando Henrique é a última chance de Itamar Franco”. A **Istoé** se dá ao direito da dúvida - “E Agora, Vai?” - e acrescenta que “Itamar tenta de novo com Fernando Henrique na

³¹ Gazeta Mercantil, 2/06/1993, primeira página.

³² Idem.

³³ O Globo, 21/05/1993, o País, p. 5. Na avaliação de Meneguelli, havia saído Eliseu Resende, de direita, e entrado em seu lugar FHC, de centro-esquerda. Na mesma ocasião, deixou o Ministério da Administração a ex-prefeita de São Paulo Luíza Erundina, de esquerda, substituída pelo general Romildo Canhim, que seria de direita.

³⁴ Folha de S.Paulo, 21/05/1993, Opinião, p. 1 – 2, “Alívio e dúvidas”.

Fazenda”.³⁵ Já na “carta ao leitor”, em que explicita suas próprias opiniões, a **Veja** dá uma indicação do que se esperava com a nomeação de FHC, que servira, antes de tudo, para “desanuviar o ambiente político e infundir a esperança em dias melhores”. Tratava-se de um “intelectual de renome e um político capaz”, com credibilidade entre os empresários, meio sindical e o governo, em “condições de montar uma boa equipe, capaz de conduzir a economia”. O destino e o futuro do governo, assim, em grande parte, seriam “decorrência da capacidade de o presidente e Fernando Henrique conseguir acertar os ponteiros e colocar em prática uma política econômica eficaz”.³⁶

A **Veja** diz no título interno que seria “a última chance de Itamar” e acrescenta que, ao escolher FHC, ele colocava “o governo nos eixos”. O presidente era o único responsável pelo fracasso dos ministros anteriores e pela indicação de FHC, a “grande tacada”, que poderia “fazer com que o Brasil, depois de ter atingido o fundo do poço em matéria de desgoverno”, pudesse se recuperar e prosperar, porque, ao nomear FHC, Itamar fizera “a melhor escolha possível”. De um lado, tinha-se o “professor” FHC, que fazia “a aposta da sua vida”. Do outro, o “engenheiro” Itamar Franco, que jogava sua “última cartada”. Se conseguissem controlar a inflação e estabilizar a economia, o primeiro teria “condição de surgir como um presidenciável imbatível”, e o segundo entraria para a “história como o presidente que assumiu o poder em condições difíceis e mesmo assim conseguiu colocar o país nos trilhos e fez o sucessor”. Em caso de fracasso, iriam embora os sonhos de dois políticos, que passariam o resto da vida se culpando pelo que não deu certo. Mas havia algo pior. Se fracassassem, “pobre Brasil”.³⁷

A **Istoé** levantava dúvidas sobre a capacidade de FHC colocar nos eixos um país que naquele momento tinha um presidente de temperamento e de convivência difícil, uma inflação da ordem de 30% ao mês e “mais de 70 milhões de pobres e miseráveis”. Mas reconhecia que, apesar dos problemas, no Congresso Nacional parlamentares do governo e da oposição avaliavam que suas chances eram melhores do que a dos antecessores. Cita a opinião do deputado José Serra, para quem FHC tinha credibilidade, poderia formar uma equipe competente e certamente seria “tratado pelo presidente Itamar Franco de forma mais respeitosa do que seus antecessores”.³⁸

Em seus editoriais, os jornais lembravam que FHC poderia ter o seu caminho interrompido pelo presidente Itamar Franco, “com seu temperamento mercurial”, cercado de suas *comadres faladeiras*, todos incapazes de ver “que a frondosa árvore da crise tem como uma de suas principais raízes exatamente o estilo de governo do chefe de Estado”, como definiu o **Estado**.

³⁵ *Veja*, 26/05/1993, edição 1.289, p. 17 – 25; *Istoé*, 26/05/1993, edição 1.234, p. 25 – 30.

³⁶ *Veja*, 26/05/1993, edição 1.289, p. 17.

³⁷ *Idem*, p. 18.

³⁸ *Istoé*, 26/05/1993, edição 1.234, p. 28.

³⁹ Itamar seria a maior incógnita, “com seus rompantes intempestivos e comportamento errático”, mas poderia recompor o “capital de confiança desperdiçado desde a posse” com a contribuição da “grande competência política de FHC”, conforme a **Folha**. A expectativa positiva que cercou a entrada de FHC daria ao governo a chance de um novo início, mas poderia facilmente ser revertida se não houvesse “o apoio firme do chefe do governo”. Como a situação econômica era “bastante conturbada”, o país precisaria “desesperadamente de estabilidade e de clareza de horizontes”. Restava esperar que o presidente - que fizera uma boa escolha – mantivesse “com o novo ministro uma relação harmoniosa e produtiva”. ⁴⁰

FHC integrava o *selecionado grupo de políticos e intelectuais que acompanharam as profundas mudanças ocorridas no mundo e no Brasil* e era reconhecido, aqui e lá fora, como *um jogador de primeiro time*, o que mudava a percepção que se tinha do Brasil no exterior, afirmou o jornalista Carlos Alberto Sardenberg, diretor de jornalismo da Rede Bandeirantes, em texto publicado na **Folha**. Eis sua opinião:

E lá vamos nós de novo, recomeçando a política econômica. Mas se em outras ocasiões a mudança inspirava sentimentos entre o desânimo e o conformismo, desta vez criou uma expectativa extremamente positiva. Não se trata de simples otimismo. A chegada de Fernando Henrique Cardoso ao Ministério da Fazenda gerou e espalhou por toda parte a percepção inédita de que a política econômica pode dar certo. (...) A chance não é apenas real. É de ouro. É difícil imaginar melhor combinação entre o homem, o cargo e o momento. (...) Itamar Franco não conseguia reunir vontade política para impor a estabilidade. É isso que mudou da água para o vinho. A imensa reação positiva à nomeação de Fernando Henrique reflete essa percepção, de que agora há um ministro da Fazenda capaz de definir e aplicar uma política eficiente. Mas, inversamente, se a oportunidade é de ouro, o momento é, digamos assim, muito perigoso. Estamos mais ou menos como a Seleção Brasileira de Futebol em 1982: o time tinha tantas condições de ganhar a Copa do Mundo, que a perda teve um impacto multiplicado. ⁴¹ A seleção de Fernando Henrique significa talvez a última chance que o país tem de buscar a estabilidade e a reforma economia em ambiente democrático. No caso de fracasso, as pessoas dirão “mas nem assim?” e isso criará um ambiente propício a todo tipo de aventuras. ⁴²

Em seu texto, Sardenberg argumenta também que o fato de Fernando Henrique ser reconhecido como um *homem de frente* permitiria a formação de uma equipe de governo qualificada, de *primeiro time*. Lembra que havia *uma nova geração de economistas e gerentes que acabou triturada por desastres e azares políticos*, mas que estava amadurecida,

³⁹ O Estado de S.Paulo, 22/05/1993, Notas e Informações, p. A 3, “Missão que não pode falhar”.

⁴⁰ Folha de S.Paulo, 21/05/1993, Opinião, p. 1 – 2, “Alívio e dúvidas”.

⁴¹ Embora haja controvérsia sobre o assunto, vários especialistas e torcedores acham que a Seleção Brasileira da Copa do Mundo de 1982, na Espanha, foi uma das melhores da história, ao lado da que ganhou a Copa de 1970, no México. Com jogadores no auge de sua forma física e técnica, como Zico, Sócrates, Falcão, Júnior e Cerezo, entre outros, a Seleção foi desclassificada nas quartas de final, ao perder de três a dois para a Itália, dia 5 de julho de 82, no estádio Sarriá, em Barcelona. .

⁴² SARDENBERG, Carlos Alberto. “É uma chance de ouro, talvez a última”. Folha de S.Paulo, 23/05/1993, Dinheiro, p. 2 – 7.

com quase 10 anos de experiência e treinamento nos setores público e privado, um time *pronto para o jogo*, que FHC poderia utilizar.⁴³

A posse de Fernando Henrique Cardoso no Ministério da Fazenda ocorreu pouco mais de um ano antes das eleições que escolheriam o novo presidente da república brasileira. Foi inevitável que surgissem desde o início, portanto, as especulações em torno de sua candidatura, caso sua administração desse certo, inclusive porque, naquele momento, as pesquisas de opinião apontavam apenas dois pré-candidatos como prováveis futuros presidentes, Lula da Silva e Paulo Maluf. Já no dia 23 de maio, o Globo afirmou: “Se o novo ministro conseguir atravessar a fase crítica dos 90 dias e viabilizar o programa de estabilização da economia, poderá se fortalecer como candidato do presidente (Itamar Franco), ocupando a chamada terceira via – alternativa contra a polarização Lula-Maluf”.⁴⁴

A revista **Istoé** assegura que era antigo o projeto de Fernando Henrique tornar-se presidente da República. Uma ambição elevada, mas “compreensível, em alguém que desde a juventude jamais deixou de fazer sucesso, até mesmo na hora do exílio, a que o condenou a ditadura militar”. Depois de cassado na USP, diz a revista, FHC “ganhou em definitivo, aos olhos do mundo, a auréola de progressista, quando não de esquerdista, embora os seus críticos a neguem”.⁴⁵

O articulista da **Veja** Elio Gaspari sugeriu que o mandato de FHC poderia durar seis meses ou seis anos, já que ele era candidato a dois destinos: *Um é o de seus antecessores e consiste num ciclo que, começando com banquetes, termina com a janta do homenageado. O segundo é a Presidência da República*. Disse que era *ótimo* ele querer ser presidente, porque candidaturas como as de Paulo Maluf e Lula da Silva precisavam do fracasso alheio para dar certo, enquanto a de FHC precisava de sucesso. As medidas para combater a inflação, segundo o articulista, teriam o apoio da sociedade e, assim, *o suave senador Cardoso*, em uma situação com a inflação em queda, sob controle, seria *chamado de erudito, acadêmico que evoluiu em suas posições políticas, operador prudente*. Caso contrário, não passaria de *vaidoso, volátil, vacilante*.⁴⁶

Nos primeiros dias após a posse, FHC reiterou a necessidade de ter o apoio da sociedade, o que incluía os partidos políticos, para promover as mudanças na economia. “Uma ação cooperativa dessa natureza parece altamente desejável para atenuar os custos da crise, porém requer, antes de mais nada, providências do governo no sentido de mostrar que tem realmente a disposição de sanear as finanças públicas”, respondeu, em editorial, a **Folha**. Sugeriu a FHC

⁴³ Idem. Sardenberg refere-se aqui à equipe de economistas que começou a trabalhar no governo com o Plano Cruzado, em 1986, e que, de fato, faria o Plano Real.

⁴⁴ O Globo, 23/05/1993, O País, p. 5.

⁴⁵ Idem, p. 30.

⁴⁶ GASPARI, Elio. “O ministro é candidato”. *Veja*, 26/05/1993, edição 1.289, p. 29.

não ter ilusões, pois aquele “período de graça” que desfrutava era efêmero e a gravidade da conjuntura requeria ações rápidas. E “para não submeter a sociedade a novo fracasso, com todos os inevitáveis custos sociais e políticos envolvidos”, seria necessário “rejeitar qualquer tipo de choque, qualquer ilusão de que é possível, como em um passe de mágica, reconstruir o padrão monetário nacional sem antes assegurar o equilíbrio das contas do governo”. O fato novo e positivo naquele momento era a maior “credibilidade auferida por FHC”, segundo a Folha, que concluiu: “Esse ingrediente – volátil – é precioso para tentar realizar a hercúlea tarefa de cortar gastos, contrariando inevitavelmente uma ampla gama de interesses. Se isso for feito, as autoridades estarão credenciadas para novos e mais arrojados passos. E apenas neste caso contarão com o apoio de importante parcela da sociedade brasileira”.⁴⁷ Como se verá, o apoio veio depois.⁴⁸

Plano para ação imediata

Na manhã de 14 de junho de 1993, o ministro Fernando Henrique Cardoso participou de uma reunião ministerial, no Palácio do Planalto, que aprovou o seu Plano de Ação Imediata, o PAI. Saiu de lá e foi para o auditório do Ministério da Fazenda, onde concedeu longa entrevista coletiva para explicar o que anunciaria à noite, em pronunciamento no rádio e na televisão. Suas declarações foram amplamente divulgadas pelos meios eletrônicos no mesmo dia e pelos jornais e revistas nos dias seguintes. Durante algum tempo os veículos de comunicação se refeririam ao PAI como “plano verdade”, expressão retirada do pronunciamento de FHC.

Os brasileiros passaram a conhecer, então, detalhes das idéias do ministro da Fazenda para começar a mudar a realidade econômica e social do país, em um processo que deveria durar vários meses. Na verdade, na entrevista e no pronunciamento em que falou do PAI, Fernando Henrique procurou transmitir um conjunto organizado de informações, opiniões e propostas que formavam a base de um projeto para a construção de um novo futuro que ele vislumbrava. Nas falas de FHC, via-se claramente, também, o discurso de um candidato que se colocava

⁴⁷ Folha de S.Paulo, 011/06/1993, Opinião, p. 1–2, “A vez do governo”.

⁴⁸ Como se viu, nesta espécie de “bastidores” da encenação política que antecipa como ator principal FHC, as seqüências discursivas selecionadas formam uma constelação que inclui, nos mesmos suportes midiáticos, transcrições de fragmentos e textos/discursos sobre o tema e atores sociais que o enredam. Não me ocuparei, neste estudo, das complexas considerações próprias da filosofia da linguagem, voltadas para a tipologia dos discursos, como, por exemplo, as reflexões de Bakhtin sobre tais aspectos. Em outra parte da tese, ocupei-me com os gêneros propriamente jornalísticos. Ao longo do trabalho, pautei-me pela conduta adotada por Negrão de Mello, 1987, op. cit., que optou por classificar os discursos trabalhados em duas vertentes: *discurso do político* e *discurso sobre o político*. No presente caso, tanto um quanto o outro são tomados como *discursos políticos mediatizados*, pois o suporte é o mesmo e atende às mesmas regras e condições de produção. Conf. GHIGLIONE, Rodolphe. *Je vous ai compris*. Paris, Armand Colin, 1989.

diante da sociedade se oferecendo para dirigir os destinos da Nação com uma perspectiva diferente.

Em sua essência, o PAI consistia em um corte equivalente a 6 bilhões de dólares no orçamento do governo de 1993, cobrança de dívidas atrasadas de estados e municípios e maior fiscalização sobre os grandes contribuintes pessoas física e jurídica do Imposto de Renda. Previa a ampliação do programa de privatização, inclusive com a inclusão dos setores elétrico e ferroviário, além do Banco Meridional, do Rio Grande do Sul, e uma série de medidas para enquadrar os bancos estaduais e seus administradores em uma política de austeridade.⁴⁹

Não havia medidas de impacto ou surpresas, como em planos econômicos anteriores. No fundo, era mais uma declaração de princípios, o início de um processo, para mostrar à sociedade os propósitos e objetivos do ministro da Fazenda. Como definiu a Istoé, uma “preparação de terreno para o anúncio de medidas mais audazes”, que só poderiam “vir em um ambiente de maior credibilidade”.⁵⁰ O PAI foi preparado por um pequeno grupo tendo à frente os economistas Edmar Bacha, Gustavo Franco e Winston Frisch, além do secretário-executivo Clóvis Carvalho, todos do Ministério da Fazenda, com apoio do então deputado José Serra, segundo informa o próprio FHC em uma entrevista à revista **Veja**, que depois se transformaria em livro.⁵¹

Na entrevista, Fernando Henrique explicou que o Plano não se esgotava com o ajuste fiscal anunciado, era um processo no qual se tomariam medidas o tempo todo, porque não era hora de fazer um plano a mais. O país havia crescido 3% no primeiro semestre daquele ano, começava a sair da recessão e não tinha dois caminhos a percorrer. Precisava acabar com a *febre chamada inflação, o flagelo do povo, porque corrói os salários*, até mesmo porque não *existe crescimento sustentado sem controle da inflação*.⁵²

E FHC passou a vender diretamente para a sociedade a imagem que tinha ou queria de si próprio. Nunca foi *mercador de ilusões* nem prometeu coisa em que não acredita. E deu o tom do que seria o seu plano econômico: *Não vamos propor metas falsas e irrealistas. Não vai haver choque, não vai haver tiro certo, porque isso não existe. Não vai haver truque. Ninguém muda o Brasil por decreto, este é o plano da verdade*. E o custo do ajuste não seria a recessão, porque o Brasil tinha uma população muito grande, pobre e precisava crescer.⁵³

Em seu pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, na noite do dia 14 de junho, o ministro Fernando Henrique disse:

⁴⁹ Folha de S.Paulo, 15/06/1993, Brasil, p. 1 – 5. A íntegra das medidas do PAI também podem ser encontradas no site do Ministério da Fazenda - www.fazenda.gov.br – seção Plano Real, item Histórico.

⁵⁰ Istoé, 23/06/1993, edição 1.238, p. 30.

⁵¹ TOLEDO. Roberto Pompeu de. *O presidente segundo o sociólogo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 66.

⁵² O Estado de S. Paulo, 15/06/1993, Economia & Negócios, p. B 4.

⁵³ Idem.

*O Brasil acostumou-se a ver seus ministros da Fazenda virem à televisão para fazer promessas, anunciando planos mágicos e vender projetos salvadores. Posso frustrar quem espera de mim algo parecido. Aqui, falando com você olho no olho, não está nenhum super-homem. Está apenas um cidadão brasileiro ministro de Estado. Não estou aqui, repito, para fazer promessas, nem para vender ilusões. Não se pode brincar inconseqüentemente com as necessidades, a esperança e com os sonhos de um povo. Venho com a verdade. Uma verdade dura, mas necessária. A inflação não vai acabar de um dia para outro, com um golpe, com um tiro ou com um passe misterioso. Hoje, o Ministério da Fazenda tomou um conjunto de providências que vão ajudar a colocar o Brasil nos trilhos. A inflação vai acabar sim, mas com um trabalho sério, sistemático, continuado.*⁵⁴

Na entrevista aos jornalistas e no pronunciamento, FHC criticou os gastos e o endividamento do setor público (governo federal, estados e municípios), deixando claro que a moralização desse setor era um dos pilares fundamentais do Plano. *Não é nosso propósito massacrar ninguém. Mas vamos atacar a questão das dívidas dos estados e municípios como condição para reerguer e resgatar a credibilidade das contas públicas*, disse na entrevista à imprensa.⁵⁵ No pronunciamento, acrescentou que iria acabar a prática de prefeitos e governadores que pegavam dinheiro, gastavam, e não pagavam. *Neste momento, estados e municípios devem ao governo federal 40 bilhões de dólares. Isso acabou. Vamos pedir aos governadores e prefeitos que paguem. Contamos com o apoio deles. E do Congresso, que votará a lei necessária aos novos tempos.*⁵⁶

Da parte do governo federal, FHC anunciou uma guerra aos sonegadores, para aumentar a arrecadação de tributos, e a aceleração do processo de privatização das empresas estatais, com o argumento de que, em 10 anos, o governo federal gastou 21 bilhões de dólares para cobrir o prejuízo só das empresas que estavam à venda naquele momento⁵⁷. *Porque este dinheiro tem de ser gasto em saúde, educação, na produção de alimentos, no combate à fome e à miséria e na criação de novos empregos.*⁵⁸ Prometeu colocar um ponto final na *desordem financeira e administrativa do setor público*, para reconstruí-lo em *bases sólidas* e para *devolver ao funcionário a dignidade da função*. Era fundamental que o empresário, a classe média e os trabalhadores tivessem *seus ganhos e a segurança de seu emprego, livres da ação deste assassino oculto chamado inflação*. Tudo seria feito com *estabilidade e perseverança, sem pacotes, sem arbitrariedades, respeitando a lei.*⁵⁹

Na verdade, no pronunciamento e na entrevista FHC procurou vender a imagem de um novo governante, para um novo tempo. Como ministro da Fazenda, apontou como prioridade absoluta o combate à inflação, que tanto martirizava os brasileiros, corroendo o valor real dos

⁵⁴ Correio Braziliense, 15/06/1993, Economia, p. 10.

⁵⁵ O Estado de S. Paulo, 15/06/1993, Economia & Negócios, p. B 4.

⁵⁶ Correio Braziliense 15/06/1993, Economia, p. 10.

⁵⁷ Folha de S. Paulo, 15/06/1993, Brasil, p. 1- 5.

⁵⁸ Correio Braziliense, 15/06/1993, Economia, p. 10.

⁵⁹ Idem.

salários e provocando uma enorme desordem no setor produtivo. Mas tudo seria feito sem planos mágicos, choques ou truques – ou seja, nada de congelamentos de preços e salários, confisco de contas bancárias e de poupança. FHC sinalizou que o seu discurso e a sua prática, a sua realidade, seriam diferentes daquelas dos ex-presidentes José Sarney e Fernando Collor de Mello, que executaram vários pacotes econômicos, com esses choques e truques, sem resultados duradouros. O tiro certo foi referência a uma mágica que Collor tentou sem sucesso e deixou marcas profundas na sociedade, ao promover o maior confisco da poupança privada da história brasileira, logo que assumiu, em março de 1990. Collor deixou o governo, em dezembro de 1992, com menos de dois anos de mandato, e uma inflação mensal da ordem de 25%, medida por índices de preços ao consumidor. ⁶⁰

O discurso de Fernando Henrique trazia claramente uma mensagem de quem mirava o futuro, ao dizer que a inflação só acabaria com um trabalho sistemático e continuado. Algo que se completa quando disse que pretendia resolver o problema do endividamento do setor, moralizar a administração federal e transferir recursos para gastos em saúde, educação, para gerar empregos, combater a fome e a miséria. Sociólogo conhecedor da realidade brasileira, político competente e experiente que era, sabia muito bem que essas questões não se resolveriam em um ano e meio, que era o seu mandato na Fazenda, se ficasse até o final, em dezembro de 1994.

O discurso mirando o futuro fica mais claro quando FHC diz que o governo estava começando uma nova fase para assegurar a dignidade do povo, mas não deveria nem poderia começar sozinho e apelou: *O Governo precisa de aliados! Eu preciso de aliados! O Brasil precisa de aliados!*. Seriam os *aliados do Brasil*, convocados para uma *luta séria, uma longa batalha*, que não seria *vencida com mágicas, com artifícios, com ilusões*, mas com *segurança no dia-a-dia, no mês-a-mês*. E, mais especificamente, quem seriam esses aliados? Os governadores e prefeitos, que deviam *disciplinar seus gastos, assumir suas responsabilidades*. O Judiciário, para fazer cumprir a lei; os empresários, para pagar seus impostos; e o Congresso Nacional, cujos deputados e senadores teriam de *ajudar a implantar o programa verdade*, do qual o governo federal dependeria para *executar um orçamento viável e manter suas contas transparentes*. ⁶¹

⁶⁰ Depois de eleito, entre janeiro e fevereiro de 1990, Collor visitou (por ordem) os Estados Unidos, Japão, União Soviética, Alemanha, Itália, França, Inglaterra, Portugal e Espanha para apresentar a presidentes e primeiros-ministros suas propostas de governo. Em uma entrevista no Keindanren, a Federação das Organizações Econômicas do Japão, em Tóquio, ao explicar como pretendia resolver os problemas da dívida externa, do déficit público e da inflação no Brasil, Collor disse que se sentia como um caçador no meio da floresta ameaçado de ser atacado por um tigre, mas que só tinha uma bala disponível. O tiro precisava ser certo, o caçador não poderia errar. “É isso o que vou fazer”, disse o presidente, conforme registra O Estado de S. Paulo, 30 de janeiro de 1990, Política, p. A 4.

⁶¹ Idem.

A rapidez nas mudanças dependeria do apoio da sociedade na execução das medidas, segundo FHC, inclusive para acabar com as *filas de pedintes* - prefeitos, governadores, empresários e banqueiros - que sempre se formaram no gabinete do ministro da Fazenda para ele abrir o cofre, mesmo porque era preciso acabar com a prática de que o ministro tinha a chave do cofre e decidia sobre todos os gastos. As mudanças eram indispensáveis também para que o país deixasse de conviver com um orçamento sem credibilidade, que espichava *como sanfona*.⁶²

Fernando Henrique disse que em um estado de direito não cabe enforçar ninguém, mesmo os sonegadores, *mas ficaria muito feliz se alguns fossem para a cadeia*. Pediu à Procuradoria Geral da República para apressar os processos que estavam no Ministério Público contra quem não pagava impostos.⁶³ Na reunião ministerial que aprovou o Plano, no Palácio do Planalto, o presidente Itamar Franco havia dado o seu recado: *As elites empresariais alienadas* teriam de colaborar para tirar o Brasil da crise, *por bem ou por mal*.⁶⁴ Como era seu estilo, sem deixar claro exatamente o que queria dizer.

À retórica incisiva de FHC subjaz a contestação a uma prática que se pereniza no cenário político brasileiro, tão bem estudada por interlocutores que aparecem nesta tese e que refletiram sobre o sistema de clientela e patronagem, a cultura do favor e as tênues fronteiras entre o público e o privado. Refiro-me, por exemplo, ao sempre lembrado Sérgio Buarque de Holanda, Michel Debrun, Raymundo Faoro e Emília Viotti.⁶⁵

O objetivo do PAI em um primeiro momento, segundo FHC, era o equilíbrio das contas públicas, deixando para depois uma definição sobre o resultado operacional dessas contas, que incluía o pagamento dos juros da dívida, uma das bases dos entendimentos com o Fundo Monetário Internacional.⁶⁶ Em outra definição, da **Gazeta Mercantil**, o Plano anunciado era “aparentemente simples”. O governo federal pretendia gastar o que arrecadasse, receber parte das dívidas dos estados e municípios e enquadrar os bancos estaduais em um regime administrativo em que seus acionistas majoritários, os próprios governos dos estados, não fossem mais permanentemente financiados por eles. O governo também pretendia acelerar o programa de privatização, ampliar a luta contra os sonegadores de impostos e aprovar o Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras (IPMF). Mas, como dizia o próprio

⁶² O Estado de S. Paulo, 15/06/1993, Economia & Negócios, p. B 4

⁶³ Folha de S.Paulo, 15/06/1993, Brasil, p. 1 – 5.

⁶⁴ Gazeta Mercantil, 15/06/1993, primeira página.

⁶⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque, 1995, op. cit.; DEBRUN, Michel, *Conciliação e outras estratégias*. São Paulo, Brasiliense, 1983; FAORO, Raymundo, *Os Donos do Poder*. São Paulo, Globo, 2001, 3ª edição, (em um volume); COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*, São Paulo, Ciências Humanas, 1979, 2ª edição.

⁶⁶ Folha de S.Paulo, 15/06/1993, Brasil, p. 1 – 5.

jornal, “complexa, difícil”, no entanto, seria a sua execução, que ficaria “a cargo da habilidade política do ministro da Fazenda”.⁶⁷

FHC reconhecia que haveria dificuldades para aprovar as medidas propostas no Congresso Nacional, mas achava que os parlamentares dariam apoio ao programa, apoio que não seria ao ministro, mas ao país. E disse mais FHC: *Não tenho medo de pressões. O gosto da vida são as pressões. Não existiria atividade política se elas não existissem. Mas estou aqui para enfrentá-las. Sei também que apoio político se cria.*⁶⁸

Assim, em menos de quatro semanas após a posse no Ministério da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso lançou a base de um conjunto que, organizado e sistematizado nos meses seguintes, ajudaria substancialmente a garantir sua cadeira no Palácio do Planalto, 15 meses depois. Como em toda Nação democrática, dividida ideologicamente, a sociedade brasileira também tomou o seu lado. Havia um conjunto de formadores de opinião, a exemplo de partidos e políticos, empresários, lideranças sindicais, professores universitários, consultores, profissionais liberais e a mídia. Embora com ressalvas em determinados momentos, a maioria era favorável a FHC. Em oposição, estavam, sobretudo, líderes sindicais de trabalhadores e partidos políticos com posições mais à esquerda. No meio, a grande massa da sociedade, que, como se verá, levaria ainda pouco mais de um ano para adotar de vez FHC e as representações em torno de uma nova realidade que estaria por vir. A mídia impressa brasileira deu amplo destaque ao anúncio do PAI, assim como, antes, dera para a posse de FHC. Esses pontos de inflexão, “acontecimentos dentro do acontecimento”, foram apenas o início de uma história que marcaria significativamente as relações entre jornais, revistas, o presidente brasileiro e seus dois governos.

A sociedade e a mídia reagem ao plano

Uma leitura dos jornais e revistas em 15 de junho e dias seguintes mostra várias posições que refletiam o pensamento de setores distintos da sociedade em relação ao PAI. Havia os discursos dos próprios meios de comunicação, em suas matérias, reportagens e editoriais, e os discursos de outros, que falavam em nome de alguém ou com algum objetivo. Eram apoios e críticas, leves ou contundentes, receios, sugestões, tudo se juntando para formar representações que se consolidaram com o tempo. Tratava-se de um choque para dentro do governo, com medidas para tentar aviar a receita de que a “crise brasileira é uma crise do Estado”, conforme

⁶⁷ Gazeta Mercantil, 15/06/1993, primeira página; Programa Econômico, p. 5.

⁶⁸ O Estado de S. Paulo, 15/06/1993, Economia & Negócios, p. B 4.

a **Gazeta Mercantil**. Uma “dieta orçamentária”, segundo o **Estado**, ou uma “opção pelos cortes inteligentes”, que não implicaria cortar gastos a qualquer custo, conforme o **JB**.⁶⁹

O Plano promovia um “choque de moralidade no país” e atacava a “desordem no setor público”, sem afetar diretamente a vida dos cidadãos ou empresas privadas, como aconteceu com a maioria dos programas econômicos adotados desde 1986. Seu impacto maior recaía sobre a desordem nas finanças do governo e sobre os sonegadores. Tratava-se do “mais rígido arrocho sobre as finanças públicas” executado até aquele momento, pois, como reconhecia o próprio governo, a economia brasileira estava “sadia, mas o governo enfermo”.⁷⁰

Em todo o país, o Plano recebeu mais apoio do que crítica, disse o **Estado**, refletindo o clima daquele momento inicial, de entusiasmo, com um pouco de dúvida ou inquietação. O jornal cita a opinião do economista Affonso Celso Pastore, ex-presidente do Banco Central, para quem as medidas de caráter fiscal poderiam segurar o déficit público, por sua vez, condição necessária (embora não suficiente) para combater a inflação. Sindeval Aroni, presidente do Sindicato dos Economistas do Estado de São Paulo, destacou que as medidas eram fortes, sérias e consistentes. Além disso, começaram pelo controle das contas públicas, para depois, dependendo dos resultados, partir para uma ação direta sobre a inflação. Os outros planos negligenciaram a parte do governo e sucumbiram por isso, segundo o economista. O presidente da Fiesp, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, segundo o jornal, disse: *Não estou eufórico, mas esperançoso, pois se as medidas forem implementadas poderá haver queda da inflação e crescimento econômico*. Presidente do Sindicato dos Bancos do Estado do Rio, Théophilo de Azeredo Santos apontou que o caminho não era o melhor, mas o único que restava ao país, e alertou para o fato de que vários setores, mesmo apoiando em público, iriam pressionar para evitar o ajuste do setor público.⁷¹

Na versão do **JB**, “pela primeira vez nos últimos anos o mercado financeiro aprovou, com entusiasmo, as medidas econômicas anunciadas pelo governo”. O jornal recorreu a Luís Chrysostomo, do Banco Cindam, para quem o grande mérito do plano *foi romper com o imobilismo fiscal*. Para ele, as medidas anunciadas, mesmo sem baixar a inflação no curto prazo, teriam um grande efeito sobre as expectativas dos agentes econômicos, que passariam a acreditar em um programa sério de ajuste. Como disse o presidente da Associação Nacional dos Bancos de Investimentos (Anbid), Marco Aurélio Cançado, o plano significou uma mudança de eixo e pela primeira vez se percebeu *uma efetiva vontade de se cortar o déficit*. Para Carlos Salles, presidente da Xerox do Brasil, o plano se distinguia dos anteriores ao reconhecer que a *desorganização do setor público* era o principal *motor da inflação*. Disse que

⁶⁹ Dia 15/06/1993: *Gazeta Mercantil*, p. 5; *O Estado de S. Paulo*, primeira página; *Jornal do Brasil*, Economia e Finanças, p. 9.

⁷⁰ *Jornal do Brasil*, 15/06/1993, Política e Governo, p. 4.

⁷¹ *O Estado de S. Paulo*, 15/06/1993, Economia & Negócios, p. B 16.

era muita coragem do ministro levar o governo a admitir, publicamente, que sua casa está totalmente bagunçada.⁷²

Maurílio Biagi, vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria de Base (Abdib), aplaudiu o fato de o plano tentar *transmitir com franqueza a situação das contas públicas e pregar o entendimento*. Presidente da Olivetti do Brasil, Henrico Misasi destacou que o governo se propunha a fazer sua *parte antes de pedir sacrifícios do resto da sociedade*. Para ter a credibilidade necessária para estabilizar a economia o governo deveria, porém, *colocar na cadeia quem não respeitasse as decisões tomadas, a exemplo dos que faziam bandalheiras em bancos estaduais ou estatais*. O futuro mostrou que correto foi o diagnóstico do ex-ministro e então deputado federal Delfim Netto: *O ministro não fez um plano. Ele está construindo as condições necessárias para, se tudo der certo, então poder fazer um plano que leve o Brasil ao crescimento*. Maurício Schullman, presidente do banco Bamerindus, disse que estava otimista com o *choque de bom senso*, com propostas claras e os números básicos para o corte de despesas.⁷³

As opiniões entre governadores e prefeitos, um dos alvos da proposta de moralização do setor público anunciada por Fernando Henrique, foram favoráveis, com ressalvas. *Eu gostaria de estar errado, mas será mais um desgaste e mais uma descrença na opinião pública*, disse o governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, que justificou sua posição com uma suposta falta de credibilidade do governo federal. *Eu acredito que as intenções do ministro são boas, entretanto, não acredito na eficácia completa, porque não acredito na credibilidade do governo*, insistiu ACM. Leonel Brizola, governador do Rio de Janeiro, do PDT, em tese partido de oposição, entendeu a proposta como uma *política de austeridade*, da qual ninguém poderia discordar, mas era apenas um *aquecimento na preparação de medidas mais graves*. Alceu Colares, governador do Rio Grande do Sul, do mesmo partido de Brizola, criticou a proposta de privatização do Banco Meridional, controlado por seu governo, e de empresas como a Companhia Siderúrgica Nacional, ressaltando que apoiava, porém, a venda daquelas estatais que estivessem gerando dívidas para o país.⁷⁴

Em um outro sentido, governadores do PMDB, aliados de Itamar Franco, foram mais generosos com o Plano. Hélio Garcia, de Minas, afirmou que com a austeridade seria possível vencer a inflação e recuperar as finanças públicas. Roberto Requião, do Paraná, propôs o apoio político ao Plano, com a ressalva de que não se deveria correr muito com o programa de privatização, *sob o risco de tropeçar nas próprias pernas*. Vilson Kleinunbing, do PFL de Santa Catarina, também aliado, disse que as ações eram *corretíssimas*. Acreditava, inclusive,

⁷² Jornal do Brasil, 15/06/1993, Negócios e Finanças, p. 1

⁷³ O Globo, 15/06/1993, Economia, p. 18.

⁷⁴ Gazeta, 15/06/1993, Programa Econômico, p. 5.

que o ministro Fernando Henrique poderia ser mais rigoroso ainda, especialmente com relação ao déficit público e à especulação financeira. Entre os prefeitos das capitais, havia uns otimistas, outros ressabiados. Rafael Greca, de Curitiba, do PDT, por exemplo, entendia que o Plano refletia e a intenção do governo de fazer sua parte para retirar o país da crise. *Até que enfim parece que o Brasil tem governo*, disse. Paulo Maluf, de São Paulo, do PPR, que não participava da administração Itamar Franco, achava que o Plano poderia dar certo se o governo cortasse os gastos desnecessários. Caso contrário, FHC seria *mais um ministro da Fazenda que não conseguiu combater a inflação*. O prefeito de Recife, Jarbas Vasconcelos, do PMDB, disse que as medidas eram *duras*, iriam trazer sacrifícios, mas *bem vindas*. Algumas até deveriam ter sido adotadas antes, como *o combate à sonegação de impostos*. A prefeita Lídice da Mata, de Salvador (PSDB), manifestou apoio à redução de gastos.⁷⁵

O Congresso Nacional, que em última instância seria o responsável pela viabilidade do Plano, com a aprovação ou não do que havia sido proposto, recebeu as medidas com um pé atrás. Foi um primeiro sinal a indicar que as relações do Legislativo com os dois governos FHC, como se verá ao longo deste trabalho, seriam tumultuadas. O líder do PFL no Senado, Marco Maciel, que por ironia do destino viria a ser o vice-presidente de FHC, disse que haveria *uma reação muito forte* e que tudo dependeria da determinação do governo em discutir os cortes de gastos anunciados. O líder do PPR, Esperidião Amin, disse: *Vai ser uma batalha. O governo tem que mostrar muita unidade e, se os ministros não concordarem com as medidas, isso pode levar o plano à bancarrota*. O senador Élcio Álvares (PFL-ES) explicou que muita gente no Senado reclamava *por causa de suas verbas paroquiais*, mas o Congresso tinha de dar respaldo ao Plano, *ter um toque de patriotismo*. O deputado Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), presidente da Câmara, completou: *São medidas austeras e rigorosas, mas necessárias. Não interessa que o ano que vem seja um ano eleitoral. Temos que pensar no Brasil*.⁷⁶

Desde a redemocratização do Brasil, com a posse do civil José Sarney, em 1985, as relações do Executivo com o Congresso Nacional nunca foram fáceis. Um dos principais problemas é que a maioria dos parlamentares nunca se sente obrigada a seguir as orientações de seus partidos, cujos acordos com o governo dependem de outros entendimentos individuais. O próprio Sarney teve de negociar muito para governar e inclusive conseguir os cinco anos de mandato, pois parte dos deputados e senadores queira reduzir o mandato presidencial, inclusive o dele, de seis anos, como previa a Constituição na época, para quatro anos.⁷⁷ Fernando Collor de Mello desprezou solenemente o Congresso e com isso colocou mais lenha na fogueira das

⁷⁵ Idem.

⁷⁶ O Globo, 15/06/1993, Economia, p. 20 – 24 .

⁷⁷ Sarney teve os cinco anos de mandato, mas a Constituição, aprovada em 1988, reduziu o mandato presidencial para quatro anos.

denúncias que resultaram no seu *impeachment*. Os problemas de FHC para aprovar, como ministro, as propostas econômicas voltariam em vários episódios durante o seu governo.

Um apoio insuspeito ao PAI partiu da igreja católica, pela voz do cardeal arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns. Ele se declarou otimista e disse que o Plano merecia *toda credibilidade*, durante o lançamento do projeto “O Brasil que queremos” com o qual a Cúria Metropolitana pretendia reunir empresários, trabalhadores e representantes da sociedade civil para combater a depressão e o pessimismo. Lembrou, porém, que o programa deveria ser a base para uma série de planos de ação do governo voltados para educação, saúde e criação de empregos. O cardeal manifestou sua confiança no trabalho de Fernando Henrique e elogiou a equipe do ministro da Fazenda: *Parece que ele está com colaboradores muito bons.*⁷⁸

Nos primeiros momentos, os jornais registraram poucas declarações frontais de oposição às propostas anunciadas por Fernando Henrique. O presidente da Central Única dos Trabalhadores, Jair Meneguelli, disse que ouviu o pronunciamento do ministro, não gostou e concluiu que o reajuste mensal dos salários era imperativo: *Não houve nenhuma medida de combate imediato à inflação e isso exige mecanismos urgentes de proteção dos salários.* Para o dirigente da mais organizada entidade sindical oposicionista daquela época, o ministro propôs, de forma disfarçada, maior recessão do que os planos anteriores, ao sugerir que os salários dos servidores, as dívidas dos estados e municípios e o orçamento público eram os responsáveis pelo déficit governamental. *Corte de orçamento significa redução de investimentos públicos e isso é recessivo,* sustentou.⁷⁹

Desde o princípio, os jornais brasileiros contribuíram para reforçar a imagem de que FHC e o seu plano tinham ou poderiam ter o apoio de setores externos. A **Folha** publicou texto do correspondente em Londres em que diz que as idéias “receberam elogios de observadores da economia brasileira na comunidade financeira internacional”. Cita o vice-presidente do Comitê Assessor da Dívida Brasileira, J.A.Tony Davies, para quem as medidas eram *um passo no caminho certo* e atacavam *os principais problemas da economia brasileira*. Ernest Row, analista sênior do banco Salomon Brothers, elogiou as medidas, com o argumento de que *o corte é sem dúvida uma ótima notícia*. Em sua opinião, FHC tinha credibilidade e acertou *ao iniciar combater a inflação com austeridade, e não com medidas monetárias.*⁸⁰

Outra notícia, procedente de Washington, disse que as medidas foram aceitas nos Estados Unidos: “A reação ao anúncio do novo programa econômico do governo brasileiro foi positiva entre as pessoas que lidam com o Brasil em Washington e Nova York. Os títulos da dívida brasileira no mercado secundário subiram de valor e, em geral, os comentários foram de que as

⁷⁸ Jornal do Brasil, 15/06/1993, Política e Governo, p. 9.

⁷⁹ O Estado de S. Paulo, 15/06/1993, Economia & Negócios, p. B 16.

⁸⁰ Folha de S.Paulo, 15/06/1993, Brasil, p. 1 - 10.

medidas anunciadas são boas”. A mesma notícia trouxe a informação de que, desde a nomeação de FHC para a Fazenda, o clima em relação ao Brasil nos EUA melhorou e o “prestígio pessoal do ministro devolveu ao país grande parte da credibilidade destruída nos últimos 10 anos”.⁸¹

E já no lançamento do PAI a mídia brasileira voltou a sinalizar, como fizera na ocasião da posse de FHC na Fazenda, que o seu salto para o futuro poderia ser bem maior. Colega de ministério, ocupando a pasta da Previdência no Governo Itamar, o deputado Antônio Brito, do PMDB do Rio Grande do Sul, lançou o nome de FHC à Presidência da República, dizendo que o seu pronunciamento no início da reunião que aprovou o PAI, no Palácio do Planalto, *foi a mais lúcida análise* sobre a situação brasileira. Brito, que na época era um dos presidenciáveis apontados para as eleições de 1994, afirmou que se o pronunciamento do ministro *tivesse sido transmitido pela televisão não precisaria nem de eleição presidencial* no ano seguinte, pois *foi um negócio emocionante*. Ele explicou que confiava nos planos e intenções de FHC e que o Brasil poderia retomar o seu processo de crescimento, mesmo porque as empresas trabalhavam com capacidade ociosa.⁸²

Não havia unanimidade da mídia quanto ao futuro, pelo menos naquele primeiro momento de lançamento do PAI, sobretudo em função da desconfiança em relação à capacidade de o Executivo controlar o próprio setor público. A revista **Veja** analisou os diversos aspectos do Plano, com um tom nada otimista, em função do grande aparato das empresas estatais. “Os furos na armadura do Planalto” é o título da matéria principal, que diz que o ministro FHC continuava “sendo a melhor escolha disponível para o pior cargo da República”. Mas havia sinais de que seria mais “complicada do que se imaginava” a privatização de empresas estatais, referindo-se, especialmente, à intenção de grupos de políticos de dificultar esse processo.⁸³

Na revista, há um resumo significativo do que, de modo geral, parafrasticamente, os jornais disseram nos dias anteriores. Diz que Fernando Henrique

“ganhou o apoio do país graças a um detalhe simples que nenhum de seus antecessores recentes teve a coragem de enunciar. Propôs simplesmente o primeiro choque no setor público, depois de cinco choques malsucedidos no setor privado, apontado até agora como o vilão do processo inflacionário. O ministro admitiu que o motor da encrenca econômica do país está instalado no governo, já que o Brasil privado, conforme sua visão, já se ajustou e está crescendo. Como prometera, deixou para depois qualquer conversa a respeito de um choque para rebaixar a inflação”.⁸⁴

Mas o ceticismo da **Veja** em relação ao ajuste no setor público, apontado também em matérias nos jornais, encontra-se no texto com o título “Ação entre amigos”, em que mostrou

⁸¹ Idem.

⁸² O Globo, 15/06/1993, Economia, p. 22.

⁸³ Veja, 23/06/1993, edição nº 1.293, p.20 – 24.

⁸⁴ Idem.

que empresas estatais, entre elas a Petrobras, ignoravam a austeridade e pagavam até 17 salários anuais a seus funcionários. A revista publicou um quadro com estimativa de que sete em cada 10 estatais eram ineficientes. As 20 empresas privatizadas a partir do Governo José Sarney, desde a sua criação deram 702 milhões de dólares de dividendos ao governo, mas sugaram dele 11 bilhões de dólares, segundo as contas apresentadas na revista. O funcionário de uma estatal, com seus anuênios, quinquênios e outras vantagens, custaria 50% mais do que o do setor privado.⁸⁵

O mesmo ceticismo encontra-se em outro texto, “Os fora-da-lei”, quando diz que os bancos estaduais formavam um dos “núcleos mais desordenados das finanças públicas”. Daí, a proposta de FHC de enquadrá-los em um regime disciplinar. Informou a **Veja** que, segundo um estudo do Banco Central, a maioria dos bancos estaduais só tinha lucro porque usava artifícios no balanço e que uma em cada quatro agências era deficitária. No conjunto, nada menos que 83% de suas despesas administrativas estavam comprometidas com a folha de pagamentos, para um índice de 59% no caso dos bancos privados. Os bancos estaduais comprometiam 74% do dinheiro de que dispunham com os seus próprios governos controladores e funcionavam como “máquinas de fazer amigos, influenciar pessoas e ganhar prestígio e votos”. Um quadro na revista aponta que a cada 1.000 cruzeiros aplicados, os bancos oficiais lucravam 7,60 cruzeiros, enquanto nos bancos privados esse lucro era de 15,30 cruzeiros. Para lucrar 1.000 cruzeiros, os bancos estaduais gastavam 25.000 com pessoal, seis vezes mais do que os bancos privados. E para cada 1.000 cruzeiros em empréstimos de recebimento duvidoso, 940 encontravam-se em poder dos bancos oficiais.⁸⁶

A **Istoé** fez uma edição de sete páginas com a chamada na capa “Caçador de Sonegadores”, em que um certo otimismo se mistura à desconfiança. Começa dizendo que o ministro Fernando Henrique havia declarado “guerra ao jeitinho brasileiro de fraudar o fisco, um esporte tão popular quanto o futebol” e que esta seria a “pedra de toque de seu plano”, que se apoiava em dois pilares para tentar equilibrar as contas públicas: o corte de despesas e o esforço para melhorar a arrecadação tributária. Mas havia uma série de dificuldades para se alcançarem os objetivos. No primeiro caso, por exemplo, a reação de ministérios, parlamentares, prefeitos e governadores contrários à paralisação de seus projetos e a posição das corporações estatais contra a privatização. E, para aumentar a receita, seria preciso brigar contra os vários artifícios que pessoas físicas e jurídicas utilizavam para burlar o fisco, muitas vezes apoiando-se na legislação intrincada e falha, além da própria falta de pessoal para a fiscalização.⁸⁷

⁸⁵ Idem.

⁸⁶ Idem.

⁸⁷ Istoé, 23/06/1993, edição 1.238, pp.28 – 34.

Logo em seguida ao anúncio do Plano, editoriais dos jornais traziam suas primeiras impressões, mesclando sentimentos de esperança e dúvidas. A **Folha**, por exemplo, afirmou que, embora apresentando lacunas, o programa continha “diretrizes corretas para combater a inflação, podendo constituir, se efetivamente implementado, um primeiro passo no longo e necessariamente árduo processo de estabilização da economia brasileira”. Lembrou ser positivo o governo reconhecer a necessidade de sanear as finanças públicas e colocar o combate à inflação como clara prioridade da política econômica. “Sem impressionar pela erudição econômica, mas se colocando como hábil negociador capaz de enfrentar a natureza política da questão inflacionária, o ministro Fernando Henrique apresentou diretrizes relevantes para começar a eliminar o problema do déficit público”, disse a **Folha**, que elogiou a proposta de acelerar o programa de privatização de empresas estatais, mas colocou em dúvida a capacidade de a Secretaria da Receita Federal combater a sonegação.⁸⁸

O jornal abordou um ponto que viria a ser exaustivamente levantado pelos jornais nos meses seguintes: a coragem e a determinação da administração para “enfrentar as formidáveis resistências políticas” a uma proposta de austeridade. Lamentou, também, que o programa não tivesse medidas mais amplas para combater a “ineficiência e gigantismo da máquina pública”, alguns dos “principais males da atualidade”. A conclusão da **Folha**: “Os obstáculos à frente são inúmeros e a conjuntura econômica é sabidamente crítica. O plano apresentado pelo ministro constitui um primeiro passo, ainda que sujeito às limitações e dúvidas apontadas acima. A experiência racional é infelizmente desabonadora quanto a promessas de austeridade por parte dos governantes. No rompimento dessa triste tradição brasileira repousam as chances de retomar o caminho do desenvolvimento”.⁸⁹

O **Estado** cobrou a proposta do programa para “atingir severamente os parlamentares, ao obrigá-los a renunciar às suas fantasias orçamentárias”, os estados e municípios, que não só teriam de “cercar de maior critério os seus gastos, como ainda deixar de fazer da inadimplência sua grande fonte de receitas”. No mesmo tom que mistura a esperança com a dúvida, elogiou as medidas de controle dos bancos estaduais, da privatização e afirmou: “Todas medidas preconizadas foram bem pensadas e articuladas com os meios para levá-las à prática. Sem dúvida, uma vez obedecido o Plano Verdade, será possível chegar à eliminação, no país, da principal causa da inflação. Resta saber se a verdade agrada aos que se recusaram a encará-la durante tantos anos”.⁹⁰

Em longo editorial, o **Correio Braziliense** afirmou:

⁸⁸ Folha de S.Paulo, 15/06/1993, Opinião. p. 1 – 2, “Se não for só promessa”.

⁸⁹ Idem.

⁹⁰ O Estado de S. Paulo, 15/06/1993, Notas e Informações, p. A 3, “O plano verdade”.

“Em vez de metas, Fernando Henrique Cardoso propôs uma nova atitude; em vez de intromissão do Estado, a intervenção no Estado; no lugar de um *diktat*, a adesão e a co-responsabilidade; em vez de confisco e quebra de contratos, o fim do calote dos estados e municípios, o rigoroso cumprimento dos contratos e a reorganização financeira do setor público. A perplexidade e a sensação de anticlímax vêm daí: pela primeira vez, o Estado reconhece de viva voz sua responsabilidade histórica pelo que está aí, admite as limitações das soluções tecnocráticas, desiste de atribuir missões irrealizáveis ao cidadão contribuinte (como a de fiscalizar preços no supermercado), abre mão de vender ilusões e de cobrar sacrifícios de que não tem mais o que sacrificar. Tudo isso é novidade. Pela primeira vez, o governo substituiu a palavra plano pela palavra processo e a palavra pacto pela palavra consentimento. O novo vocabulário sugere a troca da arrogância impositiva pela humildade democrática: em vez de obediência, o governo propõe à sociedade uma reflexão capaz de amadurecer um entendimento nacional”.⁹¹

O editorial do **Correio**, de um modo geral, sintetiza as diferenças entre o PAI e os programas econômicos anteriores, em que as exceções admitindo rombos em orçamentos dos estados, municípios, bancos estaduais e outras organizações estatais, na prática, tornaram-se praticamente a regra. Planos em que os contratos do setor público com o privado e mesmo exclusivamente entre agentes privados (pessoas físicas e jurídicas) tinham de seguir novas regras, muitas sujeitas a tabelas de conversão que beneficiavam uns e prejudicavam outros. O sentido mais óbvio do que o jornal quis dizer foi que o novo plano não pedia para o cidadão comum fiscalizar supermercados, lojas de roupas, açougues, botequins e comércios, prática inaugurada em grande estilo pelo Plano Cruzado, em 1986. E nem prometia acabar com a inflação de um estalo. Ou seja, tudo ao contrário do que propunham e prometiam os planos anteriores.

O mesmo editorial lembra ainda que o PAI buscava pactos e alianças abrangentes, não apenas com o cidadão comum, mas com quem tinha poder para decidir e mudar os rumos da economia. “Pela primeira vez o governo avisa que ele não se localiza unicamente no Palácio do Planalto e no Ministério da Fazenda, mas deve também ser cobrado no Legislativo, que aprova as leis, no Judiciário que julga os sonegadores, nos estados e municípios, que precisam disciplinar seus bancos e saldar suas dívidas, e que esses poderes, exercidos em muitas instâncias, devem cumprir com seu dever e sua cota de sacrifício. Isso também é novo.”⁹²

O jornal dá ainda uma estocada nos especialistas que trabalharam na elaboração e execução de planos econômicos anteriores, a exemplo de Edmar Bacha, e afirma que, “pela primeira vez, técnicos e economistas deixaram de se pavonear e de pontificar sobre o comportamento dos agentes econômicos, passando para o banco de trás do carro da história”.

⁹¹ Correio Braziliense, 16/06/1993, Opinião, p. 10, “O círculo vicioso”.

⁹² Idem.

Depois de aprender “na própria carne o papel decisivo da política na condução da economia”, convocavam a sociedade para pressionar seus governantes, representantes e magistrados com um objetivo: “Gastem menos e melhor, aprofundem o processo de privatização, exijam austeridade na administração pública, punam com o voto os negligentes e inadimplentes, exijam cadeia para os sonegadores”.⁹³

Passado o impacto inicial do lançamento do PAI, os jornais começaram a registrar o andamento da aplicação das medidas que cabiam ao Executivo, as resistências a elas e as discussões para votações dos projetos no Congresso Nacional. Havia problemas para a contenção de gastos. O governo federal foi obrigado a fazer concessões aos governos de São Paulo, Bahia e Minas Gerais na renegociação de suas dívidas e a liberar recursos para obras de transporte público no Distrito Federal e no Rio de Janeiro. No Congresso, havia oposição às privatizações até por parte de aliados do governo, enquanto o Judiciário concedia liminares dificultando a cobrança de tributos e dívidas.⁹⁴ Em torno do reajuste do salário mínimo, FHC teve de desautorizar até o líder do governo na Câmara, Roberto Freire (PPS-PE), além das oposições.⁹⁵

O clima daquele momento foi registrado em editorial do **JB** que diz: “Tendo a esperança como profissão, os brasileiros identificaram na personalidade e no discurso inaugural do ministro FHC uma hipoteca confiável para decisões à altura da gravidade da hora”. Lembra que a “imprecisão das medidas enunciadas pesou menos que a firmeza com que foram anunciadas, sugerindo antes uma nova atitude do que um pacto”, mas, passada a segunda quinzena de junho, começava-se a “reinstalar-se a dúvida”. Eis retrato traçado pelo **JB**: “As negociações com os endividados e gastadores dentro do próprio governo patinam. Os déficits estaduais continuam. As estatais teimam em pagar salários extras. Nenhum sonegador foi parar atrás das grades. Pior ainda: transformada em cidadela inexpugnável de interesses eleitoreiros imediatistas, a Câmara aprovou quase por unanimidade o reajuste mensal de salários, sabendo que o orçamento não dispõe de recursos para atender ao benefício inviável”.⁹⁶

A dúvida de que falou o **JB** estava instalada no próprio FHC. Duas semanas depois de anunciar o seu plano, o ministro foi convidado, no final de junho, para prestar esclarecimentos sobre a política econômica na Câmara dos Deputados. Desanimado, disse que não sabia quando a inflação iria cair e que isso dependeria de apoio no corte de gastos, pois, sem *arrumar a casa*, não seria possível governar o Brasil. *Podem me tirar do cargo, mas não vou*

⁹³ Idem.

⁹⁴ O Estado de S. Paulo, 18/06/1993, Notas e Informações, p. A 3, “Minas no caminho do ministro” e 20/06/1993, Notas e Informações, p. A 3, “Erros na execução do plano”.

⁹⁵ O Estado de S. Paulo, 26/06/1993, Economia & Negócios, p. B 5.

⁹⁶ Jornal do Brasil, 29/06/1993, Opinião, p. 10, “Ação imediata”.

*ceder às pressões de ninguém – nem mesmo do presidente da República – nem fazer um strip-tease por dia, disse aos deputados.*⁹⁷

Mas o apoio de pelo menos parte da sociedade era real. Dias antes do depoimento na Câmara, durante o lançamento do movimento “Decola Brasil”, ao lado do presidente Itamar Franco, Fernando Henrique foi aplaudido de pé, ao discursar para um grupo de artistas e empresários, falando da necessidade de combater a inflação e promover o crescimento econômico. Presidente do Sindicato dos Artistas do Rio de Janeiro, a atriz Rosamaria Murtinho disse que ficou *impressionada* com o ministro. *Ele não estava representando. A mensagem era verdadeira, sem o menor resquício de demagogia*, afirmou a atriz.⁹⁸

Já no começo de agosto, começaram as especulações em torno de um programa ambicioso que complementasse o PAI e fosse capaz de combater de forma mais efetiva a inflação, que já andava na casa dos 30% ao mês. O Ministério da Fazenda estaria discutindo a adoção de um choque, que precederia a um “golpe definitivo na inflação” em dezembro ou janeiro, segundo a **Folha**, que registrou também os primeiros boatos “no nervoso ambiente do mercado financeiro” sobre a demissão de FHC.⁹⁹ Demissão reiterada por outros veículos de comunicação, como a **Istoé**. Disse a revista que o ministro já estava “com um pé dentro e com o outro fora do governo”, diante da relutância do Congresso em apoiar os cortes propostos e as privatizações e da insistência em aprovar o reajuste mensal dos salários com base na inflação passada.¹⁰⁰

Em torno do dia 15 de setembro, a situação estava um pouco mais calma, e os jornais deram destaque para os balanços dos três meses de anúncio do PAI. Em entrevista em que fez um balanço do período, FHC lembrou, mais otimista, que o Congresso Nacional havia aprovado os cortes de gastos do orçamento daquele ano propostos pelo governo e que o Ministério da Fazenda vinha seguindo o cronograma de desembolsos das verbas, conforme acertado no lançamento do Plano. Esse controle e o aumento da receita permitiriam fechar o ano de 1993 com uma disponibilidade de recursos em caixa maior do que a prevista inicialmente. O ministro adiantou que a proposta do orçamento da União de 1994 previa um déficit primário equivalente a 10 bilhões de dólares¹⁰¹ e que o governo iria negociar junto ao Congresso a cobertura integral desse valor, por meio de cortes de despesas e aprovação de medidas para o aumento da receita.¹⁰²

⁹⁷ Folha de S.Paulo, 30/06/1993, Brasil, p. 1 – 8.

⁹⁸ Folha de S.Paulo, 25/06/1993, Brasil, p. 1 – 7.

⁹⁹ Folha de S.Paulo, 8/8/1993, Brasil, p. 1 – 4.

¹⁰⁰ Istoé, 11/08/1993, edição 1.245, p. 28.

¹⁰¹ Na época, o de déficit primário da União significava o resultado das receitas menos as despesas, antes do pagamento dos juros das dívidas interna e externa.

¹⁰² O Estado de S. Paulo, 15/09/1993, Economia e Negócios, p. B 8.

No balanço que faz sobre os três meses do PAI, o jornal **Estado** lamentou que apenas três empresas estatais tivessem sido privatizadas, embora, entre elas, a Açominas, uma importante produtora de aço do país. Mas destacou a promessa de FHC de acelerar, a partir de outubro, o processo de privatização, o fato de 11 estados terem fechado acordos provisórios para refinanciamento das dívidas com a União e a continuidade do processo de alongamento da dívida mobiliária federal, o que poderia assegurar uma redução de 10 pontos percentuais, em média, na taxa de juro real. Só com a separação das contas do Banco Central e do Tesouro, “um dos grandes méritos do PAI”, que a imprensa classificou de abertura da ‘caixa-preta’ do BC. Segundo o **Estado**, o total da dívida interna seria reduzida no equivalente a 52 bilhões de dólares. Já o acerto para refinanciamento da dívida junto aos bancos credores internacionais estava praticamente concluído, restando apenas o fechamento de um acordo com o Fundo Monetário Internacional, que seria acelerado ao final daquele mês com uma visita de FHC aos Estados Unidos.¹⁰³

A falta de informação sobre o que se discutia efetivamente no governo suscitava mais dúvidas e levava a imprensa a especular acerca do futuro. O crédito dado a FHC em sua posse e no anúncio do PAI parecia ir embora. Matrizes assentadas no desânimo ou na desconfiança questionavam se haveria continuidade nas mudanças anunciadas em junho, inclusive porque o governo estava propondo criar uma nova alíquota de 35% para o Imposto de Renda e aumentar impostos para aplicações financeiras. Em editorial, o **Estado** ironizou que “o líder social democrata, incapaz de enfrentar as corporações das estatais e de conter os aumentos reais dos gastos do governo federal, prefere sacrificar os que já pagam”. E havia um desalento, pois “novos impostos aumentam a inflação, o aumento da inflação aumenta o déficit público, o aumento do déficit público aumenta a inflação”, em uma ciranda incontrolável.¹⁰⁴

Pouco depois, a **Folha** fazia uma advertência: “O ministro Fernando Henrique Cardoso precisa imbuir-se do sentimento da decisão, antes que sua credibilidade se esgare definitivamente. Desde a sua posse surgiram inúmeras oportunidades para o ministro e sua equipe chutarem a gol, mas, com exceção do programa de privatização, nenhum mísero chute foi sequer tentado”. Criticou o seu pedido de apoio ao Congresso, uma espécie de pacto de governabilidade, com o argumento de que não havia especificamente o que apoiar. “O que se tem são propostas genéricas, como a busca do equilíbrio fiscal, ou tópicas, como o equilíbrio do orçamento do ano. Mas até agora sequer se explicitaram os meios para se atingirem os fins propostos. Apoiar o quê? A imortalidade da alma?”, perguntou a **Folha**.¹⁰⁵

¹⁰³ Idem.

¹⁰⁴ O Estado de S. Paulo, 21/10/1993, Notas e Informações, p. A 3, “Governantes repetitivos”.

¹⁰⁵ Folha de S.Paulo, 04/11/1993, Opinião, p. 1 - 2, “O medo da decisão”.

O jornal criticou ainda o que chamou de “falta de senso prático” na equipe do Ministério da Fazenda e na organização das prioridades como fatores que estavam “desencantando gradativamente os agentes econômicos – os mesmos que se entusiasmaram com a indicação do ministro, visto como uma pessoa racional”. Ressaltou também que ninguém esperava um controle definitivo da inflação no Governo Itamar Franco, mas, do jeito que as coisas iam, reduziam-se as esperanças de que fosse implantada “sequer uma pauta mínima de reformas capaz de preparar o terreno para o seu sucessor”.¹⁰⁶

Em princípio de novembro, quando a descrença era maior que o otimismo, o ministro Fernando Henrique teve de deixar os problemas inflacionários e seus entendimentos com o Congresso de lado para justificar uma denúncia, publicada na revista **Istoé**, de que ele, em sociedade com o seu futuro ministro das Comunicações Sérgio Mota, havia comprado no município de Buritis, Minas Gerais, uma fazenda registrada pelo equivalente a dois mil dólares, em maio de 1989. Só que a propriedade fora comprada em 1981 pelo antigo proprietário na base de 100 mil dólares, o que mostraria uma tentativa de escamotear o verdadeiro valor do negócio. FHC reagiu e disse que os dois mil dólares eram apenas um valor arbitrado *com o único e exclusivo fim* de integralizar o capital da empresa montada para adquirir o negócio.¹⁰⁷

Mas o mal-estar ficou no ar, e o assunto seria explorado no ano seguinte durante a campanha presidencial de FHC. Para seu consolo, logo depois da denúncia da revista, um grupo de 164 professores, intelectuais, empresários, profissionais liberais e trabalhadores, entre outros, assinaram um manifesto em sua defesa, em uma demonstração de que o leque de apoio ao ministro era diversificado. Coordenado pelo presidente do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), Francisco de Oliveira, o manifesto diz que a *reportagem não passa de maquinação para comprometer um dos mais destacados homens públicos do país*. E nada mais era do que uma *manobra para fabricar falsos ‘corruptos’ e assim lançar dúvidas sobre o processo de desmascaramento dos verdadeiros*.¹⁰⁸

Em meados de novembro surgiu em São Paulo a campanha de um certo “Instituto Movimento Cidadão contra a Inflação” com o *slogan* Corta 30, que pretendia cortar 30% da inflação, 30 bilhões do déficit público, 30 tributos e 30% dos preços. Iniciado seis meses antes, a iniciativa já reunia cerca de 5 mil simpatizantes e tinha estrutura financeira própria, que inclusive permitiu a produção de uma peça publicitária veiculada na televisão, na qual apareciam, entre outras figuras, o rabino-chefe do Brasil, Henry Sobel, o delegado da Polícia Federal Romeu Tuma, o ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega e os deputados do PT

¹⁰⁶ Idem.

¹⁰⁷ Istoé, 17/11/1993, edição 1.259, p. 24.

¹⁰⁸ O Estado de S. Paulo, 10/11/1993, Política, p. A 10.

José Genoíno e José Dirceu. Não era a favor de partidos ou candidatos potenciais à Presidência da República e tinha por objetivo sensibilizar a sociedade para pressionar o governo a fim de adotar medidas efetivas de combate à inflação.¹⁰⁹ O que, como se sabe, começou a ser feito no começo de dezembro.

Em um estudo sintonizado com discursos e fenômenos da linguagem, cabe aqui um parêntese, ainda que sob o risco de truncar a dinâmica da narrativa, para um breve olhar sobre o título da campanha - Instituto Movimento Cidadão. Trata-se da adoção de um equipamento retórico que - ignorando o desgaste da palavra ou, pelo menos, seu congelamento em sentido que historicamente se engendrou no par direitos-deveres - é retomado na expectativa da persuasão. O sucesso da iniciativa tinha limites impostos por um deslocamento de sentido que aparta as práticas cidadãos da cena cotidiana, *locus* ideal de seu afloramento. Bem por isso, ainda que em outro contexto, lembra Negrão de Mello: *Banalizadas e consumidas clássicas concepções de cidadania atreladas ao paradigma liberal, ressoam hoje desfiguradas na mera repetição do surrado binômio direitos-deveres, cujas gastas adoções se incumbiram de esvaziar-lhe o sentido ao deslocá-lo das práticas cotidianas*”.¹¹⁰

Mas a campanha integrava este ponto de inflexão. As discussões sobre a continuidade do PAI tiveram como base a idéia de Edmar Bacha, assessor do Ministério da Fazenda, que previa uma espécie de “otenziação” da economia.¹¹¹ Ou seja, um indexador a ser aplicado sobre preços, contratos e serviços que refletisse diariamente a média da variação cambial e da inflação e que acabou se materializando na URV, a Unidade Real de Valor, que entrou em vigor em março de 1994. A Bacha, que já tinha o apoio da turma que participou da elaboração do PAI, juntar-se-iam logo em seguida os economistas Chico Lopes, também assessor do Ministério da Fazenda, Pérsio Arida, que assumiria a direção do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Pedro Malan, nomeado presidente do Banco Central, Gustavo Franco, diretor da Área Internacional da mesma instituição, e André Lara Resende, que assumira o papel de negociador da dívida externa brasileira, em lugar de Malan.¹¹² Lopes, Árida e Resende foram três dos chamados “pais” do Plano Cruzado, em 1986, no Governo José Sarney.

Havia o medo de um novo fracasso. O próprio Fernando Henrique contaria depois que, no começo, ninguém queria entrar para a equipe que discutia as novas medidas. *Ninguém acreditava que fosse possível acabar com a inflação num governo de transição e com um*

¹⁰⁹ Veja, 17/11/1993, edição 1.314, p. 104 – 105.

¹¹⁰ MELLO, Maria T. Negrão. Cascariguindum: cotidiano, cidadania e imaginário na obra de Adoniran Barbosa. IN: Menezes Albener Miriam (org.). *História em movimento: – temas e perguntas*. Brasília, Thesaurus, 1997, p. 147.;

¹¹¹ A OTN – Obrigação do Tesouro Nacional - era um título emitido pelo governo federal, indexado à inflação, que garantia ao investidor, além dessa correção, juros reais.

¹¹² TOLEDO. Roberto Pompeu de, 1998, op. cit, p. 65 – 69.

Congresso em pandarecos por causa do escândalo da Comissão do Orçamento. Só eu achava que dava. ¹¹³ Mas o escândalo da Comissão de Orçamento ¹¹⁴ ajudaria a proposta com as novas medidas econômicas, segundo o próprio FHC. Um dos pilares da proposta era cortar fortemente o déficit do setor público (resultado entre receitas e despesas da União, estados e municípios), que, estimava-se, poderia chegar a mais de 20 bilhões de dólares em 1994, ou cerca 5% do Produto Interno Bruto. E o corte se faria por meio de uma emenda constitucional que daria ao governo federal o poder de manipular cerca de 20% do orçamento da União. A proposta se materializou no chamado “Fundo Social de Emergência”, aprovado em fevereiro de 94, transferindo ao governo o poder de dispor de 15% do orçamento.

Mas, antes, a situação parecia complicada. O próprio pessoal técnico que discutia o plano achava muito difícil que o Congresso aprovasse os cortes, e mesmo FHC diria que sem o escândalo do orçamento, ele não sairia, porque nenhum poder bancaria um plano que era contra o poder. *Ele mina o poder dos poderosos. Portanto, só pode passar uma situação caótica, em que não haja força política organizada. Se nós temos um rumo, vamos avançar que o momento é este,* disse FHC à sua equipe técnica. ¹¹⁵

Alguns políticos do PSDB mais ligados a FHC, chamados para conhecer e discutir o novo Plano, também duvidavam da eficácia das propostas da equipe técnica e eram céticos quanto à sua aprovação no Congresso. Em meados de setembro de 93, FHC reuniu em seu apartamento funcional em Brasília, algumas das estrelas do PSDB; entre elas, os senadores Mário Covas e José Serra, de São Paulo, Ciro Gomes (governador do Ceará) e Tasso Jereissati (ex-governador do Ceará e Senador pelo estado). Covas argumentou que a proposta não tinha congelamento de preços, era de aumentar impostos, tirar dinheiro dos prefeitos e governadores. Não passaria no Congresso, sobretudo, às vésperas de um ano eleitoral, como seria o de 1994. ¹¹⁶

As discussões e divergências continuaram, inclusive com o presidente Itamar Franco, que defendia o congelamento de preços. Segundo FHC, o presidente queria um novo Plano Cruzado, visão compartilhada por seus líderes no Senado, Pedro Simon, do PMDB do Rio Grande do Sul, e na Câmara, deputado Roberto Freire, do PPS de Pernambuco. *Queriam congelar e, se possível, prender dono de supermercado,* diz FHC. ¹¹⁷ O presidente faz, nesse caso, uma alusão irônica às prisões que ocorreram em algumas cidades logo após a

¹¹³ Idem, p. 66.

¹¹⁴ A CPI do Orçamento, que investigou favorecimento a parlamentares na aprovação de emendas ao orçamento da União acabou com a cassação dos mandatos dos deputados Ibsen Pinheiro (RS), Carlos Benevides (CE), Fábio Raunheitti e Feres Nader (RJ), Raquel Cândido (RO) e José Geraldo Ribeiro (MG). Renunciaram ao mandato, em um expediente para evitar a cassação, os deputados João Alves e Genebaldo Corrêa (BA), Manoel Moreira (SP) e Cid Carvalho (MA). Destaque-se que Ibsen Pinheiro foi o relator do processo, na Câmara, que resultou no *impeachment* do ex-presidente Collor.

¹¹⁵ TOLEDO, Roberto Pompeu, 1998, op. cit., p. 72.

¹¹⁶ DIMENSTEIN, Gilberto e SOUZA, Josias, 1994, op. cit., p. 117-118.

¹¹⁷ TOLEDO, Roberto Pompeu, 1993, op. cit. p. 66.

implantação do Plano Cruzado, em fevereiro de 1986, ocasião em que, aliás, o já citado equipamento retórico instrumentado na cidadania logrou, apesar de tudo, episódica aceitação.

Também em meados de setembro, Itamar Franco estava reunido com a equipe econômica no Palácio do Planalto, sacou uma folha de papel com o resultado de uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) e disse: *Vou ler para vocês o que o povo quer. Mais de 70% da população apóia o congelamento de preços e 70% aceita o congelamento de salários, se tiver também o de preços.* A informação consta de uma reportagem especial do **Estado** sobre os 10 anos do Plano Real, com base em depoimento de Clóvis Carvalho, secretário executivo do Ministério da Fazenda, que participou da reunião.¹¹⁸ Apesar das divergências, no dia 7 de dezembro o governo anunciou um novo Plano e que em 94 o país conviveria durante um certo tempo com duas moedas, o cruzeiro e a URV, que depois dariam lugar a uma nova e única moeda, que foi o real.

Essencialmente, o que a mídia chamou de Plano FHC 2 foi um conjunto de medidas que seriam executadas em três etapas, envolvendo a necessidade de aprovação de projetos de lei e alterações na Constituição. Além dos cortes no orçamento, o governo propôs ampliar as receitas, por meio de um aumento de 5% sobre os impostos federais, um novo imposto especial sobre energia elétrica, combustíveis e lubrificantes, minerais e serviços de transportes e telecomunicações, além da transformação do chamado “imposto do cheque” em um imposto permanente, o que é hoje a Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF). Ainda nesse campo, havia a criação do Fundo Social de Emergência, com a retenção de 15% das transferências para os estados e municípios.¹¹⁹

Uma série de mudanças na Constituição promoveria uma reforma do Estado, propondo um novo pacto federativo, com a transferência da responsabilidade das atividades de saúde, educação básica, saneamento, habitação e transportes coletivos para os estados e municípios. Seriam alterados critérios de estabilidade no emprego e para as aposentadorias, sobretudo para reduzir o déficit da Previdência Social relativa aos servidores públicos. Mudanças na Constituição também tornariam mais flexíveis os monopólios estatais do petróleo e telecomunicações.¹²⁰ Com algumas modificações que não afetaram sua essência, a proposta foi sendo aprovada no Congresso Nacional, viabilizando a efetiva implantação do Real em 94.

A segunda fase do FHC 2 foi a criação da Unidade Real de Valor, a URV, que seria calculada diariamente pelo Banco Central, de acordo com a variação do dólar e da projeção da inflação. A proposta era que este novo indexador, na prática, de valor semelhante ao dólar, a

¹¹⁸ O Estado de S. Paulo, 1/071/2004, Economia & Negócios, p. B 12.

¹¹⁹ O Estado de S. Paulo, 08/12/1993, Economia & Negócios, p. B 1 – 14. A íntegra das medidas do Plano FHC 2 (Plano de Estabilização Econômica) também pode ser encontrada no *site* do Ministério da Fazenda - www.fazenda.gov.br – seção Plano Real, item Histórico.

¹²⁰ Idem.

princípio pudesse ser utilizado concomitantemente ao cruzeiro real (a moeda da época), ao qual substituiria de forma gradativa nos processos de fixação de preços de bens e serviços. Em determinado momento, seria criada a nova moeda, o real, tendo como parâmetro o valor da URV, o que aconteceu em primeiro de julho.

Mas isso foi depois. Antes, um dos momentos tensos na fase de transição para a entrada em vigor da URV, em março, foi provocado por divergências no próprio governo. FHC conta que *para arrancar a URV foi uma luta*, em uma reunião dia 27 de fevereiro de 94, com Itamar Franco e seus ministros, alguns contra a proposta do Ministério da Fazenda. Entre eles, Walter Barelli, do Trabalho, porque achava que a URV tiraria dinheiro dos trabalhadores e ministros militares, porque achavam que seus salários perderiam. *O Itamar estava temeroso, mas ao mesmo tempo confiava em mim.*¹²¹

Em entrevista ao **Estado**, na matéria especial sobre os 10 anos do Plano Real, FHC completaria a história, dizendo que a discussão com Barelli foi sobre se a conversão dos salários de cruzeiro para a URV seria pela média ou pelo pico¹²² e que ele chegou a ameaçar a pedir demissão, durante uma discussão *exasperante*. Disse que falou com Henrique Hargreaves, ministro-chefe da Casa Civil, e Mauro Durante, secretário particular de Itamar Franco: *Olha, eu cansei de carregar vocês aqui no lombo. Comuniquem então ao presidente que eu cansei de segurar essa turma, estou indo embora. O Itamar, coitado, sempre me apoiou.*¹²³ A URV começou a vigorar no dia primeiro de março, conforme a proposta do ministro, com a conversão pela média.

Mas a entrada em vigor da URV não foi o único problema. A data de lançamento da nova moeda, com o fim da fase de transição, também gerou polêmica. Pêrsio Arida, André Lara Resende, Chico Lopes e o diretor de Política Monetária do Banco Central, Francisco Pinto, por exemplo, achavam que a moeda só deveria entrar em vigor em 1995, com o novo presidente eleito, para não parecer que o programa era eleitoreiro, e depois que fossem feitas as reformas estruturais. Clóvis Carvalho, Gustavo Franco, Winston Fritsch e Edmar Bacha sustentavam que poderia se lançar logo a nova moeda, sem prejudicar a consistência do Plano.¹²⁴ Ao mesmo tempo, atendia-se a conveniência política de FHC que, como mostrou a história, foi o grande beneficiado da mudança monetária.

¹²¹ TOLEDO, Roberto Pompeu, 1998, op. cit., p. 72 – 73.

¹²² O salário em cruzeiro tinha o valor fixo, mas o valor da URV aumentava diariamente, o que significava que ao final do mês, no pico da valorização da URV, o cruzeiro estaria valendo menos. Se a conversão fosse pela média dos valores da URV do começo e do final do mês, o cruzeiro valeria mais.

¹²³ O Estado de S. Paulo, 1/07/2004, Economia & Negócios, p. B 8.

¹²⁴ DIMENSTEIN, Gilberto; SOUZA, Josias, 1994, op. cit., p. 122.

Surpresa, um plano sem surpresa

Os principais jornais brasileiros que chegaram às bancas no dia 8 de dezembro de 1993, em todos os estados, de um modo geral, traziam amplo noticiário sobre o programa que ficou conhecido como Plano FHC 2, anunciado na véspera pelo ministro Fernando Henrique Cardoso. O anúncio foi estrategicamente organizado. Nos dias anteriores, o ministro participou de uma série de encontros com jornalistas dos principais veículos de comunicação do país para tentar ocupar espaço com explicações sobre o novo programa econômico, cujas principais medidas foram se tornando públicas semanas antes, como parte da estratégia de evitar qualquer tipo de surpresa para a sociedade.

FHC sabia que o seu futuro político dependia daquele plano. Era preciso vender à sociedade a idéia de que uma nova realidade, diferente de tudo que acontecera nos últimos anos, começava a ser estruturada para ser compartilhada. Naquele final de novembro e princípio de dezembro de 1993, os destaques do noticiário da mídia eram os escândalos descobertos na Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados¹²⁵ e a prisão de PC Farias em Bancoc, na Tailândia, em 29 de novembro, o qual seria repatriado para o Brasil.

Com anotou o **Estado**, a aposta do ministro dependeria de “muita conversa e idas aos meios de comunicação de massa para obter apoio de uma opinião pública descrente de pacotes”¹²⁶. E usar o poder de multiplicação de todas as mídias – jornais, revistas, rádio e televisão – era fundamental para *explicar tudo exhaustivamente*, como reconheceria depois o próprio FHC, que partia do pressuposto de que os economistas estavam desacreditados junto à sociedade, porque os planos econômicos anteriores fracassaram. E o governo também, já que o país não acredita em governo, porque acha que o governo mente. A única saída, então, para convencer a nação da viabilidade da nova proposta seria *falar e explicar*, dizia FHC: *Falei todos os dias. Falava no rádio e na televisão. Explicava e dizia tudo que ia fazer*.¹²⁷

A estratégia deu resultado, pois, além de conseguir fatia significativa do espaço da mídia, o Plano FHC 2 foi recebido com um tom geral otimista nas manchetes dos jornais e discursos de empresários, economistas e políticos. Evidentemente, com as ressalvas e contestações comuns em uma sociedade pluralista como a brasileira. Pode-se até dizer que a receptividade foi uma surpresa, se considerar o clima e as opiniões desfavoráveis sobre o que o governo fazia (ou principalmente deixava de fazer), conforme o noticiário nos dois meses anteriores.

¹²⁵ Sobre a CPI do Orçamento, ver nota na seção “A sociedade e a mídia reagem ao plano”.

¹²⁶ O Estado de S. Paulo, 8/12/1993, Economia & Negócios, p. B 4.

¹²⁷ TOLEDO, Roberto Pompeu, 1998, op. cit., p. 72.

Tratava-se de um plano “executado em três etapas, graduais e sem quebra de contratos”, definiu o **Estado**.¹²⁸ O ajuste foi considerado por economistas equilibrado e com chances de sucesso. Era um plano “estranho, no mínimo sem emoção”, pelo menos para quem se acostumou com os Planos Cruzado, Bresser, Verão e outros, mesmo porque, ao contrário deles, não houve choque de preços, um *day after*. “Os cruzeiros reais continuam aplicados onde estavam, rendendo a mesma coisa, a política salarial não mudou, não tem tablita, ninguém prometeu inflação zero no mês que vem. E não existe data para nada. É exatamente isto que faz os economistas considerarem o plano bom”, disse o **JB**.¹²⁹

Os jornais destacam uma nota mandada divulgar pelo presidente Itamar Franco dizendo que *o rumo apontado era o melhor para o país*. FHC revelou que o programa não tinha um *Dia D*, porque era *um processo*. A série de emendas constitucionais propostas com o programa, na definição do jornal **Estado**, “redesenham o Estado brasileiro e criam um novo pacto federativo, com a transferência das atividades de saúde, educação, saneamento básico, habitação e transporte coletivo para os estados e municípios”.¹³⁰

Ainda antes do anúncio do Plano, o PSDB agia politicamente em busca de apoio que pudesse levar a um “entendimento nacional”. O presidente do partido, Tasso Jereissati, e o governador do Ceará, Ciro Gomes, durante almoço com Lula da Silva, dia 3 de dezembro, traçaram um quadro dramático da situação brasileira e sobre o futuro e pediram apoio do PT ao programa econômico. Na noite daquele mesmo dia, FHC discursou no 2º Congresso Nacional do PSDB, em São Paulo, e pediu o apoio do seu partido e dos demais às medidas que anunciaria na semana seguinte. *Não se muda o país com um só partido*, disse o ministro, indicando sua preocupação em conseguir ajuda em outros grupos políticos. *O eixo do plano será uma reforma fiscal profunda*, afirmou.¹³¹ Como se viu depois, o apelo a Lula foi em vão. Em seus dois mandatos, FHC sofreria uma marcação cerrada do PT.

A equipe de FHC também entrou em campo para ajudar a explicar, a justificar a proposta, tentar convencer a sociedade. A exemplo de Pedro Malan, presidente do Banco Central, que procurou afastar o fantasma dos planos econômicos anteriores: *O que ministro vai apresentar é um programa, não é um plano, não é uma “paulada”*. *Esse programa será um processo que demandará persistência, tempo, esforço e apoio. E o programa tem uma passagem crucial por essa tentativa de lidar com o descalabro a que nós permitimos que chegassem as finanças públicas do país*. Argumentou que a proposta tinha como *ponto de partida fundamental o ajuste fiscal e a revisão constitucional*, a fim de permitir que o programa fosse *duradouro, não uma coleção de medidas de emergência*. Insistiu que havia *um sentido de*

¹²⁸ O Estado de S. Paulo, 8/12/1993, Economia & Negócios, p. B 1.

¹²⁹ Jornal do Brasil, 08/12/1993, Negócios e Finanças, p. 1 – 7.

¹³⁰ O Estado de S. Paulo, 8/12/1993, Economia & Negócios, p. B 1.

¹³¹ Folha de S.Paulo, 4/12/1993, Brasil, p. 1 – 10.

*direção, propósito, um norte e, à sociedade, a garantia de que a URV seria voluntária. Se alguém achar que ela não é confiável, pode manter os seus contratos nos indicadores originais.*¹³²

Títulos e matérias dos jornais mostravam que o mercado financeiro também estava disposto a apoiar a proposta de FHC. “Banqueiros estão otimistas com plano de estabilização”, sinalizava o **JB**. “Bancos se preparam para economia estável e apóiam plano de governo”, dizia a **Gazeta**, que reiterava: “Seguradoras estão otimistas na área da previdência”¹³³. Para representantes do comércio paulista, a criação de um indexador com correção diária semelhante a do dólar comercial não afetaria a rotina de negócios, porque, na prática, os fornecedores já utilizavam tabelas de pagamento com prazo de 30 dias, com base variação estimada da moeda norte-americana. O novo indexador serviria, então, para oficializar um procedimento comum, como assegurou o presidente da Associação Comercial de São Paulo, Lincoln da Cunha Pereira: *A maioria dos fornecedores já utiliza o dólar como referência de preços para emitir suas faturas para pagamento a prazo.*¹³⁴

Os jornais venderam a idéia de que a maior parte dos economistas não considerava o Plano inflacionário, com a ressalva de que poderia haver um caráter recessivo. A expectativa era que, implantados os ajustes propostos, a inflação cairia.¹³⁵ O economista Antônio Kandir¹³⁶ disse que a proposta era correta, abrindo a possibilidade de reduzir o índice inflacionário, desde que introduzido um índice capaz de impedir a contaminação da inflação presente pela memória da passada. Carlos Antônio Luque, presidente da Ordem dos Economistas de São Paulo, acreditava que, se aprovado o plano, a inflação cairia, apesar de suas taxas continuarem elevadas em cruzeiros.¹³⁷

Quatro ex-ministros da Fazenda também apostaram suas fichas no Plano, com cautela. Luiz Carlos Bresser Pereira, professor da Fundação Getúlio Vargas, disse que a inflação em cruzeiros reais se manteria igual ou subiria um pouco nos três a quatro meses seguintes, com a tendência de *desaparecer, no Dia D*, quando a URV se transformasse em uma nova moeda. Máilson da Nóbrega, economista e consultor de empresas, acreditava que a inflação, depois de acelerar moderadamente em dezembro e janeiro, até a aprovação do ajuste, cairia quando a nova moeda entrasse em circulação. Para o deputado federal Delfim Neto, o plano tinha *sua lógica*, e o sucesso dependeria de se conseguir *reduzir o déficit global e promover o reajuste*

¹³² Jornal do Brasil, 5/12/1993, Política e Governo, p. 15.

¹³³ Jornal do Brasil, 7/012/1993, Política e Governo, p. 15; Gazeta Mercantil, 7/12//1992, primeira página, Nacional, p. 3; e 8/12/1993, Plano Econômico, p. 8.

¹³⁴ Gazeta Mercantil, 8/12/1993, Plano Econômico, p. 7 – 12.

¹³⁵ Idem.

¹³⁶ Secretário de Política Econômica durante a gestão de Zélia Cardoso de Mello no Ministério da Fazenda, tornar-se-ia depois deputado federal pelo PSDB de São Paulo e ministro do Planejamento do primeiro governo de FHC.

¹³⁷ Gazeta Mercantil, 8/12/1993, Plano Econômico, p. 7 – 12.

dos contratos pela média do novo indexador. Marcílio Marques Moreira, consultor econômico, assegurou que o plano procurava o equilíbrio orçamentário e resgatava a moeda gradualmente via indexador.¹³⁸ Todos os ex-ministros tiveram de adotar algum tipo de medida mais ou menos drásticas (os famosos pacotes econômicos), para enfrentar a inflação em suas gestões.¹³⁹

Representantes do setor empresarial davam força ao Plano, embora com pequenas divergências de avaliações. Carlos Eduardo Moreira Ferreira, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), prometeu esforço *no sentido de aperfeiçoar o plano, que teve o mérito de nos tirar da paralisia.* Considerou-o um sinal positivo que todos deveriam apoiar, mas destacou que o aumento de tributos era *inflacionário e a inflação é o imposto maior que a sociedade paga.* Roberto Maluf, vice-presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais, elogiou a clareza com que o plano foi anunciado. Nem o aumento de 5% dos impostos, criticado por Ferreira, assustou-o e até mereceu elogios. *O aumento dos impostos federais pode ser bem recebido se o objetivo final for o equilíbrio do orçamento e se isso ficar bem claro.*¹⁴⁰

O presidente da Confederação Nacional dos Transportes, Clésio Andrade, falou de um plano *razoável, de concepção inteligente e de muita consistência.* Abram Szajman, presidente da Federação do Comércio de São Paulo, lembrou que se tratava de um processo de longo prazo e que a aceitação da URV era uma questão de tempo. De qualquer forma, a convivência com outros índices iria depender da vontade política da sociedade. Para o comércio, só seria implantada se fosse aceita pelo consumidor, pois não havia *como fazer esse tipo de imposição.*¹⁴¹

Como já se disse, havia mais otimismo e boa vontade em relação a proposta econômica, mas também desconfiança, um indicador de que as conversas de que falava FHC precisariam ser bastante ampliadas para evitar a consolidação de outros discursos. Discursos como o de quem já foi do governo, a exemplo da ex-ministra da Fazenda Zélia Cardoso de Mello (Governo Collor, entre 1990 e 91). Ela achava que faltavam *medidas drásticas*, como a reforma da administração federal e liquidação de bancos estaduais, porque *inflação não se combate com pílulas, mas com bisturi.*¹⁴²

¹³⁸ Idem.

¹³⁹ Foram ministros da Fazenda, durante o governo José Sarney, Luiz Carlos Bresser Pereira (1987) e Maílson da Nóbrega (1988 e 1990). Delfim Neto foi ministro da Fazenda no Governo Costa e Silva e Médice (1967 a 1974) e depois ministro da Agricultura e Planejamento do Governo Figueredo (1979 e 1984). Marques Moreira foi ministro da Fazenda do Governo Fernando Collor, em 1991 e 1992.

¹⁴⁰ O Estado de S. Paulo, 08/12/1993, Economia & Negócios, p. B 7 – 12.

¹⁴¹ Idem.

¹⁴² Destaque-se que Zélia Cardoso de Melo foi a ministra da Fazenda do presidente Fernando Collor que coordenou os trabalhos que resultaram no maior confisco da poupança privada da história brasileira, sem resultado efetivo no combate à inflação.

A montanha pariu um rato. Foi a impressão do ex-ministro Roberto Campos ao analisar, em um artigo, o Plano. Ministro do Planejamento do Governo Castelo Branco (1964- 67), na época, deputado federal pelo PPR do Rio de Janeiro, disse que teria sido melhor se governo tivesse reapresentado ao Congresso o *projeto* do ex-presidente Fernando Collor, de 1990, em sua opinião, um *documento reformista mais abrangente*.¹⁴³ Já o ex-ministro da Fazenda Ernane Galveas (Governo João Figueiredo, entre 1980 e 85) disse que a proposta de reforma monetária do plano era *apenas um chute* e que nem valeria a pena falar sobre um *novo índice de inflação, a URV*. Em sua opinião, o corte nos gastos era a *resposta certa para uma boa parte da política de combate à inflação*, mas podia-se *ficar por aí e esperar* o Congresso aprovar o orçamento de 1994 com déficit zero, que já seria *muito, um trabalhão admirável*. O resto ficaria *na área da ficção econômica*, disse Galveas.¹⁴⁴

Nos discursos dos jornais havia também alguma dose de ceticismo, por parte de especialistas, quanto às possibilidades de sucesso do plano econômico. José Roberto Cunha, presidente do Conselho Regional de Economia de São Paulo, foi um deles. Disse que, na teoria, o Plano era bom, mas a prática seria diferente, pois nenhum país havia feito algo semelhante sem antes promover um ajuste fiscal. E, sem o ajuste, não haveria *campo propício para a adoção do novo indexador*.¹⁴⁵

Para o presidente da consultoria Trevisan & Associados, de São Paulo, Antoninho Marmo Trevisan, o plano era acadêmico e não anunciou o que as pessoas queriam ouvir: *De agora em diante, o Estado será bem gerido*. Disse que não gostou, pois o Plano *conta com a credibilidade futura dos agentes econômicos nessa moeda envergonhada* (a URV) e que recomendou a seus clientes continuar *melhorando a gerência e a qualidade dos produtos*. Trevisan acreditava que o aumento de tributos era uma espécie de prêmio aos sonegadores, que teriam um novo estímulo para sonegar. O plano causou frustração, segundo o auditor, porque parecia aplicável *só na Suíça* e estava dissociado do momento em que o país vivia.¹⁴⁶

Além de ceticismo, havia desinformação, dúvidas. Agentes do mercado financeiro disseram que o fato de a URV não ter sido adotada imediatamente como moeda causou alguma desorientação sobre o novo indexador. O resultado no primeiro dia foi a alta os juros, a queda do mercado de ações e a desvalorização do dólar, pressionado pelas vendas dos bancos, que, com o anúncio do programa, concluíram que não haveria de imediato uma desvalorização substancial do cruzeiro.¹⁴⁷ Alguns tributaristas, como Waldir Luiz Braga, presidente da Associação Brasileira dos Consultores Tributários, também alertavam que o

¹⁴³ CAMPOS, Roberto. “Mons parit muss...”. O Globo, 12/12/1993, Opinião, p. 7,

¹⁴⁴ Folha de S.Paulo, 19/12/1993, Finanças, p. 2 - 2.

¹⁴⁵ O Estado de S.Paulo, 8/12/9993, Economia & Negócios, p. B 7.

¹⁴⁶ Idem.

¹⁴⁷ O Estado de S. Paulo, 08/12/1993, Economia & Negócios, p. B 12.

aumento de 5% nos impostos federais poderia estimular ainda mais a sonegação. O *aumento proposto é, sem dúvida, um estímulo à sonegação*, disse Braga.¹⁴⁸ Havia também um entendimento de que o programa, em seus primeiros meses, poderia provocar uma queda nas vendas e, por isso mesmo, os planos imediatos da indústria e do comércio não previam novos investimentos e projetos.¹⁴⁹

Apesar do grande espaço dedicado pela mídia ao Plano, mesmo antes do dia 8 de dezembro, de imediato a sociedade não assimilou as novidades, a se inferir do resultado de uma pesquisa feita pelo Datafolha na manhã seguinte ao anúncio das medidas, com 600 paulistanos, com idade acima de 16 anos. O resultado mostrou que 69% dos entrevistados não acreditavam que a inflação fosse cair para 3% em cinco meses, como sinalizava o governo. Do total, 49% disseram que não tomaram conhecimento das medidas anunciadas por FHC. Dos que souberam do Plano, 11% disseram estar bem informados a respeito, 31% consideraram mais ou menos informados e 9% mal informados. Na opinião de 51% dos informados, o Plano era bom para o país, 17% não gostaram dele (qualificado de ruim), 17% não souberam avaliar e 15% julgaram-no indiferente. Ainda dentre os que se consideravam informados sobre o que pretendia fazer o ministro da Fazenda, 20% acreditavam que sairiam beneficiados, caso as medidas econômicas anunciadas fossem implementadas, contra 42% que achavam que não seriam nem beneficiados nem prejudicados e outros 31% que entendiam que sofreriam prejuízos.¹⁵⁰

Mesmo com o apoio e entusiasmo da mídia e de outros formadores de opinião, o fantasma dos programas econômicos passados, com o medo de perder com surpresas de última hora, continuou a rondar a classe empresarial. A economia permaneceu nervosa, mesmo passados os primeiros dias, quando as informações sobre o programa foram se disseminando. Os sinais eram de que a inflação começava a acelerar o ritmo, refletindo o receio de que a futura mudança da moeda poderia provocar perdas. Assim, setores produtivos já procuravam se defender, elevando seus preços. Ainda não estava muito claro para a sociedade como se daria a transição do cruzeiro para a URV e depois para a futura moeda, gerando um clima de instabilidade. *Será um período de grande volatilidade*, reconheceu Luiz Eduardo Assis, analista econômico do Citibank. Havia também o temor de que o governo utilizasse uma nova “mágica”, como nos outros planos econômicos, no processo de conversão da URV para a nova moeda. *Ainda temos dúvidas se não existem cartas na*

¹⁴⁸ Correio Braziliense, 12/12/1993, Economia, p. 15.

¹⁴⁹ Jornal do Brasil, 10/12/1993, Negócios & Finanças, p. 3.

¹⁵⁰ Folha de S.Paulo, 9/12/1993, Brasil, p. 1- 10.

manga, confessava Murilo Braga, presidente da Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (Andima).¹⁵¹

A mídia registrou ainda a oposição tipicamente política ao Plano, como as formuladas pelos dois candidatos potenciais à Presidência da República mais bem colocados nas pesquisas de intenções de voto naquela época – Paulo Maluf e Luiz Inácio Lula da Silva. Maluf disse que pediria à bancada de seu partido (PPR) no Congresso para votar contra o aumento de 5% previsto no plano, enquanto Lula dizia tudo não passava de uma *declaração de intenções*.¹⁵²

Ninguém duvidava, nem o próprio governo, que haveria inflação na URV, com os preços em cruzeiros reais se acelerando com o novo indexador diário. A dúvida era sobre a sua extensão. O ex-presidente do Banco Central Ibrahim Eris (Governo Collor) criticava o fato de se manter uma relação fixa entre a URV e o dólar em um momento de acomodação dos preços relativos. *Acho que a inflação em URV vai surpreender o governo. Vai ser maior do que ele espera*. O ex-ministro Luiz Carlos Bresser Pereira também acreditava em uma inflação na URV, mas residual, avaliação idêntica à de Luís Eduardo Assis, do Citibank.¹⁵³

Com data de capa de 8 de dezembro, editada, portanto, antes do anúncio formal do Plano, a revista **Exame** sugeriu no título: “Façam suas apostas, senhores”, com a chamada anunciando que “nem o Congresso nem os empresários parecem dispostos a dar muitas cartas ao Plano FHC 2”,¹⁵⁴ em um discurso carregado de ceticismo. A **Veja**, revista de maior circulação do país, com data de capa de 15 de dezembro, trouxe uma reportagem de quatro páginas com um título que não se confirmaria: “Um belo plano que já nasceu furado”. Ressaltou que “o ministro Fernando Henrique Cardoso, da Fazenda, fez o melhor de todos os planos econômicos já produzidos no Brasil, mas sua boa intenção já nasceu abortada”. O Plano era bom, basicamente porque aplicava um “choque no setor público”, no qual estava “fincada a raiz da inflação, em vez de dar uma paulada no setor privado, como aconteceu nos cinco planos anteriores, desde o Cruzado de 1986”. E também porque não surgiu fechado, uma vez que o ministro “discutiu os caminhos que poderia percorrer e, ainda agora, aceita democraticamente uma alteração de rota, desde que alguém lhe apresente uma alternativa melhor”.¹⁵⁵

Ao contrário de planos anteriores, cujos fracassos se deram algum tempo depois de sua implantação, o programa de FHC “começou a perder substância antes mesmo de entrar em vigor”, disse a revista, apontando a suspeita de que o Plano econômico era “também um

¹⁵¹ Folha de S.Paulo, 12/12/1993, Finanças, p. 9.

¹⁵² O Estado de S. Paulo, 12/12/1993, Economia & Negócios, p. B 6.

¹⁵³ Idem.

¹⁵⁴ Exame, 8/12/1993, edição 546, p. 28 – 30.

¹⁵⁵ Veja, 15/12/1993, edição 1.318, p 46 – 49.

plano de fuga” para o ministro. Se não passasse no Congresso até o final de janeiro, abriria a possibilidade para ele deixar o governo, com o argumento de que nada mais tinha a fazer. A revista achava que dificilmente haveria a aprovação dos parlamentares até janeiro e mesmo se a aprovação viria “algum dia”.¹⁵⁶

A matéria da **Veja** faz uma chamada - “O lado oculto” - em que destaca que o Plano “não foi divulgado com clareza em todos os seus pontos” e que “alguns detalhes, politicamente delicados, foram maquiados ou não foram anunciados”. O principal desses detalhes seria a “dolarização do tipo argentino”, disfarçada, uma vez que o presidente Itamar Franco não queria preços e salários indexados ao dólar, entendendo ser humilhação para o país.¹⁵⁷ A URV, de fato, tinha como um dos seus fatores de reajuste diário a variação do dólar.

A revista acrescentou que o “projeto da equipe econômica foi cozinhado durante sete meses de vacilações e perdeu muito com essa demora”, o que colocava em risco o futuro político de FHC, que “entrou com coroa de primeiro-ministro, um nome de tamanha expressão na equipe opaca de Itamar Franco, que a ele se atribuía o poder de fazer o que bem entendesse. Hoje, não consegue mais reunir apoio para levar seu programa adiante”.¹⁵⁸

Um texto da **Gazeta** reflete o clima político em torno de FHC, que anunciou seu programa e foi à luta por sua aprovação. Dez dias depois, mostrava-se “cansado e só”, dedicando seu tempo “do café da manhã ao jantar a encontros com parlamentares, como articulador político de si mesmo e do programa econômico”, segundo o jornal. O ministro contava com o apoio, mas não com o envolvimento do presidente Itamar Franco. O deputado Raul Belém, do PP de Minas Gerais e amigo íntimo de Itamar, definiu ao jornal o que poderia acontecer: *Se o Plano de estabilização der certo, FH é forte candidato à Presidência da República. Se fracassar, dificilmente será um bom candidato ao Senado Federal.*¹⁵⁹

Cobrar do Congresso Nacional uma posição favorável ao plano econômico foi também uma forma de a mídia prestar apoio, jogando sobre os parlamentares a culpa por um eventual fracasso. Desde as primeiras notícias sobre o Plano FHC 2, os meios de comunicação bateram sistematicamente em uma tecla: o seu futuro dependeria do Congresso, responsável pela aprovação, ou não, das reformas constitucional, tributária e fiscal previstas no conjunto das medidas. FHC chegou a alertar que, se as medidas fiscais não fossem aprovadas até o dia 15 de janeiro de 94, o Plano não existiria. Fundamental, também, era o governo saber com que receita poderia contar no ano de 94, o que dependeria da aprovação do aumento de 5% de todos os impostos federais e contribuições existentes em 93 (em função da legislação que

¹⁵⁶ Idem.

¹⁵⁷ Idem.

¹⁵⁸ Idem.

¹⁵⁹ *Gazeta Mercantil*, 17/12/1993, Política, p. 8.

impede a cobrança de tributos no mesmo exercício fiscal em que foram criados) e da emenda constitucional que formava o Fundo Social de Emergência, com 15% das transferências para estados e municípios e de todas as vinculações orçamentárias.¹⁶⁰

A desconfiança de governos e grande parte da opinião pública em relação ao Congresso Nacional resulta da prática e do comportamento mantidos por deputados e senadores ao longo dos anos e que, registrados de forma sistemática pelos meios de comunicação, construíram uma imagem nada favorável ao conjunto do Parlamento brasileiro. Pelo menos desde os anos 90, pesquisas de opinião que medem o nível de confiança da população em suas instituições são desfavoráveis aos políticos.

A título de ilustração, tome-se uma pesquisa realizada pelo Ibope em 1999. Apontou que 72% da população não confiavam no Congresso Nacional. Este índice torna-se ainda mais significativo, quando a mesma pesquisa indicou que 82% não confiavam nos partidos políticos e 86%, especificamente, nos políticos. A pesquisa mostrou também que 75% da população confiavam na Igreja Católica, 62% no presidente Fernando Henrique Cardoso e 47% nos jornais. Outra pesquisa do Ibope, de agosto de 2005, indicou que 90% dos brasileiros não confiavam nos políticos em geral, 88% nos partidos políticos, 81% na Câmara dos Deputados e 76% no Senado Federal. Médicos tinham a confiança de 81% da população, e a Igreja Católica, 71%.¹⁶¹

A imagem dos parlamentares e do Congresso é manchada regularmente por notícias divulgadas em toda a mídia. Há informações que apontam o descompromisso com o trabalho, porque o Congresso em Brasília só funciona, de fato, de terça a quinta-feira (se não houver feriado no meio da semana) e há constante falta de quorum para votações e mesmo sessões ordinárias. Outras mostram a defesa dos interesses pessoais, paroquiais e corporativos, que incluem desde a troca de partidos, sem o menor compromisso com a legenda para a qual o parlamentar foi eleito, até o voto em projetos de interesse do governo, em troca de cargos na administração pública e liberação de recursos de emendas ao orçamento da União. Uma prática que começou com a retomada do poder pelos civis, com José Sarney, atravessou os governos Collor de Mello, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e se manteve com Lula da Silva.

A imagem do Congresso Nacional é também fortemente marcada por episódios que ficaram no imaginário brasileiro, como a histórica emenda das Diretas Já, de 1984, que traria de volta as eleições diretas para a Presidência da República, já para substituir o último general presidente do ciclo iniciado em 1964, João Figueredo. Ignorando solenemente o

¹⁶⁰ O Estado de S. Paulo, 8/12/1993, Economia & Negócios, p. B 4.

¹⁶¹ Os dados da pesquisa do Ibope de 1999 estão em BARBOSA, Silvio Henrique Vieira, Sensacionalismo e credibilidade da imprensa, in *Anuário de Jornalismo*. São Paulo, Faculdade Cásper Líbero, 2000. Os dados de 2005 estão disponíveis no site www.ibope.com.br, item Pesquisas – Opinião Pública.

“clamor das massas” que foram para as ruas em favor da emenda, a maioria parlamentar votou contra.¹⁶² Os parlamentares se redimiram em parte, no princípio de 1985, quando votaram a favor de Tancredo Neves no colégio eleitoral, derrotando Paulo Maluf, o candidato apoiado pelo regime militar. Mas até hoje fica a sensação de que, em relação à maioria parlamentar que apoiava o governo, a opção por Tancredo nada mais foi do que um voto oportunista, contra um candidato do regime que se esvaía.

Contraditoriamente, o mesmo Congresso que, no final de 1992, daquela vez ouvindo o grito das ruas enfeitadas com caras-pintadas e verde e amarelo, aprovou o *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor, dois anos depois se envolveu com o escândalo da Comissão do Orçamento, já citado. A denúncia, em 1997, da compra de votos de deputados no processo de votação da emenda que garantiu a reeleição para governantes de cargos executivos foi uma das mais visíveis do ciclo Fernando Henrique Cardoso. O Congresso Nacional enfiou de vez o pé na lama nos últimos dois anos, com o escândalo do “mensalão” e do “valerioduto”, a compra de votos de parlamentares, o uso indevido de dinheiro público e até a renúncia inédita de um presidente da Câmara, o deputado Severino Cavalcanti, acusado de receber propina. Mais recentemente, a mídia estampou notícias sobre outra grande negociata envolvendo a compra superfaturada de ambulâncias para prefeituras de vários estados.

Por ironia do destino, todo o espetáculo dos últimos três anos ocorreu sob os holofotes do PT, o partido que perdeu três eleições presidenciais e ganhou a quarta, em 2002, carregando a bandeira da ética na política, de guardião da moralidade administrativa e contra a corrupção. Evidentemente, nem todos os integrantes do Congresso Nacional são corruptos e se envolvem em negociatas – muitos têm uma história de vida política digna, irreparável. E o próprio Congresso têm aprovado projetos e leis importantes para o aperfeiçoamento da sociedade brasileira. Mas, para o conjunto da opinião pública, infelizmente, esta é uma imagem que praticamente não conta.

O Congresso, como se imaginava, reagiu mal ao programa FHC 2. Na avaliação de alguns parlamentares, inclusive do partido de FHC, o PSDB, reagiu pelo fato de o ministro ter se “aproveitado da fragilidade do Legislativo para anunciar medidas que desagradaram a quase todos” e pela falta de uma negociação prévia com os partidos sobre as medidas apresentadas, segundo o **JB**. E um dos problemas mais graves para deputados e senadores que têm suas bases eleitorais em seus estados e municípios seria a transferência de 15% dos recursos constitucionais destinados a esses setores para criar o Fundo Social de Emergência, que seria gerido pelo governo federal.¹⁶³

¹⁶² Sobre a votação da emenda das eleições diretas ver Negrão de Mello, 1987, op. cit.

¹⁶³ Jornal do Brasil, 9/12/1993, Negócios & Finanças, p. 3.

Refletindo a perplexidade daquele primeiro momento, os jornais mostraram também uma posição dúbia do Congresso. Lideranças políticas, especialmente aliadas ao governo, entendiam que, apesar das resistências, o plano poderia ser aprovado por meio de negociações. Ao final de um encontro com líderes do PMBD, PFL e PT, “todos mantinham suas críticas ao aumento de impostos, à retenção de verbas dos municípios e estados, mas concordavam que é preciso fazer alguma coisa – e logo – para estabilizar a economia do país”.¹⁶⁴

O governo contou com aliados de peso para fazer pressão sobre o Congresso, como mostrou a mídia já no dia seguinte ao anúncio do Plano. Eram dirigentes empresariais e outros formadores de opinião que avalizavam o Plano como bom, mas tinham dúvidas se os parlamentares concordariam, sobretudo, com os cortes de recursos para os estados e municípios às vésperas de um ano eleitoral.¹⁶⁵ *Ou eles ajudam ou então o país será prejudicado*, disse o ex-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo Mario Amato, com o argumento de que o governo pedira também *sacrifício dos trabalhadores e empresários*.¹⁶⁶

A inflação poderia cair em até seis meses, se o Congresso aprovasse as medidas, permitindo cumprir as metas, conforme opinião do presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, Álvaro Augusto Vidigal. *Se isso não ocorrer, ficaremos na mesmice, sem ministro, com inflação alta e sem solução*. Nelson Peixoto Freire, presidente da Associação Brasileira da Indústria Eletroeletrônica (Abinee), reiterou que havia confiança em FHC, mas também preocupação com o encaminhamento da reforma junto aos parlamentares. Até funcionários do governo norte-americano e de organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional, que inicialmente analisaram o plano com cautela, esperavam a sua aprovação pelo Congresso, antes de “qualquer manifestação pública de confiança”.¹⁶⁷

Como admitiu o próprio FHC na conversa com os editores dos jornais, antes do anúncio das medidas econômicas, no Congresso havia outro complicador para o Plano, que em um primeiro momento poderia ser soterrado por críticas. *Haverá várias sessões em que eles dirão que se trata do plano do ministro que é candidato a presidente, o tacharão de recessivo, mas depois cairão no vazio e terão de dizer o que fazer*. Mas, se insistissem em atrelar o plano ao seu futuro político, o ministro se disporia ao sacrifício, ficando no Ministério, mesmo sem concorrer ao Senado.¹⁶⁸ Como se sabe, não foi preciso.

¹⁶⁴ Gazeta Mercantil, 8/12/1993, primeira página.

¹⁶⁵ O Globo, 8/12/1993, Economia, p 28.

¹⁶⁶ O Estado de S. Paulo, 8/12/1993, Economia & Negócios, p. B 7.

¹⁶⁷ Idem.

¹⁶⁸ O Estado de S. Paulo, 08/12/1993, Economia & Negócios, p. B 4.

A *candidatura virtual* de FHC à Presidência, aliás, era um dos principais obstáculos à proposta econômica, porque, *na medida em que o sucesso do plano vira trampolim de campanha, o seu fracasso passa a ser do interesse de muita gente*, afirmou, em artigo na **Folha**, o professor Eduardo Giannetti da Fonseca, da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo. Em sua avaliação, *a primeira fase da gestão do ministro Fernando Henrique foi marcada por muita conversa e pouca ação. O anúncio do novo plano de estabilização altera um pouco este quadro. É conversa fiada ainda, mas pode significar a semente de algo mais tangível. Pela primeira vez desde que tomou posse, o ministro conseguiu definir uma estratégia de ação clara e coerente visando à reconstrução da moeda nacional.*¹⁶⁹

Entre grande parte do empresariado havia consenso de que a eficácia do Plano dependeria do sucesso da equipe econômica em seu encaminhamento político, especialmente quanto ao aumento dos impostos e criação do Fundo Social de Emergência. O presidente do Sindicato dos Economistas de São Paulo, Sideval Aroni, falava de um plano *extremamente arriscado*, porque, além dos problemas políticos, enfrentava a hipótese de não contar com apoio do próprio Executivo, citando o caso da readmissão dos funcionários dispensados na gestão Collor.¹⁷⁰

As discussões sobre as medidas do Plano começaram no Congresso ainda em dezembro, mas foram interrompidas pelo recesso parlamentar em meados do mês. Retomadas em janeiro, passaram a esbarrar em problemas. No final do mês, o **Globo** informou que o Plano sofrera um duro golpe no Congresso, onde cinco medidas provisórias do ajuste fiscal deixaram de ser votadas. Depois de aprovar o aumento do Imposto de Renda das pessoas físicas, o Congresso rejeitou, por falta de quorum, o mesmo imposto para as empresas. Faltaram à votação até mesmo figuras de apoio ao governo, como o ex-ministro Antônio Brito e o ex-líder Roberto Freire. A manobra irritou Itamar Franco. *Mas como eles aprovam aumento de imposto para pessoas físicas e não aprovam para as empresas?*- perguntou.¹⁷¹ Contudo, a situação melhorou depois.

¹⁶⁹ FONSECA, Eduardo Giannetti. “Quais são os obstáculos políticos ao plano”. Folha de S.Paulo, 12/12/1993, Finanças, p. 26.

¹⁷⁰ O Estado de S. Paulo, 12/12/1993, Economia & Negócios, p. B 9. Naquela época, o presidente Itamar Franco mostrava-se disposto a apoiar o projeto do deputado Roberto Freire, que previa a recontração de 100 mil funcionários públicos demitidos no início do Governo Collor.

¹⁷¹ O Globo, 28/01/1994, Economia, p. 18.

A largada da candidatura

Fernando Henrique aproveitou a sua última reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), no Ministério da Fazenda, dia 29 de março de 94,¹⁷² para fazer uma primeira despedida pública do cargo de ministro e repetir dois dos termos que mais utilizaria durante a campanha: estabilidade e prosperidade. *É isso que podemos prever para os próximos tempos*, afirmou, pois o país estava conseguindo um rumo¹⁷³. Como se sabe, o substituto de FHC foi o embaixador Rubens Ricupero.

Anos depois, FHC contaria que resolveu ser candidato porque achava que o presidente Itamar Franco não tinha outro candidato em quem apostar. E nesse caso, se ficasse como ministro, ele não teria mais força. Diz que tentou alternativas, como o ministro da Previdência, Antônio Brito, que viria a ser governador do Rio Grande do Sul (1995-98), e o senador Tasso Jereissati, do PSDB do Ceará, mesmo porque não queria fazer um plano econômico de sucesso para entregar a Lula da Silva, mas não houve jeito. FHC assegura que, se houvesse um candidato com chance efetiva de ganhar as eleições, permaneceria no Ministério da Fazenda, mas este candidato *não apareceu*. Em sua cabeça, ou ele *era candidato, ou acabava o Real, acabava o plano de estabilização*. Além disso, garante, pelo menos em 1994 o presidente queria fosse ele, Fernando Henrique, o candidato.¹⁷⁴

Antes mesmo do lançamento oficial da candidatura FHC, os meios de comunicação começaram a registrar o entusiasmo entre o empresariado com a nova perspectiva política. A presença de FHC “na disputa das eleições presidenciais afasta a turbulência que haveria caso os agentes econômicos não vislumbrassem um adversário com chances de enfrentar Luiz Inácio Lula da Silva, do PT”, afirmou o **JB**, que disse mais: A candidatura de Fernando Henrique e a nomeação de Rubens Ricupero era *uma mudança que o mercado estava esperando*, segundo Richard A. Bird, vice-presidente do Internationale Nederlanden Bank (ING Bank).¹⁷⁵

Dia 5 de abril, na solenidade de transmissão de cargo para Rubens Ricupero, no auditório do Banco Central, em Brasília, diante de uma platéia de cerca de 700 jornalistas, políticos, empresários e funcionários governamentais, entre outros, FHC já falou como candidato. Mais uma vez defendeu o resgate da dívida social e um processo de estabilização sem fraturas e rupturas: *Ou nós temos a capacidade democrática de nos unirmos, de buscar convergências,*

¹⁷² O Confaz é formado por representantes do Ministério da Fazenda e das secretarias estaduais de Fazenda ou Finanças. Têm, entre suas atribuições, as de aprovar normas relativas à competência tributária dos estados e do Distrito Federal.

¹⁷³ Jornal do Brasil, 30/03/1994, Economia & Finanças, p. 3.

¹⁷⁴ TOLEDO, Roberto Pompeu, 1998, op. cit., p. 78.

¹⁷⁵ Jornal do Brasil, 30/03/1994, Economia & Finanças, p. 3.

ou não haveremos de encontrar o caminho. Mesmo porque o país não deveria perder de vista que a estabilidade da economia era *apenas um passo preliminar para enfrentar os gravíssimos problemas sociais do Brasil.*¹⁷⁶

Argumentou que a credibilidade da moeda era um meio, não um fim, e que o grande desafio seria *construir uma sociedade democrática, com respeito e garantia da cidadania.* Em tom conciliador, como que se precavendo contra possíveis dificuldades no Congresso Nacional, defendeu a união dos partidos políticos para enfrentar os problemas do país: *Seja quem for sagrado pelo povo, não poderá resgatar a dívida social se quiser fazer tudo sozinho, se tiver como lema a auto-suficiência, se for soberbo, se acreditar que foi ungido por Deus para essa tarefa.*¹⁷⁷

O destino da candidatura FHC havia sido selado logo depois da reunião do Confaz, dia 29. No próprio Ministério da Fazenda, ele recebeu líderes do PSDB, que lhe deram “carta branca” para promover alianças e escolher os partidos políticos parceiros na eleição presidencial. *O partido em sua unanimidade entendeu que sua candidatura é fundamental ao sucesso e à continuidade do plano econômico,* disse o presidente do PSDB, senador Tasso Jereissati. FHC não fez por menos. Informou que diria ao presidente Itamar Franco que já tinham uma bandeira que seria *empurrada pelos ventos da esperança e a certeza da vitória.*¹⁷⁸

Ao receber os líderes do seu partido e procurar justificar a aliança política que estava fazendo, FHC deu uma indicação clara de como pretendia conduzir a sua candidatura, inclusive, a polêmica parceria com o Partido da Frente Liberal (PFL), de perfil e quadros políticos bem mais conservadores do que o PSDB: *Não se faz política com vetos, mas somando.* E admitiu a hipótese de entregar a vice-presidência a um pefelista. *Se o PFL é um partido democrático, por que não?* perguntou, para concluir em seguida: *Não sou homem de preconceitos. Sou homem de compromissos.*¹⁷⁹

Naquele momento, havia o risco de confronto entre grupos distintos do próprio PSDB, já que alguns queriam uma aliança ampla com as esquerdas e outros uma aliança mais à direita, incluindo o PFL. Para evitar problemas e o confronto, logo após o encontro no Ministério da Fazenda, uma reunião-relâmpago da Executiva Nacional do PSDB, na Câmara dos Deputados, aprovou o lançamento da candidatura de FHC, juntamente com a “carta branca” para ele

¹⁷⁶ Correio Braziliense, 06/04/1994, Economia, p. 11.

¹⁷⁷ Idem. Havia um simbolismo na referência de FHC a Deus. Em 1985 era candidato à prefeitura de São Paulo e em um debate na televisão com seu principal adversário, Jânio Quadros, declarou-se ateu. O fato foi amplamente utilizado pelo adversário, cuja coordenação de campanha espalhou pela cidade panfletos com uma cruz e a inscrição “Cristão vota em Jânio”. FHC perdeu a eleição.

¹⁷⁸ Jornal do Brasil, 30/03/1994, Brasil, p. 4.

¹⁷⁹ Idem.

negociar as alianças.¹⁸⁰ Depois, o senador Guilherme Palmeira, do PFL de Alagoas, tornou-se candidato a vice-presidente.

A posição de FHC em relação ao PFL mudara substancialmente. Segundo a **Folha**, em uma das ocasiões em que o ex-presidente Fernando Collor convidou o PSDB para integrar a sua administração, manteve com o próprio Fernando Henrique um diálogo em que ele lembrou que os programas dos dois partidos eram parecidos, mas seria muito difícil aceitar participar de um governo que tinha o PFL, uma das principais forças de sustentação política de Collor. A visão de FHC sobre o partido: *É a encarnação do atraso, simboliza tudo de ruim que há no país.*¹⁸¹

Para entender a aliança eleitoral de FHC é importante lembrar que o PFL foi criado em 1985 com políticos que integravam a chamada Frente Liberal, dissidência de integrantes do PDS, o partido do governo militar de João Figueredo, os quais, no ano anterior, rebelaram-se contra o apoio governamental à candidatura de Paulo Maluf às eleições indiretas que seriam realizadas em 15 de janeiro de 1985. Entre seus fundadores, estavam os ex-governadores Antônio Carlos Magalhães (BA), Marco Maciel (PE), Aureliano Chaves (MG), Guilherme Palmeira (AL) e Jorge Borhausen (SC). Em comum, carregavam o estigma de terem sido eleitos indiretamente com o apoio do regime militar. Os votos da Frente no colégio eleitoral foram fundamentais para a eleição de Tancredo Neves em 15 de janeiro, com a chamada Aliança Democrática, que uniu o PMDB e a Frente Liberal. A Frente, por sua vez, indicou como vice-presidente de Tancredo o senador José Sarney, eleito pelo Maranhão, que na época da rebelião era nada menos que o presidente do PDS, mas que migrara para o PMDB para ser candidato.

Destaque-se, também, que o PSDB nasceu em 1988, exatamente porque os seus principais líderes e fundadores, entre eles Fernando Henrique Cardoso, os ex-governadores de São Paulo Franco Montoro e Mário Covas, e o deputado José Serra, integrantes do que se chamava “PMDB histórico”, julgavam que o partido havia “inchado” depois de assumir o poder com Sarney e manter a aliança com o PFL. Perdera, assim, as características que poderiam transformá-lo em uma autêntica agremiação de cunho socia-democrata, como deveria ser o PSDB.

Depois de lançada a candidatura, a aliança de Fernando Henrique com o PFL voltaria a provocar polêmica entre os tucanos e seus aliados. Uma delas veio pelas mãos da antropóloga e professora Ruth Cardoso, esposa do candidato. Ao responder a uma pergunta sobre a aliança, disse que o PFL tinha ACM, mas tinha também um Gustavo Krause e um Reinhold Stephanes,

¹⁸⁰ Idem.

¹⁸¹ Folha de S.Paulo, 04/10/1994, Supereleição, Especial 10.

referindo-se a dois outros quadros do partido que teriam uma postura política e uma prática diferentes da de ACM, que representaria a mais tradicional oligarquia nordestina.¹⁸²

Editorial da **Folha** trata da questão com propriedade, ao dizer que a professora “nada mais fez do que refletir as dificuldades que o meio acadêmico de centro-esquerda simpático à candidatura de FHC” tinha para aceitar a aliança entre o PSDB e o PFL. Mas o jornal foi adiante, ao traçar um quadro duro, porém realista: “O PSDB é um partido que sempre procurou cultivar uma imagem de preocupação com a ética e o respeito ao dinheiro público. O PFL é um partido cuja principal preocupação sempre foi a de manter-se no poder, onde, como se sabe, tem imperado a política de troca de favores e de cargos e a fisiologia explícita, com exceções, é claro. É difícil, portanto, conciliar, no campo das idéias, essas duas visões tão diferentes da política. Novas arestas tendem a surgir. É o preço que se paga quando se deseja aproximar dois pólos tão opostos”.¹⁸³

Pouco tempo se passou até surgir uma nova aresta, de peso. Em 2 de agosto, o vice-candidato Guilherme Palmeira foi obrigado a renunciar à candidatura, depois que a imprensa disseminou amplamente as denúncias de um motorista da Construtora Sérvia, Otair Oliveira, dando conta de que Palmeira e outros parlamentares receberam propina em troca de emendas que eles incluíam no orçamento da União favorecendo a empresa.¹⁸⁴ Foi substituído pelo conterrâneo do Nordeste e do partido, Marco Maciel, de Pernambuco. Mas nesse caso FHC não ficou sozinho. Antes, Lula e o seu PT tiveram que forçar a renúncia do vice José Paulo Bisol, do PSB do Rio Grande do Sul, dia 27 de julho, também acusado de incluir no orçamento da União emenda para a prefeitura de Buritis, em Minas Gerais. Pelo menos uma das obras realizadas com dinheiro das emendas, uma ponte, facilitava o acesso à fazenda do senador gaúcho no município.¹⁸⁵ Bisol renunciou em 27 de julho e seu lugar foi ocupado pelo deputado do PT de São Paulo Aloísio Mercadante.

Irônico é ver que dois dos partidos nacionais que mais defendiam a ética na política e se colocavam como seus paladinos perderam os candidatos a vice-presidente por motivos éticos. Ao analisar o caso Bisol, em editorial, o **Estado** diz que ele “tinha flancos abertos pelos quais foi atingido” e era um “defensor da moralidade”, mas para os outros. Esta “contradição fatal” não mais era perdoada pelo estágio político brasileiro, depois que foi afastado do poder um presidente da República (Fernando Collor de Mello) em nome da “moralização e da modernidade”, contra a hipocrisia.¹⁸⁶ Já a **Folha**, ao tratar do caso Guilherme Palmeira, destacou o passado de Marco Maciel, “à sombra do regime militar”, que também não o

¹⁸² Folha de S.Paulo, 02/10/1994, Supereleição, Especial 4.

¹⁸³ Folha de S.Paulo, 27/07/1994, Opinião, p. 1 – 2, “A antropóloga e o cacique”.

¹⁸⁴ Folha de S.Paulo, 4/08/1994, Supereleição, Especial 3.

¹⁸⁵ Folha de S.Paulo, 13/07/1994, Brasil, p. 1 – 6.

¹⁸⁶ O Estado de S. Paulo, 23/07/1994, Notas e Informações, p. A 3, “Causas de um malogro”.

recomendava. Disse que sua escolha deu ao PT o pretexto de que precisava “para tentar mudar o enfoque do debate eleitoral”, porque Maciel era um “um perfeito representante do PFL”, que sempre se “manteve no poder”, tendo sido, inclusive, um dos articuladores do *pacote de abril*.¹⁸⁷ Com o fim do regime militar, Maciel foi ministro do Governo José Sarney (Educação e Casa Civil) e foi líder do governo na gestão de Fernando Collor.¹⁸⁸ Enfim, era um passado que incomodava vários setores do PSDB e poderia ser explorado, mesmo com “resultados incertos”, pelo PT.¹⁸⁹

No final de julho, em outro editorial, ao analisar uma notícia sobre o sorteio de casas populares em Codó, no Maranhão, durante um comício de FHC, a **Folha** voltaria a dizer que a sua aposta ao juntar-se ao PFL era a de que o “benefício eleitoral dessa esdrúxula aliança suplantaria seus custos”. Mas, ver o nome “ligado às tradições mais arcaicas e condenáveis da política brasileira é mais um desses custos”.¹⁹⁰ Ao receber uma homenagem de cerca de 80 artistas no Rio de Janeiro, em setembro, o próprio FHC colocaria mais molho na discussão, ao afirmar que precisou *fazer a aliança antes, porque, depois, ia custar mais caro no Congresso*. E explicou o sentido do caro: a distribuição de cargos no governo. *O sentido é esse mesmo. Precisaria distribuir posições no governo, coisa que eu não quero*.¹⁹¹ A história mostraria que FHC começou e passou os seus dois mandatos distribuindo cargos, para o PFL e outros aliados de ocasião, a fim de votar projetos de seu interesse, inclusive o que permitiria a reeleição, e garantir a governabilidade.

No começo de maio, um mês depois de deixar o Ministério da Fazenda, o candidato FHC continuava em baixa nas pesquisas eleitorais, 16% das intenções de voto, contra 42% de Lula da Silva, 8% de Leonel Brizola e 7% de Orestes Quércia, segundo pesquisa Datafolha, realizada dias 2 e 3 daquele mês. Anos depois, FHC admitiria que, naquela época, pensou em renunciar à candidatura, porque as *pesquisas não reagem*.¹⁹² Mas continuou apostando no sucesso do plano econômico, que procurava capitalizar para sua campanha e inclusive posou para fotos ao lado do presidente Itamar Franco e do ministro Rubens Ricupero, durante a solenidade de lançamento da nova moeda, dia 9 de maio no Palácio do Planalto.¹⁹³

¹⁸⁷ O chamado pacote de abril foi editado pelo presidente Ernesto Geisel em abril de 1977, depois que ele fechou o Congresso Nacional. Entre outras medidas, modificou a Constituição Federal e tornou permanentes as eleições indiretas para governadores. Para o Senado, que tem três representantes de cada unidade da Federação, criou a figura do “senador biônico”, que seria eleito indiretamente para um mandato de oito anos, juntamente com outro senador escolhido pelo voto direto.

¹⁸⁸ Sobre a breve e intrincada trajetória de Fernando Collor, conf. MARRA, Teresinha Aparecida Mendes. *Sob o signo do populismo e do neoliberalismo: construções retóricas e configurações- Brasil e Argentina (1989-1992)*. Brasília, 2000. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade de Brasília, sob a orientação da professora Maria T. Negrão de Mello.

¹⁸⁹ Folha de S.Paulo, 07/08/1994, Opinião, p. 1 – 2, “Novas estratégias”.

¹⁹⁰ Folha de S.Paulo, 30/07/1994, Opinião, p. 1 – 2, “Excesso de amarras”.

¹⁹¹ Folha de S.Paulo, 21/09/1994, Supereleição, Especial 3.

¹⁹² NETO, Geneton Moraes. *Os segredos dos presidentes*. São Paulo, Globo, 2005, 1ª edição, p. 208.

¹⁹³ Folha de S.Paulo, 10/05/1994, Especial Plano Real, p. A 1 – 3.

No real FHC jogou sua última ficha e começou a desfiar uma série de argumentos em defesa sua candidatura. *Agora não dá mais para desvincular o Plano da minha campanha*, justificou FHC, que dizia ser o único capaz de dar continuidade ao plano e evitar que ele caísse em *mãos incompetentes*. Assegurou ser de confiança dos empresários para garantir mais investimentos e a geração de novos empregos (insinuando que com Lula dava-se o contrário). Era candidato para que o Brasil não caísse em mãos de pessoas que, *sem entender os mecanismos complicados da vida financeira, às vezes com boa vontade e boas intenções, não fazem certo*.¹⁹⁴ Pouco tempo bastou para mostrar que a candidatura de FHC e o Plano Real não mais de descolariam.

Ao analisar a situação eleitoral naquele momento, em editorial, a **Gazeta** perguntava se o programa econômico era de interesse exclusivo de um candidato ou da Nação. Dizia não acreditar que nenhum candidato à Presidência fosse capaz de defender, diante das câmeras de televisão, a “persistência de uma inflação endêmica cujos efeitos perversos atingem, principalmente, as camadas mais pobres da população”. E sugeria que, se os candidatos tinham reparos ao Plano Real, deveriam instruir suas bancadas no Congresso para propor e votar as modificações, mesmo no decorrer da campanha eleitoral.¹⁹⁵

Quando real começou a circular, em primeiro de julho, ainda em baixa nas pesquisas de intenções de voto, FHC comemorou, em Belo Horizonte. *Acho que minha candidatura vai dar um salto agora*, disse em entrevista, com o argumento de que não havia mais como desvincular o seu nome da nova moeda, já que, como ministro da Fazenda, foi um dos autores do plano, *um dos propulsores das mudanças na economia*. Reiterou que o programa econômico não era eleitoreiro e era bom para o Brasil. Mas, se fosse bom para sua eleição? *Então viva o Brasil e minha eleição*.¹⁹⁶

A partir de então, a candidatura FHC seguiu rigorosamente na esteira do Plano Real. Ele disse que escolheu ir a Minas Gerais no dia em que a nova moeda começou a valer (primeiro de julho) porque lá era a terra do presidente Itamar Franco e por considerar o estado um ponto de equilíbrio. *A mineiridade vai ser a inspiração da campanha. Basta pensar no Tancredo, no Juscelino, nos grandes nomes de Minas*, disse durante um telefonema a Itamar Franco. Em um comício em Pouso Alegre, no sul do estado, explicou que a escolha de Minas para estar naquele dia tinha *um grande simbolismo*, porque o *político mineiro não é um homem precipitado, ao mesmo tempo em que não deixa de ousar nos passos que dá. Isso criou um*

¹⁹⁴ Idem.

¹⁹⁵ Gazeta Mercantil, 17/05/1994, Opinião, p. 4, “O dever de prevenir o absurdo”.

¹⁹⁶ Folha de S.Paulo, 02/07/1994, Brasil, p. 1 – 6.

certo estilo de fazer política. A representação deste estilo mineiro, ousado, mas sem precipitação, com segurança, seria um dos motes da campanha.¹⁹⁷

De fato, a mineiridade como equipamento retórico desvela sentidos quando o tema é a política e remonta historicamente a cenários anteriores às conjunturas de Juscelino e Tancredo Neves, citados por FHC. Detalhando condições históricas de seu engendramento, Arruda reflete sobre a mineiridade na esteira do imaginário, destacando em Minas Gerais a configuração de um processo como que destinado a se perpetuar em uma vocação e, no limite, no delineamento de um mito.¹⁹⁸

Mas, aqui e ali surgiam discursos que quebravam a suposta unanimidade do Real. O presidente da Fiesp, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, que já se manifestara a favor do Plano e da própria candidatura FHC, disse ele não era *propriedade privada de candidato algum*, elaborado que fora por uma equipe de pessoas que estavam a *serviço da sociedade*. Destacou que apoiava as medidas do Plano, mas temia *influências eleitorais*. Referindo-se especificamente a FHC, disse que mesmo ele não poderia se *considerar o pai do Plano*, que pertencia à sociedade, enquanto a nova moeda era de todo o Brasil.¹⁹⁹

Afirmou Ferreira que estava preocupado com a *exploração indevida do Plano pelos políticos*, sobretudo os *candidatos que colocam seus interesses eleitorais acima do interesse nacional*, em uma clara alusão a FHC, que era o único candidato que se apoiava no plano econômico. Mas manifestações como essa contra o uso do Real no processo eleitoral, partindo representantes de entidades empresariais, foram raras e desapareceram logo depois, quando, ainda no final de julho, as pesquisas de opinião começaram a apontar uma curva que levaria inexoravelmente FHC ao Palácio do Planalto.²⁰⁰

Sai FHC, entra Ricupero. Tudo na mesma

O deixar o Ministério da Fazenda no dia 30 de março de 1994, para cumprir o prazo legal de desincompatibilização dos candidatos à Presidência da República, Fernando Henrique Cardoso transmitiu o cargo a Rubens Ricupero, diplomata de carreira, que ocupava o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal. Não houve polêmica em torno da indicação, apesar da sugestão de alguns setores, apontadas pelos jornais, de que o melhor teria

¹⁹⁷ Idem.

¹⁹⁸ ARRUDA, Maria A. do Nascimento. *Mitologia da mineiridade*. São Paulo, Brasiliense, 2000, 1ª reimpressão, p. 137.

¹⁹⁹ Idem.

²⁰⁰ Idem.

sido a indicação do presidente do Banco Central, Pedro Malan. O lugar de Malan estava guardado para o futuro.

Antes mesmo de tomar posse, Ricupero deixou claro que não mudaria o plano econômico nem a equipe de FHC. *É o melhor plano que o Brasil já teve. Acredito plenamente no seu sucesso e assim também pensam a população e os setores econômicos.*²⁰¹ No dia 29, Ricupero participou de uma reunião com assessores do Ministério, promovida por FHC. Disse que pretendia ser considerado *um integrante da equipe econômica* e que compreendia o significado do sucesso do plano para o país e a própria campanha presidencial do ex-ministro. Obteve a garantia de Pedro Malan, Edmar Bacha, Clóvis Carvalho, Winston Fritsch e Gustavo Franco (alguns dos principais assessores de FHC) de que todos continuariam em seus cargos. Para demonstrar o espírito de um novo integrante da equipe, assegurou que só levaria para o Ministério dois ou três assessores próximos.²⁰²

Se a saída de FHC era inevitável, para cumprir o prazo de desincompatibilização, era fundamental para os setores que o apoiavam consolidar uma nova representação, a de que o seu trabalho na Fazenda teria continuidade e os objetivos propostos seriam plenamente alcançados. Enquanto ainda se especulava sobre sua indicação, Ricupero recebera o aval de seu colega no curso de direito na Universidade de São Paulo, o presidente da Fiesp, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, que lembra dele como um *aluno brilhante* e uma *pessoa extraordinária*. Em sua opinião, a escolha era excelente e Ricupero teria todas as condições de dar continuidade ao plano econômico. *Competente, sério e honesto*, seria capaz de *ocupar qualquer cargo no governo*, inclusive porque tinha *uma respeitabilidade muito grande e ótimo trânsito internacional*.²⁰³

A maioria dos empresários já apoiava claramente o plano econômico e repetia que a saída de FHC do Ministério não iria afetar o seu desenvolvimento. Pelo contrário. De volta ao Senado Federal, ele poderia ajudar na votação de medidas indispensáveis ao seu andamento e até na sustentação política do presidente Itamar Franco.²⁰⁴ Mas como nem tudo é unanimidade, havia vozes discordantes, até mesmo entre aliados de FHC. O ex-ministro da Fazenda Luiz Carlos Bresser Pereira, por exemplo, que viria a ser ministro da Administração Federal e da Reforma do Estado no primeiro mandato de Fernando Henrique, disse que, embora considerasse Ricupero competente, entendia que o ideal seria substituir FHC por Malan, que, como membro antigo da equipe, *poderia dar continuidade ao Plano sem dificuldade*.²⁰⁵

²⁰¹ O Estado de S. Paulo, 29/03/1994, Política, p. A 6.

²⁰² Jornal do Brasil, 30/03/1994, Negócios & Finanças, p. 1.

²⁰³ O Estado de S. Paulo, 27/03/1994, Política, p. A 16.

²⁰⁴ Jornal do Brasil, 30/03/1994, Negócios & Finanças, p. 5.

²⁰⁵ O Estado de S. Paulo, 27/03/1994, Política, p. A 16.

A cerimônia de transmissão de cargo de FHC para Ricupero no Ministério da Fazenda, dia 5 de abril, foi outra oportunidade para o discurso do setor empresarial referendar o apoio ao plano. “Os empresários foram unânimes na opinião de que o plano econômico não terá problemas de continuidade”, registrou o **Globo**, que recorreu ao presidente da Fiesp, Moreira Ferreira, para afirmar que a mudança, além da mais adequada, foi a menos traumática das que haviam ocorrido até aquele momento. Então sócio da Metal Leve, empresário e intelectual respeitado no país e no exterior, dono da maior biblioteca privada da América Latina, José Mindlin disse que Itamar Franco não poderia ter feito melhor escolha, e Alcides Tápias, presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos, informou que o mercado financeiro não tinha pressa na regulamentação do uso da URV. O empresário Luís Eulálio Bueno Vidigal, ex-presidente da Fiesp, assegurou que os preços da indústria não comprometeriam o plano e a situação estava tranqüila. Segundo o presidente da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BMF), Manoel Francisco da Costa, Ricupero assumia o Ministério para terminar o trabalho iniciado por Fernando Henrique.²⁰⁶

Como era de se esperar, para parte do movimento sindical, aquele de oposição ao governo, Ricupero não passava de um *zelador* do plano econômico e, conseqüentemente, da candidatura de FHC à Presidência da República. Para o presidente da CUT em São Paulo, José Lopes Feijó, o novo ministro seria apenas um *bom moço de recado*. E fora escolhido em uma *jogada eleitoreira* apenas para *seguir à risca* o Plano FHC2, complementou o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, Paulo César Funghi.²⁰⁷

Apesar do discurso otimista em relação à continuidade do Plano, a troca no Ministério gerou expectativa e insegurança entre alguns empresários, economistas e sindicalistas. E um dos motivos era a possibilidade de o salário mínimo ser elevado para 100 dólares no momento de conversão da URV, como pretendiam centrais de trabalhadores. Além disso, Ricupero precisaria de *jogo de cintura* para enfrentar desafios, como os de negociar com o Congresso, os sindicatos e o próprio presidente da República, a exemplo do que fazia FHC, conforme anotou o **Estado**.²⁰⁸

Já em meados de abril começou a “surgir nos meios econômicos um certo desânimo em relação ao futuro do Plano FHC”, segundo a **Folha**. Por razões eleitorais, havia forte oposição ao plano, e empresários e consultores achavam que FHC estava “tirando o time de campo, mais empenhado em tecer alianças para sua candidatura a presidente”. O cenário se complicava com a percepção de que Ricupero parecia ter menos força política e menos capacidade negociadora no Congresso e com a possibilidade de fracasso da proposta de revisão

²⁰⁶ O Globo, 06/04/1994, Economia, p. 22.

²⁰⁷ O Estado de S.Paulo, 6/04/1994, Economia & Negócios, p. B 13.

²⁰⁸ Idem.

constitucional apresentada em dezembro. Havia a expectativa de que, na campanha eleitoral, o Plano seria muito combatido pelas oposições, inclusive com greves de trabalhadores por aumentos salariais. Assim, o seu futuro estava atrelado à chance de vitória do ex-ministro. Naquele momento, a idéia era que a estabilização final só viria no governo futuro. Assim mesmo, se a candidatura de FHC desse certo, porque os outros candidatos não tinham propostas concretas de estabilização econômica.²⁰⁹

Eram muitas as divergências dentro da equipe econômica sobre várias questões fundamentais para o Plano Real, como a data exata e a forma de conversão da URV para a nova moeda e a futura política cambial. E diferenças da equipe econômica com as próprias idéias do presidente Itamar Franco. Questões foram decididas pouco antes de o real começar a circular e outras já com o Plano em andamento. Algumas divergências, especialmente sobre o câmbio, nunca foram resolvidas satisfatoriamente durante todo o primeiro mandato de Fernando Henrique.²¹⁰

Mas a mídia, aqui e ali, apontava um novo Brasil que se enxergava ao fim do túnel. Em março, por exemplo, a **Exame**, revista especializada em economia e negócios de maior circulação do país, trouxe uma reportagem com o título “O Brasil entra no mapa”, dizendo que os maiores bancos de investimentos do mundo estavam chegando ou ampliando seus negócios no território brasileiro para ganhar dinheiro. Estável, o Brasil se transformaria *numa das arenas mais importantes do mundo* e ninguém queria ficar fora desse mercado, dizia o executivo Luiz Henrique Fraga, transferido da matriz do banco de investimento Bear Stearns, em Nova York, para o Brasil.²¹¹

Maior país da América Latina, o Brasil certamente veria crescer os negócios com a estabilidade econômica, e ter um *posto avançado* no país era necessário para *ficar mais perto dos clientes*, entendia Ângela Mello, brasileira que trabalhava em Nova York no banco Lehman Brothers, controlado pela American Express. Segundo a revista, a volta do crescimento brasileiro dependeria de investimentos pesados, que não poderiam ser realizados apenas com a poupança nacional. Daí, um dos interesses da comunidade financeira pelo Brasil: intermediar empréstimos ou capitais de risco externos para a compra de ativos valorizados pela moeda estável e no processo de privatização de empresas como as de telecomunicações e energia elétrica. O economista Luiz Cláudio Barbosa, diretor no Brasil da

²⁰⁹ Folha de S.Paulo, 15/04/1994, Política, p. 1 – 11.

²¹⁰ Detalhes sobre a fase de preparação e implantação do Plano Real podem ser encontrados em PRADO, Maria Clara R. M. *A real história do real*. Rio de Janeiro, Record, 2005, 1ª edição. Maria Clara do Prado, jornalista, foi assessora de imprensa da equipe que preparou e implantou o Plano Real, em 1994 e 95.

²¹¹ Exame, 30/03/1994, edição 554, p. 52 – 58.

corretora japonesa Nomura, a maior do mundo, assegurou que a percepção era que o Brasil estava *mudando para melhor*.²¹²

Críticas e desconfianças internas à parte, a mídia começou a registrar também a face simpática do cenário externo ao plano de FHC. De Buenos Aires, onde se encontrava, o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Enrique Iglesias, mostrou confiança no sucesso do plano de estabilização brasileiro. *O Brasil colocou em marcha um importante programa de combate à inflação e ajuste das contas públicas que me deixam otimista*, disse Iglesias, que apontava ainda o que, em sua opinião, faltava para o país desenvolver plenamente sua potencialidade de desenvolvimento: O empenho governamental num rigoroso ajuste fiscal, já que as outras condições existiam e poderiam ser aproveitadas num momento de estabilidade democrática. *Estou confiante porque o governo e a sociedade brasileira se deram conta de que não é mais possível conviver com uma situação de instabilidade fiscal*²¹³.

Um dos economistas norte-americanos mais citados pela mídia naquele período, Jeffrey Sachs, professor de comércio Internacional da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, participou de um seminário, em São Paulo, sobre a conjuntura internacional. Especialista em países com inflação alta e problemas de dívida, foi consultor da Polônia e da Rússia durante suas crises financeiras na década de 80. Em uma entrevista, disse que as linhas gerais do plano econômico, de contenção fiscal combinada com uma nova moeda, eram inteligentes, faziam muito sentido e apontavam na direção correta. *Tem potencial para dar certo, se todos os passos forem tomados de maneira sólida*. Disse ainda que a principal prioridade era controlar a inflação, antes de promover o crescimento, que, por sua vez, deveria se dar pelo aumento das exportações.²¹⁴

Mas, ressalte-se, nem sempre foi assim. No final de janeiro, a **Folha** publicara matéria procedente de Washington em que Shahid Ussain, ex-vice-presidente do Banco Mundial para a América Latina e Caribe, dizia que o Brasil era *a maior nuvem no horizonte* do subcontinente americano. Segundo o jornal, “mesmo entre pessoas do *staff* e da direção do Banco Mundial e do FMI sobre as quais não pesam suspeitas de preconceito negativo contra o Brasil”, havia consenso de que o plano econômico, por falta de sustentação política, tinha poucas chances de dar certo. O motivo principal da desconfiança não era FHC, intelectual e político respeitado, mas o presidente Itamar Franco, considerado “liderança fraca e ambígua” no FMI e no Banco Mundial.²¹⁵

²¹² Idem.

²¹³ Jornal do Brasil, 01/04/1994, Negócios & Finanças, p. 4.

²¹⁴ Jornal do Brasil, 10/05/1994, Negócios & Finanças, p. 8.

²¹⁵ Folha de S.Paulo, 29/01/1994, Brasil, p. 1 – 5.

A falta de um rigoroso ajuste fiscal de que falava Enrique Iglesias foi também o motivo principal para o FMI não dar o seu aval ao plano econômico que lhe foi apresentado ainda em novembro de 1993 por FHC, conforme confidenciou, anos depois, Ted Truman, que naquela época era diretor internacional do Federal Reserve, o banco central norte-americano.²¹⁶ Fernando Henrique reconhece que as contas brasileiras na época eram *muito ruins* e diz que, em novembro de 93, quando renegociava a dívida externa brasileira, esteve com o diretor gerente do FMI, Michel Camdessus, a quem pediu apoio ao Plano. Ele não deu o aval nem um apoio formal, mas encaminhou aos bancos credores uma carta *num tom mais ou menos pessoal*, dizendo que referendava o que estava sendo feito no Brasil. Foi o que facilitou a renegociação da dívida, por sua vez, fundamental para levar adiante o Plano Real.²¹⁷

Em meio à campanha política da Presidência, cresciam a cada dia as especulações em torno da transição para o novo padrão monetário. A saída do governo para estancar o desgaste que essas especulações provocavam no programa econômico foi anunciar, dia 9 de maio, com uma antecedência maior do que os 30 dias inicialmente previstos, que o real, a nova moeda, entraria em vigor em primeiro de julho, guardando uma paridade posteriormente definida com a URV, que então seria extinta.

Após o anúncio da data de circulação da nova moeda, havia o consenso de que o plano econômico tornara-se irreversível, embora houvesse muita dúvida sobre o que aconteceria. **Veja** especula sobre a possibilidade de dois rumos antagônicos para o real.

“Acompanhado de um controle rigoroso dos gastos do governo, de uma boa reforma do Estado e de uma política econômica comprometida com o fim da inflação, pode tornar-se uma moeda forte e ter valor pelos próximos séculos. Sem essas providências, ficará estável durante um semestre, no máximo. Em seguida, irá caindo lentamente no descrédito para acabar na mesma lata de lixo que guarda as outras quatro moedas brasileiras inventadas desde o Cruzado de 1986. As chances de fracasso são maiores que as possibilidades de sucesso. Mesmo assim, o país está diante da maior oportunidade de acabar com a inflação que teve na última década”.²¹⁸

A **Istoé** ressaltou que, com o Real, o Governo Itamar Franco pretendia “matar dois coelhos com uma só cajadada: debelar a inflação sem romper contratos e tirar do marasmo a candidatura do ex-ministro FHC”, que, como se verá, só começou a andar de fato depois que a nova moeda começou a circular. Registrou a revista a suspeita levantada por setores oposicionistas de que a adoção da nova moeda foi apressada com interesses políticos e que “ideal era aguardar que todos os agentes da economia se adaptassem à URV para, depois,

²¹⁶ O Estado de S. Paulo, 1/07/2004, Economia & Negócios, B 10.

²¹⁷ Fernando Henrique conta detalhes da negociação em TOLEDO, Roberto Pompeu, 1998, op. cit., p 74-75.

²¹⁸ Veja, 18/05/1994, edição 1.340, p. 92 – 95.

cunhar o real”. De qualquer forma, se houve “pressa a ponto de desestabilizar a nova moeda”, o ônus recairia sobre “as pretensões de FHC”.²¹⁹

Apesar das especulações políticas e sobre o futuro do plano econômico, começaram a surgir informações de que a situação começava a se acalmar, um mês depois que a URV começou a ser adotada. No começo de maio, já não houve a tradicional correria para mudar as tabelas de preços de indústrias paulistas, nem a concentração de compras em datas próximas à virada dessas tabelas, como ocorria há anos, informou a **Gazeta**. A indústria, por sua vez, não precisava mais carregar nos estoques para aumentar a produção ou ampliar o volume de entregas nos períodos de mudanças de preços como antes, *o que significaria melhor distribuição na produção ao longo do mês e um pouco de redução de custos também*, segundo opinião de Luiz Fernando Furlan, presidente do grupo Sadia.²²⁰

Se havia um clima de acomodação no setor empresarial, entre a população em geral a situação ainda era de dúvida e descrédito. Pesquisa Datafolha, realizada com 3.911 pessoas de todo o país, nos dias 23 e 24 de maio, mostrou resultados preocupantes para o governo. Em números redondos, 33% dos entrevistados achavam que a inflação ficaria como estava, e 22%, que aumentaria, a partir da introdução da nova moeda. Ou seja, para mais da metade da população, na melhor das hipóteses, a inflação não cairia. Apenas 32% apostavam na queda, e 12% não tinham opinião formada.²²¹

Havia mais pessimismo também em relação ao programa. A percentagem dos que achavam o plano ruim para o país subiu de 18% em dezembro, quando foi realizada pesquisa semelhante, para 35% em maio, enquanto a dos que se sentiam mais prejudicados do que beneficiados passou de 22% para 40%. Outro dado interessante da pesquisa de maio foi que, dos 18% que se consideravam mais beneficiados do que prejudicados com o Plano, apenas 32% pensavam em votar em FHC. E, entre os 40% que se consideravam prejudicados, nada menos do que 47% pretendiam votar em Orestes Quércia, do PMDB.²²² Como se pode ver pelos números, naquele momento, o Plano Real era uma incógnita e a eleição ainda não estava polarizada entre FHC e Lula.

Uma análise de editorias dos jornais em maio, quando foi anunciado o calendário da transição da URV para o Real, mostra que, se dependesse da retórica da grande imprensa, o plano econômico e o governo não teriam problemas. A **Gazeta** disse que o “governo agiu com absoluto acerto” ao anunciar antecipadamente a data de entrada em vigor do Real. Mesmo os adversários precisariam reconhecer que a política econômica ganhara organicidade nos

²¹⁹ Istoé, 18/05/1994, edição 1.285, p. 32 – 33.

²²⁰ Gazeta Mercantil, 13/05/1994, p. 1. Luiz Fernando Furlan se tornaria ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Governo de Lula da Silva, a partir de janeiro de 2003.

²²¹ Folha de S.Paulo, 27/05/1994, Brasil, p. 1 – 9.

²²² Idem.

últimos meses e que as autoridades vinham “cumprindo rigorosamente o que prometeram”. Eis o veredicto do jornal: “O Plano Real incorpora a aspiração nacional de que o presidente Itamar Franco possa efetivamente transmitir ao seu sucessor a casa arrumada, como ele disse. A casa não está perfeitamente em ordem em razão de baixas manobras de alguns políticos e da omissão de outros. Pode ser limpa, porém, dos detritos do déficit público e deixar de ter os seus alicerces minados pela corrosão inflacionária. Será uma habitação melhor para todos, dando um novo sentido de urgência à realização das reformas estruturais indispensáveis”.²²³

A **Folha** apontou que o sucesso do plano e a queda da inflação seriam positivos para a população e que a reação das pessoas e dos agentes econômicos teria “grande influência no resultado das medidas de estabilização”. Escorava-se na “maioria dos analistas e do próprio mercado” para dizer que as medidas pareciam “coerentes e bem desenhadas”, mas isso não bastava. Para que fossem eficazes, seria necessário ao governo mostrar “determinação em seguir os preceitos por ele mesmo estabelecidos” de equilíbrio fiscal. E, para conseguir isso, seria preciso “manter-se inflexível no controle de gastos”. Caso contrário, estaria “solapando a confiança na estabilização e a viabilidade de seu próprio programa econômico”.²²⁴ Poucos dias depois, mais enfático, o **Estado** afirmou: “O mundo curvar-se-á perante o Brasil quando se fizer a história desta reforma econômica”, aprovada “com ampla publicidade e discussão” e com todos dando idéias – “com ou sem conhecimento de causa”.²²⁵

A **Gazeta** reiterou sua posição de apoio: “Os fundamentos do Plano Real são positivos e não apresentam brechas”. Ao contrário dos outros planos econômicos, os preços do setor privado não estavam controlados, mas fixados pelo mercado, enquanto os preços públicos, ajustados nos meses anteriores, impediriam os aumentos na passagem para o real, que teria, ainda, um mercado “ligeiramente aquecido e com o nível de emprego mais ou menos estável”. Lembrou que as reservas internacionais brasileiras estavam em torno de US\$ 40 bilhões e tudo isso configurava uma “situação favorável ao período de transição”, para evitar as turbulências que se seguiram aos planos Cruzado e Collor. Mas havia um complicador, conforme advertência do jornal. Os fatores positivos ou vantagens daquele momento se chocavam com o ano eleitoral, que era “um obstáculo ao pleno êxito do Plano e à queda da inflação”. E, para agravar, restava ao governo apenas alguns meses de mandato, o que minava “a confiança dos grandes setores da população” na continuidade das medidas econômicas.²²⁶

O **JB** argumentou que “o longo tempo de gestão”, com as negociações no Congresso, e o período de transição entre a adoção da URV e do real (abril a julho) funcionaram como “um verdadeiro pacto social para garantir a credibilidade do Plano junto à sociedade”. Lembrou os

²²³ Gazeta Mercantil, 10/05/1994, Opinião, p. 4, “Impecável coerência de uma política”.

²²⁴ Folha de S. Paulo, 16/05/1994, Opinião, p. 1 – 2, “Negar é preciso”.

²²⁵ O Estado de S. Paulo, 21/05/1994, Notas e Informações, p. 3, “O império contra-ataca”.

²²⁶ Gazeta Mercantil, 25/05/1994, Opinião, p. 4, “Uma peregrinação necessária”.

discursos políticos para desgastar a proposta e o candidato que a criou e os “vícios da cultura inflacionária”, como a remarcação de preços de certos produtos. O jornal defendeu a punição daqueles que aumentaram preços para obter lucros na virada para o real, mesmo porque a “disparada dos preços em URV nos supermercados”, apesar da queda cotações no atacado, fazia parte dos “perversos usos e costumes de um país inflacionário” que o Brasil começava a deixar de ser.²²⁷

E havia ainda a retórica nos discursos de outros, disseminados pela mídia. Artigo do economista Carlos Geraldo Langoni, ex-presidente do Banco Central no Governo João Figueiredo, dizia que o Brasil tinha, *pela primeira vez em muitos anos, a oportunidade de encontrar a estabilidade macroeconômica, condição básica para a retomada do desenvolvimento sustentado*. Mas havia o paradoxo de se *assistir a avalanche política da campanha eleitoral ameaçar um plano bem formulado*. A leitura dos discursos de alguns candidatos, segundo Langoni, apontava para *um insano tiroteio onde velhas táticas e desgastados armamentos* estavam sendo utilizados, a exemplo de propostas para aumento de salários e recomposição do salário mínimo. Concluiu o economista: *Como o idealismo anda escasso, talvez, pelo menos, possa funcionar o senso de sobrevivência. O fundamental mesmo é dar uma chance ao Real. O Brasil merece.*²²⁸

O dia da nova moeda estava chegando e até o governador do Banco da França (cargo equivalente ao de presidente do BC no Brasil), Jean Claude Trichet, elogiou o plano de estabilização. Em sua opinião, só o fato de o Brasil ter uma moeda estável era um *elemento suplementar importante para dar maior credibilidade à economia, aos investimentos estrangeiros e a um crescimento não inflacionário a médio e longo prazo.*²²⁹

Dias antes, o **JB** fizera uma provocação, perguntando aos candidatos assumidos à Presidência da República se o real seria a solução para estabilizar a economia brasileira. Caso contrário, qual alternativa para complementá-lo? Evidentemente, FHC foi o único a dizer que o caminho estava totalmente correto. O Plano era o *passo mais decisivo para a estabilização da economia*, pois trocava-se uma moeda sem valor, pelo real, que seria *uma moeda forte e estável e, portanto, confiável*. Além disso, com o fim da inflação, os preços ficariam estáveis e cessariam a *ciranda financeira e os lucros fáceis e imediatos*. No entendimento de FHC, o Plano seria ainda o *primeiro passo para a recuperação gradual dos salários*, já que eles não viriam *comidos pela inflação*. Garantiria mais investimentos das empresas e, conseqüentemente, mais empregos, renda e consumo. E finalmente, se o Plano Real era o

²²⁷ Jornal do Brasil, 03/06/1994, Opinião, p. 8, “Espírito do apocalipse”.

²²⁸ LANGONI, Carlos Geraldo. “A viabilidade política do Real”. Jornal do Brasil, 03/06/1994, Opinião, p. 11.

²²⁹ Gazeta Mercantil, 28/06/1993, Finanças, p. 17.

primeiro passo, outros viriam, como a revisão constitucional, a reforma tributária e a privatização.²³⁰

O candidato do PMDB, Orestes Quércia, disse que o Plano havia sido feito com fins eleitoreiros, *uma tapeação com o povo brasileiro*. Era uma medida de curto prazo que até poderia baixar a inflação, mas não resolver os problemas econômicos estruturais. A inflação, segundo ele, voltaria, pois o Plano se esgotaria assim que fossem apurados os votos das eleições presidenciais e porque a área econômica não tinha preparado alternativas para depois. Esperidião Amin, do PPR, resolveu embarcar na popularidade que o Plano já ganhara junto à parcela da população, dizendo que ele era bom, mas sua *implantação flagrantemente eleitoreira*. Era um plano *muito melhor do que os anteriores*, mas *insuficiente para estabilizar a economia*, uma vez que consistia em uma dolarização, sem as medidas estruturais prévias e necessárias. Se eleito, Amin prometia *salvar o Real de seu vício de origem*, criado que foi *de olho no calendário da eleição presidencial*. E qual a saída? *Depois de ele chegar à puberdade, vamos ter de dar o que ele não recebeu na infância*.²³¹

O candidato Enéas Carneiro, do Prona, afirmou que o Real era *a última etapa de um processo que reduziu drasticamente o poder aquisitivo da população brasileira*. Acusou o governo de ter avisado previamente alguns setores do conjunto das medidas, o que fez os preços subirem *além de qualquer expectativa*, e reclamou que os juros foram mantidos tão elevados que fazia do Brasil o *campeão da usura mundial*. Para Lula da Silva, a inflação havia estourado e a equipe econômica iria, na verdade, *congelar a miséria brasileira*. Ele defendeu *trocar os juros altos da especulação por condições de investimento no setor produtivo* e insistiu que a inflação nacional era mais uma *inflação política do que de demanda*, como vinha sendo definida. A questão era política: *Depende de como o governo usa o dinheiro do Estado, como ele investe e como arrecada*. O candidato Flávio Rocha, do PL, insistiu com o único mote de sua campanha, que, aliás, acabou sendo dinamitada.²³² A saída para o país seria o imposto único, substituindo todos os outros, uma tese que não encontrava eco em especialistas com um mínimo de credibilidade, de qualquer conotação política. Hernani Fortuna, candidato do PSC, bradou: *A minha proposta é uma reforma global do Estado*, sem jamais ter explicado o que isso significava.

Em editorial, o **JB** argumentou em seguida que o apoio da população ao Real “forçou os presidentiáveis a recuar nas críticas iniciais de que a estabilização só serviria para beneficiar o ex-ministro FHC, seu autor”. O Plano era bom para todo o país e, apesar de candidatos

²³⁰ Jornal do Brasil, 26/06/1994, Política e Governo, p. 8.

²³¹ Idem.

²³² Repórteres da Folha de S.Paulo compraram do comando da campanha de Flávio Rocha “bônus eleitorais” (doações de campanha) que existiam, com um deságio de 50%. Depois que a matéria foi publicada, em princípio de agosto de 1994, a direção do PL forçou a renúncia de Rocha e passou a apoiar FHC.

classificarem-no de *estelionato eleitoral*, *congelamento da miséria*, ou de exercício de *cinismo e amoralidade*, nenhum apresentou uma proposta alternativa. “Ninguém assumiu a bandeira da inflação, só a promessa de mudar o plano no governo”.²³³

Ainda no final junho, assessores e economistas ligados aos candidatos que concorriam com FHC, especialmente do PT e do PMDB, insistiam que o plano econômico não garantiria uma estabilidade duradoura, deixando uma espécie de “bomba de efeito retardado” para o futuro. Em entrevista ao **JB**, o economista Eduardo Gianetti da Fonseca, na época professor da Faculdade de Economia da USP, sustentou que o Real, por si só, de fato, não traria a estabilidade definitiva da economia, mas era a chance daquele momento, com o grande mérito de *estabelecer uma transparência maior nas relações econômicas*. Seria uma preparação, uma ponte para o país atravessar um ano delicado, de eleições, *com o fim de um governo muito desmoralizado*. Dado esse passo, explicou, seria possível começar a rever o quadro e *reverter um processo de deterioração que leva pelo menos mais uma década*.²³⁴ Como se viu, suas colocações eram mais sensatas e corretas do que as de quem fazia oposição ao Real.

O real entra em cena

Como se recorda e cabe aqui a repetição, proponho como argumento norteador desta investigação o entendimento de que o Plano Real alavancou a candidatura e eleição de Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República em 1994. Construo neste item, com base no entrecruzamento das fontes inventariadas, os fios de uma trama que fundamentam a hipótese e sinalizam alguns dos seus desdobramentos. Ao tecê-los, encontro-me filiado ao entendimento de Veyne, para quem contar é sempre um modo de desvendar uma intriga.²³⁵

Quando os bancos abriram suas portas na manhã de primeiro de julho, uma sexta-feira, em vários pontos do país houve correria para pegar a nova moeda, o real. Categorias de trabalhadores como jornalheiros e cobradores de ônibus passaram o dia anterior treinando para não errar no troco, especialmente, se tivessem que devolver em real o que receberam a mais em cruzeiro real.²³⁶ Nunca, na história do Brasil, houve uma troca de moeda de tamanha proporção – mais de um bilhão de novas cédulas e 800 milhões de moedas – e sob tantos holofotes e destaque no noticiário dos meios de comunicação.

As imagens de aviões, tanques do exército, caminhões e barcos acompanhados por forte esquema de segurança levando as cédulas e moedas do real para todo o país ocuparam páginas

²³³ Jornal do Brasil, 29/06/1994, Opinião, p. 10, “Sem fantasia”.

²³⁴ Jornal do Brasil, 26/06/1994, Entrevista, p. 13.

²³⁵ VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. Brasília, UnB, 1998, 4ª edição.

²³⁶ Veja, 06/07/1994, edição 1.347, p. 19.

de jornais e revistas e espaços dos telejornais durante os dias que antecederam o primeiro de julho. Uma reportagem da **Istoé** sobre a operação de distribuição do real ilustra bem o que ocorreu.

“Brucutus do Exército começam a rasgar a selva amazônica nesta semana numa das mais complexas operações militares dos últimos tempos. Ocuparão até os confins dos vilarejos mais remotos. Tanques M-113, aviões Hércules, fuzis, metralhadoras, lanchas, helicópteros e toda a sorte de armamento pesado já começaram a ser usados. Por todo o país, camuflados, com uniforme a caráter ou à paisana, um efetivo de mais de 60 mil homens está mobilizado. No QG das Forças Armadas, em Brasília, ou nos sete comandos militares das regiões, o estado é de alerta. Tranquilize-se, leitor, não vamos entrar em guerra. O confronto em curso é o dos brasileiros com a sua nova moeda, o real. E para mediá-lo até os militares foram mobilizados. E aparato é digno das grandes batalhas. Exército, Marinha e Aeronáutica, além de Polícia Federal, bancos, governo e empresas, estão envolvidos naquela que é, provavelmente, a mais surpreendente convocação para a troca de dinheiro na história recente”.²³⁷

Toda a mobilização, prossegue o relato da revista, para que, depois de primeiro de julho, cerca de 44 milhões titulares de contas-correntes e outros 47 milhões de poupadores, além daqueles que nunca tiveram conta em banco, pudessem entrar nas 31 mil agências das 245 instituições privadas e da rede do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, do Oiapoque ao Chuí, “movidos por um impulso comum: a busca do real”.²³⁸

Eles teriam à sua disposição nada menos que 1,3 bilhão de cédulas do real e 800 milhões de moedas, algo como US\$ 27 bilhões, que custaram US\$ 82 milhões para sair das máquinas. As cédulas poderiam encher 42 Boeings 707, e as moedas, outras 192 carretas com capacidade para transportar 15 toneladas cada uma. Em 30 dias, só o transporte de moedas exigiu 98 viagens de aviões cargueiros e 17 de caminhões. Para abastecer suas agências em todo o país, o Banco do Brasil precisou de 6 mil viagens, a maioria por terra, ocupando uma frota de três mil carros-fortes de 27 transportadoras de valores.²³⁹

O que se viu no episódio do lançamento do real foi a espetacularização da notícia, no sentido de destacar o fato jornalístico e as próprias informações com forte apelo popular e emocional, para atrair o interesse do público. A espetacularização é mais fácil e comum quando se trata de notícias de interesse humano, envolvendo personagens da vida real. Mas o que se viu foi a transformação de assuntos áridos, de forte conteúdo econômico, como a conversão de moedas, contratos de serviços e aluguéis e a estabilidade de preços, transformarem-se em temas acessíveis à maioria da população, por meio de reportagens e textos com exemplos didáticos, ocupando grandes espaços na mídia. E tudo com o objetivo de

²³⁷ Istoé, 15/06/1994, edição 1.289, p. 28 – 33.

²³⁸ Idem.

²³⁹ Idem.

convencer que o plano econômico e sua moeda era o melhor que poderia acontecer para a sociedade brasileira.

O real, a nova moeda, tornou-se, evidentemente, a principal estrela dessa espetacularização, que prenunciava um novo tempo. Um novo tempo espelhado, por exemplo, nas agências dos bancos abertos dias 1, 2 e 3 de julho (sexta, sábado e domingo). Uma cena diferente de outras trocas de moedas, quando o normal era o feriado bancário, com as portas dos bancos fechadas. Antes de começar a circular e nos dias seguintes, o real foi recebido com encartes ou cadernos especiais dos principais jornais do país e das revistas **Veja** e **Istoé**.²⁴⁰ Os bancos privados fizeram uma cartilha para tirar dúvidas de seus clientes. Foram também dezenas de programas no rádio e na televisão para anunciar, explicar, justificar e apoiar o novo tempo, que chegava em forma de moeda.

A cartilha dos bancos, espalhadas pelas milhares de agências bancárias em todo o país, tinha 49 perguntas respondidas didaticamente. Explicava, por exemplo, que a troca da moeda velha pela nova não implicaria perdas nem ganhos até o dia 15 de julho e também que o valor numérico de um cheque deveria ser precedido do símbolo R\$. Nos caixas automáticos, os clientes poderiam sacar em cruzeiros reais até 24 horas do dia 30 de junho. A partir daí, apenas em reais, inclusive porque a conversão dos saldos bancários seria feita automaticamente pelos próprios bancos na virada do dia. De olho no Plano Collor a cartilha pergunta: “Vai haver bloqueio da caderneta de poupança?” E responde: “Não. A caderneta é o grande instrumento do pequeno e médio poupadores e o governo pretende estimular essa aplicação”. Uma URV passaria a valer um real e a conversão de cruzeiros reais para reais seria feita pela divisão do valor expresso na moeda velha pelo valor da URV do dia 30 de junho, dizia a cartilha.

Um exemplo significativo da espetacularização da notícia no Plano Real foi o do Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão, desde aquela época o programa jornalístico de maior audiência da televisão brasileira. *O Brasil entra na era do Real*, afirmou o apresentador Sérgio Chapelen. *Nova moeda começa a circular a partir de meia noite*, rebateu seu colega de bancada, Cid Moreira, na abertura do Jornal, na noite de 30 de junho, que dedicou cerca de 14 dos seus 24 minutos, sem contar os intervalos comerciais, ao Plano Real e à nova moeda. Ainda na abertura foram mais duas chamadas, uma delas com uma pequena fala do ministro da Fazenda, Rubens Ricupero: *Quem tentar passar preços absurdos vai quebrar*. Outra chamada de abertura dizia: *Argentina perde Maradona*, a principal estrela de sua seleção, flagrado no exame antidoping depois de um jogo contra a Nigéria, na Copa do Mundo que se realizava nos Estados Unidos, na qual o Brasil sagrou-se tetracampeão.

²⁴⁰ As duas principais revistas semanais do país na época fizeram encartes especiais sobre a nova moeda: A *Veja*, “Guia do Real” (edição 1.347) e a *Istoé*, “Guia Prático do Real” (edição 1.364).

Um caso raro, o Jornal Nacional de 30 de junho tratou apenas de dois assuntos em seus 24 minutos de notícias: o Plano Real e a Copa. E mais significativo, o tempo dedicado ao plano econômico (quase 14 minutos) foi maior do que uma paixão que há décadas mobiliza o país, o torneio mundial de futebol, especialmente quando o Brasil está caminhado para a decisão final, como de fato estava. O telejornal da Globo caprichou nas reportagens de campo. Perguntou a uma popular se sabia o que se pode fazer sem inflação, e ela respondeu: *Não sei, porque quando comecei a ter dinheiro já tinha inflação.*

Um repórter fala sobre a nova moeda, a paridade e explica que não é preciso ter pressa, pois haveria 15 dias para a troca dos cruzeiros reais pelo real. Informa-se que as tarifas públicas de luz e telefone não subiriam durante um ano, assim como os preços de gasolina e álcool, controlados por empresas estatais. Outra matéria disse que o governo restringiria a circulação do dinheiro e, com pouco dinheiro na praça, o pouco valeria muito. O telejornal lembrou que um real equivalia a um dólar. Mais adiante, outra matéria disse e mostrou que a nota maior da nova moeda, 100 reais, tinha a cor azul. A de 50 reais, marron, a de 10, vermelha, e a de cinco reais, violeta. Já a nota de um real, “como o dólar, é verdinha”.

O telejornal registrou supermercados fechados em vários estados para trocar as etiquetas de preços e donas de casa de Belo Horizonte acompanhando a conversão dos cruzeiros reais ou da URV para o real. Do Rio de Janeiro aparecem mercados treinando funcionários sobre a conversão de moedas. Alguns montaram postos de troca, para não atrapalhar os caixas. Outros colocaram caixas diferentes, para cruzeiros reais e para o real, para não dificultar o troco e evitar filas de clientes.

A Globo mostrou que funcionários de bancos também participaram de treinamento para lidar com a nova moeda e que mais de 200 mil pessoas ligaram no dia 30 de junho para o plantão do Banco Central, a fim de tirar dúvidas. Um funcionário do Banco explicou que ninguém deveria mais aceitar o troco em caixinhas de fósforo e balinhas, mas nas moedinhas de real, que agora tinham valor. Um morador do Rio de Janeiro, com um extrato retirado no terminal bancário na mão disse: *Hoje é um dia muito importante. Estou tirando o meu último saldo de cruzeiro real e, se realmente o plano der certo, isso aqui vai ficar para a posteridade.*

Destaque no telejornal foi também a reunião ministerial do presidente Itamar Franco com os presidentes da Câmara, do Senado e do STF, para anunciar a Medida Provisória do Plano Real, quando disse: *O governo não aceitará que interesses particulares, nem sempre legítimos, se sobreponham aos superiores direitos da coletividade.* Depois de um bloco de reportagens de quase 10 minutos sobre a Copa do Mundo, o Jornal Nacional voltou com Joelmir Betting, na época, a principal estrela do jornalismo econômico da Globo, e uma entrevista ao vivo com o

ministro da Fazenda, Rubens Ricuperro, que fala sobre o congelamento das tarifas públicas e diz acreditar que as passagens de ônibus municipais não seriam elevadas. Mas foram.

Em primeiro de julho, depois que o Brasil passou o dia convivendo, de modo geral, de forma tranqüila, com sua nova moeda, o Jornal Nacional abriu com a notícia sobre a explosão de uma fábrica de fogos de artifício em Vitória (ES), que atingiu prédios e carros próximos, com um cálculo inicial de 20 mortos e mais feridos. A segunda chamada registrou: *Começa a maior operação de troca de dinheiro da história*. Foi seguida de outras: *Denúncia de abuso de preços na virada para o real*; *Governo vai brigar na justiça contra aumento nas passagens de ônibus*; *Conversão de aluguéis bota inquilinos e proprietários em choque*. Só em seguida, entrou a Copa do Mundo.

O telejornal abriu reportagem de campo com a denúncia de que, na virada do dia 30 para primeiro, padarias, lanchonetes e restaurantes aumentaram seus preços. Subiram também as passagens de ônibus de algumas cidades. A reportagem informa que algumas pessoas confundiram a conversão de preços da URV ou de cruzeiros reais para o real e que houve problemas por causa das moedas antigas e novas, que eram muito parecidas. Apesar de cotado oficialmente a um real, nas poucas casas de câmbio que abriram e no mercado paralelo, o dólar valia 0,80 centavos de real, segundo o Jornal Nacional, que mostrou pessoas chegando aos aeroportos de São Paulo e do Rio de Janeiro. Uma norte-americana, ao fazer a conversão pelo câmbio oficial, disse que estava fácil de entender, porque um dólar valia um real.

As vendas do comércio desabaram no primeiro dia, mas os empresários já pensavam em promoções em real, conforme o Jornal Nacional, que mostrou ainda que na estréia da nova moeda não houve atropelo. O movimento foi tranqüilo nos caixas eletrônicos e pequeno nos bancos, inclusive para a troca da moeda antiga. Reiterou um repórter que não era preciso ter pressa, mesmo porque, naquele dia, o governo havia esticado para 29 de julho o prazo de troca. Uma matéria de Fortaleza (CE) mostrou um dono de açougue baixando imediatamente os preços, diante de fiscais do governo. Donas de casa de Porto Alegre comparavam os preços antigos e novos, e no Rio o consumidor até achou preços mais baixos, de acordo com o telejornal.

Em uma chamada, um exemplo ilustrativo: *Como se vive num país em que a população confia na moeda e os preços são estáveis*. Aparece Sílio Bocannera, correspondente da Globo em Londres, e diz que na Inglaterra todos sabem que os preços sobem 2,5%. Não ao dia, mas ao ano. Informa que comprou um pacote de cenoura um mês antes em um supermercado por 49 penes. Estava lá um mês depois e a câmara mostra o preço estampado em um pacote semelhante, os mesmos 49 penes. Um consumidor diz que nos últimos dias tinha visto diferença de preços de alguns produtos, só que para menos. Um gerente do supermercado

assegura que lá funciona a lei da oferta e da procura e que, se ele aumentar os preços, os clientes procuram outro lugar para comprar.

Na mesma noite do dia primeiro de julho, foi ao ar um Globo Repórter, ao vivo, com Joelmir Betting e Rubens Ricupero, em que a população pôde, em ligação telefônica gratuita, fazer suas perguntas e tirar dúvidas diretamente com o ministro. O telejornal encerra com a informação que, depois de ver no Jornal Nacional a matéria sobre os aumentos de preços nas padarias, Ricupero chamou, imediatamente, a Brasília, para uma conversa, a Associação Nacional dos Panificadores. Dos 36 minutos, sem os intervalos comerciais, o Jornal Nacional dedicou nada menos que 22 ao Plano Real. A Copa do Mundo ocupou outros 10 minutos, e o restante foi para a explosão em Vitória.

A estratégia de uma ampla divulgação sobre o Plano Real e a nova moeda começou em abril com um grande problema: não haveria prazo legal para realizar licitações e escolher agências de publicidade para desenvolver e veicular a campanha antes de julho. Por sugestão do publicitário Nizan Guanaes, decidiu-se, então, transformar o ministro da Fazenda, Rubens Ricupero, em garoto propaganda do Plano, por meio de vários pronunciamentos em cadeia nacional de rádio e televisão, entre abril e junho, em que ele explicaria didaticamente o que iria ocorrer com a implantação da nova moeda. A idéia era que os pronunciamentos, gravados pela Radiobras, a empresa estatal de telerrádiodifusão, fossem transmitidos à noite, mas as emissoras de televisão reagiram a ceder (não se sabia por quantas vezes) o seu horário nobre e fizeram um acordo com o próprio Ricupero. Os pronunciamentos seriam veiculados durante o dia e as televisões dariam destaques sobre os principais pontos, inclusive com reportagens complementares, nos telejornais da noite. Apenas o primeiro programa, em 13 de abril de 1994, foi ao ar pouco antes das oito horas da noite.²⁴¹

Assim, grande parte da população brasileira foi tendo conhecimento do que estava sendo feito. Além disso, integrantes da equipe econômica que trabalhavam na formulação final do Real passaram a receber jornalistas dos principais veículos de comunicação para explicar os detalhes. No dia 30 de junho pela manhã, véspera do lançamento da nova moeda, no Palácio do Planalto, o ministro Ricupero e sua equipe concederam uma longa entrevista coletiva. À tarde, no Ministério da Fazenda, cinco encontros, separados, foram realizados entre os integrantes da equipe econômica e os jornalistas para explicar com mais detalhes como ficariam a emissão e controle da moeda, as regras para conversão de contratos já existentes, as regras para os juros, inclusive do Sistema Financeiro de Habitação, os preços e tarifas, como os dos aluguéis, mensalidades escolares e planos de saúde, e o controle do setor público, do orçamento da

²⁴¹ PRADO, Maria Clara R. M., 2005, op. cit., p. 226 – 304.

União às empresas estatais e bancos estaduais.²⁴² Com isso, no dia do lançamento do real, poucas dúvidas existiam sobre o que poderia acontecer.

O resultado da divulgação sobre o que seria o Plano Real pode ser aferida por uma pesquisa realizada pelo Datafolha dia primeiro de julho na cidade de São Paulo. Indicou que subira de 31% (conforme pesquisa de 31 de maio) para 59% a percentagem dos paulistanos que achavam o Plano “bom para o país”. E caíra de 25% para 13% o número dos que acreditavam que a inflação aumentaria. A pesquisa mostrou que praticamente três de cada quatro entrevistados acreditavam que com a nova moeda seus salários teriam um poder de compra igual ou maior do que o que tinham naquele momento e apenas 19% acreditavam na perda do poder de compra.²⁴³

Ao comentar o resultado da pesquisa, em editorial, a **Folha** cravou que “antes de ser um sucesso ou fracasso do ponto de vista econômico, o real já é um grande sucesso de público”. E especulava que a mudança na opinião da população apenas com o anúncio da nova moeda só poderia ter uma explicação: “As respostas foram dadas muito mais com o coração do que com a razão. Afinal, nem houve tempo, de fato, para que os paulistanos se sentissem mais prejudicados ou beneficiados com a mudança de padrão monetário”. Naquele momento, disse o jornal, nem mesmos economistas tinham opinião formada sobre o assunto e “seria de esperar que a população leiga fosse ainda mais cautelosa”. Ressaltou que o otimismo da maioria dos consultados era positivo para o Plano, mas aumentava a responsabilidade do governo, porque “frustrar as expectativas criaria uma desilusão enorme, proporcional às surpreendentes esperanças agora expostas”.²⁴⁴

Em pouco tempo, foi possível saber que o coração e a razão andavam de mãos dadas, pelo menos naquela fase. Dia 7 de julho, a **Folha** publicou outra pesquisa Datafolha realizada em todo o país, mostrando que 55% dos eleitores não achavam que o Plano Real tivesse objetivos eleitoreiros e entendiam que seus efeitos seriam duradouros. A mesma pesquisa indicou que a vantagem de Lula da Silva sobre FHC na corrida presidencial caíra cinco pontos percentuais.²⁴⁵

Sem dúvida, o Real terminou sua primeira semana com bons resultados. *Começo foi muito bom*, afirmou o presidente do Mappin (uma das principais lojas de departamentos de São Paulo), Carlos Antônio Rocca, para quem o Plano tinha credibilidade, indicava menos inflação e juros, além de uma *demanda fraca e um claro processo de ajuste de preços para baixo*. O ex-presidente da Confederação Nacional da Indústria Mario Amato disse que o pior havia passado e o povo tinha consciência de que deveria colaborar. *Comprem o estritamente*

²⁴² Idem.

²⁴³ Folha de S.Paulo, 2/07/1994, Brasil, p. 1 – 1.

²⁴⁴ Folha de S.Paulo, 2/07/1994, Opinião, p. 1 – 2, “Sucesso de público”.

²⁴⁵ Folha de S.Paulo, 7/07/1994, Brasil, p. 1 – 8 : 9.

necessário e acreditem no plano, pediu. Segundo a Federação do Comércio de São Paulo, as vendas caíram 25% na semana em que o real entrou em vigor e a previsão era de 20 a 30 dias para adaptação à nova moeda. Mas, ao mesmo tempo, as consultas ao Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) haviam subido 40% na quarta-feira e 45% na quinta, atingindo 28 mil e 29 mil consultas, para apenas 20 mil nos primeiros dias da semana, o que era um indicador de compras futuras.²⁴⁶

Pesquisa Datafolha realizada em 5 de julho indicou que o Real já tinha a aprovação de 62% dos brasileiros, índice que foi crescendo com o passar dos dias, conforme várias outras pesquisas de opinião realizadas. Mesmo assim, em meados do mês, economistas do PT e do PMDB previam um futuro sombrio para o país do real. João Manoel Cardoso de Melo (PMDB) dizia: *O panorama é negro. A lógica desse plano econômico é a recessão. Só resta saber em que velocidade ela vem, mas é inevitável. O Plano vai arrebentar tudo.* Em sua opinião, de 30% ou 40% da indústria têxtil quebrariam, ao lado de boa parte da indústria de bens de consumo, que, na prática, viraria importadora. A deputada Maria da Conceição Tavares (PT) previu recessão, desemprego, além de queda de poder aquisitivo da população e um mercado sem controle de preços. *Todos sabem que estamos entrando na paz do cemitério. O FH não é ignorante. Sabe o que está fazendo. É por isso que não posso perdoá-lo.*²⁴⁷

Cauteloso, o deputado Delfim Neto (PPR-SP) disse que o Plano havia sido projetado para levar FHC ao segundo turno da eleição e isso ele conseguiria. *Devemos chegar no fim do ano com uma inflação bem baixa, mas com um custo altíssimo*, em um processo que deveria prejudicar, sobretudo, os exportadores, em função do dólar desvalorizado em relação ao real. Em sua opinião, o limite do Plano era o próximo governo, pois, naquele momento, era impossível saber se o presidente futuro teria condições de *fazer as reformas necessárias para garantir a estabilização*. O economista Roberto Macedo, apesar de ligado ao PSDB, também foi cauteloso, ao afirmar que seria possível segurar a *inflação baixa até as eleições, com uma fase de turbulência entre agosto e setembro causada pela demanda por reposição salarial*, o que significava um sucesso relativo do Plano. Advertia, porém, que, eleito, FHC teria de apresentar em seu primeiro dia de governo uma proposta de revisão constitucional para garantir a consolidação do Real. Porque ninguém deveria pensar que naquele governo fosse *possível resolver de vez o problema da estabilização*.²⁴⁸

O Real não precisou de um mês para cair de vez nas graças dos brasileiros. Outra pesquisa do Datafolha, realizada dias 25 e 26 de julho, com 14.485 eleitores em 378 municípios de todos os estados, mostrou claramente que o Plano era um sucesso e tinha a aprovação de 72% dos

²⁴⁶ O Estado de S. Paulo, 10/07/1994, Economia, p. B 4.

²⁴⁷ Folha de S. Paulo, 17/07/1994, Brasil, p. 1 – 7

²⁴⁸ Idem.

eleitores. Em relação à pesquisa anterior (11 a 12 de julho), subira de 41% para 52% a quantidade dos que se consideravam pessoalmente beneficiados pelo Plano. E, entre os eleitores de FHC, a percentagem subia para 86%. Dos eleitores de Lula, 66% achavam o Plano bom para o país (65% na pesquisa de 11 a 13 de julho). Entre eles, os que se consideravam pessoalmente beneficiados subiram de 39% para 44%. Permanecia em 19% os que se consideravam prejudicados. Os indiferentes caíram de 46% para 32%. Com o plano, os salários ficariam iguais, na opinião de 46% dos eleitores (eram 44% antes).²⁴⁹ Naquela mesma época, a candidatura de FHC já havia sido definitivamente catapultada pelo Plano Real, encostara em seu principal adversário, Lula da Silva, e caminhava célere rumo à vitória.

Em uma avaliação da **Folha**, em seu primeiro mês o Plano Real funcionou bem e conforme o previsto, o que conferia credibilidade à política econômica. O jornal citou algumas das principais promessas cumpridas. No primeiro dia do real, o BC fixou uma taxa efetiva de juros de 8,31% ao mês, mas iniciaria agosto com 4,36%, seguindo a política segundo a qual os juros começariam alto para conter o consumo e depois cairiam. O Tesouro estava gastando menos do que arrecadava. O Banco Central deixou o mercado do dólar correr livre e o câmbio flutuar. A monetização da economia (mais dinheiro em circulação) reduziu a dívida do governo.²⁵⁰

Os presidenciáveis também falavam sobre o Plano Real. FHC defendia a sua continuidade qualquer que fosse o candidato eleito, pois manter o programa no próximo governo seria fundamental para garantir a estabilização econômica em um prazo de três anos. Lula da Silva dizia que, apesar das críticas, não pretendia acabar com o Plano depois de eleito. Falando em nome do presidenciável, o líder do PT na Câmara, José Fortunati, foi mais explícito e disse que a intenção era aperfeiçoar o Plano, adotando medidas que o governo não tinha tido coragem de aprovar. Entre elas, estavam a redução das taxas de juros e o controle dos preços dos oligopólios. Esperidião Amin, do PPR, não era contra o Plano, que considerava melhor do que os antecessores, mas também pretendia melhorá-lo. Entre os defeitos, apontou a demora na edição das medidas. *Se ele tivesse sido feito com um ano de antecedência, os resultados hoje já seriam positivos.*²⁵¹

Leonel Brizola era de opinião que o Real traria mais malefícios do que benefícios. *Os preços estão controlados até a eleição, mas creio que no final do ano a população já terá dificuldade para enfrentar as festas.* Comparou o Real a uma dose cavalariça de analgésico dada a um organismo doente. A economia brasileira, segundo ele, era esse organismo. *Quando passar o efeito do analgésico, a doença vem ainda mais forte.* Orestes Quécia entendia que a tentativa de estabilização desindustrializava o país, cortava empregos e conduzia o *Estado a*

²⁴⁹ Folha de S.Paulo, 31/07/1994, Brasil, p. 1 –14.

²⁵⁰ Idem.

²⁵¹ O Estado de S. Paulo, 31/07/1994, Economia & Negócios p. B 10

uma crise financeira. O Plano, em sua visão, usado nitidamente com objetivos eleitoreiros, não era *bem um plano, mas um indexador da nossa moeda ao dólar, para segurar psicologicamente a inflação*.²⁵²

As revistas semanais também reforçavam a idéia de um plano econômico que poderia ser a salvação nacional. Para começar, era uma “façanha para livro de recordes” a troca de 3,4 bilhões de cédulas antigas por 1,5 bilhão de notas do real, além de 3 mil toneladas de moedinhas, em uma “operação que tinha tudo para dar confusão”, conforme registrou a **Veja**, que dedicou 16 páginas com várias matérias ao Plano Real, no começo de julho. Mas, na sexta-feira em que a moeda começou a circular, “tudo funcionou da maneira mais civilizada e tranqüila que se poderia imaginar”. Só que as medidas técnicas do Plano dependiam das condições políticas para fazê-lo avançar em um ano eleitoral problemático. De qualquer forma, havia a “virtude de oferecer uma carta de navegação para um período cheio de perigos”, e o Brasil retomava, finalmente, “uma das lutas mais encarniçadas e fascinantes de todos os povos – a de ter uma moeda, aspecto decisivo da existência de uma nação”. Os prefeitos e governadores que autorizaram o aumento nos preços das passagens de transportes coletivos urbanos e os empresários que elevaram os preços de produtos de consumo popular, como o pão, pouco antes da circulação do real, na definição da **Veja**, foram “espertalhões que entraram em cena para estragar a estréia do real”.²⁵³

Mas os “espertalhões” logo se veriam sob a mira implacável do exército de salvaguarda do real, como procurou demonstrar a revista **Istoé**, que dedicou oito páginas ao Plano. Logo na primeira semana, na área cambial o governo aplicou um “inesquecível tombo nos especuladores com moedas” e fixou novos limites para o ingresso de recursos estrangeiros no mercado financeiro brasileiro, “há pouco quase transformado numa espécie de casa da mãe Joana, onde até os fundos de pensão conservadores vieram obter ganhos especulativos quase obscenos”. E mais, o governo vinha resistindo às provocações de empresários e políticos que não sabiam “viver sem tabela de preços”, com a convicção de que contava “com pelo menos quatro aliados poderosos na batalha contra os preços altos”. Uma política monetária restritiva, ao lado de uma “postura prudente dos consumidores”, uma boa safra agrícola em 94, com perspectivas de melhorar no ano seguinte e “reservas cambiais suficientes para abrir os portos brasileiros quanto for necessário para colocar nas prateleiras produtos mais baratos”.²⁵⁴

A revista compara o Real ao Plano Cruzado e conclui que havia uma diferença básica. Este começou com o congelamento de preços, aumento de salários, juros baixos e muito dinheiro em circulação, fazendo explodir o consumo e, conseqüentemente, a volta da inflação, em

²⁵² Idem.

²⁵³ **Veja**, 6/07/1994, edição 1.347, p. 18 – 29.

²⁵⁴ **Istoé**, 13/07/1994, edição 1.293, p. 26 – 34.

função da oferta insuficiente de produtos. O Real, ao contrário, tinha os preços livres, juros altos e política monetária restritiva, fatores capazes de equilibrar a oferta e a demanda e conter a ciranda inflacionária. A revista publica também uma entrevista com o ex-ministro Mário Henrique Simonsen, um dos economistas mais conceituados da história brasileira, com o título “o otimismo do oráculo”, em que ele justifica esse otimismo pelo fato de o plano juntar *criatividade heterodoxa com prudência ortodoxa*.²⁵⁵

Segundo Simonsen, na formulação do Plano houve preocupação em eliminar a inércia inflacionária, por meio do binômio URV e real, a redução do déficit público, o que foi feito com *coragem e habilidade*. Ele lembrou que muitos planos bem formulados morriam *por erros de execução* e este era um dos riscos do real. Acreditava que, se estivesse dando certo, qualquer que fosse o governo eleito tenderia a mantê-lo, porque *ninguém mexe em time que está ganhando*. Mas achava, como que em uma declaração de apoio, que as chances das medidas econômicas seriam mais favoráveis com a eleição de FHC. *É claro que as perspectivas do Plano são muito melhores na hipótese de Fernando Henrique ser eleito. Ele é o pai do Plano e formou a equipe econômica. Nesse caso, é possível a continuidade da administração*.²⁵⁶

Editoriais de jornais também saudaram a chegada da “nova era”. Para o **Estado**, tratava-se da “maior reforma monetária da história brasileira”. E, ao lançar-se a ela, o governo Itamar Franco perseguia duas metas principais: “Restabelecer a confiança na moeda e afastar as pressões capazes de levar a uma alta de preços que destruiria a credibilidade na iniciativa”.²⁵⁷ A **Folha** foi enfática em sua avaliação: “Por mais que tenha sido anunciado com enorme antecedência, não há como deixar de qualificar como histórico o dia de hoje, o dia em que o Brasil adota uma nova moeda, o real, e tenta, mais uma vez, estabilizar sua economia. É verdade que se trata da décima moeda desde o descobrimento, mas, ainda assim, não é todo dia que um país muda o seu signo monetário. E mais raro talvez seja o fato de se fazer ao longo de 15 dias a substituição de todo o dinheiro em circulação em um país”.²⁵⁸

A constatação do jornal foi que não havia razões para condenar “o real de antemão ao sucesso ou ao fracasso”. Daria certo, entre outras razões, se fosse cumprida “a promessa de equilíbrio das contas públicas” e se o governo não permitisse que o “acúmulo de reservas

²⁵⁵ Idem. Simonsen foi ministro da Fazenda do Governo Geisel (1974 – 79) e ministro do Planejamento do Governo Figueredo (1979). Na linguagem comum dos planos econômicos brasileiros, ortodoxos eram os que seguiam os modelos tradicionais, de controle gradual da inflação, por meio de restrições ao crédito, ao consumo e aumento de juros, entre outras medidas. Os heterodoxos procuravam caminhos alternativos, como o congelamento de preços promovido pelo Plano Cruzado, em 1986, de forma a reduzir de forma drástica e imediata a inflação. Na história econômica brasileira pós Cruzado, outros planos incorporaram características dos dois modelos.

²⁵⁶ Idem.

²⁵⁷ O Estado de S. Paulo, 01/07/1994, Notas e Informações, p. A 3, “A implantação do real”.

²⁵⁸ Folha de S.Paulo, 1/07/1994, Opinião, p. 1 – 2, “Cair na real”.

cambiais, uma das principais âncoras da nova moeda”, se transformasse de “aliado em inimigo do plano”.²⁵⁹ O **Globo** perguntava por que depositar alguma crença no Real, depois de tantos fracassos na política econômica, e apontava algumas das razões para essa crença:

“Nenhum país pode viver sem uma moeda que expresse valor real. A nossa, há muito tempo, era apenas um índice, cada vez mais fluido. Era obrigatório tentar de novo. O Plano que agora toma corpo não tem qualquer das características que denunciam uma mistificação. Foi o primeiro do gênero arquitetado às claras, e discutido etapa por etapa. A sociedade sabe exatamente o que se pretende e quais são as perspectivas e os obstáculos que existem pela frente. Só mesmo a descrença nascida do cansaço ou fomentada pelo oportunismo pode ocultar ou obscurecer a novidade de tudo isso. Sabemos muito bem qual era a regra até agora: o choque, a pancada brusca, no maior segredo possível, aproveitando um feriadão para diminuir o impacto”.²⁶⁰

O fantasma do processo eleitoral, que podia contaminar o Real, foi outro motivo de preocupação, apontado em editoriais dos jornais. O **Globo**, por exemplo, lembrou que o plano econômico certamente iria influenciar “nas decisões de voto”, como ocorre sempre que há um fato significativo antes de uma eleição. Mas não havia “indícios de jogada eleitoreira, nem no plano em si, nem no processo de sua gestação,” e a prova disso era a opinião favorável de especialistas no Brasil e no exterior. Sustenta o jornal que o futuro presidente, ao contrário dos anteriores, não assumiria “sob ameaça iminente do desabamento da casa”, o que era um dos argumentos para o lançamento do Plano antes das eleições, e não depois. “Os adversários políticos do Plano deveriam admitir que ele lhes presta um favor: garante a tranqüilidade das eleições e estabelece um piso a partir do qual o novo governo, seja qual for, terá condições de trabalhar com um mínimo de horizonte, sem os prazos fatais que são a mãe das decisões apressadas e defeituosas”. Ninguém na sociedade era “obrigado a assinar cheques em branco e aderir ao que ainda conhece imperfeitamente”, disse o jornal, com o alerta, porém, de que o “ceticismo empedernido, apriorístico, equivalerá a um ato de sabotagem da melhor oportunidade surgida em muito tempo para que o país saía atoleiro. E mais do que isso. Naquele momento, a “única oportunidade”.²⁶¹

A **Folha** também tratou do assunto ao afirmar que, mesmo as “incontáveis incertezas que cercam toda mudança radical no padrão monetário”, não seriam tão inconvenientes quanto o “aspecto psicológico decorrente do momento político” em que o real começou a vigorar, o período final da campanha em que os dois principais candidatos a presidente eram claramente de oposição e do governo”. O editorial aponta duas hipóteses para o futuro:

“Quanto maior for a chance do candidato da oposição, tanto maior será a incerteza sobre a continuidade do Plano. E quanto maior essa incerteza, tanto maior a possibilidade de que o Plano de fato naufrague – uma espécie de

²⁵⁹ Idem.

²⁶⁰ O Globo, 1/07/1994, Opinião, p. 6, “Razões para acreditar”.

²⁶¹ Idem.

profecia que se auto-realiza. Vale, por extensão, o raciocínio inverso. Se a queda da inflação, que fatalmente ocorrerá pelo menos nos seus primeiros meses de vigência, empurrar para cima o candidato do governo, tende a criar-se a expectativa de que o Plano terá sim, no futuro, um sucesso assegurado. Ficarão fortalecidos do ponto de vista psicossocial, situação que também tem seus riscos, se não houver de fato por parte deste governo não um empenho eleitoral, mas a vontade política visando a uma autêntica estabilização, desde já e até a posse do próximo presidente da República, seja ele quem for”.²⁶²

Apesar da dúvida, o jornal destaca que, independentemente do resultado das eleições, o Brasil entrara “em uma nova etapa histórica, mesmo sendo ainda cedo demais para saber se a história mais uma vez se repetirá como farsa ou se, de uma vez por todas, a nação conseguirá caria na real”.²⁶³ Em outro editorial, em tom alarmista, o **Estado** defendeu a união da sociedade em torno da nova ordem econômica, pois, se as coisas dessem errado, o futuro era incerto:

“O êxito do plano não servirá apenas para retirar o governo Itamar Franco do mau lugar em que se encontra; interessa a todos, especialmente aos candidatos à presidência da República, seja quem for o vencedor. O malogro dele afetará não apenas o sucessor do presidente Itamar Franco, mas todo o País: o que se pode prever, nessa hipótese dramática, será o recrudescimento da inflação (em dólares/real), o aumento das tensões sociais até atingirem níveis incontroláveis, possivelmente o cerceamento de algumas liberdades fundamentais. No êxito só haverá vencedores; no malogro, apenas vencidos. É para esse quadro que os cidadãos responsáveis devem atentar”.²⁶⁴

Ao analisar a primeira semana do Real, a **Folha** diz que houve surpresas, mas sem a grande confusão que muitos temiam e sugere cautela. Argumenta que o Plano foi lançado com a “animação dos estaleiros quando se despeja um novo casco sobre as águas” e dever-se-ia comemorar “ao máximo a ausência de sustos, truques ou precipitações”. Só que a “tradição de inaugurar os casos novos estourando uma garrafa de champanhe nunca foi garantia de viagens totalmente seguras”.²⁶⁵

Na visão da **Gazeta**, a introdução do Real foi “a mais séria e confiável tentativa feita pelo Brasil para vencer a inflação que há décadas causa profundas distorções em sua vida econômica, corrompe os seus costumes e o impede de realizar o seu imenso potencial”. Além disso, foi o “esforço mais democrático realizado pelo país para enfrentar um problema que tem desafiado todos os seus governos desde o pós-guerra”, tendo como suporte “uma política monetária austera, como talvez nenhuma outra que o país tenha conhecido em seu passado recente”. Estava em curso uma “verdadeira revolução de hábitos culturais”, o que exigia a compreensão de todos, inclusive daqueles “desabitados a uma moeda que deve valer amanhã

²⁶² Folha de S.Paulo, 1/07/1994, Opinião, p. 1 – 2, “Cair na real”.

²⁶³ Idem.

²⁶⁴ O Estado de S. Paulo, 1/07/1994, Notas e Informações, p. A 3, “O desafio e a vitória”.

²⁶⁵ Folha de S.Paulo, 10/07/1994, Opinião, p. 1 – 2, “O estouro do champanhe”.

o que vale hoje”. Para o jornal, o Real era “um programa para tornar o país mais governável” e incorreriam em grave erro aqueles que investissem “contra ele por preconceitos políticos. Um país mais governável interessa a todos, em especial aos que pretendem deter as rédeas do poder”.²⁶⁶

Do conjunto dos editoriais da mídia no calor do lançamento da nova moeda, dos quais os trechos anteriores são alguns exemplos significativos, nota-se a preocupação em ressaltar o aspecto histórico e inédito de uma reforma monetária feita às claras, sem subterfúgios, e a sua importância para o futuro brasileiro. A preocupação com o futuro, especialmente, no dia do lançamento da nova moeda, era natural em um momento em que havia uma enorme dose de incerteza sobre a reação da sociedade, que, além do mais, poderia ser contaminada pela disputa eleitoral. Em seu apelo a favor do plano econômico e da nova moeda, a mídia insistia que era a única saída viável para os brasileiros naquele momento e que, se as coisas dessem errado, o futuro seria uma incógnita. Como explicitou o jornal **Estado**, as tensões sociais poderiam atingir “níveis incontroláveis”, com riscos até mesmo para as “liberdades fundamentais”.

Para usar uma imagem comum, o Real atravessou as pequenas turbulências na decolagem em julho e entrou em céu de brigadeiro em agosto. A bordo, o candidato Fernando Henrique Cardoso. Naquela altura do campeonato, o PT era único partido com chances de ir para o segundo turno das eleições, segundo as pesquisas de opinião. Incomodado com a transferência do sucesso do Real para FHC, o PT decidiu combatê-lo de frente, aproveitando os comícios de Lula em várias cidades a partir de agosto. O mês foi escolhido em função da coincidência com o início do horário eleitoral gratuito e porque, na visão do partido, a população já teria percebido o ‘efeito nocivo’ do Plano, um mês depois do seu lançamento. *Só com acesso aos meios de comunicação será possível alertar a população para os efeitos de um plano recessivo*, disse o presidente do PT, Rui Falcão.²⁶⁷

A coordenação da campanha de Lula da Silva achava ainda que, depois de um mês de salário com a nova moeda, o eleitorado perceberia que seu poder de compra não havia aumentado. *Vamos mostrar que um plano de estabilização que não combate a carestia, gera desemprego e não merece o apoio da população*, disse Falcão. O discurso de Lula, porém, seria cuidadoso, para não assustar a parcela do eleitorado que aprovava o Real, inclusive os que votavam no PT. Nos pronunciamentos, diria que também queria o fim da inflação, mas que o instrumento escolhido pelo governo federal não combatia as causas estruturais do processo inflacionário.²⁶⁸ Como se sabe, a estratégia não deu certo.

²⁶⁶ Gazeta Mercantil, 3/07/1994, Opinião, p. 4, “Revolução de hábitos”.

²⁶⁷ Folha de S.Paulo, 12/07/1994, Brasil, p. 1 – 7

²⁶⁸ Idem.

Em uma edição em princípio de agosto, a revista **Exame**, a mesma que, em dezembro do ano anterior, dizia que “nem o Congresso nem os empresários parecem dispostos a dar muitas cartas ao Plano FHC 2”, sinalizava um novo tempo. O Real possuía uma série de virtudes, mesmo porque, “em primeiríssimo lugar, mostrou que é possível baixar drasticamente a inflação sem recorrer à magia negra, violências e outras esquisitices do arsenal heterodoxo”. E havia outra vantagem menos notada em relação aos planos anteriores: “Trouxe um clima de otimismo e confiança que ajuda a dar aos problemas a dimensão que eles realmente possuem”. A revista apontava obstáculos, como a luta por aumentos de salários dos funcionários públicos e privados e nas tarifas de empresas estatais, mas concluía que “o sucesso do real diante da inflação” criara um ambiente que ajudava a “equipe econômica a defender os pressupostos básicos do Plano, como o equilíbrio orçamentário”.²⁶⁹

Na segunda quinzena de agosto, abriu-se uma nova ducha de água fria sobre o entusiasmo dos adversários de FHC, especialmente o PT. Pesquisa Datafolha, realizada entre os dias 16 e 18 do mês, mostrou que a aprovação do Plano Real entre os eleitores já era de 78%, contra 75% em pesquisa dias 8 e 9 do mesmo mês e 62% em 5 de julho. Esta pesquisa indicava que caíra de 9% para 8% o percentual de pessoas que rejeitavam o plano, e de 13% para 11% o das que o consideravam de forma indiferente. A pesquisa Datafolha ouviu 10.459 eleitores em 256 municípios de todas as regiões e registrou que, entre os eleitores do candidato presidencial Lula da Silva, a aprovação ao plano atingia 67%, mas nos de FHC era de 90%.²⁷⁰

O número de eleitores que admitiam ter sido pessoalmente beneficiados pelo Real subira de 53%, na pesquisa anterior, para 57%, e o dos que se sentiam prejudicados caíra de 15% para 13%. A aprovação do Real (parcela dos que o consideravam bom) alcançava 76% entre os eleitores com curso superior, 80% entre os que tinham escolaridade média e 77% entre aqueles que haviam concluído até o primeiro grau. A reprovação (consideravam ruim) era maior entre os que tinham curso superior (12%), ficando em 7% entre os que concluíram o segundo grau e 8% dos que terminaram apenas o primeiro grau. Outro dado da pesquisa é que, considerando a renda familiar, o Plano tinha aprovação de 78% entre os que recebiam até cinco salários mínimos mensais, 81% entre os que ganhavam entre cinco e 10 salários e 80% junto à população com renda superior.²⁷¹ Outras pesquisas mostravam que a popularidade do Real e de FHC subiam na mesma proporção em que caía a de Lula da Silva, virando um gráfico que, em abril, quando o ex-ministro tornou-se candidato, tinha uma relação de quase três por um favorável ao petista.

²⁶⁹ Exame, 03/08/1994, edição 563, p. 20 – 22.

²⁷⁰ Folha de S.Paulo, 21/08/1994, Supereleição, p. 4.

²⁷¹ Idem.

A inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC-r), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre os dias 15 de julho e 15 de agosto foi de 5,46%, em comparação com o mesmo período junho e julho, índice que superou as piores expectativas dos próprios responsáveis pelo Plano Real.²⁷² Políticos, partidos e sindicalistas de oposição falavam da “derrocada” do Real e exigiam reposições salariais diversas. A **Gazeta Mercantil**, em editorial, saiu em defesa do Plano, discutiu as várias metodologias existentes para o cálculo da inflação e disse que os “solertes adversários da política econômica em vigor – não só políticos, mas especuladores encapuzados” - festejaram o resultado, o que mostrava, no entanto, a força do Plano. Didaticamente, o jornal procurou explicar que as discussões escamoteavam o fato de que o IPC-r era um índice “ainda contaminado pelas remarcações nas semanas que precederam à circulação da nova moeda” e que não refletia “a evolução dos preços nos últimos dois meses”. Prova disso era que o IPC da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, da USP), por exemplo, em agosto, subira apenas 1,95%. Garantiu a **Gazeta** que muitos dos preços já haviam baixado e outros ainda cairiam. A inflação estava em uma progressiva queda, algo “bem melhor que uma espetaculosa inflação mensal zero, não sustentada por uma política econômica coerente”. Além disso, poderiam os derrotistas dizer o que entendessem, pois, afinal, os índices não mentiam. “Na realidade, são eles que vão desmentir os mentirosos”²⁷³.

Navegando em águas calmas no Brasil, na fase final do período eleitoral, o Real angariava prestígio também em outros países. Uma semana antes das eleições, o **Estado** publicou informação procedente de Paris dizendo que o Plano Real começava a “ser citado no exterior como um exemplo de mudança de uma moeda sem grandes choques na economia”. A sua implantação estaria sendo acompanhada de perto por analistas monetários europeus e dirigentes da Associação para a União Monetária da Europa, entre eles o seu presidente, Bertrand de Maigret, que vinham buscando informações junto a autoridades monetárias brasileiras e empresários mais relacionados com a Europa, além dirigentes de grupos industriais europeus instalados no Brasil.²⁷⁴

Buscava-se reunir subsídios para a experiência de unificação da moeda européia, que se discutia naquele momento. Em uma nota de análise preliminar, segundo o jornal, Maigret disse que no Brasil havia ocorrido uma situação do tipo “big bang” para a moeda contábil. A fase de transição entre a URV e o Real facilitou a troca da moeda, de forma rápida e pouco

²⁷² Constatou-se depois que o índice estava “inflado” por aumentos abusivos de preços de bens e serviços na virada da URV para o real, inclusive em tarifas de ônibus urbanos e aluguéis.

²⁷³ *Gazeta Mercantil*, 8/09/1994, Opinião, p. 4, “A força do real”.

²⁷⁴ *O Estado de S. Paulo*, 25/09/1994, Economia & Negócios, p. B 4.

dispendiosa. E, no caso brasileiro, os contratos nem precisaram ser renegociados, já que no país existia a tradição de se corrigir sistematicamente a moeda. ²⁷⁵

Dois dias antes da eleição, a **Folha** publicou matéria produzida em Madri, durante a conferência “50 anos depois de Bretton Woods – O futuro do FMI”. Diz que o diretor gerente do Fundo Monetário Internacional, Michel Camdessus, assegurava que o Brasil não precisava mais nem do dinheiro nem da supervisão da instituição para estabilizar sua economia. Importante era a *continuidade da política macroeconômica*, disse Camdessus, para quem o Plano Real estava apenas em seu começo, mas indo bem. Poderia ser o *princípio de uma mudança radical na economia brasileira*, desde que houvesse um grande esforço político para a realização, em curto prazo, de reformas estruturais, como o ajuste fiscal, a reforma tributária, uma ampla desregulamentação e mais privatizações. ²⁷⁶

Já o diretor executivo adjunto do FMI, Stanley Fischer, em conversa com jornalistas brasileiros, qualificou o Plano Real de muito inteligente e imaginativo. Ele disse que para ser duradouro o programa de estabilização precisava de equilíbrio fiscal e desestatização. Descartando até a ajuda do FMI como fundamental para a sobrevivência do real, Fischer disse: *O plano é do Brasil e o governo brasileiro sabe muito bem o que precisa fazer para que a estabilização seja duradoura.* ²⁷⁷

Quando o Real completou quatro meses, em novembro, com FHC já eleito, a inflação beirava “perigosos 3%” ao mês, mas a demanda se mantinha em “níveis administráveis e o mercado, de um modo geral, abastecido”. Uma grande diferença em relação ao Plano Cruzado, por exemplo, que estabilizou a inflação em torno de 1%, mas, já ao final dos seus quatro primeiros meses, tinha uma demanda que “explodia, faltava de tudo e o ágio era a tônica”. O Real, assim, mostrava-se mais estruturado do que os planos anteriores e com um “saldo promissor”, segundo avaliação do jornal o **Globo**. ²⁷⁸

Com a implantação do Real e a redução dos ganhos especulativos proporcionados pelos elevados índices de inflação no mercado financeiro, quebraram-se vários pequenos bancos e corretoras. Mas o presidente da poderosa Federação Brasileira da Associação de Bancos (Febraban), Maurício Schulman, disse que o governo não tinha culpa pelas quebras nos meses anteriores. Segundo ele, o processo era *parte do risco da atividade* e o controlador do banco deveria *saber a hora de colocar dinheiro no próprio caixa*. Em defesa do governo, argumentou que os bancos quebrados já vinham com “dificuldades” que o Plano apenas tornou evidentes. O sistema financeiro estava pagando, mas se o preço era aquele para a estabilidade e para o

²⁷⁵ Idem.

²⁷⁶ Folha de S.Paulo, 30/09/1993, Brasil, p. 1 – 5.

²⁷⁷ Idem.

²⁷⁸ O Globo, 1/11/1994, Economia, p. 25.

aumento real de salário e emprego, *bendita dificuldade*, disse Schulman.²⁷⁹ Não se passou muito tempo e, no ano seguinte, as “dificuldades” das pequenas instituições espalharam-se, e atingiram em cheio grandes bancos, como o Econômico e o Nacional, que também quebraram.

No rastro do real, em cima do cavalo, com chapéu de cangaceiro

Antes de o Real se transformar em um excepcional cabo eleitoral, FHC precisou deixar o ambiente seletivo e refrescante dos auditórios e salas dos grandes centros e, de fato, enfiar o pé na lama, ou na poeira. Em 12 de junho, acompanhado do governador Antônio Carlos Magalhães e outros políticos do PFL,²⁸⁰ FHC foi a Canudos, no sertão da Bahia, onde foram recebidos por entusiasmados militantes, sindicalistas da Força Sindical e eleitores que chegaram à cidade a bordo de 40 ônibus fretados por prefeitos baianos.²⁸¹

Foi uma visita simbólica e um marco na campanha do professor Fernando Henrique Cardoso, na pobre e seca região onde em final do século XIX o beato Antônio Conselheiro tentou construir a sua comunidade religiosa igualitária e fraternal, antes de ser massacrado com sua gente, em outubro de 1897, pelas forças militares da República brasileira, que ainda não completara 10 anos. Ao lado de ACM, em Canudos, FHC entrou de sola na tradicional cultura política nordestina. Eis o relato do **Correio Braziliense**:

“Fernando Henrique Cardoso pôs a mão direita sobre a mão esquerda do ex-governador da Bahia Antônio Carlos Magalhães, que estava sobre um cano. E das mãos deles jorrou um jato contínuo de água sobre uma multidão de três mil pessoas. Ensopada, a multidão aplaudiu, gritou, cantou, dançou e fez um carnaval no primeiro grande comício da sucessão presidencial em Canudos, a histórica cidade baiana de Antônio Conselheiro. Fazer jorrar água em região de seca foi o mais populista gesto de Fernando Henrique na viagem ao Nordeste ao lado de ACM. Enquanto esteve na região, FHC se aproximou do discurso e da prática de pedir votos nos grotões usados com êxito pelo cacique do PFL. Para se ter uma idéia, ACM, a grande estrela da festa, apresentou a população como seu povo: *Falo por esse povo e ele fala por mim. Este é o meu povo*. Fernando Henrique aderiu: *Meu povo, nosso povo, povo do Brasil*”.²⁸²

Canudos somos nós, ACM a nossa voz, berrou de volta a multidão, ao sol de meio-dia e um calor de 39 graus, para um candidato que se disse muito orgulhoso na companhia de seus parceiros do PFL e, seguindo a prática deles, prometeu obras como o asfaltamento da BR 116

²⁷⁹ Jornal do Brasil, 12/12/1994, Negócios e Finanças, p.12.

²⁸⁰ Como o PFL e ACM estavam apoiando FHC, o seu partido, o PSDB da Bahia, cujos líderes eram adversários políticos, diziam inconciliáveis, de ACM, apoiou o candidato do PT, Lula da Silva na eleição.

²⁸¹ Correio Braziliense, 13/06/1994, Brasil, p. 3.

²⁸² Idem.

entre as cidades de Euclides da Cunha (BA) e Cabrobó (PE). *Vai ter asfalto, eu prometo*, disse, em um gesto que foi aplaudido por ACM, que criticava antes a forma da campanha. *Ele agora está tão bom que já pode me ensinar*, disse ACM, saindo do palanque abraçado com FHC.²⁸³

Ao visitar depois Petrolina e Juazeiro, as duas cidades de Pernambuco e da Bahia separadas pelo rio São Francisco, FHC colocou no pulso fita do senhor do Bonfim, assistiu a uma roda de quadrilha de São João, comeu buchada de bode, provou cachaça e ainda classificou o título de “vaqueiro”, recebido em um comício, como o mais glorioso dos inúmeros títulos que possuía. Também ganhou um guarda-peito, tipo de colete de couro usado pelo sertanejo para se proteger dos espinhos da vegetação nativa. *Vou usar isto é para me proteger de mau-olhado*.²⁸⁴

Foi o batismo de fogo do professor e intelectual Fernando Henrique Cardoso nos grotões da política nacional. A cena descrita do seu comício com ACM, especialmente, remete a um texto em que Raymundo Faoro analisa o sistema coronelista brasileiro. Apesar de publicado 36 anos antes da visita a Canudos, ilustra bem a realidade e a prática políticas com as quais se envolvia FHC:

*As inquietações urbanas, as angústias européias da elite, a sede de mando de civis e militares, a demagogia inquieta e impaciente – tudo se amortece e paralisa diante de uma muralha apagada e inerte. O senhor da soberania, o povo que vota e decide, cala e obedece, permanece mudo ao apelo à sua palavra. O bacharel reformista, o militar devorado de ideais, o revolucionário intoxicado de retórica e de sonhos, todos modernizadores nos seus propósitos, têm os pés embaraçados pelo lodo secular. Os extraviados cedem o lugar, forçados pela mensagem da realidade, aos homens práticos, despidos de teoria e, não raro, de letras. No campo, no distrito, no município, o chefe político, o coronel, tardo e solene, realista e autoritário, amortece, na linguagem corrente, o francês mal traduzido e o inglês indigerido. Ele municipaliza a expressão erudita, comunicando-lhe, de seu lado, sentido e conteúdo, converte o freio jurídico do governo no bucal do caboclo.*²⁸⁵

Anos depois, já no final de 2005, o senador Tasso Jereissati lembrou como tropeçava no início da campanha o candidato FHC, que, dizia-se no próprio PSDB, não sabia discursar para o povo. Em um comício em Juazeiro do Norte, no Ceará, depois de tirar o paletó, FHC falou de sua trajetória de professor universitário que lutou contra a ditadura militar, foi preso e aposentado compulsoriamente da Universidade de São Paulo. Lá pelas tantas disse: *Foi muito difícil a prisão. Muita pressão. Acabei perdendo a cátedra*. Segundo Tasso, a platéia reagiu com espanto ou tristeza, mas um “caboclo forte” que estava ao lado do candidato apertou o seu ombro e disse solidário: *Força. Não liga, não. Na prisão, isso pode acontecer com qualquer*

²⁸³ Idem.

²⁸⁴ Idem.

²⁸⁵ FAORO, Raymundo, 2001, op. cit., p. 697.

um. Evidentemente, não sabia o que era cátedra e achava que FHC tinha sido vítima de uma violência comum em prisões brasileiras.²⁸⁶

Fernando Henrique enfrentou tropeços durante o processo de transformação do professor em candidato popular. No começo de junho, “trocou os seus ternos bem cortados dos tempos de ministro por camisas amarfanhadas. No interior do Nordeste, andou a cavalo usando chapéu de cangaceiro e bebeu água de coco em uma praia de Aracaju, direto na fruta, embora o canudinho estivesse na sua frente”, disse a revista **Veja**.²⁸⁷ Durante um comício em Mauá, na região metropolitana de São Paulo, declarou-se *mulatinho* e que, por sua ascendência negra, tinha um *pé na cozinha*. A um repórter que perguntou se tinha mãos brancas, FHC respondeu: *Eu, mãos brancas? Aliás, eu sou bem mulatinho*. Depois, em Jundiá, novamente questionado, FHC respondeu: *Até minhas mãos são mulatinhas*. E acrescentou: *Sempre disse isso, sempre brinquei comigo mesmo. Tenho um pé na cozinha. Eu não tenho preconceito*.²⁸⁸

FHC podia até mesmo estar convicto de que era um *mulatinho*, mas abordar o assunto daquela forma foi apenas mais um tropeço de um candidato acostumado aos gabinetes atapetados e refrigerados, desacostumado a lidar e conviver com o “povo”. Desacostumado é o termo correto, porque essa convivência FHC teve, pelo menos quando pesquisou e escreveu sobre a sociedade escravocrata no Sul do Brasil para seus estudos de mestrado e doutorado, e depois em favelas, bairros pobres e clubes de negros em São Paulo, como ele próprio ressalta em seu livro de memórias.²⁸⁹

Segundo a **Veja**, pegou mal a conversa de FHC. *Falar em pé na cozinha é o mesmo que colocar o negro numa situação inferior*, disse o escritor Abílio Ferreira, membro do grupo negro Quilomboje. *É uma gota no oceano, embora não deixe de ser uma expressão ofensiva*. O historiador Clóvis Moura, negro de 65 anos e amigo pessoal do candidato há quatro décadas, assustou-se: *Seu comentário foi de um mau gosto tremendo. No fundo, FH demonstrou um subconsciente racista*.²⁹⁰ Mais do que *mulatinho*, FHC procurou também vender a idéia de que era um autêntico brasileiro, que tinha parentes em vários estados. Alardeava que o pai, por exemplo, era de Curitiba, a mãe de Manaus, o avô paterno de Goiás, e avó paterna carioca. Além de avós maternos de Alagoas, tinha filhos de São Paulo. Ele, FHC, nasceu no Rio de Janeiro e foi formado para a vida em São Paulo.²⁹¹

Passado o susto, FHC se recompôs parcialmente, conforme relata o **Estado**, que assegurava: “Candidato do PSDB sobe nas pesquisas, aprende a agradar ao eleitor, faz

²⁸⁶ ALENCAR, Kennedy. Folha Online, 21/11/2005, Coluna Brasília Online., www.folhaonline.com.br

²⁸⁷ Veja, 08/06/1994, edição 1.343, p 34 - 36.

²⁸⁸ Idem.

²⁸⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. *A arte da política – a história que vivi*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006, p.57.

²⁹⁰ Veja, 08/06/1994, edição 1.343, p 34 - 36

²⁹¹ O Estado de S. Paulo, 24/07/1994, Eleições, p. A 26.

promessas, reza, sobe em cavalo e come buchada, mas ainda tropeça na oratória de professor”.

Diz que FHC

“conseguiu firmar-se como candidato com um estilo de campanha. A imagem confusa dos primeiros dias de campanha, consumidos nas infundáveis articulações da aliança entre o PSDB, PFL e PTB, desapareceu. O professor da Sorbonne, mais afeito às conversas de bastidores dos gabinetes de Brasília do que ao contato direto com os eleitores nas ruas, foi suplantado pelo candidato. (...) O ex-ministro da Fazenda, estigmatizado como ateu na campanha pela prefeitura de São Paulo em 1985, entrou até em templo da Assembléia de Deus. Em Cuiabá, foi apresentado a 2,5 mil evangélicos como o *escolhido de Deus* para ser o autor do Plano Real e respondeu à saudação com dois *aleluias*”.²⁹²

O jornal relata as andanças de FHC por outros estados e diz que, “por onde passa, no mais tradicional estilo político, promete aos eleitores obras e *amor trabalho* pelo país”. Os aliados do PFL achavam que a retórica do candidato havia atingido o ponto ideal, embora os discursos ainda tivessem melhor repercussão em auditórios fechados, do que os comícios em praça pública, e carregassem alguns vícios do professor. No Paraná, durante encontro com produtores rurais, “deixou-os boquiabertos” ao incluir em seu discurso palavras como *tisnado*, *amálgama* e *libor enlouquecida*. No encontro de Cuiabá, havia citado Max Weber, o pensador alemão que morreu em 1920.²⁹³

Enquanto isso, em seu primeiro grande comício de campanha em São Paulo, em um domingo, no Vale do Anhangabaú, Lula da Silva dizia que o Plano Real só faria *congelar a miséria*. O problema não era o *nome da moeda*, mas o *poder aquisitivo dela no bolso do trabalhador*, disse, para uma multidão avaliada em 25 mil pessoas pela Polícia Militar e 50 mil pelos petistas. Sobre a aliança de FHC com o PFL, Lula perguntou: *Qual a modernidade do meu adversário, que terá em seus palanques ACM, Marco Maciel e Borhhausen?* E respondeu: *É a modernidade da safadeza, da falta de vergonha e da falta de compromisso com o povo brasileiro*. Sobre possíveis votos do senador e ex-presidente José Sarney, do PMDB, que estava brigado com o candidato do partido, Orestes Quércia, Lula disse que poderia se beneficiar dos votos do eleitorado do senador, mesmo sem fazer qualquer tipo de acordo com ele. *Primeiro, não acredito que Sarney queria conversar. Segundo, porque há uma diferença programática muito grande*.²⁹⁴

Mas Lula também procurava mudar sua imagem, em busca de um eleitorado mais reticente com sua prática de sindicalista. Ainda em junho, a **Veja** ironiza, ao dizer que ele havia adotado “verde-amarelo na marca de sua campanha” e confinado o vermelho, “célebre cor das esquerdas”, a uma estrela. Em Brasília, “passou a desfilar com uma aliança no dedo anular da

²⁹² Idem. .

²⁹³ Idem.

²⁹⁴ Correio Braziliense, 13/06/1994, Brasil, p. 3.

mão esquerda, adereço novo em seu figurino de casado há 20 anos”.²⁹⁵ E não foi só isso. Lula aparou o cabelo e a barba para mudar o visual do rosto e *trocar a imagem de sindicalista carrancudo pela do homem que pode ser presidente*, como admitiria, depois, o assessor de imprensa da campanha, Ricardo Kotscho.²⁹⁶

A revista **Istoé** foi mais generosa com Lula. Também em princípio de junho, disse que, embora preferindo FHC, empresários, investidores e governos estrangeiros começavam a se preparar para a hipótese de Lula ser eleito. FHC, na opinião de setores empresariais, governaria com maioria no Congresso, seria capaz de estabilizar a economia e de atrair algo como 50 bilhões de dólares em investimentos estrangeiros. Mas, naquele momento, a menos de um mês da mudança da moeda brasileira, até os economistas do PSDB duvidavam que só o plano econômico fosse suficiente para garantir a vitória de FHC. Candidato a deputado federal pelo partido, o economista Antônio Kandir, por exemplo, argumentou que, se o plano fracassasse, Lula ganharia no primeiro turno. Caso contrário, poderia haver um segundo turno, o que não significava dizer que FHC ganharia.²⁹⁷

A revista lembra que, em 1993, o 8º Encontro Nacional do PT foi acompanhado por seis representantes de governos estrangeiros, nenhum embaixador. O 9º Encontro, realizado em abril em Brasília e que sacramentou a proposta do partido para o programa de governo, contou com 25 delegações, incluindo os embaixadores de Cuba, Portugal e Espanha. O empresário Oded Grajew, um dos primeiros no Brasil a aderir ao PT, procurava colegas para encontros com Lula, mas, na campanha de 94, já existiam comitês empresariais pró-Lula em sete capitais, incluindo São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.²⁹⁸

Para tentar tranquilizar a classe empresarial, sobretudo em relação a uma possível moratória da dívida, o deputado Aluísio Mercadante, que viria depois a ser o candidato a vice-presidente em substituição a José Paulo Bisol, dizia que na área financeira não haveria medida unilateral. Haveria privatizações nos setores de energia e transportes, e seriam mantidos os monopólios nas telecomunicações e no petróleo. *A sociedade saberá o que esperar do nosso governo*, disse Mercadante, que assegurou que não haveria surpresas, pacotes ou golpe. *Vamos governar com o estado de direito e a constituição em vigor, respeitando as decisões do STF e do Congresso*.²⁹⁹

Como registrado anteriormente, mal entrou em circulação, o real começou a fazer estragos na candidatura de Lula. “A estréia do real produz uma onda de otimismo na campanha de FHC, altera o ritmo da disputa presidencial e complica a situação de Lula”, afirmou a **Istoé**. Disse a

²⁹⁵ Veja, 8/06/1994, edição 1.343, p. 34 – 36.

²⁹⁶ Veja 31/08/1994, edição 1.355, p. 28 – 31.

²⁹⁷ Istoé, 08/06/1994, edição 1.288, p. 22-24.

²⁹⁸ Idem.

²⁹⁹ Idem.

revista que “a promessa de estabilização da economia balançou os alicerces da disputa presidencial” e que a entrada em circulação de uma “verdadeira âncora eleitoral” mudou o ritmo da sucessão. *O plano tem clara autoria e ela é do FHC, o benefício eleitoral é dele*, afirmou o líder do PFL, Luís Eduardo Magalhães. Também fez questão de lembrar que a assinatura das primeiras cédulas da nova moeda eram de Fernando Henrique, quando ministro da Fazenda. *Eles estão numa linha eleitoreira, recorrendo a recursos como o aumento do salário mínimo às vésperas da eleição*, reclamou o deputado Aloízio Mercadante, preocupado com a repercussão do plano econômico na campanha de Lula. *A capacidade de manipulação do governo é bem razoável*, reclamava um outro candidato, Esperidião Amin. *Vamos ter de alertar os eleitores para o fato de que os benefícios do real serão temporários*, completou Flávio Rocha, do PL.³⁰⁰

Para a **Istoé**, com o real, FHC havia sepultado “o estigma de uma candidatura cambaleante, que viveu os três meses iniciais sob as trapalhadas resultantes de brigas internas, resistências na formação de alianças, erros de agenda e declarações desastradas”. Uma indicação da mudança foi que, logo após o início do Plano, nos dois dias que passou a ficar em Brasília, aumentou em 100% o número de audiências e conversas políticas de FHC, que tiveram o tempo reduzido de 40 para 20 minutos. Enquanto isso, os candidatos da aliança nos estados começaram a requisitar mais o candidato para os comícios.³⁰¹

No final de julho, em entrevista ao programa “Roda Viva”, da TV Cultura, Lula já reconhecia que, na melhor das hipóteses, não deveria bater no real. Disse: *Se no final do mês a dona-de-casa for ao supermercado e conseguir encher o carrinho como no mês anterior, é sinal que o Plano está dando certo*. Nesse caso, disse o candidato, *vamos lutar para que ela consiga encher o carrinho cada vez mais no final de cada mês*.³⁰²

Mas o estrago da dobradinha real e FHC sobre a candidatura do PT já estava feito. Pesquisa Datafolha, de 25 e 26 de julho, apontou um empate técnico entre os dois candidatos: 32% para Lula e 29% para FHC. Outra pesquisa dos dias 8 e 9 de agosto mostrou o candidato tucano com 36%, contra 29% de Lula. FHC foi subindo gradativamente, com pequenas oscilações entre 43% e 48% de 2 de agosto a 30 de setembro, a última pesquisa, enquanto Lula, no mesmo período, ficou estacionado entre 22% e 23%.³⁰³ O resultado final da eleição, registrado pelo Tribunal Superior Eleitoral, apontou 54,27% dos votos válidos para FHC e 27,04% para Lula.

Mesmo antes de esquentar o debate eleitoral, a mídia começou a questionar a capacidade de gestão e o equilíbrio de um governo sob o comando de Lula da Silva, repita-se, o candidato então favorito nas intenções de votos. A retórica foi amplamente utilizada para argumentar,

³⁰⁰ Istoé, 06/07/1994, edição 1.292, p. 40 – 44.

³⁰¹ Idem.

³⁰² Folha de S.Paulo, 24/07/1994, Brasil, p. 1 – 5.

³⁰³ Os detalhes das pesquisas Datafolha estão disponíveis no site www.folha.uol.com.br/folha/datafolha.

formar opiniões, convencer, como diz Lineide Mosca, *pelo embate das idéias e pela habilidade no manejo do discurso*, de forma a levar o destinatário *na direção de uma determinada perspectiva do assunto, projetando-lhe o seu próprio ponto de vista, para o qual pretende obter adesão*.³⁰⁴

Lula da Silva nem havia apresentado sua proposta de governo e começou a ser criticado pela mídia. O **Estado** aproveitou sua visita aos Estados Unidos, onde apresentou a empresários e à comunidade financeira suas idéias, para acusar o candidato de tentar enganá-los, por meio de um “discurso montado”, quanto à hipótese de vir a ser um “presidente confiável”, sem radicalismos. Mas o candidato e o PT eram uma “identidade inseparável”. Quem levasse o Lula que se apresentava a banqueiros e empresários levaria também “no mesmo embrulho o partido radical que quer a moratória, o fim das privatizações e a manutenção dos monopólios”, assim como os movimentos sindicais que “organizam greves dos serviços essenciais” e promovem a “ocupação ilegal de terras e residências”.³⁰⁵

Semanas depois, em editorial, a **Folha** analisa a idéia divulgada pelo PT de que a *tarefa de geração de empregos será em larga medida responsabilidade do setor privado*, cabendo ao Estado *executar uma política de desenvolvimento que estimule a criação de novos empregos*. E que programa econômico será executado *de forma distinta dos ciclos anteriores*. Para o jornal, é uma “pena que o PT seja absolutamente vago a respeito de qual será a diferença entre o crescimento que propõe e o dos ciclos anteriores. Além disso, o PT amarra a questão do emprego a outros programas setoriais, também não detalhados. Em consequência, o documento do PT ganha caráter até angelical. Um conjunto enorme de boas intenções”. A proposta petista de elevar o nível investimento da economia brasileira dos 16% para 25% do PIB foi assim vista: “O mais desavisado dos brasileiros sabe muito bem que o setor privado, na sua maioria, desconfia do PT e, por isso, no caso de vitória desse partido, não parece lógico esperar do empresariado um aumento dos investimentos. O certo seria imaginar o inverso”.³⁰⁶

Em julho, ao comentar a queda de Lula nas pesquisas de intenções de votos, o **Estado** disse que as causas eram internas e externas. As externas, mais fáceis de identificar, resultavam do fato de o Plano Real ter caído “na estima do público” e colocado o PT “contra parede”, uma vez que o partido era contra, mas não explicou “com boas razões por que”, nem apresentou propostas alternativas, “provavelmente pelo fato de não dispor de uma só que fosse”. Além disso, a “falta de uma posição autêntica foi fatal para Lula”, segundo o jornal, que definiu o PT e os partidos que o apoiavam, o PPS, o PSB e o PC do B como grupos políticos que “faturam

³⁰⁴ MOSCA, Lineide do Lago Salvador. Velhas e Novas Retóricas. Convergências e Desdobramentos. IN, MOSCA, Lineide do Lago Salvador (org). *Retóricas de Ontem e de Hoje*. São Paulo, Humanitas – Publicações FFLCH/USP, 1997, p. 17 – 23.

³⁰⁵ O Estado de S. Paulo, 15/05/1994, Notas e Informações, p. A 3, “Truque de ventríloquo”.

³⁰⁶ Folha de S.Paulo, 11/06/1994, Opinião, p. 1 – 2, “Emprego e devaneios”.

bem o recalque, aproveitam com vantagem a frustração, se cevam nas atmosferas de pessimismo e desânimo. A euforia, o otimismo, nada lhes acrescentam, não os amparam no que quer que seja. Quem é capaz de contar os sorrisos que distinguem a fisionomia de Lula & cia., no PT e no seu braço sindical, a CUT? Um provérbio chinês ensina: *Quem não sabe sorrir não deve abrir uma loja*. Quanto mais alcançar a Presidência da República”.³⁰⁷

O *corpus* de ditados e provérbios é objeto de interesse de pensadores como Peter Burke e Bourdieu, para quem os provérbios são “programas de percepção”. O provérbio citado pelo jornal inscreve-se como *instância de apelo* e equipamento retórico adotado no discurso jornalístico. Principalmente nos editoriais, o equipamento retórico mais comumente adotado é a chamada *modalização deôntica*. Aqui, o texto se desenvolve marcando-se pelo tom de um quase aconselhamento, entremeado de enunciados de autoridade ancorados na erudição.³⁰⁸

Um exemplo significativo do que foi a retórica a favor e contra os dois principais candidatos à Presidência foi um artigo do sociólogo francês Alain Touraine, publicado no jornal El País, da Espanha, e reproduzido pela Folha. O texto “vende” ao público externo a representação do que seria um Brasil liberal, com forte política social, personificado por FHC, ou um país afundado no caos e na violência, com a eventual eleição de Lula.³⁰⁹ Em seu artigo, o sociólogo faz uma rápida análise dos efeitos da *limpeza liberal* que nos anos 90 vinha em vários países afastando a *economia do controle, da tutela do Estado e da classe política*. A sua sugestão foi para o Brasil

*tomar as grandes decisões que se impõem a todos, romper com toda espécie de protecionismo e clientelismo e comprometer-se ativamente com uma economia internacional, na qual tem grandes oportunidades de ocupar um importante nicho, já que é o único país da América Latina que dispõe de agentes econômicos modernos – apesar da recente deterioração patronal, dos sindicatos e da administração central -, e de um forte potencial intelectual técnico e de uma vitalidade que suscita a admiração geral. (...) Quando tiver rompido claramente com um protecionismo e um clientelismo que transformaram o país num mercado político desorientado e corrupto e fizeram disparar a inflação, o Brasil saltará para a primeira fila dos países industrializados.*³¹⁰

Só que essa modernização liberalizante precisaria ser seguida de políticas para resolver o problema das desigualdades sociais brasileiras. E aí entra a visão do sociólogo francês sobre os dois candidatos à Presidência da República. Lula, *fundador de sindicatos modernos no ABC de São Paulo e defensor do Brasil moderno, podia parecer como o candidato mais capaz de unir o duplo objetivo de modernização econômica e de transformação social. Mas, no PT, o velho*

³⁰⁷ Estado de S. Paulo, 23/07/1994, Notas e Informações, p A 3, “Causas de um malogro”.

³⁰⁸ Sobre os equipamentos retóricos adotados pela mídia impressa conf. MELLO, Maria T. Negrão, 1987, op. cit, p. 122 – 143.

³⁰⁹ TOURAINE, Alan. “Cardoso e o nascimento do Brasil”. Folha de S.Paulo, 31/07/1994, Opinião, p. 1 -3. O artigo foi publicado originalmente no jornal espanhol El País. Touraine, diretor do Instituto de Estudos Superiores de Paris, foi professor de FHC na Sorbonne, na capital francesa, de quem era amigo pessoal.

³¹⁰ Idem.

Brasil comeu o jovem, diz Touraine, para quem a CUT, o braço sindicalizado do partido, convertera-se em defensor de interesses corporativistas, inclusive do setor público, e de protecionismos econômicos. Havia, então, uma *única solução para o Brasil: aceitar a abertura liberal e vinculá-la fortemente a uma política de reformas sociais de grande alcance. Esta solução se personifica em Fernando Henrique Cardoso*. Se ele não fosse eleito, o Brasil correria o *risco de afundar no caos e na violência, porque as necessidades da economia e as exigências da sociedade se tornarão imediatamente incompatíveis*.³¹¹

Se Lula era fundador de sindicatos modernos, FHC era o *mais respeitado dos sociólogos latino-americanos, democrata que demonstrou suas convicções e sua valentia durante a ditadura, político cuja integridade e dedicação ao bem público estão fora de qualquer dúvida*, conforme a definição de Touraine. E o Brasil não necessitava apenas de um novo presidente, mas de *um grande presidente*, capaz de fazer o país *atravessar a zona de tempestades e conduzi-lo a terras de prosperidade e de justiça*. FHC seria este presidente, *o único homem de Estado de todo o continente capaz de associar com força estabilidade econômica e luta contra as desigualdades sociais*. Finalmente, devia-se considerar uma *oportunidade excepcional para o Brasil e para o mundo* a sua chegada à Presidência do Brasil.³¹²

A avaliação de Touraine, na verdade, reflete o pensamento e a expectativa de parcela significativa de intelectuais, empresários, profissionais liberais, dirigentes de entidades de classe e de organizações, assim como outros formadores de opinião, no Brasil e no exterior, sobre a personalidade e competência do candidato Fernando Henrique. Na prática, eles reiteram o que pensavam e diziam quando ele se tornou ministro da Fazenda, em 1993.

Ao analisar o empate na intenção de votos entre os dois principais candidatos, no final de julho, o **Globo** argumentou que os índices pareciam indicar que “o povo é mais inteligente do que muitos economistas de plantão, sobretudo os engajados”, em uma alusão especialmente ao PT, de quem cobrava uma explicação clara sobre o que pretendia fazer, caso eleito. Isso porque, com a estabilização, o país começava a “viver com mais tranquilidade” e o eleitor esperava ouvir o que tinha a dizer uma “oposição inteligente”, não se impressionando com o *sou contra porque sou contra*.³¹³

O crescimento de FHC “ligado à percepção popular do êxito do Plano Real” também foi assunto para editorial da **Folha**. Com o crescimento, “que assombrou até os tucanos”, o PT deixou de criticar e passou a defender a nova moeda, reclamando, no entanto, de preços

³¹¹ Idem.

³¹² Idem. No começo da gestão de FHC, em janeiro de 1995, Alain Touraine publicaria outra matéria no jornal francês **Le Monde** em que apresenta os compromissos do presidente brasileiro com a liberalização da economia. Detalhes sobre a matéria podem ser encontrados em texto de Sérgio Porto, *A esquerda esquecida de Fernando Henrique Cardoso: Um método*. IN: MOUILLAUD, Maurice e PORTO, Sérgio Dayrel (org.). *O Jornal – da forma ao sentido*, Brasília, 1997, Paralelo 15, pp. 363 – 386.

³¹³ O Globo, 28/07/1994, Opinião, p. 6, “Chamada à realidade”.

elevados e dos salários baixos. A mudança petista decorreu da constatação de que perderia votos colocando-se contra algo que tinha apoio da população. E o partido ficou na incômoda posição de ter o Plano como o principal assunto de discussão da campanha eleitoral.³¹⁴

Com o Plano e a nova moeda no centro dos acontecimentos, as propostas de programas de governo dos candidatos, apresentadas no decorrer do mês de julho, ficaram em segundo plano, inclusive porque tinham vários pontos comuns apontados como prioritários, a exemplo da saúde, educação, agricultura e geração de empregos. Enquanto ainda era o candidato favorito nas pesquisas de intenção de votos, Lula da Silva apresentou um programa de quase 200 páginas, aprovado no 9º Encontro Nacional do PT, com as diretrizes gerais para os setores econômico, político, social e cultural.³¹⁵

Entre as prioridades do PT, estavam o crescimento econômico, com base na expansão do consumo, investimentos na agricultura e uma nova política industrial. Previa-se a criar 8 milhões de empregos no setor privado, sobretudo com incentivos às micro e pequenas empresas, e realizar investimentos especiais para o desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia. Também, executar um amplo programa de reforma agrária, com apoio técnico e creditício aos assentados – apoio que se estenderia aos proprietários de terras de até 100 hectares -, e um programa de “segurança alimentar” para combater a fome. Prioridades para o PT seriam ainda o saneamento básico, transportes e habitação popular nas regiões metropolitanas, o combate à violência urbana e a duplicação do investimento estatal em ciência e tecnologia, passando de 0,8% para 1,6% do PIB.³¹⁶

Já o programa de governo de FHC assentava-se em cinco pontos, cuja campanha de *marketing* do candidato procurou simbolizar com os cinco dedos de uma mão espalmada: agricultura, emprego, saúde, educação e segurança. O desenvolvimento agrícola deveria ser suficiente para gerar no campo 2,7 milhões de empregos, que cresceriam também nos centros urbanos, especialmente com a queda da inflação esperada com o Plano Real. As políticas de educação e saúde seriam descentralizadas, para garantir a melhor aplicação e fiscalização dos recursos, enquanto a segurança passaria pelo fortalecimento e profissionalização da Polícia Federal e, se necessário, contaria com a utilização das Forças Armadas no combate ao crime organizado e ao tráfico de drogas. No final de agosto, com a eleição praticamente garantida, segundo as pesquisas de opinião, a campanha de FHC distribuiu uma cartilha com os detalhes de cada uma das cinco prioridades para o programa de governo, além das propostas de mudanças estruturais do país.³¹⁷

³¹⁴ Folha de S.Paulo, 7/08/1994, Opinião, p. 1 –2, “Novas estratégias”.

³¹⁵ Correio Braziliense, 24/07/1994, Brasil, p. 4; O Estado de S. Paulo, 25/08/1994, Eleições, p. 12 – 14.

³¹⁶ Idem.

³¹⁷ Idem.

Pode-se dizer que era mais de ênfase ou de estratégia de execução as diferenças entre as propostas de Lula e de FHC sobre os grandes temas da campanha voltados para a massa da sociedade. Enquanto o candidato petista indicava prioridade para a reforma agrária e apoio aos pequenos produtores para assegurar o crescimento da agricultura, por exemplo, seu principal adversário, sem esquecer esses setores, dava grande importância à agroindústria e grande produtores rurais, inclusive com 41 propostas de incentivo à política agrícola, alcançado do crédito até a isenção de tributos, garantia de preços mínimos e um sistema de distribuição de leite para a população de baixa renda, por meio de acordo com os estados e municípios.³¹⁸

Mas havia outra discussão, de fácil assimilação apenas para a parcela da população mais esclarecida, que diferenciava fundamentalmente as propostas de Lula e FHC: o futuro que se queria para o Brasil e a sua inserção no mundo globalizado. De modernizar o Estado brasileiro, os dois candidatos falavam. Mas FHC deixava claro que isso significava privatizar empresas estatais, acabar com os privilégios do funcionalismo público, inclusive em relação às aposentadorias, criar nova estrutura administrativa e gerencial para o poder público e abrir o país aos investimentos externos, em uma política que o PT e os outros partidos de esquerda logo classificaram de neoliberal. Para Lula, a modernização passava pela valorização do funcionalismo público, a revisão dos benefícios dos aposentados e pensionistas e a defesa das empresas nacionais. Ele prometeu lutar pelo fim dos privilégios do sistema financeiro, interromper e rever o programa de desestatização, inclusive reavaliando as privatizações realizadas. Como se verá, eleito, FHC jogou pesado para cumprir seu programa.

Em agosto, a **Folha** publicou entrevistas de Lula da Silva e de FHC (duas páginas para cada um), em que eles reiteram propostas da campanha, planos para implantar o programa de governo e, ao contrário do que muitos imaginavam, pontos de vista convergentes sobre vários assuntos. Uma reforma fiscal negociada com o Congresso e a sociedade, por exemplo, foi apontada como a primeira medida a ser adotada pelos dois candidatos, com os pensamentos alinhados, também, em questões como papel do Estado em áreas essenciais a exemplo da saúde, educação e segurança. Se FHC recusou o rótulo de “neoliberal” e disse que em um país com disparidades econômicas e sociais como o Brasil era necessária a presença do Estado em determinadas setores, Lula prometeu colocar um empresário em seu Ministério, até para mostrar que o PT não era contra o setor privado.³¹⁹

Ao analisar as entrevistas, em editorial, a **Folha** destacou as coincidências do pensamento de Lula e FHC, inclusive quanto às autodefinições de cada um – socialista, Lula, e social-democrata, FHC –, uma vez que, depois do fim do comunismo, ficaram mais “convergentes as

³¹⁸ Idem.

³¹⁹ Folha de S.Paulo, 14/08/1994, Supereleição, Especial 1: 4 – 7.

posições de correntes políticas antes mais distanciadas e das lideranças que as representam nas disputas eleitorais”. Diz o jornal:

“Apontadas as semelhanças e parte de suas causas, fica mais difícil assinalar diferenças realmente de fundo. Pelo menos nas duas entrevistas, as divergências são mais de ênfase. O discurso de Lula, previsivelmente, está profundamente pontilhado pela questão social. Já o discurso de Fernando Henrique Cardoso, embora também trate dela, gasta mais palavras no tema da inserção do Brasil no cenário internacional. A questão das privatizações é, talvez, o ponto mais nítido de divergência. Lula demonstra má vontade em relação não apenas às privatizações já feitas, mas também no que se refere às que podem vir a ser feitas pelo futuro governo. Já o candidato tucano aceita a desestatização com boa vontade. Mas, de todo modo, os dois coincidem em tentar retirar da discussão o aspecto ideológico que cercava o tema até muito recentemente – e que para alguns candidatos, como Leonel Brizola, permanece ainda como questão de princípios. Bem feitas as contas, a diferença entre os dois candidatos que, ao menos por ora, são os favoritos na corrida para o Planalto, é muito mais de biografia e de alianças. De um lado, tem-se *um grande líder de massas* como o próprio FHC definiu Lula. De outro, *um grande intelectual*, como Lula qualificou FHC. Se estão sendo absolutamente sinceros nessas respostas, o mais provável é que um venha a precisar muito do outro, seja qual for, entre os dois, aquele que vencer a disputa eleitoral”.³²⁰

Uma hipotética aliança entre e Lula e FHC voltou a ser tema de editorial da **Folha** na segunda quinzena de setembro, quando todas as pesquisas de opinião apontavam para a vitória do candidato tucano. Em entrevista a jornalistas estrangeiros, FHC não respondeu diretamente à pergunta se convidaria o PT para participar de seu governo, mas lembrou que procurou exercer sua influência junto a Itamar Franco para dar dois ministérios ao PT.³²¹ “É no mínimo inusitado – mas acima de tudo auspicioso – que, no momento de suposto auge da disputa eleitoral, o candidato que lidera todas as pesquisas, FHC, encontre espaço para elogiar seu maior adversário, o PT de Lula”, disse a **Folha** em seu editorial.³²²

Assim, era “inevitável inferir-se que, se eleito, FHC gostaria de repetir a dose e incorporar o PT à sua própria administração”, afirma o jornal, que questiona, no entanto, se a hipótese seria viável e conveniente para o país. Para viabilizar a hipótese, havia obstáculos “diversos e consideráveis”, porque não é comum que os “adversários mais diretos de uma eleição se unam depois dela e passem a fazer parte do mesmo governo”. E, além disso, as “virulentas críticas feitas pelos petistas à aliança PSDB/PFL certamente não contribuem para facilitar uma eventual integração do PT a esse bloco após as eleições, ombro a ombro com os tão atacados pefelistas”. Quanto à conveniência da aliança para o país, não havia dúvida, na opinião da **Folha**. O Brasil vivia uma “encruzilhada histórica”, poderia dar “um salto enorme”, com a

³²⁰ Folha de S.Paulo, 14/08/1994, Opinião, p. 1 – 2, “Cordiais inimigos”.

³²¹ Folha de S.Paulo, 18/09/1994, Supereleição, Especial 3. O Ministério do Trabalho de Itamar Franco foi assumido por Walter Barelli, por indicação de Lula da Silva. Barelli havia sido diretor do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), um dos mais importantes instrumentos de apoio dos sindicatos de trabalhadores para suas discussões com o empresariado e com o governo sobre salários.

³²² Folha de S.Paulo, 19/09/1994, Opinião, p. 1 –2, “Vale a pena tentar”.

estabilização iniciada com o Plano Real, mas poderia também “ser vítima de mais uma profunda frustração”, se obstáculos impedissem a consolidação do Plano.³²³

“É nesses momentos de extrema gravidade – e talvez só neles – que se justifica uma espécie de governo de união nacional, em que estejam representadas as principais correntes de opinião”, disse a **Folha**, que lembrou ter sido exatamente o que aconteceu, embora em uma escala modesta, após o afastamento do presidente Fernando Collor, em 1992. Concluiu o jornal: “Nem a mágoa da eventual derrota nem a euforia da previsível vitória devem fazer Lula e FHC esquecerem que serão, nas urnas de 3 de outubro, depositários das esperanças de milhões de brasileiros. Juntos, teriam mais chances de responder a elas do que separados”.³²⁴

Em agosto, quando os tucanos pensavam na preparação do futuro governo, o PT, que não se dava por vencido, tentava evitar ainda mais a radicalização do discurso de seus partidários, para não agravar a situação já complicada desde que o partido ficou com a imagem de adversário do Real. A preocupação era, sobretudo, com as campanhas salariais das categorias com data-base entre setembro e novembro, como as dos bancários e petroleiros, dois dos sindicatos mais aguerridos entre os filiados à CUT. O presidente da entidade, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, rechaçou o prognóstico de um *setembro negro*, afirmando que o termo era ruim e mostrava preconceito, pois o que se pretendia era um *setembro de primavera para os trabalhadores e para este país*, com a geração de empregos e aumento da produção. *Nossa luta é pelo emprego, pelo salário e pela cidadania.*³²⁵

No final do mês, matéria da **Veja** resumiu o que foi o plano econômico para o processo eleitoral. “Antes mesmo de votar, os eleitores já escolheram o real como o vitorioso das eleições de outubro”. Para a revista, com dois meses de vida a nova moeda ofuscava “qualquer discussão a respeito do perfil dos candidatos e dos planos de governo”. Após uma pesquisa realizada em Belo Horizonte pelo Instituto de Pesquisa Vox Populi, com um grupo de eleitores das classes C e D e outro da classe B, o seu diretor, Marcos Coimbra, diria que depois de julho o Plano Real *catapultou FH e transformou em poeira a vantagem que Lula levou quatro anos para construir.*³²⁶

A pesquisa procurava medir o sentimento da população. *Eu acredito no Real e estou com o pressentimento de que ele vai dar certo*, disse um dos entrevistados. *O Real trouxe a esperança. Antes, eu ia ao supermercado e o dinheiro não rendia. Agora, a gente sabe quanto as coisas custam*, testemunhou uma dona de casa. A pesquisa mostrou também um sentimento de que, sem o Real, FHC não existiria eleitoralmente e apontou dúvidas quanto ao futuro, depois das eleições. Mas, como disse a **Veja**, “contra todas as expectativas”, o brasileiro estava

³²³ Idem.

³²⁴ Idem.

³²⁵ O Globo, 19 / 08/1994, O País, p. 3.

³²⁶ **Veja**, 31/08/1994, edição 1.355, p. 28 – 31.

“disposto a dar mais um crédito de confiança ao governo”, e, segundo as pesquisas, FHC era o candidato digno de receber esse crédito nas urnas. Em um primeiro momento, o candidato correu atrás da moeda para garantir o seu eleitorado, mas, depois, o eleitor passou a correr atrás dele “para não perder a estabilidade do real”.³²⁷

Já com a eleição previamente decidida, em entrevista concedida dia 3 de outubro e publicada na **Folha** no dia seguinte, o da eleição, Lula disse que nem o governo acreditava que o *efeito eleitoral do Real tivesse a dimensão que teve*, enquanto eles, do PT, tinham *consciência da estratégia do lançamento da moeda em função do processo eleitoral*. Em sua opinião, o Plano foi *utilizado como o grande cabo eleitoral de uma candidatura* e, apesar dos erros que o PT possa ter cometido na campanha, *a força do Real tornou quase impossível a reversão da curva favorável a Fernando Henrique Cardoso*. Lula reclamou também contra o que chamou de tratamento da mídia à campanha presidencial, porque achava que a aceitação do Plano Real tinha *muito a ver com a abordagem que os veículos de comunicação deram ao tema*.³²⁸

Antes, no final de agosto, a mídia começou a publicar uma série de denúncias sobre o uso da máquina do governo em favor de FHC. Uma matéria da **Veja** sintetiza algumas dessas denúncias. Lembra que em 8 de julho FHC havia visitado a cidade de Sinop, em Mato Grosso, quando prometeu lutar para levar energia elétrica à localidade. Dias depois o presidente Itamar Franco declarou a região em estado de calamidade, o que permitiria liberar verbas rapidamente. Em seguida, o ministro Aléxis Stepanenko, das Minas e Energia, encaminhou um bilhete ao ministro do Planejamento, Beni Veras, solicitando a liberação de R\$ 15,5 milhões para eletrificação em Sinop. O bilhete assinalava: *Trata-se de compromisso do presidente, de FHC e meu*. O dinheiro saiu rapidamente. Em outro bilhete, no final de julho, Stepanenko pediu ao secretário de energia do Ministério que inaugurasse a usina hidrelétrica de Xingó, entre Alagoas e Sergipe, antes das eleições. E, em outro, em agosto, solicitou ao ministério *rever/prever grandes eventos da pasta até as eleições*. Os dois ministros foram citados e tiveram que responder ao corregedor-geral eleitoral, Fláquer Scartezini.³²⁹ Mais uma polêmica eleitoral que deu em nada.

O **Estado** denunciou que nos Estados Unidos uma *news-letter* publicou que um especialista norte-americano estava ajudando na campanha de FHC e que os bancos firmaram um acordo da dívida externa (o que não ocorreu) para beneficiar a candidatura FHC. O jornal voltou a

³²⁷ Idem

³²⁸ Folha de S.Paulo, 04/10/1994, Supereleição, Especial 3 – 6. Uma avaliação do noticiário da imprensa, realizada por encomenda da coordenação de campanha de FHC, mostra que nos 10 primeiros dias de julho foram publicados em 115 dos principais jornais de todos os estados 1.905 matérias tendo como tema o Plano Real. Fernando Henrique foi o personagem principal em 1.412 delas, enquanto Lula da Silva foi em apenas 236. Detalhes sobre a avaliação da campanha estão na seção sobre a cobertura das eleições.

³²⁹ Veja, 31/08/1994, edição, 1.355, p. 35

criticar a “face totalitária” do partido, que, “em meio à derrota anunciada”, revelava sua “verdadeira face naquilo em que os nazi-fascistas foram mestres: a arte de propaganda” para prejudicar o adversário na eleição. Assegurou também o jornal que a direção do PT convocava e infiltrava a militância em “repartições públicas, nas empresas, nos jornais, nas televisões, nos rádios” e com sua ação dividia o país,³³⁰ um evidente exagero sobre o poder da militância e da estrutura petista.

No começo de setembro, um fato veio ratificar, pelo menos em parte, as denúncias do PT sobre o uso da máquina pública federal em favor de FHC. Na noite do dia primeiro, antes de gravar uma entrevista para a TV Globo, o ministro da Fazenda, Rubens Ricupero, conversava informalmente com o repórter Carlos Monforte. A conversa, cujo tema principal era a queda da inflação verificada em agosto, foi captada por antenas parabólicas e gravada. O ministro disse que não tinha *escrúpulos* de tentar esconder números ruins e mostrar os bons. *No fundo é isso mesmo. Eu não tenho escrúpulos. O que é bom a gente fatura; o que é ruim, esconde.* A partir do dia seguinte, divulgadas por militantes do PT que fizeram a gravação, passaram a ocupar amplos noticiários dos jornais.³³¹ Com um pedido de desculpas, Ricupero demitiu-se do Ministério e no dia 6 de setembro já tinha sua cadeira ocupada por Ciro Gomes, do PSDB, que deixara o governo do Ceará. Ao contrário do que esperava o PT, a repercussão negativa do caso Ricupero sobre a candidatura de FHC não existiu, como mostram pesquisas do Datafolha. Em 29 de agosto, ele tinha 45% das intenções de voto, contra 23% de Lula. No final de setembro, os números indicavam 48% a 22%.

Em princípio de setembro, ainda mais folgado nas pesquisas de opinião, FHC foi homenageado, em São Bernardo do Campo, por cinco prefeitos da região e procurou mais uma vez mostrar a sua face de “homem sem rancor” capaz de reconhecer méritos nos outros. Aproveitou para elogiar Lula e o PT, que nascera e se renovara na cidade. Disse: *Nunca vou negar a importância de São Bernardo para o PT e do PT para o Brasil.* E destacou que o movimento sindical do ABC nos anos 70 foi decisivo para o *renascimento* da democracia no país e espelhava *um Brasil que deu certo.*³³²

A **Folha** reproduziu no final de setembro um artigo publicado na revista espanhola *Câmbio* 16 em que Lula da Silva classificou de ilegítimo o processo eleitoral brasileiro, em função da “instrumentalização da máquina do Estado e a manipulação articulada da informação pela grande imprensa”. Tratava-se de “um novo golpe contra a já enfraquecida democracia latino-americana”, segundo ele, que denunciou a “tentativa de compra de votos” pelo governo, por meio da distribuição de cestas básicas e de recursos a fundo perdido para os municípios. Lula

³³⁰ O Estado de S. Paulo, 4/09/1994, Notas e Informações, p. A 3, “A face totalitária dos derrotados”.

³³¹ Folha de S. Paulo, 03/09/1994, Supereleição, Especial 1.

³³² Folha de S. Paulo, 3/09/1994, Supereleição, Especial 2.

fala também do aumento dos “casos de repressão policial durante os atos públicos do PT e seus aliados”, promete passar a taxa de investimentos nacionais de 16% para 25% do PIB e diz que o processo eleitoral vinha sendo “digno de uma república de bananas, com pouca discussão sobre os problemas nacionais”.³³³

No dia seguinte, em editorial, a **Folha** criticou duramente o artigo, que causara “surpresa e consternação”, porque, “como que ignorando a responsabilidade que acompanha sua projeção na vida pública, Lula entremeou o artigo de assertivas levianas que espantam pela gravidade”, como a definição do processo eleitoral e a repressão aos atos públicos do PT. Entendia o jornal que Lula passou uma “imagem de opressão político-eleitoral sistemática” que não condizia com a realidade e contrastava “com a atitude sóbria e responsável que se espera de quem quer a Presidência”. Chama o texto de “leviano, despropositado e contraditório”, inclusive porque, apesar de sugerir o aumento dos investimentos de 16% para 25% do PIB, Lula “caminha para afugentar o capital externo que é indispensável para este objetivo”. O problema não é esconder as mazelas econômicas e sociais do Brasil, disse a **Folha**, mas “indagar a que serve um candidato a presidente publicar um texto no exterior que as magnifique, somando-as ainda a uma descrição no mínimo leviana do cenário político-eleitoral”. É um dos deveres do presidente da República defender os interesses do país, e não se concebe que alguém que pretende ocupar o cargo “caminhe na direção contrária”, acrescentou o jornal.³³⁴

Um dia antes da eleição, em editorial, o **Estado** afirmou que a sua posição quanto à sucessão presidencial havia sido definida há meses, “não em função de pessoas, mas da imperiosa necessidade de um programa capaz de conduzir a estabilidade monetária e a retomada do crescimento”. Lembrou que, antes, chegou a aconselhar FHC a permanecer no Ministério para tocar o plano econômico, mas, “dada a dispersão das forças políticas”, passou a ver que ele reunia as condições de realizar um programa para colocar os “interesses nacionais acima das querelas partidárias e das questiúnculas pessoais”. O apoio à sua candidatura foi, portanto, “um passo fácil se ser dado; como que a conclusão de premissas solidamente lançadas há muito tempo”. Ressaltou o jornal que a experiência de FHC como senador e ministro eram suficientes para dirigir os destinos da Nação e

“levar à frente um programa que é seu e de sua equipe – mérito que ninguém, nem mesmo o mais empedernido de seus adversários, lhe pode tirar. Isto por um lado. Por outro, sua vida pública não é daquelas construídas pelos tortuosos caminhos da política de arrabalde, daqueles que acabam conduzindo mais cedo ou mais tarde ao famoso ‘é dando que se recebe’. São sua experiência e seu passado que nos permitem formular um juízo quase definitivo no sentido de que S. Exa., se eleito, como tudo indica, não nos decepcionará. Dissemos ‘quase’ porque estamos afeitos, ao longo de nossa experiência mais recente, a sofrer decepções, algumas duras. Para não ir mais

³³³ SILVA, Luiz Inácio Lula. “Uma eleição ilegítima”. Folha de S.Paulo, 21/09/1994, Supereleição, Especial 3.

³³⁴ Folha de S.Paulo, 22/09/1994, Opinião, p. 1 – 2, “O artigo de Lula”.

longe, bastar-nos-emos com citar os srs. Jânio Quadros e Fernando Collor. Uma coisa, porém, nos anima a tomar o ‘quase’ como mera postura defensiva: o senador FHC não é um homem de renunciar aos propósitos que se impôs, nem se sabe de fatos que o tenham desabonado ao longo de sua vida política e pessoal. Eleito, S. Exa. reunirá, pois, condições para dirigir o país para o destino que, perdoem-nos a repetição, merece”.³³⁵

O **Estado** ressalta também a ascendência que o futuro presidente poderia ter sobre o Congresso Nacional, pelas “afinidades que lá deixou” e pela legitimidade do mandato e, com isso, convencer deputados e senadores da importância de promover as reformas estruturais que não foram feitas no início do Plano Real. Algumas dessas reformas tocariam “fundo nos interesses corporativos há muito estabelecidos”, como o fim dos monopólios, ou “despertariam paixões violentas”, a exemplo das mudanças na previdência social e nas aposentadorias. “Forças políticas ponderáveis” se bateriam contra a reforma tributária e a que pretendia estabelecer novos critérios para a distribuição de verbas e encargos entre estados e municípios. Mas, se conseguisse resolver os problemas e executar as propostas, FHC teria o “apoio unânime do povo brasileiro e o reconhecimento de quantos foram salvos – e somos praticamente todos nós – do demônio da inflação”.³³⁶

FHC já eleito, a **Gazeta** reproduziu texto publicado pelo jornal Financial Times, de Londres, afirmando que o resultado oferecia “a maior economia da América Latina sua melhor chance nos últimos anos de continuar avançando em direção ao crescimento sustentado e não inflacionário”, o que era uma boa notícia para os brasileiros e resto da América do Sul. O jornal destacou que nos cinco anos anteriores o país abrisse sua economia e, em crescimento, poderia impulsionar o desenvolvimento de toda a região. Como ministro da Fazenda, FHC arquitetou o plano que baixou a inflação brasileira e tinha “a chance de completar seu trabalho”, sobretudo porque a vitória no primeiro turno lhe daria um “mandato mais forte” e evitaria mais seis semanas de campanha (como seria com o segundo turno), sobrando tempo, assim, para planejar o seu governo e a coalizão política para sustentá-lo.³³⁷

Para o jornal britânico, não havia garantias de que o pacto pré-eleitoral sobrevivesse e “nenhuma razão para esperar que os novos legisladores brasileiros” revelassem “uma visão mais aguda que seus míopes antecessores”. Mas havia a expectativa de avançar em pontos importantes como o fim dos monopólios estatais, as privatizações, o aumento da competitividade da economia e reforma do sistema financeiro, inclusive, com a possibilidade de tornar o Banco Central independente.³³⁸

³³⁵ O Estado de S.Paulo, 2/10/1994, Notas e Informações, p. A 3, “Nossa opção”.

³³⁶ Idem.

³³⁷ Gazeta Mercantil, 05/10/1994, primeiro caderno, p. 4. “Com Cardoso, Brasil cresce e ‘puxa’ América Latina. Texto reproduzido do Financial Times.

³³⁸ Idem.

Passada a fase inicial dos tropeços do intelectual Fernando Henrique Cardoso e depois que o Real, como que em um passe de mágica, mudou a expectativa do brasileiro sobre a economia e o fantasma da inflação, os jornais começaram a mostrar com muito mais ênfase que existiam dois pólos distintos tentando chegar à presidência da República. Sempre que o discurso da mídia compara os dois candidatos, salvo poucas exceções, há uma forte representação em torno de um homem moderno, equilibrado e preparado (nos vários sentidos) para dirigir os destinos da Nação, contando para tanto com o apoio praticamente unânime dos diversos segmentos formadores de opinião, no Brasil e no exterior. Do outro lado havia um candidato que representava tudo ao avesso, além do mais, cercado por um partido e por sindicalistas radicais.

A mídia não estava “inventando” discursos de outros para publicar nem estimulando a criação de fatos para justificar suas posições. Dava, entretanto, como se verá na próxima seção, tratamento prioritário a Fernando Henrique. É consenso entre partidos, inclusive os que perderam a eleição de 94, analistas políticos e outros observadores – referendado pelas próprias pesquisas de opinião -, que FHC ganhou a eleição, quando o Real, o plano e a moeda, tornaram-se parte essencial da vida nacional, o que corrobora desdobramentos da argumentação aqui desenvolvida.

Afinal, à representação de um intelectual-político, cujas configurações imaginárias aludi em páginas anteriores, ancorava-se, agora, a representação de um ator social cuja “missão” seria assegurar a continuidade do programa econômico. Se ancorar é *classificar e dar nome a alguma coisa*, o nome, no caso, era Plano Real. Para Moscovici, *ancoragem e objetivação são maneiras de lidar com a memória*. Nos dois processos, o denominador comum é a naturalização.³³⁹ É ainda Moscovici quem oferece pistas de análise caras a esta tese. Por pertinente, cabe aqui a transcrição: *Na verdade, qualquer pessoa que tenha sido jornalista, sociólogo ou psicólogo clínico, sabe como a representação de tal ou qual gesto, ocorrência ou palavra pode confirmar uma notícia ou um diagnóstico.*³⁴⁰ Interlocutora de Moscovici, Rangel retoma os mecanismos acima resumidos: “Na ancoragem, observa-se o processo pelo qual novas representações se apóiam ou se amarram nas anteriores”,³⁴¹ enunciado teórico já lembrado em outras páginas deste estudo.

Muito embora não se constituam como “verdadeiras ou falsas”, representações veiculam modos de ver e posicionamentos em relação ao mundo que nos cerca e resultam, como lembra o já mencionado Lefebvre, das cambiantes articulações entre o vivido e o concebido. Ora, nesta

³³⁹ MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais*. Petrópolis (RJ), Vozes, 2003, p. 78.

³⁴⁰ Idem, p. 64.

³⁴¹ RANGEL, Mary. *Bom Aluno - real ou ideal? O quadro teórico das representações sociais e suas contribuições à pesquisa*. Petrópolis, Vozes, 1997, p. 29.

história, com suas tramas e sentidos, a encenação é atravessada por modos de ver. A estes aspectos, dedico as próximas páginas.

A cobertura das eleições

Na edição do dia 5 de junho de 94, um domingo, a coluna *ombudsman* da **Folha de S.Paulo** traz um texto de sua titular, Junia Nogueira de Sá, que ilustra como andava o clima da campanha eleitoral na mídia nacional.³⁴² Com o título “Dois pesos, duas medidas”, a coluna questiona o tratamento diferenciado que, em sua opinião, o jornal havia dado à cobertura de viagens dos candidatos Fernando Henrique ao Rio de Janeiro e Lula da Silva a Brasília.³⁴³ Em meados dos anos 80, a **Folha** passou a utilizar o *slogan* “de rabo preso com o leitor”, uma forma de ressaltar o que entendia ser a sua independência editorial em relação a grupos e interesses políticos, econômicos e sociais. Daí, o significado deste texto da coluna.

A autora destaca o noticiário da **Folha** na quinta-feira anterior sobre a visita de FHC a cidades de no norte do Rio de Janeiro.³⁴⁴ Ressalta que a matéria foi publicada na página 1- 4, uma das mais nobres da edição, com a manchete “FHC afirma que vai evitar ataques a adversários – Tucano faz campanha no Rio e prometeu prestigiar o norte fluminense”. Diz que o noticiário descreve a visita, quando o candidato *foi até beijado por uma eleitora e chamado de ‘bonitão’ por outra. Sem qualquer alarde, há ainda a informação de que FHC chegou a Campos (RJ) num jatinho, e que fez um comício usando o equipamento de som ‘cedido de graça’ por um empresário de bailes funk.* O único *toque crítico* de toda a página, segundo a jornalista, foi a expressão “retórica” no **chapéu** (*aquela palavra ou expressão que fica acima do título*) nos jornais.³⁴⁵

Nogueira de Sá aponta que páginas adiante³⁴⁶ o jornal abre matéria com a chamada “Lula usa segurança amadora em campanha”, destaca que o candidato não pediu ajuda à Polícia Federal, emprega ex-policiais militares expulsos da corporação e que um bêbado avançou sobre o petista. O **chapéu** da página é “descaso”. Segundo a colunista, *o noticiário, crítico em relação à coordenação da campanha petista, diz que Lula usou uma segurança ‘eclética e falha’ nas andanças por Brasília e que não fez requerimento para ter a companhia dos quatro*

³⁴² Tradicionalmente, o *ombudsman* é um profissional da própria empresa jornalística que analisa o conteúdo do jornal com independência crítica e serve de ponte entre a publicação e seus leitores. A Folha foi o primeiro jornal brasileiro a institucionalizar a figura do *ombudsman*, que em 1994 tinha uma coluna semanal, publicada nas edições de domingos, prática mantida até hoje.

³⁴³ Folha de S.Paulo, 5/06/1994, Brasil, p. 1- 6, coluna *ombudsman*, “Dois pesos, duas medidas”.

³⁴⁴ O noticiário sobre a visita de FHC está na Folha de S.Paulo, 2/06/1994, Brasil, p. 1- 4.

³⁴⁵ Folha de S.Paulo, 5/06/1994, Brasil, p. 1 – 6.

³⁴⁶ Para o noticiário sobre a viagem de Lula, ver Folha de S.Paulo, 2/06/1994, Brasil, p. 1 - 9.

*policiais federais a que todo candidato à Presidência tem direito. Mostra também que a segurança de Lula chegou a agredir o palhaço Pirulito e que seu assessor de imprensa empurrou três fotografos, sendo que um deles machucou a perna. O noticiário da **Folha** revela que Lula usou uma caminhonete emprestada em Brasília e que esse empréstimo só poderia ser feito mediante a troca por bônus, como manda a lei eleitoral, porque representa (diz o jornal) “despesa com transporte”.³⁴⁷*

Em suma, diz a jornalista, o noticiário da **Folha** questiona o problema da segurança falha de Lula, que permitiu, por exemplo, que um bêbado chegasse até ele, mas não a de FHC, que foi beijado por uma mulher. Fala que Lula usou uma caminhonete emprestada, mas não questionou um som cedido de graça por empresário para FHC nem a origem do jatinho em que ele viajou. Antes, na abertura de sua coluna, Nogueira de Sá disse:

*Em várias colunas de domingo já escrevi que a **Folha** pratica, aqui e ali, ‘fernandohenriquismo’ em seu noticiário. O fenômeno não é recente - data da época em que o candidato era ainda ministro da Fazenda, mas já dava sinais de que poderia disputar o Planalto. É inegável que a **Folha** tem simpatia por Fernando Henrique – ele – mesmo, e por seu ideário. A aproximação entre ambos tem uma longa história que o leitor do jornal certamente conhece. Mais: quem já leu pelo menos dez editoriais desta **Folha** sabe que há muito mais identidade entre o que pensam o jornal e FHC do que entre o jornal e Lula, para ficar num único exemplo. (Na verdade, há muito mais coincidências entre FHC e a imprensa em geral do que entre Lula e essa mesma imprensa, e o ‘fernandohenriquismo’ não é um fenômeno isolado na **Folha**)*

O problema, disse a *ombudsman*, é que a **Folha** é partidária, faz questão desse rótulo e pretendia chegar assim às eleições, o que era *louvável*. Caso decidisse apoiar um candidato, entende a colunista, esse apoio seria tolerável no espaço do editorial. Mas o *jornal usa dois pesos e duas medidas, e não é de agora, quando fala de FHC e de Lula*. O exemplo de 2 de junho era apenas um, porque havia outros em *quase todas as edições da Folha (e do restante da imprensa)*. O ‘fernandohenriquismo’ se manifestava em *títulos mais generosos, coberturas menos ácidas, na cobrança menos estridente*, disse a colunista, que concluiu: *Não fosse FHC ter posado para o foto em que aparece ridículo sobre um jegue, ou sua frase infeliz se dizendo ‘mulatinho’ de ‘pé na cozinha’, estaria sendo ainda mais poupado pela mídia. Se alguém andou atrapalhando a vida do candidato FHC nos últimos dias, foi ele mesmo. Impediu que a imprensa continuasse mostrando sua imagem como a do sábio (e elegante) professor que nunca erra nem uma vírgula.*³⁴⁸

No domingo seguinte, a **Folha** publica texto de Josias de Souza, diretor-executivo do jornal em Brasília, e Paula Cesarino Costa, editora de Política em São Paulo, em que contestam a *ombudsman*, que, segundo eles, cometera uma *injustiça*, porque, *ao contrário do que afirmou*,

³⁴⁷ Folha de S.Paulo, 05/06/1994, Brasil, p. 1 – 6, coluna *ombudsman*.

³⁴⁸ Idem.

o noticiário tem se mantido fiel ao preceito de apartidarismo que, com acerto, é cultivado pela Folha. Afirmam os jornalistas que *o jornalismo diário é uma atividade sujeita a falhas, porque é feita às pressas. O atropelamento do fechamento de cada edição é um convite ao erro.* Classificam de equívoco o texto de Nogueira de Sá, que, *a pretexto de apontar supostos erros na semana anterior, promoveu uma generalização, e com base no noticiário de uma escassa semana, jogou no lixo o trabalho de meses.* Cita manchetes publicadas pelo jornal e que entendiam ser desfavoráveis ao candidato tucano. Entre elas: “FHC começa a campanha sem programa”; “FHC é vaiado e muda discurso”; “Inflação aumentou 16 pontos com FHC”; “Empresas cedem ônibus a FHC sem bônus”.³⁴⁹

A polêmica em torno do favorecimento dos meios de comunicação nas eleições de 1994 envolveu todos os candidatos, que, em maior ou menor proporção, em determinados momentos, julgaram-se prejudicados em benefício de outros. Para ficar apenas com os dois mais votados, lembre-se do artigo de Lula da Silva na revista espanhola *Câmbio 16*, em que fala da *manipulação articulada da informação pela grande imprensa.* FHC, por sua vez, sempre reclamou que muitas de suas declarações foram distorcidas pela mídia ou nunca existiram. No final de julho de 94, quando ele desmentiu que tivesse criticado a aposentadoria precoce do seu então candidato a vice-presidente Guilherme Palmeira, conforme disse a **Folha**, o jornal publicou outra matéria afirmando que a declaração fora gravada. E lembrou que FHC negara anteriormente outras declarações gravadas e publicadas pelo jornal, sobre a aliança com o PFL e aquela em que dizia ser *mulatinho* e ter também o *pé na cozinha*.³⁵⁰

O exemplo possivelmente mais significativo da postura parcial da chamada grande imprensa nas eleições de 1994, porém, está estampado na **Exame**, uma das mais antigas e conceituadas revistas de economia e negócios do Brasil. A sua edição número 567, com data de 28 setembro de 94, portanto, poucos dias antes do primeiro turno da votação daquele ano, traz na capa foto com o rosto do futuro presidente e a manchete: “Por que Fernando Henrique é melhor”. Abrindo a reportagem de nove páginas internas com o título “Nunca foi tão fácil fazer a opção certa” e direito a entrevista tipo pergunta e resposta do candidato, a **Exame** aponta as razões pelas quais *Fernando Henrique reúne as credenciais que são indispensáveis para a arrancada do país.* Para a revista,

*nunca foi tão fácil fazer uma cruz numa cédula.*³⁵¹ *Há um candidato à Presidência diante do qual os demais se apequenam: Fernando Henrique Cardoso. Ninguém reúne tantas condições, como ele, para comandar a arrancada que se vislumbra para o Brasil. Amostras disso: Fernando Henrique, se eleito, começa a governar tendo um plano de combate à inflação já definido e em execução. Melhor ainda: tem um plano econômico*

³⁴⁹ Folha de S.Paulo, 12/06/1994, Brasil, p. 1 – 6.

³⁵⁰ Folha de S.Paulo, 28/07/1994, Brasil, p. 1 – 5.

³⁵¹ Lembre-se de que naquele tempo não havia urna eletrônica.

*que está dando certo. (...) Fernando Henrique já demonstrou que tem condições de reunir aquela que poderá ser a equipe econômica mais respeitada que o Brasil conheceu desde os tempos da dupla Roberto Campos e Octávio Gouvêa de Bulhões, nos anos 60.*³⁵²

A reportagem não fala dos demais candidatos, a não ser em uma referência crítica a Lula, e ouve dirigentes empresariais para justificar o apoio às propostas de governo de FHC. Para Carlos Salles, diretor-superintendente da Xerox do Brasil, entrevistado na matéria, Fernando Henrique é *melhor porque consegue atrair os talentos de que o Brasil necessita para entrar nos eixos, como as pessoas que estão gerindo o Plano Real*. Essas pessoas entendem que o mundo mudou e *não há perigo, portanto, de assistir ao desembarque, em Brasília, de macumbeiras como a ex-ministra Zélia Cardoso de Mello ou suas fotocópias com sinal de esquerda, como são os economistas aglutinados em torno de Luiz Inácio Lula da Silva*, afirma o dirigente empresarial citado pela revista.

A polêmica interna da **Folha**, a partir do texto de Junia Nogueira de Sá, é interessante porque foi o único jornal brasileiro a discutir e levar para o público externo, no calor da campanha eleitoral, que tipo de cobertura estava sendo feita. Destaque-se que o *ombudsman*, tradicional nos grandes jornais dos Estados Unidos, por exemplo, ainda hoje existe em poucos veículos brasileiros. Aqui, prefere-se, na maioria das vezes, ter outros tipos de acompanhamento crítico da produção diária, que, além disso, é discutida internamente e nunca levada aos leitores. Mas, independentemente da polêmica da **Folha** e das queixas dos candidatos, há um balanço significativo que ilustra muito bem o comportamento da imprensa brasileira no decorrer da campanha eleitoral de 94.

Trata-se de um trabalho profissional isento, até mesmo porque foi elaborado por uma empresa que fazia o *clipping* diário da campanha de FHC, para servir de subsídios aos seus coordenadores, e que nunca foi publicado pela imprensa, até o momento em que esta tese está sendo finalizada. Além do *clipping* com mais de 100 jornais dos estados, com as notícias sobre a campanha presidencial de todos os candidatos, a empresa Guria Informação e Sistemas, com sede em Brasília, produziu, entre junho e setembro de 1994, relatórios de avaliação desse noticiário, indicando desde o espaço ocupado por cada candidato, destaques nas páginas, fotografias, até o conteúdo - se favorável, desfavorável ou neutro. A princípio, os relatórios, sigilosos, eram encaminhados para quatro integrantes da campanha de FHC, mas posteriormente cópias começaram a circular entre outros assessores da campanha, especialmente na reta final.

O relatório sobre os primeiros 15 dias de junho, por exemplo, indica que Fernando Henrique foi o candidato mais discutido na mídia brasileira, apesar de, naquele período, Lula

³⁵² Exame, 28/09/1994, edição 567, p. 16 – 24.

da Silva ter quase três vezes mais votos do que ele, segundo as pesquisas de opinião sobre intenções de votos. FHC foi o tema ou alvo principal de 5.437 matérias em 116 jornais de 27 estados, o que significou 39% de todas as matérias sobre todos os presidentes, ou 43,6%, se considerar apenas os cinco melhores colocados nas pesquisas: além do próprio FHC, Lula, Orestes Quécia, Leonel Brizola e Esperidião Amin.

É certo que FHC foi o mais criticado dos presidentes (51% das inserções negativas entre os cinco principais candidatos), por conta dos mais diversos assuntos: da sua autodefinição de *mulatinho*, até as discussões para obter apoio do ex-presidente José Sarney. No total, 48,3% das matérias publicadas sobre FHC foram consideradas positivas e 43% negativas. Mas há outro dado significativo. Nos 15 primeiros dias de junho, FHC teve 209 matérias chamadas em primeiras páginas dos jornais (o espaço nobre das publicações), das quais 26 com fotos. Foram 15 manchetes (a principal chamada da primeira página), com três fotos. Dessas 15, nove foram em veículos do Sudeste, onde se concentra a maior parte do eleitorado brasileiro. Neste período, Lula foi o assunto principal de 3.378 matérias, das quais 57% com enfoque positivo e 35,8% negativo.

O elevado índice de matérias negativas, naquele primeiro momento, não era a principal preocupação da coordenação de campanha de FHC, que entendia ser importante conseguir antes de tudo quantidade, para depois buscar a qualidade. Os resultados das pesquisas na segunda quinzena de junho mostram que a tática estava certa. As inserções positivas sobre FHC subiram para 53,8%, enquanto as negativas despencaram para 20,9%. FHC continuou a ocupar também mais espaço nas manchetes dos jornais – foram 24 contra apenas 11 de Lula. Em manchetes com fotos, FHC bateu Lula de 11 a 4.

Desde junho, quando a pesquisa da Guria começou a ser feita, outro dado significativo do noticiário da imprensa foi a polarização entre FHC e Lula, alcançando 66% daquele mês e crescendo até o final da campanha. Em julho, em função da Copa do Mundo, caiu o noticiário geral sobre as eleições, mas o balanço do final do mês aponta números mais favoráveis a FHC, naquela altura do campeonato, empatado tecnicamente com Lula, conforme as pesquisas de opinião, depois da avalanche de sucesso que foi o Plano Real. FHC foi alvo de 10.816 notícias em junho, contra 10.274 de Lula, mas o dado mais relevante é que as notícias positivas passaram para 71,2% e as negativas para 22,3% nos últimos 10 dias do mês. Enquanto isso, as positivas de Lula ficaram em 36,3% e as negativas em 52,7%.

Em agosto, com a tendência dos votos invertida de Lula para FHC, foram publicadas 18.137 matérias sobre o candidato do PSDB (67,6% a mais do que o mês anterior) e 8.552 matérias sobre Lula (16% a menos). Nos 10 primeiros dias de setembro, foram publicadas 6.386 matérias sobre FHC. Só que, em função do “caso Ricupero”, as notícias positivas caíram

de 59,5% (nos 10 dias imediatamente anteriores) para 44,3%. O caso repercutiu qualitativamente para Lula, que, embora tenha o volume de notícias caído de 3.088 para 1.749, passou o índice positivo de 55,7% para 68,5% e o negativo de 33,4% para 23,8%. Porém, a alegria de Lula e do PT durou pouco, inclusive porque a quantidade de notícias diminuiu, possivelmente como reflexo da queda do interesse dos meios de comunicação e do próprio público em torno de uma eleição que, no decorrer de setembro, mostrava-se definida em primeiro turno, segundo as pesquisas de opinião.

De qualquer forma, em setembro foram 9.592 matérias para FHC, mais do dobro daquelas dedicadas a Lula (4.283). E a margem de notícias positivas para o candidato tucano fechou o último decênio do mês final da campanha eleitoral com 64,4%, para 27,4% negativas e 8,2% neutras. Lula teve 62,2% positivas, 29,4% negativas e 8,4% neutras. Na primeira quinzena de setembro, foram sete manchetes para Lula, cinco positivas, enquanto FHC foi alvo de 101 manchetes dos jornais, das quais 82 negativas e apenas 11 positivas, em função do caso Ricupero. Na segunda quinzena, FHC teve 22 manchetes, sendo 17 positivas e três negativas, contra cinco de Lula, todas positivas.

E como se comportam os jornalistas em meio a uma eleição? Evidentemente que cumprem as pautas e determinações de seus superiores, em uma escala hierárquica que, em regra, começa em baixo com o repórter, passa pelo redator, coordenador de área, subeditor, editor, secretário e chefes de redação e acaba no diretor da redação ou outra designação que tenha, que está abaixo do dono do jornal, ou seu preposto. Não cabe discutir aqui o papel, em uma campanha eleitoral, dos chamados pequenos jornais, especialmente do interior e, sobretudo, no Norte, Nordeste e Centro Oeste, que são controlados por grupos políticos ou seus aliados – e são muitos deles. Há uma orientação clara, da direção, para favorecer e apoiar determinados candidatos em detrimento de outros. A análise de uma coleção desses veículos em uma eleição qualquer mostra isso claramente.

Mas cabe discutir o papel dos chamados grandes jornais, que assumem uma postura de isenção jornalística, apontada anteriormente na introdução desta tese. Para lembrar José Marques de Melo, já citado, os jornais são *veículos que se movem na direção que lhes é dada pelas forças sociais que os controlam e que refletem também as contradições inerentes às estruturas societárias em que existem*.³⁵³

Depois da redemocratização do Brasil, após o golpe militar de 1964, em uma campanha eleitoral, salvo exceções, os chamados grandes jornais procuram vender a idéia, inclusive para os seus profissionais da redação, de uma postura de independência, objetividade e isenção, propondo-se a dar espaço semelhante aos vários candidatos, desde que estejam em posição

³⁵³ MELO, José Marques de. *Jornalismo opinativo – gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. Campos do Jordão (SP), Mantiqueira, 2003, 3ª edição revista e ampliada.

próximas, conforme indiquem pesquisas de opinião, que são um indicador fundamental, há alguns anos, para a mídia pautar a sua cobertura. É evidente que ninguém fica medindo o espaço dedicado a cada candidato. A diferença, sutil (ou nem tanto), é feita pela seleção da informação, personagens e o seu destaque no jornal que vai para as bancas, o que inclui desde a posição das matérias e fotos nas páginas, até o conteúdo das manchetes e títulos. Como, aliás, apontou Junia Nogueira de Sá, em sua coluna na **Folha**, e mostram os relatórios da Guria Informação e Sistemas, de Brasília.

Nessa rotina de produção diária dos jornais, os editores são, de fato, os responsáveis pelo fechamento das páginas. Eles recebem instruções do diretor de redação, que, por sua vez, segue o que determina os donos dos jornais. Aí é que entra a interferência ou não do grupo controlador do veículo. O jornalista Villas-Bôas Corrêa, em seu livro *Conversa com a Memória*, relembra seus mais de 50 anos como repórter e colunista do jornalismo político brasileiro. Conta como era o relacionamento das redações com os donos dos jornais e a cobertura diária dos assuntos políticos, a partir da redemocratização do Brasil com a queda de Getúlio Vargas e o Estado Novo, em 1945, e até o golpe militar de 1964, que acabou com as eleições diretas no país. Afirma Villas que

*dono de jornal manda na linha dos editoriais, influi na cobertura política. Mas no relacionamento com uma redação há uma margem de tolerância, que é incontrolável. E que se amplia ou encolhe conforme as circunstâncias, a habilidade e o prestígio do editor, as peculiaridades de cada jornal, de cada situação, e o temperamento do dono da casa. (...) Nos períodos de campanha eleitoral, os compromissos da direção dos jornais e revistas com partidos e candidatos ditavam a linha de cobertura. Sem necessidade de instruções escritas ou recomendações verbais. No correr da campanha, no diálogo da redação com o diretor, a extensão dos compromissos orientava a distribuição de espaço.*³⁵⁴

Apesar da profissionalização dos jornais, que afastou alguns donos do contato direto com a redação, pelo menos nos termos que existia antigamente, a situação descrita por Villas-Bôas, especialmente a “extensão dos compromissos”, sem nada escrito, permanece, com pequenas variações.

³⁵⁴ CORRÊA, Villas-Bôas. *Conversa com a Memória*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2002, p. 63 – 64.

CAPÍTULO II

OS EMBATES VITORIOSOS COM A OPOSIÇÃO E A RENDIÇÃO AO CONGRESSO

A CUT vem se desgastando, cada vez mais, junto à opinião pública. Suas greves são eminentemente corporativas. Visam, essencialmente, à defesa dos privilégios dos funcionários públicos ou de empregados de empresas estatais que exploram setores monopolistas, onde a falta de concorrência e a acomodação política não implicam risco de demissão. Por isso, tornaram-se extremamente antipáticas e fadadas ao fracasso político.¹

Um presidente que assumira com um discurso e uma biografia modernizantes, avessas ao clientelismo que marca desde tempos imemoriais a política brasileira, viu-se impedido de manter o discurso e reforçar a biografia. FHC, que deixara o PMDB exatamente por discordar dos métodos que se tornaram predominantes no partido a partir do seu controle por Orestes Quécia, agora coopta votos no seu ex-partido em troca de favores e figuras no mínimo discutíveis como o senador Gilberto Miranda. (...) O candidato que dera o fisiologismo como morto no Brasil se transforma no presidente não só vítima dele como também seu praticante. Ao fazê-lo, permite que empalideça a vitória do governo. Do ponto de vista ético e moral, o mundo político perdeu. De novo. E com ele, todos nós.²

¹ Jornal do Brasil, 10/05/1995, Opinião, p. 8, “De derrota em derrota”.

² Folha de S.Paulo, 23/03/1996, Opinião, p.1 – 2, “Perdemos todos”.

A posse junto ao povo

O presidente Fernando Henrique Cardoso recebeu a faixa presidencial de Itamar Franco às quatro horas da tarde de primeiro de janeiro de 1995, no parlatório do Palácio do Planalto – aquele pódio revestido de mármore branco, em frente do prédio, ao lado da rampa que dá acesso ao primeiro andar da sede do governo, na Praça dos Três Poderes em Brasília. A cerimônia de transmissão de cargo durou 11 minutos, a maior parte dos quais o presidente que saía, Itamar Franco, e o sucessor, Fernando Henrique, “ficaram de mãos dadas, punhos erguidos, em uma demonstração de entrosamento entre os dois”. Um gesto que o repórter Alexandre Garcia, da TV Globo, em transmissão direta, classificaria de *raríssimo na história da República*.³

Às 17h55, FHC chegou ao Palácio, pelo térreo. “Três minutos depois subiu a rampa e, no alto, abriu os braços e foi recebido por Itamar, também braços abertos”. Depois de um abraço de 40 segundos, atravessaram o salão e foram para o parlatório, onde dona Ruth Cardoso, a mulher de FHC, já estava. O vice-presidente, Marco Maciel, estava acompanhado da mulher, Ana Maria, mas Itamar Franco não levou sua namorada de então, Jane Drumond. A troca de faixa foi aplaudida pelo povo que assistia à cerimônia em frente do Palácio e que pôde logo, em seguida, ver uma manobra de 15 jatos da Força Aérea Brasileira sobre a Esplanada dos Ministérios e um concerto da Orquestra Sinfônica de Brasília.⁴

Mais tarde, artistas populares, entre eles, a cantora baiana Daniela Mercury e o compositor e sanfoneiro Dominginhos, realizaram um show para cerca de 4 mil pessoas que se aglomeravam na Esplanada. Presente à cerimônia de transmissão de cargo, o presidente de Portugal, Mario Soares, disse aos jornalistas que FHC era a *pessoa certa, na hora certa, no lugar certo* e que, acreditava ele, impulsionaria a Comunidade de Países de Língua Portuguesa, criada por Itamar. Aliás, seria uma *grande honra para Portugal* se o ex-presidente fosse nomeado embaixador no país.⁵ Itamar ficou em 1995 e 96 em Lisboa, como embaixador, antes de seguir para Washington, nos Estados Unidos, onde estava vivendo sua namorada Jane Drumond, para ser o representante brasileiro junto a Organização dos Estados Americanos, entre 1996 e 98.

Ainda no dia da posse, o **Estado** publicou um caderno extra com uma chamada dizendo que começava a “era FHC”. E Fernando Henrique assumia o cargo “em lua-de-mel com o país e embalado por onda inédita de otimismo”. Otimismo refletido em uma pesquisa do Instituto Gallup, em que sete em cada 10 brasileiros achavam que 1995 seria um ano melhor do que 94.

³ Folha de S.Paulo, 02/01/1995, caderno especial, p. 7 - 8.

⁴ Idem.

⁵ Idem.

O jornal lembrou que em 1990, quando assumiu Fernando Collor, o primeiro presidente eleito diretamente depois do movimento militar de 1964, seis entre 10 brasileiros tinham a expectativa de um ano melhor do que o anterior.⁶

Os indicadores sociais dos oito anos de Governo Fernando Henrique são positivos, como mostra pesquisa do IBGE.⁷ Nem de longe, porém, refletem a retórica estampada nas manchetes de primeira página de alguns dos principais jornais brasileiros que foram às bancas dia 2 de janeiro de 1995. “FH promete varrer do país a fome e a miséria”, disse o **Globo**. “Cardoso promete acabar com a fome e a miséria para o Brasil dar certo”, afirmou o **Jornal do Brasil**, reforçado pelo **Correio Braziliense**: “FHC anuncia mutirão para acabar com a fome e a miséria”. Mas o país tinha outros problemas, e o **Estado** assegurou: “FH promete faxina no serviço público”. A **Folha** anotou outro desses problemas: “FHC assume a Presidência e cobra mudanças do Congresso”, embora, na manchete do caderno especial tenha dito que “FHC toma posse e convoca mutirão contra a miséria e fome”.⁸

Para compor suas manchetes e matérias, os jornais que circularam no dia 2 de janeiro apropriaram-se das declarações de FHC, feitas durante o seu discurso de posse no Congresso Nacional, pouco antes da solenidade de transmissão de faixa no Palácio do Planalto, em que enfatizou que a questão social era o grande desafio do Brasil no final do século e o *objetivo número um* do seu governo. Em seu discurso, FHC pede permissão para que, antes do presidente, *fale o cidadão que fez da esperança uma obsessão, como tantos brasileiros e afirma em seguida: Pertenço a uma geração que cresceu embalada pelo sonho de um Brasil que fosse ao mesmo tempo democrático, desenvolvido, livre e justo. Vem de longe a chama deste sonho. Vem dos heróis da Independência. Vem dos abolicionistas. Vem dos ‘tenentes’ revolucionários da Velha República.*⁹

Lembra FHC a esperança no Governo Juscelino Kubitschek, os *anos sombrios* da ditadura militar, *que primeiro trouxeram de volta o crescimento, mas sacrificaram a liberdade*. As lutas pela redemocratização e o sonho em busca de justiça, liberdade e desenvolvimento e diz: *Eu nunca duvidei que esse dia chegaria. Mas nunca pensei que ele pudesse me encontrar na posição que assumo hoje, escolhido pela maioria dos meus concidadãos para liberar a caminhada rumo ao Brasil dos nossos sonhos. Sem arrogância, mas com absoluta convicção,*

⁶ O Estado de S. Paulo, 01/01/1995, caderno extra, p. 1.

⁷ A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2002, mostra que em relação a 1992 o número de crianças entre sete e 14 anos fora da escola caiu de 13,4% para 3,1%, enquanto a porcentagem delas com idade entre cinco e 14 anos trabalhando passou de 12,1% para 6,5%. Nesse mesmo período, a maior parte dos quais, portanto, referentes aos oito anos de mandato de FHC, os domicílios com linha telefônica passaram de 19% para 61,6% e as habitações urbanas sem energia elétrica de 11,2% para 3,3%. Os domicílios sem fornecimento de água caíram de 26,4% para 18% e esgotamento sanitário de 43,3% para 31,9%. Os dados da pesquisa estão disponíveis no site www.ibge.gov.br.

⁸ O Globo, Jornal do Brasil, Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo, dia 02/01/1995, primeira página. Folha de S. Paulo, 02/01/1995, primeira página e caderno especial p. 1.

⁹ O Estado de S. Paulo, 02/01/1995, Política, p. A 7, íntegra do pronunciamento.

eu digo: este país vai dar certo! Não por minha causa, mas por causa de todos nós. Não era apenas esperança, nem *euforia passageira*, mas 1995 seria um ano melhor e 96 *melhor ainda*, segundo FHC. Mesmo porque não havia especialista sério capaz de prever para o Brasil *outra coisa que um longo período de crescimento*, com condições internacionais favoráveis e a economia interna como *uma planta sadia depois da longa estiagem*.¹⁰

Em seu pronunciamento no Congresso, Fernando Henrique convocou um mutirão do governo e da comunidade *para varrer do mapa do Brasil a fome e a miséria*, disse que governaria para todos, mas não teria dúvida em ficar do lado dos mais humildes: *Vou governar para todos. Mas, se for preciso acabar com privilégios de poucos para fazer justiça à imensa maioria dos brasileiros, que ninguém duvide: eu estarei ao lado da maioria. Com serenidade, como é do meu feitio, mas com firmeza. Buscando sempre os caminhos do diálogo e do convencimento, mas sem fugir à responsabilidade de decidir. Sabendo que a maioria dos brasileiros não espera milagres, mas há de cobrar resultados a cada dia do governo.*¹¹

Ao comentar este trecho do pronunciamento, a **Folha** disse que, “antes de vestir a faixa de presidente da República, FHC voltou a vestir a roupa de sociólogo incomodado com a dívida social e transformou seu discurso de posse na mais enfática definição de prioridade para o tema”, chegando a abandonar o tom conciliador próprio de sua atuação política.¹²

A **Folha** analisa a proposta de FHC, também contida em seu discurso, de se transformar no *abolicionista da miséria*, de promover uma *revolução social e de mentalidades*. Diz que FHC apresentou-se como um novo Joaquim Nabuco, apresentado por ele como o *grande propagandista do abolicionismo*, embora sem mandato para libertar os negros. Em uma outra situação, é claro, o novo presidente considerava-se “dono de uma delegação para libertar os novos escravos, que chama de excluídos”, subjugados pela fome, doença, ignorância e pela violência. O jornalista lembra que, como reconheceu o próprio FHC, grande parte dos votos que o elegeram foram dos *brasileiros mais humildes*, que formam as camadas mais pobres da sociedade. E o seu compromisso maior seria com essa parcela do país, como ele próprio assegurou em seu discurso.¹³

No pronunciamento no Congresso, FHC declarou ainda eliminada a *superinflação*, mas advertiu que a classe política e a sociedade tinham de fazer a sua parte. *Sem que o Congresso aprove as mudanças na Constituição e nas leis e sem que a opinião pública se mobilize, as boas intenções morrem nos discursos*, disse o presidente, que reiterou, ainda, o seu compromisso com a abertura da economia ao mercado internacional, a privatização de estatais,

¹⁰ Idem.

¹¹ Idem.

¹² Folha de S.Paulo, 02/01/1995, caderno especial p. 1.

¹³ Folha de S.Paulo, 02/01/1995, caderno especial p. 3

combate à corrupção e ao clientelismo e a prioridade aos cinco pontos destacados em sua campanha: emprego, saúde, segurança, educação e produção de alimentos.¹⁴

Elogios ao discurso de FHC por parte de aliados foram muitos e esperados. Surpresa foi a elegante fala da deputada eleita em 1994 pelo PT de São Paulo, Marta Suplicy. *Temos um estadista*. Acrescentou que *assinava, feliz, embaixo*, o discurso presidencial. À época seu marido, o senador Eduardo Suplicy também mostrou desprendimento em se tratando de integrante do principal partido adversário de FHC nas eleições. *Ele fez um discurso com competência*, porque nele estavam contidos os *anseios mais profundos da nação*. O coro do casal petista foi reforçado pela deputada Benedita da Silva, eleita pelo Rio de Janeiro: *Ele fez um discurso com competência. Fez um discurso leve, simples, inteligente, para um Congresso com várias correntes. Ele não tocou nos pontos divergentes*.¹⁵

Na posse, o discurso de FHC, se não foi propriamente um discurso da esperança, foi, no mínimo, de otimismo e da continuidade, na visão do **Estado**. “A esperança é o tema da abertura; o otimismo e a continuidade as variações sobre o tema principal, ouvidas a cada instante para deixar claro que ele, presidente FH, compreende o sentido profundo do voto que lhe foi conferido no primeiro turno. Apenas ao final o discurso assume um tom maior e mais grave e as variações do otimismo e da continuidade cedem lugar à realidade: é quando chama a atenção de toda a Nação para o ato de que a esperança, o otimismo e a continuidade só poderão ser realizados como concurso do Congresso Nacional”.¹⁶

Para o **Correio**, FHC assumiu o governo

“num clima de expectativa favorável que seus antecessores, recentes e remotos, não conheceram. Não há ruptura em relação ao governo que sai, de Itamar Franco. Pelo contrário, há, entre ambos, um firme e conhecido elo: o Plano Real. Não é pouco. Foi o Real responsável pela eleição, já no primeiro turno, do novo presidente. E é o sucesso do Plano a causa da expectativa confiante da população. FH não está, como Fernando Collor, diante de desafio de administrar esperanças irresponsavelmente semeadas na campanha. (...) A confiança que o presidente inspira à maior parte da população advém exatamente de seu perfil moderado, avesso à terapia do susto”.¹⁷

Não houve a explosão dos preços após as eleições, como previam as oposições a FHC, que, assim, beneficiava-se “de uma transição suave, sem descontinuidade administrativa, fato inédito na história da democracia brasileira”, em que o “habitual eram adversários sucederem-se no poder, fazendo dos meses inaugurais estéril período de retaliações”. O **Correio** argumentou que o discurso anterior de FHC, “reformista, sem truques ou precipitações, foi o escolhido pela população, em oposição a um discurso radical e estatizante, sustentado pelo

¹⁴ Idem.

¹⁵ Folha de S. Paulo, 02/01/1995, caderno especial, p. 6.

¹⁶ O Estado de S. Paulo, 02/01/1995, Notas e Informações, p. A 3, “Esperança, otimismo e continuidade”.

¹⁷ Correio Braziliense, 02/01/1995, Opinião, p. 6, “Nova ordem”.

PT”. Os auxiliares escolhidos por FHC estavam, aparentemente, “à altura do desafio”. Eram “nomes acreditados pessoal e profissionalmente”, nenhum com “o perfil de desonesto”.¹⁸

Ao comentar a fala presidencial, a **Folha** afirmou que

“o discurso de posse do presidente Fernando Henrique Cardoso, como se esperava, não trouxe grandes surpresas. O que mais chamou a atenção foi o tom claramente social que o mandatário máximo da nação tentou imprimir à sua peça. É como se o político artífice do possível tivesse cedido lugar ao sociólogo que teoriza sobre como as coisas deveriam ser. E é sempre reconfortante descobrir que o presidente, um homem com origens em movimentos de esquerda, não perdeu a sua preocupação com o social em algum momento da trajetória que o levou da academia ao Planalto”.¹⁹

Mas o jornal lembrou também dos desafios que esperavam o novo governo, como o equilíbrio fiscal, reforma da previdência, redefinição do papel do estado e das tarefas da União, estados e municípios, fatores indispensáveis para manter a estabilidade da moeda. E a “grande tarefa” de FHC seria “ainda mais difícil”: a de, no longo prazo, “atacar, ou ao menos lançar as bases” para resolver os problemas sociais. Mesmo porque não seria “fácil transformar o ensino e a saúde públicas em instituições sérias e eficientes”. Se isso não fosse feito, advertiu o jornal, “o que se estará apagando, e para sempre, é a voz do sociólogo preocupado com a questão social”.²⁰

O discurso de posse de FHC, na opinião do **JB**, foi um claro “compromisso assumido perante o povo brasileiro de que o desenvolvimento econômico e social se fará em liberdade e em nome da justiça”. O Brasil acabara de “recuperar a confiança no desenvolvimento, a fé no crescimento auto-sustentável”. Faltava, porém, “justiça social, em nome da qual não há mais quem ouse hipotecar o estado de direito ou pregar autoritarismos salvacionistas”. Era necessário um “mutirão cívico, unindo governos e comunidades”, a fim de assegurar os direitos de todos os cidadãos. Era preciso exigir que o progresso econômico se traduzisse “na equanimidade e no fim dos privilégios”, porque só isso iria “conferir credibilidade “ ao governo que se iniciava.”²¹

As representações dos jornais em seus editoriais, logo após a posse de FHC, das quais as seqüências discursivas acima são alguns exemplos, na verdade, repercutem um conjunto de sentimentos e preocupações de grande parte da sociedade. Assentam-se na esperança, no otimismo em uma nova administração que começava de forma tranqüila, sem ruptura com a anterior. Retomando as seqüências discursivas acima transcritas, que se tecem nos entrecruzamentos entre o “discurso do” e o “discurso sobre,” observo a interdiscursividade entre enunciados que dialogam, em uma espécie de “cante lá que eu canto cá”.

¹⁸ Idem.

¹⁹ Folha de S.Paulo, 02/01/1995, Opinião, p. 1 - 2, “O discurso de posse”.

²⁰ Idem.

²¹ Jornal do Brasil, 03/01/1995, Opinião, p. 10, “Brasil justo”.

Neste entendimento, torna-se plausível pensar nas matrizes de sentidos que interpelam sujeitos, sintonizados com representações que articulam competência e política. Conforme lembra Bourdieu, referindo-se ao campo político, são deles constitutivos

*uma submissão de fato aos valores, às hierarquias. (...) Isto significa que, para compreender completamente os discursos políticos que são oferecidos no mercado, em dado momento e cujo conjunto define o universo do que pode ser dito e pensado politicamente, por oposição ao que é relegado ao indizível e o impensável, seria preciso analisar todo o processo de produção dos profissionais da produção ideológica, desde a marcação operada em função de uma definição freqüentemente implícita da competência desejada, que os designa para estas funções e a formação geral ou especificam que os prepara para assumir .*²²

Sem pretensões de “compreender completamente” os complexos lances deste jogo, encontro, entretanto, pistas para pensar no funcionamento de discursos pautados pelo equipamento retórico de uma autoridade fundada no saber e no estoque de erudição. De fato, bem como observou a **Folha**, falou o sociólogo. Entendo que falou para um “auditório” de iniciados, conhecedores dos episódios históricos arrolados e competentes para entender as metáforas. Por esta via de raciocínio, o caminho mais óbvio sugeriria um enfraquecimento da persuasão no grande contingente do auditório, para o qual, por razões várias, a recepção ideal não se efetivaria. Ocorre que se trata de um caminho não tão óbvio, pois, compreender seria acessório, já que, no caso, o “contrato” assegura-se como repercussão da matriz de sentido que se incumbe de fixar a imagem do intelectual-político e competente. *O véu (...) que interpomos entre o funcionamento real da fala e a consciência que tomamos dela (...) não [deve] ser considerado só negativamente como uma pura ilusão sem medida, encobrendo a realidade. A opacidade é ela mesma uma realidade, e o que é preciso reconhecer é que o véu (com seus efeitos de ilusão), nós não poderíamos viver sem ele.*²³

No enredo como um todo, este ponto de inflexão aponta para a constatação que FHC teria condições de continuar um plano econômico que estava dando certo e de iniciar, finalmente, o resgate da dívida social acumulada ao longo da história. Mas repercutem também uma inquietação acerca das dificuldades para implantar propostas inovadoras como a reforma do Estado, com o ajuste fiscal e equilíbrio das contas públicas, e a própria política social. Inquietação que se transforma em um certo ceticismo, quando se leva em conta que a efetivação de várias das propostas dependeria de acordos com grupos políticos e da boa vontade do Congresso Nacional.

²² BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa, Difel, 1989, p. 170.

²³ F. Flahaut A fala intermediária. Apud, REVUZ, Jacqueline Authier. *Palavras Incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas, Unicamp, 1998, p. 188.

A inquietação e o ceticismo que os jornais refletem podem ser sentidos, também, em pesquisa do Datafolha realizada em todo o país, entre 12 e 14 de dezembro, indicando que 70% dos brasileiros esperavam que Fernando Henrique fizesse um governo ótimo ou bom, oito pontos percentuais a mais do que a expectativa de outubro de 1994, logo após as eleições. Mas apenas 21% acreditavam que ele cumpriria integralmente as promessas feitas na campanha eleitoral do ano anterior. Outros 47% eram de opinião que as promessas poderiam ser cumpridas parcialmente, enquanto 23% achavam que não haveria o cumprimento do prometido. Um dado positivo para o início do governo foi que o índice dos que esperavam um governo ruim ou péssimo caíra de 8% em outubro para 5% em dezembro. A confiança maior em FHC era entre a população mais rica e de escolaridade superior, em que 74% esperavam um governo ótimo ou bom.²⁴

Mas o otimismo com o novo governo ultrapassava a barreira nacional. Dia 3 de janeiro, o **Globo** publica texto, com base em matéria do jornal The New York Times, em que diz que a expectativa nos Estados Unidos sobre o novo governo era de que haveria um “impacto bastante positivo nas relações dos dois países”. Com o título “Um novo presidente e Brasília é outra vez a Capital da Esperança”, o jornal norte-americano cita questões de interesse dos investidores dos Estados Unidos que são promessa de governo de FHC, a exemplo, do esforço para acabar com a inflação brasileira e a garantia de abertura do mercado nacional aos investimentos e ao comércio internacionais.²⁵

Logo depois de eleito, o presidente Fernando Henrique prometeu formar um ministério com “12 jatenes”, uma referência ao médico cardiologista Adib Jatene, secretário de Saúde do governador Paulo Maluf em São Paulo (1979 a 82), profissional e homem público respeitadíssimo e que estava acima de quaisquer injunções políticas e partidárias. Como definiu a **Folha**, FHC acabou ficando “com um ministério de amigos, de notáveis (ou “jatenes”), de amigos notáveis e do loteamento político entre os partidos”.²⁶

A revista **Veja**, que circulou pouco antes da posse, destacou que FHC escolheu “a dedo um ministério correto e experiente, com concessões ao estilo Sarney e, no final, uma pitada de *marketing* collorido”. Fala da competência do ministério, no conjunto, e das “maquinações regionais, os afagos ao PFL, as retribuições de favores”, seguindo padrão do ex-presidente José Sarney. Já a nomeação de Pelé, o “atleta do século”, para ocupar o Ministério dos Esportes, seria uma jogada de *marketing* para “deixar Collor morto de inveja”, já que ele como

²⁴ Folha de S.Paulo, 01/01/1995, caderno especial, p. 7.

²⁵ O Globo, 03/01/1995, O País, p. 4.

²⁶ Folha de S.Paulo, 02/01/1995, caderno especial, p. 5.

presidente, nessa área, conseguiu levar para o governo apenas os jogadores de vôlei Bernard e de futebol Zico.²⁷

Medida provisória assinada pelo próprio FHC reestruturou a administração federal, que ficou com 20 ministérios formais e três extraordinários: Esportes, Casa Civil e Estado Maior das Forças Armadas. Com a nova administração começou também o loteamento dos cargos, incluindo as centenas de secretarias, diretorias e superintendências da administração direta, além das presidências e diretorias de empresas estatais até então sob o comando do governo federal.

O PFL, o partido da coligação que elegeu FHC que formou a maior bancada no Congresso, ficou com os ministérios da Previdência Social (Reinhold Stephanes), Minas e Energia (Raimundo Brito) e Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (Gustavo Krause). O PTB, o outro parceiro da coligação, recebeu os Ministérios da Agricultura (José Eduardo Andrade Vieira) e do Trabalho (Paulo Paiva). O PMDB, que acertou entrar na base de apoio do governo após as eleições, levaria em troca três ministérios. Ficou com os Transportes, com Odacir Klein, e da Justiça, com Néelson Jobim. Como compensação, recebeu a Secretaria Especial de Políticas Regionais, cujo titular, Cícero Lucena, seria o secretário executivo da Câmara de Políticas Regionais, criada no âmbito do Conselho de Governo, um órgão de assessoramento direto do presidente FHC. Pela importância política e volume de recursos que iria administrar, praticamente era o terceiro ministério do PMDB.²⁸

E quantos ministérios levou o partido do presidente, o PSDB? Com mandato eletivo, foi escolhido apenas o senador José Serra para o Ministério do Planejamento. Assumiram também tucanos históricos, que inclusive tiveram participação decisiva na campanha de FHC, como Clóvis Carvalho, na Casa Civil, Sérgio Mota, no Ministério das Comunicações, Paulo Renato Souza, na Educação e Bresser Pereira, na Administração Federal e Reforma do Estado. Eram também velhos amigos de confiança de FHC.²⁹

A cota pessoal ou de “jatenes” de FHC incluiu o próprio Adib Jatene na Saúde, Pedro Malan, na Fazenda, Luiz Felipe Lampreia, nas Relações Exteriores, Francisco Weffort, na Cultura, Dorothea Werneck, na Indústria, Comércio e Turismo, e Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, no Ministério Extraordinário dos Esportes. Ministro da Ciência e Tecnologia do governo anterior, o mineiro José Israel Vargas, na última hora foi mantido no cargo, porque FHC não chegou a um acordo com o governador de Minas Gerais, Hélio Garcia, em torno da indicação de um novo nome, conforme noticiou o **Estado**.³⁰ O embaixador

²⁷ Veja, 28/12/1994, edição 1.372, p. 32 – 34.

²⁸ O Estado de S. Paulo, 01/01/1995, caderno extra, p. 4; Folha de S. Paulo, 02/01/1995, caderno especial, p. 5.

²⁹ Jornal do Brasil, 02/01/1995, Política e Governo, p. 2; O Estado de S. Paulo, 01/01/1995, caderno extra, p. 4; Folha de S. Paulo, 02/01/1995, caderno especial, p. 5.

³⁰ O Estado de S. Paulo, 01/01/1995, caderno extra, p. 4.

Ronaldo Sardenberg, aquele em cuja casa em Washington Fernando Henrique recebeu, em maio de 1993, um telefonema de Itamar Franco convidando-o para ser o ministro da Fazenda, voltou ao Brasil para ocupar a Secretária de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Ao mesmo tempo que os novos integrantes do governo se sentavam em suas cadeiras na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, a mídia começou a anunciar as primeiras providências a serem encaminhadas para discussão no Congresso e que eram parte essencial de um novo governo, um novo país que FHC prometia desde a campanha eleitoral. No campo das alterações constitucionais, uma das prioridades seria a reforma do sistema previdenciário, elevando o valor e tempo de contribuição e a idade para aposentadorias, com redução dos salários dos aposentados. Na área financeira e tributária, pretendia-se discutir a autonomia do Banco Central (a discussão permanece até hoje), a desoneração das exportações e supressão, entre outros impostos e tributos, do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).³¹

Só em fevereiro, depois de várias reuniões e acordos entre FHC e líderes dos partidos aliados no Congresso, foram encaminhadas as primeiras emendas à Constituição, que seriam examinadas e votadas pelos parlamentares. Propunha-se a mudar o conceito de empresa nacional e estrangeira, que discriminava o capital externo, e permitir a exploração do subsolo e de hidrelétricas, além do transporte marítimo na costa brasileira, por investidores de outros países. As empresas privadas poderiam atuar no setor de telecomunicações e distribuir gás canalizado, enquanto a Petrobras poderia se associar ao setor privado para a exploração e refino do petróleo. Seriam retomados os contratos de risco para pesquisa e lavra e extinto o monopólio estatal do transporte marítimo de petróleo.³² Como se verá, as medidas, assim como a reforma da previdência, foram sendo aprovadas gradativamente, em um prazo superior pretendido inicialmente por FHC, o final do primeiro semestre de 95.

Antes, ainda no início de janeiro, a principal preocupação da equipe econômica era aumentar a arrecadação e diminuir os gastos do setor público nos primeiros meses de administração, a fim de reduzir a vulnerabilidade do Plano Real à política cambial, que foi inicialmente a sua principal base de sustentação. Porque a idéia era que o câmbio fosse sendo reajustado gradualmente, como forma de incentivar as exportações e conter o excesso de importações, sem prejudicar o controle da inflação.³³

E como parte da política de corte de gastos, o ministro do Planejamento, José Serra, teria mais poderes, já com o contingenciamento do orçamento de 1995, sob a responsabilidade da

³¹ Folha de S.Paulo, 01/01/1995, caderno especial, p. 3.

³² Jornal do Brasil, 16/02/1995, Política e Governo, p. 3.

³³ Folha de S.Paulo, 01/01/1995, caderno especial, p. 3.

Secretaria de Orçamento e Finanças da Seplan, em vez da Secretaria do Tesouro Nacional, ligada ao Ministério da Fazenda. Ao tomar posse, Serra defendeu o corte nos gastos públicos e aceleração do programa de privatização. Entre outras medidas, o ministro da Educação, Paulo Renato, anunciou o fim dos projetos para construção dos **Caics**, os centros de ensino integrados criados no Governo Fernando Collor, que ele considerava muito caros, enquanto o ministro da Saúde, Adib Jatene, disse que suspenderia as autorizações de internação hospitalar nos hospitais suspeitos de fraude.³⁴

Na primeira reunião do Ministério, em 6 de janeiro, Fernando Henrique deixou claro que os ministros Clóvis Carvalho, Pedro Malan e José Serra teriam “poderes de superministros em seu governo”, segundo relato da **Folha**. As ações de governo seriam coordenadas por Carvalho, que presidiria as “Câmaras do Conselho de Governo”, que FHC decidira criar com a missão formular as políticas de áreas determinadas previamente. Essas Câmaras teriam obrigatoriamente a participação de Malan e Serra.³⁵ Ali começava efetivamente o novo governo.

A primeira crise do câmbio

Pouco mais de dois meses depois da posse o governo, FHC enfrentou a primeira turbulência capaz de balançar os alicerces do plano de estabilização da economia, uma onda especulativa contra o Real, na esteira da quebra do México, com uma profunda desvalorização da moeda local, o peso.³⁶ Dia 6 de março de 1995, o governo adotou uma série de medidas para tentar evitar o naufrágio do real diante dos especuladores e manter a economia sob controle. A principal foi a criação da banda cambial, na prática, um intervalo no qual o dólar poderia variar em relação à moeda nacional. Foi fixado inicialmente um piso de R\$ 0,86 e um teto de R\$ 0,90, com validade até o dia primeiro de maio, quando passariam para R\$ 0,90 e R\$ 0,98. Ao final do dia 6, pela cotação oficial o dólar acabou sendo vendido a R\$ 0,882%, um aumento de 2,8%.³⁷

³⁴ Folha de S.Paulo, 01/01/1995, caderno especial, p.3; Jornal do Brasil, 03/01/1995, Negócios, p. 3; O Globo, 03/01/1995, O País, p. 3.

³⁵ Folha de S.Paulo, 07/01/1995, Brasil, p. 1 – 5.

³⁶ A crise do México começou em dezembro de 1994 - em apenas quatro dias sua moeda foi desvalorizada em 40% - e continuou em 95, levando junto à Argentina. Em 97, houve os problemas financeiros dos chamados Tigres Asiáticos e, no ano seguinte, da Rússia, todos com reflexos na economia brasileira. O grande tranco na moeda nacional viria para valer, porém, em janeiro de 1999, logo após o início do segundo mandato de FHC.

³⁷ Folha de S.Paulo, 7/03/1995, Especial Real 2, p. A 1. FHC e a equipe econômica que já estava montada pretendiam fazer esta mudança final do Governo Itamar Franco, mas a crise do México em dezembro de 94 inviabilizou a proposta, como admitiu o próprio FHC no seu livro de memórias. Ver CARDOSO, Fernando Henrique. *A arte da política A história que vivi*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006, p. 339.

Dali em diante, o Banco Central poderia também fazer interferências “intrabanda” no mercado, para vender ou comprar dólar e forçar a cotação para cima ou para baixo, a qualquer momento, mesmo que as bandas estivessem longe do pico ou do teto.³⁸ O regime de bandas cambiais, por sua vez, não deveria *surpreender ninguém, exceto observadores desavisados*, já que a sua institucionalização foi simplesmente uma *extensão natural do regime cambial* vigente desde primeiro de julho de 94, segundo o ministro da Fazenda, Pedro Malan.³⁹

Além de desvalorizar o câmbio, o governo decidiu cortar despesas, revendo, por exemplo, os valores dos contratos de bens e serviços em execução nos órgãos da administração direta e indireta e aqueles que estavam sendo licitados. O argumento foi que muitos dos contratos embutiam um custo adicional, porque haviam sido assinados no período de inflação alta ou em função do hábito do governo de atrasar os pagamentos. A data de pagamento dos salários dos funcionários públicos federais foi transferida do dia 20 do mês corrente para o período de 2 a 5 do mês subsequente. Como parte do processo de abertura da economia, o Conselho Nacional de Desestatização incluiu a Companhia Vale do Rio Doce no programa de privatização, e o capital estrangeiro foi autorizado a disputar a compra de instituições financeiras brasileiras em liquidação. Para incentivar a produção agrícola, o setor foi autorizado a abater do Imposto de Renda as despesas com investimentos e a captar recursos externos, para tentar obter dinheiro mais barato.⁴⁰

O aumento da cotação do dólar, decidida pelo governo, implicaria o encarecimento das importações, podendo prejudicar o combate à inflação, mas, em contrapartida, favoreceria as exportações. No dia seguinte ao anúncio das medidas, os jornais já traziam várias páginas em apoio ao governo, com poucas manifestações contrárias. O diretor do Departamento de Assuntos Internacionais da Fiesp, Laerte Setúbal, disse que mudança na política cambial mostrou que o governo estava certo em considerar o Plano Real como um processo de ajustamento no qual *é preciso corrigir todos os incidentes de percurso*. Na opinião do presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil, Marcos Vinícius Pratini de Moraes, a medida reduzia o risco do déficit comercial (pelas importações exageradas), defendia a produção e as exportações brasileiras. Era certo que grandes exportadores, devedores em dólares por conta de importações de equipamentos, poderiam ter inicialmente prejuízos, mas depois se recuperariam com o aumento das vendas externas, em função do câmbio mais favorável, segundo opinião de economistas.⁴¹

A mudança no câmbio aconteceu na hora certa, não sinalizou uma derrota do Plano Real e deixou claro que a situação do Brasil estava longe da mexicana ou argentina, conforme uma

³⁸ Idem, p. A 2.

³⁹ O Estado de S. Paulo, 07/03/1995, Economia & Negócios, p. B 3.

⁴⁰ O Estado de S. Paulo, 07/03/1995, Política, p. A 2.

⁴¹ Folha de S. Paulo, 07/-3/1995, Especial Real, p. A 6.

primeira avaliação de economistas ouvidos pelo **Jornal do Brasil**. *Conseguimos mostrar que somos diferentes do México e da Argentina*, comemorou ex-ministro Mario Henrique Simonsen, em entrevista em que analisa as medidas. O economista Michel Gartenkraut, da Rosenberg Consultores, elogiou as mudanças e disse que não havia qualquer razão para aumentos de preços por conta da desvalorização, principalmente no caso das tarifas públicas, que ganharam gordura no momento da conversão para o real.⁴² O deputado Roberto Campos afirmou que a decisão do Governo, *longe de ser a melhor solução*, era a única possível naquele momento.⁴³

No coro dos contentes, não faltou o apoio internacional. As medidas foram bem recebidas por dirigentes do Banco Mundial e do FMI, reconhecendo, porém, que elas poderiam retardar “por algum tempo o sucesso da política de combate à inflação”.⁴⁴ A mudança cambial também foi bem vista no mercado financeiro de Londres. *Há vários meses que se vem esperando uma desvalorização gradual do real*, disse o *broker* Stephen Rose, que intermediava investimentos de US\$ 1,0 bilhão no Brasil.⁴⁵ O governo brasileiro mostrou *atitude mais bem determinada* do que os de outros países da região, segundo o banqueiro Pablo Bellof, da Bear Sterns. *Um sistema de bandas e uma moeda menos forte é muito bom para o Brasil*, reagiu Homi Kharar, economista chefe e especialista em Brasil no Banco Mundial.⁴⁶

As oposições às medidas governamentais também se apresentaram, em uma menor proporção. O diretor executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados, Heitor Klein, disse que a defasagem cambial para os exportadores ainda era de 14%, o que exigiria uma desvalorização maior. Ivânio Batista, diretor executivo do Sindicato da Indústria de Calçados de Franca, um dos maiores pólos calçadistas do país, ressaltou que, por conta do câmbio, as exportações da região em 2005 deveriam ser entre 40% e 50% menores do que o ano anterior. Segundo ele, foi esse mesmo câmbio desfavorável que levou cinco médias e grandes fábricas do pólo a fechar suas portas desde o Real.⁴⁷

A CUT e a Força Sindical resolveram brigar por um salário mínimo de R\$ 100 já naquele mês de março e não em maio, como havia proposto o governo. O argumento, pífio, de resto, diante da diferença de valores, era que, com as bandas cambiais, em maio, o salário mínimo seria no máximo R\$ 98,00. Preparando um dia nacional de luta para o dia 8, em São Paulo, o presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, disse que pretendia sentir a disposição do povo para *se organizar e se defender contra os ataques do governo*.⁴⁸

⁴² Jornal do Brasil, 7/03/1995, Negócios & Finanças, p. 11.

⁴³ Folha de S.Paulo, 07/03/1995, Especial Real, p. A 3.

⁴⁴ Folha de S.Paulo, 7/03/1995, Especial Real, p. A 7.

⁴⁵ O Estado de S. Paulo, 7/03/1995, Economia & Negócios, p. B 3.

⁴⁶ Jornal do Brasil, 07/03/1995, Negócios & Finanças, p. 11.

⁴⁷ Folha de S.Paulo, 7/03/1995, Especial Real, p. A 6

⁴⁸ Idem, p. A 7

Em um texto publicado no **Estado**, o jornalista Elio Gaspari disse que a desvalorização do real *foi necessária na origem, competente na forma e saudável nas conseqüências*. Argumentou que *há muito tempo não se via coisa tão bem feita, até nos detalhes*, e só haveria a volta da inflação, caso prevalecesse *uma baixaria de desconfiança em relação do governo*. Disse que *o eleitor brasileiro colocou um plano de estabilização financeira na Presidência da República. Sua encarnação, o professor Fernando Henrique Cardoso, é suficientemente sério e astucioso para saber que seu mandarinato e o real são a mesma coisa. Acabado o sucesso de um, acaba-se o do outro*.⁴⁹

Uma leitura dos editoriais dos jornais logo após o anúncio das medidas mostra um discurso favorável, o que é coerente com o apoio e sustentação que a mídia, de modo geral, vinha dando à política econômica desde a implantação do Plano Real. O **JB** disse que “o governo agiu com extrema competência, sem dar margem a vazamento de informações e à especulação”, mostrando, inclusive, que podia tomar muitas medidas “que contribuem para o funcionamento racional e mais eficiente da economia”, sem depender da anuência do Congresso Nacional.⁵⁰ O **Estado** ressaltou que a decisão do Banco Central trouxe “maior tranquilidade ao mercado” e permitiria ao governo manter, pelo menos até três de maio, “sua liberdade de melhor adaptar a taxa cambial às necessidades de nossa economia.”. A nova banda cambial não representaria “um grande estímulo às exportações, nem um maior desestímulo às importações”. Com isso, não haveria “grandes efeitos imediatos sobre os preços internos”, mesmo porque as medidas eliminaram as “incertezas a curto prazo”.⁵¹

Para a **Folha**, “a maior virtude” do novo sistema cambial foi “tentar livrar-se da camisa-de-força que levou o México à bancarrota” e que ampliava os riscos da Argentina. O governo brasileiro “fez uma opção pela defesa do equilíbrio externo”, embora o câmbio desvalorizado tornasse “a economia brasileira mais fechada e, portanto, mais sujeita às pressões inflacionárias”.⁵²

Há até um discurso vendendo a idéia de que o governo agia de forma correta e competente, mas o mercado não fazia a sua parte, como neste editorial do **JB**:

“Há um abismo entre a segurança com que as autoridades econômicas explicam as medidas para ajustar o real às mudanças do cenário internacional e reforçar a componente fiscal do plano de estabilização em relação à âncora cambial, e a reação dos agentes econômicos (particularmente os operadores financeiros) em relação à desvalorização do real. O governo transmite segurança. O mercado reage em pânico à medida que todos pediam e aguardavam. O comportamento do mercado financeiro tem sido

⁴⁹ GASPARI, Elio. “A baixaria está de volta”. O Estado de S. Paulo, 8/03/1995, Política, p. A 4.

⁵⁰ Jornal do Brasil, 7/03/1995, Opinião, p. 8, “A marca do sigilo”.

⁵¹ O Estado de S. Paulo, 7/03/1995, Notas e Informações, p. A 3, “A desvalorização anunciada”.

⁵² Folha de S. Paulo, 7/03/1995, Opinião, p. 1 - 2, “Bandas e câmbio”.

particularmente errático nos últimos dois dias: uma certa tranquilidade pela manhã, quando as medidas são anunciadas, total desorientação à tarde”.⁵³

Argumenta o **JB** que os ajustes no Real deveriam “ser encarados com tranquilidade e confiança”, uma vez que, desde o início, os seus executores “têm revelado capacidade de administração diária do plano”, sem rigidez nas áreas fiscal, monetária, ou cambial. “Quando foi preciso esfriar o consumo, o governo elevou os juros, reduziu os prazos do crediário e liberou as importações de milhares de itens”. Na visão do jornal, “o comportamento dos agentes econômicos – e até de certa parte da imprensa – está se deixando influenciar mais pela dança nervosa das cotações dos mercados do que pela análise fundamentalista das medidas”. Mas, felizmente para o país, os “instrumentos de controle da economia estão em mãos de pessoas competentes, experientes e responsáveis”.⁵⁴ Ao analisar as medidas, o **Estado** destacou que “o Executivo decidiu, com coragem raras vezes vista em nossos políticos, abrir várias frentes de luta ao mesmo tempo”.⁵⁵

Mas a simples mudança cambial do dia seis de março não foi suficiente para estancar o surto especulativo, e o Banco Central continuou queimando reservas em dólares. O dia nove foi de muita confusão. Como definiu a **Gazeta**, a crise havia mudado de patamar.

“O que vinha sendo, desde o início da semana, uma combinação entre erros operacionais e má informação do BC, com especulação de segmentos do mercado, começou a se transformar em uma crise mais ampla de confiança no futuro da política econômica. O BC teve que realizar 32 leilões ao longo do dia, metade no câmbio comercial, metade no flutuante, para sustentar inalterada a cotação do dólar em R\$ 0,888. O mercado estima que foram gastos US\$ 3 bilhões ou mais nestas operações, que se somam a outros US\$ 3,1 bilhões gastos no início da semana. Não conseguiu impedir, contudo, que o dólar no mercado futuro superasse todos os tetos”.⁵⁶

No mercado futuro do dólar, a taxa para o mês de julho chegou a R\$ 1,021. A **Gazeta** retrata um quadro das posições oficiais. O presidente do Banco Central, Pêrsio Arida, disse que se tratava de *um surto de especulação*, mas que o BC estava *firme na defesa de seus propósitos*. O ministro do Planejamento, José Serra, lembrou que as reservas brasileiras equivalem a *13 meses de importações* e quem apostasse contra o governo se daria mal. O ministro da Fazenda, Pedro Malan, previu que a crise desapareceria em dois ou três dias. Para o jornal, não havia dúvidas de que havia muito exagero sobre “o impacto inflacionário do reajuste ou a fragilidade hoje das contas externas”. Mas, também, a verdade é “que a inflação e reajustes cambiais muitas vezes se tornam profecias auto-realizáveis. Alastra-se a convicção de que uma desvalorização virá, exportadores adiam a venda de dólares, importadores antecipam a compra de dólares, quem pode zera sua posição no mercado financeiro. Tudo isso acaba

⁵³ Jornal do Brasil, 8/03/1995, Opinião, p. 10, “Água na fervura”.

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ O Estado de S. Paulo, 8/03/1995, Política, p. A 3.

⁵⁶ Gazeta Mercantil, 10/03/1995, primeira página; Finanças, p. 18.

multiplicando a escassez de dólares, obrigando o BC a vender mais e mais reservas para defender a cotação – e a perda de reservas alimenta as piores suspeitas, fazendo a máquina girar novamente”.⁵⁷

Ainda no dia 9, o ministro Malan almoçou em Brasília com líderes partidários e passou um recado: bancos brasileiros estavam apostando contra o real, e o momento era de todos se unirem em torno do plano.⁵⁸ Foi atendido. Até partidos de oposição decidiram se juntar ao governo contra os especuladores que tentavam provocar uma disparada na cotação do dólar. Na sessão de manhã da sexta-feira, dia 10, na Câmara dos Deputados, que chegou a registrar em plenário a presença inusitada de 410 dos 513 deputados, até líderes de partidos como o PT e o PDT haviam subido à tribuna para criticar a especulação. Convidado pelo presidente FHC para uma conversa a sós, que durou 50 minutos, no Palácio do Planalto, o líder do PDT, deputado Miro Teixeira, saiu dizendo que o presidente estava animado: *Ele enfatizou várias vezes que quem estiver especulando vai perder muito dinheiro. Aliás, disse que hoje já iriam perder.* E o líder pedetista, empolgado, falou mais alto que os tucanos, defendendo punições: *Tem que ampliar as punições. O que os especuladores estão fazendo merece que o governo promova liquidações extrajudiciais.*⁵⁹

A situação do dia 9 de março pode ser medida por editorial da **Folha**, dia 10, em que diz que “o mercado financeiro atravessou mais um dia – o quarto consecutivo – mergulhado em tensão e incerteza profundas”, crescendo a sensação de angústia. E um complicador adicional, segundo o jornal, era que a situação do México e da Argentina continuavam “agravando-se de forma acelerada”.⁶⁰ Mas os jornais do dia seguinte anunciavam novos rumos. O BC conseguira vencer a queda-de-braço com os especuladores. As bolsas subiram 25,6% em São Paulo (o segundo recorde da história) e 12% no Rio, seguidas das bolsas em Buenos Aires, quase 13%, e no México, 3,21%.”⁶¹ A mudança no cenário interno ocorreu depois que o governo aprovou um conjunto de medidas, na madrugada do dia 10, sexta-feira, anunciadas logo pela manhã.

O governo deu uma “paulada” contra a especulação cambial. A principal medida foi a criação de um compulsório sobre o câmbio, reduzindo de 50 milhões para 5 milhões de dólares o volume desta moeda que os bancos poderiam ter em caixa para operações com o dólar comercial (utilizado em movimentos de exportação e importação) e para um milhão de dólares o limite do flutuante (o chamado dólar turismo). Ao final do dia, a cotação do dólar havia caído 0,34%, a crise estava controlada e o próprio mercado reconhecia a derrota. O governo admitiu

⁵⁷ Idem

⁵⁸ Gazeta Mercantil, 10/03/1995, Finanças, p. 19

⁵⁹ Jornal do Brasil, 11/03/1995, Política e Governo, p. 4

⁶⁰ Folha de S.Paulo, 10/03/1995, Opinião, p. 1-2, “Dias de cão”.

⁶¹ Jornal do Brasil, 11/03/1995, Negócios & Finanças, p. 11.

que, desde o início da crise do México, em dezembro, o país perdera 4,848 bilhões de dólares em reservas cambiais.⁶²

O presidente do BC, Pêrsio Arida, admitiu que o Brasil sofrera *um ataque especulativo contra o real e a estabilidade da moeda*. Mas as medidas anunciadas eram um *golpe mortal na especulação*, conforme o diretor da Área Internacional do BC, Gustavo Franco, que comemorou a decisão de reduzir de 50 para 5 milhões de dólares o caixa dos bancos para operar com o dólar comercial: *Pagamos juros irrisórios sobre esses depósitos*.⁶³ Mais uma vez, os chamados agentes econômicos repercutiram bem as medidas. O diretor de Economia da Fiesp, Boris Tabacof, disse que foi um sinal de força a mudança da política cambial com rapidez, *porque o mundo mudou desde dezembro e as condições do país também mudaram*. Mas deixou claro a grande preocupação da indústria, a partir daquele momento: o possível reaparecimento da indexação, no embalo da alta dos juros e da flexibilização da política cambial. Em sua opinião, *uma coisa é absorver um repique da inflação por um ou dois meses, outra bem diferente é recair na ‘velha dança da indexação*.⁶⁴

O acerto do governo, no entanto, não seria suficiente para recuperar toda a sua credibilidade, na opinião do economista Paulo Guedes, do Banco Pactual e vice-presidente do Instituto Brasileiro do Mercado de Capitais (Ibmecc). Seu argumento: *Acabou a lua-de-mel. Estamos vivendo uma brutal reversão de expectativas. A falta de habilidade mostrada pela equipe econômica ao operacionalizar a mudança da política cambial foi só o estopim de uma crise muito mais grave*. E o mais complicado era o *imobilismo* de FHC, que parecia *estar buscando consenso, quando o país precisa de liderança*. Para o economista Luiz Gonzaga de Mello Beluzzo, as medidas do governo, embora corretas, estavam longe de ser as mais agradáveis. *Voltamos ao passado. Vamos ter que conviver com uma inflação mais alta para obter de novo saldo comercial*.⁶⁵

As contradições da Igreja Católica também não ficaram fora dos problemas do governo. Matéria na **Folha** informou que o cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Eugênio Sales, pediu, no dia 10, em seu programa semanal na rádio da Arquidiocese, apoio à abertura da economia proposta por FHC. Mas lembrou que o cardeal arcebispo de São Paulo, Dom Paulo

⁶² Idem. No conjunto de medidas aprovadas pelo governo estavam também o aumento das taxas internas de juros (fixadas pelo Banco Central) de 4,14% para 6% ao mês, a redução do Imposto sobre Operações Financeiras sobre investimentos de renda fixa estrangeiros de 9% para 5%, a isenção do mesmo imposto para operações em bolsas de valores, de captações de recursos externos e suas renovações, assim como a redução de três para dois anos os prazos mínimos de captação de dinheiro externo por meio de títulos no mercado internacional.

⁶³ Idem.

⁶⁴ Folha de S.Paulo, 11/03/1995, Negócios, p. 2 – 5.

⁶⁵ Idem.

Evaristo Arns, criticou “o neoliberalismo e o governo”. Arns, conforme o jornal, era um dos representantes da chamada ala progressista da igreja, enquanto Sales era da ala conservadora.⁶⁶

Em seu programa, o cardeal Sales lembrou a diminuição do desemprego, o crescimento da indústria e do comércio, que favoreceram até os pobres, e que o amor ao Brasil levava o *bom cidadão a apoiar os novos rumos, as medidas que modificaram o país*. Ele atribuiu ao egoísmo a *imensa disparidade na distribuição de renda*, mas, se mantida, a fase favorável que o país atravessava certamente o levaria a um *extraordinário status no concerto das nações*. Em seu pronunciamento, o cardeal citou ainda a *inflação desordenada que parece estar sob controle*, para criticar quem, segundo ele, *percebe somente as falhas e não se alegra com os aspectos que revelam uma modificação de rumos, em busca do progresso*. Dia primeiro de março, em São Paulo, ao lançar a Campanha da Fraternidade, que tinha os “excluídos” como tema, D. Paulo criticara o salário mínimo de R\$ 70 e disse que o país não estava no *caminho certo*, mas poderia *corrigir* o rumo.⁶⁷

Passada a crise, logo surgiram as avaliações da mídia sobre a ação do governo na questão cambial, seus resultados e conseqüências. Há divergências. Em editorial, a **Folha** alertou:

“não se pode ocultar a natureza da crise dos últimos dias: trata-se de uma crise de confiança. A história econômica e a experiência contemporânea mostram que nem sempre os juros altos são suficientes para refrear a fuga de capitais se a confiança não retorna. Nesse aspecto, uma melhora nas condições internacionais seria crucial. Os mercados de câmbio transformaram-se nos últimos dias num autêntico ringue onde o governo e mercado disputaram uma luta de regras imprecisas e mutáveis. Chegou-se afinal, ontem, a uma vitória do governo. Mas foi no máximo uma vitória por pontos. O adversário continua de pé, aparentemente disposto a novas conflagrações”.⁶⁸

Seguindo outra linha de raciocínio, o **JB** argumentou que “os especuladores do câmbio que apostaram contra o real, testando o poder do Banco Central para regular o mercado, perderam feio. E perderam porque esqueceram a regra básica das mesas de apostas: a banca sempre leva”. Lembrou que, além do cacife das reservas em dólares (US\$ 36 bilhões naquele ponto), o BC tinha “o poder de mudar as regras do jogo, mexer nos juros e punir trapanças e blefes”. Disse que o governo errou na área cambial, no começo do Plano Real, mas se redimiou a tempo, e foram esses erros iniciais “que levaram o mercado financeiro a uma imprudente aposta contra o BC”. Uma aposta errada, porque a “nação apóia e confia nas medidas tomadas pelo governo para sustentar o Real, pois o maior desejo da sociedade brasileira é que a estabilização continue sendo bem-sucedida”. A “espetacular reação” das bolsas de valores seria uma prova disso.⁶⁹ O **Estado** também adota o tom otimista, ao afirmar que o Banco Central venceu o primeiro

⁶⁶ Folha de S.Paulo, 11/03/1995, Brasil, p. 1- 6.

⁶⁷ Idem.

⁶⁸ Folha de S.Paulo, 11/03/1995, Opinião, p. 1 – 2, “Vitória por pontos”.

⁶⁹ Jornal do Brasil, 11/03/1995, Opinião, p. 8, “A lição do câmbio”.

set, fazendo com que instituições financeiras em busca de grandes lucros com operações cambiais sentissem “na pele a veracidade da advertência do ministro José Serra, segundo a qual os especuladores se arrependariam”.⁷⁰

A **Folha** voltaria ao tema, afirmando que foi “a inabilidade” do Banco Central em oferecer “regras mais claras” sobre o câmbio que levou a especulação a se propagar. E, frente à “ciclotimia da manada, o governo viu-se acuado e ainda mais incapaz de dar o balizamento esperado”. Esperava que “do interior desse jogo de espelhos” saísse a “resposta ao desafio urgente, nas próximas semanas, de reinventar e legitimar um novo jogo em cujas regras se possa, novamente, acreditar”.⁷¹

Depois que o mercado de câmbio se normalizou, “o aspecto mais extraordinário observado no episódio é que o nervosismo e a excitação reinantes no mercado financeiro não chegaram a contaminar o setor produtivo”, segundo o **JB**. E, apesar do vasto noticiário sobre o assunto nos meios de comunicação, “a população não se sentiu afetada e continuou confiando no real, que caiu no agrado popular porque devolveu poder de compra ao salário e deu à classe média condições de programar despesas”. O real estava “entranhando-se no espírito do povo brasileiro, que se cansou das incertezas da inflação”. E aqueles que especularam tentando criar “áreas de sombra para tumultuar a marcha da estabilização” cometeram um “grave erro de cálculo ao imaginar que a população não apoiaria o governo na defesa da moeda”. Argumentou o jornal que o “episódio serviu de alerta”, e os políticos precisavam ter consciência de que o “sucesso do Banco Central ao furar a bolha cambial” só seria sustentado pelas reformas econômicas que seriam discutidas no Congresso Nacional.⁷²

A crise cambial começou a selar o destino de Pêrsio Arida na presidência do Banco Central. Na quarta feira, dia 8, no auge dos problemas, texto de Elio Gaspari, já citado, diz que o comando da economia brasileira era composto de *gente honrada*. Houve a mudança no câmbio, e *não se murmuraram as velhas histórias de fortuna feita em 48 horas pelo acesso a informações privilegiadas*.⁷³ No mesmo dia, porém, o **Correio Braziliense** publicou matéria sobre um protesto do deputado Delfim Neto contra o vazamento antecipado das principais medidas do pacote econômico anunciado na segunda-feira anterior: *As mesmas pessoas de sempre souberam antes. É um absurdo. O presidente Fernando Henrique Cardoso é um homem sério. Não devia permitir isso*, reagiu Delfim, que acrescentou: *Isso desmoraliza o sistema. É preciso privatizar as estatais e estatizar o Banco Central*. Indagado sobre os nomes beneficiados, o deputado, ironicamente, afirmou que os forneceria se fosse do PT, mas admitiu: *Todo mundo que opera no mercado sabe sobre quem eu estou falando, até na Argentina*

⁷⁰ O Estado de S. Paulo, 11/03/1995, Notas e Informações, p. 3 A, “Uma vitória do Banco Central”.

⁷¹ Folha de S. Paulo, 12/03/1995, Opinião, p. 1 – 2, “Jogo de espelhos”.

⁷² Jornal do Brasil, 14/03/1995, Opinião, p. 8, “Depois do vendaval”.

⁷³ O Estado de S. Paulo, 8/03/1995, Política, p. A 4.

*souberam antes.*⁷⁴ Imediatamente, as oposições começaram a articular a convocação de Pêrsio Arida para explicar a notícia. O governo reagiu e, por meio do porta-voz da Presidência da República, Sérgio Amaral, pediu nomes, porque, *se há denúncias, têm que ser fundamentadas e não baseadas em suposições.* Delfim não apontou nomes e viajou para Viena, na Áustria, de onde só retornaria depois de duas semanas.⁷⁵

O **Globo** informou que levantamento preliminar realizado pelo Banco Central não encontrou indícios de *inside information* no mercado de câmbio, nos dias que antecederam a mudança cambial. Segundo o jornal, tudo não passou da repercussão de uma entrevista concedida por Fernando Henrique, em Santiago do Chile, na semana anterior, sinalizando que o Brasil poderia seguir o exemplo chileno e adotar um sistema de bandas cambiais. A notícia foi publicada na quinta-feira, assim como um desmentido do próprio presidente na sexta, mas o “mercado considerou estranho o ocorrido e alguns operadores mais atentos começaram a comprar dólar, forçando a cotação”.⁷⁶

O jornal diz que a decisão de mudar o câmbio era do conhecimento apenas do próprio FHC, dos ministros Clóvis Carvalho, Pedro Malan e José Serra, Pêrsio Arida e do diretor de Assuntos Internacionais do BC, Gustavo Franco. O anúncio deveria ser feito no dia 20 de fevereiro, na segunda-feira anterior ao carnaval, mas isso poderia causar problemas no mercado, que tem um elevado volume de fechamento de operações no final do mês. O anúncio na semana seguinte, carnaval, também poderia provocar desajustes, já que, com o feriado prolongado, muitas pessoas não estariam operando no mercado. “Optou-se então pelo dia 6 de março. O governo orgulha-se de não ter havido qualquer vazamento – exceto o deslize do presidente da República”.⁷⁷

Desde que assumiu o Banco Central, Pêrsio Arida enfrentou pesadas críticas de empresários e congressistas, principalmente pela política de fixação dos juros, considerados elevados. Comprou uma briga com o governador de São Paulo, Mario Covas, um dos fundadores e um dos líderes mais expressivos do PSDB, quando anunciou o plano de privatizar o Banco do Estado de São Paulo (Banespa), que estava sob o Regime de Administração Especial Temporária (Raet) do BC, na prática, uma intervenção, pois o comando ficava com funcionários indicados pelo próprio BC. Depois da crise cambial, Arida agüentou no cargo por mais de dois meses e pediu demissão, dia 31 de maio, alegando *motivos estritamente pessoais.* Foi substituído por Gustavo Loyola, que já havia sido presidente do BC no Governo Itamar

⁷⁴ Correio Braziliense, 08 /03/1995, Economia, p. 7.

⁷⁵ Jornal do Brasil, 9/03/1995, Negócios & Finanças, p. 14.

⁷⁶ O Globo, 11/03/1995, O País, p. 11.

⁷⁷ Idem.

Franco, enquanto o ministro Pedro Malan garantia que não haveria *mudança nos rumos do Plano Real*.⁷⁸

Primeira baixa importante no núcleo de poder econômico do primeiro governo FHC, Arida anunciou sua demissão, com explicações, durante uma entrevista no Ministério da Fazenda, convocada para divulgar as decisões do Conselho Monetário Nacional, que se reunira naquela dia: *Depois de um longo processo de reflexão pessoal, decidi, em uma decisão estritamente pessoal – pessoal mesmo – pedir o meu afastamento da presidência do BC*. Não revelou os motivos de sua demissão, porque *decisões pessoais não são motivo de curiosidade pública*, mas garantiu que não se devia a *divergências dentro do governo, insatisfação com medidas tomadas ou em estudo ou pressões políticas*. Enfim, *tudo aquilo que uma fértil imaginação pode criar*. Na verdade, a decisão de Arida de deixar o BC começou a ser tomada ainda em março, quando ele se sentiu abalado com as acusações de que teria passado para amigos a informação sobre a desvalorização do dólar. Só não saiu naquele momento, porque isso poderia caracterizar uma confirmação da denúncia.⁷⁹

Arida teria ficado também muito chateado, em março, por ter sido considerado culpado pelos problemas no anúncio das mudanças cambiais que provocaram as confusões no mercado. Não gostou de ter de defender praticamente sozinho uma tese que era conjunta (a desvalorização do real) e muito menos de se defender das denúncias de favorecimento a amigos. Arida, segundo o **Globo**, guardou “mágoas profundas” de Pedro Malan e do próprio Fernando Henrique, “que não saíram a público para defender a honra de seu subordinado”, quando surgiram as denúncias. E mágoa de Gustavo Franco, que, segundo informações “recebidas por Arida de banqueiros e jornalistas, atribuiu a ele a responsabilidade pela crise cambial”.⁸⁰ Um fato concreto, que não é suficiente para atingir a credibilidade de Arida, é que no carnaval, antes da desvalorização cambial, ele passou o feriado na fazenda de Fernão Bracher, no interior de São Paulo. Ex-presidente do BC, de quem Arida foi diretor da Área Bancária, no Governo Sarney, entre 1986 em 87, Bracher era dono do Banco BBA. As implicações deste ponto de inflexão desdobra cenários e aumenta os fios com os quais se tece a intriga.

⁷⁸ Folha de S.Paulo, 01/06/1995, Brasil, p. 1 4 – 7.

⁷⁹ Idem.

⁸⁰ O Globo 1/06/1995, Economia, p. 21.

A complicada sustentação política no Congresso

O Governo Fernando Henrique Cardoso começou com uma base de sustentação política no Congresso formada por 289 deputados e 56 senadores dos quatro partidos aliados. No Senado, representavam 69% dos 81 parlamentares, suficientes, portanto, para aprovar até emenda constitucional, que exige o voto de três quintos da casa. Na Câmara, com 57% dos 502 deputados, precisaria de mais alianças para a votação de emendas, embora pudesse aprovar projetos de lei e outras medidas que exigiam maioria simples.

Na prática, em termos numéricos, a posição governista era confortável, já que o Partido Popular (PP) tinha 37 deputados e cinco senadores, apoiou a candidatura FHC e, mesmo sem ministério, só esperava receber cargos do segundo e terceiro escalões para passar a integrar formalmente a base do governo, situação idêntica a do PL, com 13 deputados e um senador. O PPR, que teve candidato próprio a presidente (Esperidião Amin), tinha 57 deputados e seis senadores, dizia-se independente, mas prometia votar em propostas do governo coincidentes com o seu programa partidário. O PPS e o PSB, que apoiaram a candidatura Lula, tinham juntos 16 deputados e dois senadores e aceitavam analisar a participação nos segundo e terceiro escalões do governo. De oposição mesmo, então, FHC só tinha o PT, PDT e PC do B, que discutiam formar um bloco para atuar junto contra o governo, em uma bancada de 103 deputados e 11 senadores.⁸¹

Logo ficou claro que o problema maior do governo não seria enfrentar a oposição, mas administrar a base inicial de apoio parlamentar (os quatro partidos que começaram o governo com ministérios) e os que se incorporariam ao bloco governista. O PMDB, a maior bancada individual de deputados e senadores do Congresso no início da nova legislatura de 1995, por exemplo, tinha profundas divergências internas, a ponto do seu próprio presidente, deputado Luiz Henrique(SC), dizer que havia uma *rebelião* de vários parlamentares contra a aliança com o governo.⁸² Depois dos primeiros embates, o peemedebista Elcio Alvarez (ES), líder do governo no Senado, sintetizou o problema: *A tarefa tem sido muito árdua e não dá para fazer contas sobre a base de sustentação do governo, porque aqui cada voto é um.*⁸³ Na prática, este problema perpassaria todo o Governo FHC: nem sempre a decisão as direções partidárias eram seguidas pelos parlamentares, que, muitas vezes, transformavam-se em autênticos flancos

⁸¹ Folha de S.Paulo, 01/01/1995, caderno especial, p. 3.

⁸² O Globo, 14/01/1995, O País, p. 3. Como havia acontecido antes, desde o governo civil de José Sarney, e continuaria até o governo Lula da Silva, o PMDB, formado por várias correntes e grupos, é um partido dividido. Naquele momento, a ala do PMDB que apoiava a aliança com o governo FHC incluía os deputados Luiz Henrique (Santa Catarina), Michel Temer (São Paulo) e o senador Pedro Simon (Rio Grande do Sul), entre outros, de um lado. Na posição contrária, por exemplo, os senadores José Sarney, do Amapá, e Renan Calheiros, de Alagoas.

⁸³ Correio Braziliense, 09/03/1995, Política, p. 3.

de oposição, obrigando o governo a negociar os votos de que necessitava em troca de favores, verbas e cargos.⁸⁴

Um episódio ilustra como seria para FHC administrar a sua base parlamentar. O próprio presidente do PMDB, Luiz Henrique, disse que havia perdido a confiança no presidente. O motivo: pediu a manutenção de Renato Archer⁸⁵ na presidência da Embratel e a história apareceu na revista **Veja**. Henrique atribuiu o vazamento ao próprio FHC, com quem se encontrara, em companhia do senador Pedro Simon, para pedir o cargo. *Se eu e o Simon não contamos, só pode ter sido o presidente. Estou muito aborrecido, o Planalto está me difamando*, reclamou o deputado.⁸⁶ Além do mais, havia o problema: os parlamentares queriam indicar dirigentes para empresas e cargos, mas isso não podia se tornar público.

Mal começara o governo, os aliados mostraram que não estavam para brincadeira, quando se tratava de defender seus interesses. Uma discussão sobre onde seria implantada uma nova refinaria da Petrobras no Nordeste colocou em pé de guerra os governadores Tasso Jereissati, do PSDB do Ceará, Roseana Sarney, do PFL do Maranhão, e Garibaldi Alves, do PMDB do Rio Grande do Norte, cada qual querendo levar o projeto para seu estado. Em defesa de Pernambuco, aliaram-se o vice-presidente Marco Maciel, do PFL, e o seu inimigo político histórico, o governador Miguel Arraes, do PSB. Enquanto isso, a Bahia corria por fora, com pressão do senador Antônio Carlos Magalhães (PFL).⁸⁷ A briga contribuiu para adiar por vários anos a instalação de uma nova refinaria no Nordeste. Só em dezembro de 2005, sua pedra fundamental foi lançada em Suape, Pernambuco, pelo presidente Lula da Silva, com início das obras previsto para 2007.

Não foi preciso nem dois meses para a relação do Governo FHC com sua base parlamentar sofrer um primeiro grande abalo. Em fevereiro, o presidente vetou o salário mínimo de R\$ 100,00, aprovado mês anterior, a partir de uma emenda do então deputado Paulo Paim (PT-RS). Depois de muita discussão, até o conservador PFL ameaçou contribuir para derrubar o veto presidencial no Congresso, o que acabou não ocorrendo, por conta das articulações dos líderes governistas. O episódio do salário mínimo serviu também para os parlamentares

⁸⁴ Sem a pretensão aprofundar no tema, inclusive porque não é o caso, para melhor entender o sentido de partido político, recorro à definição clássica de Max Weber, para quem “partidos” são *relações associativas baseadas em recrutamento livre com o fim de proporcionar poder a seus dirigentes dentro de uma associação e, por meio disso, a seus membros ativos oportunidades (ideais ou materiais) de realizar fins objetivos ou de obter vantagens pessoais, ou ambas as coisas*. Como acrescenta Weber, os partidos podem destinar-se exclusivamente para a *obtenção do poder para o líder e à ocupação dos cargos administrativos por seus quadros*, podem se orientar de forma predominante e consciente *por interesses de estamentos ou classes*, ou ainda se orientar por *fins objetivos concretos ou por princípios abstratos*, como são os partidos ideológicos. WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília/São Paulo, UnB – Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004, vol. 1, p. 188.

⁸⁵ Presidente da Embratel indicado pelo presidente Itamar Franco, Renato Archer, deputado de Minas Gerais do antigo PSD, foi cassado pelo movimento de 64. Foi ministro da Ciência e Tecnologia do Governo José Sarney, entre 1985 e 87.

⁸⁶ Correio Braziliense, 09/03/1995, Política, p. 3.

⁸⁷ O Globo, 14/01/1995, O País, p. 3

mostrarem a clara insatisfação com a distribuição de cargos no governo, que seria cobrada com mais vigor durante o início da discussão da reforma da previdência social.⁸⁸

A proposta da reforma nem tinha chegado ao Congresso, e o deputado Roberto Jefferson, do PTB, um dos partidos aliados, dizia que achava *difícil* o governo conseguir acabar com a aposentadoria por tempo de serviço e fixar o teto de 10 salários mínimos para os aposentados.⁸⁹ O ministro do Meio Ambiente de FHC, Gustavo Krause, do PFL, reiterou que a situação estava difícil. E a explicação: *A reforma da previdência mexe com os nervos de todo mundo agora, mas daqui a pouco vai atingir é o bolso de todos nós.*⁹⁰ Reunido com o Conselho Político do Governo, no Palácio do Planalto, FHC teria deixado o encontro irritado, porque os líderes governistas negaram o apoio que pedia à reforma previdenciária.⁹¹

Entre as divergências do Governo com o Congresso em relação à reforma da Previdência, estava a proposta de acabar com os privilégios de professores e magistrados, porque outras categorias especiais, entre elas os militares, seriam atingidas apenas por projetos de lei complementar. Durante a reunião do Conselho, segundo relata o **Correio Braziliense**, o líder do PMDB no Senado, Jader Barbalho, disse: *Olha presidente, se é para tirar privilégio tem que tirar de todo mundo, inclusive dos militares, porque se não dermos um tratamento igual a todo mundo não vamos aprovar reforma nenhuma.*⁹²

Outro ponto polêmico da proposta da reforma era o que autorizava o governo a usar recursos da seguridade social para pagamento de aposentados da União, uma despesa que era atribuição do Tesouro Nacional. A proposta ainda livrava a União do compromisso de socorrer o Caixa da Previdência quando não houvesse dinheiro para pagar os benefícios. Parlamentares entendiam que, com a proposta, na prática haveria desvio de recursos da Previdência Social. O deputado do PSDB paulista Tuga Angerami chamou a medida de *imoral, ilegal, injusta e pouco ética*. O líder do PMDB, Jader Barbalho, acrescentou: *O democrata Fernando Henrique se comparou aos generais da ditadura.*⁹³

A medida provisória com a proposta da reforma foi encaminhada ao Congresso sem exposição de motivos, como já ocorrera outras dezenas de vezes. Mas os tempos eram outros. O presidente do Senado, José Sarney, disse que só a leria em plenário quando chegasse a

⁸⁸ Correio Braziliense, 9/03/1995, Brasil, p. 3

⁸⁹ Trata-se do mesmo deputado Roberto Jefferson, que ficou conhecido nacionalmente como um dos mais aguerridos integrantes da “tropa de choque” de apoio ao ex-presidente Fernando Collor, durante a discussão do seu *impeachment* no Congresso, em 1992. Mais recentemente, presidente do PTB, da base de apoio do governo do PT, envolvido em denúncias de favorecimento da máquina estatal onde colocou seus aliados como dirigentes, detonou a maior crise da história política do país, depois do *impeachment*, a partir da denúncia de um suposto “mensalão”, mesada que favoreceria parlamentares do PT e da base aliada.

⁹⁰ Correio Braziliense, 09/03/1995, Brasil, p. 3

⁹¹ Correio Braziliense, 09/03/1995, Brasil, p. 3. O Conselho Político do governo era formado pelos presidentes e líderes dos partidos aliados.

⁹² Idem.

⁹³ Jornal do Brasil, 10/03/1995, Política e Governo, p. 3

exposição. E justificou: *Era praxe enviar MPs sem explicações. O compromisso do governo foi quebrar essa praxe e só enviar MPs em caso de urgência.*⁹⁴ A reforma da previdência foi apenas o começo de uma longa batalha que durante oito anos separou em muitos momentos os aliados alojados a menos de 1.000 metros um do outro, nos prédios da Câmara e do Senado, e no Palácio do Planalto, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília.

Não foi por falta de apoio da mídia que a reforma da previdência proposta por FHC demorou para ser aprovada e, mesmo assim, pela metade. Depois de publicar uma entrevista com o ministro da Previdência, Reynhold Stephanes, em que ele explicava a proposta, editorial do **Estado** dizia que se tratava de uma “manifestação responsável de quem propõe respeito aos direitos adquiridos e busca tranquilizar quem já está aposentado, mas põe um freio nas expectativas de funcionários públicos e empregados de estatais”.⁹⁵

Alertava o **Estado** que os congressistas, juízes, empregados da Petrobras e do Banco Central podiam “pôr as barbas de molho” e quem estava contra as reformas eram os que tinham privilégios, até porque mais de 80% das pessoas, as que ganhavam menos, não seriam afetadas pela proposta e não perderiam com ela. Para o jornal, a reforma simplesmente seguia o “caminho dos países que romperam com a situação iníqua segundo a qual não há proporção entre contribuições e retribuições”. E, além disso, pretendia “distinguir a responsabilidade pública, que vai até um certo montante, e a responsabilidade individual, que deve atender àquilo que se deseja de fato receber”.⁹⁶

A reforma da previdência proposta por FHC sofreu vários remendos, e só no final de 1995 foi aprovado o aumento da idade mínima de aposentadoria de 48 para 53 anos (homens) e de 43 para 48 anos (mulheres). A reforma deixou inalterada a aposentadoria dos professores (cinco anos a menos do que os outros contribuintes), manteve a paridade entre salários dos funcionários públicos da ativa e aposentados e não resolveu o impasse quanto aos vencimentos de superiores aos do presidente da República.⁹⁷ Na verdade, a votação do conjunto das reformas apresentadas em 95 só se encerrou no final de 1998. Em editorial, o **Estado** disse que aquele acordo não podia satisfazer ao presidente, inclusive porque haveria um intervalo de dois anos entre a data de aprovação das medidas e sua entrada em vigor. “Se a reforma era para salvar a previdência, e o sistema estava na situação precária em que o pintavam, o acordo era claramente insuficiente”.⁹⁸

⁹⁴ Idem.

⁹⁵ O Estado de S. Paulo, 8/03/1995, Notas e Informações, p. 3, “A reforma da previdência”.

⁹⁶ Idem.

⁹⁷ Uma nova reforma da Previdência complementando a anterior, inclusive elevando em mais sete anos a idade mínima para aposentadoria, foi aprovada no Governo Lula, em 2003.

⁹⁸ O Estado de S. Paulo, 8/12/1995, Notas e Informações, p. 3, “Acordo que não pode ser celebrado”.

Porém, bem antes, em março, quando a polêmica em torno da reforma da previdência ainda estava no começo, o governo de FHC levou um susto e teve mais uma demonstração de como seria o seu relacionamento com o Congresso. O Senado Federal, por 42 votos contra 20, aprovou projeto de lei complementar limitando em 12% ao ano a taxa de juros reais que poderia ser cobrada pelo sistema financeiro nacional. E limitou a 6% ao ano os juros para financiamentos do setor agrícola e de projetos de infra-estrutura social, como saneamento básico, que tinham taxas na faixa de 12% ao ano. Na prática, o projeto regulamentava o parágrafo 3 do artigo 192 da Constituição Federal, que estabelece que as taxas de juros reais, incluindo comissões e outras remunerações diretas e indiretas referentes à concessão de créditos, não podem ser superiores a 12% ao ano.⁹⁹

Na votação do projeto, líderes do PFL e do PSDB foram contra, mas o líder do PMDB, Jader Barbalho, defendeu-o. Sinal do que ocorria dentro do PMDB, o senador José Fogaça (RS) foi contra o projeto, com o argumento de que o novo limite de juros tirava do governo *um instrumento importante de política monetária*.¹⁰⁰ Até hoje, o limite dos juros não foi regulamentado e dificilmente será algum dia, mas é importante lembrar que o Congresso decidiu sobre a delicada questão dos juros no mesmo momento em que o Brasil enfrentava o seu primeiro grande surto especulativo contra o real, na esteira da crise financeira do México e da Argentina.

Naquela votação dos juros, o “governo descobriu-se totalmente desarticulado no Congresso”, com sua base política “em chama”, como definiu a **Folha**. Preocupados com o que poderia acontecer com a votação das outras reformas, o próprio FHC e alguns ministros começaram tentar acalmar o Congresso, com “dois tipos de munição: palavras e cargos”. Em primeiro lugar, seriam reduzidos os poderes do ministro-chefe da Casa Civil, Clóvis Carvalho, para nomear funcionários do segundo escalão – a grande reivindicação dos parlamentares –, enquanto o ministro Sérgio Mota anunciava que começaria a aceitar indicações para direções das subsidiárias do Sistema Telebras nos estados.¹⁰¹

Desde os primeiros embates, também ficou claro que o apoio do Congresso teria um custo maior do que o imaginado pelo governo. O líder do PMDB na Câmara, Michel Temer, não escondia que seu partido queria mais cargos na administração naquele momento, sobretudo, nos segundo e terceiro escalões. Além de participar das *decisões políticas do governo*, o que já fazia com os três ministérios que recebera, o partido queria mais espaço. Em entrevista à **Folha**, Temer disse que *a única coisa que o PMDB pleiteia é o mesmo espaço destinado aos demais partidos aliados, e presidente o presidente Fernando Henrique tem divulgado que dará*

⁹⁹ Folha de S.Paulo, 9/03/1995, Brasil, p. 1 – 8.

¹⁰⁰ Idem.

¹⁰¹ Folha de S.Paulo, 10/03/1995, Brasil, p.1- 4

*aos partidos aliados igual espaço. É fundamental esse espaço porque, se os partidos aliados estão comprometidos com o programa de governo, é importante que os seus membros tenham presença na execução desses programas e isso significa estar no Executivo.*¹⁰²

Lembrou que FHC iria preencher cargos no segundo e terceiro escalões e que o partido tinha reivindicações nesses setores. *Como qualquer outro partido. Há muito espaço. Não há no PMDB fome por cargos. Haverá sim preocupação com as teses que o governo está mandando para o Congresso. Mas o partido abriria mão de cargos? Não. Significa simplesmente que ele não será o provocador desses cargos. O que ele fará será oferecer nomes qualificados profissionalmente para avaliação do presidente da República.* Sobre a tese de que deveria prevalecer como critério para ocupação de cargos o tamanho das bancadas dos partidos, Temer respondeu: *A constituição brasileira assegura em todas as suas passagens políticas o critério da proporcionalidade. Portanto, em tese, se for aplicado o critério constitucional da proporcionalidade, é claro que o PMDB deveria ter um espaço político maior.*¹⁰³

Enquanto Temer defendia o espaço do PMDB, a bancada do PSDB na Câmara reclamava da falta de informações antecipadas sobre o que o governo pretendia fazer. Queria maior participação nas decisões governamentais, até mesmo para poder defender as propostas no Congresso. Os deputados paulistas Tuga Angerami e Zulaiê Cobra foram enfáticos, pois o PSDB precisava participar mais do governo e não iria contentar-se apenas com explicações técnicas que lhes eram envidas.¹⁰⁴

Os próprios líderes aliados reconheciam que dificilmente o Congresso aprovaria naquele momento matérias de interesse do Executivo, já que existia “um verdadeiro motim”, resultante de vários motivos, sendo o principal o “distanciamento entre ministros e parlamentares”. O líder do governo na Câmara, Luiz Carlos Santos (PMDB SP), que ocupou o mesmo cargo no governo Itamar, exemplificou: *O que está faltando é um FHC no Ministério do presidente FHC. Fernando Henrique, como ministro, promovia reuniões, tinha encontros, mantinha contato, tudo sem burocracia.*¹⁰⁵ Quis dizer com isso que os parlamentares queriam discutir suas questões diretamente com quem tinha a caneta mais cheia de tinta para nomear os ocupantes dos cargos do governo federal. Como definiu a **Folha**, sem oposição significativa no Congresso desde que assumiu, FHC, na prática, tinha de lidar com aliados nada confiáveis, que votavam contra suas propostas. Na verdade, os partidos governistas se “aproveitavam da fragilidade do governo para impor exigências ao Palácio do Planalto”, como disse a **Folha**.¹⁰⁶

¹⁰² Folha de S.Paulo, 5/03/1995, Brasil, p. 1 – 8.

¹⁰³ Idem.

¹⁰⁴ O Globo, 08/03/1995, O País, p. 3.

¹⁰⁵ Idem.

¹⁰⁶ Folha de S.Paulo, 12/03/1995, Finanças, p. 2 – 8.

Alguns editoriais espelharam como os jornais viam a questão do embate entre o governo e o Congresso. Para a **Folha**, parlamentares que “supostamente apoiavam FHC anunciavam que não havia base governista no Congresso e que a aprovação das reformas teria de ser obtida *voto a voto*”. A pressa para votação das reformas tendia a “diminuir o cacife de negociação” do Planalto, que já abria a possibilidade de “mediar o diálogo com os deputados escorado em reservas que pretende manter altas até a votação de suas propostas: os cargos no segundo e terceiros escalões”. O jornal apelou ao bom senso, porque, “apesar do desalento de ver o Legislativo começar suas atividades com algumas atitudes que lembram a desastrosa legislatura anterior, espera-se que os parlamentares exibam pelo menos um espírito de autopreservação menos mesquinho. Dada a magnitude da crise que talvez se avizinha, devem considerar que está em questão não apenas o sucesso do plano econômico, mas também a chance de modernizar o país e retomar de vez o crescimento.”¹⁰⁷

Em outro editorial, a **Folha** lembrou que os problemas na votação do salário mínimo, das taxas de juros e da reforma da previdência mostraram ao governo que, para obter apoio político no Congresso, tudo estava “por fazer”. Entre os senadores que concordaram com a proposta dos juros, por exemplo, 76% eram da base governista. O jornal perguntava se a atitude dos aliados era “resultado de incoseqüência, ignorância do projeto político que dizem apoiar ou da incapacidade dos líderes de FHC. Talvez possa se suspeitar, ainda, de uma mera exibição de força para aumentar o poder de barganha parlamentar”. Ou de que os parlamentares estavam “pagando para ver” até onde ia a “intenção de FHC de negociar apenas propostas, sempre através dos partidos”. Preocupante, segundo o jornal, é que “o estoque de cargos públicos que o Planalto ameaça sacar da algibeira sugere que, na melhor das hipóteses, deve vir pela frente uma solução híbrida, na linha da chamada *política do possível*”.¹⁰⁸

Ao analisar a questão da ocupação dos cargos públicos, a **Folha** diz que “o governo FHC não dimensionou com precisão a larga margem de concessões que a *política do possível* exige”. Se aquela semana havia terminado em “clima de aparente contemporização”, essa calma sugeria apenas que acabara de “ruir a primeira versão da política governamental de relacionamento com o Congresso: o sistema com o qual Fernando Henrique pretendia dar novo e mais transparente formato às negociações entre Executivo e Legislativo”. E havia o problema de saber como o governo iria “amainar o apetite parlamentar de forma digna”. Na visão do jornal, naquele momento, ainda não se vislumbrava alternativa para a tendência de a *política*

¹⁰⁷ Folha de S.Paulo, 09/03/1995, Opinião, p. 1 – 2, “Manobra suspeita”.

¹⁰⁸ Folha de S.Paulo, 10/03/1995, Opinião, p. 1 – 2, “O preço das reformas”.

do possível se parecer cada vez mais com uma versão disfarçada do que *é dando que se recebe*.¹⁰⁹

Em meio à crise com o Congresso, ainda no dia 9 de março, o presidente do PSDB, Pimenta da Veiga, renunciou, por não concordar com o fato de o ministro das Comunicações, Sérgio Motta, insistir em se manter no cargo de secretário-geral do partido, mesmo ocupando uma pasta no primeiro escalão do governo. O seu argumento foi que os outros tucanos com cargos na esfera federal e nos estados deixaram os cargos partidários. *O projeto que eu tinha para o partido exigia um secretário-geral efetivo, que pudesse desenvolver um trabalho*, disse Pimenta.¹¹⁰ Como se verá, Sérgio Mota protagonizaria outros episódios que abalaram a tranquilidade do governo, o mais ruidoso, o da compra de votos durante a votação do projeto de reeleição para cargos do Executivo.

Na visão do jornal **Estado**, Sérgio Mota, que controlava o PSDB, na falta de outros assumira o “papel de coordenador político, disposto a usar cargos nas empresas do Sistema Telebras para contentar aqueles que se julgam afastados das decisões”. O resultado foi que o governo do PSDB foi “obrigado a dividir cargos com adversários de ontem e aliados ocasionais de hoje, levado a escolher no partido do qual se desligou por princípios, dizem éticos, o líder de seu governo”. Diz o jornal que, de outubro de 1994 (a eleição de FHC) até aquele mês de março, “um partido em que muitos depositavam confiança mostrou ser assaz semelhante aos demais” no meio dos quais convivia, mas faz a ressalva: “O presidente da República, líder incontestado do partido até sua fragmentação, nada tem a ver com tudo isso. Seu interesse, antes de partidário, é nacional”.¹¹¹

E mais adiante, em outro editorial, o **Estado** faz uma síntese da realidade ao lembrar que o Executivo não tinha maioria no Congresso e, “apesar de todo o aparato do Conselho Político, nem suas lideranças têm autoridade sobre os liderados”. Lembra que os líderes do governo e da maioria na Câmara eram do PMDB e o líder da maioria no Senado do PFL. Conclusão do jornal: quem “determina pautas no Congresso, se liderança vale alguma coisa, é gente do PMDB. Que detém, aliás, o controle do Congresso Nacional, já que seu presidente é o senador José Sarney.”¹¹²

¹⁰⁹ Folha de S.Paulo, 10/03/1995, Opinião, p. 1 - 2, “Favorece-me ou te devoro”. Durante os trabalhos da Constituição promulgada em 1998, o deputado Roberto Cardoso Alves, do PDS, era um dos principais articuladores do chamado “centrão”, um conjunto de parlamentares de vários partidos de tendência conservadora. Tornou-se célebre ao afirmar que é “dando que se recebe”, em uma alusão à oração a São Francisco de Assis, para justificar o voto em apoio ao governo em determinados momentos. O termo acabou virando um jargão utilizado sempre que se registra o apoio político ou o voto favorável no Congresso em troca de liberação de financiamentos, ocupação de cargos públicos e outros favores oficiais.

¹¹⁰ Folha de S.Paulo, 10/03/1995, Brasil, p. 1 - 6.

¹¹¹ O Estado de S. Paulo, 12/03/1995, Notas e Informações, p. A 3, “Os tucanos derrubaram o muro”.

¹¹² O Estado de S. Paulo, 13/03/1995, Notas e Informações, p. A 3, “Sinais da crise”.

No começo de maio, o presidente FHC ampliou sua base de sustentação no Congresso ao agregar ao grupo aliado o Partido Progressista Reformador (PPR), de Paulo Maluf, do senador Esperidião Amin e dos deputados e ex-ministros da Fazenda Delfim Neto (SP) e Francisco Dornelles (RJ), entre outros. O presidente passaria a contar com mais uma bancada de 49 deputados e cinco senadores, alinhada, pelo menos, com suas propostas de reformas econômicas. Como os demais partidos, em troca do apoio o PPR queria cargos e ser ouvido nas decisões governamentais. O seu presidente, senador Esperidião Amin, disse que não se tratava de *nenhum acordo toma-lá-dá-cá*. Mas, a exemplo de Michel Temer, entendia que, se o partido participava da formulação das propostas do governo, era natural que essa participação se desdobrasse em cargos. Além de colaborar com o governo, o PPR tinha *nomes suficientemente bons e com experiência para vir a ocupar um ministério*, adiantou-se o deputado Beto Mansur (SP). E o deputado Nelson Marchesan (RS) tinha *todas as condições para ser ministro de todas as pastas, junto com outros nomes do partido*, endossou Amin. E, como nos outros partidos, havia dissidência. O senador Eptácio Cafeteira (MA), a princípio, era contra a adesão e prometia manter independência nas votações dos projetos no senado.¹¹³

Durante o encontro com a bancada do PPR que oficializou a adesão do partido ao governo, FHC comentou a aprovação, no plenário da Câmara, da proposta que abriu ao setor privado a comercialização de gás canalizado. Disse que *a votação foi uma marca significativa de que o país realmente está apoiando as transformações, está sentindo que este é o momento. Não existe mais aquela atitude contra, todos votaram pela reforma*.¹¹⁴ Mas integrantes do PPR adiantaram que iriam cobrar a participação no ministério, ainda no segundo semestre, quando estivessem aprovadas as cinco emendas da área econômica, tratando, além da comercialização do gás, da quebra dos monopólios do petróleo, das telecomunicações, da mudança do conceito de empresa nacional e da abertura do mercado da navegação de cabotagem.¹¹⁵

Logo FHC percebeu que a base de sustentação política, por si só, não era suficiente para decidir as questões de interesse do governo. Na votação da emenda de quebra do monopólio do petróleo, por exemplo, ele teve de assumir pessoalmente a tarefa de virar alguns votos contrários. Participou de um jantar na casa do vice-presidente da Câmara, Ronaldo Perim (PMDB-MG), com a presença de 30 peemedebistas. Segundo o **JB**, o apoio da bancada ruralista, que dizia ter cerca de 140 deputados de vários partidos, custaria ao Tesouro Nacional R\$ 1 bilhão, que correspondia à diferença entre aos juros de mercado e os juros prefixados em

¹¹³ O Estado de S. Paulo, 05/05/1995, Política, p. A 4.

¹¹⁴ O Estado de S. Paulo, 05/05/1995, Política, p. A 4.

¹¹⁵ Folha de S. Paulo, 5/05/1995, Brasil, p. 1 – 5.

16% autorizados para os financiamentos agrícolas, menos da metade das taxas praticadas no mercado.¹¹⁶

O porta-voz da Presidência, Sérgio Amaral, tentou explicar que o empenho do presidente em favor dos ruralistas era uma retribuição à “importante contribuição” do setor ao Plano Real, sobretudo, a safra recorde de 1994, que permitiu manter os preços agrícolas inalterados ou com pequenas elevações. Disse também que FHC apoiava o setor rural para evitar a redução da área plantada no país na safra seguinte. Os ruralistas conseguiram ainda uma concessão adicional do governo: as dívidas que fossem novamente prorrogadas, em 1996, poderiam ser corrigidas pela mesma taxa de juro prefixada de 16%.¹¹⁷

No dia 8 de junho, um dia após a aprovação da emenda que quebrou o monopólio do petróleo na Câmara, líderes governistas começaram a avisar a seus liderados que o governo começaria a distribuir cargos para os partidos aliados. O líder do PSDB na Câmara, José Aníbal (SP), afirmou: *Agora, as coisas estão prontas. Os cargos vão sair. Devem sair as teles*, disse, em uma referência aos cargos que deveriam ser ocupados nas empresas de telecomunicações. E era bom que saíssem mesmo, porque parlamentares do PP, PTB e PL, que tinham cerca de 70 deputados, ameaçavam esvaziar a Câmara na semana seguinte, durante a votação da emenda das telecomunicações, se não ficasse acertada a entrega dos cargos de segundo e terceiro escalões.¹¹⁸ Não foi preciso cumprir a ameaça e a emenda foi votada.

Os petroleiros vão à lona

No dia 3 de maio de 1995, empregados da Petrobras, de companhias telefônicas e de eletricidade estatais, da previdência social e os funcionários públicos das universidades federais, da base sindical da Central Única dos Trabalhadores, iniciaram uma greve por tempo indeterminado em todas as regiões do país. Os funcionários dos Correios e Telégrafos fizeram uma paralisação inicial de 24 horas. Foi o primeiro embate significativo das oposições reunidas em torno da CUT, o braço sindical do PT, com o governo FHC. A greve, segundo seus organizadores, era contra as reformas constitucionais propostas pelo governo, tidas como ‘neoliberais’, contra as privatizações dos Correios e do setor elétrico e em defesa do monopólio dos setores de petróleo e telecomunicações.¹¹⁹

Mas havia também reivindicações por um reajuste mensal dos salários, com base no índice de inflação medido pelo Dieese, a reposição de perdas e o cumprimento de acordos já

¹¹⁶ Jornal do Brasil, 08/06/1995, Política e Governo, p. 4.

¹¹⁷ Idem.

¹¹⁸ Folha de S.Paulo, 09/06/1995, Brasil, p. 1 – 6.

¹¹⁹ Folha de S.Paulo, 3/05/1995, Brasil, p. 1 – 8.

assinados. *Se o governo for inteligente, ele senta para negociar*, afirmou o presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, para quem as categorias grevistas estavam *sentindo seus direitos ameaçados*. O coordenador da poderosa Federação Única dos Petroleiros (FUP), Antônio Carlos Spis, dizia que eles iriam *parar de norte a sul*, enquanto os telefônicos estavam *afiados*, conforme definição de Marcelo Beltrão, da Federação Interestadual dos Telefônicos. Ele assegurou, porém, que, inicialmente, seriam afetados *apenas* os serviços de instalação, transferência e reparos de telefones, o que significava dizer, entre outras coisas, que, se telefones particulares ou orelhões públicos quebrassem, não seriam consertados. A Força Sindical prometeu parar os metalúrgicos nos dias seguintes, especialmente em São Paulo, em defesa da privatização.¹²⁰

A análise de editoriais dos jornais já no período inicial da greve mostra de forma clara de que lado eles estavam naquele momento. As reivindicações econômicas dos grevistas, na verdade, eram apenas uma cobertura para evitar a reforma constitucional, segundo o **Estado**, que alertava para o risco do que poderia significar para “o processo democrático estarem os sindicatos das principais atividades essenciais controlados por energúmenos que entendem apenas o direito da força, rindo-se para as normas jurídicas em vigor, especialmente a Constituição, e para os tribunais existentes”. O jornal também se perguntava:

“A greve cessará por exaustão, ou os poderes da República, especialmente o Congresso Nacional, comunicarão que as ruas decidiram mais uma vez os destinos do País e quaisquer reformas constitucionais apenas serão feitas com o prévio consentimento da CUT? Não se trata de reação de espírito conservador. Trata-se simplesmente de reclamar de todos os cidadãos que respeitem a lei, nada mais. Se a constituição estabelece que a reforma pode dar-se desta e não daquele maneira, e se as formas estão sendo seguidas, fazer greve para impedir que a discussão prossiga até o fim é impor ao Congresso a ditadura dos sindicatos cutistas”.¹²¹

O **Estado** não esperava que o bom senso voltasse às lideranças sindicais, que eram “insensíveis aos argumentos da razão”, mas às bases, que deveriam aprender que estavam “trilhando um caminho que conduz a lugar nenhum”. Ao juntar reivindicações salariais com a reforma da constituição, os sindicatos grevistas “conseguiram marcar um ponto”, no que seria a “primeira prova de força para o governo FHC e para o Congresso eleito juntamente com o chefe do Executivo”. E o futuro político brasileiro dependeria de como os poderes Executivo e Legislativo saberiam reagir – “evidentemente resistindo – às pressões espúrias dos dinossauros reunidos em soviet”.¹²²

O governo jogou duro. Pediu e conseguiu que a Justiça de Trabalho decretasse a ilegalidade das greves e começou a esvaziar o movimento geral, com a volta ao trabalho. A exceção foram

¹²⁰ Idem.

¹²¹ O Estado de S. Paulo, 4/05/1995, Notas e Informações, p. A 3, “Uma greve contra o Congresso”.

¹²² Idem.

os trabalhadores da Petrobras, que, parados, ameaçavam o abastecimento de combustíveis para veículos, indústrias e gás para a população. Resistindo a três semanas de endurecimento dos grevistas, na madrugada do dia 24 de maio, uma quarta-feira, tropas do Exército com cerca de 1.600 homens e mais 400 da Polícia Militar de São Paulo ocuparam as refinarias de Paulínia, na região de Campinas, Capuava, na grande São Paulo, e de São José dos Campos, no Vale do Paraíba. A refinaria Presidente Vargas, em Araucária, no Paraná, também foi ocupada por forças militares.¹²³

A ação não atingiu a refinaria de Cubatão, na baixada santista, porque ela estava sob o controle de cerca de 300 petroleiros desde o 3 de maio. Na tarde daquele mesmo dia 24, o ministro da Minas e Energia, Raimundo Brito, em pronunciamento em cadeia nacional de rádio e televisão, pregou a volta ao trabalho e disse que as tropas militares foram convocadas para assegurar um retorno sem incidentes. Assegurou que a Petrobras estava aberta ao diálogo, desde que cumpridas as decisões do TST. E que com a greve todos perdiam, ganhando, por outro lado, com o diálogo e o entendimento. Nas duas semanas anteriores, o governo havia treinado, em São Paulo, 200 trabalhadores que começaram a colocar as refinarias em funcionamento imediatamente após a ocupação.¹²⁴

O impasse na greve surgiu porque os petroleiros resolveram radicalizar, negando-se desde o começo a acatar as determinações da Justiça do Trabalho para encerrar o movimento. E porque o governo, por orientação direta do presidente FHC, não negociou a reintegração dos demitidos nos primeiros dias da greve. E, em seguida, não fez qualquer concessão negada anteriormente pela Justiça do Trabalho, o que eliminou a possibilidade de reajuste de salário antes da data-base da categoria, em setembro.¹²⁵

Os petroleiros perderam. Já demonstravam a intenção de voltar ao trabalho quando o governo decidiu, no dia primeiro de junho, demitir mais 3 mil grevistas da Petrobras. Políticos, entre eles o senador Eduardo Suplicy, do PT, movimentaram-se. Em audiência com FHC, o senador Jader Barbalho, um dos líderes da coligação governista no Senado, entregou documento assinado por parlamentares de vários partidos com um apelo para cancelar as demissões. FHC respondeu que, após a volta ao trabalho, aceitava discutir e rever as antigas, suspender as novas e programar os descontos dos dias parados.¹²⁶

Depois de 31 dias, em 2 de junho, os petroleiros começaram a encerrar a mais longa greve de sua história e voltaram ao trabalho, quando várias cidades enfrentavam problemas no abastecimento de derivados de petróleo, incluindo o gás de cozinha, além do álcool combustível. Voltaram sem as reivindicações atendidas e sem qualquer garantia do governo de

¹²³ O Globo, 25/05/1995, Economia, p. 23 – 24.

¹²⁴ Idem.

¹²⁵ O Globo, 3/06/1995, Economia, p. 23.

¹²⁶ Folha de S. Paulo, 3/06/1995, Brasil, p. 1 – 4.

que os 104 trabalhadores e líderes sindicais demitidos durante o movimento seriam reintegrados. Os funcionários da refinaria da Petrobras em Cubatão (SP) ficaram em greve mais um dia.¹²⁷

A mobilização dos funcionários e estatais, na visão do **Estado**, indicava que a CUT e o PT estavam “fazendo um movimento de pinças para envolver e, se possível, minar os fundamentos do Plano Real”, a única explicação “para a onda de greves extemporâneas” que, iniciada em meados de abril, vinha “causando transtornos à população e prejuízos à economia nacional”. O jornal critica o combate ao Real, que colocou o país “com inflação declinante e situada, comparativamente com o que havia um ano atrás, em nível quase civilizado”. E que, além disso, vinha proporcionando “o crescimento da economia e, portanto, do emprego, bem como a manutenção das taxas de inflação em patamares que autorizam o otimismo”.¹²⁸

Evidentemente que havia um componente político na greve dos petroleiros, como mostra o próprio manifesto grevista. Mas um dos argumentos utilizados para o movimento na Petrobras foi um acordo feito entre os trabalhadores e o ex-presidente Itamar Franco, no apagar das luzes de sua administração, em novembro de 1994, que previa reajustes de 12% a 18% para os salários, dependendo da faixa. Só que o acordo não chegou a ser assinado na Justiça do Trabalho e foi questionado pelo Governo FHC no TST, que o considerou sem valor legal.

Mesmo nocauteado no começo de junho, o presidente da FUP, Antônio Carlos Spis, um dos demitidos da Petrobras, disse que a greve poderia voltar na semana seguinte, se houvesse *impasse ou desrespeito a qualquer decisão discutida*. Ele criticou o governo, a quem acusou de intransigente e truculento: *Não honrou um compromisso assumido, manipulou a Justiça do Trabalho, colocou tanques de guerra contra pais de família, escondeu gás de cozinha e fez o povo enfrentar filas e pagar ágio*. A greve poderia ter ido mais longe, segundo Spis, mas a FUP não era *irresponsável* e, quando viu que *não existiam mais interlocutores para negociar politicamente uma decisão séria*, recomendou aos petroleiros a suspensão do movimento.¹²⁹

Após a greve, o porta voz Sérgio Amaral disse que FHC continuava aberto ao diálogo e não estava *movido por qualquer espírito de represália e vingança*. Só que, também, não poderia *desconhecer a lei e a justiça*. O diretor da Área Industrial e de Transportes da Petrobras, Aurílio Fernandes Lima, deu o tom exato do sentimento na empresa: *A greve já acabou e não há vitoriosos ou derrotados*. Mas, quanto às demissões? *Não há intenção de rever todas as 104 demissões, só alguns casos, após uma detalhada análise*.¹³⁰

O **JB** publicou um quadro ilustrativo sobre o embate entre os petroleiros e o governo. Entre os vencedores, FHC *sai como o principal vitorioso*, pois não cedeu às reivindicações, obteve

¹²⁷ Jornal do Brasil, 3/06/1995, Política e Governo, p. 4

¹²⁸ O Estado de S. Paulo, 10/05/1995, Notas e Informações, p. A 3, “O fim da irresponsabilidade grevista”.

¹²⁹ Idem.

¹³⁰ Idem.

respaldo da Justiça e acredita ter contado com o apoio da população. Venceu a reforma constitucional, já que a emenda que acabava com o monopólio da Petrobras recebeu o aval da população, que se sentiu ameaçada com a falta de gás e combustível. Também venceram os partidos governistas (PFL, PTB, PMDB e PSDB), cujos líderes redigiram um documento que serviu de “pretexto” para os petroleiros acabarem com a greve.¹³¹

Entre os perdedores, estavam Luiz Inácio Lula da Silva, que “não conseguiu intermediar nem o atendimento às reivindicações dos petroleiros nem o fim da paralisação”, a CUT e o movimento sindical, que saíram “extremamente enfraquecidos da greve”. Ainda o presidente da CUT, Vicentinho, que não conseguiu apoio, não resolveu impasses e “ganhou antipatia da Justiça do Trabalho, à qual fez acusações durante o movimento”. Além, naturalmente, dos petroleiros, que “não tiveram as reivindicações salariais atendidas e voltaram ao trabalho sem garantia de reintegração dos demitidos”.¹³²

Já na segunda semana da greve, os meios de comunicação começaram a insistir na hipótese de desabastecimento de combustíveis derivados de petróleo e álcool. Por culpa, evidentemente, dos grevistas. Mais ao final do movimento, reportagens de jornais, emissoras de rádio e de televisão - esta, com suas imagens incontestáveis - passaram a mostrar caminhões parados nas refinarias, postos de combustível racionando a venda ou sem nada para vender e populares procurando inutilmente botijões de gás de cozinha para comprar. Tudo, subliminarmente, reforçando a idéia de que tudo aquilo tinha um responsável: os petroleiros oportunistas e insensíveis, incapazes de compreender os danos que causavam em um setor fundamental para a população, o de abastecimento de combustíveis.

Ao final da greve, em editorial, o **JB** sintetizou um sentimento disseminado pela mídia. “Pode o governo não se sentir vencedor, mas o movimento sindical saiu vencido de uma greve marcada pela insensatez”, mesmo porque o “direito de greve acaba quando começa o direito dos cidadãos a serviços que são essenciais à sua vida diária. A greve dos petroleiros, prolongando-se indefinidamente, não levou em conta o sentimento da sociedade. Caracterizou-se, assim, a abusividade”. No entendimento do jornal, dois marcos ficaram da experiência grevista: encerrara-se “o ciclo das greves contra a sociedade e o governo mostrou que é possível, sem recuar, aplicar a lei, mantendo as posições decorrentes da interpretação dada pelos tribunais.” Enfim, a lei havia vencido e, com ela, a democracia.¹³³

As alas radicais do PT e da CUT praticavam uma política de “terra arrasada” contra o governo,

“fingindo que não percebem que estão, na verdade, atentando contra as mais autorizadas esperanças de regeneração do país que os brasileiros têm em

¹³¹ Idem.

¹³² Idem.

¹³³ Jornal do Brasil, 3/06/1995, Opinião, p. 10, “A força da lei”.

décadas e contra o nível de bem-estar que a população, em especial as camadas de baixa renda, conquistou com a estabilização da economia e o debelamento da inflação. A natureza política das greves se evidencia pelo seu manifesto inicial, uma mixórdia de reivindicações salariais encapando o objetivo principal de obrigar o governo a interromper o processo de reforma constitucional e da abertura da economia. O desdobramento dos movimentos também não deixa dúvida quanto aos objetivos políticos da CUT. À medida que as primeiras greves vão sendo declaradas abusivas e perdem ímpeto, outras vão sendo programadas”.¹³⁴

Na visão do **Estado**, foi correto o “rigor” do governo em cortar o ponto dos dias parados dos trabalhadores e cobrar multas dos sindicatos, inaugurando, assim, uma “nova etapa nas relações com grevistas políticos”. E aquela greve seria o “verdadeiro teste das lideranças da CUT e do PT”, por conta do desconto dos dias parados e das multas, que, no entendimento do jornal, dificultaria novos movimentos políticos. É por isso que o presidente, os ministros e dirigentes de estatais deveriam montar “uma cadeia de solidariedade para que cada grevista saiba que, doravante, a alegre irresponsabilidade de greve política, ilegal e abusiva custa caro pela ele, e não apenas para a Nação”.¹³⁵

O **Estado** voltaria à carga contra grevistas petroleiros, ao ironizar algumas das suas reivindicações, que incluíam a extensão da assistência médica paga pela empresa para os empregados, aos ex-sogros e ex-cônjuges, enteados e padrastos. Cita o que considera outros absurdos contra “as exigências pelas quais se batem os líderes de uma greve suicida” : a conversão do 13º salário de 1994 pela URV de junho, (o que daria um ganho de 18% sobre os outros trabalhadores que tiveram a conversão pela URV de fevereiro) e uma produtividade de 10%.¹³⁶

Em vários editoriais publicados durante o movimento dos petroleiros, o **JB** também insistiu que as greves eram corporativas e políticas, “preparadas e comandadas pela CUT”. Afirma o jornal em um de seus editoriais:

“A CUT vem se desgastando, cada vez mais, junto à opinião pública. Suas greves são eminentemente corporativas. Visam, essencialmente, à defesa dos privilégios dos funcionários públicos ou de empregados de empresas estatais que exploram setores monopolistas, onde a falta de concorrência e a acomodação política não implicam risco de demissão. Por isso, tornaram-se extremamente antipáticas e fadadas ao fracasso político. As derrotas que se sucedem nos tribunais são conseqüência. (...) São greves contrárias às reformas que a maioria da população apoiou com o seu voto na eleição presidencial do ano passado”.¹³⁷

Ressalta o jornal que as greves, contra o desejo de mudança, não tiveram apoio popular. “Ao contrário, por prejudicarem o dia-a-dia dos cidadãos, ameaçados pela falta de gás,

¹³⁴ Idem.

¹³⁵ Idem.

¹³⁶ O Estado de S. Paulo, 25/05/1995, Notas e Informações, p. A 3, “Greve dos ex-genros”.

¹³⁷ Jornal do Brasil, 10/05/1995, Opinião, p. 8, “De derrota em derrota”.

transportes, de luz e de escolas para os filhos, funcionaram como antipropaganda das causas que a CUT e seus teleguiados tanto defendem. O tiro saiu pela culatra”.¹³⁸ Os dirigentes da FUP e da CUT, por sua vez, praticavam um “tipo de sindicalismo retrógrado”. Com a greve, os trabalhadores parados não recebiam os salários, mas eles não tinham esse problema, já que seus proventos vinham “integralmente dos órgãos sindicais” que bancavam a aventura.¹³⁹

O objetivo da greve dos petroleiros, segundo o **JB**, era “quebrar a espinha de um governo eleito pela esmagadora maioria da população, só porque ele está se limitando a pôr em prática o que prometeu em campanha. Sabotá-lo com rancor e ressentimento, mesmo que para isso tenha de desestabilizar a economia, paralisar o país e prejudicar as famílias de trabalhadores. Apedrejá-lo, vilipendiá-lo, ameaçá-lo com um pretendo golpe militar de radicais de pijama para ganhar no tapetão o que não conseguiram legalmente nas urnas”. Era, em essência, “o programa da CUT sob a retórica nacionalista”, contrária à privatização e entrada de investimentos externos no país. Residia aí “o perigo da manutenção de monopólios seqüestrados por corporações de privilegiados”, afirmava o jornal, lembrando ainda que, em seis anos, aquela foi à décima greve dos petroleiros do setor estatal, enquanto nas duas únicas refinarias privadas do país, responsáveis por apenas 5% da produção, não havia greve há quatro décadas.¹⁴⁰

Ainda em meio à greve, o **JB** parecia falar com autorização do governo. “Desta vez, o governo não vai ceder, não quer ceder, não pode ceder ao grevismo ilegal, que só aceita os veredictos dos tribunais quando estes lhes são favoráveis. Desta vez, o governo tem o povo atrás de si e sua última palavra é só retomar o diálogo quando os grevistas retomarem o trabalho”. Era preciso resistir, porque a CUT tinha a “empáfia de recusar reformas constitucionais decididas por mais de dois terços do Congresso Nacional, ousa afrontar a decisão dos tribunais superiores do país, recusa a legitimidade a um governo consagrado nas urnas”. O preço da “teimosia” seria alto, alertava o jornal, que sugeria ao movimento grevista “voltar à razão” enquanto era tempo. Não havia chance de conversa enquanto durasse a greve, já que FHC havia riscado a “palavra concessão de seu vocabulário – e fez muito bem”.¹⁴¹

Já no apagar da greve, o **JB** dizia que seria possível retirar algumas lições que iam além da “mera constatação da intransigência da CUT e, por extensão, do PT”. Entre elas, a falta de controle dos seus líderes sobre as “facções extremistas do movimento sindical e a transformação do partido do operariado paulista no partido dos funcionários públicos e dos empregados de estatais”. As lideranças dispostas a negociar alguma coisa não conseguiam dialogar por causa dos “tais grupúsculos *duros*, que se apossaram das bases e seqüestraram o

¹³⁸ Idem.

¹³⁹ Jornal do Brasil, 20/05/1995, Opinião, p. 10, “Cutilada pelas costas”.

¹⁴⁰ Jornal do Brasil, 24/05/1995, Opinião, p. 8, “Sem concessão”.

¹⁴¹ Idem.

movimento sindical”. Essa seria uma perda de controle grave para Lula da Silva, que se colocava naquele momento como uma alternativa possível, pela terceira vez, para as eleições de 1998.¹⁴²

“Como confiar, porém, num partido dominado por segmentos que não acreditam na alternância nem confiam na democracia?”, perguntava o jornal, propondo o exame da “inquietante evolução histórica que transformou o PT, partido inicialmente identificado com um projeto de sociedade civil, em agremiação dirigida por profissionais da política, vivendo de contribuições de parlamentares, prefeitos, secretários, assessores, e até mesmo do arcaico imposto sindical”. Na verdade, para o jornal, o PT tornara-se “cada vez mais parecido com o Estado brasileiro, do qual se fez ardoroso defensor com o passar dos anos, sendo esta metamorfose no sentido do estatismo, do populismo e do empreguismo, servida por uma autêntica central de informações montada pela CUT”, o seu braço sindical que naquela época controlava 175 organizações de funcionários públicos federais, estaduais e municipais, bancários, petroleiros, professores e militares.¹⁴³

O **JB** critica esses sindicatos pela defesa de questões como a estabilidade no emprego, a aposentadoria por tempo de serviço, os monopólios e reservas de mercado, que “entravam o avanço tecnológico e tornam o país menos competitivo”. E diz que Lula, “que já foi maior do que o PT”, vinha transformando-se em “refém das facções extremistas, encolhendo até se tornar o apóstolo do localismo, do isolamento, da contra-reforma”. Assim, o outrora importante líder do “operariado paulista virou o líder do funcionalismo público e dos funcionários das estatais instaladas no Rio de Janeiro”.¹⁴⁴

Nadando um pouco contra a corrente de apoio irrestrito ao governo, a **Folha**, apesar de defender a intervenção militar nas refinarias, levanta suspeição sobre outras intenções. Diz que a intervenção deveria ter sido adotada logo que a greve foi considerada ilegal pela justiça, pois esperar que se chegasse ao “quase desabastecimento sugere que o governo também tratou a greve politicamente”. Isso porque, derrotando uma das categorias mais organizadas do país, como a dos petroleiros, “criaria dificuldades para que outros setores – sobretudo do serviço público e de estatais – pudessem usar a novamente greve como instrumento para reivindicações, principalmente políticas”. Além disso, ao desgastar a imagem dos petroleiros junto à população, o governo “poderia diminuir as resistências de parlamentares às reformas constitucionais, em especial à quebra dos monopólios estatais”. E nesse jogo, quem saiu

¹⁴² Jornal do Brasil, 31/05/1995, Opinião, p. 10, “Dos neoconservadores”.

¹⁴³ Idem.

¹⁴⁴ Idem

perdendo foi a população, “que, de um lado, é vítima da chantagem dos petroleiros e, de outro, é usada pelo governo como um simples peão no tabuleiro das intrigas políticas”.¹⁴⁵

Em outro editorial, a **Folha** destacou que a falta de firmeza do governo permitiu a greve se estender e colocar em risco o abastecimento. O governo tinha “sido relapso, para dizer o mínimo, ao simplesmente não apresentar nem implementar com a devida antecedência planos de racionamento”. E parecia querer “aproveitar o repúdio da população à greve para assim facilitar a aprovação da emenda da quebra do monopólio da Petrobras”.¹⁴⁶ Ao final do movimento, a **Folha** diria que a constatação inicial “evidente é que os petroleiros – e, com eles, o movimento sindical – sofreram uma derrota fragorosa”. Brutalmente desgastados, voltavam ao trabalho “em situação pior do que antes da greve”, antipatizados pela população, com um saldo “altamente negativo” para a categoria e para o sindicalismo como um todo.¹⁴⁷

Situação inversa para o governo, que saiu com o presidente “fortalecido, tendo exibido um pulso firme que muitos não acreditavam que possuísse, ao enfrentar os grevistas e defender o respeito às decisões judiciais”. Mesmo aproveitando a greve com objetivos políticos, o governo conseguiu o que queria, como a proposta de reforma constitucional fortalecida, uma vez que a “a insatisfação suscitada pela greve tende a trabalhar a favor do fim dos monopólios estatais”. Em um erro de estratégia que merecia “entrar para a história, os petroleiros podem ter dado o impulso decisivo para a eliminação do monopólio do petróleo”, diz o jornal, que previa também problemas para outros setores do funcionalismo público que se posicionavam contra as reformas, como a da previdência, e aqueles que defendiam a manutenção do reajuste automático dos salários, que o governo acabou extinguindo com o novo “pacote” econômico do final de junho.¹⁴⁸

Em todo o movimento grevista, com destaque para o dos petroleiros, a mídia abusou da retórica em seus editoriais para sintetizar que eram greves políticas, contra as medidas econômicas que estavam sendo discutidas no Congresso Nacional e que poderiam levar o Brasil a um novo patamar de desenvolvimento. Eram contra o governo eleito pela maioria da população meses antes e, por extensão, contra o Plano Real. E, no comando das orquestrações grevistas abusivas, estavam a CUT e o PT. Indivisíveis, uma só corrente representando o atraso do pensamento esquerdista e do corporativismo em defesa de privilégios e vantagens dos empregados de empresas estatais e do setor público, outro pretexto para a greve. Essa síntese sobre a CUT e o PT, aliás, está nas advertências que grande parte da mídia fez ainda durante a campanha eleitoral de 1994, sempre que avaliou hipótese de vitória de Lula da Silva.

¹⁴⁵ Folha de S.Paulo, 25/05/1995, Opinião, p. 1- 2, “Ocupação de refinarias”

¹⁴⁶ Folha de S.Paulo, 01/06/1995, Opinião, p. 1- 2, “Bucha de canhão”.

¹⁴⁷ Folha de S.Paulo, 03/06/1995, Opinião, p. 1 – 2, “Fim da greve”.

¹⁴⁸ Idem.

No que mais de perto interessa a este estudo, cabe destacar o comportamento da mídia, que, cumprindo o papel de informar, noticiou os pontos de inflexão cuja gravidade não poderia ignorar. Observo que, de modo geral, a imagem do presidente continua preservada, e, não por acaso, a releitura das seqüências discursivas, significativamente, refere-se aqui e acolá ao governo e, em alguns casos, ao presidente, sem, entretanto, nomeá-lo.

O petróleo já não é nosso

Um dia depois que os petroleiros e outros funcionários de empresas públicas e estatais entraram em greve, 4 de maio de 95, em uma votação esmagadora – 468 votos a favor e apenas oito contra –, a Câmara dos Deputados aprovou, em primeira votação, a emenda que abriu o monopólio do gás canalizado no Brasil, em poder da Petrobras. Foi o primeiro dos vários combates em que o governo FHC jogou na lona os adversários do seu programa de privatização e abertura do mercado brasileiro.

Ao final de oito anos de mandato, FHC tinha transferido, das mãos do governo federal, empresas de telecomunicações, de distribuição de energia elétrica e de transporte ferroviário, concessões de portos e ferrovias. Vendeu a Companhia Vale do Rio Doce, um dos poucos símbolos que restaram do “estado empresário” brasileiro, desde que as siderúrgicas começaram a ser privatizadas a partir do Governo José Sarney, inclusive a Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda (RJ), marco da industrialização nacional. Além de quebrar monopólios dos setores privatizados e da Petrobras, o Governo FHC abriu a navegação de cabotagem (na costa brasileira) para embarcações estrangeiras e mudou o conceito de empresa nacional, fixado pela Constituição de 1988, o que facilitou a entrada de capitais externos no país, inclusive para comprar as estatais que seriam privatizadas.

Entre 1995 e 2002, o governo arrecadou o equivalente a 93,4 bilhões de dólares com as privatizações, dos quais, 65,2 bilhões, nos anos de 97 e 98, quando ocorreu a venda da maior parte dos setores elétrico e de telecomunicações e da Vale do Rio Doce. Entre 1991 e 94, nos governos Collor de Mello e Itamar Franco, as privatizações renderam 11,9 bilhões de dólares, basicamente de empresas siderúrgicas, petroquímicas e da Embraer, fabricante de aviões que nem de longe era o que se tornaria com capitais privados, uma das principais empresas aeronáuticas do mundo. No contexto da política de privatização, entraram também 15 bancos estaduais, entre eles os de São Paulo (Banespa) e do Rio de Janeiro (Banerj), que haviam sofrido intervenção do Banco Central por dificuldades financeiras, e o banco Meridional, do Rio Grande do Sul, que havia sido incorporado pelo governo federal. Concessionárias de

energia elétrica, assim como rodovias federais, também foram transferidas para o setor privado.¹⁴⁹

Em junho, no calor da fracassada greve dos petroleiros, a Câmara dos Deputados aprovou em segundo turno, dia 6, a emenda que quebrou o monopólio estatal das telecomunicações, por 357 votos a 136, com cinco abstenções. Até mesmo os líderes governistas se surpreenderam com o resultado da votação, que registrou o maior quorum da legislatura iniciada em 1995 – presentes 498 dos 513 deputados. Na primeira votação da emenda das teles, no dia 24 de maio, foram 348 votos a favor, 140 contra e cinco abstenções.¹⁵⁰

O dia 7 de junho de 95 foi emblemático para os petroleiros, que dias antes encerraram a greve de mais de um mês, com uma derrota fragorosa. Por 364 votos contra 141 e três abstenções, os deputados aprovaram, em primeira votação, a emenda que acabou com o monopólio da Petrobras na exploração, refino e distribuição de petróleo, existente desde 1953. Era muito mais que a simples autorização para o setor privado comercializar gás canalizado, aprovada no mês anterior, logo no início da greve. Votaram 508 dos 513 deputados, de novo um recorde de presença,¹⁵¹ decretando o fim da era “o petróleo é nosso”, o grito de guerra que incendiou “corações e mentes” de brasileiros quando da criação da Petrobras por Getúlio Vargas.

Para aprovar seu projeto, o governo precisava de 308 votos (três quintos dos parlamentares). De nada valeram os protestos e a violência de petroleiros, outros sindicalistas e representantes do Movimento Sem Terra (MST), que entraram em conflito com a segurança e quebraram vidros do Congresso, ao tentar entrar e pressionar os deputados durante a votação. A força Sindical, favorável ao fim do monopólio, sem ser incomodada pela segurança, fez panfletagem defendendo suas idéias.¹⁵² Aprovada em definitivo no Senado Federal dia 8 de novembro, por 60 votos contra 15, a emenda foi promulgada no dia seguinte em sessão solene no Congresso.¹⁵³

Com as vitórias obtidas no Parlamento, o Governo FHC tratou de mostrar que era para valer o seu programa de privatização. Em 6 de maio de 1997, a Companhia Vale do Rio Doce foi vendida ao *consórcio Brasil*, liderado pela Companhia Siderúrgica Nacional (privatizada em 1994), que pagou um ágio correspondente a 19,99% sobre o preço mínimo de cada ação. O consórcio foi constituído pela CSN com a Litel Participações (associação de fundos de pensão

¹⁴⁹ Folha de S. Paulo, 1911/12/2002, caderno especial “Anos FHC”, p. 6 – 7.

¹⁵⁰ Jornal do Brasil, 7/06/1995, Política e Governo, p. 4.

¹⁵¹ Folha de S. Paulo, 08/06/1995, Brasil, p. 1 – 5: 6.

¹⁵² Idem.

¹⁵³ O Globo, 9/11/1995, O País, p 3.

de empresas públicas e estatais), com a Eletron S. A., liderada pelo banco Opportunity e com a Sweet River, vinculada ao Nations Bank, dos Estados Unidos.¹⁵⁴

Na privatização da Vale, o Brasil começou a assistir a um festival de brigas judiciais entre o governo que queria vender e aqueles que achavam que tudo deveria ficar como estava, em mãos do Estado: basicamente sindicalistas, alguns partidos, políticos e representantes de movimentos sociais, como o MST, e da União Nacional de Estudantes. Juízes de vários estados concederam sucessivas liminares suspendendo a venda da Vale, todas derrubadas pelos advogados do governo. Ganha a batalha das liminares, foi aberto o leilão da empresa na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, às 12h11 do dia 6, com os lances das corretoras que representavam os dois consórcios participantes.

Mas a luta teria novos *rounds*. Às 12h19, o leilão foi interrompido por um oficial de justiça que entregou à direção da Bolsa liminar concedida pela Sétima Vara Federal do Rio de Janeiro, suspendendo o negócio. Só às 17h42, o leilão foi reiniciado, depois que a Presidência do Tribunal Federal Regional do Rio cassou a liminar e uma outra, que também havia sido concedida na mesma Sétima Vara. Exatamente às 17h47, o martelo foi batido e a Vale deixava de ser estatal.¹⁵⁵

Aí engrossou outra batalha, que começara às 7h30 da manhã daquele dia, quando chegou em frente da Assembléia Legislativa do Rio, próximo à sede da Bolsa de Valores, no centro da cidade, um carro de som da CUT, com 13 pessoas. Todo o dia foi de muita confusão na área, com cerca de 300 sindicalistas, estudantes, políticos e outros manifestantes tentando fechar ruas e ameaçando invadir o prédio da Bolsa. Com escudos, cassetetes e cachorros, os policiais tentavam segurar os manifestantes, que atiravam pedras e latas de refrigerantes. A batalha terminou às 19h30, com feridos dos dois lados e a privatização da Vale sacramentada.¹⁵⁶

Logo depois que o Congresso aprovou a privatização, o Ministério das Comunicações começou a estruturar o processo de venda das empresas de telecomunicações espalhadas pelos estados brasileiros sob as asas da *holding* Telebras, as chamadas teles, no qual levou dois anos. Não foi muito tempo, considerando o valor e a amplitude do negócio, que cobria todo o país com seus serviços e, sobretudo, a polêmica e a confusão que marcaram todo o processo. No dia 29 de julho de 1998 o governo conseguiu vender as 12 *holdings* criadas com a cisão do Sistema Telebras, em quatro horas e quatro minutos, sem interrupções, e obteve um ágio de

¹⁵⁴ Folha de S.Paulo, 7/05/1997, Brasil, p. 1 – 8. Até hoje as oposições ao Governo FHC reclamam que a Vale tinha um valor de mercado quase 10 vezes superior ao de sua venda, com jazidas de vários tipos de minérios, navios, portos, ferrovias e experiência de mais de 50 anos. Assim como a Petrobras, seria altamente estratégica para os interesses globais dos brasileiros.

¹⁵⁵ Folha de S.Paulo, 07/05/1997, Brasil, p. 1-13 : 14.

¹⁵⁶ Idem.

63,74% sobre o preço mínimo. As 12 empresas renderam R\$ 22,057 bilhões, superando em 6 bilhões a previsão do próprio governo.¹⁵⁷

No processo de venda das teles, o governo também enfrentou e venceu outra batalha de liminares. Além do mesmo espetáculo de violência no centro do Rio, daquela vez, próximo à sede do BNDES, onde se realizou o leilão. A privatização do Sistema Telebras ocorreu em pleno processo eleitoral, no qual FHC seria reeleito em primeiro turno, em quatro de outubro de 98. Só depois da eleição sacramentada, viria a público o teor do que ficou conhecido como o “grampo do BNDES”, gravações clandestinas de conversas entre o ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, o presidente do BNDES, André Lara Rezende, o dirigente do banco Opportunity, Pérsio Arida, e o próprio presidente FHC, entre outros. As conversas tinham como pano de fundo uma operação que pretendia prejudicar um consórcio comandado pelo empresário Carlos Jereissati, em favor do grupo do banco Opportunity, que disputavam a compra da Tele Norte Leste, que incluía empresas do Rio de Janeiro à Amazônia.

Poucas vezes o presidente Fernando Henrique e seu governo tiveram tanto apoio da chamada grande imprensa nacional como nos processos de privatização da Vale e das teles. Em relação às teles, o próprio FHC diria isso ao seu ministro das Comunicações em um dos telefonemas registrados no grampo do BNDES. Assim como poucas vezes os adversários do governo foram tão criticados e rotulados. Não há surpresa nesse apoio. Privatizar grande parte do estado empresário brasileiro foi uma das principais promessas de campanha de FHC e das que mais receberam um aval prévio, uma espécie de cheque em branco da mídia.

Mas quem eram aquelas pessoas, grupos, organizações que protestavam contra as privatizações da Vale e da Telebras, tentavam agredir executivos, quebravam portas e vidraças? Ao comentar o caso da Vale, o **JB** definiria uma “tropa de choque arregimentada pelo PT, PDT, PC do B e pela CUT”, que não estava interessada em discutir em alto nível o futuro do país. Agarrava-se ao “modelo estatizante que não deu certo em várias partes do mundo”, inclusive no Brasil, em que era possível ver a falência do Estado em vários setores da vida nacional, como o de energia elétrica, assolado por freqüentes blecautes. O “fanatismo estatizante da turba” reproduzia no “plano mais intolerante a visão estreita dos que tentaram impedir o avanço da História. Todos os grupos têm em comum certa orfandade do Estado. Não do Estado brasileiro, que fracassou redondamente, tragado por déficits fiscais, dívidas e pela hiperinflação que inaugurou a última década do século, mas da utopia do Estado que desmoronou no Leste europeu”.¹⁵⁸

¹⁵⁷ O Globo, 30/07/1998, Economia, p. 25.

¹⁵⁸ Jornal do Brasil, 29/04/1997, Opinião, p. 8, “Órfãos do estado”.

O jornal critica os partidos de oposição a FHC e diz que o PT e a CUT, que às vezes se confundiam, não abriam mão da contribuição sindical obrigatória (paga pelos trabalhadores com carteira assinada, sindicalizados ou não) que patrocinava o “peleguismo sindical”. O braço sindical do PT seria “quase uma entidade chapa branca, formado pela imensa maioria de sindicatos de funcionários públicos - os pelegos modernos do sindicalismo brasileiro”. E, para “essa gente rejeitada pela maioria das urnas”, o Estado não deveria mudar, porque, como estava, mantinha “um forte poder político-corporativo encastelado na burocracia das empresas estatais e nos governos em geral”. A luta contra a privatização da Vale era “apenas uma trincheira – quem sabe a última – para tentar barrar o avanço das reformas modernizadoras do país”, disse o **JB**, que concluiu: “Quando o leilão da Vale acabar, definindo os novos controladores brasileiros da companhia, a história também estará virando uma das mais importantes páginas da História do Brasil e apagando as figuras secundárias do passado”.¹⁵⁹

Os opositores à privatização da Vale eram também representantes de uma “idéia que faz carreira bem mais longa do que merecia: a de que alguma coisa só é *do Brasil* se pertencer ao Estado”, conforme o **Globo**. O raciocínio é que se trata de pessoas que não percebem que a Vale (ou qualquer outra empresa) é do Brasil, enquanto aqui tiver sua sede e brasileiros como os seus principais acionistas. Além disso, investir, gerar empregos, pagar impostos e trazer para o país os dólares do que vender lá fora. E, por extensão, o raciocínio é que se trata de pessoas que não percebem que uma empresa privada capaz de crescer, gerar recursos e emprego serve melhor ao país do que uma estatal “manietada pela escassa capacidade de investir do Estado”.¹⁶⁰

Editorial da **Folha** sugere que os opositores à privatização entendiam ter as estatais “interesse estratégico” para o Brasil. Mas que, em defesa de seus argumentos, omitiam o “dado essencial, de que nas últimas décadas houve mudança radical do que seja efetivamente *estratégico* no desenho dos limites e potencialidades de uma nação soberana. Um governo produzir e vender minérios ou papel e celulose, numa economia globalizada, não é crucial. Estratégico é ter um Estado enxuto, capaz sobretudo de recuperar a infra-estrutura social do país”.¹⁶¹

Quando da privatização da Telebras, editorial do **JB** completava a definição daqueles que eram contra: a esquerda “que não deu certo e não se credencia à eficiência”. Por suas atitudes, eram os “camelôs do marxismo pesado”, que mediam forças, numa “imitação, malsucedida, de vendedores de mercadorias de contrabando fugindo da polícia”. Eles, os “baderneiros”, sofriam uma “crise de nostalgia da ditadura em plena democracia”. E esses “arruaceiros de esquerda

¹⁵⁹ Idem.

¹⁶⁰ O Globo, 01/05/1997, Opinião, primeira página, “O álibi de não pensar”.

¹⁶¹ Folha de S.Paulo, 7/05/1997, Opinião, p. 1 – 2, “O leilão da Vale”.

ficariam muito mais à vontade num partido de extrema direita, como tropa de choque”.¹⁶² E o que queriam esses “arruaceiros”? Certamente “semear a desordem nas ruas a pretexto de defender o interesse nacional”, acreditando que o Estado poderia “ser um bom empresário”, infere-se de parte de editorial da **Folha**.¹⁶³

Ao tratar da longa batalha jurídica em torno da privatização da Vale, a **Folha** aproveitou para discutir a necessidade de a sociedade repensar certos aspectos da atuação do Judiciário, com o argumento de que é difícil compreender que um projeto de um presidente eleito pelo povo, que “passou pelo crivo de várias instituições oficiais e também do próprio Congresso Nacional, possa ser ameaçado pela decisão singular de um único juiz de primeira instância (e ainda por cima contrariando precedente do Supremo)”. A ofensiva de ações e liminares sugeria principalmente “uma operação política, uma manobra de grandes proporções” para atrasar a privatização.¹⁶⁴

Na visão do **Estado**, ao privatizar a Vale, FHC nada mais fez que “cumprir a parte do seu programa de campanha, amplamente difundido e debatido enquanto ainda havia tempo para ser rejeitado pelo simples voto contrário da cidadania”. Isso porque a “maioria absoluta dos eleitores” (34 milhões) escolheu o “presidente que aí está e o seu programa”. Em suma, “escolheu a privatização da Vale”. As pessoas e organizações que recorriam às “confusões do sistema judiciário para mobilizar a opinião pública” contra a privatização tentavam conseguir pela “chicana o que a Nação lhes negou democraticamente: o direito de governar o país”.¹⁶⁵

E ainda seguindo o raciocínio do **Estado**, o leilão do sistema Telebras representou “a linha divisória entre o passado – em que prevaleceu o regime de monopólio estatal, que com sua ilimitada ineficiência deixou o Brasil com muitos anos-luz de atraso em relação aos países modernos – e o futuro – o regime de concorrência, que permitirá que esse atraso seja superado a curto prazo”. A importância do leilão, “ponto culminante da abertura do mercado brasileiro das telecomunicações”, foi ainda maior pela demonstração de que os investidores estrangeiros continuavam “confiando plenamente nas grandes potencialidades” da economia do país.¹⁶⁶

A privatização das teles tinha um significado ainda maior para o Brasil, segundo o **Estado**. Abriria o caminho para a economia brasileira passar do estágio industrial para o das chamadas ‘economias avançadas’, nas quais o setor de serviços tem uma participação cada vez maior na formação do PIB. Isso seria impossível com as “as telecomunicações em poder do Estado”, em um modelo “esgotado, incapaz de atender às demandas de telefones” de um país que tinha (naquele momento) a oitava maior economia do mundo. A modernização das

¹⁶² Jornal do Brasil, 30/07/1998, Opinião, p. 8, “Camelôs do atraso”.

¹⁶³ Folha de S. Paulo, 30/04/1997, Opinião, p. 1 -2, “Vale, pedras e ideologia”.

¹⁶⁴ Folha de S. Paulo, 29/04/1997, Opinião, p. 1- 2, “Julgando ideologias”.

¹⁶⁵ O Estado de S. Paulo, 30/04/1997, Notas e Informações, p. A 3, “O uso ideológico do aparelho judiciário”.

¹⁶⁶ O Estado de S. Paulo, 30/07/1998, Notas e Informações, p. A 3, “A grande vitória do governo”.

telecomunicações, a partir da privatização, seria importante também para recuperar os “serviços públicos, desde a educação e a saúde, passando pela segurança, até o Judiciário”. Porque, “afinal, de comunicações confiáveis e instantâneas depende a proliferação de empresas de serviços e a entrada do Brasil no clube seletivo das economias virtuais, que já não são uma promessa ou uma visão, mas uma realidade ao nosso alcance. Na verdade, foi apenas do leilão da Telebras que o Brasil assomou ao umbral da modernidade”.¹⁶⁷

E uma consequência dos protestos e da confusão no processo de privatização foi o desgaste para a imagem de Lula da Silva, que estava novamente em campanha, depois de duas derrotas para eleições presidenciais (em 1989 e 1993), disse o **JB**. Lula, que percorria o Brasil com “com propostas de equilíbrio e moderação para merecer a confiança do eleitorado que acredita na democracia e no voto”, via a sua liderança contestada e teria de “recomeçar toda a catequese, penitenciando-se do radicalismo passado, para desautorizar a desastrosa intervenção” dos seus aliados.¹⁶⁸ O fracasso da greve dos petroleiros, a quebra do monopólio da Petrobras e as privatizações ajudaram a consolidar o Plano Real e a imagem de FHC. Lula da Silva continuaria em campanha para as eleições de 1998. Como se viu, mais uma vez sem sucesso.

Com um ano vida, um real consolidado

A economia brasileira cresceu 8% em um ano de Plano Real, até o final de junho de 95, com a expansão de 11% na indústria e de 6,7% no setor agropecuário. Desde o Plano Cruzado, em 86, não se via um aumento tão significativo na produção de bens e serviços, apesar das medidas adotadas pelo governo para tentar conter o ritmo do crescimento e do consumo e, com isso, segurar a inflação. No primeiro trimestre de 96, o Produto Interno Bruto registrou um aumento de 10,5% em relação aos três primeiros meses do ano anterior, um índice recorde desde 1980.¹⁶⁹ Em 95, o PIB cresceu 4,3%, contra 6,0% no ano anterior.

Os números sobre um ano do Real, publicados em um caderno extra do **Estado**, mostram uma parte do *Brasil Real* um ano depois do lançamento da moeda, com uma inflação que saiu da casa dos 40% para 1,7% ao mês. A mesma edição do jornal trouxe um artigo do economista Cláudio Considera, diretor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em que sintetiza muitas das idéias dos entusiastas da economia naquele momento. Após um ano de *absoluto sucesso*, era o momento de pensar como história o Plano Real, *o mais engenhoso e*

¹⁶⁷ O Estado de S. Paulo, 31/07/1998, Notas e Informações, p. A 3, “Nos umbrais da modernidade”.

¹⁶⁸ Jornal do Brasil, 30/07/1998, Opinião, p. 8, “Camelôs do atraso”.

¹⁶⁹ O Estado de S. Paulo, 30/06/1995, Caderno Extra, p. 12.

bem-sucedido dos programas de estabilização econômica do Brasil recente. O texto reitera um sentimento comum entre os defensores do Plano: *Entrou em vigor na mais absoluta liberdade democrática, sem violência física ou econômica, com regras pré-anunciadas e respeitadas, sem congelamento de preços, e como única lei a ser temida, a da oferta e da procura.*¹⁷⁰

Considera compara o Real ao Plano de Ação Econômica do Governo, o Paeg, implantado pelo governo militar do presidente Castelo Branco (1964 - 67). Só que, ao invés de recessão, como aquele, promoveu um crescimento de 8% no PIB, equivalente ao período do chamado milagre econômico, durante os governos Costa e Silva e Emílio Médici (1967 – 1994), quando Delfim Neto era ministro da Fazenda. E o Real só não era ainda história para aqueles que acreditavam *no seu fracasso, no retorno da inflação, como ocorreu com todos os planos do passado recente.*¹⁷¹

Remeter o Real à história significava *passar a pensar num horizonte de mais longo prazo e a se falar em plano de desenvolvimento, tendo como premissa que manter a estabilidade da moeda é a pedra fundamental de qualquer administração que pretende ter sucesso; que o Real terá que ser permanentemente uma moeda forte.* Era preciso pensar além da estabilidade e realizar novas reformas que permitissem sustentar o crescimento, aumentar o emprego, a produtividade, os salários, aprofundar a distribuição da renda, privatizar estatais e fazer o governo retornar à *produção dos serviços de educação e saúde – sua missão fundamental e relegada a segundo plano pelos governos anteriores*”.¹⁷²

Outro retrato mostrou que o brasileiro ainda carregava a chama da esperança no Real um ano depois do seu lançamento, mas o seu brilho começava a diminuir. Pesquisa realizada pelo Datafolha com 14.562 pessoas, entre os dias 20 e 22 de junho, indicou que 69% consideravam o Real bom para o país. Era um índice elevado, mas 10 pontos percentuais abaixo do pico de aprovação do Plano, em dezembro de 94, de 79%, conforme outra pesquisa do Datafolha. A queda no índice de confiança no Plano, segundo conclusões a que chegou o Instituto, talvez explicasse por que a popularidade do presidente FHC não tinha aumentando entre o final de março e final de junho 95, apesar da sucessão de vitórias que obteve no Congresso Nacional, com a aprovação de suas propostas para mudar a ordem econômica na Constituição, a exemplo do fim do monopólio estatal nas áreas petrolífera e de telecomunicações.¹⁷³

A mesma pesquisa do Datafolha indicava que, ao final de junho, 40% dos eleitores tinham a expectativa de que FHC faria uma administração ótima ou boa, quase a mesma de março (39%). Quando assumiu o governo, em primeiro de janeiro, esse índice era de 70%, mas ao final do mês já caíra para 36%. A queda de janeiro foi explicada pelo desgaste provocado pela

¹⁷⁰ CONSIDERA, Cláudio. “Vida longa ao Real”. O Estado de S. Paulo, 30/06/1995, Caderno Extra, p. 46.

¹⁷¹ Idem.

¹⁷² Idem.

¹⁷³ Folha de S.Paulo, 2/07/1995, Brasil, p. 1 – 8.

anistia que o presidente concedeu ao ex-senador Humberto Lucena (PMDB-PB), condenado por uso eleitoral irregular da gráfica do Senado, e pelo veto ao aumento do salário mínimo para R\$ 100, aprovado no Congresso Nacional em janeiro.¹⁷⁴

Aproveitando o simbolismo de um ano de sucesso do Plano Real, o governo anunciou, dia 30 de junho, um conjunto de medidas com o objetivo de desindexar a economia, proibindo, com algumas exceções, a fixação, o reajuste ou correção de contratos e preços com base em determinados índices que mediam a inflação ou outras moedas que não o real. Com isso, pretendia-se transformar o real, definitivamente, em uma moeda de *poder de compra estável e com credibilidade*, como disse o ministro da Fazenda, Pedro Malan. Ele explicou que as medidas não significavam uma *radical guinada de rumo* no Plano Real, era apenas a *continuidade de um processo* que começou em meados de 1993 com o Plano de Ação Imediata.¹⁷⁵

“Banqueiros, executivos e economistas ficaram satisfeitos com a falta de surpresas na divulgação das medidas de desindexação e alongamento financeiro”, afirmou o **Globo**, que, com base em outras fontes, disse que os mercados estavam calmos. As medidas, corretas, na verdade, davam continuidade ao Plano anunciado um ano antes.¹⁷⁶ Pela voz de Roberto Teixeira da Costa, presidente da Brasilpar, importante fundo de investimento naquele período, o sentimento da classe empresarial foi mais taxativo: *As viúvas da inflação estão assanhadas para voltar. No primeiro ano do real, só os pessimistas de carteirinha não reconhecem que o país teve grandes avanços. E o desafio futuro seria fazer a inflação cair para um patamar ainda menor. Mas havia inquietação de alguns setores acerca de certos indicadores econômicos, como o déficit na balança comercial e o desequilíbrio do balanço de pagamentos, em função do câmbio subvalorizado. Também, com as altas taxas de juros e a lentidão no processo de privatização.*¹⁷⁷

De qualquer forma, o Real estava aprovado pela indústria. O presidente da Fiesp, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, definiu-o como a *mais bem-sucedida experiência de estabilização realizada no Brasil depois do período 1964/67* (o período do já citado Paeg), com destaque para a queda da inflação para menos de 2% ao mês e o crescimento de 18% na atividade da indústria paulista até o mês de abril de 95. *O Plano Real mostrou que é possível conjugar*

¹⁷⁴ Idem.

¹⁷⁵ Folha de S.Paulo, 01/07/1995, Brasil, p. 1 – 12. Como parte das medidas, foi extinto o Índice de Preços ao Consumidor – Real (IPC-r), criado em maio de 94, para medir a variação do custo de vida em real, a partir da circulação da moeda, em julho daquele ano. Era utilizado, entre outros, para o reajuste do salário mínimo, dos salários dos trabalhadores privados e públicos e correção dos benefícios da previdência social. Dentro do chamado espírito da desindexação da economia, as revisões salariais, nas datas-base de cada categoria, dar-se-iam por meio de livre negociação. Mais detalhes sobre as medidas aprovadas em 30 de junho estão na exposição de motivos disponível no site www.fazenda.gov.br, seção Plano Real – item Medidas Recentes “Exposição de Motivos Medida Provisória da Desindexação”.

¹⁷⁶ O Globo, 1/07/1995, Economia, p. 25.

¹⁷⁷ Idem.

queda de inflação com aumento de produção e salários, disse Moreira Ferreira, que ressaltou ainda como positivos a eliminação das restrições ao capital estrangeiro, a quebra dos monopólios na distribuição de gás, nas telecomunicações e no petróleo e também o fim da reserva de mercado na navegação de cabotagem. Ferreira considerou as mudanças de *extraordinária importância* porque abriram espaço ao investimento privado, nacional e estrangeiro, em *áreas há pouco intocáveis e que eram tratadas emocionalmente*. Outro passo importante para o aumento dos investimentos privados no país, segundo a Fiesp, era o programa de privatizações, inclusive com a inclusão *corajosa* da Companhia Vale do Rio Doce.¹⁷⁸

A mídia internacional também deu uma força. *O Real acerta o alvo*, chamou na primeira página o jornal britânico Financial Times, especializado em economia e finanças, para lembrar um ano do plano brasileiro, segundo notícia publicada em o **Globo**. Em seu primeiro ano de vida, lembra o Financial, a nova moeda conseguiu derrubar a inflação, atrair investimentos estrangeiros e deslanchar o Mercosul. Mas a batalha ainda não estava ganha: *O Real melhorou o dia-a-dia de todos os brasileiros. Mas, ao acabar com a inflação alta, a nova moeda também revelou aos brasileiros o quanto ainda resta ser feito*. O principal problema, segundo o jornal, era o crescente déficit no balanço de pagamentos, cuja solução passava pelas privatizações e pelo fim do monopólio estatal em certos setores.¹⁷⁹

As medidas anunciadas não configuravam uma modificação no Plano Real, segundo o **Estado**, que, em editorial, apontou um processo de consolidação da política econômica, que traduzia importante passo, mas não eliminava a possibilidade de adoção de medidas complementares futuras. Para o jornal, o governo havia chegado ao seu objetivo principal e o “país se livrou de um desastroso mecanismo em que a inflação de hoje resultava da ontem registrada. À luz desse resultado, só se pode considerar frutuoso o Plano Real”, embora houvesse a “presença, ainda alta, de uma inflação que fugia aos padrões internacionais”. E o maior problema e dificuldade do Plano, conforme o jornal, era a política cambial que o sustentava, que poderia resultar, a longo prazo, “num profundo desequilíbrio do balanço de pagamentos em conta corrente”. Alerta o jornal que “disso resultou o envolvimento do México em grave crise, que, uma vez irrompida no Brasil, não teria sido resolvida com a mesma facilidade”.¹⁸⁰

A **Folha** lembrou que o Real começou com uma âncora cambial (a paridade entre o real e o dólar) com a promessa de se chegar “o mais rápido possível à âncora fiscal” (equilíbrio das contas públicas), mas não saiu de uma nem chegou outra. O aniversário do plano foi celebrado

¹⁷⁸ Folha de S.Paulo, 2/07/1995, Finanças, p. 2- 4.

¹⁷⁹ O Globo, 1/0-7/1995, Economia, p. 25.

¹⁸⁰ O Estado de S. Paulo, 1/07/1995, Notas e Informações, p. A 3, “Não há um plano real 2”.

com a “instituição de uma âncora salarial”, já que acabou o reajuste automático dos salários, para evitar pressões inflacionárias, mas as medidas aprovadas admitiam reajustes de aplicações financeiras, impostos e mesmo contratos como os de aluguéis e de mensalidades escolares.¹⁸¹

Na **Folha**, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, deu outro recado: para estabilizar definitivamente a economia seria *essencial a modernização do setor público*, por meio da reforma dos sistemas tributário e da previdência social, do equilíbrio fiscal permanente e da implementação do programa de privatizações. Indispensável, também, seria a *desburocratização, a desregulamentação e a maior eficiência na gestão da coisa pública*.¹⁸²

Na quinta-feira (29 de junho), antes do anúncio das medidas de ajuste da economia, o presidente FHC voltou a falar a uma cadeia nacional de rádio e televisão para fazer um balanço de um ano do Real, *um momento de reflexão, não de festa*, porque ainda havia muito que fazer. Mas ele não poderia deixar de reconhecer que, nos 12 meses anteriores, o Brasil havia mudado, inclusive porque muitos achavam que o Real não iria durar. *Ia ser como as outras tantas moedas que o país teve. Eles se enganaram*.¹⁸³

Eis o que de positivo aconteceu desde a implantação do real, na avaliação do presidente:

*Um ano depois, o real continua valendo mais que um dólar. Enquanto muitas moedas eram abaladas pela crise do México, o real resistiu e ainda resiste firme. Os preços se estabilizaram. Alguns, é verdade, subiram. Mas muitos preços ficaram estáveis. A cesta básica, que tem os alimentos mais importantes para a população, custa hoje menos do que custava no ano passado. Isso quer dizer que as pessoas podem se alimentar melhor. Comprar mais arroz, feijão, frango, porque esses produtos estão mais baratos. E os salários? Os salários ganharam duas vezes. Primeiro, porque o dinheiro que você recebe não perde mais valor de um dia para outro. Segundo, porque com a estabilidade, eu pude dar um aumento importante para o salário mínimo. Quarenta por cento, inclusive para os aposentados.*¹⁸⁴

O presidente ressaltou que o Plano Real *não é obra de uma pessoa, de um partido ou de um governo. Ele é uma conquista de todos os brasileiros*. Relembrou as ações governamentais para evitar a ameaça da volta da inflação, inclusive, o aumento da taxa de juros. Ressaltou que o governo estava cumprindo a sua parte e voltou a pedir apoio para vigiar preços, especialmente em áreas em que estavam ocorrendo abusos, como os do *eletricista, do mecânico, do médico*. Repetiu um apelo: *Compre só o necessário. E faça pesquisa de preços. Pechinche. Evite os crediários. Denuncie os abusos, acompanhe as listas de preços da Sunab que são publicadas nos jornais*. Porque, juntos, governo e consumidores, poderiam derrotar os *maus empresários que abusam no aumento dos preços, baixar ainda mais a inflação, sem uma taxa de juro tão alta*. Como estava, a taxa era *um desastre*, reiterou FHC, que admitiu

¹⁸¹ Folha de S.Paulo, 01/907/1995, Opinião, p. 1 – 2, “Sempre os mesmos”.

¹⁸² Folha de S.Paulo, 2/07/1995, Real 2º Tempo, p. 7.

¹⁸³ Correio Braziliense, 30/06/1995, Política, p. 3.

¹⁸⁴ Idem.

haver ainda muito que fazer para *consolidar a economia e reduzir as injustiças sociais*. Mas a população poderia confiar, pois ele estava *no caminho certo para melhorar o Brasil e a vida dos brasileiros*.¹⁸⁵

Em julho, antes de ir para Nova York, onde seria correspondente da **Folha**, o jornalista Gilberto Dimenstein,¹⁸⁶ que escrevia a partir de Brasília uma coluna diária no jornal, publicou um texto que refletia o pensamento de parte de uma geração de brasileiros. Diz que, aos 38 anos de idade, nunca tinha vivenciado *uma combinação tão longa de inflação baixa, crescimento econômico, democracia e governo estável*, pois, nos anos anteriores, vira o *crescimento com ditadura ou democracia com hiperinflação, em meio a surtos de recessão aguda*. Em sua opinião, havia-se conquistado aquele patamar com o Plano Real *não por causa do governo, mas apesar do governo - esse o ponto central da evolução brasileira. A sociedade exigiu mais estabilidade (e, por isso, Lula perdeu); exigiu mais eficiência pública (e, por isso, são quebrados monopólios); exigiu uma moeda estável (e, por isso, o Plano Real não cometeu tantos erros como os demais planos)*.¹⁸⁷

Dimenstein achava também que o Plano Real tinha *um longo caminho pela frente, repleto de obstáculos* e que o maior desafio brasileiro era *melhorar a taxa de cidadania como se melhoraram as taxas de crescimento e preços*. A sua conclusão: *Sólidas estruturas e privilégios terão de ser demolidos. É um trabalho de pelo menos uma geração. Mas não posso deixar de transparecer nesta coluna que, apesar de tudo, nunca estive tão satisfeito com o Brasil – enfim, estamos conseguindo mostrar que a democracia é a melhor forma de gerir conflitos e promover bem-estar*.¹⁸⁸

Deputada pelo PT do Rio de Janeiro, a economista e professora Maria da Conceição Tavares continuava a bater no Real, apesar de seus prognósticos anteriores não terem se confirmado. Em artigo publicado no **Estado**, disse: *O Plano Real terminou. A política macroeconômica está sem rumo e ao sabor dos poderes especulativos dos mercados*. Ela esperava que as pressões dos trabalhadores por salários, do Congresso para reduzir juros, e dos empresários para mudar as taxas de câmbio e de juros produzissem uma

mudança na opinião pública capaz de levar a alguma negociação no segundo semestre. Assim pelo menos esperam os que ainda lutam por uma política de estabilização mais duradoura e por uma sociedade e um governo menos injusto e mais democrático. Os resultados estruturais do Plano Real e das mal chamadas reformas econômicas produzirão ainda resultados devastadores por muito tempo. Assistimos em um ano a mais poderosa e rápida desmontagem da economia e do Estado brasileiro.

¹⁸⁵ Idem.

¹⁸⁶ Colunista da Folha, Dimenstein é autor dos livros *A História Real – trama de uma sucessão, A Aventura da Reportagem e Guerra dos Meninos – assassinatos de menor*, entre outros.

¹⁸⁷ Folha de S.Paulo, 2/07/1995, Opinião, p. 1 - 2

¹⁸⁸ Idem.

*Falta agora ver como a sociedade civil e a sua representação política enfrentarão o futuro.*¹⁸⁹

Em declarações publicadas no **Correio**, a deputada voltaria a diagnosticar: *O Plano Real vai provocar a pior destruição da história deste país.*¹⁹⁰ Mais uma vez errou. Em artigo publicado na **Folha**, Lula da Silva sugeriu que, *ao invés de distrair a opinião pública com propaganda para comemorar o aniversário do Real, o governo deveria gastar os recursos dos contribuintes para revelar os problemas que ameaçam o plano e que não está conseguindo solucionar.* Para ver se, com isso, *em conjunto com a sociedade, os partidos e os sindicatos,* seria possível *salvaguardar a estabilidade sem mergulhar o país numa crise recessiva como aquela que assolava o México e a Argentina, que também trilharam os caminhos tortuosos do ajuste neoliberal com âncora cambial.*¹⁹¹

Lula reconheceu que o Real *teve a vantagem de rememorar o quanto é bom viver numa economia com preços estáveis, onde se pode comparar o custo das mercadorias, sem aquela loucura de milhares de números que mudam e se multiplicam a cada dia.* Mas lembra que *melhor ainda seria viver num país com preços baixos, onde a maioria da população tivesse recursos para adquiri-la.* Porque, em sua opinião, o Plano Real *colocou a economia brasileira entre as mais caras do mundo e os preços se estabilizaram nas nuvens, tornando muito alto o nosso custo de vida.*¹⁹² Como se verá, a estabilidade de preços, da moeda, e a redução da especulação financeira, filha diletta de processos inflacionários crônicos, levariam de roldão alguns dos bancos considerados mais sólidos do país.

A quebra de grandes bancos

No final do dia 11 de agosto de 1995, uma sexta-feira, depois que se encerrou o expediente bancário, o Banco Central anunciou a intervenção nos bancos Econômico, Mercantil de Pernambuco e Comercial de São Paulo. Garantiu aos seus correntistas o recebimento de depósitos em caderneta de poupança e conta-corrente até o valor de R\$ 5 mil. O problema era técnico, de responsabilidade do BC, mas se transformou na primeira grande crise política envolvendo FHC e alguns dos seus aliados do PFL, em função do banco Econômico, que tinha a sede na Bahia e era controlado por Ângelo Calmon de Sá, amigo pessoal do senador Antônio

¹⁸⁹ TAVARES, Maria da Conceição. “Um ano de Desmonte”. O Estado de S. Paulo, 30/06/1995, Caderno Extra, p. 14.

¹⁹⁰ Correio Braziliense, 5/07/1995, Brasil, p. 5.

¹⁹¹ Folha de S.Paulo, 2/07/1995, Real 2º Tempo, p. 7.

¹⁹² Idem.

Carlos Magalhães.¹⁹³ O caso Econômico se transformou, também, no primeiro episódio em que a imagem do presidente Fernando Henrique, depois da posse, foi duramente atingida com tintas negativas pelo noticiário dos meios de comunicação.

Quando da intervenção, o Econômico era o sétimo maior banco do país, com um patrimônio líquido de R\$ 723,6 milhões, que estava negativo. Precisava de R\$ 3 bilhões para fechar o seu caixa no final do expediente do dia 11, mas, como só podia oferecer garantias para R\$ 1,9 bilhão, houve a intervenção. O Comercial de São Paulo estava com suas reservas bancárias negativas em R\$ 6 milhões, e o Mercantil, em R\$ 60 milhões. Por isso, também sofreram intervenção.¹⁹⁴ No caso do Econômico, que era de maior porte, o BC imaginava vendê-lo rapidamente e nomeou como interventor Francisco Sales Barbosa, funcionário aposentado do próprio BC, que depois seria um dos acusados em vazar documentos no chamado escândalo da pasta rosa.

No decorrer da sexta-feira, circularam os boatos sobre a intervenção no Econômico, que tivera corrida de saques de clientes nos dias anteriores. Ágil, com trânsito fácil junto a vários dos principais jornalistas e meios de comunicação do país, ACM vendeu a sua versão. Tivera uma conversa com o presidente FHC, às 8h30 daquele dia, segundo relata a **Folha**, e, irritado, disse: *Eu não serei senador da República se não reagir a uma intervenção que não dê ao Econômico o mesmo tratamento dado ao Banespa e ao Banerj*. Referia-se ao Regime de Administração Especial Temporário (Raet), adotado para os bancos estatais de São Paulo e do Rio de Janeiro, pelo qual o Banco Central assume a instituição, promove o saneamento e depois devolve aos seus donos. ACM teria arrancado um compromisso de Fernando Henrique: *E eu não serei presidente da República se fizer o contrário*. Após a intervenção o senador baiano reclamou: *Não foi isso que ele (FH) me prometeu*.¹⁹⁵

ACM classificou a intervenção do BC como um *crime contra a economia baiana* e, em seguida, em nota oficial, afirmou: *A intervenção no Econômico é mais um ato injusto contra a Bahia e o Nordeste, na medida em que este não é o único estabelecimento bancário que passa por dificuldade na crise atual. Não defendo o sistema bancário como um todo, mas não posso admitir os privilégios em relação a outros no Banco Central*. E assegurou que, em contato telefônico com o Presidente FHC, ele garantiu que todos os depositantes do Econômico teriam *os seus créditos honrados imediatamente, como aconteceu com o Banespa e o Banerj*.¹⁹⁶

¹⁹³ Ângelo Calmon de Sá foi presidente do Banco do Brasil (1974 a 77) e ministro da Indústria e do Comércio (1977 a 79) no Governo Ernesto Geisel. Foi secretário de Desenvolvimento Regional no Governo Collor de Mello, entre abril e outubro de 1992.

¹⁹⁴ Folha de S.Paulo, 12/08/1995, Dinheiro, p. 1.

¹⁹⁵ Idem. No livro citado *A Arte de fazer política*, página 335, FHC admite que na conversa com ACM, equivocadamente, porque não conhecia em detalhes as regras do BC, prometeu o Raet para o Econômico, o que se mostrou depois impossível.

¹⁹⁶ Idem.

A confusão inicial foi na sexta e no final de semana. Na segunda-feira, ACM teria mandado um recado ao presidente da República com um ultimato: se até o meio-dia o BC não voltasse atrás na intervenção, transformando-a em uma ação administrativa, iria denunciar uma série de irregularidades na instituição. Aos aliados e à imprensa, prometeu divulgar um pacote de denúncias que comprovariam relações irregulares de diretores do BC com empresas de consultoria e disse: *Se ele (FH) quiser romper comigo, eu vou achar ótimo. Eu não vou romper, mas se ele quiser é problema dele.* Disse também que as investigações que o Congresso poderia fazer sobre as intervenções poderiam resultar em uma CPI e ameaçou: *Eu quero saber se os clientes do escritório que o Loyola trabalhava tinham dinheiro no Econômico.*¹⁹⁷ A referência era ao presidente do BC, Gustavo Loyola, que, antes de ocupar o cargo era sócio do ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega em uma empresa de consultoria em São Paulo.

A confusão estava formada e várias alternativas foram sendo discutidas, sobretudo, por ACM e seus correligionários. Uma delas seria a desapropriação do Econômico pelo governo da Bahia, pelo valor simbólico de R\$ 1, 00, o que daria fim à intervenção. Foi aí que na terça-feira, dia 15 de agosto, ACM acertou com FHC uma visita ao Palácio do Planalto justamente para agradecer a solução da desapropriação. As emissoras de televisão daquele mesmo dia mostraram as imagens de ACM, à frente de deputados e senadores baianos, atravessar a avenida entre o Congresso Nacional e o Palácio, em uma marcha, encontrar-se com o presidente e sair do seu gabinete se dizendo vitorioso. Os jornais de todo o país estampariam fotos da marcha baiana, da qual FHC não gostou nem um pouco. Assim como não gostou das matérias e editoriais que criticavam o “acordo” e a vitória de ACM, de quem, dizia-se, FHC ficaria refém pelo resto do governo.

No dia 20 de agosto, um texto do jornalista Elio Gaspari, publicado no **Estado**, resume o começo, meio e fim da marcha de ACM:

*Quando FH achou boa a idéia dele de levar a bancada, não lhe passava pela cabeça que ela viesse a pé. O que seria uma caminhada virou uma marcha. O que seria o agradecimento pela solução se transformou na coreografia de uma capitulação do presidente. (...) À noite, enquanto ACM era visto como um superpoder da política nacional, Antônio Carlos Magalhães foi para a cama desconfiado. ‘Eu sabia que, se no dia seguinte eu não apanhasse nos jornais, ele recuava’. A marcha passou por FH aos poucos. Primeiro pelas imagens da televisão. Depois no Alvorada, numa roda de fogo com ministros e assessores que foi até 1 da manhã. Finalmente pelos comentários da imprensa. A partir daí giraria a roda da maior crise política de seu governo. Nela, moeram-se todas as possibilidades de salvação do Econômico, de seus aplicadores e correntistas com mais de R\$ 5 mil.*¹⁹⁸

¹⁹⁷ Correio Braziliense, 15/08/1995, Economia, p. 4.

¹⁹⁸ GASPARI, Elio. “A costura impossível”. O Estado de S. Paulo, 20/08/1995, Economia & Negócios, B 6

Em termos práticos, o BC passou a exigir do governo da Bahia “garantias” para que assumisse o Econômico, fazendo com que a intervenção fosse mantida. A revista **Veja**, ao comentar as discussões dos baianos com o governo federal, na carta ao leitor, fez uma síntese que reflete a perplexidade de grande parte da sociedade em torno assunto: “Fechou. Abriu. Privatizou. Estatizou. Até – eta palavrinha danada – ‘estadualizou’. Ameaçou. Recuou. Cedeu. Não gostou. Voltou ao que era antes, ou mais ou menos isso. A chanchada do Banco Econômico propiciou uma semana quentíssima, daquelas que acontecem quando os políticos entram em surto, a imprensa diária se desdobra para acompanhar todas as reviravoltas e o leitor é bombardeado com uma estonteante massa de informações desencontradas”.¹⁹⁹

Em matéria nas páginas internas, a **Veja** acrescentou:

“FHC viveu a sua pior semana desde que tomou posse. Cordato e conciliador, o presidente teve de ser haver com dois monstros. De um lado, o senador baiano ACM fervia e bufava, exigindo que o BC suspendesse a intervenção no Banco Econômico e, em decorrência, os cofres públicos continuassem abastecendo a inépcia da banca privada. ‘Você é um moleque filho da puta’, gritou o senador para Gustavo Loyola, num telefonema, assim que foi anunciada a intervenção no banco do seu amigo Ângelo Calmon de Sá. ‘Vou passar por cima de você. Quem é você para fechar um banco na Bahia? Lá as coisas não são assim’.”²⁰⁰

A briga de ACM para salvar o Econômico foi sobretudo no final de semana e segunda-feira. Naquele período, disse a revista, o “governo permaneceu mudo ante a chantagem e a gritaria do senador baiano”. E em um ministério com “tantos doutores e políticos experientes, não houve um tucano com brio para responder às bravatas e defender o presidente” E foi assim que, “num governo de mudos e medrosos, os berros de ACM pareceram ameaças reais. FH, um político flexível, que tem horror a conflitos, capitulou. Aceitou a proposta de ‘estadualização’ do Econômico e a mudança do estatuto da intervenção”.²⁰¹

Mas, na quarta-feira, os jornais de norte a sul do país, “todos eles habitualmente simpáticos ao governo, estavam coalhados de declarações, entrevistas, artigos e editoriais contra a dobradinha FHC-ACM”, disse a **Veja**. Foi aí que a hipótese de um entendimento para salvar o Econômico foi enterrada. FHC passou vários dias dizendo que nunca havia mudado de opinião sobre a intervenção. *O governo saiu arranhado. Parece que o Antônio Carlos foi quem tomou a decisão. Ninguém entendeu nada*, disse FHC, conforme a revista, que acrescenta: “Todo mundo entendeu. Só o presidente e o senador não entenderam que o Brasil mudou”. Lembra que ACM, mestre em “brandir dossiês” para conseguir o que queria, imaginou que com “alguns arreganhos dobraria a espinha de mais um governo federal”. Já Fernando Henrique, “habituação a manter sua ambigüidade na base da lábia, talvez tenha achado que

¹⁹⁹ *Veja*, 23/08/1995, edição 1.406, “Carta ao leitor”.

²⁰⁰ *Idem*, p 30 – 40.

²⁰¹ *Idem*.

poderia dizer uma coisa e fazer outra e ninguém notaria”. Ao final, o senador negou ter apontado corrupção no BC e “passou o resto da semana sem gritar com o governo”, enquanto FHC “tentou convencer o país de que houve apenas um problema de *comunicação*”. Os dois foram derrotados, “ambos mostraram que não estão sintonizados com a opinião pública. Apesar disso, o Brasil saiu melhor da refrega”.²⁰²

Editorial do **Estado** ressalta como foi “dramático o esforço do Planalto para apresentar a operação Econômico sob luz favorável ao presidente”, que apenas teria atendido ao desejo do governo da Bahia de desapropriar o banco. Segundo o jornal, na visão do Palácio do Planalto, “não houve pressões políticas, não houve recuos, não houve sugestões de interessados na intermediação de negócios. Foi tudo uma questão de delicadeza”. Mas o fato é que terça-feira (da marcha de ACM) foi um “dia negro para o presidente da República e sua imagem saiu fortemente ferida em praticamente todos os setores do país, até mesmo no partido dele”.²⁰³

O jornal criticou também o comportamento de FHC, que, durante uma cerimônia militar, em Brasília, dirigiu-se aos jornalistas e disse: *Tudo bem, hoje não tem meia furada. Nem tem cueca suja. Se tiver alguém com cueca suja, não sou eu*. O presidente usou “expressões chulas que ninguém que o conhece acreditaria proferidas” por ele, o que demonstraria o estado de irritação ou a falta de controle emocional que o acometera, segundo o editorial. Para o **Estado**, “depois de tudo o que se disse por escrito na quarta-feira, se o Executivo consentir em colocar mais dinheiro do Tesouro no Econômico, o Brasil não terá mais timoneiro”.²⁰⁴

A quebra do Econômico ampliou os estragos em outros bancos que já enfrentavam problemas de caixa, por conta da disseminação contínua de boatos (ou informações verdadeiras) sobre seus problemas.²⁰⁵ Em novembro, caiu o outrora poderoso Banco Nacional, um dos cinco maiores do país, controlado pela família do ex-governador e senador mineiro Magalhães Pinto, um dos líderes civis do golpe militar de 1964. Incorporado pelo Unibanco em 18 de novembro, mediante uma decisão também técnica, o caso ganhou contornos políticos, com parte da oposição querendo investigar possível interferência de FHC no negócio, a fim de beneficiar a família do ex-governador. É que o controlador do Nacional era Marcos de Magalhães Pinto, pai de Ana Lúcia Magalhães Pinto, casada com Paulo Henrique Cardoso, filho mais velho de FHC.

²⁰² Idem. Após a intervenção, o Banco Econômico foi absorvido ainda em 1995 pelo banco Excel, que, por sua vez, foi vendido para o espanhol Banco Bilbao Vizcaya em 98.

²⁰³ O Estado de S. Paulo, 17/08/1995, Notas e Informações, p. A 3, “Palavras chulas, situação difícil”.

²⁰⁴ Idem.

²⁰⁵ Dados atualizados pelo BC em 09/09/2005 indicam que a partir do Plano Real, em primeiro de julho de 1994, 273 instituições dos diversos tipos sofreram algum tipo de intervenção, das quais, 59 bancos, 47 distribuidoras de títulos e valores mobiliários, 27 corretoras de câmbio, títulos e valores mobiliários e 11 cooperativas de crédito. Os dados completos estão no endereço www.bcb.gov.br, item “supervisão e saneamento”.

O último dos conhecidos como “grandes bancos privados” brasileiros a quebrar foi o Bamerindus, controlado pelo senador José Eduardo Andrade Vieira, ex-ministro da Agricultura de FHC, entre 1994 e 96. Mas a intervenção do BC no Bamerindus foi em março de 1997, mais de dois anos depois de o governo criar o Programa de Estímulo à Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer), em 17 de novembro de 95, que evitou uma quebra ainda maior no setor a partir dali e quase levou o Governo FHC aos bancos de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Quando anunciou a fusão do Nacional com o Unibanco, na sexta-feira 18 de novembro, o presidente do BC, Gustavo Loyola, garantiu que os depositantes do Nacional não teriam prejuízos, nem haveria interrupção no funcionamento das agências, já que todos os seus serviços bancários seriam transferidos para a outra instituição. A partir da segunda, os clientes do Nacional passariam automaticamente a clientes do Unibanco, assim como os funcionários. Da mesma forma, durante uma fase de transição, continuariam valendo os cheques, cartões de crédito e dos terminais 24 horas do antigo banco. Inaugurou-se, assim, um novo sistema, diferente da quebra do Econômico, quando as agências fecharam e os clientes ficaram sem saber o que aconteceria com eles. Tudo, já sob o guarda-chuva do Proer.²⁰⁶

Os próprios dirigentes do mercado financeiro reconhecem hoje que o Proer evitou um “efeito cascata” que poderia levar de roldão todo o sistema financeiro nacional. Com o programa, o BC passou a ter poderes para desapropriar ações de bancos que passassem por dificuldades, trocar o controle acionário e determinar a reorganização societária das instituições, inclusive forçando a fusão ou incorporação, como fez com o Nacional. Foi *mais um passo para segurar a solidez do sistema financeiro. Faz parte da ação saneadora do Banco Central*, disse o ministro da Fazenda, Pedro Malan.²⁰⁷ Em abril de 2005, o BC estimava que era de R\$ 4, 7 bilhões a sua perda com as instituições financeiras que sofreram intervenção e foram levadas à liquidação extrajudicial. A maior parte da conta, R\$ 3,3 bilhões, pertencia ao Nacional.²⁰⁸

O **JB** saudou, em editorial, a fusão do Nacional com o Unibanco como “nova temporada de fusões e incorporações de bancos”. Disse que “já não era sem tempo que o governo, por intermédio do Banco Central, criasse mecanismos para aglutinar bancos em grandes organizações”, mesmo porque o aumento da concorrência na globalização da economia pedia a “ampliação das escalas empresariais”, como mostrava a compra do Chase Mahattan pelo Chemical Bank, nos Estados Unidos. Não havia espaço para funcionar 300 bancos no Brasil, a maior parte surgida com a transformação de antigas distribuidoras, corretoras de valores,

²⁰⁶ O Globo, 19/11/1995, Economia, p. 54.

²⁰⁷ Folha de S.Paulo, 18/11/1995, Dinheiro, p. 2 –1.

²⁰⁸ Folha de S.Paulo, 18/04/2005, Dinheiro, p. 2 - 1.

financeiras e bancos de investimentos em bancos múltiplos, dizia o jornal, que defendia, ainda, o encolhimento dos bancos estatais.²⁰⁹

Os empresários do setor industrial reclamaram dos incentivos oficiais às fusões e incorporações de bancos, com o argumento de que não tiveram o mesmo tratamento para enfrentar a concorrência na economia globalizada. Os próprios banqueiros tinham suas críticas. O presidente da Federação Brasileira da Federação dos Bancos (Febraban), Maurício Schulman, reclamou que os incentivos do programa destinavam-se apenas a instituições com problemas financeiros. Mas os *bancos sadios* também poderiam ter a pretensão de usar o programa *para ganhar escala e fazer frente à tendência mundial de fusões bancárias*.²¹⁰

Em editorial, o **Estado** apoiou o Proer, com o argumento de que “seria errado condenar o que pode ser visto como privilégio” a um determinado setor. Porque a falta de assistência em situações de emergência poderia “levar a um desastre econômico” em vários setores. Era preciso, porém, disse o jornal, ter o cuidado de não absolver os responsáveis pelos problemas e de “limitar ao máximo as perdas que obrigatoriamente seriam impostas ao Tesouro”, o que significava dizer toda a Nação.²¹¹

Criado o Proer, serenados os ânimos com a perspectiva de um instrumento que evitaria o colapso imediato do sistema financeiro nacional, surgiu o imbróglio da pasta rosa. A edição da revista **Istoé** que circulou na primeira semana de dezembro publicou a história da existência de uma pasta cor de rosa com nomes de políticos que teriam recebido dinheiro do banco Econômico nas eleições de 1990, entre eles, Antônio Carlos Magalhães e seu filho, deputado Luiz Eduardo Magalhães, os senadores José Serra (SP), Renan Calheiros (AL) e José Sarney (AP).²¹² A pasta teria sido encontrada na mesa de Calmon de Sá, no primeiro dia de intervenção do BC no Banco, dia 11 de agosto, segundo a **Folha**, ou somente 10 dias depois, conforme o **JB**.²¹³

Atingido, ACM reagiu com o argumento de que não conhecia a pasta, o governo tinha *mania de criar crises* e que o vazamento da informação sobre a sua existência resultava de briga entre os ministros José Serra e Pedro Malan. *Isto é briga de ministro. Não vou tratar disso*, registrou o **Globo**.²¹⁴ No começo, a principal suspeita do vazamento recaiu sobre o diretor de Normas do BC, Cláudio Mauch, que seria desafeto de Serra e sofria oposição da bancada paulista no Congresso, “pela forma com que tentou conduzir as negociações envolvendo o Banespa”. Além disso, Mauch não seria simpático à bancada baiana, por causa

²⁰⁹ Jornal do Brasil, 19/11/1995, Opinião, p. 12, “Era das fusões”.

²¹⁰ Idem

²¹¹ O Estado de S. Paulo, 18/11/1995, Notas e Informações, p. A – 3, “O saneamento bancário e seu custo”.

²¹² Istoé, 06/12/1995, edição 1.366, p. 129 – 130.

²¹³ Folha de S. Paulo, 8/12/1995, Brasil, p.1 – 4; Jornal do Brasil, 8/12/1995, Política e Governo, p. 3.

²¹⁴ O Globo, 8/12/1995, O País, p. 3

de sua participação nas negociações do Econômico. Deixar “vazar” o teor da pasta seria também uma retaliação a ACM, que em conversas com correligionários admitira divulgar supostas ligações entre diretores do BC e empresas de consultorias, que “teriam originado o verdadeiro tráfico de influência dentro do governo”. O seu principal alvo seria o presidente do BC, Gustavo Loyola”.²¹⁵

Um dos problemas da pasta rosa é que, pela lei, parlamentares não podiam receber contribuições de instituições financeiras para campanhas políticas, mas o jornal **Globo** informou que nada aconteceria, caso comprovadas as informações da pasta. O procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, disse que dificilmente políticos beneficiados por doações do Econômico ou outras instituições nas eleições de 1990 poderiam ser punidos por crime eleitoral, já que, apesar de proibir as contribuições, a legislação em vigor naquele momento não previa punição a quem desobedecesse à norma. *Em caso de irregularidade sem sanção, não há processo*, disse o procurador. O Congresso Nacional deveria ter aprovado, mas não aprovou, uma legislação específica para as eleições de 1990, que foi, então, regulamentada pelo TSE. O Tribunal, por sua vez, valeu-se da lei orgânica dos partidos, que proibiu as doações, mas não estipulou punição para os transgressores.²¹⁶

Em nota oficial divulgada dia 7 de dezembro, o Banco Central disse que a pasta rosa era, ainda, *objeto de análise técnica e jurídica*, dela não se podendo extrair, naquele estágio, qualquer informação conclusiva. A nota informava também sobre a criação de uma comissão de sindicância para apurar os responsáveis pelo vazamento das informações. Parlamentares citados como integrantes da lista da pasta e principalmente ACM pressionavam pela demissão de dirigentes do BC, sobretudo Cláudio Mauch. Mas, se demitido, Mauch seria acompanhado pelo presidente Gustavo Loyola e pelo diretor de Política Monetária Alkimar Moura.²¹⁷

Na pasta, “de cartolina e elástico”, os gastos mais relacionados eram a “compra de camisetas e impressão de folhetos de campanha”, segundo a **Folha**. Ao se defender, ACM desafiou Loyola, diretores do BC e o interventor no Econômico a apresentar em seu nome *cheque ou documento válido, como fatura ou equivalente, pago pelo Banco Econômico*. E o jornal acrescentou que FHC “sabia da existência da pasta, informado pelo presidente do BC”. Esse seria, aliás, o principal motivo de irritação da diretoria do BC com as críticas de governistas de que o banco não agiu corretamente ao deixar de divulgar o documento logo que ele foi descoberto.²¹⁸

Para a direção do BC, os suspeitos sobre o vazamento seriam o interventor Francisco Barbosa e o próprio Calmon de Sá, que estaria interessado em inviabilizar a venda do

²¹⁵ Idem.

²¹⁶ Idem.

²¹⁷ Folha de S.Paulo, 8/12/1995, Brasil, p. 1 – 4

²¹⁸ Idem.

Econômico ao banco Excel.²¹⁹ Nas pastas, havia cópias de faturas, notas fiscais e de cheques do Econômico associadas aos nomes de 42 candidatos às eleições de 1990. Também um fax da Febraban recomendando que o banco privilegiasse o financiamento da campanha de uma lista de candidatos que ela própria indicava, segundo o **JB**. “Uma folha de papel ofício apócrifa e sem data” era a parte do dossiê da pasta de cartolina cor-de-rosa que trazia “referências pouco claras sobre os supostos beneficiados por doações de campanha do banco.”²²⁰

A lista era datilografada, e a maioria dos 42 nomes de candidatos às eleições de 1990 (grande parte da Bahia e de Pernambuco) era identificada por estado e por iniciais. Ao lado de cada nome, existia uma anotação a lápis com um número, que seria uma referência ao valor da contribuição. Na lista havia também, entre outros, os nomes dos deputados Benito Gama e José Carlos Aleluia (Bahia), Ricardo Fiúza ou Roberto Freire, Roberto Magalhães, Inocêncio Oliveira, José Jorge e Gustavo Krause (Pernambuco), Francisco Dornelles e Roberto Campos (Rio de Janeiro) e José Aníbal (São Paulo).²²¹

E o caso da pasta rosa teria deixado, pelo menos no primeiro momento, um ressentimento de um dos mais importantes aliados de FHC no Congresso, o presidente da Câmara dos Deputados Luís Eduardo Magalhães, do PFL. A principal mágoa foi receber a notícia de que FHC soube da existência da pasta, e não o alertou. *A pasta abalou a confiança entre o governo e o PFL*, admitiu o vice-presidente do partido, deputado José Jorge (PE). Ainda assim, os que partilhavam da intimidade de Luís Eduardo apostavam que o episódio seria superado.²²² Como foi. A comissão do Banco Central não conseguiu identificar o autor do vazamento da pasta, e em fevereiro de 1996 a Procuradoria Geral da República arquivou um processo que abrisse para investigar o assunto, também sem chegar aos culpados.

O escândalo da pasta rosa não chegou a Fernando Henrique Cardoso, apesar de sua vinculação com o banco Econômico, cuja quebra muito desgastou a imagem do presidente, em função das notícias na mídia. Dessa vez, FHC não quis saber do assunto e delegou ao Banco Central a tarefa de dar explicações e tomar providências, o que é o normal. Por isso foi poupado no noticiário. Ficava, entretanto, a imagem no mínimo arranhada do intelectual-político, cuja postura, antes celebrada, surge agora desfigurada, na descompostura da incontinência verbal e do descontrole travestido de discutível senso de humor.

²¹⁹ Jornal do Brasil, 8/12/1995, Política e Governo, p. 2.

²²⁰ Idem.

²²¹ Idem

²²² O Estado de S. Paulo, 17/12/1995, Política, p. 4

O escândalo na porta do Presidente

Ainda ardia a fogueira das críticas com a criação do Proer, quando o governo FHC se viu envolvido com uma denúncia que colocava em xeque de forma incisiva a sua aura de honestidade e que ficou conhecido como o caso Sivam. Na segunda quinzena novembro de 95, a revista **Istoé**²²³ traz o conteúdo de gravações feitas pela Polícia Federal de conversas telefônicas do chefe do cerimonial da Presidência da República, embaixador Júlio César Gomes dos Santos, e depois divulgada pelos jornais. Os mais explosivos eram seus diálogos com o comandante José Afonso Assumpção, dono da Líder Táxi Aéreo, representante no Brasil da empresa norte-americana Raytheon, que venceu o processo de consulta de preços para fornecimento e montagem de equipamentos do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), um negócio de mais de um bilhão de dólares. A divulgação das gravações levou à exoneração de Júlio César, em 17 de novembro, e logo depois do ministro da Aeronáutica, Mauro Gandra, citado em uma das conversas do embaixador com Assumpção.²²⁴

O Sivam, um sofisticado sistema para monitorar a Amazônia legal brasileira, que inclui o norte do país, o estado de Mato Grosso e parte do Maranhão, foi aprovado pelo Conselho de Segurança Nacional em agosto de 1993 (Governo Itamar Franco). Já implantado, em sua estrutura tem uma rede de telecomunicações para captar imagens geradas por satélites, radares e aviões, com três centros de vigilância instalados em Manaus (AM), Belém, (PA) e Porto Velho (RO), e custou 1,4 bilhão de dólares, dos quais, cerca de 90% gastos em equipamentos e serviços.

Em julho de 1994, após análise de propostas técnicas, comerciais e de financiamento de 60 empresas, a comissão governamental encarregada de escolher o fornecedor de bens e serviços para o Sivam optou pela norte-americana Raytheon, em detrimento da francesa Thomson, os dois grupos que ficaram no final da disputa.²²⁵ Em dezembro, o Senado Federal autorizou o governo a obter um empréstimo de 1,4 bilhão de dólares para a compra dos equipamentos, desenvolvimento e instalação dos projetos, para pagamento em 18 anos, o que elevaria o valor do empréstimo para 2,8 bilhões de dólares, por conta dos juros.

Foi natural a continuidade do projeto do Sivam com o início do governo FHC, mas logo começaram os problemas. Em fevereiro de 1995, o jornal *New York Times* publicou matéria

²²³ Istoé, 22/11/1995, edição 1.364, p 20 – 26.

²²⁴ Quando as gravações tornaram-se públicas, Júlio César estava indicado para ocupar a embaixada do Brasil no México, dependendo apenas da aprovação do Senado Federal. A indicação foi cancelada e ele depois ocupou o cargo de cônsul-geral do Brasil em Nova York. Atualmente é o embaixador do Brasil na Colômbia.

²²⁵ O governo decidiu dispensar a licitação para implantar o Sivam, com o argumento de que o procedimento tornariam públicos detalhes técnicos que poderiam comprometer a segurança da nação. Por isso, abriu-se uma consulta de preços. Informações sobre a implantação do Sivam, inclusive o processo de escolha do fornecedor de equipamentos e serviços, estão disponíveis no *site* www.sivam.gov.br.

em que afirma que o governo brasileiro havia desistido da proposta da Thomson em favor da Raytheon, em julho do ano anterior, depois de denúncia da CIA (a central de inteligência norte-americana), segundo a qual a empresa francesa teria pago propinas a autoridades brasileiras com poder de decisão sobre o projeto, para ganhar o negócio, conforme matéria publicada no **Estado**.²²⁶ Alguns parlamentares ensaiaram iniciar uma investigação para apurar a denúncia, mas o assunto ficou de molho e só voltaria à tona em novembro.

As gravações do embaixador Júlio César foram feitas em telefones grampeados em setembro de 95. Em uma delas, ele recebe uma ligação de Assumpção que diz: *O problema é o Sivam. Aquele filho da puta do Gilberto Miranda está sacaneando, atrapalhando tudo, ele não quer que o projeto saia, está criando dificuldades*. Antes de dizer que era preciso falar com o Sarney, que *manda no Gilberto*, Santos pergunta: *Porra, você já pagou para esse cara?*²²⁷ O senador Miranda era do Amazonas,²²⁸ relator do projeto do Sivam na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado e, segundo outros diálogos gravados, vinha dizendo que o projeto não sairia. Sarney, o presidente do Senado, era padrinho político de Miranda.

Na mesma gravação, Júlio César pergunta: *E o Gandra, como está?* Assumpção responde: *O ministro está bem. Ficou hospedado três dias aqui em casa*.²²⁹ Foi o suficiente para o ministro da Aeronáutica, Mauro Gandra, também cair, sob a suspeita de trabalhar dentro do governo, juntamente com Júlio César, em favor da Líder e da Raytheon. Em outras gravações, o embaixador diz que falaria com o próprio FHC e com o secretário de Assuntos Estratégicos, Ronaldo Sardenberg, para tentar apressar o projeto. Foi flagrado aceitando o convite de Assumpção para ir a uma festa promovida pela Raytheon em Las Vegas, nos Estados Unidos, onde chegaria em um Learjet da Líder.²³⁰

Enquanto Júlio César tentava explicar suas conversas, divulgando um documento de seis páginas, começou a ficar clara a origem da escuta telefônica, autorizada pelo juiz Irineu de Oliveira Filho, da 2ª Vara de Entorpecentes da Justiça do Distrito Federal. Ele atendeu a um pedido de Mário José de Oliveira Santos, chefe do Centro de Dados Operacionais, da Polícia Federal, que estaria investigando o tráfico de drogas no Brasil, com ramificações internacionais, a partir de denúncias que recebeu, entre março e agosto, envolvendo um certo Júlio César Gomes dos Santos, conhecido por JC.²³¹

²²⁶ O Estado de S. Paulo, 7/03/1995, Política, p. A 6.

²²⁷ Folha de S. Paulo, 20/11/1995, Brasil, p. 1 – 6.

²²⁸ Suplente do senador Amazonino Mendes, Gilberto Miranda assumiu em 1992, quando o titular deixou o cargo para concorrer à Prefeitura de Manaus. Ex-professor de educação física em Brasília, nos anos 70, Miranda tornara-se próspero empresário na Zona Franca de Manaus.

²²⁹ Folha de S. Paulo, 20/11/1995, Brasil, p. 1- 6.

²³⁰ Jornal do Brasil, 20/11/1995, Política e Governo, p. 3.

²³¹ Folha de S. Paulo, 22/11/1995, Brasil, p. 1- 8.

A versão do delegado é que, só depois de começar a ouvir os conteúdos das gravações, em princípio de setembro, descobriu a verdadeira identidade de Júlio César. Não comunicou nada aos seus superiores e desativou a escuta, em 21 daquele mês, quando viu que a denúncia de tráfico era improcedente. No dia 23, o delegado entregou ao diretor-geral da Polícia Federal, Vicente Chelotti, um relatório com o conteúdo das gravações, que não fazia menção a drogas.²³²

O relatório dizia que os diálogos gravados *confirmam as suspeitas, que deram origem a esse serviço, de que Júlio César realiza tráfico de influência*. Quer dizer: o contrabando de drogas foi apenas um pretexto usado por um delegado da PF para grampear legalmente um assessor direto do presidente da República, sem levantar suspeitas. Chelotti engavetou o documento e viajou para a China no final do mês, onde participou de um encontro sobre corrupção. Mesmo tendo voltado em princípio de outubro, só no dia 7 de novembro Chelotti “teve tempo” de ler o relatório sobre Júlio César, que foi, então, repassado ao ministro da Justiça, Nelson Jobim, que o levou ao presidente FHC, dia 14. FHC pede explicações a Júlio César e decide afastá-lo do cargo, no dia 17. No domingo, dia 19, saiu o ministro Mauro Gandra.²³³

E como a revista **Istoé** teve acesso às gravações? Soube-se, depois, pelas mãos do presidente do Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra), Francisco Graziano, demitido pelo presidente FHC também em novembro. E como chegou a Graziano? O delegado Mário José Santos confessou que passou a informação ao agente especial da PF Cláudio Mendes, chefe do Serviço de Proteção de Dignitários, setor da PF responsável pela segurança de FHC durante a campanha eleitoral. Este repassou ao colega de polícia Paulo Chelotti (irmão do diretor-geral, Vicente Chelotti), que entregou a Graziano, com quem trabalhava.²³⁴

Aqui começam as críticas mais incisivas da mídia a FHC desde que ele assumira o governo, tendo como pano de fundo a corrupção. Em sua edição que circulou com data de 29 de novembro, a **Veja** traz na capa a foto de Francisco Graziano, afirmando que ele entregou a FHC uma fita cassete e um documento de 13 páginas datilografadas, com o teor de gravações de 13 conversas telefônicas de Júlio César Santos. O presidente “reagiu de maneira tibia, hesitante. Sua primeira e única preocupação foi a de que a ilegalidade (a gravação), através da imprensa, chegasse ao conhecimento dos brasileiros”, mas não moveu “uma palha para encontrar os responsáveis pela ilegalidade”.²³⁵ A mesma matéria da **Veja** diz que, no decorrer da semana anterior, Graziano “disse que só soubera do grampo pela imprensa”, mas depois admitiu que as gravações “apareceram de uma hora para outra em seu gabinete”. Em

²³² Idem.

²³³ Idem.

²³⁴ Jornal do Brasil, 1/12/1995, Política e Governo, p. 3.

²³⁵ Veja, 29/11/1995, edição 1.420, p.30 - 40.

entrevista à revista, reconheceu finalmente que recebeu as fitas de Paulo Chelotti. *Eu sabia que o Júlio César estava sendo investigado há muitos meses*, diz Graziano. *Ele é uma pessoa sob suspeita*, acrescenta e, a seguir, aponta suas supostas ligações com empreiteiros e grandes empresários. A revista também levanta a suspeita de que havia no governo interesse em “abafar” o caso para evitar o escândalo, o que só não ocorreu porque a imprensa divulgou o conteúdo das gravações.²³⁶

Depois de afastar Júlio César, o presidente FHC teria dito em uma conversa com assessores: *Pela primeira vez, senti o gosto amargo de ser presidente da República*.²³⁷ Para entender o estado de espírito do presidente, busquem-se as conversas informais nos corredores do Palácio do Planalto. “O embaixador Júlio César Gomes dos Santos era um dos assessores preferidos do presidente Fernando Henrique Cardoso. Para as viagens chegava a selecionar os ternos que o presidente deveria levar na bagagem. Em pelo menos uma ocasião tomou a liberdade de ajeitar em público a gola da camisa do presidente. Tanta intimidade – que para Fernando Henrique significa proteção – credenciou Júlio César Santos a ser uma espécie de escudo contra os que tentavam se aproximar demais do presidente da República”, afirmou o **JB**.²³⁸

Júlio César se tornou próximo de FHC no final de 1992, quando ele assumiu o Ministério das Relações Exteriores. Desempenhava as “funções de introdutor diplomático, uma espécie de secretário particular e ajudante-de-ordem do ministro”, de quem se tornaria secretário particular no Ministério da Fazenda, entre maio de 1993 e março de 94. Durante a campanha presidencial de 94, o embaixador tirou licença sem vencimentos do Itamaraty para trabalhar na campanha, na qual teve “atritos” com Francisco Graziano, que, na época, organizava a agenda do candidato. Quando César entrou na campanha, surgiram *coincidências*, segundo um integrante do comando da campanha de FHC. “Fernando Henrique saía para jantar, incógnito, e, no local escolhido, sempre aparecia *por acaso* um empresário ou um lobista.” Essas coincidências ocorriam também em lugares como os aeroportos de Brasília e São Paulo, entre a eleição e a posse de FHC. “Em todas as ocasiões, lá estava Júlio César levando pelo braço alguém para falar com o presidente eleito”.²³⁹

Quando o embaixador deixou o Palácio do Planalto, o porta voz Sérgio Amaral leu uma nota em que classificou de *imprudência* a conversa em que ele propõe a Assumpção o pagamento de propina ao senador Gilberto Miranda. Disse que, com base nas gravações, não seria correto falar em *tráfico de influência, porque há, apenas, referências à Raytheon e ao Sivam na transcrição da escuta*. Ele destacou que FHC fez questão de dizer que, em três

²³⁶ Idem.

²³⁷ O Globo, 22/11/1995, O País, p. 3.

²³⁸ Jornal do Brasil, 18/11/1995, Política e Governo, p. 4.

²³⁹ Jornal do Brasil, 18/11/1995, Política e Governo, p. 2.

anos de convívio, nunca soube de atividades de *lobby* ou *intermediação de interesses de terceiros* exercidas pelo embaixador.²⁴⁰

Em princípio de dezembro, porém, vazou um relatório da Polícia Federal sobre o grampo em que se diz que embaixador usava *de seu prestígio e cargo no governo federal para conseguir favores e vantagens para, principalmente, empresários*. No caso do Sivam, o seu papel seria o de *obter informações sobre o assunto e agendar reuniões de José Afonso com ministros e políticos que estivessem envolvidos na discussão do projeto*. O relatório conclui também que as gravações constantes na fita *mostram com clareza a influência de JC no governo e a inteira confiança que seus amigos empresários depositam nele para conseguir favores e vantagens*. E o texto do relatório contém ainda um perfil do embaixador, um homem com *acesso direto ao presidente da República* e com um círculo de amigos *composto por políticos, embaixadores, empresários e jornalistas e alto escalão do governo*. Além disso, ele estava *constantemente em colunas sociais de jornais do Rio de Janeiro e Brasília*.²⁴¹

Primeiro ministro a deixar o Governo FHC, Mauro Gandra divulgou uma nota oficial em que diz que o seu pedido de demissão devia-se, sobretudo, à *vontade de preservar o governo e a Força Aérea de polêmicas indesejáveis no presente quadro nacional*. Segundo ele, um chefe militar não poderia *conviver com a dúvida no olhar de seu subordinado*. *A nação e a Força Aérea são muito mais importantes do que o homem e sua carreira*. A sua mulher, Yara Gandra, atribuiu a demissão a *forças ocultas* contrárias ao Sivam. Ela disse que o ex-ministro se hospedou na casa de Assumpção em Belo Horizonte apenas *para não ser indelicado* com um amigo de mais de 10 anos. *Não estava dormindo na casa de traficante, de bicheiro, nem do representante de uma firma que participava de licitação do governo: a Raytheon já estava escolhida*, justificou.²⁴² Em seguida, o chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, brigadeiro Ulysses Pinto Corrêa Neto, deixou o cargo e passou para a reserva, em solidariedade à demissão de Gandra, ao mesmo tempo, nomeando um responsável pela demissão do companheiro de farda: a imprensa. Gandra foi substituído no Ministério da Aeronáutica pelo brigadeiro Lélvio Viana Lobo, ferrenho defensor do Sivam, que havia ocupado o mesmo cargo no Governo Itamar Franco.

Falando aos jornalistas durante uma visita a Maceió (AL), no dia 20, FHC disse que Gandra havia se portado de forma exemplar e que sua saída do ministério foi *um episódio normal*, de um país *cheio de problemas em que há precipitação nos julgamentos e nos atos*. Argumentou ainda que a imprensa vinha exagerando no tratamento dado ao assunto. *Vejo*

²⁴⁰ Idem.

²⁴¹ Folha de S.Paulo, 1/12/1995, Brasil, p. 1 - 6.

²⁴² Folha de S.Paulo, 20/11/1995, Brasil, p.1 - 1.

*que há uma sanha de volta atrás, inclusive o noticiário é muito espalhafatoso. Alertou que não admitiria deslizes éticos de seus subordinados, porque em seu governo não poderia haver sombra de dúvida. Qualquer matéria que diga respeito a comportamento, a própria pessoa envolvida deve ser a primeira a colocar bem claro essa questão.*²⁴³

O governo até fez uma leitura positiva do caso, entendendo que o presidente saiu fortalecido. Júlio César Santos comportara-se como um *fanfarrão*, para mostrar um poder que nunca teve, e Gandra fora apenas *imprudente*, ao se hospedar na residência de um fornecedor do Ministério da Aeronáutica.²⁴⁴ Além disso, o governo estaria disposto a *realizar qualquer investigação* para saber se houve tráfico de influência no Sivam, segundo o porta-voz Sérgio Amaral. Disse que se o *projeto tiver alguma falha grave ou se for apresentado ao governo alguma alternativa melhor, o governo pode considerar.*²⁴⁵

A intenção dos partidos de oposição de criar uma CPI para investigar o caso Sivam deu em nada. Em reunião com os líderes dos partidos aliados, FHC disse que a investigação atrapalharia as reformas em discussão no Congresso naquele momento e prejudicaria Brasil no exterior. Após o encontro, as lideranças dos partidos aliados passaram a pedir aos seus deputados que não assinassem o requerimento da CPI, que estavam sendo articulada por parlamentares do PT.²⁴⁶

Ainda no final de novembro, considerando superada a fase de apuração do grampo telefônico, uma “supercomissão” do Senado criada para investigar o caso Sivam decidiu que analisaria apenas os detalhes técnicos do projeto e do contrato de US\$ 1,4 bilhão com a Raytheon. No dia 7 de dezembro, o relator da supercomissão, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), informou que não proporia qualquer mudança no contrato entre o governo e a Raytheon, com o argumento de que não poderia alterar suas cláusulas. *Não posso fazer ingerência no que é competência do Executivo.* O relatório que recebeu do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), vice-líder do governo, sobre os aspectos técnicos do Sivam, dizia que a tecnologia oferecida pelo consórcio de empresas liderado pela Raytheon era o melhor para a vigilância da Amazônia.²⁴⁷ As explicações pedidas anteriormente pelo Senado a Gilberto Miranda, sobre o diálogo entre Júlio César e José Afonso Assumpção, também acabaram esquecidas.

Para finalizar o caso, o presidente FHC contou a amigos que pelo menos três de suas conversas com Júlio César foram grampeadas, embora tratando de temas banais: uma solicitação de fitas de vídeo para seus netos assistirem, o pedido da cópia do filme “As

²⁴³ Jornal do Brasil, 21/11/1995, Política e Governo, p. 2.

²⁴⁴ Jornal do Brasil, 21/11/1995, Política e Governo, p. 2.

²⁴⁵ Folha de S.Paulo, 22/11/1995, Brasil, p. 1- 8.

²⁴⁶ Folha de S.Paulo, 22/11/1995, Brasil, p. 1- 5.

²⁴⁷ Folha de S.Paulo, 8/12/1995, Brasil, p.1- 8.

Pontes de Madison” para passar no cinema do Alvorada e uma troca de impressões sobre o traje adequado para uma recepção na viagem à Bélgica.²⁴⁸

Os editoriais sobre o caso Sivam mostram que acabara a lua-de-mel da mídia com FHC, embora o casamento tenha prosseguido com seus altos e baixos. No auge da crise, dia 22 de novembro, a **Folha** defendeu a criação de uma CPI sobre o Sivam, uma vez que, “por seu caráter público e sua maior independência diante de pressões do Executivo“, seria o foro mais adequado para “discutir, avaliar e estabelecer as diligências para a total apuração do caso”. Além de apurar as responsabilidades civis e penais, a CPI poderia “ser extremamente útil para o país aprender a definir melhor suas prioridades”.²⁴⁹

O **Estado** afirma que “o presidente pode estar melindrado e dizer que qualquer dúvida sobre a conduta de seus auxiliares deve ser esclarecida imediatamente junto a ele”. Aproveita para cobrar os resultados de uma comissão criada pelo governo para estabelecer regras de conduta de membros do Executivo em suas ligações com o setor privado e faz um alerta: “O episódio da escuta contra o chefe do cerimonial suscita grave problema: todos nós e nossos direitos individuais estamos sujeitos ao arbítrio de quem for amigo não do rei, mas do chefe da Polícia Federal. Essa a democracia que o tucanato levou um ano para estabelecer no Brasil: pura, impoluta, mas violadora da intimidade de quem não for amigo de alguém. Este é o fato que não pode deixar de ser investigado: quem tramou e por que a PF colaborou”.²⁵⁰

Outro editorial do jornal foi mais duro, ao afirmar que, mais do que o projeto Sivam, estava em jogo “a imagem e a autoridade da Presidência da República”. Disse que FHC

“restaurou a autoridade da Presidência com sua simples presença no Palácio do Planalto. Inaugurou um governo acima de qualquer suspeita (não se podendo compará-lo a Collor de Mello) e de rumos claros (nisso divergindo do de Itamar Franco). Para não falarmos no êxito do Plano Real. Os desvios de curso a que assistimos nesses 11 meses (especialmente no terreno das privatizações e na indefinição que até hoje cerca o conteúdo que se dará às emendas constitucionais aprovadas) não foram suficientes para abalar o prestígio presidencial, já não diremos nas pesquisas de popularidade, mas junto aos formadores de opinião. O caso da escuta telefônica trincou o cristal da confiança. Note-se que não é um dano perceptível por qualquer um, embora seja um sinal que um técnico qualificado é capaz de identificar”.²⁵¹

O **Estado** registra que era “tido como túbio” o comportamento do presidente diante da crise e que ele deveria reassumir “o comando da nau que de repente é vista como à mercê do intrigante de turno”. Diz que o contrato do projeto Sivam poderia ser rejeitado pelo Senado, mas a autoridade da Presidência não poderia, “em hipótese alguma, ser posta em dúvida, pois

²⁴⁸ O Globo, 2/12/1995, O País, p. 3.

²⁴⁹ Folha de S. Paulo, 22/11/1995, Opinião, p. 1 -2, “Só com CPI”.

²⁵⁰ O Estado de S. Paulo, 22/11/1995, Notas e Informações, p. A-3, “Uma pergunta a mais”.

²⁵¹ O Estado de S. Paulo, 26/11/1995, Notas e Informações, p. A-3, “Reassumir o comando”.

do contrário todo o esforço feito para restabelecer a plenitude democrática terá sido em vão. A autoridade da Presidência da República é a garantia da vigência da Lei e da Ordem”.²⁵²

Dias depois, o **Estado** diria que a decisão de se convocar o Conselho de Defesa Nacional para assessorar o presidente no caso Sivam poderia “significar o primeiro passo do chefe do Executivo para retomar o comando da nau do Estado”. Argumentou que a pessoa do chefe do governo havia sido poupada até aquele momento e nada indicava que viesse a ser atingida, mas não se tinha certeza de que o comandante voltara a “assumir o leme e imprimir à nau o rumo que pretende”. Reiterou que esse curso dependeria de FHC ter condições de “pairar acima da intriga palaciana”, que, reduzida, não tinha terminado. “Pior que decidir errado é não decidir. A hora é de decisões e de determinação de enfrentar o que vier a seguir”.²⁵³

Em entrevista que concedeu aos jornalistas em Maceió, dia 20, FHC havia dito também que não havia oposição no Brasil, apenas “birra”. *Afinal, oposição a quê? Se for a um bom programa, está errado, pois significa oposição ao Brasil.* Editorial da **Folha** afirma que

“não há razões para duvidar que FHC seja sincero quando diz que quer o melhor para o país. Também é compreensível a sua pressa na aprovação das reformas. Nada disso, porém, vale o enfraquecimento das instituições democráticas. Mais ainda, afirmar que quem é contra o seu projeto é contra o Brasil não condiz com a imagem de democrata pluralista que sempre foi a de FHC. É óbvio que FHC não é o detentor exclusivo da verdade. Seu plano vem sendo positivo para o país, mas, como tudo que é humano, está sujeito a falhas. O papel da oposição em detectar falhas e tentar corrigi-las é componente essencial da democracia”.²⁵⁴

O que os editoriais dos jornais procuram mostrar no caso Sivam é bem diferente da quebra do banco Econômico. Lá, FHC foi apanhado de surpresa por um político matreiro e espertalhão como Antônio Carlos Magalhães e, conciliador, contribuiu para disseminar a imagem de que lhe faltava autoridade. No episódio do Sivam, não havia como negar - infere a mídia - havia pessoas próximas ao presidente, auxiliares de outras épocas, ocupando assentos no governo, envolvidos em negócios suspeitos. A questão era muito mais grave. Há um editorial do **JB** ilustrativo daquele momento:

“O presidente Fernando Henrique Cardoso dificilmente será, daqui para a frente, o mesmo governante. Depois do tranco de opinião pública, representado pela revelação de tráfico de influência e escuta telefônica ao seu redor, não poderá dizer que é *fácil governar o Brasil*. O segundo ano do governo contará com um presidente mais experiente. O seu mandato é um compromisso com reformas profundas, prometidas na campanha eleitoral, enunciadas como propostas ao Congresso e penderes de entendimentos políticos. E não uma administração realizada em atmosfera de crise. Um homem com o senso da moralidade pública e isento de suspeitas – como é Fernando Henrique Cardoso – não consegue ser insensível ao conhecimento de práticas incompatíveis com a dignidade do mandato ou com a Constituição, e das quais veio a saber pela

²⁵² Idem.

²⁵³ O Estado de S. Paulo, 01/12/1995, Notas e Informações, p. A-3, “A hora das decisões”.

²⁵⁴ Folha de S. Paulo, 22/11/1995, Opinião, p. 1- 2, “Viva a oposição”.

forte repercussão. O presidente registra em seu semblante o golpe recebido exatamente de onde não esperava. É um bom sinal a sombra de desencanto na fisionomia presidencial. A nação espera, porém, que Fernando Henrique saiba superar rapidamente o choque pessoal e passe a enfrentá-lo como desafio para gerir a crise que se abriu sob seus pés, e não como vítima”.²⁵⁵

Diz o **JB** que FHC havia sido apanhado “numa crise de conseqüências imprevisíveis” e, se não a administrasse “muito bem, em tempo útil”, correria o “risco de se tornar um governo politicamente inválido pelo resto do mandato”. Havia incoerência nas versões, o que feriu o sentimento democrático da sociedade, “fulminou como um raio o presidente da República, cercado de alegações que implicam cada vez mais o esquema de governo na culpa pela crise”. Por isso, o próprio FHC teria de “restabelecer a verdade e utilizá-la para resgate da confiança política abalada”. Para o jornal, a opinião pública esperava que o presidente retomasse a iniciativa, compatibilizasse a administração com a sua biografia e prosseguisse nas reformas que eram “a sua senha histórica” e que poderiam “garantir a estabilidade política e consolidar a democracia”.²⁵⁶

Antes do caso Sivam, repercutiram na mídia as saídas do governo de Henrique Hargreaves, Paulo Motoki e José Milton Dallari, acusados de algum tipo de favorecimento pessoal ou de terceiros. O primeiro, chefe da Casa Civil do governo Itamar Franco, ocupava a presidência da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e, simultaneamente, prestava uma assessoria ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), pela qual recebia R\$ 23,6 mil mensais. Paulo Motoki, diretor do Departamento Nacional de Combustíveis, foi acusado de “trocar idéias e consultas” com um amigo que era consultor da Shell, uma distribuidora de petróleo fiscalizada justamente pelo Departamento.²⁵⁷

Milton Dallari estava na Secretaria de Acompanhamento do Ministério da Fazenda desde antes da implantação do Plano Real. Foi peça fundamental na fase de transição da URV para a nova moeda, quando ficou conhecido como o “xerife” encarregado de controlar os abusos nos preços. Era sócio de uma consultoria em São Paulo, da qual estava afastado, mas foi acusado de ter entre clientes empresas que estariam se beneficiando de informações privilegiadas que ele tinha no governo.²⁵⁸

Embora tenham ocupado espaço na mídia e no discurso da oposição, essas três demissões foram logo esquecidas. O caso Sivam é que colocaria o governo FHC em um outro patamar, a partir do qual uma enxurrada de denúncias sobre favorecimentos e negociatas atravessariam, fundamentadas ou não, mais sete anos de gestão.

²⁵⁵ Jornal do Brasil, 3/12/1995, Opinião, p. 12, “Nada será como antes”.

²⁵⁶ Idem.

²⁵⁷ Folha de S.Paulo, 26/08/1995, Brasil, p. 1-5; 15/09/1995, Brasil, p. 1-10.

²⁵⁸ Folha de S.Paulo, 01/09/1995, Brasil, p. 1-5.

As oposições ameaçam, governo entrega cargos e retoma o controle

Logo depois da criação do Proer, em novembro de 95, as oposições no Congresso arregaçaram as mangas para criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o assunto. O coro oposicionista cresceu em princípio de janeiro 96, quando a revista **Veja** trouxe denúncias sobre falcatruas praticadas por dirigentes do Banco Nacional no ano anterior, quando já se sabia que a sua situação econômica e financeira era insustentável.

No Senado Federal, foi criada a chamada CPI dos bancos, que, ao que tudo indicava, seria finalmente instalada em dia 20 de março de 1996, depois que o PMDB e o PPB, embora partidos da base aliada do governo, indicaram representantes na Comissão, assegurando a maioria absoluta de sua composição (sete membros) e a realização de reuniões. As indicações foram anunciadas pelo presidente do Congresso, José Sarney, com apoio do presidente do PMDB, Paes de Andrade, e do líder no Senado, Jáder Barbalho, que naquele momento travavam uma queda de braço com o líder na Câmara, deputado paulista Michel Temer e seu grupo aliado ao governo, pela hegemonia no partido.²⁵⁹

Sentindo a derrota, os líderes do governo entraram com recurso junto à Comissão de Constituição e Justiça, para impedir a CPI, com o argumento de que não havia “fato determinado” e, portanto, respaldo regimental. E ao mesmo tempo tentavam adiar a primeira reunião, depois de instalada a Comissão, procurando convencer um dos seus sete integrantes a não comparecer, inviabilizando, assim, o quorum regimental.²⁶⁰

Em outra frente, FHC tentou atrair o PPB para o seu lado, oferecendo em troca um ministério, mas a cúpula do partido recuou no primeiro momento, com medo de ser acusada de negociar apoio em troca de cargos. Mas durou pouco a vacilação dos pepebistas, porque no dia seguinte o acerto foi feito. O presidente do partido e líder no Senado, Esperidião Amin (SC), avaliou, então, que faltava *vontade política* no Senado para levar adiante as investigações. Jáder Barbalho, por sua vez, que antes dizia ser *irreversível* a instalação da CPI, depois de uma conversa com FHC passou a apoiar o adiamento da instalação da Comissão. Empresas de Barbalho no Pará estavam sendo fiscalizadas pela Receita Federal, assim como as do senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), em Manaus, que também mudou de idéia quanto à instalação da CPI – os dois teriam alterado a postura depois de um acordo para aliviar a fiscalização. Em uma visita ao Planalto, Barbalho teria sido avisado também do “rombo” do Banco do Estado

²⁵⁹ O Globo, 20/03/1996, O País, p.3.

²⁶⁰ Idem

do Pará, no período em que era governador, que estava sendo fiscalizado pelo Banco Central e pelo qual ele foi processado posteriormente.²⁶¹

A CPI dos bancos chegou a ser instalada no dia 21 de março, apesar de antes ter sido considerada inconstitucional pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado, por 13 votos a nove. A sua primeira e única sessão durou das 14h10 às 19h30, quando o plenário do Senado confirmou a decisão da Comissão e extinguiu a CPI por 48 a 24 votos. Sarney e seus aliados não se deram por derrotados e passaram a defender uma outra CPI sobre o assunto, mista, reunindo deputados e senadores.²⁶² Mas uma nova CPI para investigar os recursos do Proer só voltaria a ser criada no Congresso Nacional em 2001, depois da quebra dos bancos Marka e Fonte Cindam.

Além de sufocar a CPI, o acerto do governo com os dois partidos garantiu a aprovação, em primeiro turno, da reforma da previdência, que estava sendo discutida no Congresso desde o ano anterior. Eis como o **Globo** relatou os fatos:

“Numa operação comandada pelo presidente FHC e que envolveu intensas negociações com governadores e parlamentares nas últimas 48 horas, o governo jogou pesado e conseguiu ontem virar a situação desfavorável no Congresso, onde viveu um dia de vitórias: aprovou em primeiro turno, na Câmara, a reforma da Previdência, e fulminou, depois de dias de tentativas, a CPI dos bancos criada no Senado. O rolo compressor governista funcionou graças a uma estratégia que assegurou o apoio do PPB em troca da promessa de um ministério dentro de um ou dois meses e dividiu o PMDB, isolando dois dos seus principais caciques: o presidente do Senado, José Sarney, e o do partido, Paes de Andrade.”²⁶³

A **Folha** registrou que “o governo FHC partiu para um verdadeiro vale-tudo para aprovar a reforma da Previdência Social e barrar a CPI dos bancos. Prometeu cargos e obras nos estados, assumiu dívidas, colocou fiscais da Receita Federal em empresas de um senador e contou com a pressão de governadores”.²⁶⁴ Para obter apoio do PPB, além de prometer um ministério e diversos cargos no primeiro e segundo escalões, o governo aceitou a proposta pela qual o prefeito Paulo Maluf brigava há um ano, de federalizar uma dívida de R\$ 3,336 bilhões da Prefeitura de São Paulo, ou seja, transformá-la de municipal em federal.²⁶⁵ Mas outros partidos também ganharam na transação. Os votos de oito deputados federais de Rondônia para a reforma da Previdência, por exemplo, custaram R\$ 30 milhões do Tesouro para restaurar a BR 364 no estado, conforme negociou o governador Valdir Raup (PMDB).²⁶⁶

O PMDB de Minas Gerais fechou com o governo após garantir a nomeação, para a Superintendência Regional da Rede Ferroviária Federal, de Geraldo Dairrel, um apadrinhado

²⁶¹ O Globo, 20/03/1996, O País, p. 5; Folha de S.Paulo, 21/03/1996, Brasil, p. 1- 6 e 22/03/1996, Brasil, p.1-7.

²⁶² O Globo, 22/03/1996, O País, p.3.

²⁶³ O Globo, 22/03/1996, O País, p. 3

²⁶⁴ Folha de S.Paulo, 22/03/1996, Brasil, p. 1- 7.

²⁶⁵ Folha de S.Paulo, 21/03/1996, Brasil, p.1- 6.

²⁶⁶ Idem. .

dos deputados federais Marcos Lima e Newton Cardoso. O governador Eduardo Azeredo, do PSDB, conseguiu votos em troca da promessa de liberação de verbas do Orçamento. O deputado Paulo Heslander (PTB-MG) também mudou de voto quando foi ameaçado de perder uma diretoria da Telemig, ocupada por seu apadrinhado. O mesmo aconteceu com o deputado Vicente Cascione (PTB-SP), ameaçado de perder duas diretorias das Docas de Santos.²⁶⁷

Cinco dos sete deputados do PMDB da Paraíba haviam votado contra o governo e mudaram de opinião quando o Palácio do Planalto ameaçou demitir o secretário de Políticas Regionais, Cícero Lucena, indicado pelo partido no estado. O governador Antônio Brito, do PMDB do Rio Grande do Sul, solícito aliado de primeira hora de FHC, exonerou os secretários de Governo, Néelson Proença, e da Casa Civil, Mendes Ribeiro, e os mandou ocupar suas cadeiras na Câmara Federal que estavam com dois suplentes, porque o segundo suplente da bancada, Wilson Branco, havia votado contra a reforma. Os deputados Udson Bandeira e Freire Júnior, do PMDB do Tocantins, mudaram o voto após audiência com FHC.²⁶⁸

Nas negociações, o PMDB da Paraíba conseguiu ainda do governo federal a promessa de recursos para construir um canal ligando os açudes de Mães d'água e Curemas. O deputado Hermes Parcianello, do PMDB do Paraná, indicou um afillhado à vaga de superintendente da Rede Ferroviária no Estado, e o senador Íris Rezende, peemedebista de Goiás, nomeou o diretor do Departamento Nacional da Produção Mineral. O Rio Grande do Sul teve promessa de recursos para a usina Candiota. E Tocantins, a promessa de que uma dívida do estado com o Bamerindus seria paga com empréstimo do Banco do Brasil. O voto do senador Ramez Tebet (MS) contra a CPI dos bancos foi sacramentado com a promessa de construção de uma ponte sobre o rio Paraguai, próximo a Corumbá, em seu estado.²⁶⁹ Construída, a ponte foi inaugurada pelo presidente FHC em 2002.

Na votação do relatório de Michel Temer, o governo conseguiu mudar 56 dos 95 votos da base aliada que foram contra na votação inicial do projeto. Só Temer, que era líder do PMDB na Câmara, conseguiu virar 25 dos 38 votos dissidentes do seu partido. *Somos profissionais*, comemorou o líder do governo, Luiz Carlos Santos (PMDB-SP). *Fizemos barba, cabelo e bigode*, acrescentou o líder do PSDB, deputado José Aníbal, em uma alusão a Sarney e Paes de Andrade, que usavam bigode. O PMDB, que controlava as pastas da Justiça, dos Transportes e a Secretária de Desenvolvimento Regional, julgava-se credenciado a ampliar seu espaço no governo FHC. Mesmo porque acabara a *postura dissimulada*. A partir daquele momento, era *apoio ao governo mesmo*, resumiu o baiano Geddel Vieira Lima, vice-líder do PMDB na Câmara. Retrato dos dissidentes massacrados, o deputado gaúcho Wilson Branco, que assistiu

²⁶⁷ Idem.

²⁶⁸ Idem.

²⁶⁹ O Globo, 22/03/1996, O País, p. 3 : 8.

a votação com lágrimas nos olhos, sem, naturalmente, poder votar, disse que havia sido *desmoralizado* diante dos seus 30 mil eleitores, que *foram achincalhados*. E protestou: *Se acham que porque sou pescador e pobre não mereço o mesmo tratamento que os ricos, lembro que meu voto tem o mesmo peso.*²⁷⁰

O porta voz da Presidência, Sérgio Amaral, disse que o presidente achava legítimo que o PPB tivesse um lugar no ministério, mas não havia expectativa de mudanças imediatas. O governo admitia apenas que estava em curso o processo de federalização das dívidas da Prefeitura de São Paulo, mas nada a ver com o apoio do prefeito Paulo Maluf, segundo Amaral.²⁷¹ Não demorou e, em maio, o deputado Francisco Dornelles passou a ocupar o Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, na cota do partido.

A reforma da Previdência e o fim da CPI dos bancos “abriram um largo e permanente sorriso no rosto” de FHC, que chamou ao Palácio lideranças do governo e dos partidos aliados para cumprimentá-los, “diante de flashes, pela vitória”, registrou o **Globo**. *Pedi que viessem aqui, apesar do dia de muito trabalho que tiveram hoje, porque há momentos em que é preciso que a gente reconheça de público o esforço*, disse o presidente, que agradeceu a cada um chamando pelos nomes. Não citou o nome de Sarney, presidente do Senado, mas deixou claro sua mágoa e até sinalizou que ele era o atraso, quando se referiu a Luís Eduardo Magalhães: *O presidente da Câmara tem sido um batalhador incessante. Tem conduzido o Congresso com competência e firmeza e assegurado ao Brasil a possibilidade dessas reformas.*²⁷²

Horas depois de vencer as duas votações no Congresso, FHC iniciou um inesperado diálogo com a oposição. Chamou o líder do PDT, Miro Teixeira, para jantar no Palácio da Alvorada e propôs que se elaborasse um roteiro de negociações para a reforma do Estado. Além disso, o governo estava disposto a fazer um levantamento minucioso de sua base parlamentar, a partir das últimas votações, para avaliar quem merecia ficar com os cargos que havia indicado no Executivo. Um levantamento preliminar mostrou uma base estável com 274 deputados, dos quais, 100 votavam com o governo sem pedir nada em troca e outros 174 apoiavam, embora tenham recebido favores em troca desses apoios.²⁷³

Pesquisa do Datafolha realizada em São Paulo e publicada dia 24 de março pela **Folha** mostrou que FHC saiu arranhado do embate no Congresso. Dos entrevistados, 64% acharam que ele agira movido por interesses discutíveis e 76% eram favoráveis à abertura da CPI dos bancos. Mas, contraditoriamente, o número de entrevistados que considerou boa ou ótima a gestão FHC subira para 38%, contra 32% em dezembro, apoio resultante, provavelmente, em

²⁷⁰ O Globo, 22/03/1996, O País, p. 3 - 4

²⁷¹ O Globo, 22/03/1996, O País, p. 3

²⁷² Idem.

²⁷³ O Globo, 23/03/1996, O País, p. 3.

grande parte, do sucesso da luta contra a inflação, que vinha caindo.²⁷⁴ Ao comentar o resultado da pesquisa, a **Folha** diz que “o vencedor político pode ter sido moralmente derrotado”, porque o governo “levou à lona o inimigo, mas o fantasma do cadáver insepulto talvez não caia no esquecimento”.²⁷⁵

Os acertos do Governo FHC para sufocar a CPI dos bancos e aprovar a reforma da previdência sofreram duras críticas dos jornais. Ao defender a CPI sobre o sistema financeiro, por exemplo, a **Folha** reconhecia que ela teria “um inevitável componente político” e o risco de que as oposições aproveitassem-na “como um palanque a partir do qual atacar o governo, em vez de investigar o problema que a suscitou”. Mas seria um risco menor do que deixar dúvidas sobre a fiscalização e a própria saúde do sistema financeiro. Mesmo porque tão “importante quanto descobrir culpados pelos erros do passado é apontar caminhos para que eles não se repitam no futuro”. Uma CPI, então, seria o foro para discutir e consolidar propostas “consistentes para criar um mecanismo eficaz e rápido de fiscalização do BC sobre o sistema financeiro”, para a qual não faltava ao Banco competência técnica, mas independência política.²⁷⁶

Ao comentar a hipótese da troca de votos do PPB por cargos públicos, ainda no auge do impasse da votação da reforma da previdência, a **Folha** afirmou que

“não se poderá mais ter dúvidas de que há algo de profundamente errado com a forma de fazer política neste país. É evidente que a divisão do poder entre as diversas legendas que sustentam um mesmo governo é um processo democrático e legítimo, desde que haja um mínimo de identidade programática entre as agremiações. Esse não parece ser o caso do PPB, que, de resto, é apenas um exemplo do grau de fisiologia com que atua a grande maioria dos partidos políticos brasileiros. Pior ainda, o PPB age com um bifrontismo insuspeito. Enquanto compõe com o governo na Previdência, atua contra ele na CPI acerca do sistema financeiro – independentemente do mérito de o Planalto ser contra a investigação - já insinuando que poderá vir a negociar no futuro. É uma forma de, ao mesmo tempo, posar de paladino da moralidade e, principalmente, cobrar mais pelos ‘serviços prestados’”.²⁷⁷

Ao destacar a expressiva “vitória do Poder Executivo” na votação da reforma da previdência, o **Estado** lamenta que em nome do que seria “possível” aprovar “se deixou de dar um grande passo à frente, que seria a reformulação de cabo a rabo do sistema previdenciário”. Eliminando, por exemplo, o “grande símbolo do Estado que nos governa, que é a distinção entre os que trabalham para o setor público e os que labutam no setor privado”. Diz que FHC - *o presidente de mil funções* – “obteve grande vitória política”, abrindo caminho para outras votações importantes como as reformas administrativa e tributária. E foi a sua pressão sobre as

²⁷⁴ Folha de S.Paulo, 24/03/1996, Brasil, p.1 – 5.

²⁷⁵ Folha de S.Paulo, 24/03/1996, Opinião, 1- 2, “Cadáver insepulto”.

²⁷⁶ Folha de S.Paulo, 12/03/1996, Opinião, p. 1-2, “Sombras e luzes”.

²⁷⁷ Folha de S.Paulo, 20/03/1996, Opinião, p. 1-2, “Fisiologismo”.

“bancadas ditas de apoio ao governo que permitiu esse resultado. Ele não significa, porém, que a crise política expressa na CPI dos bancos tenha sido superada. Tudo leva a crer que o Congresso Nacional conseguiu um *modus vivendi* realmente digno de nota: leva as divergências (ideológicas, administrativas e fisiológicas) com o Executivo quase a ponto de ebulição, atende ao Planalto naquilo que parece essencial ao Executivo e deixa sempre pendente uma espada sobre a cabeça do presidente. Que pode ser embainhada ou não, dependendo do humor dos senhores de guerra do momento”.²⁷⁸

A **Folha** argumentou que o preço pago pelas duas vitórias do governo (a reforma da previdência e o fim da CPI) parecia “elevado demais”. Porque

“um presidente que assumira com um discurso e uma biografia modernizantes, avessas ao clientelismo que marca desde tempos imemoriais a política brasileira, viu-se impedido de manter o discurso e reforçar a biografia. FHC, que deixara o PMDB exatamente por discordar dos métodos que se tornaram predominantes no partido a partir do seu controle por Orestes Quécia, agora coopta votos no seu ex-partido em troca de favores e figuras no mínimo discutíveis como o senador Gilberto Miranda. Ou negocia cargos com outro ex-governador peemedebista Íris Rezende (GO), notório pelo clientelismo de sua prática política. O mesmo FHC que criticara acidamente o comportamento do então presidente José Sarney para obter os cinco anos de mandato recai, agora, em práticas nada diferentes, ainda que não movido por interesses pessoais, ao contrário de Sarney. O senador Fernando Henrique, que subira aos palanques das diretas-já para criticar duramente Paulo Maluf, agora federaliza a dívida da Prefeitura de São Paulo, em troca de acomodação do PPB no caso da CPI. A lista de concessões seria interminável. Nem é preciso explicitá-la toda para concluir que o candidato que dera o fisiologismo como morto no Brasil se transforma no presidente não só vítima dele como também seu praticante. Ao fazê-lo, permite que empalideça a vitória do governo. Do ponto de vista ético e moral, o mundo político perdeu. De novo. E com ele, todos nós”.²⁷⁹

O editorial da **Folha** reflete um pensamento que seria repisado dali em diante pela mídia, oposições e até ex-aliados de FHC: ele entrara na mesma vala comum de seus antecessores, obrigado a promover acertos e barganhas com grupos políticos para aprovar projetos e defender pontos de vista ou de interesse do seu governo. Mas, como que para mostrar que não havia unanimidade na mídia sobre a prática política de FHC, no mesmo dia, o **JB** diz que a participação de FHC nas batalhas parlamentares seria o “marco de referência política para o projeto das reformas que o elegeram e razão de ser do seu governo”. A iniciativa, na verdade, destinava-se a “acelerar a retomada das reformas interrompidas pelos acessos de fisiologismo político do Congresso”. Nesse sentido,

“a presença do comandante das operações de campo reagrupou a maioria na Câmara, garantindo a aprovação da reforma da Previdência, e colheu no Senado dois trunfos seguidos, na Comissão de Constituição de Justiça e no plenário. Ficou assim demonstrado o enorme potencial político da ação direta do Executivo. A espetacular virada que esvaziou a celebração antecipada da vitória pelos opositoristas tirou partido das poucas e eventuais afinidades que os agrupou, e criou o desafio para a retomada do compromisso político das reformas constitucionais. O confronto de votos mostra ou que é o caminho

²⁷⁸ O Estado de S. Paulo, 22/03/1996, Notas e Informações, p. A – 3, “A vitória do executivo”.

²⁷⁹ Folha de S. Paulo, 23/03/1996, Opinião, p.1 – 2, “Perdemos todos”.

politicamente correto para dirimir a confusão proposital feita pelo ruído oposicionista que pretendeu barrar o caminho do Brasil com *slogans* e palavras de ordem de mobilização popular, sem apoio da opinião pública”.²⁸⁰

E o jornal justifica as ações de FHC, com o argumento de que “se o mandato representativo no Brasil é uma autorização para negociar o voto, não há como ignorar a marca cultural. O governo valeu-se dos costumes e regras do jogo que caracterizam a cultura política nacional”, política que só seria erradicada com reformas para corrigir “o atraso dos hábitos políticos” e abrir “condições ao funcionamento de menor número de partidos, aos quais os eleitos devam lealdade”. Para o **JB**, “a crise foi útil”, uma vez que, “passada a poeira da agitação, o governo reconstituiu a sua base de sustentação parlamentar e recompôs a maioria que resistiu ao teste decisivo”, causando surpresa ao que “se convencionou chamar de oposição, mas não passa de acampamento de interesses volúveis, identificáveis pelo sinal de atraso político”. A vitória do governo, “em sua dimensão política, deveu-se à disposição presidencial para comandar a batalha que em cinco horas inverteu o resultado aparente e propiciou a demonstração de força parlamentar no Senado. O espírito de ofensiva desbaratou a retórica oposicionista”. Restava então ao presidente continuar a ofensiva, “até se consumir a operação de reformas constitucionais”.²⁸¹

Em um outro tom, ao comentar as notícias sobre as barganhas que garantiram a vitória no Congresso, inclusive com a nomeação de afilhados de parlamentares para cargos em organizações públicas, o **Estado** ironiza o “poder” do presidente em fazer parlamentares mudar de voto e diz que foram oferecidas, na verdade, obras para rodovias e adutoras, entre outras. Lembra que, se a dívida do Banespa (controlado pelo Estado) seria assumida pelo Banco Central, nada de mais havia em que a capital e o prefeito Paulo Maluf recebessem tratamento semelhante, “exceto que o presidente FHC pode ter colocado os dois pés em areia movediça, sem ter quem o ajude a sair do lugar em que escolheu se meter”.²⁸² O tempo se encarregou de mostrar que, para governar, o presidente FHC passou o resto de sua administração negociando vantagens e cargos com os integrantes do Congresso Nacional.

As seqüências discursivas selecionadas para tecer a narrativa deste último item do segundo capítulo desvelam pontos de inflexão que prenunciam maus agouros. Esmacida, a imagem do presidente parece perder seus guisos e, os discursos jornalísticos, sobretudo os editoriais, já não se preocupam em descolar sua imagem da rede de intrigas e, agora, diferentemente do outro momento, inscrevem-no na encenação explicitando seu nome. No que poderia parecer simples detalhe, esta conduta sugere um sem número de sentidos.

²⁸⁰ Jornal do Brasil, 23/03/1996, Opinião, p. 8, “Ação direta”.

²⁸¹ Idem.

²⁸² O Estado de S. Paulo, 23/03/1996, Notas e Informações, p. A 3, “Do prontuário, nada consta”.

CAPÍTULO III

O AMARGO SABOR DAS DENÚNCIAS, UMA REELEIÇÃO TRANQUILA

Nem de longe, pretende-se aqui relacionar a figura do presidente ao mercadejo abjeto de votos no Congresso, prática que, ao que tudo indica, ajudou a aprovar em primeiro turno a emenda da reeleição na Câmara (...) No entanto, confirmada a compra de votos, o esquema de sustentação política do governo, que este pretende sério, teria marcas fortes de podridão; ficariam, assim, prejudicadas as intenções moralizadoras tucanas. (...) É preciso investigar até onde vão as ramificações desse esquema. De qualquer modo, já são fortes as suspeitas de que elas vão até o topo da República.¹

A nação o percebe como estadista à altura dos grandes desafios da história. O presidente pode ter cometido erros, demorado a agir nas reformas fiscal e política, mas o saldo desses quatro anos é amplamente positivo. Fernando Henrique deu rumo, estabilidade e respeitabilidade internacional ao Brasil. É o candidato que melhor reúne condições de governabilidade, como experiência, tino negociador, ausência de preconceitos ideológicos e trânsito fácil no meio intelectual nacional e internacional. É ele o mais equipado para lançar as bases de uma retomada de novo ciclo de crescimento, respeitados os compromissos com a democracia política, a economia de mercado e a justiça social.²

¹ Folha de S.Paulo, 14/05/1997, Opinião, p. 1 - 2, "Mercado de votos".

² Jornal do Brasil, 29/09/1998, Opinião, p. 8, "O homem certo".

Ninguém segura a reeleição

No final de 1996, o governo resolveu jogar pesado para aprovar a emenda que daria direito à reeleição aos ocupantes de cargos do Executivo e viabilizar o segundo mandato de FHC. Reunido extraordinariamente o Congresso desde o princípio de janeiro de 97, a Câmara dos Deputados aprovou a emenda dia 28, quando a aliança governista esmagou a oposição que se dispôs a comparecer à votação: 336 votos a favor e apenas 17 contra. Na votação do segundo turno, em 25 de fevereiro, foram 368 votos favoráveis, 112 contra e cinco abstenções. No Senado Federal, a emenda foi aprovada, em definitivo, em segundo turno, em 4 de junho, por 62 votos a 14.

Antes, foram consumidos praticamente dois anos de discussão, a partir de uma emenda do deputado Mendonça Filho, do PFL de Pernambuco, apresentada ainda no começo de 1995. Já no final daquele ano, com a proposta aprovada na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, FHC “deu sinal verde” para o presidente da Câmara, Luís Eduardo Magalhães, tocar o processo. FHC, porém, não queria se envolver diretamente com a votação, deixando isso a cargo de Luís Eduardo e do presidente do Senado, José Sarney.³ Transcorreu o ano de 96 sem que a emenda fosse votada, por conta da oposição e de divergências internas na própria base parlamentar governista.

Foi aí que FHC e seus aliados decidiram convocar extraordinariamente o Congresso Nacional, durante o seu período normal de recesso. Mesmo com a convocação, o governo foi obrigado a comprar briga com a parte do PMDB (oficialmente, da base aliada) que queria atrapalhar a votação. Esta parcela do partido conseguiu aprovar na convenção nacional a recomendação para que os seus deputados e senadores só votassem a emenda da reeleição depois do dia 15 de fevereiro, quando estivessem escolhidas as mesas diretorias da Câmara e do Senado. O objetivo, na verdade, era garantir a Presidência do Senado, defendida pelos senadores Íris Resende (GO), Jader Baralho (PA), Ronaldo Cunha Lima (PB) e José Sarney (AP). Mas havia a divisão do partido, já que uma ala queria a Presidência da Câmara, o que inviabilizaria a do Senado, em função de acordo político que havia no Congresso, pelo qual as duas maiores bancadas ocupavam, alternadamente, a Presidência de uma das casas.⁴

Diante das dificuldades colocadas pelo PMDB, aliados de FHC passaram a defender a realização de um plebiscito para resolver a questão da reeleição, à revelia do Congresso. Seria uma “carta na manga” do presidente para acabar com a divisão entre os partidos aliados. O

³ Jornal do Brasil, 06/11/1995, Política e Governo, p. 2.

⁴ Este acordo, mantido a partir do Governo José Sarney (1985), foi quebrado em 2001, quando Aécio Neves, do PSDB, com apoio do PTB, elegeu-se presidente da Câmara na vaga que seria do PFL. Novamente em 2005, depois que as oposições reunidas elegeram Severino Cavalcanti (PP) para o cargo, derrotando Luiz Eduardo Grenenhalgh, do PT, bancada majoritária.

senador Antônio Carlos Magalhães, do PFL, dizia que o povo queria a reeleição: *Se a emenda não for votada no Congresso, há a possibilidade também democrática de ouvir o povo em um plebiscito.*⁵

A discussão com o PMDB foi complicada, no começo. Durante uma reunião com senadores do partido, no Palácio do Planalto, FHC reclamou da decisão da convenção nacional de adiar a votação das mesas do Congresso. Os senadores não gostaram, com o argumento de que não se podia questionar uma decisão partidária. *Antes de pensar na minha candidatura, penso na dignidade do PMDB. Existe, sim, a possibilidade de um rompimento,* disse o senador Íris Resende, candidato à Presidência do Senado. *Se eu soubesse que era para ouvir o que ouvi, eu não teria ido lá,* afirmou o senador José Sarney. *O clima da reunião não foi agradável, mas não apostaria em rompimento,* destacou Jader Barbalho. O porta-voz da Presidência, Sérgio Amaral, disse que nas conversas FHC queria *saber, afinal de contas, de que lado o PMDB estava.* E gostaria de *gestos concretos* em resposta à sua pergunta. O porta-voz acrescentou que estava enganado, que imaginava que a reeleição fosse *uma questão pessoal, que valia qualquer preço.* Ela teria de se *resolver através de legítimas negociações políticas e não de barganhas.*⁶

Finalmente, no dia 23 de janeiro, o governo resolveu “pagar para ver” quem eram os fiéis e infiéis e decidiu marcar a discussão e votação da emenda, em primeiro turno, para os dias 28 e 29 de janeiro. Enquanto Michel Temer apoiava a proposta, a chamada “ala rebelde” do Senado era contra. *Hoje o presidente recebeu um levantamento sobre os votos e teve conhecimento, com satisfação, de que a Câmara se encaminha para a aprovação da reeleição,* disse o porta-voz Sérgio Amaral. Por isso mesmo, FHC não aceitaria adiar a votação.⁷

O levantamento previa 322 votos favoráveis, excluindo, por segurança, as bancadas do PMDB do Pará, Goiás e da Paraíba, cujos líderes, os senadores Jader Barbalho, Iris Resende e Ronaldo Cunha Lima, ainda estavam duelando com o governo, por conta da disputa pela Presidência do Senado. E quem deu a margem de segurança para o governo enfrentar o plenário e ir seguro para a votação foi o PPB, de Paulo Maluf, que ficou praticamente dividido ao meio. FHC mandou dizer, por meio de seus líderes, que queria votar, não podia esperar mais e estava até preparado para a derrota. *A sociedade já está mostrando sua impaciência. Tem que haver uma decisão e não vamos mais transigir em relação ao dia 29,* relatou o deputado Ronaldo Perin (PMDB - MG).⁸

No dia 25, os jornais traziam uma pesquisa realizada entre 17 e 20 de janeiro pela MCI, empresa de marketing político contratada pela Presidência da República para cuidar da imagem

⁵ O Globo, 14/01/1997, O País, p. 4

⁶ O Globo, 14/01/1997, O País, p. 3

⁷ Idem.

⁸ Idem.

do Governo.⁹ Os números indicavam que 76% dos entrevistados apoiavam a reeleição para presidente e 60% mostravam-se dispostos a votar em FHC, caso concorresse a um segundo mandato. A empresa ouviu, por telefone, mil pessoas em várias regiões, logo depois que começou a ser veiculada uma campanha publicitária a favor da reeleição, com inserções no rádio e na tv e colocação de *outdoors* em grandes cidades, com os custos pagos pelo PSDB e PFL, por meio de suas fundações (Teotônio Vilela e Tancredo Neves) e recursos doados por empresários. No caso da reeleição para prefeito e governador, o apoio era de 60%, segundo a pesquisa.¹⁰

A campanha mostrou quatro filmes na televisão e um deles dizia: *Tem gente que é a favor da reeleição, mas diz que ela só deve valer para o próximo presidente. Diz que não se deve mudar as regras no meio do jogo. Sabe o que é que dá medo? É que daqui a dois anos a gente não tenha o direito de votar de novo no presidente, e aí correr o risco de mudar as regras do Real, do controle da inflação, do desenvolvimento do país. E são essas regras que não devem mudar.*¹¹ As oposições e parte da mídia criticaram duramente a campanha, com o argumento de que, mais do que discutir uma proposta de mudança na Constituição, tentava-se passar para a opinião pública a idéia de que, sem a possibilidade de reeleição de FHC, a estabilidade econômica e o Brasil iriam para o buraco.

No calor dos debates no Congresso, antes do dia da votação, o **Estado** publicou entrevista com o diretor-executivo do Ibope, Carlos Augusto Montenegro, em que ele assegura que a estabilidade econômica e política mudou a vontade da sociedade sobre a reeleição. Mas, ao mesmo tempo que desejava mais quatro anos de mandato para FHC, considerava chata a prolongada discussão sobre o assunto.¹² No primeiro dia previsto para a votação da emenda da reeleição na Câmara, o **Correio Braziliense** divulgou pesquisa realizada pela Soma – Opinião & Mercado, entre os dias 24 e 27, ouvindo 680 pessoas em oito cidades do Distrito Federal. Mostrou que 55% concordavam com um segundo mandato para FHC. Em outra pesquisa realizada na primeira quinzena de novembro, apenas 35% aprovavam esta tese, embora 52% já concordassem com a reeleição. Os contrários à reeleição caíram de 39% para 19% de uma pesquisa para outra.¹³

⁹ Jornal do Brasil, 25/01/1997, Política e Governo, p. 2. O JB informou que a MCI pertence ao cientista político Antônio Lavareda, que fazia pesquisas para FHC desde a campanha de 94. Em dezembro de 1996, a empresa foi contratada pela Presidência da República por R\$ 590 mil, para prestar serviços durante seis meses. Oficialmente, a principal atribuição da empresa deveria ser a formulação de uma política de comunicação institucional, mas o contrato previa, também, a prestação de serviços de assessoria e consultoria em comunicação e pesquisas. Na proposta que apresentou, a MCI previu gastar R\$ 107 mil da verba de R\$ 590 mil em consultoria. Para as informações, do

¹⁰ Jornal do Brasil, 25/01/1997, Política e Governo, p. 2.

¹¹ O Globo, 26/01/1997, O País, p. 16.

¹² O Estado de S. Paulo, 26/01/1997, Política, p. A 5.

¹³ Correio Braziliense, 28/01/1997, Brasil, p. 5.

O governo deveria começar a votação com 327 votos favoráveis à reeleição, segundo levantamento do **Correio**, que apontou a estratégia dos governistas em busca de voto. O jornal contou a história do deputado Carlos Alberto (PFL_RN), que, licenciado do seu mandato, passou 60 dias internado no Hospital Albert Einstein, em São Paulo, tratando de um “mieloma múltiplo” – uma espécie de câncer nos ossos – e se preparava para um transplante de medula. Não devia freqüentar lugares com muita gente, muito menos respirar o ar carregado como o do plenário lotado da Câmara. Mas foi a Brasília votar a emenda da reeleição e esteve no Palácio do Planalto com o presidente, cabelos ralos e brancos, de onde saiu dizendo: *Temos que aprovar a reeleição para colocar o Brasil no primeiro mundo.*¹⁴

Para a votação na Câmara, foram mobilizados ministros, governadores, prefeitos, deputados e senadores, “todos trabalhando em tempo integral na tarefa de convencimento dos indecisos”, relatou o **Correio**. No próprio dia 28, cerca de 600 prefeitos dos vários estados percorreram gabinetes dos deputados federais pedindo voto a favor da reeleição. Afinal, os prefeitos e governadores também seriam beneficiados pelo novo estatuto. A estimativa dos governistas era que o intenso trabalho dos dias anteriores conseguira virar pelo menos 30 votos contrários, o que asseguraria a aprovação da emenda com 327 votos – 19 a mais do que o mínimo necessário. No auge dos trabalhos, o ministro das Comunicações, Sérgio Motta, instalou uma central de articulações da reeleição em seu gabinete na Esplanada dos Ministérios. E recebeu, no fim da tarde do dia 27, em menos de 30 minutos, ligações de seis deputados, todos classificados como indecisos na listagem do governo.¹⁵

Enquanto a emenda da reeleição era discutida no Senado Federal, estourou o escândalo da compra de votos de deputados durante o processo de votação na Câmara, denunciado pela **Folha**. Mesmo assim, no dia 21 de maio o presidente FHC deu demonstração de sua força e viu aprovada a emenda pelos senadores, em primeiro turno, por 63 votos a seis. A votação em segundo turno, em 4 de junho (62 votos a 14, com duas abstenções), garantiu ao presidente, governadores e prefeitos o direito de disputar um segundo mandato, a partir de 1998.

A denúncia da compra de deputados não chegou a tumultuar a votação da emenda no Senado. Até os senadores que dias antes defendiam a criação de regras para desincompatibilização do presidente (que teria, assim, de deixar o cargo durante a campanha da reeleição) e ameaçavam eliminar o direito de reeleição de governadores e prefeitos não tiveram coragem de propor as modificações no projeto aprovado na Câmara.¹⁶

Em sua primeira viagem depois da aprovação da emenda, o presidente FHC assumiu o comportamento e o discurso de candidato. Durante encontro com 700 empresários no Palácio

¹⁴ Correio Braziliense, 28/01/1997, Brasil, p. 8.

¹⁵ Idem.

¹⁶ O Globo, 22/01/1997, O País, p. 3.

Quitandinha, em Petrópolis (RJ), fez um longo balanço das atividades de seu governo, disse que não podia negar que as pessoas gostaram da hipótese da reeleição e, a partir daquele momento, iria trabalhar com entusiasmo: *Sinto que a população está querendo que a gente faça o que estamos fazendo e é isso que tenho que fazer como presidente*. FHC falou de projetos para o futuro e disse que Estado brasileiro precisava de cooperação. *Eleição, quem ganhar ganhou, quem pode, pode, quem não pode que desapareça*, afirmou. *Vamos fazer mais pela reeleição sim, fazer mais pelo Brasil. Se outro ganhar, tomara que seja outro mesmo. Assim, eu descanso*, completou FHC.¹⁷

E ali mesmo em Petrópolis o presidente deu indicação de como iria pagar a fidelidade e o apoio de quem ajudou na votação do projeto da reeleição. Ao falar sobre o futuro presidente da Câmara dos Deputados, disse: *Eu não gosto de me meter nos assuntos dos congressistas. Mas o Michel tem se mostrado um líder muito atuante, que tem conseguido aprovar coisas importantes. Seria um nome muito bom*, disse ao se referir ao deputado Michel Temer, do PMDB, que teve o seu apoio, em detrimento de outro candidato do próprio PSDB, Wilson Campos, de Pernambuco.¹⁸ Temer foi eleito e presidiu a Câmara de 1997 a 1999.

Se dependesse dos editoriais e da retórica de alguns dos jornais brasileiros, a emenda da reeleição estaria aprovada sem qualquer problema e com méritos. Tome-se o exemplo do **JB**, que dias antes da votação descarregou suas baterias sobre quem era contra, especialmente o PMDB, a maior bancada individual da Câmara, que, unida, poderia impedir a aprovação da emenda. Lembrou o preceito constitucional de que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente”, para acusar o partido de ter um “solene desprezo do desejo manifesto da esmagadora maioria dos brasileiros de poder reconduzir ao cargo governantes bem-sucedidos”. Isso porque, “para alguns tartufos, de sorriso melífluo e punhal disfarçado na cintura, política é a arte de levar vantagem a qualquer preço”. Deles pode-se dizer que a “principal contribuição histórica é a tocaia. O signo distintivo, a covardia. A vocação insopitável, a traição”.¹⁹

O jornal argumenta que o eleitorado deu uma “clara mensagem” nas eleições municipais anteriores, elegendo “nomes pouco conhecidos apoiados por prefeitos populares que não podiam se reeleger”. Pergunta o **JB**:

“Que interessa o resultado de sondagens revelando o apoio do eleitor às reformas políticas, inclusive à possibilidade de reeleição para cargos eletivos? O que importa a opinião internacional que reconhece em FHC o avalista confiável para a consolidação da estabilidade e a deflagração do crescimento? Nada. O que conta são os ressentimentos, as invejas, os interesses mesquinhos, as jogadas solertes, os subornos. A nação precisa saber que há políticos

¹⁷ O Globo, 1/02/1997, O País, p. 2.

¹⁸ Idem.

¹⁹ Jornal do Brasil, 25/01/1997, Opinião, p. 8, “Heróis de tocaia”.

fazendo farta distribuição de dinheiro para peitar votos e criar dificuldades para o governo. É preciso denunciar que parlamentares muito conhecidos que integram a base de apoio do governo trabalham vigorosamente contra o presidente, embora sejam desprovidos de popularidade e não tenham a menor chance nas urnas. Tem razões de sobra o presidente para romper o diálogo com essa gente sem grandeza nem palavra. Democratas sem povo. Militantes do conformismo e do atraso. Atravessadores de interesses inconfessáveis. Em face da votação inevitável, serão obrigados a cessar seus cambalachos e a cerrar o indecoroso balcão de venda de votos”.²⁰

“Chega de negaças e contemporizações”, disse o jornal, insistindo que o país já havia esperado “demais pelas reformas políticas necessárias à diminuição do custo Brasil e a sustentabilidade do Plano Real”. O trabalho é longo, e o “Brasil tem pressa. Não pode mais perder tempo com anões morais em torcida pelo passado”.²¹ Dias depois, o jornal atacaria o Congresso com o argumento de que nação tinha a expectativa de que seus representantes deixassem de “lado o bazar de barganhas e miudezas para reconhecer afinal o desejo claramente manifestado pelo povo brasileiro de poder reconduzir ao cargo governantes bem-sucedidos”, em uma votação que seria um “teste histórico”. E por que a defesa da reeleição? Essa possibilidade surgiu “no bojo da imperiosa necessidade de modernizar o Estado, depois do hiato autoritário, da introdução das eleições diretas, da informatização do voto e da estabilização da economia”. Estavam envolvidos na questão “temas políticos decisivos, como continuidade administrativa, sustentabilidade do crescimento econômico e credibilidade internacional”.²²

Mas essa “magnífica oportunidade de consolidação, essa simples possibilidade de minorar os custos da travessia histórica do país na direção da modernidade”, vinha sendo “solapada pela avidez da barganha, pelo ressentimento caipira, pela manobra subalterna de um partido político sob o comando de notória má-fé – O PMDB –, agremiação desgovernada, desunida, desnaturada, sem nomes, liderança ou votos”. O país não poderia “permanecer paralisado, manietado, suspenso na chantagem e no blefe, na contemporização e no jogo da minoria de interesseiros”, dizia o jornal, ao lembrar que o argumento do partido era que concorrer mais de uma vez a cargo eletivo não fazia parte da tradição republicana, “como se nossa tradição não fosse tisonada pelo golpismo, a renúncia, a perpetuação ditatorial no poder”.²³

Era justamente com essa tradição que se queria romper, “admitindo a reeleição como corolário democrático”, disse o jornal. Sua opinião era que representantes do povo não poderiam “ignorar as ruas, virar as costas ao eleitorado, desprezar as tendências virtuosas que as sondagens apontavam com nitidez dando precedência a jogadas particulares sobre as

²⁰ Idem.

²¹ Idem.

²² Jornal do Brasil, 28/01/1997, Opinião, p. 10, “Momento decisivo”.

²³ Idem.

aspirações da nação”. Para o jornal, “existem momentos decisivos e delicados em que legisladores são convocados a votar matérias capazes de nortear ou alterar o rumo da história” e o país vivia um deles. Pelo sentido do editorial do **JB**, além disso, naquele momento, não se discutia uma reeleição qualquer, mas a de um presidente da República que desfrutava um “enorme prestígio” nos “países mais importantes do mundo”.²⁴

A **Folha** cobrou que, para discutir a emenda da reeleição, deputados e senadores tiveram “uma dedicação raramente vista na apreciação de outras matérias de importância ainda maior”. Foi o mesmo “singular interesse” que tomou conta do Executivo e do próprio Fernando Henrique, que na Presidência não “havia demonstrado tamanho empenho na aprovação de nenhum outro projeto”. Na apreciação das outras reformas, então, “seria desejável, se não a mesma, pelo menos boa parte da dedicação demonstrada no episódio da reeleição – na verdade, nada mais do que apenas um aspecto de uma das grandes necessidades do país: a reforma política”. E conclui o jornal: “Trata-se, obviamente, de uma expectativa ingênua, de exigir uma presteza da qual os envolvidos já comprovaram não ser capazes. Se a reeleição foi agraciada com uma grande presença de parlamentares em Brasília, disputas fervorosas na comissão que analisou a emenda e o envolvimento direto das principais lideranças políticas do país, as reformas da Previdência, tributária e administrativa deveriam receber tratamento no mínimo semelhante. Mas quem acredita nisso?”²⁵

O **Globo** também lembrou que o plano de estabilização da moeda criou condições para que a economia brasileira iniciasse “um novo ciclo de crescimento”, em que as “faixas de renda mais baixas foram efetivamente as mais favorecidas pela estabilidade dos preços”. Mas, para novas mudanças, seria indispensável aprovar as reformas estruturais, esperadas inclusive pelos investidores internos e externos e também fundamentais para o país realizar o seu “potencial de crescimento”. Votada a emenda da reeleição, era necessário que o Executivo e o Congresso voltassem a “se concentrar na agenda das reformas”, pois, sem elas, podia-se também aumentar o risco Brasil e as taxas de juros para captar recursos externos. Com isso, viriam as conseqüências negativas para a economia e para as camadas mais pobres que vinham sendo as mais beneficiadas com a estabilização iniciada em 1995.²⁶

Logo após a votação da emenda, o **Estado** argumentou que FHC deveria começar a “recompôr a sua imagem austera, desgastada nas negociações que desembocaram no resultado acachapante”. Mas contemporiza, pois, a não ser que desistisse de reunir condições para implantar seus planos, “teria de se fazer entender na língua dos parlamentares”. Lembra que, na negociação, logo ele, “o presidente mais bem preparado, intelectual e politicamente, que o

²⁴ Idem.

²⁵ Folha de S.Paulo, 26/01/1997, Opinião, p.1 – 2, “Dedicação política”.

²⁶ O Globo, 26/01/1997, O País, p. 6, (Nossa opinião), “O preço da demora”.

Brasil teve nas últimas décadas, teve de paralisar a administração para se concentrar em um único tema durante semanas”. Argumenta que os “os únicos vencidos nesse longo episódio foram os candidatos frustrados” porque se sabiam “sem condições de êxito para disputar eleições com o presidente FHC” e que “ninguém mais, no Brasil, seria prejudicado pela reeleição”.²⁷

E emenda da reeleição nem havia chegado ao Senado e o **JB** criticava a idéia, que circulava entre alguns senadores, de aprovar a reeleição, mas acoplado à emenda a obrigatoriedade da desincompatibilização. Era, segundo o jornal, “uma rima primária e um artifício” que não honravam a “casa legislativa onde a eloquência se orienta pelas idéias elevadas e se pratica a elegância dos gestos”. O fato era que, em vez de argumentos, sobressaia “o som soturno do ressentimento pela aprovação histórica na Câmara, um caso de vingança embuçada”. Para o jornal, recorrer “ao afastamento de um governante, em qualquer nível em que se habilite ao segundo mandato, é transformar o secundário em essencial”, pois a reeleição era um “passo à frente, portanto, uma conquista democrática, demonstração de confiança política no eleitorado e no governante”.²⁸

Lembrou o **JB** que “em todas as grandes democracias os governantes não se desincompatibilizam” e que a reeleição esperou o “amadurecimento da sociedade para adquirir viabilidade e se tornar demonstração de confiança democrática”. Dessa forma, associá-la ao afastamento dos governantes, com seis meses de antecedência, era “gesto de significados contraditórios que se anulam. Seria também uma redução de seis meses no mandato”. E mais, a desincompatibilização era “um sofisma” que não se sustentava, enquanto a reeleição era a “prova de confiança nos governantes, nos eleitores e no mecanismo de fiscalização dos governantes e dos representantes políticos”.²⁹

O **Estado** voltou a tratar da reeleição para dizer que “o presidente FHC, além de ser um homem de inteligência privilegiada, como todos reconhecem – inclusive os adversários mais radicais – é também um homem de aguçada sensibilidade política”. Por isso deve ter se sentido no mínimo “constrangido com as comemorações da vitória de terça-feira, que permitiram que o *público externo* que delas não participou conhecesse as arcadas dentárias de quase toda a maioria governamental no Congresso. Realmente, nunca se viu tanto riso e tanta alegria, pelo menos desde a época da popular marchinha de carnaval. É como se tivéssemos o bem de todos e a felicidade geral da nação antes mesmo do *Fico*, que, afinal, vai depender da decisão do eleitorado no fim de 1998”.³⁰

²⁷ O Estado de S. Paulo, 30/01/1997, Notas e Informações, p. A 3, “Apenas uma etapa vencida”.

²⁸ Jornal do Brasil, 01/02/1997, Opinião, p. 8, “Rima suspeita”.

²⁹ Idem.

³⁰ O Estado de S. Paulo, 2/02/1997, Notas e Informações, p. A 2, “Uma questão de empenho”.

Entendia o jornal que FHC tinha consciência de que o público externo desejava a sua reeleição não “como prêmio por uma obra concluída, mas, principalmente, como garantia de que a obra apenas iniciada será levada adiante por quem tem as melhores condições possíveis de completá-la com pleno êxito”. O Brasil não poderia esperar mais tempo por estas reformas, e, como mostrou a própria votação da emenda da reeleição, FHC não deveria ter problema para aprovar suas propostas no Congresso. As dificuldades enfrentadas nas negociações se explicam pelo fato de congressistas terem vislumbrado a chance de ter reivindicações atendidas. Mas, a facilidade com que o governo “superou essas dificuldades quando se decidiu a vencê-las mostra que, quando o presidente realmente decide organizar sua maioria desorganizada, nada o impede de fazê-lo”.³¹ Até hoje, porém, a reeleição de FHC carrega o estigma da compra de deputados, denunciada após a votação da emenda.

A marca da compra dos deputados

No dia 13 de maio, menos de três meses depois da aprovação da emenda da reeleição na Câmara e antes da votação no Senado Federal, a **Folha de S.Paulo** publicou matéria ocupando uma página, do repórter Fernando Rodrigues, que seria o símbolo de um escândalo que até hoje marca o Governo FHC.³² Afirmou o jornal que deputado Ronivon Santiago (PFL-AC) vendeu o seu voto a favor da emenda da reeleição por R\$ 200 mil, recebendo a metade em dinheiro, segundo relatou a um amigo, em conversa gravada à qual a **Folha** teve acesso. O deputado informou que receberia os outros R\$ 100 mil da empreiteira CM, que tinha pagamentos para receber do governo do Acre e que os compradores do seu voto foram os governadores Orleir Cameli (sem partido), do Acre, e Amazonino Mendes, PFL do Amazonas”.³³

A matéria diz também que os deputados João Maia, Zila Bezerra e Osmir Lima, todos do PFL do Acre, receberam R\$ 200 mil e Chicão Brígido, do PMDB, outros R\$ 100 mil. Dos oito parlamentares acreanos na Câmara, seis votaram a favor da emenda da reeleição e dois contra. Uma das versões, segundo a **Folha**, foi que primeiro os deputados receberam cheques pré-datados do Banco Amazonas, em nome de uma empresa de Eládio Cameli, irmão do governador Orleir, que seriam descontados depois da aprovação da emenda. Mas, pouco antes da votação, os deputados questionaram se os cheques não poderiam ser sustados. Amazonino,

³¹ Idem.

³² Em 2005, em meio às investigações na Câmara Federal para apurar o suposto “mensalão”, o pagamento de mesadas a parlamentares com recursos administrados pelo PT, a partir de denúncias do ex-deputado Roberto Jefferson, a bancada petista conseguiu incluir como objeto de uma das CPIs criadas a investigação sobre a compra de deputados na votação do projeto de reeleição.

³³ Folha de S.Paulo, 13/05/1997, Brasil, p. 1- 6

por sua vez, falou a Cameli do risco de entregar os cheques e deixar marcas concretas do suborno. Na manhã da votação do primeiro turno, segundo Ronivon, em um local de Brasília não revelado por ele, os deputados receberam R\$ 200 mil em dinheiro, cada um, e devolveram os pré-datados – que foram rasgados na frente de Orleir Cameli.³⁴

Outra matéria da **Folha** no mesmo dia diz que enquete realizada pelo jornal em janeiro registrava apenas 228 votos a favor da emenda da reeleição, o que poderia indicar que a compra de votos, e não apenas de parlamentares do Acre, tinha mudado o quadro. Mas diz, também, que na avaliação de parlamentares governistas, essa diferença devia-se ao fato de a **Folha** ter sido enganada por alguns deputados, que preferiram não dizer como de fato votariam.³⁵

As conversas com Ronivon Santiago foram gravadas em várias oportunidades com um interlocutor que tinha contato com ele e que repassou à **Folha**, que o tratava de “senhor X”. Descobriu-se, depois, que o misterioso “senhor X” era o ex-deputado Narciso Mendes, do Acre, na época casado com a deputada Célia Mendes, do mesmo estado, eleita pelo PPB e que, naquele momento, já estava no PFL. Posteriormente, o jornal revelaria que a reportagem da **Folha** e o “senhor X” trabalharam em sigilo durante quase cinco meses, com o jornal monitorando as gravações que ele fazia, cujas fitas ficaram guardadas em um cofre na sua sede, em São Paulo, à exceção de algumas que continuavam inéditas e em poder de Narciso. O ex-deputado disse ter consciência de que fez *o certo pelo país*, ao mostrar *negociações escusas em torno da aprovação da emenda da reeleição*, porque *todo mundo falava nos corredores do Congresso, mas ninguém conseguia provar*. Disse que tinha novas fitas, que não divulgaria, nem revelaria o nome das pessoas envolvidas e que fez as gravações *quase por acaso*. Sua versão: *Estava com o gravador e fiz*.³⁶

Depois da publicação da matéria, o deputado Ronivon Santiago negou que tenha vendido o voto. Admitiu, depois de ter ouvido a fita, que a voz, pelo menos em parte, era dele, mas disse que houve uma montagem.³⁷ A **Folha** publica outra matéria com o conteúdo de novas gravações envolvendo o ministro das Comunicações, Sérgio Mota, no esquema de compra dos votos. Em uma dessas gravações, o deputado João Maia diz que o dinheiro seria providenciado por Amazonino Mendes e pelo ministro. O jornal revelou que Narciso Mendes gravava as suas conversas com os deputados, em que eram abordados vários assuntos, entre eles, a compra de votos. Em uma das conversas, Ronivon Santiago fala do ambiente na Câmara antes da votação da emenda da reeleição. *Eu tô sabendo que aquele negócio ali foi muita gente. Todo mundo*

³⁴ Idem.

³⁵ Idem.

³⁶ Folha de S.Paulo, 18/05/1997, Brasil, p. 1 - 8

³⁷ Jornal do Brasil, 14/05/1997, Política e Governo, p. 4.

*pegou na faixa de 200, 300... Todo mundo pegou. Teve gente que negociou pagamento de banco, negociou todo deputado aí.... todo mundo.*³⁸

A **Folha** publica também entrevista com o deputado João Maia, que ajudou a fundar o PT no Acre a partir de 1980, quando era delegado da Confederação Nacional da Agricultura no estado. Diz que chegou a ter conversas que envolveram dinheiro, mas negou que tivesse vendido o voto. Zila Bezerra e Osmir Lima também negaram. Para Zila Bezerra, Ronivon era apenas *uma pessoa extremamente brincalhona e inconseqüente às vezes*. Não pesou a sua conversa e *achou que estava falando com alguém que não estava gravando*. Ela diz que recebeu ligações do ministro do Planejamento Antônio Kandir e do secretário de Políticas Regionais Fernando Catão. *Meia hora antes da votação, o presidente me chamou no Planalto. Se não me chamasse eu votaria contra*. Ela classificou o encontro com FHC como excelente. *Não fui pedir nada, nem o presidente me prometeu nada. Ele é um gentleman.*³⁹

Depois da repercussão da primeira matéria da **Folha**, já no dia 14, o presidente da Câmara Michel Temer criou uma comissão de sindicância para apurar a denúncia, no prazo de sete dias, mas os próprios deputados indicados para fazer a investigação⁴⁰ defenderam a criação de uma CPI, com o argumento de que essa comissão tinha poderes limitados. *O tempo e as limitações legais impedem uma apuração eficiente, corremos o risco de uma desmoralização*, disse o deputado Edinho Araújo (PMDB-SP). Ao mesmo tempo, as oposições a FHC começaram a articular para suspender a votação da emenda no Senado e a recolher assinaturas para criar nada menos do que duas CPIs: uma mista de senadores e deputados e outra só na Câmara. A que atingisse primeiro o quorum – um terço dos 513 deputados e dos 81 senadores ou um terço dos deputados - poderia ser instalada.⁴¹

Por meio do porta-voz, Sérgio Amaral, o presidente FHC disse que o governo repudiava qualquer barganha ou compra de votos, defendia a total apuração e que as denúncias envolviam governadores, não tendo ligação com o governo federal. *Onde existe no Diário Oficial evidência de que o governo tenha cedido a pedidos em troca de votos?* - perguntou Amaral. Ainda naquele dia, líderes do governo no Congresso que se reuniram no Palácio do Planalto repetiram o discurso de que as denúncias não impediriam a emenda da reeleição de tramitar no Senado. E, para completar, outra tentativa das oposições para anular a votação na Câmara não teria sucesso. Segundo ministros do Supremo Tribunal Federal, mesmo que fosse comprovado, o envolvimento dos deputados na venda de votos não poderia prejudicar a emenda, que foi

³⁸ Folha de S.Paulo, 14/05/1997, Brasil, p. 1 – 6.

³⁹ Idem.

⁴⁰ Foram os deputados Edinho Araújo (PMDB/SP), Ibrahim Abi-Ackel (PPB-MG), Luis Máximo (PMDB-SP), Paulo Gouveia (PFL-SC), Paulo Bernardo (PT-PR) e Severino Cavalcanti (PPB-PE).

⁴¹ Jornal do Brasil, 14/05/1997, Política e Governo, p. 2

aprovada com 28 votos além do mínimo necessário. Mesmo anulando os votos dos deputados acusados, o quorum e o resultado não ficariam comprometidos.⁴²

No dia 14, em um longo depoimento lido no auditório do Ministério das Comunicações, o ministro Sérgio Mota rebateu as acusações, a manchete da **Folha**, publicada no dia anterior - “Nova fita liga Sérgio Mota à compra de votos para reeleição” -, e afirmou:

Eu entendo ser um título, uma manchete enganosa, caluniosa e tendenciosa com fins políticos esquisitos ou estranhos, já que não há na matéria transcrita nenhuma informação ou dado concreto que justifique a frase afirmativa como tem na manchete. (...) Então, na realidade, eu não tenho que discutir, porque não existem acusações. Não existem matérias, não existem fatos. Existe uma conversa evasiva, superficial, entre pessoas de procedimento duvidoso, a partir das quais se querem tirar conclusões, como eu acho que tendenciosamente o jornal tirou, criando uma manchete que não tem nenhum apoio na matéria publicada.⁴³

Sérgio Mota falou também sobre a responsabilidade da mídia e reclamou que, em função da matéria, houve prejuízos para o Brasil nos mercados de títulos internacionais e em relação à confiança no programa de privatização brasileiro. *É isso que a irresponsabilidade no uso da liberdade de imprensa gera muitas vezes, segundo o Ministro, que defendeu contra a mídia ações de responsabilidade civil, com indenizações, envolvendo os prejuízos que se dão à imagem do Brasil.*⁴⁴

A **Folha** reagiu no mesmo dia com um editorial em que afirma que o seu compromisso “é apenas para com a verdade e para com o leitor”. Justifica a divulgação do conteúdo das fitas com o argumento de que denúncias de tal gravidade “exigia a sua publicação para que a opinião pública e as instâncias competentes tomassem conhecimento das suspeitas e, em decorrência, agissem”. Diz que “comportamento fascista” (citado por Sérgio Mota em sua defesa) não é divulgar material grave, mas tentar “desqualificar o teor do trabalho jornalístico por meio de adjetivos e argumentações marginais que em nada contribuem para o esclarecimento de uma questão tão importante para a nação”. E faz um afago em Fernando Henrique, que teve um “comportamento responsável”, ao afirmar que as “investigações devem prosseguir para que se possa punir responsáveis por eventuais ilegalidades, sejam eles quem forem, quaisquer as funções que ocupem”. Conclui o jornal que, “ciente de ter cumprido seu papel para com os seus leitores e, principalmente, o de manter o seu compromisso com a revelação da verdade, a **Folha**, bem como toda a nação, aguarda a mais rigorosa apuração das denúncias de corrupção”.⁴⁵

⁴² O Globo, 14/05/1997, O País, p. 4.

⁴³ Folha de S.Paulo, 15/05/1997, Brasil, p. 1- 7.

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ Folha de S.Paulo, 15/05/1997, Opinião, p. 1- 2, “Compromisso com o leitor”.

No dia seguinte, a **Folha** traz outra matéria de gravações com Ronivon Santiago, em que ele diz que recebeu uma retransmissora de TV do ministro Sérgio Mota, o canal 40, TV Quinari, da cidade de Senador Guiomar, no Acre, então com pouco mais de 14 mil habitantes. Como não poderia ficar em seu nome, registrou a empresa em nome de um amigo, o ex-taxista Valcy de Sousa Campos, e de sua mulher Nilze Freitas. Segundo a **Folha**, a concessão do canal de TV foi publicada no *Diário Oficial da União* de 16 de maio de 1996 e as transmissões começaram em 31 de março de 97, um mês depois de aprovada a emenda da reeleição na Câmara. Na conversa transcrita pelo jornal, Ronivon diz também que, depois de aprovada a emenda da reeleição, teria acertado com Sérgio Motta a concessão de uma emissora de rádio, que também não ficaria em seu nome.⁴⁶

Sérgio Mota se defendeu novamente e, por meio de sua assessoria, informou que o pedido de permissão da TV Quinari foi protocolado no dia 4 de abril de 1995 e atendido em 15 de abril de 96, quando não se discutia a tese da reeleição.⁴⁷ Informa também que, até aquele momento, de acordo com dados oficiais do Ministério das Comunicações, o governo havia autorizado o funcionamento de 1.895 retransmissoras nos mais variados pontos do país, dos quais, 1.816 apenas no ano de 96.⁴⁸

Valcir Campos negou que tivesse qualquer relação com o deputado Ronivon Santiago, mas, segundo o **Globo**, era “o primeiro cidadão pobre do interior do país a conseguir uma concessão de TV – e sem ter botado os pés em Brasília”, coisa que nem ele mesmo conseguia explicar. Valcir garantiu ao jornal que entregou os documentos necessários para obter a concessão no Departamento Nacional de Telecomunicações (Dentel) de Rio Branco e ficou esperando. Não sabia dizer quais documentos e garantias precisou apresentar. Mesmo assim, todos os documentos e as notas fiscais estavam corretos, em nome da empresa que ele diz ter criado em seu nome e de sua mulher para administrar a TV. Ele disse que, para montar a emissora, vendeu um táxi que possuía, a permissão de trabalho, por R\$ 18 mil, um telefone e um terreno. *Estou andando de bicicleta, joguei tudo que eu tinha nessa emissora. Não admito que venham agora falar que política ajudou*, reclamou Valcir.⁴⁹

Rápido, um dia depois de surgir a denúncia, em uma reunião de pouco mais de uma hora da Executiva Nacional e do Conselho de Ética, o PFL expulsou sumariamente do partido os deputados Ronivon Santiago e João Maia. *Agimos rápido para não atingir a imagem do partido*, justificou o presidente do PFL, deputado José Jorge (PE). E por entender que ainda não havia provas suficientes, adiou a proposta de expulsão dos deputados Osmir Lima e Zila

⁴⁶ Folha de S.Paulo, 15/05/1997, Brasil, p. 1 – 6.

⁴⁷ Como já se viu, ao contrário do que diz o Ministério, a tese da reeleição começou a ser discutida em princípio de 1995.

⁴⁸ O Globo, 15/05/1997, O País, p. 4 - 6.

⁴⁹ Idem.

Bezerra. Santiago e Maia nem foram ouvidos. *Não precisava. Os dois são réus confessos e as provas são contundentes*, justificou Jorge.⁵⁰

No auge da confusão, lideranças do PFL e do PMDB sugeriram ao presidente FHC pedir ao ministro Sérgio Mota que se afastasse do governo temporariamente, a fim de esvaziar a criação de uma CPI, limitar as investigações à comissão de sindicância da Câmara e evitar a paralisia do governo. As lideranças reclamaram do poder que Motta acumulou, mas lembraram que o próprio FHC sempre disse que o ministro era *incontrolável*, uma espécie de *força da natureza*, além de ser da cota pessoal do presidente e não indicado por partido.⁵¹

Em uma entrevista à rádio Eldorado de São Paulo, que já estava marcada muito antes, o presidente FHC disse não acreditar no envolvimento do ministro das Comunicações com a compra de votos e que desligaria imediatamente do governo qualquer pessoa envolvida. Ele informou que havia conversado com Sérgio Mota, que assegurou nada ter a ver com o assunto. Reconheceu que denúncias como aquela comprometiam a imagem do Brasil e disse: *Nesta fase de democracia, estamos vendo quanta coisa errada, quanta podridão, para usar uma palavra mais direta, existe entre nós. Isso não deve ser escondido nem posto debaixo do tapete*. Esperava que o Congresso não interrompesse a votação de projetos como os da reeleição e das reformas administrativa e previdenciária, inclusive porque o povo brasileiro *não deve estar sujeito a oscilações em função de comportamentos desabonadores eventuais de algum membro do Congresso ou de qualquer outro poder*. FHC negou que o governo oferecesse vantagens a deputados em troca de votos a favor de projetos de seu interesse, mas admitiu que *eventualmente um ou outro consegue uma demanda, quando ela é justa*. Considerou normais as pressões no Congresso durante as negociações, mas *não em termos de comprar votos*. Se isso ocorreu em outras épocas, no Brasil do seu tempo era *totalmente inaceitável*.⁵²

O **Estado** procurou restringir a amplitude das denúncias e elogiou o presidente, ao comentar a entrevista que ele concedeu à rádio Eldorado. “Oportuna, porque a cena política estava sendo tomada de assalto pela denúncia”, enquanto o “calor do combate levava parlamentares geralmente sensatos a confundir um caso de corrupção, repugnante, mas circunscrito, com o andamento das reformas que, nos planos político e administrativo, são essenciais para o crescimento econômico e a estabilidade da moeda”. O jornal destaca que FHC mostrou-se disposto a acabar com os “exercícios de barganha que se repetem a cada votação importante no Congresso e que desmoralizam governo e partidos, membros do Executivo e parlamentares, reduzindo todos, aos olhos do povo, à condição de mercadores de

⁵⁰ Jornal do Brasil, 15/05/1997, Política e Governo, p. 5

⁵¹ Folha de S.Paulo, 15/05/1997, Brasil, p. 1- 8.

⁵² Folha de S.Paulo, 15/05/1996, Brasil, p. 1- 7.

votos e influência”. Assim, mostrou-se pronto a “assumir a iniciativa do processo de regeneração dos costumes políticos”.⁵³

Dias depois, quando o assunto havia esfriado, a posição do governo e do presidente recebeu um importante apoio. O **Globo** publica entrevista com o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, em que se diz convencido de que *uma minoria barulhenta* ameaçava as reformas, com o pretexto de apurar a compra de votos. Por isso, pediu à *maioria silenciosa* que abandonasse a passividade e saísse em defesa das reformas: *Uma minoria, que perdeu várias vezes, não reconhece essa derrota e pega qualquer tema polêmico para colocar em xeque o prestígio do governo. Isso está acontecendo com o Senhor X. Ele está sendo tratado como se fosse uma pessoa extraordinária, com uma história de serviço ao país.* Tudo, em sua opinião, não passava de *uma discussão de republiqueta*, que não era digna do Brasil. Acrescentou que, enquanto a *minoria barulhenta* estava se fazendo ouvir, a maioria silenciosa que ficava quieta precisava quebrar o silêncio, pois o trabalho do governo era absolutamente comprometido com o desenvolvimento e parar tudo seria uma *injustiça, um mal gigantesco*.⁵⁴

E essa maioria silenciosa, segundo o empresário, envolvia *intelectuais, artistas, políticos*, todos que achavam que o país estava no caminho certo. *As pessoas precisam ter coragem de dar sua opinião.* O empresário defendeu também a reeleição de FHC com um argumento de que, se o presidente era competente e tinha compromisso com as mudanças, quatro anos de mandato era pouco *para consertar um país com fraquezas acumuladas durante tanto tempo.* E o projeto em exame no Senado não era uma prorrogação de mandato, permitiria *apenas* que o presidente se candidatasse outra vez. Seria *uma injustiça para o país* negar essa oportunidade à sociedade.⁵⁵

No dia 15 de maio, em menos de 24 horas, uma “operação de emergência” montada pelo governo com aliados e a ajuda de governadores desmontaram a proposta da CPI na Câmara dos Deputados para investigar a compra de votos dos deputados. O bloco formado pelo PT, PDT e PC do B obteve apoio nas bancadas governistas e entregou na noite do dia anterior (quarta-feira) à Mesa da Câmara o ato de criação da Comissão, com as 171 assinaturas de deputados exigidas pelo regimento. Mas os governistas começaram a convencer parlamentares aliados a retirar suas assinaturas, conseguindo rapidamente a adesão de 16 deles. Já na tarde de quinta-feira, o presidente da Câmara, Michel Temer, devolveu o projeto à oposição, pois as assinaturas eram insuficientes.⁵⁶

⁵³ O Estado de São Paulo, 16/05/1997, Notas e Informações, p. A 3, “A responsabilidade de cada um”.

⁵⁴ O Globo, 21/05/1997, O País, p. 4.

⁵⁵ Idem.

⁵⁶ O Estado de S. Paulo, 16/05/1997, Política, p. 4

O **Globo** assegurou que os governistas negociaram caso a caso a retirada das assinaturas. O governo ameaçou destituir os ocupantes de cargos de comando no Executivo indicados por parlamentares que assinaram o pedido da CPI e propôs discutir mudanças no projeto de reforma administrativa para atender a interesses de determinados grupos. Enquanto isso, inutilmente, as oposições tentavam novamente começar uma mobilização popular para reeditar o Movimento pela Ética na Política, que em 1992 levou à instalação da CPI que derrubou o presidente Fernando Collor.⁵⁷ Ainda em maio, os deputados Ronivon Santiago e João Maia renunciaram ao mandato, evitaram a cassação e, com isso, poderiam novamente concorrer em futuras eleições. Os deputados Chicão Brígido, Zila Bezerra e Osman Lima foram absolvidos em investigação realizada na Câmara para cassar seus mandatos.⁵⁸

Fundamental no processo para abortar a CPI na Câmara dos Deputados sobre a compra de votos foi o papel do PMDB, que no dia seguinte recebeu o seu novo prêmio: o Ministério da Justiça, para o senador goiano Íris Resende, e o dos Transportes, para o deputado gaúcho Eliseu Padilha. O porta-voz, Sérgio Amaral, garantiu que *esses dois nomes já estavam sendo considerados há tempos* pelo governo. Além da compatibilidade com o presidente, tinham o apoio do PMDB. Mas o **Globo** diz que a nomeação de Eliseu foi uma imposição do grupo do presidente da Câmara, Michel Temer, e a de Íris, uma escolha do grupo do PFL ligado ao senador Antônio Carlos Magalhães, com aval do senador José Sarney. O jornal lembra que, naquele momento da nomeação, Padilha estava respondendo a inquérito por crime contra a ordem tributária.⁵⁹

O PMDB há muito tempo brigava para ocupar mais espaços no governo. O deputado Henrique Eduardo Alves (RN), presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, afirmou: *Vamos fazer das posses um grande ato político, com a presença dos governadores e do próprio Paes de Andrade, que será convidado*. Presidente do partido, Andrade era contra a participação no governo, mas deixaria de ser, segundo o deputado, porque, a partir daquele momento, o PMDB exerceria *na plenitude suas responsabilidades, até para mostrar ao governo e à sociedade sua competência administrativa*. Alves lembrou que o PMDB já apoiava FHC *na interinidade* e apoiaria ainda mais *participando da formulação* das políticas governamentais. *Daqui para frente tudo será diferente*, afirmou.⁶⁰

⁵⁷ O Globo, 21/05/1997, O País, p. 3

⁵⁸ Eleito novamente deputado federal pelo PP do Acre em 2002, Ronivon Santiago foi cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral, sob acusação de compra de votos durante a eleição. Ele recorreu, e a decisão foi confirmada e reconfirmada pelo Tribunal Superior Eleitoral. Em seu lugar assumiu, no final de 2005, o suplente Chicão Brígido, do PMDB, o mesmo também envolvido com as denúncias da compra de votos na votação do projeto da reeleição.

⁵⁹ O Globo, 17/05/1997, O País, p. 2 - 3.

⁶⁰ Idem. Ao falar em interinidade, o deputado Henrique Alves certamente queria se referir ao fato de que, no momento em que ajudou a sepultar a CPI da reeleição, o PMDB não tinha ministros no governo. Néelson Jobim,

Com o sepultamento da CPI, reunidos no dia 21, os líderes dos partidos aliados decidiram e comunicaram ao presidente da Câmara, Michel Temer, que não votariam mais nada de importante antes do dia 4 de junho, o que incluía a emenda da reforma administrativa e o pedido de urgência para votação da lei geral das telecomunicações. Seria mais um chamado “recesso branco”, esvaziando a Câmara por duas semanas, a fim de esfriar o movimento pró-CPI, que ainda continuava na cabeça dos opositores.⁶¹ Depois que deixou o governo, FHC admitiu, em várias entrevistas, que “pode ter havido” a compra de votos dos deputados, mas em um acerto regional que não teve qualquer interferência dele ou de Sérgio Mota, como destacou o **Globo**.⁶²

Interessante notar as posições dos dois principais jornais paulistas no episódio da compra de votos e tentativa de se criar uma CPI sobre o assunto. Em vários editoriais, mostram-se afinados na defesa da punição dos implicados nas denúncias, na continuidade das reformas políticas e econômicas e mesmo no direito de reeleição do presidente, embora a **Folha** registre sempre que a aprovação da emenda deveria ser precedida de um plebiscito. A diferença marcante é que o **Estado** justifica as ações de FHC, quanto às suas alianças e barganhas para garantir a aprovação de projetos e a própria governabilidade, diante da pressão das oposições, enquanto a **Folha** ressalta que essas ações nada mais são do que o ônus do presidente ter se aliado a partidos e políticos cuja tradição é o oportunismo, a fisiologismo. Marcante, também, é o fato de a **Folha** insistir, até o final, que a única saída digna para o governo seria aceitar a criação da CPI, ao contrário do que pensava o **Estado**.

Ao comentar a indicação dos dois novos ministros do PMDB, por exemplo, o **Estado** afirmou que não eram os preferidos de FHC e respondiam a “interesse dos grupos que se digladiam dentro do partido e não à sua vontade”. Mas eram os que poderiam dar maior coesão e segurança nas bases de sustentação do governo na Câmara e do Senado. O jornal lembrou que barganha para aprovar projetos políticos no Congresso era “filho natural do sistema político, em um sistema em que cada deputado é líder de si próprio”, o que obrigava o próprio presidente a se envolver para conseguir um resultado favorável ou “o menos ruim possível”. E, para obter o possível, precisava fazer “o impossível”. O **Estado** lamenta que FHC fosse obrigado a ceder a pressões, a fim de garantir o apoio no momento em que as “oposições descem para a rua, dispostas a tumultuar o processo político” e a aceitar nomes que, “outro fosse o clima político, não teria escolhido” E a culpa de tudo isso, segundo o jornal, era das oposições, pois, enquanto não houvesse a reforma do sistema político e essas oposições não

da Justiça, deixara o cargo em abril, e Odacir Klein, dos Transportes, em fevereiro. Os dois começaram o governo FHC.

⁶¹ O Globo, 22/05/1997, O País, p. 4

⁶² Globo on line, 25/08/2005.

desistissem de “sua tática de tumultuar para desprestigiar ou desestabilizar,” não se poderia falar em reforma dos costumes políticos brasileiros.⁶³

Responsável pelas primeiras denúncias, a **Folha** transformou a criação de uma CPI para apurar a compra de votos em bandeira e sustentou páginas do noticiário com o assunto vários dias, inclusive em editoriais. Já no dia seguinte à publicação da primeira matéria, defendeu a instalação de CPI para esclarecer se funcionava “de fato uma rede de corrupção política e para identificar os seus articuladores”, apesar dos transtornos que pudessem causar à vida política do país. Mesmo porque o Congresso Nacional e o governo FHC não podiam “ignorar a gravidade das denúncias e deixar de dar ao país satisfações sobre o que aparentemente ocorre nos subterrâneos dos poderes da República, sob o risco de desmoralizar a democracia”.⁶⁴

É dura a avaliação da **Folha** sobre aquele momento. Sugere até que o problema poderia chegar até FHC:

“A social-democracia tucana viu-se obrigada a dar muitas explicações quando aliou-se ao PFL para levar FHC à Presidência. Argumentou-se então que o chamado pacto à direita, com um partido tido como oportunista, fisiológico e conservador, era necessário para conduzir ao poder um plano sério de modernização do país. Uma vez no governo, o PSDB levaria à frente seus projetos com técnicos e políticos competentes e honrados – não haveria espaço para a barganha política menor e muito menos para a corrupção. (...) Nem de longe, pretende-se aqui relacionar a figura do presidente ao mercadejo abjeto de votos no Congresso, prática que, ao que tudo indica, ajudou a aprovar em primeiro turno a emenda da reeleição na Câmara, segundo revelou ontem esta **Folha**. No entanto, confirmada a compra de votos, o esquema de sustentação política do governo, que este pretende sério, teria marcas fortes de podridão; ficariam, assim, prejudicadas as intenções moralizadoras tucanas. Se alguém comprou votos de deputados foi para se valorizar diante da estrutura do poder – se é que não estava a serviço direto de interessados na aprovação da emenda. É preciso investigar até onde vão as ramificações desse esquema. De qualquer modo, já são fortes as suspeitas de que elas vão até o topo da República”.⁶⁵

O **Estado** defendeu a apuração da denúncia “até as últimas conseqüências”, cassando os mandatos dos culpados, mas sem comprometer as reformas em discussão no Congresso, porque

“uma coisa é o desvio de comportamento de um grupo de deputados e governadores do Norte, se de fato houve. Outras, inteiramente diferentes, são as razões objetivas que recomendam a adoção do instituto da reeleição do presidente da República. Os dois casos se cruzam, é óbvio, num episódio de corrupção. Mas não foram os votos agora sob suspeita que fizeram pender o prato da balança no momento em que o projeto foi votado na Câmara. As oposições estão compreensivelmente açuladas pelas possibilidades de exploração política do escândalo, mas é preciso que mantenham a necessária serenidade para que o processo de reformas de que dependem o crescimento econômico e a estabilidade da moeda não seja interrompido ou perturbado”.⁶⁶

⁶³ O Estado de S. Paulo, 18/05/1997, Notas e Informações, p. A 3, “Ministros do sistema político”.

⁶⁴ Folha de S. Paulo, 14/05/1997, Opinião, p. 1 - 2, “Mercado de votos”.

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ O Estado de S. Paulo, 15/05/1997, Notas e Informações, p. 3, “Um novo escândalo”.

O jornal procurou minimizar o episódio da compra de votos, que seria mais um “acerto regional do que uma transação ilícita destinada a mudar o resultado da votação de um projeto de interesse institucional”. Diz que o governo FHC era austero na negociação de temas políticos de seu interesse, o que pode ter atrasado a aprovação de alguns projetos. Sem isso, porém, ficaria igual a “tantos outros de triste memória”. E FHC “não foi eleito para ser igual aos demais, mas para renovar o país, inclusive seus hábitos políticos”.⁶⁷

Em outro editorial de primeira página, a **Folha** assume que apoiava “o direito de o presidente da República disputar um mandato consecutivo nas urnas”, embora preferisse que a mudança fosse decidida em plebiscito, “a fórmula mais democrática e a única capaz de evitar que episódios patéticos”, como o da compra de votos, “comprometessem a tese”. Defende mais uma vez que apenas uma CPI devolveria à emenda da reeleição, que ainda tramitava no Senado, “o mínimo de legitimidade” de que precisava para merecer o respeito da sociedade. Concorda que a convocação de mais uma CPI poderia desviar as atenções das reformas estruturais que o governo propunha, e o Congresso tardava “em discutir e aprovar”. Reitera que, em suas linhas gerais, a **Folha** aprovava o programa de privatizações e as propostas de reforma administrativa, fiscal e previdenciária, mas não bastava “modernizar a economia”, era necessário “melhorar a política, aumentar sua transparência, corrigir suas mazelas”.⁶⁸

No entendimento do jornal, o escândalo da compra de votos não comprometia, “pelo menos até o eventual surgimento de fatos novos, o presidente da República”, mas era inegável que FHC corria “todos os riscos que podem advir do tipo de sustentação eleitoral e parlamentar ao qual seu governo optou por recorrer”, especialmente o PFL e o PTB, “cuja imagem está ligada ao fisiologismo”. Lembra o jornal que, para manter-se no poder, sobretudo nos estados mais pobres, o PFL “não raro recorreu a ações que FHC sempre condenou, como sociólogo e como senador”. Depois de eleito, buscou apoio no PMDB, “o partido que abandonou por não aceitar o predomínio, ao menos em sua seção paulista, do quercismo”,⁶⁹ com tudo de condenável que está associado a esse rótulo” E incorporou também figuras do PPB, “apesar de o partido ter Paulo Maluf, histórico adversário, como grande cacique”.⁷⁰

Para o jornal, FHC

“pode ter sido levado a essas alianças por pragmatismo político e eleitoral. Talvez não se elegeisse sem o apoio do PFL. Talvez conseguisse aprovar no Congresso menos ainda do que conseguiu até agora se não contasse com votos de partidos cuja história política contraria a modernidade que o presidente diz encarnar. No entanto, talvez o presidente tenha ido longe demais nos afagos a aliados como o governador do Acre. Até esse ponto de seu mandato, o

⁶⁷ Idem.

⁶⁸ Folha de S.Paulo, 18/05/1997, Opinião, primeira página, “Para evitar uma democracia corrupta”.

⁶⁹ Relativo a Orestes Quécia, ex-senador (1974 -82) ex-governador de São Paulo (1987 - 91), que teve predomínio no PMDB paulista durante vários anos. Ainda hoje é uma das lideranças do partido em São Paulo.

⁷⁰ Folha de S.Paulo, 20/05/1997, Opinião, p. 1 -2, “O pragmatismo de FHC”.

presidente vem tendo poder e prestígio suficientes para estabelecer um limite aceitável de pragmatismo. Em outras palavras, Fernando Henrique Cardoso tinha força política bastante para não dar sinais de que admitiria barganhas condenáveis para aprovar seus projetos; deixaria, assim, de satisfazer o apetite negociata sempre crescente de alguns de seus partidários. Estes não teriam alternativa a não ser continuar como aliados do poder, como têm feito, pelo menos, desde o regime militar; mas, nesse caso, é possível que controlassem sua avidez”.⁷¹

O **Estado** argumentou, em favor da reeleição, que o governo, no futuro, apresentaria ao Congresso medidas que considerasse essenciais para o país, cabendo aos partidos e parlamentares aprová-las, segundo suas convicções e “sujeitos apenas ao jogo de pressões que faz parte da alta política”. Para que FHC pudesse alcançar seus propósitos, seria “melhor que contasse desde logo com a possibilidade da reeleição”. Inclusive porque, com ela, o eleitor reconduziria aos cargos os políticos que correspondessem ao interesse público e condenaria ao ostracismo aqueles que não soubessem “interpretar a vontade popular” ou avaliar mal os programas “essenciais ao crescimento do País”.⁷²

A **Folha** insistia na tese de que, “estivesse em uma posição menos defensiva, o presidente FHC deveria ser o primeiro a apoiar a instalação de uma CPI”. O argumento do jornal: “Os eventuais transtornos serão sempre menores do que o governo permitir que paire indefinidamente a suspeita de que os cinco deputados cujos nomes aparecem nas fitas não teriam sido os únicos a se vender. A opinião pública dá crescentes sinais de cansaço com a seqüência de esqueletos que vão ficando nos armários. Cada novo escândalo tem o condão de remeter ao esquecimento o anterior, sem que as apurações sejam rigorosas, como sempre se promete diante de uma nova denúncia”. Argumenta que impedir uma CPI para apurar a compra de votos só aumentaria a “coleção de casos mal apurados ou apurados pela metade” no país. E desta vez, com uma agravante: “A mancha da suspeita ficaria permanentemente pairando sobre a imagem e o mandato do próprio presidente da República”, que, como presidente, tem “dois grandes méritos: uma biografia limpa e a paternidade do plano de estabilização da economia. Não pode, nem deve, dar-se ao luxo de arriscar metade do seu ativo”.⁷³

Ao comentar as declarações do presidente FHC durante a posse dos ministros Íris Resende e Eliseu Padilha, o **Estado** volta a enaltecê-lo. Diz que ele “escolheu o momento oportuno para reagir ao movimento que, aproveitando-se da cordialidade e tolerância que são parte do seu temperamento, vem tentando desestabilizar o governo”. E para “dizer o que pensa da baderna e dos escândalos que têm ocupado espaço na mídia, emperrando a execução das políticas do governo”. Assim, “dá os primeiros passos para superar a crise de autoridade em que se deixou envolver”, porque a “crise de autoridade, de fato, era o maior dos problemas do governo”, já

⁷¹ Idem.

⁷² O Estado de S. Paulo, 16/05/1997, Notas e Informações, p. A 3, “A responsabilidade de cada um”.

⁷³ Folha de S. Paulo, 21/05/1997, Opinião, p. 1- 2, “Chega de esqueletos”.

que na área econômica a situação era boa. Em seu pronunciamento, lembra o jornal, FHC disse que *o limite da paciência e da tolerância é a democracia* e ele, como democrata, tinha o *dever de impedir que a desordem corrompa a liberdade*.⁷⁴

No mesmo dia, a **Folha** também elogiou o pronunciamento presidencial, mas disse que sua atitude enérgica, “que sempre mereceu crédito devido ao seu inatacável currículo pessoal, está em evidente contradição com a política real de seu governo nos bastidores, toda voltada a minimizar o escândalo e circunscrever as apurações. Ademais, a defesa do rigor do inquérito foi marcada por um traço que já se tornou hábito: a desqualificação dos opositoristas”. O jornal volta a defender a CPI e diz “faz muito bem o presidente em reafirmar o império da lei, ao lembrar que a democracia exige ordem e estabilidade política”. Só que essa mesma democracia “exige também que as práticas correspondam aos discursos e que as tentativas de corromper as instituições sejam investigadas de forma cabal e completa”.⁷⁵

Ao tratar da compra de votos, o **Globo** também falou na necessidade de uma “investigação profunda”, sem cometer o erro de “punir quem vendeu e esquecer quem comprou”. O país tinha o direito de saber se estava “mesmo diante de um escândalo federal, ou de uma tentativa de arrastar para Brasília um episódio sórdido da notoriamente sórdida política praticada nas vizinhanças do Equador”. O governo, por sua vez, estava “apreendendo que em Brasília se faz, em Brasília se paga” e que seria “mais difícil para a opinião pública acreditar nas gravações, se o Planalto não tivesse há poucos dias concordado com uma barganha fisiológica (da qual recuou, mas sob pressão), para fazer aprovar a reforma administrativa”. O jornal destacou que a oposição, que exercia o seu papel ao tentar desgastar o seu principal adversário político (o presidente), cometeria “grave erro – muito próximo de um gesto suicida” – se confundisse os alvos e fizesse “do episódio pretexto para a derrubada de projetos e reformas, como a da administração, indispensáveis ao país”.⁷⁶ A mesma questão, sobre quem comprou ou vendeu voto, também foi abordada pela **Folha**, quando diz que, “havendo congressistas subornáveis, existem, portanto, corruptores”, e as medidas, até aquele momento para esclarecer o escândalo vinham sendo “insuficientes”.⁷⁷

Passada a crise da compra de votos, o governo FHC continuou pavimentar o caminho rumo a 1998. Aproveitando a obrigatoriedade de desincompatibilização dos ministros que seriam candidatos nas eleições de outubro daquele ano, promoveu nova reforma ministerial em princípio de abril, aquela em que o senador e economista José Serra, ex-secretário de Planejamento do governo de São Paulo (Franco Montoro) e ministro do Planejamento do próprio FHC, foi parar no Ministério da Saúde. Na reforma, o presidente manteve as posições

⁷⁴ O Estado de S. Paulo, 23/05/1997, Notas e Informações, p. A 3, “O presidente contra-ataca”.

⁷⁵ Folha de S. Paulo, 23/05/1997, Opinião, p. 1- 2, “Corrupção da liberdade”.

⁷⁶ O Globo, 16/05/1997, Opinião, p. 6, “Chegar ao fogo”.

⁷⁷ Folha de S. Paulo, 17/05/1997, Opinião, p.1- 2, “Encenação”.

relativas do PFL, PTB e do PMDB, reforçou a do PSDB e deu um novo ministério, o da Agricultura, ao PPB de Paulo Maluf, selando, assim, a coligação para outubro. O partido já tinha o ministro Paulo Paiva, que, na reforma, trocou o Trabalho pelo Planejamento.⁷⁸

Uma reeleição tranqüila, em meio às turbulências internacionais

O presidente FHC entrou na campanha da reeleição em 1998 com uma coligação que envolvia nada menos do que quatro dos seis partidos que elegeriam as maiores bancadas no Congresso: o PSDB, PFL e PTB, da eleição anterior, mais o PPB. O PMDB, que fez a maior bancada do Senado e a terceira maior da Câmara, não teve candidato a presidente, apoiou FHC em quase todo o país e começou o segundo mandato na base de apoio do governo, assim como o pequeno PDS, que participou da coligação eleitoral. Dos seis principais partidos, ficou de fora apenas o PT, o principal adversário de FHC, coligado ao PDT, PSB e PC do B, em torno da Frente União do Povo Muda Brasil.

Em princípio de setembro, pesquisa realizada pelo Ibope para a TV Globo, entre 27 e 31 de agosto, nos vários estados, mostrava que FHC tinha 44% das intenções de voto, contra 25% de Lula da Silva. A diferença de FHC para todos os seus adversários tinha caído de 14 para 8 pontos (em relação à pesquisa anterior), o que ainda lhe garantiria a vitória em primeiro turno. E em um eventual segundo turno, FHC ganharia de Lula de 54% a 34% dos votos.⁷⁹

A queda de FHC não desesperou o comando de sua campanha, pois a diferença de 8% estaria dentro de uma margem segura para garantir a eleição ainda em primeiro turno. O coordenador operacional da campanha, Eduardo Jorge Caldas, com base em pesquisas qualitativas que o comitê de campanha realizara, dizia que, *num cenário de hipotético agravamento da crise internacional*, FHC seria beneficiado na eleição, porque os eleitores consideravam-no mais preparado para enfrentar turbulências. As pesquisas apontaram que a maior parte da população achava que a crise não era responsabilidade do governo e que, de qualquer forma, FHC era o *mais preparado para enfrentá-la do que os seus opositores*, disse Jorge. A avaliação governista era que, se chegasse próximo às eleições com pelo menos sete pontos de vantagem sobre os adversários, FHC ganharia em primeiro turno.⁸⁰ O tempo mostrou que o diagnóstico das pesquisas qualitativas era correto.

Passados os primeiros momentos da campanha eleitoral no primeiro semestre de 98, a disputa se polarizou entre FHC e Lula, à espera do dia quatro de outubro. Os demais foram

⁷⁸ Folha de S.Paulo, 04/04/1998, Brasil, p. 1 – 5.

⁷⁹ O Globo, 3/09/1998, O País, p. 3.

⁸⁰ Idem.

meros coadjuvantes de uma eleição na qual FHC teve 53,06% dos votos, contra 31,71% de Lula. Ciro Gomes, concorrendo pelo PPS, obteve 10,97% dos votos, e Enéas, do Prona, 2,14%, ficando os restantes 2% para os outros oito candidatos, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A eleição de 98, que escolheu também os novos governadores, as Assembléias Legislativas nos estados, um terço do Senado Federal e a Câmara dos Deputados, foi a primeira no país que permitiu a reeleição de candidatos a cargos do Executivo. No caso da Presidência da República, começou com uma grande vantagem para FHC, que ainda desfrutava bons índices de popularidade, em função do sucesso do Plano Real. A crise financeira que atingia outros países só chegaria para valer ao Brasil mais ao final da campanha.

Como acontecera nas duas eleições diretas anteriores, a campanha presidencial ocupou espaços significativos dos meios de comunicação, com os discursos dos diversos segmentos da sociedade. A um mês da votação, um dos *brasilianist* mais conhecidos, Thomas Skidmore,⁸¹ em visita ao Brasil, fez a festa da oposição, ao dizer que FHC não era um líder capaz de acabar com a miséria no Brasil. A uma pergunta de se FHC seria a liderança necessária para atacar as principais necessidades econômicas e sociais brasileiras, Skidmore respondeu: *Não, acho que não. Ele é um negociador. Tem muito talento, a meu ver. Ele tem a capacidade de criar amigos, mas não emergiu como o líder, não se identificou como o líder que ia realmente atacar os problemas sociais. Fala um pouco sobre isso, mas a retórica dele é muito mais sobre a estabilização e os problemas internacionais. O presidente não é o líder para uma cruzada contra a miséria no Brasil. Ele é mais o professor que está administrando um modelo ortodoxo de estabilização no país.* Os setores de educação e saúde brasileiros tinham *muitas deficiências*, na opinião de Skidmore, que não acreditava em uma solução no novo mandato, em função da crise financeira internacional que certamente atingiria os brasileiros, levando a cortes nos projetos sociais e a mais dificuldades para fechar o balanço de pagamentos.⁸²

Em uma espécie de contraposição ao norte-americano, a **Folha** publicou entrevista com o empresário Antônio Ermírio de Moraes, um dos acionistas do Votorantin, o maior grupo privado do país, em que fala sobre os perigos de uma eventual eleição de Lula: *Nada tenho contra o Lula, que é uma boa pessoa e um bom candidato. Mas, em virtude da situação atual, o Brasil precisa de uma pessoa como o Fernando Henrique, que está melhor preparado porque tem mais credibilidade lá fora, mais até mesmo do que aqui dentro, na Presidência. Quanto mais preparado o presidente, menos a chance de uma catástrofe acontecer. Mas, se entrar um candidato despreparado, tal como o Lula na situação atual, aí sim vem uma bomba*

⁸¹ Thomas Skidmore, historiador norte-americano, um dos *brasilianist* mais conhecidos, é autor, entre outros livros, *Brasil, de Getúlio a Castelo*, *Brasil, de Castelo a Tancredo*, *Brasil Visto de Fora* e *Uma História do Brasil*, editados pela Paz e Terra.

⁸² Folha de S.Paulo, 03/09/1998, Eleições 98, Especial 6.

de hidrogênio. A crise econômica e financeira atingia a todos os candidatos a presidente, não apenas à reeleição de FHC, mas, quanto *mais preparado o presidente, menor a chance de uma catástrofe acontecer* e com maior facilidade o país poderia superar a crise.⁸³

Até o candidato do PPB ao governo de São Paulo, Paulo Maluf, em comício em São José dos Campos, disse que a eleição de FHC era melhor, porque ele e sua equipe estavam há quatro anos no governo, com mais conhecimento das implicações da crise econômica mundial para o país. *O mais habilitado para conduzir o país continua sendo Fernando Henrique*, disse Maluf, para quem a crise era um argumento suficiente para desqualificar os outros candidatos ao cargo. *Só alguém muito desinformado pode deixar de votar em Fernando Henrique, para escolher um Lula ou um Enéas*.⁸⁴

Com as pesquisas de opinião apontando a reeleição de Fernando Henrique, as elites da economia nacional começaram a apresentar suas idéias para ver quem teria mais influência sobre a condução dos destinos da Nação. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) começou com o seu novo presidente (naquele momento ainda não empossado), Horácio Lafer Piva. Em uma entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura, ele criticou o *extraordinário talento financeiro e a visão enviesada em relação ao setor produtivo* da equipe econômica, que tinha no ministro da Fazenda, Pedro Malan, o seu principal representante. Elogiou os irmãos José Roberto e Luiz Carlos Mendonça de Barros (vinculados ao PSDB de São Paulo) e criticou o presidente do Banco Central, Gustavo Franco, que, segundo ele, não dava muita atenção para a indústria. Dias antes, em reunião na Fiesp, a elite empresarial paulista já havia decidido ajudar a campanha de FHC, mas queria também discutir os rumos da política econômica, do câmbio e das taxas de juros.⁸⁵ Ao analisar a crise do comércio exterior brasileiro, em função do dólar subvalorizado, um dos integrantes da nova diretoria da Fiesp, Mario Bernardini, disse que estava *preocupado é com o mundo real e não com o real*, pois, nos anos anteriores, foram destruídas *empresas, milhões de trabalhadores foram demitidos e viraram camelôs*.⁸⁶

A crise financeira internacional que começou com a quebra do México no final de 1994 rondou o Brasil nos anos seguintes, mas não entrou. A comunidade financeira internacional havia administrado os problemas resultantes da quebra dos países asiáticos em outubro de 1997, quando, em meados de agosto 98 (portanto, próximo à eleição brasileira), o presidente da Rússia, Boris Ieltsin, decretou moratória da dívida externa de empresas privadas russas e

⁸³ Idem.

⁸⁴ Folha de S. Paulo, 05/09/1998, Eleições 98, Especial 4. Maluf concorria ao governo de São Paulo contra Mário Covas, do PSDB. Defendia causa própria ao apoiar FHC, já que o seu partido, o PPB, fazia parte da coligação tucana na eleição presidencial. Assim, em tese, um eleitor poderia votar em FHC e nele para governador. Covas foi reeleito.

⁸⁵ Folha de S. Paulo, 03/09/1998, Opinião, p. 1 – 2.

⁸⁶ Folha de S. Paulo, 06/09/1998, Dinheiro, p. 2 – 10.

trocou títulos do governo que venceriam nos dias seguintes por outros com prazo de até cinco anos. Além disso, desvalorizou o rublo, a moeda russa, em 75% em relação ao dólar. Com o calote russo, estimado em 32 bilhões de dólares, as bolsas de valores de todo o mundo desabaram e o fantasma de uma nova onda de quebraadeira dos chamados “países emergentes” como o Brasil se espalhou. O *Financial Times*, jornal econômico editado na Inglaterra, apontou justamente o Brasil como um dos países mais vulneráveis na América Latina, embora o *Wall Street Journal*, dos Estados Unidos, também especializado em economia, tenha dito: “Felizmente o Brasil, a maior peça do dominó latino-americano, vem demonstrando nos últimos quatro anos vontade política de manter estabilidade monetária”.⁸⁷

Mas a primeira semana de setembro foi negra para o Brasil, no embalo da crise da Rússia. A agência americana Moody’s, que mede o risco da economia de países e empresas, rebaixou o país ao patamar da Venezuela, Paraguai e Nicarágua. Na semana, 8 bilhões de dólares de capitais estrangeiros em títulos e ações aplicados em bancos e nas bolsas deixaram o país, totalizando 15 bilhões de dólares desde o início do calote russo. Também na semana a bolsa de valores de São Paulo, a mais importante do Brasil, caiu 13,47%. O governo brasileiro reagiu, elevando as taxas de juros de 19% para 29,75% ao ano para tentar segurar os investidores externos e também restringir o consumo interno, enquanto estudava outras medidas de maior profundidade.⁸⁸

Em todo o mês de setembro, as pressões continuaram. Dia 22, por exemplo, o Banco Central elevou mais uma vez os juros dos empréstimos de um dia para instituições financeiras, o chamado *overnight*, para 40,1% ao ano e tornou mais caras as remessas de moeda estrangeira para o exterior. Mesmo assim, ao final do expediente bancário, US\$ 550 milhões haviam deixado o país. No final daquele dia, as reservas cambiais brasileiras estavam próximas de US\$ 47 bilhões. No final de agosto, duas semanas depois da moratória da Rússia, o Brasil tinha US\$ 67 bilhões.⁸⁹

Diante da situação, no dia 23 de setembro, o Banco Central baixou duas circulares com o objetivo de reduzir a quantidade de dinheiro em circulação e forçar a alta das taxas de juros, pelo menos até o mês de novembro, como forma de evitar a evasão de recursos para o exterior. Decidiu que os seus empréstimos para os bancos comerciais com base na Taxa Básica do BC, que era de 19% ao ano, estavam suspensas até o dia 11 de novembro. Com isso, as instituições financeiras que precisassem recorrer ao banco para fechar seus caixas teriam de pagar o equivalente à Taxa de Assistência Bancária, de 49,75% ao ano. Em outra medida, o BC estabeleceu que o depósito compulsório dos bancos, recolhido aos seus cofres, só poderia ser

⁸⁷ Veja, 02/09/1998, edição 1.562, pp. 120 – 126.

⁸⁸ Veja, 09/09/1998, edição 1.563, pp 108 – 113.

⁸⁹ Correio Braziliense, 23/09/1998, Brasil, p. 7.

trocado por títulos públicos federais de forma escalonada, uma forma de evitar mais recursos no mercado e também segurar os juros.⁹⁰

Um dos economistas de maior prestígio naquele momento, Paul Krugman, do Massachusetts Institute of Technology, no Estados Unidos, ao analisar a situação da economia brasileira, disse que o governo tinha três opções *extremamente perigosas* e de *eficácia duvidosa*: manter a política cambial e aumentar a produtividade e competitividade em relação ao resto do mundo; desvalorizar a moeda e adotar a liberdade cambial, seguindo-se um forte ajuste fiscal e mais privatizações; e impor controles cambiais emergenciais e temporários para impedir um ataque especulativo à moeda.⁹¹ No fechamento do mês de setembro, a saída líquida de dólares do Brasil foi de US\$ 464 milhões.

A quebra dos brasileiros não interessava à comunidade financeira e organismos internacionais, pois poderia levar várias outras nações de roldão. Em Washington, o presidente do FMI, Michel Camdessus, em entrevista inaugural da reunião anual do Fundo, deu uma força e disse que o Brasil havia feito muito para evitar a repetição no país e na América Latina dos problemas que atingiram as economias emergentes da Ásia. Por isso mesmo, não havia *nenhuma razão* para comparar as duas regiões. Reiterou que a instituição estava pronta para dar apoio financeiro às políticas anunciadas na semana anterior para equilibrar as contas do setor público, se o governo solicitasse ajuda. As autoridades financeiras que foram a Washington para o 53º encontro anual do Fundo não escondiam que a grande preocupação era evitar que a crise financeira global que começou em julho de 97 na Tailândia contaminasse a economia do Brasil e de outros países da América Latina.⁹²

“Setembro foi trágico para a economia brasileira”, disse a **Folha**. Argumentou que, ao perder até aquele mês US\$ 25 bilhões em reservas, o Brasil tornara-se, definitivamente, uma *bola da vez* “no perverso jogo de expectativas do sistema financeiro internacional”. O jornal criticou a lentidão das reformas do Estado e do ajuste fiscal, além do governo, que apostou em um “modelo altamente dependente da captação de créditos externos”, e não “dava prioridade ao ajuste de suas contas”, tornando mais evidente o “contra-senso”. Seriam enormes, “nos próximos meses, talvez anos, os custos do esforço para reconquistar a confiança na economia brasileira”, pois parecia que tudo votara “à estaca zero”.⁹³ O novo pacote de medidas para tentar desviar o Brasil do caminho que a Rússia estava trilhando viria ainda em outubro.

Não bastassem os problemas da economia, no final da campanha eleitoral a **Folha** publica matéria polêmica dando conta de que o presidente do TSE, ministro Ilmar Galvão, disse que era contra a reeleição para governador e prefeito. Mas defendia para presidente da República

⁹⁰ O Globo, 24/09/1998, Economia, p. 24.

⁹¹ Folha de S.Paulo, 25/09/1998, Brasil, p. 1 – 5.

⁹² O Estado de S. Paulo, 02/10/1998. Economia & Negócios, p. B 6.

⁹³ Folha de S.Paulo, 04/10/1998, Opinião, p. 1 -2, “De volta à estaca zero”.

em uma conjuntura como aquela, *em que a permanência do presidente da República era um fato indispensável para manutenção e para a consolidação do modelo econômico implantado no Brasil.*⁹⁴ No dia seguinte, Lula da Silva disse que o PT poderia tomar uma atitude radical e desistir de participar das eleições de 4 de outubro, com o argumento de que a afirmação de Galvão colocava sob suspeita o processo eleitoral.⁹⁵

No mesmo dia, o ministro se justificou. Disse que sua afirmação foi feita para tentar explicar as razões, em sua opinião, pelas quais o Congresso Nacional foi levado a aprovar a emenda da reeleição. Lembrou ter dito que essa emenda foi aprovada como *algo indispensável à consolidação do modelo econômico que havia sido implantado no país*, mas não que estivesse fazendo uma declaração de voto a FHC, o mesmo que diria, depois, aos seus colegas ministros do TSE.⁹⁶ O caso morreu por aí.

Antes, no entanto, da polêmica declaração do ministro, grande parte da mídia brasileira já dava como “favas contadas” a reeleição de FHC, com base em pesquisas dos institutos de opinião. Tome-se o exemplo do **Correio Braziliense**, que, dia 22 de setembro, em sua primeira página publicou a chamada “Por que FHC vai ser reeleito no 1º turno”. Dizia que o candidato, considerado pelo eleitor o mais qualificado para governar o país, estava se “beneficiando de maneira objetiva e direta das turbulências ocorridas nas bolsas de valores”, que abalavam a estabilidade do Plano Real. O jornal utilizava os resultados de pesquisa Diários Associados/Vox Populi, realizada entre 13 e 15 de setembro, indicando que FHC tinha a intenção de votos de 49% dos eleitores, contra 22% de Lula. Em pesquisa semelhante feita na primeira semana de setembro, esses números eram 47% a 24%. A última pesquisa mostrava mais: 74% dos eleitores confiavam na capacidade de FHC para governar e 51% diziam que Lula não tinha essa qualidade. Ademais, FHC representava a continuidade do Plano Real para 79% dos eleitores ouvidos e era capaz de segurar a inflação baixa, para outros 70%. Lula não seria capaz de continuar o Real para 58% dos entrevistados, nem manter a inflação sob controle, na opinião de 48%.⁹⁷

Em junho anterior, pesquisa semelhante dos Diários Associados/Vox Populi indicava que 64% dos eleitores confiavam na capacidade de FHC governar, índice que alcançou 75% na última pesquisa de setembro. Já o índice dos que entendiam que Lula não tinha essa capacidade subiu de 44% para 51%. E naqueles momentos que antecederam a eleição, o número dos que consideravam a administração FHC boa ou ótima havia passado de 31% para 45%, enquanto o número dos que achavam a administração ruim caíra de 27% para 17%. Como disse o **Correio**, FHC poderia “repousar sossegado à sombra das palmeiras no Palácio da Alvorada”,

⁹⁴ Folha de S.Paulo, 27/09/1998, Especial Eleições, p. 5.

⁹⁵ Folha de S.Paulo, 28/09/1998, Especial Eleições, p. 4.

⁹⁶ Jornal do Brasil, 28/09/1998, Política, p. 4.

⁹⁷ Correio Braziliense, 22/09/1998, primeira página e Eleições, p. 9.

pois, salvo o imponderável, estava “às vésperas de ganhar um novo mandato, sem precisar disputar o segundo turno. E, por mais irônico que possa parecer, com uma boa dose de ajuda da crise financeira internacional. A mesma crise que ameaça implodir o real”.⁹⁸

Resultados de outros institutos na segunda quinzena de setembro também apontavam para a vitória inexorável de FHC. Pesquisa do Datafolha realizada dias 24 e 25 do mês indicou 46% dos votos para FHC e 26% para Lula. Na última pesquisa, em 2 de outubro, a proporção era de 49% contra 26%. Apenas em um determinado período da campanha eleitoral de 98, entre maio e princípio de junho, Lula conseguiu chegar perto de FHC. Pesquisa do Datafolha realizada dias 27 e 28 de maio mostra que FHC tinha 34% das intenções de votos, contra 30 de Lula. Na pesquisa do mês anterior, dias 29 e 30 de abril, a relação era de 41% a 24%. Em 8 e 9 de junho, a diferença diminuiu um ponto, ficando FHC com 33% e Lula com os mesmos 30%. Pesquisa Diários Associados/Vox Populi realizada em 4 de junho mostrou uma diferença menor ainda entre FHC e Lula, 31% contra 30%. O Ibope também registrou uma diferença de apenas cinco pontos percentuais entre FHC e Lula em 3 de junho (33% a 28%), a menor entre todas as pesquisas do instituto durante a campanha.

Naquele pequeno intervalo, entre maio e junho, os petistas acharam que finalmente haviam encontrado o caminho para derrotar o candidato à reeleição, mas a história seguiu outro curso. Menos de duas semanas depois, dia 17 de junho, pesquisa do Vox Populi mostrou que FHC voltou a crescer para 36% das intenções de voto, enquanto Lula ficou com 29%. Outra pesquisa do Ibope, dia 22, apontou o presidente com 36% das intenções de votos e o seu adversário com os mesmos 28%. Um mês depois dos primeiros resultados animadores, a campanha do PT caiu na real. Pesquisa do Datafolha realizada nos dias 8 e 9 de julho indicou que FHC tinha 40% da preferência do eleitorado e Lula 28%. Dali em diante, o candidato tucano foi até 49%, enquanto Lula ficou entre 25% e 26%.⁹⁹

As pesquisas e avaliações da coordenação de campanha de FHC registraram que a mudança nas intenções de voto do eleitorado foi resultado de um conjunto de fatores negativos para a imagem do governo. Desde a seca que afetava o Nordeste, ao incêndio em grande proporção nas savanas em Roraima, às invasões incontroláveis do Movimento dos Sem Terra (MST), o aumento nos preços dos produtos da cesta básica, até as declarações desastradas de FHC, como a de que os aposentados eram ‘vagabundos’.¹⁰⁰ Como analisaria Marcos Coimbra, diretor do

⁹⁸ Idem.

⁹⁹ Para os resultados das pesquisas, www.folha.uol.com.br/folha/datafolha; Veja, 24/06/1998, edição 1.552, p. 44 – 46; Veja, 01/07/1998, edição 1.553, p. 44 - 46.

¹⁰⁰ Em maio, FHC chamou de vagabundos as pessoas que utilizavam os vários artifícios existentes na legislação para se aposentar mais cedo. Todo o resto da campanha teve de tentar se explicar. Uma cartilha editada pelo PSDB para contestar várias questões levantadas pela oposição diz que “no calor de um discurso o presidente se referiu depreciativamente a essas pessoas. O presidente exagerou, mas ele é gente, é uma pessoa de carne e osso, que se emociona”.

Instituto Vox Populi, o conjunto de circunstâncias desfavoráveis levou grande parte dos eleitores a colocar em *dúvida o candidato e o governo dele, por não estar sendo capaz de dar respostas emergenciais*. Ao usar a palavra vagabundo para se referir aos aposentados, FHC *passou a sensação de indiferença em relação à sorte das pessoas comuns*.¹⁰¹ Lembre-se que a Copa do Mundo, no mês de junho, ganhou o destaque no noticiário e, quando terminou, já era outra a agenda de discussão da sociedade, que tinha esquecido em grande parte os problemas que atrapalharam a candidatura FHC.

Durante a reeleição, aliás, a coordenação de campanha de FHC contratou uma equipe de comunicação – Luís Joca Consultoria Comunicação - encarregada de fazer um *clipping* diário, ainda de madrugada, com os principais jornais de todos os estados e apenas com as notícias negativas ou desfavoráveis a FHC e sua campanha. Em seguida, eram produzidas notícias, realizadas entrevistas com políticos ligados à campanha ou integrantes do governo, para justificar ou explicar os questionamentos que saíam nos jornais. O material era distribuído para veículos de comunicação de todo o país.

Ao final da campanha eleitoral, Fernando Henrique conseguiu “fazer colar no público” a idéia de que era o mais preparado para ocupar a presidência, disse a **Folha**, ao fazer um balanço das eleições, com base em opinião de Mauro Francisco Paulino, diretor de pesquisa do Datafolha, e Orjan Olsen, do Instituto Mori. Marcos Coimbra, do Vox Populi, diria que foi a *escolha do indivíduo mais bem preparado* para administrar o modelo econômico que estava em vigor e a *oposição não teve a ousadia ou capacidade de lançar a discussão sobre outro modelo*. Como observou Olsen, *a sociedade atribui aos candidatos certos atributos que são difíceis de modificar depois. FHC conseguiu vender a idéia de que era o mais preparado para o cargo*.¹⁰²

Também no final, o coordenador do programa da campanha de FHC, Carlos Pacheco, admitiu que muitos eleitores eram críticos em relação a certos aspectos do governo, mas votariam em FHC por seus méritos, maiores que os dos outros. A coordenação da campanha admitiu que uma das estratégias foi tentar deixar de lado a discussão sobre a crise financeira internacional que atingia vários países, de difícil entendimento para a maior parte da população, e mesmo as dificuldades internas, perceptíveis pelos baixos níveis de crescimento. A ênfase do discurso da campanha foi a estabilidade obtida pelo Real a partir de 1994 e a importância de sua continuidade.¹⁰³

Patinando nas pesquisas de opinião na reta final da campanha, Lula disse que aceitaria a proposta do governo de aumentar impostos para enfrentar a crise econômica, desde que

¹⁰¹ Folha de S.Paulo, 04/10/1998, Especial Eleições, p. 4.

¹⁰² Folha de S.Paulo, 04/10/1998, Especial Eleições, p. 4.

¹⁰³ Idem

atingisse os ricos. Em um gesto político desesperado, desafiou FHC a apoiar o projeto que apresentou quando ainda era senador, para cobrar impostos sobre grandes fortunas. Se eleito, Lula pretendia elevar os impostos dos ricos, *para socializar os bens com os pobres*. Acusou FHC de ter preparado um novo pacote econômico que seria apresentado ao país já no dia 4 de outubro e que transferiria para as camadas mais pobres a responsabilidade sobre a crise que o próprio governo havia criado. A sua proposta, disse Lula, aumentaria *os impostos para as grandes fortunas, para os ricos*, e diminuiria para *quem recebe salários, pequenas e médias empresas*.¹⁰⁴

A campanha ainda corria, mas FHC aproveitou uma solenidade da qual participou em homenagem aos funcionários públicos no Itamaraty para indicar os novos rumos de sua administração. Conclamou os governadores, prefeitos e os poderes Legislativo e Judiciário para uma cruzada a fim de cortar despesas e transformar ajuste fiscal em um projeto nacional, de todos. Disse que os governos gastam mais do que arrecadam por vários motivos, em alguns casos, porque *são maus governos e administram o seu dinheiro de forma irresponsável*. Defendeu a aprovação rápida da reforma da previdência (em tramitação) e dos projetos de regulamentação da reforma administrativa e de mudanças na legislação trabalhista, que seriam encaminhadas ainda em novembro ao Congresso. Argumentou: *O ajuste tem que ser um projeto nacional. A opção é simples. Fazer logo o ajuste, enfrentando de uma vez as opções e sacrifícios necessários e voltar a crescer nos níveis adequados o mais cedo possível*.¹⁰⁵

Destacou que a crise externa não derrotaria o Brasil e que o esforço de contenção de gastos era para *proteger o Real, defender o poder de compra dos assalariados, baixar os juros e retomar o crescimento*. O corte de gastos seria feito com negociação e transparência, sem surpresas, como ocorreu desde o início do Plano Real, e com o compromisso de que aqueles que *produzem e os setores menos favorecidos da população não poderiam ser punidos* com a inflação ou com o custo do ajuste. E o presidente deu mais um recado: se não houvesse a redução de despesas na velocidade e no volume necessários, talvez o governo fosse levado a uma *discussão aberta sobre o aumento de impostos*.¹⁰⁶

O discurso de FHC repercutiu no mesmo dia. O **Globo** publicou matéria procedente de Washington (EUA) dizendo que, em um gesto raro, o Banco Mundial (Bird) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) divulgaram notas afirmando que, em apoio à promessa brasileira de aprofundar a reforma fiscal, as duas instituições estariam dispostas a conceder ao país *o suporte financeiro* de que necessitasse. O secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Robert Rubin, afirmou, em outro comunicado, que ficou animado com o fato de o

¹⁰⁴ O Globo, 23/09/1998, O País, p. 4.

¹⁰⁵ O Globo, 24/09/1998, O País, p. 3.

¹⁰⁶ Idem.

governo brasileiro acelerar o trabalho para um forte plano fiscal e com a indicação do Congresso do Nacional em apoiá-lo. *A prosperidade e estabilidade financeira do Brasil é extremamente importante para os Estados Unidos e as Américas*, disse Rubin. O diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional, Michel Camdessus, divulgou declaração em que diz se sentir *bastante encorajado pelo discurso do presidente Cardoso* e que o FMI não economizaria esforços para chegar a um entendimento com as autoridades brasileiras, inclusive, disposto a *fornecer o financiamento apropriado para apoiar um sólido e confiável programa brasileiro*. Em seu comunicado, o Bird disse que saudava *vigorosamente as declarações de longo alcance do presidente Cardoso* sobre a proposta de ajuste fiscal, que se basearia na *redução de gastos e no apoio do Congresso às reformas estruturais*.¹⁰⁷

No Brasil, o discurso do presidente dividiu economistas. José Guilherme Reis, coordenador de Política Econômica da Confederação Nacional da Indústria, por exemplo, elogiou a proposta de ajuste. Mas outros profissionais, como Lauro Faria, da Fundação Getúlio Vargas, e Luiz Carlos Prado, presidente do Conselho Federal dos Economistas, apontaram falta de objetividade na fala presidencial. *O país escreveu inúmeras cartas de intenção. O presidente não explicou, por exemplo, de que forma se dará o aumento da base de contribuintes*, disse Lauro Faria.¹⁰⁸

O economista-chefe para a América Latina do banco Goldman Sachs, Paulo Leme, disse que a reforma fiscal prometida pelo governo era *o remédio menos amargo* para o país e, se cumprida integralmente, poderia assegurar um superávit primário consolidado de 3% do PIB em 1999. Menos otimista se mostrou o representante da agência classificadora de risco dos Estados Unidos Standard & Poor's, para quem as medidas adotadas até aquele momento para combater a crise eram insuficientes a curto prazo e que apenas a ajuda financeira externa não seria capaz de acalmar os investidores, que esperavam, objetivamente, o saneamento das finanças públicas. O recado foi dado pelo próprio presidente da agência, Leo c. O'Neill, que estava em São Paulo para inaugurar o seu primeiro escritório no Brasil.¹⁰⁹

O candidato Lula da Silva interpretou o discurso de FHC como uma anestesia, a fim de preparar o país para um pacote econômico mais abrangente depois da eleição. Ele disse que os brasileiros poderiam reclamar de um *estelionato eleitoral*, pois o governo escondia as medidas que seriam adotadas para conter a evasão de divisas. Lula acreditava também que estava fechado um acordo com o FMI, com cortes em áreas sociais, privatização da previdência social e demissão de funcionários públicos, entre outros ajustes. As medidas atingiriam

¹⁰⁷ O Globo, 24/09/1998, O País, p. 4.

¹⁰⁸ Idem.

¹⁰⁹ O Globo, 24/09, Economia, p. 23.

principalmente os assalariados e a classe média, com o aumento de imposto. E reiterou: *Não o é possível que governo não taxe os ricos pelo menos uma vez*.¹¹⁰

“Começa segundo governo de FHC”, afirmou em manchete o **Correio Braziliense**, ao analisar o discurso de FHC no dia anterior no Itamaraty. Diz que “o presidente atropelou o calendário e, na prática, tomou posse”. Confirmou Pedro Malan no Ministério da Fazenda no segundo mandato, deixou claro que não mudaria a política econômica, descartou a desvalorização e centralização do câmbio. “Foi um discurso para os investidores e para governadores e prefeitos”. O jornal diz também que “raras vezes algum governante terá falado com tamanha franqueza sobre a necessidade de reduzir o déficit público como fez o presidente”. Pareceu claro que, como favorito, decidiu “falar antes das eleições para evitar futuras acusações de estelionato eleitoral”.¹¹¹

A fala presidencial também foi saudada em editoriais dos jornais. O **Estado** disse que, com seu discurso, FHC assumiu, “com algum atraso, o comando político do programa de combate à crise que está abalando a economia brasileira”. Argumenta que o presidente “parecia ter-se licenciado do cargo para se empenhar apenas na campanha eleitoral. O país que ele apresentava em seus discursos nada tinha a ver com a dramática realidade vivida pelo Brasil desde que o país caiu no olho do furacão da crise”. Mas, no Itamaraty, “o presidente e o candidato se tornaram uma só pessoa”, e FHC apresentou seu “verdadeiro programa de governo” para os meses restantes do primeiro mandato e os quatro anos seguintes. O jornal citou a necessidade de “sacrifícios imediatos” para “debelar a crise e voltar a crescer”, o que implicaria um “rigoroso ajuste fiscal” nos governos federal, estaduais e municipais, além do compromisso do Congresso com reformas para eliminar as “causas estruturais do déficit público”.¹¹² Acrescentou o jornal:

“As reformas propostas pelo presidente são amplas e profundas não apenas porque essa é a condição para que o Brasil possa contar com a ajuda externa para superar a crise, mas porque essa é a condição para se atingirem níveis de crescimento econômico compatíveis com nossas lancinantes demandas sociais. A pré-condição para a eliminação dos fatores estruturais da crise fiscal, no entanto, é o apoio dos congressistas – dos atuais e dos que serão eleitos dentro de mais alguns dias – para a aprovação das reformas. As propostas do presidente da República viam à salvação da economia nacional e, portanto, têm caráter suprapartidário”.¹¹³

Para o **Globo**, o discurso de FHC no Itamaraty foi, na verdade, “um mapa de obstáculos e caminhos”. Pelo fato de não “minimizar os riscos, nem negar os sacrifícios pela frente”, deveria ser reconhecido “como pronunciamento corajoso para um candidato, a menos de duas

¹¹⁰ Folha de S. Paulo, 24/09/1998, Especial Eleições, p. 3.

¹¹¹ Correio Braziliense, 24/09/1998, primeira página, Brasil, p. 6, e Correio Econômico, p. 8.

¹¹² O Estado de S. Paulo, 24/09/2005, Notas e Informações, p. A 3, “O desafio do equilíbrio fiscal”.

¹¹³ Idem.

semanas da votação”. E, ao apontar soluções que o “bom senso define como inevitáveis”, FHC merecia o apoio que pediu às outras áreas do poder público e à sociedade.¹¹⁴

Com a ressalva de que faltavam apenas 10 dias para as eleições, a **Folha** reconheceu que “o presidente teve a coragem de reconhecer, diante do país, que não é mais possível adiar um doloroso acerto de contas nacional. Não se trata apenas de enfrentar ameaças externas, mas de assumir a responsabilidade por erros históricos, de corrigi-los já, com a consciência de que a tarefa exigirá grande sacrifício”. Para o jornal, FHC fez um diagnóstico preciso, que colocou o “país a par de uma realidade gravíssima” e sinalizou um esforço para “conter a maré de descrédito que cobre o Brasil”. Mas o discurso deixou também claro que “os futuros governantes herdarão o legado da tolerância pouco responsável no trato das contas públicas e que tal conta será paga com dor pelo cidadão”. A política de elevadas taxas de juros e do câmbio desvalorizado, que deveriam ter sido uma “estratégia provisória; tornou-se permanente, mas insustentável”, especialmente quando os recursos externos sumiram, na esteira da crise internacional que ameaçava o planeta, colocando o país “diante do risco de não ter como pagar compromissos externos ou internos”. Conclui a **Folha**:

“É essa a natureza da gravíssima crise com a qual o Brasil defronta, a qual o presidente deixou parcialmente de lado em seu pronunciamento e que não enfrentou ao longo de seus quatro anos de mandato. É ela que levará o país a uma terrível recessão, a qual colocará em risco as conquistas sociais do período sem inflação. Mas tal sacrifício será em vão, se não se proceder a uma reforma das reformas econômicas pelas quais passava o país. Sem restaurar a capacidade produtiva e de competição da economia brasileira no exterior, tarefa que o governo descuroou, a ameaça à ordem econômica nacional e o sofrimento da população serão duradouros”.¹¹⁵

No último dia de setembro, Lula da Silva disse que, se eleito, ao tomar posse adotaria oito medidas emergenciais para diferenciar o seu governo do de FHC. Já no dia primeiro de janeiro de 1999, mandaria o Banco Central estabelecer o controle temporário do câmbio, a fim de evitar a fuga de capitais e, assim, reduzir os juros e o déficit público. Por meio de projeto de lei urgente, aumentaria o salário mínimo, a partir do mês de maio, de forma a dobrar o seu poder aquisitivo até o final de 2002. O governo de Lula também queria o dinheiro externo, mas *não mandaria um ministro para pedir benção de joelhos ao FMI*, como estava fazendo Pedro Malan. No hipotético governo, seria também implantado de saída o Programa Nacional de Emprego, para criar, em caráter emergencial, um milhão de vagas em frentes de trabalho em centros urbanos e rurais e mais 1,5 milhão de novos postos, em programas especiais de geração de empregos para jovens.¹¹⁶

¹¹⁴ O Globo, 24/09/1998, Opinião - p. 6, “Saídas brasileiras”.

¹¹⁵ Folha de S.Paulo, 24/09/1998, Opinião, p. 1 – 2, “Tempo esgotado”.

¹¹⁶ O Globo, 01/10/1998, O País, p. 3.

Mesmo antes dessas últimas declarações de Lula, os jornais publicavam editoriais com críticas às suas opiniões, elogiando, em contrapartida, as de FHC. O **Estado** ressaltou que o candidato petista procurava mostrar que os efeitos da crise não foram evitados no Brasil, por culpa da incompetência do governo FHC, o que exigia uma resposta do outro candidato. Ele poderia demonstrar que Lula distorcia a verdade, pois no Brasil, assim como nos países asiáticos ou na Rússia, os governos pouco podiam fazer para “atenuar as repercussões da crise” que começavam a “atingir até as economias dos países mais ricos do mundo – a começar pelos Estados Unidos”.¹¹⁷

Além disso, disse o jornal, o FHC não teria a “menor dificuldade de demonstrar para qualquer eleitor medianamente inteligente” que a vulnerabilidade da economia brasileira resultava quase exclusivamente da atuação dos partidos de oposição, o PT à frente, no Congresso Nacional. É por isso que o candidato FHC podia julgar correta a tática do silêncio sobre a crise, mas o presidente da República não tinha o “direito de permanecer calado, atribuindo apenas a seus ministros a tarefa de tranquilizar uma nação” cujos agentes econômicos e financeiros ameaçavam “entrar em pânico um dia sim, outro também”. Era preciso que FHC fosse “menos candidato e mais presidente”.¹¹⁸

Em princípio de setembro, a **Folha** considerava “nulas as chances” de que a economia brasileira pudesse evitar uma recessão nos meses seguintes. A discussão era apenas sobre a sua intensidade, que dependeria, acima de tudo, do que acontecesse nos mercados internacionais. O jornal lembra que as “fontes externas de financiamento secaram para o Brasil”, mas as contas públicas continuavam “fortemente desequilibradas”, o que evidenciava a necessidade de “cortar gastos públicos ou elevar a arrecadação de impostos”.¹¹⁹

A poucos dias da eleição, a **Folha** destacou que, por uma “triste ironia”, FHC foi eleito quatro anos antes “por ter sido identificado como o grande responsável pela derrota da inflação”, mas começaria um segundo mandato “sob a égide do fantasma inverso, o da deflação” (variação ação negativa dos preços). O trágico, disse o jornal, foi que, ao conter a inflação, o governo, ao lado de um Congresso majoritariamente governista, não ajustou os “desequilíbrios da economia menos evidentes para o grande público” e que estavam aparecendo naquele momento. Consertá-los exigiria “muito mais sacrifício”, sobretudo, em um “cenário internacional crítico”. Mas era a perspectiva que se abria para o segundo mandato de Fernando Henrique.¹²⁰

No final de setembro, em última e desesperada tentativa de reverter o quadro eleitoral, os candidatos Lula da Silva e Ciro Gomes divulgaram documento em que falam que o Brasil

¹¹⁷ O Estado de S. Paulo, 5/09/1998, Notas e Informações, p. 3 A, “Menos candidato e mais presidente”.

¹¹⁸ Idem.

¹¹⁹ Folha de S. Paulo, 06/09/1998, Opinião, p. 1 – 2, “Recessão ou recessão”.

¹²⁰ Folha de S. Paulo, 28/09/1998, Opinião, p. 1 - 2, “Da inflação à recessão”.

estava ameaçado de uma grave crise de legitimidade, a não ser que a eleição presidencial tivesse um segundo turno, precedido de um amplo debate sobre a crise econômica e as alternativas para enfrentá-la. Ao comentar o assunto, em editorial, o **Estado** criticou os dois candidatos, que “deveriam saber quem detém, em exclusividade, a competência para levar ou não a eleição para um segundo turno”. Quem, em outras palavras, era “a fonte do poder”. Na verdade, eles deveriam “saber que só existe crise de legitimidade quando o povo é destituído de sua soberania, do poder político originário”, o que não era o caso naquele momento.¹²¹ O assunto ocupou pouco espaço no noticiário e morreu em seguida.

Resolvida a eleição, o PT passou a procurar um responsável pela derrota. Queria uma CPI para investigar o que considerava manipulação da vontade do eleitor por institutos de pesquisa, com a conivência da mídia. O argumento era que os resultados de algumas eleições foram diferentes daqueles apontados nas últimas pesquisas de intenções de votos, a exemplo do Distrito Federal, onde Cristóvam Buarque passou para o segundo turno. O presidente do partido, José Dirceu, disse que *Lula estaria já no segundo turno não fosse a parcialidade da mídia, o uso da máquina administrativa, as pesquisas manipuladas e a falta de debate*. A Frente Muda Brasil divulgou nota denunciando os institutos de opinião que, *associados aos interesses dos candidatos situacionistas, e em acordo com os meios de comunicação de massa, manipularam as sondagens para induzir votos*. Mas o próprio documento reconhece que a eleição foi legítima, porque *a fraude contra a República não se consumou plenamente*. Precisaria, no entanto, *ser denunciada*, de forma a manter a sociedade *mobilizada para fiscalizar até o último voto*, no segundo turno das eleições para governadores que se realizariam em seguida.¹²²

Pouco antes da eleição presidencial, um editorial do **JB** é um exemplo significativo do que foi o apoio dos principais veículos de comunicação brasileiros à candidatura de FHC. Começa com o título – “O homem certo”. O jornal afirma que o crescimento do presidente nas pesquisas de opinião,

“a despeito do anúncio de medidas duras para dar sustentação ao real, revela que a nação o percebe como estadista à altura dos grandes desafios da história. O presidente pode ter cometido erros, demorado a agir nas reformas fiscal e política, mas o saldo desses quatro anos é amplamente positivo. Fernando Henrique deu rumo, estabilidade e respeitabilidade internacional ao Brasil. É o candidato que melhor reúne condições de governabilidade, como experiência, tino negociador, ausência de preconceitos ideológicos e trânsito fácil no meio intelectual nacional e internacional. É ele o mais equipado para lançar as bases de uma retomada de novo ciclo de crescimento, respeitados os compromissos com a democracia política, a economia de mercado e a justiça social”.¹²³

¹²¹ O Estado de S. Paulo, 30/09/1998, Notas e Informações, p. A – 3, “A ilegitimidade do primeiro turno”.

¹²² Jornal do Brasil, 06/10/1998, Política, p. 7.

¹²³ Jornal do Brasil, 29/09/1998, Opinião, p. 8, “O homem certo”.

Em sua gestão, o Brasil foi elevado a novo patamar internacional, e FHC era “reconhecidamente um dos líderes políticos do mundo emergente mais respeitados pelas grandes nações democráticas”. A sua “paciência e habilidade fortaleceram a aliança histórica com a Argentina” e ajudaram a tornar o Mercosul a comunidade que mais crescia no mundo naquele momento, um processo que poderia, no futuro, englobar toda a América do Sul.¹²⁴

Para o jornal, a abertura comercial garantiu uma “modernização inédita” do parque industrial e “pela primeira vez em muito tempo os campos estratégicos da educação e da saúde começaram a ter suas mazelas atacadas com decisão e firmeza”. Enquanto isso, “em contraste com esses ganhos obtidos pelo ciclo virtuoso de uma administração competente, a oposição de esquerda parece parada no tempo, sem qualquer proposta consistente ou alternativa a um modelo bem-sucedido. A mentalidade corporativa chegou ao ponto de recusar a flexibilização da legislação social, defendida pelo governo, como maneira correta de lutar contra o desemprego”. O fato, segundo o jornal, foi que a polarização entre FHC e Lula “acentuou cruelmente o dogmatismo e a incompreensão dos problemas do mundo moderno do principal opositor do presidente”.¹²⁵

Um dia antes da eleição, o **JB** voltaria a atacar Lula e seus aliados ao fazer um balanço da situação política do país. “O encerramento da campanha deixou no campo da batalha eleitoral o corpo sem vida da esquerda dirigista, estatizante e protecionista. Morreu de maneira inglória a velha esquerda sectária, sem compromisso claro com a democracia política e a moderna economia de mercado. Essas eleições soaram o dobre de finados para ideologias concebidas há 50 anos, ancoradas em raízes sindicais e corporativas, que tentaram em vão, por intermédio de contorcionismos, contentar uma militância tão diversa como antagônica entre si”. Já Fernando Henrique, um homem com “raízes social-democratas, conseguiu atrair habilmente a direita para o centro, em nome da estabilidade e da governabilidade”, levando a nação a entender “perfeitamente o seu deslocamento estratégico e a função estabilizadora da coalizão ampla que ele consolidou”.¹²⁶

Contrariamente, Lula da Silva “não conseguiu domesticar seus radicais”, mas sentiu que não dava para bater de frente na estabilidade da economia. Concentrou então “suas críticas no desemprego, mas não convenceu o eleitorado de que FH era o seu principal responsável, nem de que a oposição não torcia secretamente pelo pior”. E, para manter o apoio de sindicatos e da burocracia estatal, “passou a tratar o funcionalismo público como se fosse vanguarda histórica e verberou as reformas administrativa e previdenciária, os contratos temporários, a redução da jornada de trabalho e das horas extras”. A verdade é que Lula e o PT “não perceberam que o

¹²⁴ Idem.

¹²⁵ Idem.

¹²⁶ Jornal do Brasil, 03/10/1998, Opinião, p. 8, “Lições da batalha”.

Brasil mudou, que a nação valoriza a estabilidade econômica e repudia os sofismas corporativistas”.¹²⁷

Fechadas as urnas, o **Estado** lembrou que o Real elegeu e reelegeu FHC. Mas, se em 94 os eleitores escolheram um candidato quase desconhecido, no embalo da “euforia pela derrubada da inflação”, em 98 o que se viu foi uma “manifestação de pura racionalidade”. No processo de votação, prevaleceu a “avaliação desapaixonada das alternativas – e dos riscos – em jogo”. A maioria reelegeu FHC partir de

“uma óptica realista, porque aumentou o seu nível e informação e mudaram as suas expectativas. O eleitor comum decerto continua a anos-luz de distância dos meandros das finanças públicas e dos arcanos da conjuntura internacional. Mas aprendeu o suficiente para votar com a cabeça. Descobriu que o Real e o real, o plano e a moeda, são vulneráveis às turbulências do exterior. Ficou ciente de que a insustentável diferença entre o que o governo gasta (ou, não raro, desperdiça) e arrecada é o motivo principal dessa vulnerabilidade. E sabe que alto será o preço a pagar pela correção duradoura de rumos. Se outros motivos não houvesse, somente pela franqueza com que se dirigiu ao país, pouco mais de uma semana antes do pleito para explicar a crise e avisar que tomará duras medidas a fim de salvaguardar a economia – uma raridade eleitoral em qualquer latitude – Fernando Henrique Cardoso fez por merecer o lúcido voto de confiança ontem recebido”.¹²⁸

A reeleição de FHC “confere-lhe mandato claro, assegura-lhe autoridade necessária para implementar o duro programa de ajuste econômico esboçado antes da vitória”, embora não signifique “um cheque em branco” do eleitor, advertiu o **JB**. Com a vitória, o presidente recebeu um voto de “confiança para acelerar no segundo mandato consecutivo o programa de governo que não se completou no primeiro”. Com isso o “eleitor disse claramente que aceita remédios amargos, se indispensáveis”, mas também espera do governo ação, e rapidamente, de forma a garantir a “estabilidade da moeda e o processo de modernização da economia”.¹²⁹

A análise da **Folha** foi que a vitória de FHC refletiu “os efeitos sociais da estabilização” e evidenciou a confiança de que ele “seria o melhor nome para mantê-los, apesar da crise”. Ressalta o jornal que o presidente, que saiu revigorado da eleição, dificilmente teria a “margem de manobra e o tempo de que dispôs no primeiro mandato” para resolver os graves problemas do país, mesmo porque o consenso em torno do Real tendia “a se enfraquecer ou mesmo a se romper” conforme a evolução do segundo governo. O “espectro da sucessão” de 2002 deveria “influenciar progressivamente o comportamento de lideranças e partidos”, e, na área econômica, FHC pagaria “sua parte do custo de ter demonstrado pouca energia tanto na condução das reformas como na correção do rumo do Real”. O jornal lembrou que a composição partidária no Congresso continuaria favorável a FHC, mas o “peso dos partidos não é nem de longe bastante para barrar as negociações de balcão, o corpo-a-corpo que

¹²⁷ Idem.

¹²⁸ O Estado de S. Paulo, 05/10/1998, Notas e Informações, p. A 3, “Um voto racional, um claro mandato”.

¹²⁹ Jornal do Brasil, 06/10/1998, Opinião, p. 10, “Marca de confiança”.

dominou e emperrou as mudanças constitucionais” nos anos anteriores. Seria difícil, naquele momento, prever a qualidade e o nível dos novos parlamentares, que assumiriam em 1999, mas, conhecendo-se o histórico do Legislativo, seria “preciso grande empenho do governo para fazer aprovar as reformas”.¹³⁰

Para o **Globo**, a missão do novo governo seria “eliminar o déficit público, principal fator de vulnerabilidade da economia brasileira e obstáculo ao crescimento do país”. E nesse aspecto, eram fundamentais as reformas que mudariam o “próprio perfil do estado, libertando-o de vícios históricos, estruturas obsoletas e conceitos envelhecidos”. Tratava-se da necessidade de transformar o Estado brasileiro no que ainda não era, “um aliado da prosperidade nacional”. O jornal chama à maioria governista no Congresso a responsabilidade pelas reformas, mesmo porque, a partir daquele momento, a coligação vitoriosa havia-se formado já na campanha, e não apenas depois da vitória de FHC, como ocorreu em 1994.¹³¹

Já reeleito, FHC fez um pronunciamento em que pediu paciência e tempo aos credores externos, à classe política e à população para adotar as medidas capazes de colocar a situação do país nos eixos. Ele anunciou, entre as futuras medidas, a criação do que seria um Ministério da Produção, responsável pela coordenação de políticas setoriais e promoção de investimentos, tendo como apoio a estrutura do BNDES. O chamado grampo do BNDES desmontou o ministério antes mesmo de ser criado.

Em editorial, depois do pronunciamento presidencial, a **Folha** disse que havia “possivelmente razões objetivas para a espera” solicitada por FHC, já que os principais estados brasileiros, em termos político e econômico, esperavam a votação do segundo turno das eleições para governadores, no final de outubro. E, como o programa de ajuste fiscal proposto pelo governo dependia do apoio de governos estaduais, FHC “preferiu ganhar algum tempo”. O andamento das negociações com o Fundo Monetário Internacional e governos estrangeiros naquele momento também seria outra razão para se esperar um pouco pelas medidas. A **Folha** criticou o anúncio do Ministério da Produção, com o argumento de que a proposta parecia “incidir na velha mania de achar que a criação de órgãos, como comissões e ministérios, facilita a coordenação de políticas”. O que faltavam, disse, eram “diretrizes mais claras”.¹³²

Ao final de outubro, a **Folha** voltaria a criticar o governo, que insistia na idéia do ajuste fiscal, mas não dizia uma palavra sobre a recessão iminente, apesar de a sociedade, a começar pelos empresários, já ter consciência de que o Brasil sofreria uma “forte retração” no ano seguinte, “muito mais severa” que as de 95 ou 97. Naquela época, o governo tinha empresas estatais atrativas ao capital externo para privatizar e uma situação econômica mundial

¹³⁰ Folha de S.Paulo, 05/10/1998, Opinião, p. 1-2, “O segundo mandato”.

¹³¹ O Globo, 07/10/1998, Opinião, primeira página, “O mandato do povo”.

¹³² Folha de S.Paulo, 08/10/1998, Opinião, p. 1-2, “FHC e as expectativas”.

favorável. Mas, “num ambiente internacional de aversão aos riscos dos mercados emergentes”, atrair investimentos era mais difícil. Além disso, nesse contexto, sustentar o câmbio e evitar a fuga de capitais exigiria juros mais elevados, gerando uma recessão ainda maior. Era o dilema do Brasil.¹³³ Ainda em outubro, veio um novo pacote de medidas para acalmar a economia. Como mostrou depois a crise cambial na primeira semana do novo mandato de FHC, não foram suficientes.

O arrocho que veio depois do voto

Fernando Henrique Cardoso foi reeleito em 4 de outubro de 1998 carregando nas costas uma inflação negativa de 0,5% do Índice de Preços ao Consumidor do mês anterior, medido pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas(Fipe), da Universidade de São Paulo. O resultado mostrava que a política de combate à inflação, iniciada com o Plano Real em 1994, dera certo, mas apontavam também para um caminho indesejável: o da recessão.

Em 1994, o Produto Interno Bruto, embalado pelo sucesso do Plano Real, havia crescido 5,9%, o melhor resultado de toda a década de 90. Em 98, em meio à disputa eleitoral, a previsão do governo era que o PIB alcançaria entre 1,3% e 1,5%, um crescimento que o próprio candidato FHC havia considerado ‘insuficiente’ em seus discursos, mas que não impediu a reeleição. Ao final do ano, o resultado foi praticamente nulo, 0,1%.

Três dias depois das eleições do segundo turno para governadores (25 de outubro), o governo divulgou o novo programa de ajuste que vinha sendo anunciado por FHC para tentar conter a crise econômica. Chamado de Programa de Estabilidade Fiscal previa um ganho de R\$ 28 bilhões em 1999: R\$ 8,7 bilhões com cortes no orçamento da União, R\$ 13,26 bilhões em novas receitas, R\$ 3,53 bilhões com a reforma da Previdência e outras reformas, além de R\$ 2,55 bilhões com a elevação da contribuição previdenciária dos servidores. A carga tributária nacional passaria de 30% para 31,5% do Produto Interno Bruto, segundo previsão do governo.

134

No noite do dia 27, foi transmitido, em cadeia nacional de rádio e televisão, um pronunciamento de seis minutos que o presidente FHC gravou na biblioteca do Palácio da Alvorada, em que procurou tranquilizar a população sobre as medidas a serem anunciadas no dia seguinte pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan. O presidente assegurou que não haveria impostos para prejudicar a população mais pobre e que a agricultura, as exportações e os bens

¹³³ Folha de S.Paulo, 22/10/1998, Opinião, p.1 -2, “Recessão, remédio e veneno”.

¹³⁴ As informações sobre o programa econômico, o pronunciamento de FHC e as repercussões estão no Globo, 29/10/1998, Economia p. 24 – 41.

de capital seriam os menos afetados. Da mesma forma, seria preservado tudo que fosse essencial nas áreas de saúde, educação e assistência social.

A expectativa era que o pronunciamento de FHC sensibilizasse a sociedade sobre a necessidade de sacrifício, para manter a estabilidade do Plano Real. Utilizando-se de um quadro, o presidente mostrou de onde vinha e como se pretendia combater o déficit fiscal, apontando a previdência social dos servidores públicos como o principal problema. Naquele momento, tinha um déficit de R\$ 18 bilhões por ano, por conta de apenas 905 mil pessoas, enquanto a previdência do setor privado tinha 18 milhões de beneficiários e um déficit de R\$ 7,8 bilhões. Anunciou também a proposta da Lei de Responsabilidade Fiscal, para controlar os orçamentos públicos: *Queremos assegurar que a União, os estados e os municípios vivam dentro dos seus limites.*¹³⁵

Entre as medidas previstas no programa fiscal, estavam a elevação da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, de 0,20% para 0,38%, e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), incidente sobre o faturamento das empresas, de 2% para 3%. O orçamento da União de 1999 sofreria um corte de R\$ 8,0 bilhões, dos quais, R\$ 1,5 bilhão na Saúde. As empresas estatais perderiam R\$ 2,7 bilhões nos três anos seguintes, aposentados e pensionistas passariam a contribuir para a previdência, enquanto os novos servidores públicos passariam a ser regidos pela CLT, perdendo, assim, o direito à aposentadoria integral.

A principal novidade na proposta era a criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que seria cobrado sobre todas as transações econômicas, substituindo as contribuições sociais, como o PIS e Cofins, e os impostos sobre produtos industrializados (IPI, federal), sobre circulação de mercadorias (ICM, estadual) e sobre serviços (ISS, municipal). As receitas seriam repartidas de uma forma a ser discutida, entre a União, estados e municípios. Até hoje não saiu do papel.

Com os aumentos de impostos, a carga tributária do país passaria para 33,46% do PIB, um recorde histórico, de acordo com previsão do consultor Antonino Marmo Trevisan, que estimava também uma queda de 1% no PIB de 99. Se confirmada a previsão, o Brasil ultrapassaria os Estados Unidos, que tinham uma carga tributária de 32% do PIB, bem maior do que da Argentina (15%) ou do Chile (11%). O presidente da Fiesp, Horácio Lafer Piva, disse que os industriais dariam o aval às medidas governamentais, embora discordando do aumento dos tributos. *Vamos ajudar no que for possível, inclusive usando nosso poder de pressão junto ao Congresso, mas queremos ver a taxa de juros caindo rapidamente.*

¹³⁵ O Globo, 28/10/1998, O País, p. 3.

O programa fiscal deveria aprofundar a deflação, segundo o economista Heron do Carmo, da Fipe. O próprio governo previa uma queda de 1% no PIB de 99, com melhoria apenas em 2000, quando o produto voltaria a crescer 3%. O FMI estimava uma queda de 2% no PIB, enquanto as avaliações do mercado financeiro iam de 0,4%, para a corretora Merrill Lynch, até 3%, para o Chase Manhattan Bank. A projeção do governo era que as taxas de juros cairiam para a média de 21,89% ao longo de 99, 16,88% em 2000 e 13,37% em 2001.

O **Globo** lembrou que em novembro de 97 o governo queria adotar uma serie de medidas para tentar reduzir a vulnerabilidade do Brasil, em função da crise financeira dos países asiáticos. Foram propostas nada menos que 51 medidas para cortar R\$ 20 bilhões nos gastos públicos, mas nem as medidas foram colocadas em prática nem os recursos foram economizados. Logo depois do anúncio das novas medidas, os próprios líderes dos partidos de apoio na Câmara avisaram a FHC que seria difícil aprovar todo o ajuste fiscal, especialmente as medidas mais impopulares, como contribuições para os aposentados e pensionistas. Como forma de facilitar a negociação, sugeriram alternativas, a exemplo da dedução no Imposto de Renda da parcela do aumento da CPMF. Como estava o pacote, era *praticamente impossível passar* nas votações, advertiu o líder do PMDB, deputado Geddel Vieira Lima (BA).

No dia do anúncio do programa econômico por FHC (27 de outubro), a Bolsa de Valores de São Paulo oscilou entre uma queda de 1,91% e alta de 3,92%, fechando a 0,62% de desvalorização. O saldo cambial teve saídas superando as entradas em US\$ 828 milhões, o pior resultado desde 14 de setembro, quando o país perdeu US\$ 902 milhões, durante a crise com a quebra da Rússia. Embora tenham recebido bem as medidas, segundo dirigentes do mercado financeiro, para recuperar a credibilidade do país, evitar a fuga de divisas e assegurar a volta dos investimentos externos, seria indispensável um acordo de ajuda financeira com os organismos internacionais, como o Fundo Monetário, além, evidentemente, de o Congresso aprovar as propostas.

Como disse o presidente do Banco CCF, Bernard Menciaer, era o dinheiro do FMI que tiraria *o medo e o pessimismo do mercado*. O presidente do Bank Boston, Geraldo Carbone, lembrou que o grande desafio seria transformar a economia fiscal prevista de R\$ 28 bilhões em realidade. Em Washington, porta-voz do FMI disse que as medidas anunciadas pelo governo representavam um *progresso importante na implementação do programa de estabilização e reformas do Brasil*, que teria o apoio do FMI e outros membros da comunidade internacional. O Brasil recebeu uma ajuda da ordem de US\$ 30 bilhões do Fundo.

Mais uma vez a mídia se dividiu em relação a uma proposta do governo. Em editorial, o **JB** lembrou que, depois que se elegeu em 94, FHC tinha maioria parlamentar e o apoio de governadores dos principais estados. “Estava, como se diz, com a faca e o queijo na mão”.

Aprovadas as reformas da ordem econômica (entre elas, a abertura dos monopólios estatais e o fim de restrições ao capital estrangeiro), as reformas política, previdenciária, administrativa e tributária

“esbarraram no tradicional desinteresse dos partidos políticos em abdicar das velhas práticas do empreguismo, da política do favor, dos interesses corporativos e dos grupos de pressão. Partidos governistas e a oposição se aliaram na submissão do interesse nacional aos interesses de sindicatos, corporações e servidores públicos. O presidente foi complacente e não se empenhou politicamente em ativar sua base parlamentar. (...) O presidente passou a se concentrar exclusivamente em mobilizar a emenda da reeleição – que muitos achavam prematura - deixando em segundo plano as modificações institucionais destinadas a desarmar a armadilha do câmbio sobrevalorizado e dos juros exorbitantes. E caiu na própria armadilha. Em sua, a pretexto de conquistar mais tempo para reformar o país, prolongou perigosamente uma vinculação irrealista do real a uma moeda forte, tornando-o, ao lado de um desmesurado déficit público, o alvo da ação de especuladores nacionais e internacionais.”¹³⁶

Disse o jornal que a “nação perplexa” se perguntava por que o ajuste fiscal, as reformas política, previdenciária e a administrativa não foram feitas no começo do governo, ao lado das reformas econômicas? E por que acreditaria naquele momento que “os velhos vícios empreguistas e fisiológicos dos políticos brasileiros” não se insurgiriam “mais uma vez em defesa dos privilégios, favorecimentos, protecionismos?” O **JB** argumentou a que, mais uma vez, Fernando Henrique praticamente não teria oposição de esquerda entre os governadores que assumiriam em janeiro de 1999, a exceção de Olívio Dutra, do PT do Rio Grande do Sul. Teria, assim, condições de negociar as reformas, mesmo porque a coligação partidária formada na reeleição era mais ampla do que a de 1994, inclusive com maioria para aprovar emendas constitucionais.¹³⁷

“Delongas e tergiversações” reduziram o primeiro mandato de FHC a “dois anos úteis”, o que o obrigava a desdobrar o segundo em seis, e essa era a dívida que ele precisaria “resgatar, com juros”, junto à população que o reelegera, mas “não lhe deu um cheque em branco”, disse o **JB**. O presidente renovou na campanha da reeleição seu compromisso com as reformas, “promessa é dívida de político”. Ele nada mais tinha a perder, a “não ser o seu lugar na história. Um lugar que o povo brasileiro espera que ele saiba ocupar”.¹³⁸

O **Estado** lamentou o “comportamento irrealista, para não dizer irresponsável”, de governadores de Estado, empresários, dirigentes sindicais, economistas e juristas que não compreendiam que era preciso aprovar rapidamente as medidas de austeridade na gestão do Estado previstas no programa fiscal. Porque a “precariedade da situação internacional e a profundidade dos desajustes financeiros e patrimoniais do setor público brasileiro” não

¹³⁶ Jornal do Brasil, 29/10/1998, Opinião, p. 10, “Lugar na história”.

¹³⁷ Idem.

¹³⁸ Idem.

permitted discutir o assunto “com vagar acadêmico até se chegar às hipotéticas soluções aceitáveis por todos”. O jornal argumentou que, no pronunciamento em que anunciou o programa, FHC perdeu a “grande oportunidade de conscientizar a sociedade e a classe política de que o país vive uma das crises mais graves das últimas décadas”, oportunidade que podia e deveria ser reconstruída, já que a “tarefa indelegável do presidente é a indispensável mobilização da vontade nacional em favor do programa para facilitar a sua rápida aprovação no Congresso”. FHC estava na “obrigação de explicar à imensa maioria dos brasileiros que não podem compreender o significado da claríssima aritmética de Pedro Malan o que acontecerá neste país se o ajuste fiscal não for rigorosamente executado”.¹³⁹

A **Folha** é mais direta em sua crítica a FHC e diz que “aparentemente nunca houve o necessário empenho governamental para enfrentar as resistências no Congresso, nos estados e municípios” contra as propostas de conter despesas. “Infelizmente, a estratégia oficial consiste novamente, na maior parte, em contornar esses obstáculos. A ênfase no ajuste emergencial recai sobre o aumento ou a criação de impostos e taxas. Ainda assim, as dificuldades de negociação desse *tributação* no Congresso não devem ser subestimadas, assim como os prováveis obstáculos judiciais”. Para o jornal, seria importante o governo apresentar um “cenário de três anos para o equilíbrio das contas públicas”, assim como prever “importantes mudanças institucionais” para tornar esse equilíbrio mais duradouro. O risco, porém, seria os parlamentares adiarem a aprovação do conjunto das medidas, restringindo o ajuste fiscal “a um conjunto de esforços insuficientes para reduzir o risco Brasil”.¹⁴⁰

A **Folha** voltou a tratar do assunto afirmando que o novo pacote “não suscitou nem ânimo nem frustração de monta”, pois era “disseminada a consciência da gravidade do momento”, para o qual não existia uma “receita milagrosa”. Lembrou que o Congresso receberia pressões de setores atingidos pelas medidas e talvez ficasse tentado a “ceder a populismo” ou reformar o programa, “tido como demasiadamente recessivo mesmo entre os partidos de coalizão no governo”. Mas ressaltou que a base governista majoritária não poderia “evitar o confronto com a realidade” e tinha de apoiar a “tentativa quase desesperada do governo de sustentar a política econômica e de amainar a fúria da crise”. Ou então, apresentar alternativas, o que parecia “fantasioso”. Disse o jornal que o conjunto de reações no Congresso e entre o empresariado indicava que o programa fiscal não tivera uma “receptividade favorável o bastante para facilitar sua tramitação mais rápida ou tranquilizar o mercado”, embora não houvesse alternativas imediatas à vista. A tensão, por isso mesmo, era “perigosa e forte”.¹⁴¹

¹³⁹ O Estado de S. Paulo, 30/10/1998, Notas e Informações, p. A – 3, “A tarefa indelegável do presidente”.

¹⁴⁰ Folha de S. Paulo, 29/10/1998, Opinião, p. 1 - 2, “Sacrifício, promessa e risco”.

¹⁴¹ Folha de S. Paulo, 30/10/1998, Opinião, p. 1 - 2, “Pacote e alta tensão”.

Depois do anúncio do programa, o ministro Pedro Malan foi ao Senado Federal, ao lado do presidente do Banco Central, Gustavo Franco, para explicar as medidas e voltou a garantir que política cambial seria mantida, sem possibilidade de uma desvalorização abrupta do real. Segundo o ministro, nas condições do mercado financeiro internacional naquele momento, nenhum país em desenvolvimento, como o Brasil, conseguiria desvalorizar de forma controlada a sua moeda, uma vez que a própria desconfiança do mercado acabaria levando a reajustes sucessivos e maiores do câmbio. Ele citou o exemplo do México, que, no final de 1994, *tentou fazer uma máxi de 15%, e o mercado o levou a ampliar a desvalorização para 80%*. No caso brasileiro, disse Malan, havia o agravante de uma *cultura de indexação*, e o ajuste no câmbio poderia provocar inflação, reduzindo o *salário real do trabalhador*. Seria, assim, uma *medida regressiva do ponto de vista da distribuição de renda*, disse o ministro.¹⁴² Dois meses depois, no início do segundo mandato de FHC, a conversa do governo brasileiro em relação ao câmbio seria outra.

Do grampo clandestino à conta secreta

Um mês depois de ser reeleito em primeiro turno e ajudar aliados a vencer eleições para governadores no segundo turno, dia 25 de outubro,¹⁴³ o presidente FHC viu-se em meio a um novo terremoto: as denúncias de que o governo havia manipulado o leilão de privatização da Tele Norte Leste, que reunia empresas de telefone fixos de 16 estados, do Rio de Janeiro ao Amazonas, e que passou à história como o “grampo do BNDES”. O leilão foi dia 29 de julho. Antes disso, várias conversas telefônicas foram gravadas clandestinamente, na sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, no Rio de Janeiro, envolvendo desde o ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, ao presidente do BNDES, André Lara Rezende, e o seu vice-presidente, José Pio Borges, o presidente do Fundo de Pensão dos funcionários do Banco do Brasil, a Previ, Jair Bilachi, o diretor internacional do BB, Ricardo Sérgio de Oliveira, o diretor do grupo Opportunity, Pérsio Arida, e até o presidente Fernando Henrique.

Segundo a revista **Veja**, a história começou quando Mendonça de Barros solicitou a Ricardo Sérgio e ele organizou um consórcio, Telemar, para concorrer à compra da Tele Norte

¹⁴² O Globo, 30/10/1998, Economia, p. 22.

¹⁴³ No segundo turno de 1998, foram eleitos do PSDB os governadores Mário Covas (S), Marconi Perillo (GO), Almir Gabriel (PA) e Albano Franco (SE). Do partido, foram derrotados Eduardo Azeredo (MG), por Itamar Franco, e Teresa Jucá (RO). Dos grupos políticos de apoio à candidatura FHC foram eleitos também os governadores Joaquim Roriz (DF), Mão Santa (PI) e José de Abreu (RO). Candidatos aliados do presidente perderam as eleições no Amapá, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Os dados completos sobre as eleições de 1998 podem ser obtidos no *site* www.tse.gov.br.

Leste. Deveria ser um consórcio de “brincadeirainha, feito às pressas para estimular a concorrência, mas não para ganhar”.¹⁴⁴ Só que o consórcio, que tinha quatro sócios, entre eles a Previ, embalado por um dos seus integrantes, Carlos Jereissati, dono do grupo La Fonte, levou o negócio a sério. Aí começou a confusão que os grampos telefônicos revelaram depois.

Ao final, quase que por acaso o consórcio comprou a Tele Norte Leste por R\$ 3,4 bilhões, um ágio de apenas 1% sobre o preço mínimo (caso único naquela fase da privatização). O acaso explica-se pelo fato de as regras da privatização terem estabelecido que nenhum consórcio (todos qualificados previamente) poderia adquirir mais de um grupo de telefônicas. Conforme relata a revista **Época**, supunha-se no mercado a seguinte operação: o grupo Bell South (do Canadá) ficaria com a Telesp, de São Paulo, e os espanhóis da Telefônica (juntos com o grupo brasileiro RBS), com a Tele Centro Sul, que cobria os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os italianos da Telecom Itália, em associação com o banco Opportunity, ficariam com a Tele Norte Leste,¹⁴⁵ mas deu errado. No leilão, os espanhóis compararam primeiro a Telesp e ficaram impedidos de disputar a Centro Sul, comprada pelos italianos, conseqüentemente, impedidos de comprar a Tele Norte Leste, que sobrou para o consórcio brasileiro.¹⁴⁶

Depois do leilão, insatisfeito com o desfecho, o BNDES argumentou que a participação da Previ no consórcio ultrapassava o máximo estabelecido pelas regras de privatização para o dinheiro estatal. O próprio banco ficou com 25% das ações do consórcio Telemar, que, depois, passou para o controle do Opportunity com os italianos e gerou uma briga judicial entre os acionistas que só no final de 2005 foi resolvida.

Passadas as eleições do segundo turno de 98, a história do “grampo do BNDES” apareceu. As conversas mostram que, na essência, a articulação tinha o objetivo de evitar que o consórcio Telemar ganhasse a concorrência, favorecendo o grupo Opportunity. Em uma das conversas grampeadas, Mendonça de Barros liga para Jair Bilachi e diz que estavam ao lado Lara Resende, Pio Borges e Pêrsio Arida, *muito preocupados com a montagem que o Ricardo Sérgio está fazendo do outro lado*, ou seja, o apoio que ele estava dando para montar o consórcio Telemar. Bilachi sugeriu a Mendonça que falasse diretamente com Ricardo Sérgio. Barros disse que tudo bem e explicou: *O importante para nós é que vocês montem com o Pêrsio, evidentemente chegando a um acordo, e tudo que precisar nós ajudamos.*¹⁴⁷ Estava

¹⁴⁴ Veja, 18/11/1998, edição, 1.573, p. 51.

¹⁴⁵ A Tele Norte Leste incluía duas das principais telefônicas do país, a Telerj, do Rio de Janeiro, e a Telemig, de Minas Gerais, além das companhias do Distrito Federal, de estados do Norte, Nordeste e Centro Oeste.

¹⁴⁶ Época, 9/11/1998, edição 25, p. 24.

¹⁴⁷ Veja, 18/11/1998, edição 1.573, p. 52 – 53.

mandando a Previ se entender diretamente com o Opportunity. Ao final, a Previ acabaria se comprometendo a entrar nos dois consórcios.

Outra gravação mostra que Mendonça ligou para Ricardo Sérgio, disse que estava *tudo acertado*, mas o Opportunity tinha um *problema de fiança*, que pediu ao Banco do Brasil. *Acabei de dar*, respondeu Sérgio Ricardo. *Não é para a Embratel, é para a Telemar*, rebateu Mendonça, querendo referir-se, na verdade, à Tele Norte Leste. *Dei para a Embratel e 874 milhões para a Telemar. Nós estamos no limite de nossa irresponsabilidade. São três dias de fiança para ele*, disse o dirigente do BB. *É isso aí, estamos juntos*, rebateu Barros. *Na hora que der merda, estamos juntos desde o início*, concluiu Ricardo Sérgio.¹⁴⁸

Em uma ligação para André Lara Resende, Mendonça de Barros diz que a estratégia de abrir caminho para o Opportunity era fazer chegar ao grupo de Jereisatti a informação de que o ágio sobre o preço mínimo seria pequeno. No momento do leilão, o banco daria um ágio maior, previamente combinado com o BNDES: *Discute primeiro um número mais baixo e na última hora ...*, fala Barros. *Na última hora sobe*, completa Rezende.¹⁴⁹

E há a conversa da ligação de FHC para Mendonça de Barros (que estava na sede do BNDES), a fim de se informar sobre o leilão das teles. *Estamos aqui praticamente com o quadro fechado*, diz Mendonça, que passa ainda uma *notícia ruim*, a de que a Bell South, empresa canadense que pretendia entrar na disputa, havia desistido. Logo depois, Mendonça diz: *Nós estamos com um consórcio também para a Tele Norte Leste*. Fala que as telefônicas fixas saíam em torno do preço mínimo, que haveria competição na Embratel e *competição grande nas celulares*, resultando, no conjunto, em uma receita da ordem de R\$ 16 bilhões, para um preço mínimo de R\$ 13,4 bilhões. O presidente diz que os recursos ajudariam o Brasil nas reservas, e Mendonça assegura: *Mais do que isso. A gente fica com uma empresa sólida*. E dá o sinal sobre a operação para conter o consórcio Telemar: *Tem aí um monte de loucura que nós bombardeamos. Não adianta criar competição e depois criar problema para frente*. FHC responde: *Não, tem que ter coisa que funcione depois, que atenda à população*. Mendonça lembra também que a imprensa estava *muito favorável, com editoriais* sobre a privatização. *Está demais, né? Estão exagerando até*, responde o presidente.¹⁵⁰ Esta foi uma questão levantada depois pelas oposições. O presidente foi previamente informado de que se estava tramando uma jogada para arrematar uma estatal em leilão, favorecendo um dos grupos, e, portanto, deveria também ser responsabilizado. Não foi.

¹⁴⁸ Idem. A Embratel era outra empresa estatal que estava sendo privatizada e na qual o Opportunity também tinha interesse.

¹⁴⁹ Idem

¹⁵⁰ Idem.

A revista **Veja** publicou ainda o teor de ligação de André Lara Rezende para Mendonça de Barros: *Falei com o Pêrsio. Está tudo certo*, informa Lara. *Falei com a Previ também*, diz o ministro. *Os inimigos estavam lá reunidos. Eles vão entrar*, acrescenta, referindo-se ao grupo de Jereissati. No dia do leilão, Lara Rezende ligou para Pêrsio Arida garantindo que, em caso de chances de vitória do consórcio Telemar, ele poderia acionar até o presidente FHC, pois estava convencido de que este grupo não tinha qualquer condição de gerenciar as 16 empresas da Tele Norte Leste. E avisou que não iria para Bolsa de Valores, onde se realizaria o leilão, porque queria antes falar com ele (Pêrsio). *Se precisar, vou ter que detonar a bomba atômica*, referindo-se ao presidente FHC. *Qualquer coisa você me fala no meu antigo celular*, disse Rezende. *Tá legal. Eu tenho o número*, respondeu Arida.¹⁵¹

A revista Carta Capital também publicou trechos de outros diálogos de telefonemas de Mendonça de Barros para Lara Resende, transcritos pela **Veja**. *Temos que fazer os italianos na marra, que estão com o Opportunity. Combina uma reunião para fechar o esquema* E completa em seguida: *Vamos fechar daquele jeito que só nós sabemos fazer*.¹⁵² A mesma edição da **Veja** traz matéria sobre o depoimento de Mendonça no Senado Federal, onde foi falar sobre o grampo. Ele confirmou o teor das fitas, mas disse que agiu em nome do interesse público, tudo com o nobre objetivo de defender o Estado brasileiro. Argumentou que em todo o processo de privatização procurou estimular a concorrência entre os grupos, para obter melhores preços e beneficiar o Tesouro Nacional. E que o estímulo à vitória do Opportunity surgiu da convicção de que era um consórcio mais sólido que o outro, em termos financeiro e técnico.

A revista reconhece que o consórcio Telemar “não era a melhor opção”, pois, além de formado por “franco-atiradores, não contava com operador técnico”. Segundo comentários do mercado, pretendia arrematar as 16 teles e depois vendê-las fatiadas para ganhar dinheiro. Mas ressalta que Mendonça de Barros colocou a “conveniência acima do princípio e da ordem”, a exemplo do que fizeram “os militares quando baixaram o AI-5 e fecharam o Congresso”. Os dois tinham convicção de “estar fazendo a coisa certa”, só que o Ato Institucional número 5 “custou 20 anos à política brasileira”.¹⁵³

Assim que começaram a circular as informações sobre o “grampo do BNDES”, o ministro Eduardo Jorge, da Secretária-Geral da Presidência, disse que o governo levaria até o fim as investigações sobre grampo e outras chantagens. Ele estava se referindo, também, ao chamado “dossiê Cayman”, com detalhes sobre uma suposta conta no Caribe em nome de FHC, do ex-ministro das Comunicações Sérgio Mota, do governador de São Paulo Mário Covas e do

¹⁵¹ Idem.

¹⁵² Veja, 25/11/1998, edição 1.574, p. 44 – 49

¹⁵³ Idem.

senador José Serra. Jorge estava reassumindo a Secretaria-Geral depois de ter se licenciado para trabalhar na campanha de reeleição de FHC e disse que o governo não tinha o que temer, porque tudo fazia *parte do velho processo de chantagem contra a autoridade pública. Mas a gente não tem o que temer, não tem o rabo preso, não tem medo de investigação.*¹⁵⁴

FHC já havia anunciado a criação de um ministério da Produção para o seu segundo mandato, que deveria ser ocupado por Mendonça de Barros. Com a divulgação do teor do “grampo do BNDES”, começou-se a questionar a presença de Mendonça na nova pasta, mas ele mesmo tentou minimizar: *Como não tem nada demais na fita, serei, sim, ministro da Produção.* Argumentou que as fitas foram editadas, passando, com isso, a impressão de irregularidades. Assim, *conversas absolutamente normais como essas podem ser distorcidas para dar a impressão de que houve manipulação ou favorecimento.*¹⁵⁵ Mendonça, que havia assumido o Ministério das Comunicações em abril de 98, após a morte de Sérgio Mota, deixou o governo em 25 de novembro do mesmo ano, e o Ministério da Produção nunca foi criado.

Em junho de 1999, a **Veja** publicou uma matéria de capa apontando o suspeito número 1 pelo grampo do BNDES: o ex-agente do SNI e naquele momento analista de informações da Agência Brasileira de Informações (Abin) Temilson Antônio Barreto de Resende, o Telmo. Ele próprio foi grampeado, com autorização judicial, em investigação do Ministério da Justiça.¹⁵⁶ Em novembro, a revista **Istoé** publicou detalhes de um relatório de seis mil páginas sobre as gravações, em que se conclui que o grampo foi iniciativa da Subsecretaria de Inteligência, no Rio de Janeiro, vinculada à Secretaria de Inteligência do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. O objetivo seria impedir, a tempo, atos desonestos no processo de privatização das telefônicas. Os telefones da sede do BNDES foram grampeados sem autorização judicial, e, quando percebeu o valor das conversas gravadas, Telmo decidiu vendê-las a quem se interessasse.¹⁵⁷ O relatório não aponta quem comprou e divulgou o teor das gravações, uma questão nebulosa até hoje.

Antes disso, em outubro, o Tribunal de Contas da União aprovou por unanimidade o arquivamento do processo que apurava responsabilidade de Mendonça de Barros, Lara Resende e José Pio Borges em irregularidade na privatização do Sistema Telebras, ao concluir que não houve evidências de que eles tornaram a privatização prejudicial à União. O voto do ministro relator Bento Bugarin diz que *eles tentaram despertar o maior número de pessoas possível a fim de que, havendo competição, o preço da venda fosse maior.*¹⁵⁸ Os três

¹⁵⁴ O Globo, 09/11/1998, O País, p. 3.

¹⁵⁵ O Globo, 13/11/1998, O País, p. 4.

¹⁵⁶ Veja, 9/06/1999, edição 1.601, p. 38- 43.

¹⁵⁷ Istoé, 10/11/1999, edição 1.571, p. 30 – 31.

¹⁵⁸ Veja, 3/11/1999, edição 1.622, p. 51.

continuaram, porém, réus em uma ação por improbidade administrativa na Justiça Federal de Brasília e outro na do Rio de Janeiro.

Logo depois que circularam as notícias sobre o grampo do BNDES, o **Estado** destacou que o teor das gravações “estava tendo um efeito devastador sobre a imagem de seriedade do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, ainda que não autorize qualquer suspeita sobre a honestidade das intenções dos interlocutores”. Não existia no “episódio vestígio de desonestidade pessoal” dos envolvidos nas gravações, embora Mendonça de Barros e Lara Rezende tenham ido “além dos limites éticos de suas funções, levando embaraço e suspeitas sobre um governo que sempre primou pela transparência de seus atos”. Diz que eles confundiram a venda de um bem público, que “continuará prestando serviços públicos, com a venda de um carro usado na *boca*, onde só o comprador se surpreende quando constata que sob a pintura existe ferrugem e o motor tem seus dias contados”. Argumenta o jornal que Barros e Rezende “ultrapassaram muito” o limite da irresponsabilidade de que falava Ricardo Sérgio sobre o aval ao grupo Opportunity. Por isso mesmo, deveriam sair, pois não havia mais lugar para eles no governo.¹⁵⁹

Argumentou o jornal que eram procedentes as denúncias de que o consórcio da Telemar não teria capacidade para operar as 16 teles, mas precisava ser mais bem explicado “esse capítulo pouco lisonjeiro da história da privatização da telefonia”, em que gravações clandestinas entre integrantes do governo “estrangeçam pela leviandade – para dizer o mínimo – com que a coisa pública foi tratada”. E conclui o jornal: “O presidente da República tem todo o direito de não julgar a atuação, tornada pública, de seus assessores com o mesmo rigor nosso. Mas apenas por razões subjetivas. Objetivamente, deve reconhecer que estamos interpretando a reação da imensa maioria da opinião pública, à qual deve uma satisfação”.¹⁶⁰

Já a **Folha** disse que “houve certa falta de cerimônia no modo de lidar” com o BNDES e o Banco do Brasil durante a privatização das teles. Defendeu a tese de que os servidores públicos grampeados agiram com boas intenções. Porém, mais do que os fins, os meios de atuação deles causaram “algo mais do que mal-estar”, uma vez que, na “gestão da coisa pública, são precários os argumentos que deixam de lado explicações sobre os meios, acreditando-se que eles seriam justificados por fins justos”. No entendimento do jornal, não faltava muito para se suspeitar de “favorecimentos indevidos por meio de apoios financeiros quase *irresponsáveis* ou da distribuição seletiva de informação preciosa, uma vez que estava em jogo o maior filão de negócios do fim do século”. Só isso já bastaria para que “uma ação de

¹⁵⁹ O Estado de S. Paulo, 17/11/1998, Notas e Informações, p. A – 3, “O limite da irresponsabilidade”.

¹⁶⁰ Idem.

fato transparente das autoridades levasse à *maximização dos resultados* sem que fossem necessárias conversas sigilosas com interlocutores privilegiados”.¹⁶¹

Em outro editorial, o **Estado** levantou a questão ética pelo fato de um dos sócios do grupo preferido, Pêrsio Arida, ser velho amigo e parceiro, no Governo José Sarney, de Mendonça de Barros e Lara Rezende, todas “pessoas honradas”. Mesmo assim,

“a ligação entre eles no episódio apresenta dois graves inconvenientes. De um lado, porque contraria o *princípio da mulher de César*. Nas sociedades democráticas, o julgamento dos atos de governo deriva em boa parte da *aparência* da honestidade dos governantes – ainda mais quando esses atos se relacionam a transações bilionárias. Tal *aparência* influi no comportamento do eleitorado, dos demais atores políticos e dos agentes econômicos. De outro, porque transgride o princípio da igualdade de oportunidades que deve nortear a interação do Estado com a área privada. Dele depende a solidez da economia de mercado, cujo pressuposto é justamente a competição aberta, sem privilégios auferidos do setor público por quem quer que seja. Ora, quando um competidor pode manter com a autoridade relações especiais – derivadas da circunstância de ter sido ele seu colega como autoridade, não há muito tempo – isso é *unfair* em relação aos outros”.¹⁶²

O jornal cita ainda o que considera uma das passagens mais significativas das conversas grampeadas: Pêrsio Arida dizer a Lara Rezende que tinha o número do seu celular. Nem todos os empresários tinham o número do celular do presidente do BNDES, e a condição de *mais igual que os iguais* poderia fazer “toda a diferença diante de uma grande oportunidade – mesmo aceitando como inatacável o caráter dos interlocutores”. Assim como Mendonça de Barros, Lara Rezende e Ricardo Sérgio de Oliveira deixaram o governo.

Depois do grampo, durante muito tempo ainda a figura de Ricardo Sérgio causaria constrangimento a FHC, em função de várias matérias publicadas em jornais e revistas dando conta da “influência” que ele teria tido em negócios do governo e, especialmente, do seu poder junto à Previ. Sobrou constrangimento também para o senador José Serra, inclusive em 2001 e 2002, quando ele já se colocava como candidato à Presidência da República e histórias do ex-diretor do BB voltaram ao noticiário da mídia.

Segundo a **Folha**, Ricardo Sérgio, amigo desde os anos 70 de outro tucano destacado, o ex-ministro Clóvis Carvalho, entrou para o BB em fevereiro de 1995 por indicação de Serra. Antes, arrecadou dinheiro para campanhas de políticos do PSDB, entre elas, a do próprio Serra ao Senado, em 1994, e as de FHC à Presidência, em 1994 e 98. O jornal teve acesso às planilhas que contabilizavam a arrecadação para a campanha de FHC em 98. Em uma delas o nome de Ricardo Sérgio aparece três vezes como um contato na área dos fundos de pensão, das

¹⁶¹ Folha de S.Paulo, 17/11/199, Opinião, p. 1 – 2, “Telefone transparente”.

¹⁶² O Estado de S. Paulo, 22/11/1998, Notas e Informações, p. A - 3, “O número de celular faz toda a diferença”.

quais duas à Previ. Foi uma “espécie de consultor” para a equipe que buscava fundos, indicando nomes de empresas que poderiam contribuir.¹⁶³

Ricardo Sérgio era “homem forte” no Banco do Brasil e “manda-chuva” na Previ, diz a **Folha**. Ganhou a confiança do presidente do banco, Paulo César Ximenes, que não tinha acesso livre à Presidência da República, levando os seus assuntos diretamente a FHC no Palácio do Planalto e no Alvorada. O presidente da Previ na época, Jair Bilachi, e o diretor de investimentos, João Bosco Madero Costa, “obedeciam às ordens” de Ricardo Sérgio, embora nunca tenha ficado claro de quem Sérgio recebia ordens.¹⁶⁴

“Na função de eminência parda da Previ”, o executivo teve papel decisivo nos dois principais leilões de privatização realizados na primeira gestão de FHC, o da Companhia Vale do Rio Doce e o da Telebras, diz a **Folha**. Durante depoimento ao Ministério Público, no final de 98, o próprio Ricardo Sérgio disse que organizou os consórcios que venceram os leilões das empresas. No caso da Vale, os recursos dos fundos de pensão de empresas estatais, entre eles, a Previ, foram direcionados para o consórcio encabeçado pelo empresário Benjamin Steinbruch, que acabou ganhando. A explicação do governo foi que os fundos se juntaram ao lado mais fraco para estimular a competição com o grupo Votorantin, associado a capitais japoneses, para aumentar o preço no leilão.¹⁶⁵

Em 1999, o grupo Opportunity aumentou sua participação na Telemar, ao comprar as ações da Inepar, que fez parte do consórcio original que adquiriu a Tele Norte Leste. Neste momento, conforme a **Folha**, teria tomado conhecimento de uma “conta extra de R\$ 30 milhões” devida pela Inepar, que seria uma “parte da comissão pedida por Ricardo Sérgio”, conforme versão difundida pelo senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA).¹⁶⁶ Em 2002 a **Veja** publicou uma reportagem de capa em que diz Ricardo Sérgio estaria cobrando uma propina de R\$ 15 milhões de Benjamin Steinbruch, por conta da participação dos fundos de pensão ao lado do empresário no leilão da Vale. O ex-presidente do BNDES e ex-ministro das Comunicações Mendonça de Barros confirmou à revista que, em 98, o empresário lhe falou pessoalmente da propina e ele até contou ao presidente Fernando Henrique que teria respondido: *Eu não sei nada disso, você fez muito bem em não se envolver nesse assunto*.¹⁶⁷ Steinbruch não gosta de comentar os seus entendimentos com Ricardo Sérgio, mas diz que nada pagou.

Ricardo Sérgio trabalhou no banco Crefisul de 1972 a 89 e foi vice-presidente do Citibank em Nova York. Montou a empresa RMC, que entre 1993 e 94 negociava cerca de 3 milhões de

¹⁶³ Folha de S.Paulo, 11/03/2001, Brasil, p. A 12.

¹⁶⁴ Idem.

¹⁶⁵ Idem.

¹⁶⁶ Idem.

¹⁶⁷ Veja, 08/05/2002, edição 1.750, p. 80 – 90.

contratos por ano na Bolsa de Mercadorias e Futuros, de São Paulo. Quando entrou para o BB, as operações da empresa passaram para 4,6 milhões de contratos anuais, cerca de R\$ 204 bilhões por ano, levando a RMC à sexta posição no *ranking* da BMF em 1996. Depois de sair do governo, nos anos de 1999 e 2000, por exemplo, a média dos contratos caiu para 854 mil por ano e o volume financeiro para R\$ 78 bilhões. A empresa despencou para a 39ª posição no *ranking* da BMF.¹⁶⁸

Logo depois do grampo do BNDES, no começo de novembro, os jornais e revistas brasileiros começaram a publicar os detalhes do chamado dossiê Cayman, ou dossiê Caribe, outra dor de cabeça para o presidente recém-eleito. O dossiê, que as investigações comprovaram ser falso, tinha supostos documentos sobre um banco que fora criado nas ilhas Cayman, em uma sociedade de Fernando Henrique Cardoso com Mário Covas, José Serra e Sérgio Mota, que seria o operador principal. Eles teriam formado a empresa CH, J & T, Inc, em parceria com o norte-americano Ray Terrence, em 19 de janeiro de 94, com o registro feito pela Trident Corporate Services, com sede em Miami, Estados Unidos, especializada em legalização de companhias em paraísos fiscais. **C** seria Covas, **H** de FHC, **J** de Serra e o **T** de Terrence. Com a morte de Mota, o ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros, que o substituiu no Ministério das Comunicações, teria também ocupado o seu posto como operador principal do grupo, que recebera US\$ 300 milhões em depósitos, apenas depois venda do Sistema Telebras, em julho de 98.¹⁶⁹

A versão era que em março de 98 o reverendo Caio Fábio D'Araújo Filho, da Igreja Presbiteriana do Brasil, foi procurado por um brasileiro que vivia há 30 anos em Miami, especialista em movimentar contas de brasileiros no exterior. O dossiê estaria em mãos de um advogado norte-americano com escritório em Nova York e, quando começou a campanha eleitoral de 98, estaria à venda por US\$ 4 milhões. Envolveram-se com a hipótese de compra, entre outros, Paulo Maluf, que era candidato a governador de São Paulo, e o ex-presidente Fernando Collor de Mello, por meio de Lafaiete Coutinho, que foi presidente do Banco do Brasil em sua gestão.¹⁷⁰

A história do dossiê circulou entre os partidos políticos nos meses da eleição, mas só depois do segundo turno ganhou as páginas da mídia. Segundo o Globo, antes do primeiro turno, em outubro, um envelope com o dossiê chegou a Lula da Silva, que pediu ao seu advogado, Márcio Thomaz Bastos, que examinasse. Cópias xerox documentariam a conta da empresa e um extrato relevaria um saldo de US\$ 368 milhões. Ao ver que faltavam documentos originais e provas de autenticidade, Bastos recomendou a Lula esquecer o assunto,

¹⁶⁸ Folha de S.Paulo, 11/03/2001, Brasil, p. A 13.

¹⁶⁹ Istoé, 18/11/1998, edição 1.520, p. 26 – 31.

¹⁷⁰ Idem.

o que ele fez. Mas, na véspera do segundo turno da eleição para governador de São Paulo – disputada entre Mário Covas e Maluf –, a deputada do PT Marta Suplicy foi procurada por duas emissárias de Maluf oferecendo o dossiê. Procurou Bastos, ouviu a mesma sugestão que ele dera a Lula e informou o senador eleito José Serra sobre o dossiê.¹⁷¹

Com a publicação do assunto, a Polícia Federal iniciou uma investigação e mandou agentes ao Caribe. Eles descobriram que o dossiê era formado por papéis montados, provavelmente nos Estados Unidos, com a colagem de documentos verdadeiros e outros falsos. Segundo a **Folha**, documentos da CH, J & T e papéis do dossiê, que deveriam ser idênticos, apresentam diferenças quando confrontados e havia assinaturas divergentes nos rodapés das páginas. Ficou evidente, conforme a PF, que pedaços de papel com nomes fictícios foram superpostos a rodapés de documentos originais da CH, J & T e depois fotocopiados.¹⁷²

Irritado com as denúncias, FHC reclamou contra a divulgação dos documentos, e o porta-voz, Sérgio Amaral, disse que a “chantagem” em relação ao presidente e seus aliados era uma falta de respeito que estava “passando dos limites”. Argumentou que se alguém tivesse “um fato concreto, algum documento, alguma prova”, que se apresentasse e assumisse a “responsabilidade pela denúncia”.¹⁷³ Ao comentar o pedido de FHC para que a Polícia Federal e ao Ministério Público investigassem o grampo do BNDES e o dossiê Cayman, em princípio de novembro, a **Folha** disse que, com isso, ele “adotou a tese de que a transparência e a independência do inquérito são as melhores e mais democráticas maneiras de dar satisfação à opinião pública”. Sua decisão ajudava a “dissipar a crescente e indesejável nuvem de intrigas”, a identificar os culpados e era uma demonstração de “respeito pelas instituições e pela opinião pública do país”.¹⁷⁴

O **Estado** ressaltou que a prontidão de resposta não era uma característica do Governo FHC, que mais uma vez “tardou em fazer a coisa certa no caso dos papéis forjados e das gravações clandestinas”, com isso, transmitindo à opinião pública a “nebulosa sensação de pouco interesse em apurar as responsabilidades” pelos fatos. Diz que, fiel a seu temperamento, FHC ironizou a denúncia e perdeu a chance de se antecipar aos meios de comunicação na divulgação das “evidências de uma trama que, até prova em contrário”, só incriminava os seus autores, mas despertava o “apetite pelo sensacionalismo travestido de reportagem investigativa”. O jornal criticou o PT, que estaria interessado em dificultar a aprovação do programa econômico anunciado em outubro e difundir a idéia de que o governo era “no mínimo suspeito”,¹⁷⁵ esquecendo-se de dizer que o partido recebeu o dossiê antes das eleições

¹⁷¹ O Globo, 08/11/1998, O País, p. 16.

¹⁷² Folha de S.Paulo, -8/12/1998, Brasil, p. 1 – 4.

¹⁷³ O Globo, 13/11/1998, o País, p. 3.

¹⁷⁴ Folha de S.Paulo, 12/11/1998, Opinião, p. 1 – 2, “Intrigas e democracia”.

¹⁷⁵ O Estado de S. Paulo, 13/11/1998, Notas e Informações, p. 3, “Quem deve ser investigado”.

e não lhe deu crédito. O **JB** também criticou a demora do governo em determinar as investigações, pois, “no vácuo, facilitou a exploração política em torno de fatos sem fonte responsável e sem base em qualquer documentação fidedigna”.¹⁷⁶

Os episódios do grampo do BNDES e do dossiê Cayman mostram dois momentos distintos em que a mídia cumpre o seu papel (ou procura cumprir), com dois pesos e duas medidas. Não havia como os meios de comunicação deixar de divulgar amplamente o caso do grampo, cujas transcrições de conversas são, por si só, mais do que esclarecedoras, juntamente com as próprias explicações de Mendonça de Barros sobre o seu envolvimento no episódio. Já o dossiê Cayman teve um espaço muito maior do que seria aceitável, já que desde o começo muitos títulos e matérias de jornais e revistas falavam em “farsa”.¹⁷⁷ Mesmo assim, muito do que foi publicado sempre deixou no ar a suspeita e a dúvida, que os acusados deveriam esclarecer. No fundo, uma prática que, na mídia, em determinados momentos, extrapola governos, alcança os mais distintos setores da sociedade e poderia ser resumida na máxima perversa de que os suspeitos são sempre culpados, até que provem o contrário. Ou seja, a eles o ônus da prova.

O primeiro mandato chega ao fim cheio de problemas

Os três últimos meses do primeiro Governo FHC não foram exatamente o que se imaginava. Esperava-se que o presidente reeleito em primeiro turno, livre dos desgastes de alianças e conchavos políticos para garantir a votação no segundo turno, tivesse uma travessia tranqüila para ajustar os problemas estruturais e conjunturais da economia nacional e planejar os anos seguintes da administração, que deveriam ser de retomada do crescimento, que, aliás, foi uma das promessas do candidato FHC. Mas o governo foi atropelado pela crise financeira internacional que continuou a sua caminhada e pelas denúncias em torno do dossiê Cayman e do grampo do BNDES. Além disso, teve de conduzir penosas negociações para montar o novo ministério, por conta do apoio dos partidos que asseguraram a eleição ainda no primeiro turno.

Os problemas na reta final do governo contribuíram para derrubar a popularidade de FHC, que começaria o seu segundo mandato com um nível de desconfiança bem maior do que quatro anos antes. Pesquisa do Datafolha realizada nos dias 10 e 11 de dezembro, com 11.851

¹⁷⁶ Jornal do Brasil, 14/11/1998, Opinião, p. 8, “Caso de polícia”.

¹⁷⁷ São muitos os estudos existentes sobre o poder da mídia junto à opinião pública e não é meu propósito me aprofundar no tema. A título de ilustração, recorro aos sociólogos Lamounier e Figueredo, para quem *a formação da percepção popular é também influenciada por acontecimentos específicos, considerados importantes e amplamente divulgados, que acabam por se fixar como ‘resumos’ simbólicos do que se passa em determinada área.* Eles argumentam que, em alguns casos, os resumos são adequados, mas, podem ser *distorcidos ou completamente falsos, em outros, na medida em que isolem, ou indevidamente superestimem a importância de determinado aspecto da realidade.* LAMOUNIER, Bolívar e FIGUEREDO, Rubens. *A era FHC – um balanço.* São Paulo, Companhia das Letras, 2002, p. 18.

peças em 299 municípios, mostrou que a aprovação da gestão FHC (ótima e boa) era de 35%, contra 42% dos que pensavam o mesmo, segundo pesquisa dos dias 24 e 25 de setembro, pouco antes da reeleição. O índice de 35% de avaliação tinha outro significado: era exatamente a metade das pessoas (70%) que no início do primeiro mandato de FHC, em 1994, tinha a expectativa de que o seu governo seria ótimo e bom, de acordo com pesquisa Datafolha daquela época. Significa dizer que 50% dos eleitores haviam se decepcionado.¹⁷⁸

Em apenas quatro das 22 pesquisas realizadas pelo Datafolha durante o primeiro governo FHC, o índice de avaliação ótimo e bom ficou abaixo de 35%. O pior desempenho, de 30%, foi em junho de 1996, após uma série de episódios que chocaram a opinião pública, como o massacre dos trabalhadores sem terra em Eldorado dos Carajás, no Pará, pela Polícia Militar do estado, a morte de doentes que faziam hemodiálise em Caruaru, no interior de Pernambuco, e a morte de idosos em clínicas no Rio de Janeiro.¹⁷⁹ Ressalte-se que esses episódios, embora não tenham sido de responsabilidade direta do governo federal, acabaram afetando a sua imagem.

Surpreendentemente, a pesquisa de dezembro de 98 mostrou que a maioria dos entrevistados nem tomou conhecimento de dois episódios envolvendo o Governo FHC que mais ocuparam espaços na mídia naquele final de ano, o grampo do BNDES e o dossiê Cayman. A avaliação desfavorável para o governo, então, resultava de uma expectativa negativa em relação à economia do país, como um todo. Os números reforçam esta tese. Dos consultados, 48% achavam que a inflação aumentaria nos meses seguintes (eram 41% na pesquisa anterior) e 34% entendiam que a situação econômica geral iria piorar – 10 pontos a mais. A parcela dos que esperavam o aumento do desemprego passou de 52% para 66%, enquanto 37% temiam perder o poder de compra (contra 29% na pesquisa anterior) e 38% imaginavam que a capacidade de comprar ficaria como estava. Apesar de tudo, havia um certo otimismo quanto ao futuro: 41% da população achavam que a segunda gestão de FHC seria ótima ou boa, o que se explicava pelo fato de o Plano Real em si, em dezembro, ainda ter a aprovação de 61% dos brasileiros. Outros 28% achavam o Plano regular e apenas 10% reprovavam.¹⁸⁰

Ao comentar a avaliação positiva do Plano Real superior a do governo, a **Folha** diz que poucas vezes uma “boa avaliação da estabilidade monetária esteve tão descolada da popularidade do presidente”, o que indicava que o Real (embora ainda com bastante prestígio) por si só não mais bastava. A população queria mais do governo e, “provavelmente como nunca antes,” estava com “medo e pessimista”. A insatisfação poderia crescer, a partir custo social do plano que o governo anunciou em outubro para fazer frente à crise econômica, disse o

¹⁷⁸ Folha de S.Paulo, 27/12/1998, Brasil, p. 1- 4:1- 5.

¹⁷⁹ Idem.

¹⁸⁰ Idem.

jornal, que acrescentou: “O presidente certamente está consciente desse cenário difícil e se preocupa com as providências necessárias para dar conta da presente situação econômica. Fazemos votos de que, apesar desse quadro de tensão, tais medidas sejam tomadas com a energia e a decisão necessárias”.¹⁸¹

Entre formadores de opinião na área econômica, as perspectivas não eram nada boas. Para a maioria de 22 economistas, empresários, banqueiros e sindicalizados consultados pela **Folha**, as metas definidas pelo governo com o FMI não seriam alcançadas em sua totalidade. Para todos eles a recessão era inquestionável, com uma queda de 1% a 3% no PIB, e com uma taxa de juros, ao final de 99, entre 18% e 19%. O desemprego ficaria entre 9% e 11%, o déficit público no caso de 5% a 6% do PIB e o dólar valendo em torno de R\$ 1,30.¹⁸²

No dia 30 de dezembro de 98, no apagar das luzes do primeiro mandato, o governo anunciou um novo pacote de medidas para gerar uma receita adicional de R\$ 5,4 bilhões em 1999. Eram os recursos que deixariam de ser arrecadados por conta do atraso na votação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (o imposto do cheque) e da cobrança da contribuição previdenciária dos servidores públicos. Além disso, em janeiro seriam anunciados cortes de gastos para se economizar mais R\$ 1,3 bilhão. Entre as medidas para arrecadar mais dinheiro, estavam a mudança do cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, elevando o valor a ser pago, e alterações na legislação do Imposto de Renda nas operações de renda fixa e variável, remessas ao exterior e o financiamento de exportações. Haveria também a ampliação temporária do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e antecipação de receita da privatização da Telebras. Essas medidas, segundo o ministro da Fazenda, Pedro Malan, não substituiriam a prorrogação da CPMF por mais 36 meses e a cobrança dos inativos, que seriam solicitadas novamente ao Congresso no decorrer de 1999.¹⁸³

Ainda no calor da reeleição, o colunista Luís Nassif, um dos mais lidos da **Folha**, disse que um balanço do primeiro Governo FHC era *favorável ao país, não necessariamente ao presidente*, que, no entanto, tinha a *pretensão de um lugar na história*. Fala dos avanços na modernização do Estado, nas privatizações e diz que FHC foi eleito para completar a obra iniciada em 1990 com a abertura da economia e

julgou que todos os pressupostos estavam dados. Em uma atitude acomodaticia, restringiu sua função à formação de uma maioria parlamentar, à escolha do que lhe pareceu bons nomes para cargos-chave do governo e a trabalhar pela reeleição. Depois foi descansar, no pressuposto de que a engrenagem caminharia por si, que o processo de modernização seria auto-alimentado e que ele seria reconhecido no futuro como o presidente que permitiu ao Brasil completar sua obra simplesmente

¹⁸¹ Folha de S.Paulo, 27/12/1998, Opinião, p. 1 – 2, “A crise e FHC”.

¹⁸² Folha de S.Paulo, 27/12/1998, Dinheiro, p. 2 – 4.

¹⁸³ Folha de S.Paulo, 31/12/1998, Brasil, p.1 – 4.

*deixando rolar. O resultado foi um estilo de governo indeciso, fragmentado, sem comando e sem diretriz.*¹⁸⁴

Na opinião do colunista, FHC foi um presidente *que não decidiu*, porque não queria *sofrer o desgaste da tomada de decisão*, quando o *papel de um estadista é tomar a si as decisões mais nevrálgicas*. Não entendeu que a *montagem do novo país* pressupunha também a *coordenação de diversos setores, trabalhando em cima de um norte único, claramente definido e assimilado por toda a equipe*. E, além disso, com um *plano estratégico, desdobrado em metas setoriais, integradas e caminhando na mesma direção*, a exemplo do que se fez na montagem do programa de privatização da Telebras. Faltou coordenação das várias áreas, disse Nassif, e, se FHC persistisse nesse estilo no segundo mandato, passaria à *história como o presidente que jogou fora a maior oportunidade que este país já teve para ingressar na modernidade, com justiça social*.¹⁸⁵

Com outro raciocínio, ao fazer um balanço dos quatro anos de governo FHC, o **Estado** disse que a sua marca característica foi promover o “mais abrangente conjunto de reformas concebido no Brasil desde os anos 30 e 40”. E com a diferença de que as transformações daqueles anos (governo do presidente Getúlio Vargas)

“foram, quase todas, ou implantadas ou levadas adiante por atos de império, a partir de um golpe de Estado que poupou o ditador de ter de negociar seus projetos com um Congresso poderoso, sob o escrutínio de uma imprensa livre, em meio às pressões de uma sociedade heterogênea e às influências de uma Federação politicamente ativa. Desse ponto de vista – indispensável para se avaliar o mandato que ora se encerra - não há exagero em dizer que estes quatro anos representam o período quem sabe mais singular de toda a história da República brasileira. Efetivamente, nunca antes o País experimentou tantas mudanças em regime democrático – e também nunca antes conheceu democracia tão plena. Trata-se de uma combinação rara em qualquer parte do mundo. Mesmo porque, nos sistemas politicamente abertos, os processos de reforma de grande envergadura, sejam quais forem os interesses por eles afetados, levam muito mais tempo do que aqueles impostos pela força”.¹⁸⁶

Para avaliar FHC, o jornal cita “dois exemplos igualmente notáveis e antagônicos”: o *New Deal* intervencionista do presidente americano Franklin Roosevelt (1933 a 1945) e a “revolução privatista” da primeira-ministra britânica Margaret Thatcher, de 1979 a 1990. FHC tinha em comum com os dois, “além da condição de mandatário eleito, o fato de suas mudanças incidirem primordialmente sobre o marco institucional que define a atuação do Estado”. Ele se propôs a “refazer nada menos do que os fundamentos da arquitetura legal que

¹⁸⁴ NASSIF, Luís. “Procura-se um estadista”. Folha de S.Paulo, 04/10/1998, Dinheiro, p. 2 – 3,

¹⁸⁵ Idem.

¹⁸⁶ O Estado de S. Paulo, 31/12/1998, Notas e Informações, p. A 3, “Quatro anos singulares”.

determina o espaço a ser ocupado pelo setor público na vida do país, seu papel na esfera econômica e a natureza de seu relacionamento com a sociedade”.¹⁸⁷

Argumenta o jornal que esses fundamentos jamais mudaram de rumo desde o fim do Estado Novo. Sob os governos democráticos a partir de 1946, os governos autoritários do ciclo de 1964, ainda sob as regras da Constituição de 1988, passaram por inumeráveis ajustamentos. “Alguns até exarcebaram. Nenhum, porém, contestou o que existia ali de essencial: o chamado modelo nacional-desenvolvimentista, baseado na onipresença do Estado”. Assim, as reformas iniciadas por FHC a partir de 1995 “resultaram menos de uma concepção pronta e acabada do que de uma forte convicção quanto ao sentido geral da mudança, com boa margem de incerteza quanto ao conteúdo específico de cada inovação. No caso das privatizações, por exemplo, *o caminho se fez ao caminhar*”.¹⁸⁸

As questões enfrentadas eram complexas, não havia consenso dentro do próprio governo em relação a pontos essenciais. As intermináveis negociações com a *maioria desorganizada* no Parlamento, e a resistência de interesses constituídos e corporativistas, além dos sobressaltos da conjuntura econômica, “levaram o presidente muitas vezes a agir por ensaio-e-erro, em prejuízo da qualidade e da tramitação de medidas essenciais como as reformas administrativa, tributária e da Previdência”. Acrescenta o **Estado** que, ao olhar as 570 leis que foram votadas, mais uma dezena de emendas constitucionais e as “novas práticas de governo, enxergam-se mudanças insuspeitadas há quatro anos. Esse avanço é o sólido patrimônio com que se inicia o segundo mandato”.¹⁸⁹

No geral, foi uma “conta positiva para o país e favorável” ao presidente, segundo avaliação da **Istoé** sobre os quatro anos de FHC. O Brasil “viveu o mais longo período de estabilização econômica de sua história recente”, com índices inflacionários “só vistos em países europeus, com alguns resultados na política social, e foi um exemplo do aumento de crianças na escola e diminuição da taxa de mortalidade infantil. O primeiro mandato, porém, chegou ao fim sem “atenuar a dívida social com os milhões de excluídos” e no último ano de governo a política monetária recessiva desfez parcialmente os ganhos dos três anos anteriores. Reduzir os juros, retomar o crescimento e melhorar a distribuição de renda eram os “únicos caminhos possíveis” para que o novo mandato de FHC fosse uma “auspiciosa confirmação de expectativas”, que começasse “muito mal” e terminasse “muito bem”.¹⁹⁰

No decorrer de dezembro, aumentaram as pressões no meio empresarial para que o governo iniciasse o novo mandato com uma política econômica mais “frouxa”, com menores taxas de juros e de superávit fiscal, câmbio mais favorável para as exportações e proteção à indústria

¹⁸⁷ Idem.

¹⁸⁸ Idem.

¹⁸⁹ Idem.

¹⁹⁰ Istoé, 06/01/1995, edição 1.527, Opinião, “O segundo mandato”.

nacional contra os produtos importados. FHC aproveitou um encontro com empresários na sede da Confederação Nacional da Indústria, em Brasília, em meados de dezembro, para reiterar que o ajuste fiscal seguiria, os juros só seriam reduzidos quando as condições de mercado permitissem e que seria mantida a abertura da economia e a competição externa. FHC sinalizou também que não adiantavam as pressões, pois ele manteria o presidente do Banco Central, Gustavo Franco, acusado de ser um dos responsáveis pelas taxas de juros e pelo câmbio sobrevalorizado, que atrapalhava as exportações e facilitava a entrada no país de produtos importados.¹⁹¹ Logo no começo de janeiro o presidente mudou de idéia, e Gustavo Franco caiu.

Fernando Henrique Cardoso terminou o seu primeiro mandato com uma inflação de apenas 2,49% ao ano, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do IBGE. Um salto espetacular, se considerar que no primeiro ano de governo, em 95, este índice foi de 21,98% e, mais ainda, que em 93, o último ano antes do Plano Real, a inflação acumulada foi de 2.780%.

A revista **Veja** fez um balanço do país antes e depois do Real e mostrou que, com a queda da inflação, a renda média do brasileiro passou do equivalente a 66 dólares para 100 dólares, de 93 para 1998, enquanto a venda de aparelhos de televisão subiu de 3,4 milhões para 6 milhões no mesmo período. Os investimentos externos somaram 60 bilhões de dólares em quatro anos, até 98. Em contrapartida, a modernização da indústria, forçada pela concorrência externa, mais o esfriamento do consumo, para conter a inflação, fez o nível de desemprego subir de 4,3% para 8% entre 93 e 98, aumentando também o emprego informal de 4,9 milhões para 7 milhões de trabalhadores. O número de falência de empresas passou de 2.250 para 5.300 ao ano, e a balança comercial brasileira acumulou um déficit da ordem de 6 bilhões de dólares em 98.¹⁹² No primeiro ano do segundo mandato, a crise financeira e cambial atingiria em cheio o Governo FHC, complicando ainda mais a situação econômica.

¹⁹¹ *Veja*, 23/12/1998, edição 1.578, p.35 – 39.

¹⁹² *Idem*.

CAPÍTULO IV

E TUDO PARECIA FÁCIL PARA O NOVO MANDATO

Uma onda de descrédito de enormes proporções atingiu o Brasil nos últimos dias. Com menos de duas semanas do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, o país assiste à precipitação de novos e antigos problemas numa velocidade surpreendente, no momento talvez mais dramático de sua história recente. À exaustão do plano econômico (...) somam-se dificuldades de outra ordem, menos presentes em crises anteriores. Elas são políticas, tornando mais frágil e incerta a base de sustentação do governo e se projetam em focos de insatisfação social, por ora ainda difusos, mas que não podem ser menosprezados ¹

Mudou a política cambial, peça-chave do Plano Real, e fez isso de surpresa, impondo perdas a todos aqueles que acreditavam na manutenção do rumo anterior. E permitindo ganhos extraordinários a todos aqueles que anteciparam a desvalorização. Considerando que o presidente e o ministro da Fazenda, Pedro Malan, repetiam que um dos pontos essenciais de sua gestão era a previsibilidade, o caminho sem sustos, o que houve foi uma alteração essencial na teoria e na prática da política econômica. ²

¹ Folha de S.Paulo, 14/01/1999, Opinião, primeira página, “Sem direito de vacilar”.

² O Estado de S. Paulo, 15/01/1999, Notas e Informações, p. A 3, “A mudança que governo nega”.

Na crise econômica, uma posse modesta

Sessenta mil reais foi o custo da cerimônia modesta, discreta e sem brilho que marcou a posse de Fernando Henrique Cardoso em primeiro de janeiro de 1999, para cumprir o segundo mandato. Uma ninharia perto dos R\$ 3 milhões gastos em janeiro de 95, quando o governo brasileiro ofereceu um banquete para seis mil convidados e pagou até mesmo despesas de hospedagem de chefes de governo e de estado estrangeiros que vieram para a primeira posse de FHC. Depois de empossado no Congresso Nacional, o presidente seguiu para o Palácio do Planalto, para um coquetel ao qual compareceram cerca de 500 pessoas, de uma lista de 1.097 convidados. Foram servidos uísques legítimos, com selo de qualidade, mas apreendidos pela Receita Federal, portanto, sem custo para o governo. O cerimonial da Presidência da República explicou que a simplicidade da solenidade de posse foi condizente com a crise econômica que o país enfrentava naquele momento.³

A **Folha** lembrou que a primeira posse presidencial em Brasília, de Jânio Quadros, e a segunda de FHC tiveram “em comum a descrição das suas festividades, independentemente da vontade de seus personagens principais”. Em 1961, faltava à nova capital estrutura, inclusive locais para hospedagem, para receber delegações de outros países. Já em 1999, a simplicidade foi justificada pela crise econômica e o próprio fato de não haver a transmissão de cargo entre presidentes.⁴

A festividade pública da nova posse também foi mais modesta. FHC dispensou o Rolls Royce da Presidência para o desfile em carro aberto na Esplanada dos Ministérios, como fizera em 95, e fez o percurso em veículo fechado. O argumento oficial foi que poderia chover em Brasília naquele primeiro de janeiro de 99. Na solenidade de posse, no plenário da Câmara dos Deputados, lotado em 1995, havia 70 cadeiras vagas. Também não houve o grandioso show popular da primeira posse, para um público estimado em 1.500 pessoas, menos da metade do registrado em 95, embora FHC tenha repetido o gesto de ir até o parlatório e acenar para o povo, acompanhado de dona Ruth Cardoso e do vice-presidente Marco Maciel e esposa, Ana Maria. Após o coquetel no Planalto, um seleto grupo de 114 convidados, dos quais 20 parentes, foram jantar no Palácio da Alvorada, a residência oficial do presidente. Foi incluída de última hora a nova namorada do filho mais velho de FHC, Paulo Henrique Cardoso, a socialite Evangelina Seiler.⁵

Em seu discurso de posse na Câmara, Fernando Henrique disse que, com a reeleição, o Congresso e o povo brasileiro credenciaram-se para exigir dele *mais do que qualquer outro*

³ O Estado de S. Paulo, 31/12/1998, Política, p. A 4; Folha de S.Paulo, 02/01/1995, Brasil, p. 1 – 8.

⁴ Folha de S.Paulo, 01/01/1999, Brasil, p. 1 - 6.

⁵ Idem.

*presidente antes e que empenharia toda a sua capacidade e dedicação para corresponder à expectativa, mesmo porque aprendeu muito com os erros e acertos do primeiro mandato. Argumentou que o país avançou em diversas áreas, como a de telecomunicações, ampliou a infra-estrutura em rodovias, hidrovias, portos e aeroportos, melhorou a educação, saúde, saneamento, combateu as fraudes, organizou um estado mais eficiente. Recebeu mais investimentos estrangeiros, tornou-se mais relevante para o mundo e consolidou uma inserção ativa e soberana no sistema internacional.*⁶

FHC falou da mudança do País, em seu entendimento:

*Quando falo em mudança penso em algo mais profundo, abrangente e capilar, que toca o cotidiano de cada um dos brasileiros e melhora suas vidas. Milhões puderam alimentar melhor seus filhos e dar-se conta de que onde há democracia, estabilidade na economia e seriedade de governo não há razão de ser para o flagelo da fome. Milhares tiveram acesso a bens que antes estavam reservados a uma pequena elite, que sempre pôde tudo. Milhares realizaram aspiração tão antiga, quanto legítima, de comprar a casa própria ou morar com mais conforto. Outros perceberam que a ação solidária dos governos e das prefeituras, de pais e de mestres, está promovendo uma transformação profunda nas escolas e uma esperança fundada de melhor qualidade no ensino.*⁷

Uma parcela significativa da população melhorou suas condições de vida, com a estabilização resultante do Plano Real, *um grande divisor de água*, que daria aos *nossos filhos mais e melhores oportunidades na vida*. Mesmo assim, muitos relutavam em reconhecer que o Brasil havia se adaptado aos novos tempos.

*Antes era a inflação e concentração de renda. Depois, foi a estabilidade, com o início da distribuição de renda. O brasileiro pôde prever o fim do mês, planejar o ano seguinte e colocar sobre a mesa a agenda das suas verdadeiras necessidades. Restaurou-se a confiança para poupar e investir. O Estado começou a ser transformado para tornar-se mais eficiente, evitar o desperdício e prestar serviços de melhor qualidade à população. Deixa de ser o Estado faz-de-conta-que-faz-tudo; mas continua a ser o instrumento fundamental para garantir serviços para a população mais pobre, gerar as condições para o aumento da produção e assegurar os direitos básicos de todos.*⁸

Mas ele, FHC, que não se intitulava *senhor de um caminho único*, estava disposto a *discutir e retificar o rumo*, sempre que convencido de uma alternativa melhor para o país. Por isso, alegrava-se com o começo do diálogo com a oposição, apesar das divergências em vários campos, mesmo porque havia *temas e ações* que estavam acima das *diferenças partidárias*.⁹

⁶ Folha de S.Paulo, 02/01/1999, Brasil, p. 1 – 9.

⁷ Idem.

⁸ Idem.

⁹ Idem. Depois de eleito, FHC teve um encontro com Lula da Silva, apontado pela mídia como um gesto de aproximação com o objetivo facilitar a governabilidade no segundo mandato. O tempo mostrou que o PT não arrefeceu a oposição ao governo FHC, a não ser na fase final do mandato. Naquele momento, a calculada moderação petista, inclusive em relação à condução da política econômica, era fundamental para minimizar as

No segundo mandato, a tarefa seria dupla para *preservar as realizações e partir para novas conquistas*, disse FHC, que apontou o *objetivo central* do novo governo: *Radicalizar a democracia, democratizar o mercado, aumentando a competição, e promover a mais ampla oportunidade para todos os brasileiros. Isso requer determinação política e crescimento econômico continuado.*¹⁰

O presidente pretendia aprofundar a parceria com a sociedade, especialmente com a “opinião pública” representada pelos *sindicatos de trabalhadores, igrejas, movimentos sociais e as chamadas organizações não-governamentais*, além de uma *maioria silenciosa que não se faz ouvir*. A parceria não poderia se dar apenas com o que até há pouco tempo no país se chamava de “opinião pública”, o *eco das reivindicações dos setores privilegiados da sociedade, que sabem fazer ruído na defesa de seus interesses.*¹¹

FHC afirmou que não foi eleito para ser o gerente da crise, mas foi escolhido pelo povo superá-la, cumprir suas promessas de campanha e continuar a construir uma economia estável, moderna, aberta e competitiva. Lutaria para eliminar o tormento do déficit público, prosseguir o programa de privatização, as reformas previdenciária, administrativa, política e judiciária. Também apoiaria os que produzem e geram empregos, de forma a recolocar o país na trajetória de um crescimento sustentado, sustentável e com melhor distribuição de riquezas, mesmo porque não adiantava ser a oitava economia mundial e continuar entre os primeiros na desigualdade social. FHC lembrou que existiam as condições para *conseguir um Brasil efetivamente solidário e mais justo* e que ele foi de uma geração que sonhou com a reforma social. Promover esta reforma foi a *missão* que recebeu nas urnas.¹²

Uma análise dos resultados gerais das eleições de 98 mostra que FHC começaria o seu segundo mandato em uma posição confortável, pelo menos em termos de alianças políticas. No primeiro e no segundo turnos, foram eleitos do PSDB os governadores Tasso Jereissati (CE), José Ignácio Ferreira (ES), Dante Oliveira (MT), Mário Covas (SP), Marconi Perillo (GO), Almir Gabriel (PA) e Albano Franco (SE). Do partido, foram derrotados Eduardo Azeredo (MG) e Teresa Jucá (RR). Da coligação que apoiou a candidatura FHC, foram eleitos também os governadores Amazonino Mendes (AM), César Borges (BA), Roseana Sarney (MA), Jaime Lerner (PR), José de Abreu Bianco (RO), Neudo Campos (RR), Esperidião Amin, (SC) e Siqueira Campos (TO).

Embora não tenha feito parte da coligação de FHC, o PMDB, que era da base de apoio parlamentar no primeiro governo e continuou no segundo, elegeu os governadores Joaquim

desconfianças da comunidade econômica e financeira, nacional e internacional, sobre um possível governo de Lula da Silva, o candidato presidencial favorito nas pesquisas de intenções de voto.

¹⁰ Idem.

¹¹ Idem.

¹² Idem.

Roriz (DF), Mão Santa (PI), José Maranhão (PB), Jarbas Vasconcelos (PE) e Garibaldi Alves (RN). Também, Itamar Franco (MG), que naquela eleição fez uma campanha claramente de oposição a FHC, derrotando inclusive o governador tucano Eduardo Azeredo, candidato a reeleição. Em tese, de oposição, o governo FHC teria os governadores do Jorge Viana, (AC), Olívio Dutra (RS) e Zeca do PT (MS), do PT, além de Ronaldo Lessa (AL) e João Capiberibe (AP), do PSB, e Anthony Garotinho (RJ), do PDT.¹³

Os cinco partidos que formaram a coligação vitoriosa de FHC, mais o PMDB, que fazia parte da base aliada, começaram a legislatura de 1995 com 381 deputados e 60 senadores, número bem superior aos três quintos exigidos para aprovar até emenda constitucional. O que não queria dizer que todos votariam ou apoiariam automaticamente o governo, como mostrava, aliás, a experiência dos anos anteriores. Mas, se levar em conta que os governadores de estado tradicionalmente têm grande influência sobre os deputados e senadores de seus partidos, a sustentação política de FHC no Congresso para o segundo governo era bastante confortável. Como se viu, o problema foi que, como ocorrera antes, parlamentares, com frequência, julgavam-se donos de seus mandatos e agiam como tal, ao arrepio das lideranças partidárias.

Criou-se grande expectativa após a reeleição de FHC com o anúncio de um superministério da Produção, um “boeing” responsável por programas e projetos que iriam assegurar a retomada significativa do crescimento econômico, com o reforço de dinheiro do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e do BNDES. O avião quebrou na pista antes de decolar, juntamente com o ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, no embalo do “grampo do BNDES”. Em seu lugar, uma antiga pasta (Indústria, Comércio e Turismo) ganhou um nome, perdeu outro e virou Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, uma versão bem menos ambiciosa do que se imaginava para a Produção. Para ocupar o novo ministério, FHC chamou o embaixador do Brasil na Organização Mundial do Comércio, o empresário e diplomata Celso Lafer, amigo de velhos tempos, um dos fundadores do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), ativo defensor dos direitos dos empresários brasileiros.¹⁴

Lafer não conseguiu se entender muito bem com a classe empresarial nem fazer decolar os programas do Ministério do Desenvolvimento. Durou menos de sete meses e foi substituído em 17 de julho por Clóvis Carvalho, desde o início do primeiro mandato ministro-chefe da Casa Civil do Governo, muito mal visto pelos parlamentares, sobretudo por sua imensa capacidade de dizer não aos pedidos. Só que Carvalho começara o segundo mandato com mais poder, com a coordenação das mesmas oito câmaras setoriais do governo e outras atribuições, como o controle das medidas provisórias e projetos de lei assinados por FHC, o encaminhamento da

¹³ Os dados completos sobre as eleições de 1998 podem ser obtidos no *site* www.tse.gov.br.

¹⁴ Veja, 06/01/1999, edição 1.597, p. 40 – 41.

proposta de reestruturação administrativa de vários ministérios e a própria definição das funções do Ministério do Desenvolvimento.¹⁵

Por tudo isso, Carvalho seria o nome indicado para substituir Lafer e fazer andar a nova pasta, mas durou menos de dois meses. Na primeira semana de setembro, durante um seminário do PSDB em Brasília, bateu de frente o ministro da Fazenda, Pedro Malan, ao criticar a *ênfase monocórdia na contenção de gastos* e dizer que *apressar o passo* na retomada do crescimento não traria o *apocalipse*. Naquele momento, o *excesso de cautela* seria, na verdade, *o outro nome para a covardia*. Disse também: *Precisamos ousar mais, arriscar mais, até o limite da responsabilidade*. Malan, que estava presente ao seminário, ficou calado, mas depois foi dizer a FHC que ele e boa parte da equipe econômica, inclusive o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, iriam embora. Carvalho tentou se justificar, mas foi demitido em oito de setembro, porque FHC preferiu ficar com a equipe econômica, que começava a tirar o país do sufoco, depois da crise cambial do início do ano.¹⁶ O empresário Alcides Tápias, ex-dirigente do Bradesco e da empreiteira Camargo Correia, passou a ocupar a pasta que ganhou mais um nome e virou o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Tápias ficou até o final de julho de 2001.

A expectativa em torno de um ministério revigorado para o segundo mandato de FHC também não se confirmou, e os novos ministros foram menos de um quarto do total. O novo arranjo político continuou a favorecer os principais partidos da base aliada, o PSDB, PMDB e PFL, embora o PPB e PTB também mantivessem seus espaços. No novo mandato, o presidente manteve a área econômico-financeira, a social (notadamente os ministérios da Saúde e da Educação) e a burocracia do Estado fora da esfera política. Como novidade, deixou claro que a ocupação de cargos pelos partidos, a partir dali, estaria vinculada aos projetos do governo no Congresso. Quer dizer, a oposição a esses projetos, como ocorreu em vários momentos no primeiro mandato, implicaria demissão nos ministérios e escalões inferiores. Uma das primeiras dificuldades políticas foi justamente com a parte do PMDB ligada ao ministro da Justiça, Renan Calheiros, que assumira o Ministério em abril de 1998. Calheiros foi exonerado em 19 de julho, e o seu lugar, ocupado pelo advogado José Carlos Dias, sem viés partidário.

Ao anunciar, em dezembro de 98, o ministério do novo governo, o presidente chegou a vincular os cargos à votação do ajuste fiscal, parte do programa econômico anunciado em outubro e complementado no final de dezembro. Em editorial, o **Estado** disse que foi como se FHC “tivesse dito que, sendo a alocação de cargos mediante critérios políticos um dos tais fatos da vida contra os quais é ocioso lutar”, que pelo menos os indicados compartilhassem

¹⁵ Veja, 06/01/1999, edição 1.597, p. 36 – 38.

¹⁶ Veja, 08/09/1999, edição 1.614, pp. 36 – 39.

com os líderes do governo no Congresso a responsabilidade para aprovar os “amargos projetos em pauta, sob pena de demissão.”¹⁷

Para o jornal, o presidente deveria ser duro com os partidos políticos que se julgavam credenciados a ocupar o poder, “menos por estarem os seus quadros repletos de talentos, estudantes de patriotismo e de apego ao trabalho, do que pelo imemorial direito ao butim que se arrogam os vencedores de todas as batalhas”. Butim que incluía o segundo escalão, “a mina milionária onde faíscam gemas mais valiosas até do que muitos ministérios, notadamente o BNDES, a Petrobras e a Caixa Econômica Federal”, além do Banco do Brasil, que, por decisão do governo, escapara a essa *garimpagem* dos políticos. “É nessa hora que o país deve dar graças aos céus pela privatização”, afirmou o jornal, que também citou os seus “benefícios para a modernização da economia e para a mudança do papel do Estado”, e para acabar com a “necessidade de preencher, por critérios políticos, milhares de cargos e funções de confiança”. Eram cerca de 900 só no Sistema Telebras, por exemplo.¹⁸

Também em editorial, a **Folha** ressaltou o propósito de FHC de não mais se envolver no corpo-a-corpo das negociações no Congresso, dizendo com isso que o novo ministério seria uma “espécie de pacto permanente”, que deveria “substituir as negociações pontuais que ocorriam a cada apreciação de projeto polêmico”. As famosas barganhas que, no entender do jornal, foram alimentadas pelo próprio presidente. Se FHC queria encerrar o “ciclo de barganha excessiva”, disse a **Folha**, a sociedade deveria “cobrar o cumprimento dessa auspiciosa intenção”.¹⁹ Mas a realidade foi que a pressão do Congresso por novas CPIs e até o *impeachment* de FHC, durante seu segundo mandato, levaram o governo a ampliar as barganhas e concessões.

A pedra no sapato de FHC

Não satisfeito em derrotar o candidato do presidente Fernando Henrique Cardoso (Eduardo Azeredo) ao governo de Minas Gerais, no segundo turno da eleição em 98, Itamar Franco preparou um golpe mais audacioso para marcar a sua posse em primeiro de janeiro de 1999, uma sexta-feira. Anunciou a intenção de declarar a moratória da dívida do estado com a União, da ordem de R\$ 16,2 bilhões, afinal sacramentada na quarta-feira, dia 6, em uma nota de 14 linhas, em que diz que, por falta de dinheiro, não teria como honrar os compromissos

¹⁷ O Estado de S. Paulo, 31/12/1998, Notas e Informações, A 3, “A gula e o butim”.

¹⁸ Idem.

¹⁹ Folha de S. Paulo, 24/12/1998, Opinião, p. 1 – 2, “O novo ministério”.

assumidos pelo governo anterior. A dívida de Minas foi renegociada para pagamento em um prazo de 30 anos, num processo conjunto que envolveu outros estados devedores.

A situação financeira do estado é realmente dramática e não há como o governo cumprir os compromissos que foram assumidos na renegociação, afirmou o governador. Para ele, o seu ato não era novidade, porque, na prática, Minas estava em moratória há muito tempo, desde que deixou de repassar recursos para a alimentação de presos nas penitenciárias e de pagar ao funcionalismo público. O assunto não devia causar estranheza, já que o governo federal também precisou renegociar sua dívida externa e o próprio ministro da Fazenda, Pedro Malan, viveu a situação. *O ministro vai se recordar disso. Ele foi indicado por nós para ser o negociador da dívida externa. O Brasil, se não tivesse renegociado, entraria numa moratória*, afirmou Itamar. O Ministério da Fazenda informou que não pretendia renegociar mais nada e ameaçou cortar o repasse de verbas federais para Minas, caso o governo estadual insistisse na moratória.²⁰

O ministro Pedro Malan argumentou que os contratos deveriam ser cumpridos, pois não haveria nova renegociação para ninguém. O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, disse que o governo tinha garantias e elas seriam executadas. Por isso mesmo, Minas e Rio de Janeiro, que ameaçou seguir o gesto de Itamar Franco, não teriam como suspender o pagamento das parcelas de sua dívida com a União. *Existe um contrato em vigor e ele foi aprovado pelas Assembléias Legislativas de cada Estado, ninguém foi forçado a assinar nada*, observou Parente, que arquitetou o programa de saneamento das finanças estaduais e completou: *Nós não temos o poder de não cumpri-lo.*²¹

Atrás do movimento mineiro, sete governadores que se colocavam como oposição²² iniciaram uma estratégia, para tentar sensibilizar o governo FHC a rever os contratos para a rolagem dos débitos dos estados. O governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, argumentou que as dívidas estaduais com a União eram impagáveis como estavam negociadas, porque inviabilizavam o *desenvolvimento econômico e social*. O governador Antony Garotinho voltou atrás e, mesmo defendendo uma renegociação, disse que não transformaria o Rio de Janeiro em *estado caloteiro*, insistindo que negociaria *de cabeça erguida*. Em solidariedade ao governo federal, o senador Antônio Carlos Magalhães, da Bahia, e o governador de Pernambuco, Jarbas Vasconcelos (PMDB), também criticaram o calote de Itamar.²³

²⁰ O Globo, 05/01/1999, O País, p. 10.

²¹ O Estado de S. Paulo, 5/01/1999, Política, p. A 4

²² Eram eles, além de Itamar, Antony Garotinho, PDT do Rio; Olívio Dutra, Rio Grande do Sul, Zeca do PT, Mato Grosso do Sul, e Jorge Viana, Acre, do PT; Ronaldo Lessa, de Alagoas, e João Capiberibe, do Amapá, do PSB.

²³ O Globo, 06/01/1999, O País, p. 5 – 8

Em nota oficial distribuída no dia 6, o ministro Pedro Malan afirmou que a renegociação anterior da dívida trouxe vantagens para Minas, que economizou, só em 98, R\$ 380 milhões em juros, além de ter reduzido o crescimento do valor principal em R\$ 2,9 bilhões, se fossem levadas em conta as condições originais da dívida anterior. Já Itamar Franco, em um comunicado à imprensa, reafirmou que se encontrava em moratória durante 90 dias, a contar de primeiro de janeiro, e não iria recuar da decisão. Sobre as ameaças do governo federal, disse: *Se concretizarem, nós saberemos como nos comportar.*²⁴ Em meio à confusão, o presidente de honra do PT, Lula da Silva, pegou uma carona e divulgou uma nota em apoio à moratória mineira. *É preciso construir um novo pacto federativo*, dizia a nota, destacando que, ao propor uma moratória por 90 dias, o governador de Minas estava *jogando claro, de forma transparente, com o governo federal e com a sociedade*. Para Lula, o prazo era razoável para que a equipe de Itamar pudesse ter um quadro preciso da situação.²⁵

O presidente Fernando Henrique também reagiu a Itamar Franco, afirmando, por meio do porta-voz, Sérgio Amaral, que não iria renegociar as dívidas dos estados, cumpriria a lei e o que estava determinado nos acordos firmados entre os governos federal e estaduais. Esperava que os governadores de oposição criassem uma frente a favor do Brasil e não para *renovar o populismo*. Segundo Amaral, o presidente deixou claro que quem optasse pela moratória estaria prejudicando o ajuste fiscal e, em conseqüência, impediria a redução dos juros, a retomada do crescimento econômico e a geração de empregos. O porta voz disse ainda que não se estudava renegociar mais uma vez as dívidas estaduais, porque a renegociação anterior fora feita em bases semelhantes à da dívida externa do governo federal, que, por sua vez, não seria alterada.²⁶

Como se previa, a moratória de Minas Gerais ajudou a derrubar as bolsas e a tumultuar o mercado financeiro no Brasil, na América Latina e nos Estados Unidos, especialmente depois que o governo mineiro ameaçou não honrar o pagamento de uma dívida externa do estado, no valor de 108 milhões de dólares, que venceria em fevereiro. Refletindo o pensamento de vários setores da sociedade diante da atitude de Itamar, o ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega lembrou que ele era ex-presidente da República, ex-embaixador e governador de um dos maiores estados brasileiros. *Lá fora ninguém pode adivinhar que é também um irresponsável que visa a lucros políticos imediatos sem medir as conseqüências de seus atos*, afirmou.²⁷

O governo federal, avalista da dívida externa dos estados, jogou duro. O ministro Pedro Malan anunciou que a moratória anunciada por Itamar para essa dívida não tinha qualquer

²⁴ O Globo, 07/01/1999, O País, p. 3

²⁵ Idem, p. 4

²⁶ Idem.

²⁷ Veja, 13/01/1999, edição 1.580, p. 36 – 39.

efeito jurídico, apesar de afetar a credibilidade internacional do país, e não impediria a execução das garantias e cumprimento das cláusulas contratuais. Disse que a dívida seria paga com recursos dos depósitos mensais de conta-corrente de Minas com a União, que só poderiam ser sacados para o pagamento dos bônus da dívida externa do estado. Informou que o saldo dessa conta em 31 de dezembro do ano anterior, portanto, antes da posse de Itamar, era de US\$ 78,3 milhões, suficiente pra cobrir 72% do total devido. *O país honrará seus compromissos externos e internos integralmente, e o governo não hesitará em exigir o integral cumprimento de contratos legais e legítimos com quem quer que seja*, afirmou o ministro.²⁸

Na **Folha** do dia 8, há um resumo do estrago que a moratória mineira provocou, no dia anterior, nos mercados internacionais, ainda se recuperando do baque da quebra da Rússia no segundo semestre de 98 e temerosos do “efeito cascata” que a inadimplência de qualquer país emergente, como o Brasil, poderia provocar. O dólar norte-americano alcançou o patamar de 110,01 ienes, o mais baixo desde o dia 25 de setembro de 96. Os fundos de investimento de alto risco começaram a vender pesado os títulos do Tesouro norte-americano com 30 anos de vencimento, provocando a alta dos juros de 5,17% para 5,23% ao ano. O C- bond, o título brasileiro mais negociado no mercado internacional na época, chegou a cair 5% de manhã, embora tenha fechado o dia em menos 1,25%. O Global 27, papel mais nobre do país, caiu 4,38% e fechou o dia a 65,5% do seu valor de face. A Bolsa de Valores de São Paulo fechou em queda de 5,13%, depois de cair 6,69%. Os indicadores do mercado se recuperaram parcialmente quando o governo federal disse que honraria os pagamentos da dívida externa de Minas Gerais.²⁹

Itamar Franco ficou isolado, segundo avaliação do **Globo**. Dos 24 governadores cujos estados haviam renegociado suas dívidas com a União, 22, consultados pelo jornal, não pretendiam seguir o exemplo de Minas e suspender os pagamentos. Todos defendiam o diálogo. Itamar articulou uma reunião de governadores para o dia 18, em Belo Horizonte, a fim de discutir a questão da dívida, mas mesmo quem defendia a renegociação rejeitava a moratória.³⁰ Não houve mais renegociação, e ainda em 1999 Minas Gerais foi obrigada a se entender com o governo federal em torno do seu débito.

Na avaliação de políticos ligados ao próprio Itamar, a moratória foi uma forma de atingir diretamente FHC, de cujo sucesso tinha ciúmes e a quem não perdoava por ter passado para a história como o criador do Real, aprovado no governo dele, Itamar. E também por não ter apoiado a sua pretensão de concorrer ao governo de Minas em 98, preferindo a reeleição do tucano Azeredo. *Não sei onde Itamar guarda tanto ressentimento*, disse o seu colega de

²⁸ O Globo, 8/01/1999, O País, p. 3

²⁹ Folha de S.Paulo, 8/01/1999, Brasil, p. 1- 4:1- 8.

³⁰ O Globo, 10/01/1995, O País, p. 3

PMDB, ministro da Justiça Renan Calheiros, à revista **Veja**, que lembrou o falecido presidente Tancredo Neves, para quem Itamar *guardava os ódios na geladeira*.³¹

“Topete” como diz ironicamente a revista, em uma alusão ao cabelo de Itamar, sempre penteado para cima, “chegou à Presidência por um golpe do destino”, com o *impeachment* de Fernando Collor, e não tinha uma “razão objetiva para alimentar ressentimentos contra FHC”. Antes de nomeá-lo ministro da Fazenda, Itamar “afogou-se em confusões” em um governo que trocou 43 ministros, baixou 266 decretos e estimulou a Volkswagen a trazer de volta a linha de montagem do antigo fusca. Além do mais, “apoiou assessores que tinham planos de dar o calote na dívida pública ou de congelar preços”, e só a nomeação de FHC para a Fazenda e, depois, o Plano Real “interromperam o vendaval de problemas”. A **Veja** relembra um comentário repetido entre os diplomatas de Brasília pelo ex-embaixador dos Estados Unidos Melvyn Levitsky, o de que Fernando Henrique tinha um título inédito entre os chefes de Estado da História: o de ter sido o único presidente que fez seu antecessor.³²

FHC sabia que “acabaria tendo um acerto de contas” com Itamar em seu segundo mandato e até escalou os ministros da Justiça, Renan Calheiros, e dos Transportes, Eliseu Padilha, ambos do PMDB, para tentar “evitar que os arroubos do ex-presidente entornassem o caldo”, relata a **Istoé**. Diz a revista que no dia em que tomou posse, Itamar Franco se irritou com o fato de ter que “comprar com dinheiro do próprio bolso lençóis e fronhas” para poder ocupar o Palácio das Mangabeiras, a residência oficial do governador. E confirmou que nos cofres do governo mineiro não “havia dinheiro suficiente para pagar os salários dos funcionários e despesas como a comida dos presidiários”. Foi aí que voltou a “exibir o velho topete rebelde” e declarou a moratória.³³

Não foram muitos os momentos de seu governo que o presidente Fernando Henrique Cardoso recebeu tanto apoio de alguns jornais brasileiros, por meio de seus editoriais, quanto no episódio da moratória de Minas. Logo em seguida à decisão de Itamar, o **Estado** afirmou que a situação financeira dos estados seria pior se a União não tivesse consolidado as dívidas, “numa negociação penosa e demorada”, com mecanismos automáticos para o pagamento das parcelas vencidas, em um prazo de 30 anos. Informou o jornal que Minas Gerais e o Rio de Janeiro estavam entre as unidades da federação que mais gastavam com o funcionalismo, proporcionalmente às receitas líquidas, e não se enquadraram na legislação que limitava os gastos com pessoal a 60% da receita. O problema desses estados, portanto, não era a

³¹ **Veja**, 13/01/1999, edição 1.580, p. 36 – 39.

³² *Idem*.

³³ **Istoé**, 13/01/1999, edição 1.528, p. 20 – 24.

incapacidade de pagar o que foi acertado, mas “o desejo dos governadores de ter mais dinheiro disponível para gastar com seus próprios programas”.³⁴

Para o jornal, renegociar a dívida era inadmissível, quando o governo federal se empenhava junto ao Congresso para aprovar o reajuste fiscal, essencial para debelar a crise que levou o país a buscar ajuda externa. Lembrou que Anthony Garotinho tinha “ambições políticas” que o levariam a insistir na reabertura das negociações, enquanto Itamar Franco, “além de sua indisfarçável ambição de voltar à Presidência, que ocupou por acaso”, era movido “por ressentimentos” que apenas o seu temperamento poderia explicar. Diante disso, podia-se prever uma pressão “contínua e crescente” sobre FHC.³⁵

O **Estado** voltaria ao assunto afirmando que o governo federal reagiu com firmeza ao anúncio da moratória de Minas. O problema, disse, era que Itamar não queria promover o enxugamento da máquina administrativa estadual, que consumia com pessoal cerca de 80% da receita líquida do estado. E o jornal traça o que talvez tenha sido o retrato mais cruel do governador:

“O senhor Itamar Franco tornou-se presidente d República por infeliz acaso. Despreparado para o cargo, teve atuação medíocre, salpicada por explosões de temperamento entremeadas de faniquitos que oscilaram entre o grotesco e o ridículo. Seu único lampejo de lucidez como presidente levou-o a convidar o então chanceler Fernando Henrique para ocupar o Ministério da Fazenda. Graças ao insuspeitado talento administrativo demonstrado pelo ministro Fernando Henrique Cardoso ao consolidar o Plano Real, o Governo Itamar Franco deixou de ser uma nota de rodapé na História do Brasil. Tendo feito um favor ao sr. Itamar Franco, o presidente Fernando Henrique Cardoso passou a ser alvo preferencial dos ressentimentos e dos rompantes de irritação mal-educada de seu antecessor”.³⁶

A **Folha** também não deixou por menos. Classificou de “gesto insano” o de Itamar Franco e disse que parte das dificuldades econômicas do Brasil em décadas anteriores resultou da prática de sucessivos governos romperem contratos ou acordos - das cartas de intenções assinadas com o FMI, à moratória do presidente José Sarney e o confisco das aplicações financeiras e contas bancárias no Governo Collor de Mello. Argumentou que, com a moratória mineira,

“Itamar Franco põe em risco também o presente, ou seja, a credibilidade do ajuste fiscal, por sua vez indispensável, embora talvez ainda insuficiente, para que o país recupere a confiança internacional. Basta dar uma rápida passagem de olhos pelos despachos das agências internacionais de notícias para verificar que Itamar devolveu o Brasil à situação de país cujas autoridades não merecem confiança. Com seu arroubo demagógico, ou francamente irresponsável, o governador mineiro pretende obviamente cacifar-se politicamente como uma espécie de chefe da oposição ao governo FHC. Deixa claro, já nos seus

³⁴ O Estado de S. Paulo, 5/01/1999, Notas e Informações, p. A 3, “A autoridade do presidente em jogo”.

³⁵ Idem.

³⁶ O Estado de S. Paulo, 7/01/1997, Notas e Informações, p. A 3, “As armas da união contra os caloteiros”.

primeiros dias de mandato, que é candidato à sucessão presidencial em 2002 e que sua estratégia passa pela aposta no desgaste do governo FHC.”³⁷

Disse a **Folha** que, ao país, restava esperar que o governo federal reagisse “com firmeza ao gesto intempestivo do governador mineiro, sob pena de estimular outros governadores a seguir uma prática que deve ser desterrada para sempre, se o Brasil quiser de fato ser respeitado”.³⁸ Para o jornal, Itamar simplesmente “ignorou as conseqüências de seu gesto para a credibilidade do país, uma atitude inaceitável em qualquer autoridade, e mais ainda da parte de quem já ocupou um dia a Presidência”.³⁹

Em outro longo editorial, o **Estado** ressaltou que o “ato desatinado cometido pelo governador” foi um tiro no pé para os interesses de Minas e uma traição ao Brasil, considerando os efeitos para a credibilidade do país. Lembra que, não raro, como chanceler e como ministro da Fazenda, FHC “se viu na contingência de apagar os incêndios ateados pelo temperamento impúbere do chefe”, mas, com a moratória, Itamar conseguiu “a extraordinária proeza de esgotar as quase sobre-humanas reservas de paciência do presidente reeleito em relação à sua pessoa”.⁴⁰

Argumenta o jornal que, depois da moratória, durante dois dias o silêncio de FHC estimulou suspeitas de fragilidade ou complacência “diante da *vendetta* perpetrada por um político irremediavelmente mesquinho, incapaz de se libertar da vã solitária e corrosiva inveja do prestígio conquistado no Brasil e no mundo por aquele a quem, em um solitário lampejo de lucidez, nomeara ministro sem imaginar que, assim, estava-lhe abrindo o caminho para a Presidência da República”. Mas, em uma reunião ministerial, FHC “colocou as coisas em seus devidos lugares”. Em um estilo discreto e comedido, foi claro e preciso: *Que não se enganem e nem confundam o ser cordial com o não ser firme*, reiterando o compromisso de tratar os governadores e prefeitos com respeito, mas sem admitir o descumprimento das leis.⁴¹

Mais comedido, o **JB** disse entender que Itamar Franco tinha motivos para se queixar das dificuldades financeiras do estado que recebeu. Mas, considerando a própria responsabilidade de quem foi presidente da República, “numa hora tão difícil para o Brasil”, não poderia falar em moratória ou anunciar a impossibilidade de pagar os débitos de Minas. O jornal lembrou que foi Itamar, quando presidente, quem sancionou a lei que permitiu a renegociação da dívida dos estados com a União no governo FHC e deveria “ser mais cauteloso nas escaramuças

³⁷ Folha de S.Paulo, 8/01/1999, Opinião, p. 1 – 2, “Gesto insano”.

³⁸ Idem.

³⁹ Folha de S.Paulo, 9/01/1997, Opinião, p. 1 – 2, “Irresponsabilidade fiscal”.

⁴⁰ O Estado de S. Paulo, 9/01/1997, Notas e Informações, p. A 3, “A resposta que se esperava”.

⁴¹ Idem.

políticas com o governo federal. Pelo menos no emprego de palavras de elevado teor explosivo”.⁴²

O **Globo** argumentou que os governadores empossados em janeiro de 1999 não eram responsáveis pela situação em que encontraram as finanças de seus estados, mas nenhum tinha o “direito de se declarar surpreendido pela montanha de dificuldades” à frente. A renegociação das dívidas com a União, por exemplo, foi “conduzida a céu aberto e publicamente aprovada pelo Senado”. Uma nova renegociação ampla, pedida por alguns governadores, “teria um preço, em dinheiro, alto demais”, pois significaria desistir de equilibrar as contas públicas. E haveria um prejuízo político ainda maior, porque “seria impossível continuar a pedir sacrifícios ao setor privado, incluindo empresários e trabalhadores”.⁴³

Daí, diz o **Globo**, o caminho seria fazer como os governadores do Amazonas, Ceará, Maranhão, Bahia e Pernambuco, que adotaram medidas severas para cortar suas despesas e acertar as contas. Mostrando disposição para tanto, todos os governadores poderiam obter do governo federal algum tipo de ajuda, desde que não ameaçasse o ajuste fiscal. Mas não teriam solidariedade as tentativas de transformar os problemas em “munição para o confronto político-partidário ou em álibis para a falta de iniciativas produtivas”.⁴⁴ A questão da moratória mineira foi resolvida, com a intermediação de políticos do PMDB. Mas foi apenas um café pequeno diante da crise cambial que atingiria o Brasil em cheio.

O caos cambial e o rompimento do pacto

Uma semana depois de iniciar o seu segundo mandato, em uma sexta-feira, dia 8 de janeiro, o presidente FHC telefonou para o presidente do Banco Central, Gustavo Franco, e comunicou que decidira substituí-lo pelo diretor de Política Monetária, Francisco Lopes, que implantaria um regime cambial mais flexível, a chamada “banda larga”, em que o dólar teria mais espaço para flutuar. Franco e Lopes acertaram a transmissão de cargo para o final da semana seguinte e o presidente saiu uns dias de descanso. Na terça-feira, porém, um mercado agitado fez com que mais de 1 bilhão de dólares deixassem o país, provocando a alta dos juros e fortes movimentos de compra e venda da moeda norte-americana. O anúncio da mudança no comando do BC e da política cambial foi antecipado para a quarta-feira, dia 13.⁴⁵

A saída de Franco foi o ato final de uma divergência que existia há tempos no governo em torno da sua insistência em manter os juros elevados e um rígido controle cambial, para evitar

⁴² Jornal do Brasil, 08/01/1999, Opinião, p. 10, “Risco e confiança”.

⁴³ O Globo, 07/01/1999, O País, p. 6, Opinião, “Crises estaduais”.

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ Jornal do Brasil, 14/01/1999, Economia e Negócios, p. 15-16.

forte desvalorização do Real em relação ao dólar, itens essenciais da política de controle da inflação. No governo, a flexibilização do câmbio tinha entre os seus principais defensores os irmãos Luiz Carlos e José Roberto Mendonça de Barros, que, no final do primeiro mandato de FHC, ocupavam, respectivamente, o Ministério das Comunicações e a Câmara de Comércio Exterior. Mas já contava com a simpatia do próprio FHC e até do ministro da Fazenda, Pedro Malan.⁴⁶

Na essência, a divergência era que os irmãos Barros, apontados como desenvolvimentistas, defendiam, em contraposição a Gustavo Franco, monetarista, uma política de juros mais baixos e um câmbio mais flexível, de forma a permitir a retomada do crescimento econômico, pelo aumento da capacidade de investimentos do setor produtivo e também das exportações. Essas questões chegaram a ser discutidas em setembro de 98, em uma reunião do presidente FHC com a presença dos três, mais o ministro Pedro Malan e o diretor de Política Monetária do BC, Francisco Lopes, a quem FHC encomendou, à revelia de Franco, um estudo para uma eventual mudança na política de câmbio. A partir daquela reunião, Lopes, que era subordinado a Gustavo Franco, passou a interlocutor do presidente FHC e a ter contatos mais assíduos com o ministro José Serra, da Saúde, que também defendia uma política de juros e câmbio mais flexíveis.⁴⁷

Na fase final do primeiro governo FHC, discutia-se também uma mudança mais profunda na política econômica, inclusive com a criação do Ministério da Produção, com uma forte estrutura capaz de se contrapor à hegemonia da política monetária do Ministério da Fazenda e do Banco Central, que vinha sendo adotada desde a implantação do Plano Real. Havia até um esboço de como seria a nova estrutura do governo. Luiz Carlos Mendonça de Barros ocuparia o novo ministério, Chico Lopes poderia ir para a Presidência do Banco Central, já que Gustavo Franco parecia irredutível em relação à política de juros e câmbio, e André Lara Resende, que presidia o BNDES, ficaria em um Conselho no Palácio do Planalto, mas pronto para substituir Malan, na Fazenda, quando e se fosse necessário.⁴⁸ Como se viu, o “grampo do BNDES” implodiu a idéia.

Em meio às turbulências no mercado financeiro e às pressões políticas para reduzir as taxas de juros rapidamente, Gustavo Franco anunciou sua demissão do BC no dia 13, lendo um comunicado à imprensa: *Já faz tempo que venho amadurecendo a idéia de que necessitamos flexibilizar a política de juros e de câmbio para superarmos a crise e retomarmos o crescimento. O mundo mudou e é preciso responder as estas novas circunstâncias de forma positiva e criativa. Segundo ele, a agenda da estabilização havia se transformado em uma*

⁴⁶ Veja, 20/01/1999, edição 1.581, p. 38 – 41; Jornal do Brasil, 14/01/1999, Economia e Negócios, p. 15-16.

⁴⁷ Idem.

⁴⁸ Jornal do Brasil, 14/01/1999, Economia e Negócios, p. 15 – 16.

agenda do desenvolvimento, o que implicaria *alterar ênfase e prioridades*, além de *remanejar pessoas*. Acrescentou que jamais seria sua *intenção servir como embaraço à natural reorientação das políticas de juros e câmbio, conforme desejo do presidente da República*, e deixou claro que as mudanças anunciadas já naquele dia foram formuladas por Francisco Lopes, que iria conduzi-las.⁴⁹

Franco disse que tomou *conhecimento dos detalhes* e apoiava *integralmente as alternativas* apontadas, com a certeza de que seriam *bem-sucedidas*. Sobre a sua luta para manter as políticas cambial e de juros fez desabafo: *Não se tem noção do quanto é desgastante e solitária a defesa de princípios, a execução de políticas impessoais, voltadas para a maioria, freqüentemente contrariando interesses poderosos e despertando ressentimentos. A defesa da moeda não conta com a ajuda de lobbies, nem grupos de pressão*. Franco deixou o governo depois de cinco anos, em que serviu como secretário-adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda, diretor de Assuntos Internacionais do BC e, nos últimos 17 meses, como presidente.⁵⁰ Ao final de seu mandato, FHC admitiria que, no episódio da saída de Franco, o ministro Pedro Malan lhe entregou uma carta de demissão, mas ele não aceitou. Convenceu-o a ficar, com o argumento de que precisava dele e de sua credibilidade no Brasil e no exterior para contornar os problemas econômicos que, imaginava-se, viriam. Como, de fato, vieram.⁵¹

A simples mudança na banda cambial (aumentando o intervalo em que o dólar poderia flutuar) e no comando do BC não resolveu o problema. O mercado continuou agitado e, em três dias, o real desvalorizou 21%, dos quais 11% só na sexta-feira, 15. Naquele dia, pouco antes das 12 horas, o BC extinguiu o sistema de bandas cambiais, disse que não atuaria para segurar as cotações do dólar nos limites previstos, e a moeda passou a flutuar livremente, em função do mercado. Fechou o dia valendo R\$ 1,44. Também na sexta, o presidente Fernando Henrique fez um pronunciamento em cadeia nacional de rádio e televisão, em que assumiu pessoalmente a responsabilidade pelas mudanças no regime cambial. Na avaliação de analistas e do próprio governo, a primeira batalha fora ganha, pois a reação do mercado ao fim das bandas foi muito favorável.⁵²

Os primeiros movimentos do segundo mandato de FHC na política econômica o colocariam de frente com os jornais que, de modo geral, apoiavam-no. Em várias oportunidades, ele, o ministro da Fazenda e presidente do BC garantiram que não haveria mudança na política cambial. Quem acreditou em suas palavras perdeu muito dinheiro, especialmente se tinha negócios lastreados em moeda estrangeira, como é o caso de alguns

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ Idem.

⁵¹ Folha de S.Paulo, 19/12/2002, Brasil, p. A – 11.

⁵² Jornal do Brasil, 16/01/1999, Economia e Negócios, p. 11.

jornais, inclusive com as importações de papel. Os editoriais dos jornais pareciam indicar um rompimento do “pacto” de apoio a FHC, mantido desde antes da primeira eleição.

Veja-se o editorial da **Folha**, ainda no dia 14, excepcionalmente publicado na primeira página:

“Uma onda de descrédito de enormes proporções atingiu o Brasil nos últimos dias. Com menos de duas semanas do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, o país assiste à precipitação de novos e antigos problemas numa velocidade surpreendente, no momento talvez mais dramático de sua história recente. À exaustão do plano econômico, fruto da combinação perversa de erros domésticos não corrigidos a tempo com uma reviravolta no cenário econômico internacional, somam-se dificuldades de outra ordem, menos presentes em crises anteriores. Elas são políticas, tornando mais frágil e incerta a base de sustentação do governo e se projetam em focos de insatisfação social, por ora ainda difusos, mas que não podem ser menosprezados. O país já enfrentou crises políticas piores em sua história, quase se habituou às dificuldades econômicas recorrentes, tem uma dívida social crônica e continha sendo visto com desconfiança no exterior. Quando, no entanto, esses fatores se aglutinam e se retroalimentam numa dinâmica que parece por em risco a própria governabilidade, é preciso dar um basta e reagir a tempo. A tarefa é inadiável”.⁵³

Argumentou o jornal que havia no país um desequilíbrio fiscal e fuga de capitais, “gerando perdas de reservas e deflagrando uma crise cambial”. O êxito da resposta do governo – a desvalorização anunciada no dia anterior – era ainda “uma incógnita”, o que exigiria o “máximo de serenidade, mas também o máximo de firmeza”, pois não havia “mágicas”. O grande problema, no entendimento da **Folha**, continuava sendo a questão fiscal. Sem “demonstrações rápidas e eficazes” de que as medidas para equilibrar as contas públicas seriam aprovadas pelo Congresso, persistiria a desconfiança e a desvalorização do real tenderia a “ser apenas o prelúdio de dias piores”. O equilíbrio dessas contas era o “horizonte imediato, a responsabilidade maior do governo federal, dos congressistas e dos governadores. A elite política brasileira não tem mais o direito de vacilar. Seria como empurrar o país para o abismo”.⁵⁴

No dia seguinte, foi a vez de o **Estado** usar um tom ainda mais duro, ao afirmar que, apesar de insistir que houve apenas uma *flexibilização*, o governo FHC, na verdade,

“mudou a política cambial, peça-chave do Plano Real, e fez isso de surpresa, impondo perdas a todos aqueles que acreditavam na manutenção do rumo anterior. E permitindo ganhos extraordinários a todos aqueles que anteciparam a desvalorização. Considerando que o presidente e o ministro da Fazenda, Pedro Malan, repetiam que um dos pontos essenciais de sua gestão era a previsibilidade, o caminho sem sustos, o que houve foi uma alteração essencial na teoria e na prática da política econômica. Além disso, a desvalorização veio gerar inflação adicional, maior ou menor dependendo do nível de atividade econômica”.⁵⁵

⁵³ Folha de S. Paulo, 14/01/1999, Opinião, primeira página, “Sem direito de vacilar”.

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ O Estado de S. Paulo, 15/01/1999, Notas e Informações, p. A 3, “A mudança que governo nega”.

Assim, eram “cada vez menos convincentes” os argumentos de FHC, Malan e Chico Lopes, “para convencer a opinião pública de que não houve mudança de filosofia e que o Plano Real continua o mesmo, e não houve mudança de rumo”. Aliás, se a idéia não era mudar nada de essencial, pergunta o jornal, “por que Gustavo Franco precisou deixar a Presidência do BC e ainda declarando que não podia ser embaraço à *reorientação das políticas de juros e câmbio*, conforme desejo do presidente da República?”⁵⁶

Para o jornal, nos conflitos em seu governo, FHC sempre desempatou a “favor da equipe econômica, personificada na dupla Pedro Malan/Gustavo Franco”. Mas mudou de lado e contou, “se não com a adesão, pelo menos com a fidelidade” de Malan e de Chico Lopes para implantar a nova política cambial. O jornal diz esperar que essa nova política seja mais eficiente, mas adverte: “Seria melhor, inclusive para essa eficiência, que a mudança fosse claramente explicitada pelas autoridades competentes. Se tivesse feito isso ou ainda se o fizer, talvez o governo possa manter parte do patrimônio que acumulara com a política previsível, firme, sem sustos, sem perdas e ganhos extraordinários para os agentes”.⁵⁷

Dias depois, o **Estado** voltou a bater firme no presidente FHC, afirmando que ele, que sempre mereceu

“elogios por manter essa linha até a crise da moratória russa, caiu depois na tentação tão comum de evitar um compromisso único com uma determinada linha econômica. Por equivocada esperteza política, preferiu deixar no ar desde então a alternativa de mudança, alguma via de escape. Essa perigosa ambigüidade culminou nos recentes episódios em que ele, presidente, decidiu mudar a política cambial, procurando manter a aparência da continuidade de rumo, logo desmentida pela necessidade do governo de ceder às pressões do mercado. O Plano Real, certamente, estava ancorado em uma idéia sólida. Também é verdade que Fernando Henrique deu autoridade à equipe econômica para executá-la. Mas, e aqui começam as ambigüidades, sempre manteve a seu lado, no governo e num círculo de amigos, conselheiros não oficiais, colaboradores que eram ostensivamente contra a política econômica comandada por Pedro Malan e Gustavo Franco. Mais do que isso, depois que o Brasil passou a ser a ‘bola da vez’, Fernando Henrique sempre deixou florescer entre esses colaboradores a esperança de que poderia mudar a política, o que incentivava a oposição”.⁵⁸

O grande problema foi que a “política cambial estava assentada na garantia de que não haveria desvalorização forte e súbita do real”, conforme as palavras do presidente, do ministro da Fazenda e a “prática do Banco Central”. Porém, como se viu, tudo “pode mudar de um dia para outro”, apesar da insistência do “timoneiro-mor em garantir que não viraria o leme”.⁵⁹ Com a crise, o governo experimentou o “gosto amargo” que outros países provaram antes, porque “desvalorizações súbitas, sabe-se como começam, mas jamais como terminam”,

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ O Estado de S. Paulo, 17/01/1999, Notas e Informações, p. A 3, “As conseqüências da ambigüidade”.

⁵⁹ Idem.

registrou o **Estado**. Por isso mesmo, o jornal se colocava contra o câmbio livre naquele momento e a favor do sistema de bandas, com o argumento de que quando os governos, por quaisquer razões, “deixam de perseverar na política que escolheram, sujeitam seus países a uma conseqüência inescapável da ruptura da regra cambial: o mercado não aceita a regra seguinte”. E, se o governo foi incapaz de manter a política “diante da primeira grande dificuldade”, dificilmente manteria a nova, “adotada no pico da crise”. Por isso, nenhum país tinha conseguido desvalorizar a moeda de forma controlada.⁶⁰

Para o **JB**, a desvalorização de cerca de 20% da moeda em uma semana “acabou com o Plano Real implantado em primeiro de julho de 1994”, embora sem significar o fim do Real, nem do sonho da estabilidade dos preços, “provada e aprovada pela maioria da população”. Isso, porém, se o governo e a classe política fossem “capazes de reagir ao desafio de adotar rapidamente base fiscal sólida para recompor a credibilidade do real e do Brasil”. No entendimento do jornal, “o brasileiro que sonhou com um país moderno para o século 21, como nação que ofereceu oportunidade de acesso ao mercado a amplas camadas da sociedade, não merece ver esse sonho virar pesadelo. O real não pode malograr como os planos econômicos anteriores”.⁶¹

Em outro editorial, o **JB** diz que o Governo FHC “é parte inseparável da crise. Teve muito a ver com os antecedentes da insustentável situação nacional esticada aos últimos limites pela demora das soluções. E tem agora a grande responsabilidade de propor e conduzir a melhor solução para resguardar as conquistas sociais incorporadas pela estabilidade monetária”. Na opinião do jornal, o governo “incorreu na ilusão de que o tempo é aliado natural na solução dos problemas difíceis”, mas esqueceu que, também, “é inimigo potencial quando falta decisão política”. Já o presidente FHC

“incorreu no fatal engano de avaliação política quando confiou que, uma vez começado, o processo de reformas encontraria dinâmica própria e prosseguiria em nome da social-democracia. Abdicou da liderança implícita no mandato presidencial, conquistado por maioria absoluta de votos no primeiro turno. Preservou a sua imagem ética confiando aos partidos e lideranças que constituíam a maioria parlamentar a negociação de favores por votos, mas não se beneficiou do atraso do programa de reformas. Ao contrário, está recebendo a conta do equívoco sob a forma de crise”.⁶²

Os jornais também culpavam duramente o governo pela crise, responsabilizando-o pelas reformas que não foram feitas, especialmente a reforma fiscal, e pela incapacidade de lidar com o Congresso Nacional. O **Estado** lembrou que “o pilar central do Plano Real, como se lê na primeira exposição do programa, ainda antes do lançamento da moeda e da URV, era o ajuste fiscal”, que não foi feito. A sua aprovação plena seria, então, naquelas circunstâncias, “a

⁶⁰ O Estado de S. Paulo, 18/01/1999, Notas e Informações, p. A 3, “Na corda bamba”.

⁶¹ Jornal do Brasil, 16/01/1999, Opinião, p. 10, “O novo desafio”.

⁶² Jornal do Brasil, 17/01/1999, Opinião, p. 8, “Geometria variável”.

condição para o restabelecimento de uma política econômica coerente” que possibilitaria, em médio prazo, “o surgimento com toda a força dos benefícios que certamente traria a desvalorização em termos de reativação da atividade econômica”.⁶³

A **Folha** calculou que a livre flutuação do câmbio decidida pelo governo era um “um remédio” cujos efeitos não poderiam “ser medidos apenas com base na reação favorável observada no mercado financeiro no dia anterior”. Já os desequilíbrios produzidos pela sobrevalorização do real eram “significativos e estruturais. O desarme da bomba de expectativas de maxidesvalorização cambial resolve um dos problemas, é um remédio, mas obviamente não passa de um dos ingredientes da dolorosa terapia a que a sociedade brasileira será submetida”. Disse que, ao permitir a variação do dólar, o Brasil ficou com suas reservas preservadas, desmontou a “bomba de expectativas” e acabou com o “jogo de aposta na desvalorização descontrolada”, o que explicaria a “sensação de alívio” que dominou os mercados. Na opinião do jornal, o BC “saiu da berlinda, escapou ao xeque”, mas não significava descartar para próximas semanas ou meses “outros testes para a política cambial e mesmo para o conjunto da política econômica brasileira”. Mesmo porque “o alívio para evitar a catástrofe não basta. O país precisa urgentemente das reformas prometidas. Até que elas sejam obtidas, a política econômica terá o sabor de um remédio amargo, sobre cujos efeitos ainda pairam dúvidas tanto de ordem técnica como de natureza política”.⁶⁴

A **Folha** argumentou que, apesar das reações iniciais em apoio à flutuação do real, a estabilidade do câmbio dependeria do ajuste fiscal que, se antes era fundamental, tornara-se imprescindível. “A equação da credibilidade do governo brasileiro ainda está em aberto e o equilíbrio da taxa de câmbio depende do estado de confiança no ajuste”. Mas o fato era que, naquelas circunstâncias de transição, não havia “lastro econômico ou político para a moeda brasileira” E, assim, por algum tempo, parecia inevitável “deixar ao sabor do mercado a definição da taxa de câmbio, ainda que correndo o risco de assistir a novas ondas de desvalorização do real, se continuarem frágeis os fundamentos da confiança no país”.⁶⁵

Em um texto com a sua opinião na primeira página, o **Globo** disse que havia uma questão mais crucial para o Brasil, naquele momento, que as medidas técnicas relativas ao câmbio e à taxa de juros.

“Não adianta muito, numa visão de longo prazo, apagar o incêndio do mês sem atacar as causas do fogo. É preciso realizar o mais difícil dos ajustes, o da credibilidade. Ele começa com o governo realizando o que sempre afirmou que estava realizando. Não se deve negar ao presidente Fernando Henrique e à sua equipe econômica o mérito da intenção correta. Mas é impossível deixar de encarar aquilo que está dolorosamente visível: a assustadora distância entre

⁶³ O Estado de S. Paulo, 17/01/1999, Notas e Informações, p. A 3, “As conseqüências da ambigüidade”.

⁶⁴ Folha de S. Paulo, 16/01/1999, Opinião, p. 1-2, “Remédio amargo”.

⁶⁵ Folha de S. Paulo, 18/01/1999, Opinião, p.1 – 2, “Real ainda sem lastro”.

intenção e realidade. O Plano Real, perfeito na concepção, esteve, desde o primeiro minuto, condicionado a uma transformação profunda no perfil e nos procedimentos do Estado. Enquanto isso não ocorria, o projeto de estabilizar a moeda foi levado adiante por medidas em geral corretas, mas conjunturais. Era impossível – como ficou patentemente demonstrado – partir para a etapa seguinte, de retomada do crescimento econômico. Hoje, é igualmente evidente que a própria estabilização está ameaçada”.⁶⁶

Para o **Globo**, era “necessário lembrar que a reforma do Estado” era a grande premissa. Não bastava ao governo reconhecer essa premissa “de forma pouco mais que retórica, administrando sua força política de maneira espasmódica, ora com energia, ora esquecendo as prioridades históricas para se concentrar em objetivos não essenciais”. Era preciso fazer o ajuste fiscal, concluir as reformas administrativa e tributária, “fechar o sangradouro do sistema previdenciário estatal e impor de forma absolutamente eficiente a austeridade financeira na União, nos estados e nos municípios”.⁶⁷

A crise não era apenas a daqueles dias, mas aquela que se mantinha “latente desde que o governo começou a agir como se a estabilidade da moeda gerasse espontaneamente as etapas seguintes da realização do potencial econômico brasileiro”. O país não sairia dela apenas se entendendo com o FMI e pedindo apoio aos capitais privados internacionais. Era necessário “demonstrar, de forma concreta e indiscutível, que o Brasil é digno de confiança porque realmente faz aquilo a que se propõe. As mais inteligentes desculpas para a frustração de objetivos óbvios não funcionam mais”. No entendimento do jornal, o país estava “perdendo suas reservas de credibilidade rapidamente e de maneira lamentável”. Tinha o presidente FHC o dever de recuperar essas reservas com “a ênfase dramática” que as circunstâncias exigiam.⁶⁸

Os jornais destacaram também que grande parte dos problemas econômicos brasileiros resultou da insistência de Fernando Henrique em concentrar seus esforços para garantir a mudança na lei que permitiria a reeleição para cargos executivos e depois a sua própria reeleição. O **JB**, por exemplo, disse que, aprovado, o “fato inédito” tornou-se o “centro da gravidade” na metade do primeiro mandato de FHC. Em torno dele, “antecipou-se o processo eleitoral e as reformas esfriaram numa representação parlamentar incapaz de discernir qualquer risco além do próprio mandato”.⁶⁹

Para o jornal, o Executivo e o Congresso eram responsáveis pela crise e, sendo assim, partes inseparáveis da “solução política” que o Brasil teria de “encontrar sem perda de tempo”. Nada poderia ficar para depois, porque os brasileiros esperavam “demonstração e não parábola retórica”, nem queriam ouvir “troca de acusações entre os responsáveis pelo que está acontecendo aos olhos de toda a nação”, apenas a verdade. A nação precisaria “mobilizar-se,

⁶⁶ O Globo, 18/01/1999, Opinião, primeira página, “Ajuste de credibilidade”.

⁶⁷ Idem.

⁶⁸ Idem.

⁶⁹ Jornal do Brasil, 17/01/1999, Opinião, p. 10, “Geometria variável”.

por iniciativa do governo e como vontade nacional”, para sustentar a confiança que não era “patrimônio oficial”, nem estava à disposição dos “políticos para ser dilapidado”.⁷⁰

Em uma leitura inicial dos editoriais, dos quais os trechos anteriores são alguns exemplos, fica a impressão de que os jornais querem mesmo é criticar a mudança na política cambial feita pelo governo. Mas, em seguida, vê-se que os textos partem para críticas contundentes às reformas estruturais do Estado que não foram feitas no primeiro governo FHC, incluindo as reformas administrativas, fiscal e a busca do equilíbrio financeiro do setor público. Como nunca, culpa-se o governo de não ter dado a devida atenção a essas reformas, assim como dedicado tempo mais do que razoável às barganhas que permitiram aprovar a emenda da reeleição do presidente, inclusive gastando muito do cacife político representado pelos cargos e funções na administração e empresas públicas. Quer dizer: a brusca mudança cambial teria sido apenas mais uma derrapagem resultante da incompetência administrativa e política do governo.

A leitura mais atenta dos textos mostra, no entanto, que a grande queixa da mídia é, de fato, a mudança do câmbio. E, mais especificamente, a mudança da palavra de Fernando Henrique Cardoso sobre a política cambial, pois, como dizem os jornais, ele – secundado pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan – sempre garantiu que não haveria alterações bruscas. Daí a impressão de que o “pacto” entre a chamada grande imprensa nacional e FHC, que vinha desde antes da eleição de 1994, estaria se rompendo.

Mas por que a postura radical da mídia diante a desvalorização do câmbio, se não havia unanimidade no Brasil em torno do assunto? Pelo menos um ano depois da implantação do Plano Real e da sua moeda, em 1994, que, como já se disse, tinha entre suas bases de sustentação a “âncora cambial”, o real estava substancialmente valorizado em relação ao dólar, como reconheceria depois o próprio FHC. Com isso, os exportadores reclamavam que a defasagem cambial prejudicava suas vendas, assim como a indústria nacional, que sofria forte concorrência dos produtos importados com o dólar barato. Esses dois setores apoiaram e comemoraram a desvalorização de 1989, já que as mercadorias produzidas no Brasil, destinadas ao mercado interno, teriam mais proteção contra a concorrência estrangeira. E aquelas vendidas ao exterior teriam maior competitividade, exatamente por conta do dólar mais caro.

Vê-se, assim, que as críticas à mudança cambial não foi total. Por que, então, os jornais reclamaram tanto? Não cabe aqui nesta tese uma análise mais detalhada sobre o assunto. Uma percepção inicial, porém, é que os meios de comunicação, com projetos de investimentos ou endividamento escorados em moeda estrangeira, perderam diretamente muito dinheiro. Ou,

⁷⁰ Idem.

naquele momento, estavam bastante alinhados com os setores produtivos que se beneficiavam da moeda nacional sobrevalorizada. Ou as duas coisas.

No auge da crise cambial, o Brasil conheceu a mais curta gestão de um presidente do Banco Central, desde que foi criado em 1965. E que nem chegou a ser presidente de direito, pois caiu antes de a nomeação pelo presidente da República sair no *Diário Oficial*, após a sabatina no Senado Federal que aprovou o seu nome, no final de janeiro. Francisco Lopes, conhecido como Chico Lopes, economista e professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, um dos “pais” dos planos Cruzado e Real, era diretor de Política Econômica do BC desde o começo do governo FHC. Foi indicado para a presidência em 13 de janeiro, com a saída de Gustavo Franco, e afastado dia primeiro de fevereiro. Franco só deixaria oficialmente o cargo em 4 de março, com a posse de Armínio Fraga, o quinto presidente da instituição na gestão FHC (se considerar a curta gestão de Lopes). Fraga ficou até o final do governo, em dezembro de 2002.

A passagem de Chico Lopes pelo BC foi também um dos momentos mais turbulentos das duas administrações FHC. A mudança da política cambial, com a desvalorização do real em relação ao dólar e a criação do sistema de bandas cambiais, depois também rejeitado, não resolveram o problema. Mesmo após a posse de Lopes e a adoção das medidas, o dólar continuou a se valorizar e os investidores externos a levar embora seu dinheiro. O pior é que, na última semana de janeiro, uma boataria espalhou-se por todo o país, amplificada pelo noticiário da mídia impressa e eletrônica, dando conta de que o governo poderia promover um novo confisco do dinheiro dos correntistas, a exemplo do que fez o ex-presidente Fernando Collor, e ainda decretar moratória nas dívidas interna e externa.

O presidente FHC e o ministro Pedro Malan deram entrevista negando tudo, mas não resolveu. Houve grande corrida aos bancos, com os investidores querendo sacar em dinheiro vivo seus investimentos e saldos de conta-corrente. Na sexta-feira, dia 29 de janeiro, o dia mais grave da crise, só uma agência do Unibanco no Rio de Janeiro, que normalmente trabalhava com R\$ 30 mil por dia, teve de solicitar mais três carros-fortes com R\$ 360 mil para atender aos saques dos clientes. A maioria das agências de todos os bancos nos vários estados não conseguiu o papel moeda para atender à demanda. Nesta mesma sexta, o dólar chegou a ser negociado a R\$ 2,17. Com 11 dias de flutuação livre, o real perdera 41% de seu valor em relação ao dólar.⁷¹

⁷¹ Veja, 03/02/1999, edição 1.583, p. 36 - 37. No livro em que fala sobre o seu governo, já citado, FHC relata que, na sexta-feira, dia 29, em São Paulo, pela primeira vez sentiu hostilidade do povo, ao se deslocar de carro pelas ruas. Ficou “chocado” com Chico Lopes, que em meio a toda confusão da sexta-feira viajou para o seu sítio em Teresópolis (RJ) e sequer lhe telefonou, como se o assunto não fosse da alçada do BC. Quando o procurou na segunda-feira, foi informado de sua demissão. Ver CARDOSO, Fernando Henrique. *A arte da política. A história que vivi*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 425.

Na segunda-feira, primeiro de fevereiro, ao demitir Chico Lopes, o presidente FHC indicou para seu lugar Arminio Fraga, que já havia sido diretor da Área Internacional do BC, entre 1991 e 92. Ele chegou em meio a uma grande polêmica, por conta do seu passado: até o ano anterior trabalhara para o financista e especulador internacional George Soros. Para quem o defendia, por sua própria experiência, era o homem indicado para tentar tirar o Brasil do redemoinho da crise financeira internacional. Para aqueles que o criticavam, como os parlamentares de partidos de oposição, Fraga empurraria ainda mais o país para os interesses da comunidade financeira externa.

A versão do governo, publicada pela mídia, foi que a saída de Chico Lopes do BC resultou de dois principais fatores: suas divergências com o ministro Pedro Malan sobre os termos do acordo que o Brasil estava discutindo com o Fundo Monetário Internacional e a incapacidade de adotar medidas para segurar as cotações do dólar. Lopes conseguiu irritar tanto o ministro, quanto o presidente FHC, que teve de pessoalmente fazer declarações para conter a onda especulativa e a confusão com as tentativas de saques nos bancos.⁷² Malan, que chegou a pedir demissão por escrito (não aceita) a FHC antes da saída de Lopes, entendeu-se com Fraga, cuja indicação foi bem recebida. Já em 2 de fevereiro, o dólar recuou em média 8,4%, fechando o dia cotado a R\$ 1,75.

No auge da crise cambial de janeiro, o Banco Central tomaria mais uma decisão polêmica, que marcaria significativamente o Governo FHC e os personagens envolvidos, inclusive Chico Lopes e outros diretores do banco, que ficou conhecida com o caso “Marka-FonteCindam”. Em 14 de janeiro, o BC vendeu cerca de 200 milhões de dólares aos bancos FonteCindam, por R\$ 1,32, e Marka, por R\$ 1,27. A cotação do dia era R\$ 1,32, mas sabia-se que iria subir e já no dia seguinte estava em R\$ 1,47. As notícias sobre o “favorecimento” aos dois bancos começaram a surgir semanas depois, e a justificativa do BC foi que havia o risco de uma “quebra sistêmica” no sistema financeiro, ou seja, a quebra de um banco levaria em cadeia outros. Os dois bancos tiveram dificuldades porque apostaram que o real não seria desvalorizado e, quando isso ocorreu, perderam muito dinheiro (próprio e de investidores) e ficaram com problemas de caixa.

O Marka e o FonteCindam tinham investimentos na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) em mercados futuros e de opções de câmbio, apostando na estabilidade da moeda. A decisão de “socorrer” os bancos foi tomada depois que correspondência da BM&F alertou o BC para o risco de uma “crise sistêmica que atingirá o mercado como um todo” se alguns bancos não conseguissem resolver sua situação. A revista **Veja**, no entanto, publica matéria em

⁷² Folha de S. Paulo, 03/02/1999, Dinheiro, p 2-1: 2-2.

que diz, com base em entrevistas, que essa correspondência, na verdade, foi pedida pelo BC para justificar a venda dos dólares aos dois bancos.⁷³

Mas, antes, a própria **Veja** havia publicado a notícia de que o dono do Marka, o italiano radicado no Brasil Salvatore Cacciola, teria pelo menos desde 1998 um informante com acesso a informações da alta cúpula do BC e não apostou na desvalorização do real em janeiro exatamente porque essas informações indicavam que a mudança no câmbio só ocorreria em fevereiro. Cacciola pagaria o equivalente a 125 mil dólares por mês (outros três bancos também pagariam) para ter as informações, afinal, negadas por ele e nunca comprovadas efetivamente. O tal informante do BC seria o próprio Chico Lopes, que transmitiria as informações para amigos e antigos sócios na empresa de consultoria Macrométrica, entre eles, Sérgio Bragança.⁷⁴

Bragança, aliás, foi quem escreveu um bilhete manuscrito, com data de 4 de agosto de 1996, em que diz que Chico Lopes tinha sob sua custódia 1,675 milhão de dólares depositados em suas contas no exterior. Bragança autoriza que, em caso de seu impedimento, por qualquer motivo, os recursos sejam repassados para Lopes. O bilhete foi apreendido pela polícia, com autorização judicial, na casa do ex-presidente do BC, no Rio de Janeiro, juntamente com outros documentos, depois do escândalo do Marka-FonteCindam. Segundo a **Veja**, as declarações do Imposto de Renda de Chico Lopes de 1995, 96 e 97 não mencionam os recursos no exterior.⁷⁵

O FonteCindam, que tinha como um dos acionistas Luiz Antônio Gonçalves, ex-diretor do Banco Central, acabou sendo vendido, mas o Marka fechou as portas. Processado por irregularidades que levaram à quebra do seu banco, Cacciola passou um mês preso no Rio de Janeiro e depois fugiu para a Itália, onde vive e até escreveu um livro sobre o assunto, *Eu Alberto Cacciola Confesso – o Escândalo Banco Marka*, editado pela Record.⁷⁶

Uma das conseqüências diretas da crise cambial de janeiro de 1999 com socorro aos bancos Marka e FonteCindam foi a criação de uma CPI no Senado Federal para investigar o sistema financeiro, a chamada CPI dos Bancos. Para se contrapor, o governo, por meio dos partidos aliados, criou uma outra CPI na Câmara para examinar a regulamentação do sistema financeiro, com ênfase na discussão sobre a fiscalização e controle do sistema financeiro. Pretendia, com isso, criar uma “agenda positiva” de discussão dos problemas nacionais e não ficar apenas na apuração de “supostas” irregularidades.

⁷³ Veja, 05/05/1999, edição 1.596, p. 36- 41.

⁷⁴ Veja, 21/04/1999, edição 1.594, p. 38- 44; Edição 1596, 05/05/1999, p. 36 – 41.

⁷⁵ Veja, 28/04/1999, edição 1.595, p.36 – 43.

⁷⁶ A Justiça Federal do Rio de Janeiro abriu processo contra os envolvidos no caso “Marka – FonteCindam” e em abril de 2005 condenou oito réus. Do Banco Central foram condenados Chico Lopes e os ex-diretores Cláudio Mauch (Normas e Organização) e Demóstenes Madureira Pinho (Assuntos Internacionais) a 10 anos de prisão, além de Tereza Grossi (Fiscalização) a seis anos. Também foram condenados Salvatore Cacciola, a 13 anos, Luiz Augusto Bragança, cinco anos, Luiz Antonio Gonçalves e Roberto José Steinfeld, do banco FonteCindam, a 10 anos. Eles recorrem da sentença em liberdade, com exceção de Cacciola, que está foragido.

Uma das preocupações do presidente FHC na época foi que a CPI do Senado iniciou um movimento para investigar os ganhos, no mês de janeiro, da Link Corretora de Mercadorias, que tinha entre seus sócios dois filhos do ex-ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros, que poderiam ter tido informação privilegiada. Apenas 14 meses depois de criada, a Link tornara-se uma das grandes operadoras da Bolsa de Mercadorias e Futuros e, no balanço de janeiro, quando houve a desvalorização cambial, apareceu com movimento de R\$ 21,5 bilhões, o quinto lugar em negociações de contratos. A corretora defendeu-se dizendo que não tinha carteira própria e limitava-se a prestar serviços a seus clientes. Mas *como pode uma corretora tão pequena atrair tantos clientes e tão endinheirados*, questionava o senador Jáder Barbalho, do PMDB, um dos articuladores da CPI.⁷⁷

Ao final de novembro, depois de ter ouvido 41 depoimentos e recebido centenas de documentos, a CPI dos bancos foi encerrada com um relatório em que pede ao Ministério Público o enquadramento de Chico Lopes e toda a sua diretoria no Banco Central por crimes de falsidade ideológica, desvio de dinheiro público, tráfico de influência, falso testemunho e advocacia administrativa (defender interesses de empresas privadas). A CPI pediu também o enquadramento de Salvatore Cacciola e Luís Antônio Gonçalves, por tráfico de influência e pelos crimes de gestão temerária e de dificultar o acesso a informações solicitadas pela CPI.⁷⁸ Dias depois, em conversa com jornalistas, o diretor de Fiscalização do BC, Luiz Carlos Alvares, classificou de “lixo” o relatório da CPI, porque afirma que o Banco Central não revelara claramente o total do prejuízo dos cofres públicos com o Proer. Foi demitido imediatamente, uma vez que o governo já tinha muitos problemas com o Congresso Nacional e não queria mais um.⁷⁹ As dificuldades do segundo mandato FHC, no entanto, continuaram em vários flancos.

O fiasco dos 500 anos, os amigos incômodos, o apagão

O que era para ser uma comemoração de sucesso dos 500 anos de descobrimento do Brasil terminou em um grande fiasco. O ponto alto dos festejos seria um grande encontro em Porto Seguro, no sul da Bahia, depois da chegada da “nau capitânea”, uma réplica da caravela com a qual Pedro Álvares Cabral aportou no Brasil em abril de 1500. A “nau” custou cerca de R\$ 3,5 milhões pagos pelo governo federal e por empresas privadas e era dotada de confortos inimaginados por Cabral, como quatro banheiros e 11 cabines com ar condicionado, além de

⁷⁷ Veja, 05/05/1999, edição 1.596, p. 42 – 43.

⁷⁸ Veja, 24/11/1999, edição 1.625, p. 43. Esses processos ainda correm na Justiça Federal.

⁷⁹ Veja, 01/12/1999, edição 1.626, p. 43.

motores. Depois de sair de Salvador, a nau teve problemas com as cordas que sustentavam o mastro, perdeu os dois motores e voltou rebocada, da altura da costa de Ilhéus, para a capital baiana, sem chegar, como previsto, a Santa Cruz de Cabralia, próximo a Porto Seguro, onde foi rezada a primeira missa do Brasil.⁸⁰

No dia da grande festa, 22 de abril, com as presenças de Fernando Henrique Cardoso e seu colega de Portugal, Jorge Sampaio, os índios de várias regiões do Brasil, especialmente do Nordeste, que deveriam ser os homenageados especiais, juntaram-se a cerca de 3.000 integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), estudantes e até grupos *punks*. Foram impedidos de chegar ao local das comemorações em Porto Seguro por soldados da Polícia Militar da Bahia, bombas de gás lacrimogêneo e cassetetes.

Muitos apanharam, transformando-se em manchetes de jornais do exterior, como o francês *Le Monde* – “Brasil comemora 500 anos reprimindo índios” -, ou o espanhol *El País* – “Amargo quinto centenário do Brasil”. O ministro do Esporte e Turismo, Rafael Greca, e o presidente da Fundação Nacional do Índio, Carlos Frederico Marés, foram demitidos nos dias seguintes. Marés, que mesmo antes do episódio estava para ser demitido, saiu atirando, porque não poderia *permanecer num governo que faz uma agressão física ao movimento indígena organizado*, em um confronto que classificou de *ato de violência comparável à repressão militar da década de 60*.⁸¹

Depois do fracasso na Bahia, boa parte da comemoração dos 500 anos do descobrimento, que deveria durar todo o ano de 2000, foi suspensa. Foi mantida a participação do Brasil com um *stand* na Exposição Universal de Hannover, na Alemanha, entre junho e outubro, que tinha um custo inicial previsto de R\$ 13,667 milhões, ou 20,5% dos R\$ 66,723 milhões estimados para toda a comemoração. Outra dor de cabeça para FHC, com várias matérias na imprensa questionando o projeto, que tinha como um dos organizadores justamente o seu filho Paulo Henrique Cardoso.⁸²

Paulo Henrique entrou no projeto como diretor do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentado, uma organização não-governamental. *Não tenho constrangimento porque não entrei na discussão da verba*, disse Paulo Henrique à **Veja**. A revista lembra, porém, que, “não fosse a presença do filho do presidente, a discussão sobre os gastos do Brasil na feira alemã provavelmente nem existiria”, mesmo porque, de fato, custou menos que os de outros países.⁸³

A pedido da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, o Tribunal de Contas da União fez uma investigação sobre os gastos com a exposição, enquanto o Ministério

⁸⁰ Veja, 03/05/2000, edição 1.647, p.44- 50.

⁸¹ Idem.

⁸² Folha de S.Paulo, 20/12/2000, Brasil, p. A 6.

⁸³ Veja, 07/06/2000, edição 1.652, p. 48

Público Federal movia uma ação de peculato e improbidade administrativa contra os seus organizadores, entre eles, a Empresa Brasileira de Turismo e o Ministério das Relações Exteriores. Os questionamentos referiam-se ao preço pago pelo aluguel do espaço onde foi montado o *stand* e o fato de o projeto desse stand ter sido feito pela empresa BD Produções Artísticas e a parte de publicidade tocada pela Artplan Prime, as duas contratadas sem licitação.⁸⁴

A Artplan tinha entre seus sócios uma das filhas e um sobrinho do senador Jorge Borhausen, de Santa Catarina, presidente do PFL, o principal partido aliado do governo. Em dezembro, o TCU aceitou os argumentos da Embratur de que o preço do metro quadrado que o Brasil pagou (2,6 mil dólares) foi o mais baixo em comparação a outros nove países, entre eles a Alemanha, França, Canadá e México. Os gastos do Brasil com o pavilhão de Hannover foram de R\$ 17,3 milhões, pagos pela Embratur e Ministério das Relações Exteriores. Ao final, nenhum dos envolvidos na exposição foi penalizado.⁸⁵

Em visita a feira de Hannover, em junho, em companhia do chanceler alemão Gerhard Schroder, o presidente FHC justificou a montagem do *stand* e o gasto, *bastante modesto*, com o argumento de que o *Brasil não podia deixar de mostrar o que ele é, sem exibicionismo, sem esconder seus problemas, mas também sem deixar de ter orgulho pelo que é*. Durante a visita do presidente, a imprensa brasileira registrou que na fachada do espaço do Brasil não havia qualquer placa ou letreiro informando a quem pertencia. Paulo Henrique Cardoso justificou a ausência afirmando que placas ou letreiros contrariavam o projeto artístico do *stand*. O presidente da Embratur, Caio Luiz de Carvalho, disse que essa determinação do projeto poderia ser revista, mas não foi.⁸⁶

Ao tratar do assunto em editorial, a **Folha** disse que não eram desprezíveis para o turismo de um país os ganhos de se ter um *stand* em uma exposição internacional como a de Hannover, o que justificaria o investimento, mas questionou os “valores envolvidos e, principalmente, da maneira como o projeto foi realizado”, sem licitações e com o envolvimento de uma das filhas do presidente nacional do PFL. Em relação a Hannover, diz a **Folha**, o governo “parece ter-se esquecido, nesse episódio, do princípio acaciano de que a licitação é um imperativo de moralidade na administração”.⁸⁷

Paulo Henrique não foi o único parente de FHC a aparecer na mídia por algum tipo de envolvimento com o governo. Especialmente na campanha de 98, a oposição lembrava que a filha de FHC, Luciana Cardoso, trabalhava no Palácio do Planalto. Ela chegou a ser afastada do emprego por decisão da juíza Selene Maria de Almeida, da 4ª Vara da Justiça Federal de

⁸⁴ Folha de S.Paulo, 20/12/2000, Brasil, p. A 6.

⁸⁵ Idem.

⁸⁶ O Globo, 02/06/2000, Economia p. 24.

⁸⁷ Folha de S.Paulo, 01/06/2000, Opinião, p. A 2, “Dúvidas expostas”.

Brasília, a partir de ação popular do Sindicato dos Servidores Públicos. Formada em biologia, Luciana era assessora do secretário-geral da Presidência, Eduardo Jorge, com salário na época de R\$ 3.800,00 e a função de responder cartas recebidas por FHC. A juíza entendeu que o emprego *colide com a moralidade pública*, mas a liminar foi cassada pelo presidente do Tribunal Regional Federal, Mauro Leite Soares. Luciana deixou o Palácio do Planalto em 2003, no início do Governo Lula da Silva.

Mesmo não sendo familiar, o ex-secretário-geral da Presidência no primeiro mandato de FHC, Eduardo Jorge Caldas Pereira, foi responsável por outra série de notícias apontando possíveis irregularidades em torno do Palácio do Planalto. EJ, como também era conhecido, trabalhava com FHC desde o Senado Federal, tendo-o acompanhado com o chefe de gabinete do Ministério da Fazenda. Foi acusado, quando estava na Presidência, de supostas irregularidades ou tráfico de influência, que, afinal, não foram comprovados. Ele, inclusive, foi absolvido em processos judiciais a que respondeu e já julgados.

Mas, por ironia, EJ passou a merecer mais destaque no ano 2000, quando já estava fora do governo, em função do escândalo da construção do Fórum Trabalhista de São Paulo, que resultou na cassação do senador Luiz Estevão, do Distrito Federal. Depois de trabalhar na coordenação da campanha de reeleição de FHC, Eduardo Jorge não voltou para o Palácio, montou uma empresa de consultoria e tornou-se sócio de uma corretora de seguros de vida e de planos de saúde, que fez bons negócios com organizações estatais e empresas privatizadas como a Telemar. EJ foi acusado também de ajudar a colocar os recursos do fundo de previdência do Banco do Brasil (Previ) no consórcio comandado por Carlos Jereissati (exatamente o Telemar), que acabou comprando a Tele Norte Leste no processo de privatização das empresas de telecomunicações.⁸⁸

Amigo pessoal de Luiz Estevão, foi acusado de, no primeiro mandato de FHC, facilitar a liberação de recursos para o Fórum de São Paulo, de onde foram desviados cerca de R\$ 169 milhões e de ter aumentado consideravelmente seu patrimônio pessoal. Para apurar as denúncias as oposições tentaram criar uma CPI, que morreu depois de um depoimento de um no Senado, em que, segundo a **Veja**, “com respostas precisas e explicação para tudo que lhe perguntaram, Eduardo Jorge massacrou os senadores que tentaram acuá-lo”.⁸⁹ Em 2001, depois que o senador Antônio Carlos Magalhães disse a procuradores da República que deveria buscar irregularidades nas contas bancárias de Eduardo Jorge entre 1994 e 98, ele entregou ao Senado Federal comprovantes de sua movimentação bancária no período, como uma

⁸⁸ Veja, 19/07/2000, edição 1.658, p.40 – 47.

⁸⁹ Veja, 09/08/2000, edição 1.661, p. 36 – 41.

*contribuição, de caráter pessoal, para distensionar o clima de denunciismo histórico que tem tomado conta do país.*⁹⁰

Por aquela época, em maio de 2001, o governo FHC enfrentou uma de suas piores crises de popularidade, quando foi obrigado a fazer um programa de racionamento de energia para evitar o pior, os blecautes em escala, que poderiam atingir todo o país no segundo semestre. Tudo por conta da incapacidade das hidrelétricas, com seus lagos com níveis de águas muito baixos, de gerar a energia necessária, e das linhas de distribuição de torná-la disponíveis para o consumo da sociedade. Ao final, foi menos pior do que se esperava, mas só a expectativa do que poderia acontecer causou um enorme desgaste ao governo.

Ainda em maio, quando os levantamentos apontaram o caos iminente, o governo criou a Câmara de Gestão da Crise de Energia, reunindo todos os órgãos governamentais e entidades privadas ligadas aos setores de geração e distribuição de energia, sob a coordenação do ministro-chefe da Casa Civil, Pedro Parente. A Câmara logo ficou conhecida entre a imprensa e a população como “ministério do apagão”. E Parente, em consequência, virou o “ministro do apagão”.

O “ministério do apagão” começou decretando o racionamento da energia elétrica para as residências em cerca de 20% sobre o consumo médio anterior e de 35% para as indústrias. O plano emergencial previa também a antecipação de feriados para as segundas-feiras (o chamado feriadão) para economizar energia e blecautes de três, quatro ou cinco horas nas cidades, os chamados apagões, assim que a situação piorasse. A população e o setor produtivo contribuíram, reduziram desperdícios e o consumo, as chuvas começaram a voltar no segundo semestre, e o racionamento foi sendo abrandado ao final do ano, até acabar em fevereiro de 2002, sem os apagões.

Mas o desgaste para a imagem de FHC foi grande, porque o consenso era que a incompetência de seu governo havia levado àquela situação. Já em 1996, estudo feito pela consultoria Coopers & Leybrand, por encomenda do governo FHC, mostrou que poderia falar energia para o consumo no final dos 90, por falta de investimentos, que caíram de uma média de R\$ 13 bilhões por ano, nos anos 80, para R\$ 7 bilhões na década de 90. Entre 95 e 98, primeiro Governo FHC, a média foi de R\$ 5,3 bilhões.⁹¹

Em setembro de 1995, documento da Eletrobras, a *holding* estatal do setor de geração e distribuição de energia, alertou o ministro das Minas e Energia, Raimundo Brito, para o risco de racionamento entre 2001 e 2003. Em maio do ano seguinte, a empresa voltou a avisar a representantes do BNDES e Ministérios do Planejamento e Fazenda que o racionamento poderia ser necessário já no biênio 1998-99. Em março de 1999, houve o maior blecaute da

⁹⁰ Jornal do Brasil, 08/03/2001, Economia & Negócios, p. 25.

⁹¹ Folha de S.Paulo, 19/02/2002, Especial “Anos FHC”, p. 6.

história recente do país, quando 10 estados e o Distrito Federal ficaram sem energia elétrica entre 10 horas da noite e duas da manhã. Dias depois, o físico Luiz Pinguelli Rosa, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, especialista em energia, disse que aquele apagão mostrava a vulnerabilidade do sistema de transmissão de energia elétrica brasileiro, em grande parte, por conta da redução nos investimentos.⁹²

Durante o ano de 2000, representantes de empresas estaduais de energia elétrica, de distribuição de energia e até de entidades de classe, como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, alertaram para a possibilidade de escassez de energia, sobretudo, por conta do esvaziamento dos reservatórios das hidrelétricas, em função de poucas chuvas. Em dezembro de 2000, o Operador Nacional do Sistema Elétrico, associação civil privada que controla a operação das instalações de produção de energia do chamado sistema interligado nacional, entregou ao Ministério das Minas e Energia relatório afirmando que o nível do reservatório das hidrelétricas estava razoável. Em 12 de março de 2001, um outro relatório já apontou um quadro grave, pela falta de chuvas. No dia 23, reunião do presidente FHC com a equipe econômica e responsáveis pelo setor elétrico decidiu descartar uma proposta de racionamento e esperar as chuvas de abril. Como não vieram, no dia 8 de maio, o governo propôs as primeiras medidas de redução do consumo. Dois dias depois, espantado com o desencontro de informações dentro do governo, FHC decidiu instituir a Câmara.⁹³ Em entrevista ao JB, o presidente diria que foi *surpreendido* e não foi alertado para a gravidade do risco da falta de água.⁹⁴

O apagão atingiu em cheio a sociedade brasileira, porque, na definição da **Veja**, de todas as crises que o Brasil já atravessou foi a primeira que “começa na cozinha, passa pelo quarto e pela sala e pode ser conferida nas ruas, no trabalho, na casa dos amigos, no supermercado, em toda parte”. Mal anunciadas as medidas, caiu a popularidade de FHC, conforme mostrou pesquisa realizada entre os dias 18 e 24 de maio pelo Instituto Sensus, de Belo Horizonte. A avaliação positiva do governo, que era de 30 pontos em abril, caiu para 22, enquanto a avaliação negativa passou de 28 para 37 pontos.⁹⁵

A revista **Veja** publicou também os resultados de uma pesquisa que o Instituto Vox Populi realizou em 16 estados por sua encomenda. Mostrou que, para 55% da população, o principal responsável pela crise de energia era o próprio governo. Outros 20% apontaram a falta de chuvas, 15%, o desperdício de energia, e apenas 6%, o programa de privatização do setor

⁹² *Veja*, 06/06/2001, edição 1.703, p. 38; 16/05/2001, edição 1.700, p. 41.

⁹³ *Veja*, 06/06/2001, edição 1.703, p. 38.

⁹⁴ *Jornal do Brasil*, 27/05/2001, Política e Governo, p. 14.

⁹⁵ *Veja*, 06/06/2001, edição 1.703, p. 36 – 43.

elétrico. Apesar de culpar, sobretudo, o governo, 91% dos entrevistados tinham adotado providências para economizar energia.⁹⁶

A pesquisa do Vox Populi aponta claramente como se sentia a população que viu, de repente, tolhida em seus direitos, como os de usar eletrodomésticos, aparelhos de ar condicionado ou mesmo tomar banho quente. Dos entrevistados, 83% disseram que estavam insatisfeitos com os rumos que o país estava tomando e apenas 14%, satisfeitos. Para 36% dos entrevistados, a marca do governo FHC era “denúncias e corrupção” e, para 20%, “crises políticas”. Outros 22% consideravam as “privatizações” como a marca de um governo em que, naquele momento, apenas 7% da população citavam a “estabilidade econômica” como a marca. Se em 1995, no auge do Plano Real, pesquisa semelhante apontou que 60% dos entrevistados disseram que tinham muito orgulho de ser brasileiro, em maio de 2001 eram apenas 43%. Já o índice dos que viam o Brasil “como um país pouco sério” passou de 59% para 77%.⁹⁷ É interessante notar o baixo índice apontado para a estabilidade, logo ela, provocada pelo Plano Real e que, como se viu, transformou um candidato capengando nas pesquisas de opinião em um presidente eleito em primeiro turno em menos de três meses.

Quando o governo preparava as medidas de racionamento, em editorial, a **Folha** argumentou que

“talvez numa situação de guerra a população se resignasse. No caso, porém, não há um inimigo externo a unir o povo e despertar o brio da cidadania. O que houve foi um erro monumental de governos sucessivos, incluído o de FHC, que se revelaram incapazes de cumprir a tarefa mais básica de qualquer administração: a gestão racional dos recursos. As explicações agora dadas pelo ministro do *apagão*, Pedro Parente, de que Planalto ignorava a gravidade da crise não convencem. Mesmo que não soubesse, tinha a obrigação de saber. Até os mais contumazes defensores do Planalto terão dificuldades para eximi-lo de responsabilidade. Só é lamentável que o país inteiro tenha de pagar com riqueza, empregos e vida pela falta de planejamento no setor elétrico de tantos governos”.⁹⁸

A surpresa demonstrada por FHC em relação à gravidade da crise energética mostrava que “informações vitais para a tomada de decisões cruciais não circulam, como deveriam, na administração federal”, disse o **Estado**. O mínimo que se esperava, então, era que governo aprendesse com os erros cometidos na condução da política energética e no próprio planejamento das medidas de racionamento. Até mesmo para evitar que problemas semelhantes fossem explorados politicamente por adversários do governo, como vinha fazendo o governador de Minas Gerais, Itamar Franco.⁹⁹ Em parte em função da crise energética, a economia brasileira deu um grande recuo em 2001. O Produto Interno Bruto cresceu apenas

⁹⁶ Idem.

⁹⁷ Idem.

⁹⁸ Folha de S. Paulo, 13/05/2001, Opinião, p. A 2, “Ministério das trevas”.

⁹⁹ O Estado de S. Paulo, 30/05/2001, Notas e Informações, p. 3 A, “As hesitações do governo”.

1,5%, contra 4,4% no ano anterior. Em 2002, o turbulento ano em que, na sucessão de FHC, Lula da Silva e o PT finalmente ganhariam as eleições presidenciais, a economia brasileira também andaria a passos lentos.

A ruptura com o velho aliado. A luta contra as CPIs

Depois da relativa calma do ano anterior, 2001 começou quente para o presidente FHC, que se viu envolvido ou entrou no jogo para a sucessão na Presidência do Senado e comprou uma briga que levaria ao rompimento com o senador Antônio Carlos Magalhães. Como se viu, ACM era um aliado de primeira hora, desde quando o senador deixara o Ministério da Fazenda (ainda nem era chamado de FHC) e deu os seus primeiros e desconcertados passos nas estradas poeirentas e esburacadas do sertão da Bahia, em uma jornada que meses depois o levaria ao Palácio do Planalto.

ACM foi presidente do Senado no biênio 1991-2000 e não aceitava que o seu substituto fosse Jáder Barbalho, senador do PMDB do Pará, com quem trocara acusações sobre corrupção durante o ano 2000. Não questionava entregar o cargo a um peemedebista, cumprindo um sistema tradicional de rodízio, desde que não fosse a Barbalho. Patrocinou a candidatura do senador José Sarney, ex-presidente da República e também do PMDB, que não aceitou disputar a indicação na bancada. Barbalho foi eleito em 14 de fevereiro, com 41 votos dos 81 senadores, a maioria simples exigida pelas regras.

Aí engrossaram de vez os problemas entre FHC e ACM, que levaram ao rompimento pouco depois. Em uma entrevista à **Folha**, já no dia 15, o senador baiano acusou o governo de travar uma *guerra suja* para eleger Barbalho, mobilizando inclusive recursos dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional (comandados por parlamentares do PMDB) para mudar o voto de senadores. Disse que o presidente da República permitiu que informações sobre escândalos na Sudam, que atingiriam Barbalho, ficassem guardadas por um certo tempo e não ficou neutro numa campanha em que a compra de votos foi visível.¹⁰⁰

ACM traçou um retrato de FHC: *Chegou aqui (no Senado) numa suplência do Franco Montoro. Depois, elegeu-se com o Mário Covas. Nunca teve militância política ativa. Mas é inteligente e capaz. Tem sido útil ao país na parte econômica. Se reagisse os aspectos morais, agora que também já está atuando no campo social, seria um presidente para receber nota nove ou dez.* O senador baiano acusou ministros do PMDB de utilizar *dinheiro público para fins escusos*. Disse também que FHC ganhou a eleição do Senado com Jader e, portanto, os

¹⁰⁰ Folha de S.Paulo, 16/02/2001, Brasil, p. A 6.

dois eram *as mesmas pessoas*.¹⁰¹ Afogado em denúncias de corrupção, Barbalho renunciaria ao mandato no segundo semestre, como antes fizera o próprio ACM, depois que mandou violar o painel do Senado, durante a votação do processo que cassou o deputado Luiz Estevão, do Distrito Federal, em 2000.

Mas antes, logo depois da posse de Barbalho, ACM fez um discurso no Senado em que rompeu com FHC. Apontou o que seriam casos de corrupção no governo e que deveriam ser apurados por uma CPI. Foi o estopim para que os partidos de oposição começassem a coletar assinaturas entre deputados e senadores para instalar uma CPI mista da Câmara e do Senado. Em seu discurso, ACM tenta justificar a posição de quem foi um dos principais articuladores da aliança do PSDB com o PFL que garantiu as duas eleições de FHC. Disse que não tinha o *propósito de atingir o governo, mas a intenção de com ele colaborar*, já que não era o seu *desejo prejudicar o presidente da República e o governo federal*. Concordava que aquele momento, para quem fazia parte da aliança do governo, era *de somar esforços para ajudá-lo a concluir as reformas*, mas as denúncias envolvendo membros do Congresso e as *acusações da prática de crimes* lançadas contra ele exigiam uma atitude de sua parte. Além da eleição no Senado, ACM apontou irregularidades relacionadas a Barbalho (quando era governador do Pará e ministro da Previdência Social), à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e às companhias docas de Santos e da Bahia.¹⁰²

Três dias depois do discurso, veio a retaliação de FHC, que demitiu os ministros Waldeck Ornélas, da Previdência Social, e Rodolpho Tourinho, das Minas e Energia, indicados por ACM. Foram substituídos pelo deputado Roberto Brant, de Minas Gerais, e pelo senador José Jorge, de Pernambuco, ambos do PFL, da ala vinculada ao senador Jorge Borhausen (Santa Catarina) e ao vice-presidente da República, Marco Maciel, fiéis a FHC e que representavam a oposição a ACM dentro do partido.

Mesmo assim, as oposições insistiam na CPI mista, que precisaria de um terço das assinaturas dos membros das duas casas. Quer dizer, 171 deputados e 27 senadores. As contas no começo de março indicavam que os partidos de oposição tinham juntos 132 deputados e 16 senadores e poderiam contar com a bancada sob influência de ACM, de 30 deputados e mais um senador, além dele. Era preciso trabalhar para conseguir adesões entre os próprios aliados do governo.

No começo de março, quando crescia o movimento pró-CPI no Congresso, FHC disse em entrevista que consideraria *deslealdade* se os aliados ajudassem a criá-la. Em uma crítica direta a ACM, afirmou que a sua posição era igual à do senador Roberto Requião, do PMDB do Paraná, que fazia oposição ao governo: *Um trombone isolado na orquestra*. Durante um

¹⁰¹ Idem.

¹⁰² Folha de S.Paulo, 21/02/2001, Brasil, p. A 4

discurso de lançamento da Agenda de Governo 2001 –2002, FHC fez referências indiretas a ACM: *Os que se arvoram de moralistas são, na verdade, ditadores disfarçados*, mesmo porque era *muito fácil dizer: faça-se, aconteça, vou exterminar, vou liquidar, vou acabar. Mas, quando se começa a proceder assim, o término é o mesmo: é a ditadura*. Ele argumentou que a inexistência da fidelidade partidária produzia parlamentares independentes, mas os que fossem dos partidos aliados, a partir dali, ficariam *independentes na casa deles*.¹⁰³

Para FHC, não havia dado objetivo para justificar a CPI, mesmo porque os fatos apontados foram ou estavam sendo investigados pelo próprio governo e pela justiça. Assim, para os aliados, apoiar a CPI era *deslealdade*. Ele defendeu a punição de eventuais irregularidades e disse: *Não preciso empunhar a bandeira da moralidade, porque a moralidade está dentro de mim. Não preciso pegar a bandeira do outro e botar na minha mão. Ela é minha, é nossa*, afirmou FHC, em um tom que a mídia identificou como mais um recado para ACM. Ele respondeu à acusação do senador de que era conivente com a corrupção: *É preciso não confundir quem está limpando, com o lixo. O lixeiro não é o lixo*. Em vários momentos também utilizou as expressões *democratas de ocasião, espírito autoritário, bufão*, em clara alusão a ACM.¹⁰⁴

Um dos argumentos do governo para tentar impedir a CPI era a inexistência de “fato concreto”, como manda a legislação, dada a extensão dos assuntos em pauta para ser investigados. Entre esses assuntos estavam desde o possível tráfico de influência do ex-secretário-geral da Presidência no primeiro governo FHC, Eduardo Jorge Caldas Pereira, até a privatização do Sistema Telebras, os precatórios do DNER e o dossiê Cayman. Também as irregularidades no Banco do Estado do Pará quando Jader Barbalho era governador, a pasta rosa do Banco Econômico e remessas ilegais de dinheiro para o exterior pela construtora OAS, da qual um dos sócios era genro de ACM.

Dias depois, a **Folha** avaliava que, ao decidir usar todos os seus recursos para impedir a CPI, FHC estava convicto de que o desgaste do custo político “não seria pior do que enfrentar meses de denúncias e investigações patrocinadas pela oposição”. Ele e seus auxiliares sabiam também que a discussão em torno da criação ou não da CPI iria afetar os índices de popularidade do governo, mas com possibilidade de ser esquecida no futuro, sem contaminar a própria eleição de 2002, em que o PSDB entraria na disputa para a presidência e governos dos estados com vários candidatos.¹⁰⁵

No dia seguinte ao discurso de FHC, líderes dos partidos aliados no Senado (PSDB, PMDB, PFL e PTB) divulgaram uma nota afirmando que não apoiariam qualquer das

¹⁰³ Folha de S.Paulo, 09/03/2001, Brasil, p. A 4

¹⁰⁴ Idem.

¹⁰⁵ Folha de S.Paulo, 13/03/2001, Brasil, p. A 10.

propostas em discussão para criação de CPIs, que tinham caráter *inconsistente e notório propósito desestabilizador*. Os aliados pretendiam acabar com o *clima de intranqüilidade e as tentativas de desestabilização da fase positiva da economia, pelo atalho nefasto da intriga política*. Em um claro recado a ACM (que já estava sendo acusado de mandar violar o painel do Senado), a nota diz que as CPIs não poderiam *servir de instrumento de vingança nem de manipulação política, nas mãos de quem age e até confessa agir ao arrepio da lei e da ética, divulgando material cujo sigilo é transferido para o Congresso, para atingir determinados fins*. A decisão dos líderes inviabilizou a CPI da Corrupção naquele momento e deixou ACM isolado entre os senadores governistas.¹⁰⁶

Ao comentar o assunto, em editorial, a **Folha** disse que julgava coerente a decisão de FHC de exigir fidelidade de seus aliados e evitar comissões de inquérito para apurar denúncias contra o seu próprio governo. Mas contrariar os interesses do Executivo e instalar a CPI para “investigar suspeitas de corrupção seria uma demonstração de independência institucional de parte do Legislativo”. Um ato que “marcaria a disposição dos parlamentares de ir além do denunciamento vão e epidérmico” que tomava conta da política nacional. Para o jornal, FHC tinha também razão ao dizer que havia forças políticas interessadas em atingir, por meio de CPIs, a figura do presidente da República. Tratava-se de “interesse mesquinho” que precisaria “ser vencido se deputados federais e senadores decidissem investigar com seriedade” a corrupção, que não era “fruto deste ou daquele governo”. Neste caso, uma “CPI ao mesmo tempo responsável e eficaz seria propícia”, disse o jornal, que considerava, porém, uma comissão nessas condições “uma utopia”.¹⁰⁷

O **Estado** criticou as oposições que pretendiam “paralisar o governo, transformar o Congresso em palanque eleitoral com vistas ao pleito de 2002 e induzir a sociedade a crer que nunca houve tanta corrupção e malbarato de dinheiro numa administração federal quanto no governo, devido à omissão, complacência ou mesmo a conivência de sua autoridade máxima”. Argumentou que era pouco provável que saíssem conclusões consistentes da CPI, diante da quantidade de assuntos incluídos, assim como injustificados os “temores do governo de que os trabalhos do Congresso fossem seriamente prejudicados durante os seus seis meses de duração”. E a oposições que não esperassem o sucesso do “espetáculo”, pois a CPI não tinha os “ingredientes necessários para ocupar grandes espaços na mídia”. De qualquer forma, disse o jornal, mesmo que se “justificassem os temores do governo, o pior que ele poderia fazer é desgastar-se tentando impedir por quaisquer meios” a instalação de uma CPI sobre corrupção.

108

¹⁰⁶ O Estado de S. Paulo, 10/03/2001, Política, A 4.

¹⁰⁷ Folha de S. Paulo, 10/03/2001, Opinião, p. A 2, “FHC e a CPI”.

¹⁰⁸ O Estado de S. Paulo, 27/04/2001, Notas e Informações, p. A 3, “O desgaste que convém evitar”.

A partir de março, as oposições ganharam um novo fôlego para criar a CPI da Corrupção, depois da repercussão negativa da violação do painel do Senado e o engajamento de entidades representativas de classe, igrejas e a Ordem dos Advogados do Brasil. Em 9 de maio, a oposição protocolou o pedido da CPI com a assinatura de 180 deputados, nove a mais do que o mínimo necessário, e 29 senadores (dois a mais). Entre eles, 47 deputados e 13 senadores eram de partidos aliados do governo. Dias antes, o governo começara a liberar emendas do orçamento da União para evitar novas assinaturas de parlamentares e para invalidar as daqueles que haviam assinado. Só na terça-feira, dia 8 de maio, foram liberados R\$ 15,6 milhões para emendas de parlamentares ao orçamento. No dia seguinte, foram mais R\$ 11,2 milhões até às 18 horas, segundo dados do Siafi, o sistema informatizado de acompanhamento de gastos do governo federal. No dia 11, nada menos que 20 deputados tinham retirado suas assinaturas, o que sepultou de vez a CPI da Corrupção.¹⁰⁹

Na batalha para evitar a criação da CPI, os senadores do PFL exigiram que os parlamentares ligados a ACM retirassem suas assinaturas, com a promessa de negociar, na comissão de ética que investigava a violação do painel do Senado, uma pena mais branda do que a cassação do mandato, que poderia ser uma suspensão.¹¹⁰ Com a CPI da Corrupção enterrou-se também a comissão que as oposições queriam criar para investigar o caso do painel. Mas ACM, julgado e condenado pela comissão de ética, acabaria renunciando no final de maio.

O enterro da CPI da Corrupção, em princípio de maio, custou ao Congresso, aos políticos brasileiros e ao governo novas e duras críticas da mídia. O **Estado** disse que o PT não precisava “debulhar-se em lágrimas pela derrota que o presidente FHC lhe impôs, ao matar no nascedouro a CPI com a qual o partido pretendia *inviabilizar* o governo. Pois, no lugar da pretendida exposição dos *esqueletos* de corrupção supostamente existentes na administração federal, está prestes a ser criada uma situação incomparavelmente mais corrosiva para a popularidade do presidente: o racionamento de eletricidade, cujos transtornos para a vida de todos mal começam a ser entrevistados pelas populações vítimas dos erros da política energética federal”.¹¹¹

O jornal fala em um “nexo estreito” entre o fim da CPI e os chamados ‘apagões’, que seria o funcionamento do sistema político brasileiro, o *presidencialismo de coalizão*, que obrigava “o governante a distribuir o Executivo pelos partidos de cujo apoio depende, praticamente impedindo a formação de um gabinete com os melhores nomes possíveis, tenham eles ou não filiação partidária, e o sujeita à rotina constrangedoramente imoral das

¹⁰⁹ Folha de S.Paulo, 10/05/2001, Brasil, p. A 5:A 6.

¹¹⁰ Folha de S.Paulo, 12/05/2001, Brasil, p. A 4

¹¹¹ O Estado de S. Paulo, 12/05/2001, Notas e Informações, A 3, “O strip-tease moral de um sistema”.

negociações fisiológicas com as principais lideranças partidárias, sempre que se trata de aprovar medidas de grande importância ou de impedir a aprovação de projetos adversos”.¹¹²

Foi essa distribuição de cargos que deu ao PFL o Ministério das Minas e Energia, cujos titulares, Raimundo Brito e Rodolpho Tourinho, foram “responsáveis pela seqüência de desacertos” que levaram ao racionamento. Foi também esse sistema de distribuição que entregou o Ministério a outro pefelista sem familiaridade com o setor elétrico, quando FHC rompeu com o senador Antônio Carlos Magalhães. E a mesma “engrenagem fisiológica” funcionou na CPI da Corrupção, em um processo em que o presidente FHC “jogou abertamente o jogo da barganha espúria”, por meio do qual foram retiradas as assinaturas de parlamentares, que enterraram a comissão.¹¹³

O **Estado** lembrou que em “democracias mais autênticas governos fazem concessões quando há mérito de projetos e parlamentares trocam apoio entre si. Mas, no Brasil, o governo “a toda hora se vê na contingência de comprar a adesão de políticos até a projetos coerentes com a linha das suas próprias agremiações”, por conta de “negocistas do Congresso”, que existem em número suficiente para “arrastar o governo ao tráfico de favores”. Argumentou que este “sistema político, intrinsecamente imoral, obriga o governo a sujar as mãos para aprovar projetos que, claramente, atendem ao interesse nacional. Mas nada justifica que o governo faça esse jogo sórdido para proteger seus exclusivos interesses políticos”, como foi o caso da CPI da Corrupção.¹¹⁴

Se o **Estado** faz suas críticas no geral, mas joga a grande parte da conta para os políticos e o próprio sistema político nacional, a **Folha**, ao tratar do assunto, foi mais contundente em relação ao envolvimento de FHC. Afirmou:

“Há momentos em que todo o rico vocabulário da língua portuguesa é insuficiente para fornecer uma palavra capaz de expressar adequadamente a indignação com certos eventos. Um desses momentos ocorreu anteontem, o dia em que o Governo Fernando Henrique Cardoso sepultou a Comissão Parlamentar de Inquérito que se propunha a apurar suspeitas de corrupção. É mais um esqueleto a juntar-se a muitos do passado e que entopem os armários da administração pública. (...) A atuação do Executivo na cooptação de parlamentares constitui outra nódoa ética para um chefe de governo cuja imagem está cada vez mais associada à leniência com a corrupção. Favores de todo tipo foram colocados irresponsavelmente à disposição da clientela fisiológica, em operação que contou com o empenho pessoal do presidente da República, para torná-la ainda mais lamentável”.¹¹⁵

Para o jornal, a opinião pública e a própria imprensa independente tinham o dever de “fiscalizar o desenrolar desse grande e espúrio acordo fechado em Brasília”. E se esse acordo fosse capaz de minimizar as punições aos senadores ACM e José Roberto Arruda, acusados no

¹¹² Idem.

¹¹³ Idem.

¹¹⁴ Idem.

¹¹⁵ Folha de S.Paulo, 12/05/2001, Opinião, A 2, “Apagão moral”.

escândalo da violação do painel do Senado, “definitivamente o dicionário se terá tornado insuficiente para fornecer um qualificativo adequado ao megaescândalo”.¹¹⁶

Com uma outra visão, o **Globo** criticou a proposta da CPI, um “projeto político, visando, antes de mais nada, a enfraquecer eleitoralmente o governo” com vistas as eleições de 2002. Disse que havia uma “desonestidade intelectual” ao se fabricar um “clima de corrupção generalizada, ante o qual o Executivo seria impotente, cúmplice ou as duas coisas” e um risco de paralisar votações fundamentais no Congresso. Daí, que o país ganhou com a decisão de sepultar a CPI. O jornal não considerou ilegítimo o governo negociar politicamente para retirar as assinaturas no requerimento da CPI, já que “está nas regras do jogo, desde que sejam respeitados os limites naturais que a decência impõe aos agentes do Estado”. Adverte, porém, que “seria uma catástrofe para o prestígio do governo – e para a sua eficiência nos dias difíceis pela frente – se a sociedade se convencesse de que a negociação teve termos inconcebíveis, inaceitáveis”.¹¹⁷

Também do Rio de Janeiro, o **JB** questionou duramente o presidente FHC, ao dizer que a

“opinião pública não entendeu por que o Governo Fernando Henrique não teve escrúpulo de usar métodos condenáveis para evitar investigação da banda podre da administração federal e fica cheio de dedos para conseguir do Congresso reformas que está devendo desde quando deu prioridade à reeleição em causa própria. (...) O arrastão de favores para livrar o governo da investigação, se não for superado por outra insensatez do mesmo quilate, ficará como um dos mais baixos momentos de um presidente eleito e reeleito pela ansiedade ética na vida brasileira. Pior, porém, do que o padrão fisiológico foi a justificação presidencial: a CI tinha objetivo político, logo caberia a reação política do governo”.¹¹⁸

O jornal acusou o governo de “contradição constrangedora”, pois, em um primeiro momento, “por bravata”, liberou os parlamentares da base aliada para assinar o requerimento da CPI, mas, no momento decisivo, “liberou verbas estocadas para uso obscuro, fez nomeações para cargos públicos e acobertou o entendimento suspeito que atinge como flecha a reputação do governo”. Porque, com apoio dos seus parlamentares, esvaziou a CPI proposta para investigar a violação do painel do Senado, em troca dos votos que, retirados pelos parlamentares, inviabilizou a CPI da Corrupção. Foi, então, “chocante ouvir o presidente Fernando Henrique falar de *linchamento precipitado*, quando sua posição anterior incentivava a punição exemplar e imediata”. Mas o país não esqueceria tão cedo o “espetáculo grotesco encenado sob os auspícios do Governo Fernando Henrique, que conseguiu transformar uma luta política em uma operação fisiológica”.¹¹⁹

¹¹⁶ Idem.

¹¹⁷ O Globo, 13/05/2001, Opinião, O País, p. 6, “O mesmo vento”.

¹¹⁸ Jornal do Brasil, 13/05/2001, Opinião, p. 14, “Por baixo do pano”.

¹¹⁹ Idem.

Para a **Folha**, questionada por aspectos éticos e enfrentando a deterioração na economia, a presidência de FHC parecia “ter entrado numa longa e melancólica fase final”. Ao enterrar a CPI

“que pretendia investigar suspeitas de corrupção, o governo agiu com plena consciência de que afrontava o desejo disseminado na sociedade de apurar até o fim alguns casos que sugerem que esfera pública e esfera privada no Brasil ainda não se afastaram no grau desejável. Ao fazê-lo, FHC, que capitaneou a *operação abafa*, contribuiu para que prevaleça a impressão de que todos se locupletam na política; para que se alastre o sentimento de que o governo é tolerante com a corrupção; e para dar crédito à idéia de que o tamanho do esforço empregado contra a CPI conduz à sensação de que o Executivo tem o que esconder”.¹²⁰

É certo que uma CPI como a da Corrupção teria impacto na economia, mas, faltando 17 meses para as novas eleições presidenciais, não haveria mais tempo para o Brasil avançar e, em curto prazo, resolver problemas como o da crise energética e da dependência do país ao sistema financeiro internacional, fazer a reforma tributária ou discutir novas estratégias para o comércio exterior, disse a **Folha**. O jornal concordava com os que viam naquela fase do Governo FHC “um processo semelhante ao ocorrido nos estertores das gestões Sarney, no Brasil, e Menem, na Argentina”, quando os dois presidentes, “reféns da luta pela sucessão e vistos com certo cansaço pela opinião pública”, voltaram suas atenções “para assuntos palacianos, comezinhos, e como que se perderam na luta intestina com os interesses em conflito no Parlamento”.¹²¹

Era um “final algo desapontador para FHC, que se queria protagonista da modernização da economia, do Estado e dos costumes políticos do Brasil, missão que, de fato, cumpriu em alguma medida”, diz o jornal. Mas o presidente se tornou dependente “dos interesses fisiológicos” dos congressistas e de alianças com setores que “ainda se valem de práticas patrimonialistas de mando em seus currais, elas próprias em decadência”. E assim, com cacife em declínio para “controlar o jogo da sucessão e sem cartas na manga para reverter o cenário pessimista na economia, o governo do presidente FHC caminha melancolicamente para sua etapa final”.¹²²

Na fúria com que investiu contra aqueles que julgava responsáveis por sua derrota no episódio da eleição de Jader Barbalho para a Presidência do Senado Federal, o senador baiano Antônio Carlos Magalhães cavou a sua própria sepultura. Apontado como político mais poderoso da Bahia nas últimas décadas, foi prefeito e governador indireto nomeado pelo regime militar, com o qual rompeu já na sua agonia, para apoiar a eleição de Tancredo Neves no colégio eleitoral. Ministro das Comunicações nomeado por Tancredo, manteve-se no cargo

¹²⁰ Folha de S.Paulo, 13/05/2001, Opinião, p. A 2, “Dezessete meses”.

¹²¹ Idem.

¹²² Idem.

durante todo o Governo José Sarney. Eleito governador da Bahia pelo voto direto, em 1990, um dos mais influentes aliados do Governo FHC desde antes das eleições, ACM trocou um dos cargos mais poderosos da República (a Presidência do Senado) pelo banco dos réus. Em pouco mais de três meses, submeteu-se à humilhação de renunciar ao mandato para não ser cassado.

Barbalho foi eleito presidente do Senado dia 14 de fevereiro, uma quarta-feira. No começo da tarde de segunda, 19, ACM, acompanhado do seu secretário de Comunicação na Presidência do Senado, jornalista Fernando César Mesquita, foi ao prédio da Procuradoria Geral da República, em Brasília, e encontrou-se com os procuradores Luiz Francisco de Souza, Guilherme Schelb e Eliana Torelly. Queria documentos e provas que pudessem comprometer seu desafeto Jader Barbalho, mas acabou falando muito, conforme revelou a revista **Istoé**, que teve acesso a uma fita com a gravação da conversa de ACM com os procuradores.¹²³ Soube-se depois o próprio Luiz Francisco gravou em segredo a conversa, em comum acordo com a revista.

ACM queria atingir Fernando Henrique e disse aos procuradores que, se quisessem apurar direito as denúncias de corrupção contra o secretário-geral de FHC, Eduardo Jorge Caldas Pereira, deviam quebrar o seu sigilo bancário de 1994 a 98. Acusou os ministros Nélson Jobim e Ellen Gracie, do Supremo Tribunal Federal, de barrar uma CPI na Assembléia Legislativa baiana para apurar denúncias contra a Companhia Docas da Bahia, porque uma das empresas beneficiadas nas irregularidades teria ligações com um escritório de Jobim e do ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, a quem ACM chamava de “Eliseu Quadrilha”. O procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, engavetaria denúncias contra Jader Barbalho, segundo ACM, sócio do governador Siqueira Campos em negócios escusos no Tocantins e responsável por irregularidades no Banco da Amazônia.¹²⁴

A afirmação de ACM que selou o seu destino no Senado, porém, foi a de que tinha uma lista com os votos de cada um dos senadores na sessão que cassou o senador Luiz Estevão, do PMDB do Distrito Federal. Disse mais: a senadora Heloísa Helena, então do PT de Alagoas, umas das opositoras mais ferrenhas do governo FHC, votara contra a cassação, atendendo a um pedido do senador Renan Calheiros, líder do PMDB no Senado,¹²⁵ o que a senadora nega até hoje.

Mas, se a votação era eletrônica e secreta, e ACM tinha uma lista com o resultado, conclusão óbvia: o painel eletrônico do Senado foi violado, como de fato comprovou depois a perícia e o depoimento da diretora do serviço de informática, Regina Borges. Ela disse que viabilizou a violação do painel, utilizando um técnico da casa, para atender a uma ordem do

¹²³ Istoé, 28/02/2001, edição 1.639, p. 24 – 30.

¹²⁴ Idem.

¹²⁵ Idem.

senador José Roberto Arruda, do PSDB do Distrito Federal, vice-líder do governo, que, segundo ela, passou a ordem em nome de ACM.¹²⁶

Todos os partidos reagiram contra as denúncias de ACM e a própria violação do painel. Ao acusar, em fevereiro, o Governo FHC de corrupção, o senador já tinha perdido os Ministérios das Minas e Energia e da Previdência Social, para o qual indicou seus afilhados políticos, sem se preocupar com a anuência dos demais integrantes do PFL. Em março começou sua luta inglória para fugir da cassação, primeiro, na Comissão de Ética do Senado, que, por 10 votos a cinco, aprovou, dia 23 de maio, a abertura do processo contra ele e o senador Arruda. Depois da comissão, o processo iria ao plenário do Senado, onde os dois certamente seriam cassados, ficando inelegíveis até 2011. Foi para evitar a inelegibilidade e voltar a concorrer já em 2002, como permitia a legislação, que os dois renunciaram. Arruda no dia 24 e ACM no dia 30 de maio.

Apesar de nomeado prefeito de Salvador pelo regime militar, o mesmo que o indicou para governador, sacramentado por eleição indireta, ACM nunca perdeu uma eleição direta que disputou. Foi deputado, governador e senador, deixando em seu lugar com a renúncia, em 30 de maio de 2001, o suplente que era seu próprio filho, Antônio Carlos Magalhães Júnior. Em 2002 ganhou de volta a cadeira no Senado, onde sua estrela, porém, já não brilha tanto. José Roberto Arruda tornou-se deputado federal pelo PFL do Distrito Federal, também em 2002.¹²⁷

Um conjunto de irregularidades, incluindo o desvio de recursos em projetos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, a Sudam, com sede em Belém do Pará, foi um dos pontos que as oposições queriam investigar na CPI da Corrupção, enterrada pela ação do governo. O fim da CPI, porém, não livrou o mandato de Jader Barbalho. Mal assumiu a presidência do Senado, em 14 de fevereiro, a imprensa começou a divulgar informações sobre falcatruas na Sudam, que batiam no senador paraense. O Ministério da Integração Nacional analisou 95 projetos financiados pela Sudam e concluiu que, de 29 deles, haviam sido desviados R\$ 108,6 milhões. A investigação apontou que parte dos projetos foram aprovados durante a gestão de Arthur Guedes Coutinho, indicado por Jader. O Ministério Público acusou os dois de formar uma organização criminosa para fraudar a Sudam, e o presidente Fernando Henrique demitiu a diretoria da Superintendência, colocando lá um interventor.¹²⁸

Havia muito mais lixo sob o tapete da Sudam, durante o Governo FHC. Em 1999, a Polícia Federal começou a apurar denúncias de corrupção de funcionários públicos e de aprovação de

¹²⁶ Veja, 09/05/2001, edição 1.699, p. 44 – 47.

¹²⁷ A estrela de ACM já não brilha também na Bahia. Em 2004, o seu candidato a prefeito de Salvador, senador César Borges, do PFL, perdeu as eleições para João Henrique, do PDT. Nas eleições de outubro passado, o candidato do PFL ao Senado, Rodolpho Tourinho, perdeu para João Durval, pai do prefeito. E o que é pior, o governador Paulo Souto, outro do PFL, perdeu a reeleição, em primeiro turno, para Jacques Wagner, do PT. Já a trajetória de Arruda foi diferente. Em outubro, foi eleito governador do Distrito Federal, em primeiro turno.

¹²⁸ O Estado de S. Paulo, 13/03/2001, Política, p. A 4.

projetos recheados de falcatruas na Superintendência que possibilitavam o desvio de recursos. Em setembro de 2000, com autorização judicial, agentes da PF começaram a fazer escutas, em 18 linhas telefônicas em quatro estados, de pessoas que trabalhavam ou tinham interesses em projetos na Sudam. Até abril de 2001, foram interceptadas 396 conversas de 30 interlocutores, material reunido em um inquérito de 5 mil páginas. Descobriu-se que apenas três escritórios de Belém suspeitos de fraudar projetos levaram da Sudam R\$ 360 milhões e pretendiam chegar a R\$ 1,5 bilhão.¹²⁹

As denúncias envolviam o deputado José Prianti, vice-presidente do PMDB do Pará, primo de Jader, que mantinha negócios com um dos fraudadores da Sudam. Descobriu-se que aliados políticos do senador usaram dinheiro desviado dos projetos para formar caixa de campanha dos seus candidatos. Em uma das conversas grampeadas, um dos fraudadores disse que a eleição de Jader para a Presidência do Senado “foi boa” para os negócios. O ministro da Integração Nacional, senador Fernando Bezerra, a quem se subordinava a Superintendência, chegou a dizer: *A Sudam é uma podridão. Escapa muito pouca coisa.*¹³⁰

Pouco depois, a “podridão” chegou a Jader. Os interventores da Sudam nomeados pelo Ministério de Bezerra mandaram 12 notificações para empresas suspeitas de desviar recursos de projetos aprovados nos anos anteriores. Entre elas, estava a Centeno & Moreira, com sede em Belém do Pará, chamada a explicar a suspeita de ter desviado R\$ 9 milhões da Sudam. A empresa era de Márcia Cristina Zaluth Centeno, mulher de Jader. Foi montada para criar rãs, produzir 121 mil quilos de peles e 28 mil quilos de carne congelada, inclusive para exportação, mas não chegou a funcionar plenamente.¹³¹

Os problemas de Jader continuariam até 4 de outubro, quando uma de suas assessoras entregou uma carta com o pedido de renúncia ao mandato de senador. A Presidência do Senado, ele já havia deixado oficialmente em 18 de setembro, quando acabou sua licença de seis meses, solicitada para evitar “constrangimentos” nas investigações. Na manhã da quinta-feira em que renunciou, Jader pegou um jatinho em Belém e sumiu. É que sem a imunidade do mandato parlamentar ele poderia ser preso, pois era investigado por corrupção passiva, formação de quadrilha, peculato e sonegação fiscal. Com ele sumido, os advogados poderiam tentar revogar a prisão.¹³² Em fevereiro de 2002, Jader seria preso em Belém e levado algemado para Palmas, capital do Tocantins, mas foi liberado no mesmo dia por decisão da Justiça. Eleito deputado federal em 2002, cumpre o mandato em Brasília.

O senador Fernando Bezerra, do PMDB do Rio Grande do Norte, ministro da Integração Nacional que apontou a “podridão” na Sudam, também seria tragado por outra “podridão”, na

¹²⁹ Veja, 11/04/2001, edição 1.695, p. 38 – 45.

¹³⁰ Idem.

¹³¹ Veja, 25/04/2001, edição 1.697, p. 44 – 47.

¹³² Veja, 10/10/2001, edição 1.721, p. 108 – 110.

Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, a Sudene, onde também se constatou o desvio de recursos em projetos aprovados pelo Fundo de Financiamento do Nordeste (Finor), um deles, do próprio senador. Reportagem da **Veja** apontou que Bezerra, industrial, presidente licenciado da Confederação Nacional da Indústria (CNI), entre 1989 e 1998 fora sócio da empresa Metais do Seridó S.A. (Metasa), com sede em Currais Novos, a 200 quilômetros de Natal. Em 91, portanto dois anos depois de ele entrar na sociedade, a Metasa começou a receber um financiamento da Sudene, de R\$ 6,67 milhões, para colocar em funcionamento um projeto que deveria produzir 400 toneladas de ferro por ano e gerar 145 empregos.¹³³

Entre 1991 e 98, a Sudene liberou R\$ 3,9 milhões do financiamento, 59% do total. De 98 até maio 2001, liberou mais R\$ 2,7 milhões, chegando aos 98,7%. Faltariam, então, R\$ 70 mil para completar todo o financiamento. A Metasa, simultaneamente às liberações da Sudene, deveria colocar R\$ 5 milhões de recursos próprios, mas o aporte foi de apenas R\$ 2,2 milhões. Ou seja, recebeu 98,9% dos recursos e investiu só 44% do que deveria. Apesar do dinheiro liberado pela Sudene, a empresa não funcionava, segundo reportagem de **Veja**, que visitou sua sede e encontrou apenas quatro homens trabalhando. No interior dos galpões, cercados de mato, não havia “nem máquinas, nem ferramentas, nem mobília ou sinal de que ali se trabalha”.¹³⁴ Fernando Bezerra deixou o Ministério dia 8 de maio.

No auge da crise, em meio às denúncias de desvio de recursos, o presidente FHC acabou com a Sudam e a Sudene, dia 2 de maio, por meio de medida provisória que também criou as agências de desenvolvimento da Amazônia (Ada) e do Nordeste (Adene), que assumiram as atribuições das duas instituições extintas. Um pouco antes, o Tribunal de Contas da União havia condenado sete funcionários do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), acusados de desviar recursos de precatórios para quitar dívidas do órgão que ainda podiam ser contestadas judicialmente, e recebiam propinas por isso. Entre as irregularidades apontadas pelo TCU, estavam pagamentos feitos fora de ordem cronológica e por conta de acordos extrajudiciais ou de ações judiciais em curso. O DNER, outra fonte permanente de acusações de irregularidades, também foi extinto e suas atribuições incorporadas pelo Departamento de Infra-Estrutura criado no Ministério dos Transportes.¹³⁵

Na solenidade que justificou o fim da Sudam e da Sudene, FHC disse que, desde o primeiro momento de seu governo, trabalhou a fim de *mudar a estrutura do Estado brasileiro para que os focos de reprodução do arcaísmo e da corrupção deixassem de sobreviver*. Reafirmou que não acobertaria casos de corrupção de ninguém, porque uma coisa era a *aliança política para seguir um programa de mudar o Brasil* e outra eram os *erros pessoais cometidos por quem*

¹³³ Veja, 09/05/2001, edição 1.699, p. 38 – 43.

¹³⁴ Veja, 09/05/2001, edição 1.699, p. 38 – 43.

¹³⁵ Folha de S.Paulo, 29/03/2001, Brasil, p. A 7.

quer que seja, que não tinham por que ser *acobertados*.¹³⁶ Pesquisa de opinião no final do governo, em 2002, mostrou, no entanto, que apenas uma pequena parcela da população (14%) considerou ótimo ou bom o desempenho do governo FHC no combate à corrupção. Mas, como se verá adiante, no conjunto, a avaliação do presidente foi bastante positiva.

Para os brasileiros, o melhor presidente

O candidato que começou sua campanha de 1994 com menos de 40% das intenções de votos do seu principal adversário (Lula da Silva) pensou em abandonar a disputa e ganhou duas eleições seguidas em primeiro turno, deixou o governo carregando o título de melhor presidente do Brasil, segundo uma pesquisa do Datafolha. No final do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, entre 9 e 11 de dezembro de 98, os pesquisadores perguntaram a 14.559 eleitores das várias regiões: “Pelo que você sabe ou ouviu falar, qual foi o melhor presidente que o Brasil já teve?”. A resposta foi espontânea, sem que os entrevistados vissem uma lista com os nomes dos presidentes da República brasileira em qualquer tempo. FHC foi citado como o melhor por 18% dos eleitores, seguido de Getúlio Vargas, (14%), José Sarney, (11%), Juscelino Kubitschek (8%), João Figueredo (3%), Itamar Franco (2%), Fernando Collor (2%) e Jânio Quadros (1%).¹³⁷

O índice de FHC foi obtido graças à parcela mais jovem dos eleitores. Ele foi citado por 19% dos entrevistados com idade entre 16 e 24 anos e por 21% daqueles na faixa de 25 a 34 anos, o que poderia indicar a lembrança apenas pelo fato de ele ter governado o Brasil nos anos anteriores e estar mais presente na memória da população. Mas as indicações de Getúlio Vargas, que governou o Brasil de 1930 a 45 e depois de 1951 a 54, contrariam a tese. Entre o eleitorado com até 24 anos, Vargas teve 13% das citações, mais do que os outros presidentes posteriores. E, na faixa de 25 a 34 anos, recebeu 10% das citações, menos, apenas, do que Sarney (13%), além do próprio FHC. Vargas ganha longe entre os eleitores com mais de 60 anos, dos quais 31% o apontaram como o melhor presidente brasileiro, seguido de FHC (13%), Juscelino (12%) e Sarney (8%). A pesquisa mostra também que a maior parcela dos que consideram FHC o melhor localiza-se entre os eleitores com menos renda e escolaridade, entre os que moram no interior e entre aqueles das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Um dado curioso é que, entre os eleitores de nível superior, as citações para Getúlio Vargas (23%) superam as de FHC e JK, com 20% cada um.¹³⁸

¹³⁶ Folha de S.Paulo, 03/05/2001, Brasil, p. A 5.

¹³⁷ Folha de S.Paulo, 19/12/2002, Especial “Anos FHC”, p. 2.

¹³⁸ Idem.

A **Folha** utilizou dados de pesquisas anteriores do Datafolha para fazer comparações da gestão FHC. Em junho de 1996 (um ano e meio depois da posse), os eleitores apontaram que o principal problema do país, entre seis indicados, era o desemprego, com 33% das citações. O índice cresceu anualmente, chegando a 51% em setembro de 99, mas caiu para fechar em dezembro de 2002 com 34%. O item a fome e a miséria, que tinha 7% das respostas na primeira pesquisa, terminou com 15%, enquanto a questão da violência e segurança, que era o principal problema para apenas 2% da população, chegou a 2002 com 14%. A saúde era problema para 15% da população em 96 e fechou o governo FHC com um índice de 7%, o que explica respostas a outra pergunta – a área em que FHC se saiu melhor - em que 19% apontam a saúde.¹³⁹

A educação foi a segunda melhor área, com 10% das indicações, refletindo também a mudança de opinião da população, que em 1996 considerava-a o principal problema brasileiro. No final de 2002, apenas 3% mantinham a opinião. A economia foi a terceira área considerada melhor, com 9% das indicações, seguida da inflação, com 6%. O desemprego, com 19%, e a segurança, com 10%, foram as áreas em que o governo se saiu pior, segundo a pesquisa, que aponta ainda o setor mais beneficiado no Governo FHC, os políticos, com 33% das indicações, e o mais prejudicado, os trabalhadores, com 49%. Se o esporte recebeu 52% de índice ótimo e bom, a educação 45% e as comunicações 44%, o combate à corrupção mereceu apenas 14% e o combate ao desemprego 8%, conforme outra pergunta feita aos entrevistados.¹⁴⁰

A mesma pesquisa mostrou que, ao final, apenas 26% dos eleitores avaliavam o Governo FHC como ótimo ou bom, menos do que os 35% registrados ao final do primeiro mandato, em 98, ou dos 41% apontados para Itamar Franco ao final do mandato, em 94. Em 2002, 36% consideravam o governo apenas regular e outros 35% ruim ou péssimo. A nota de FHC ao final foi de cinco (em uma escala de zero a 10), para uma nota média de seis no primeiro mandato. E o Governo FHC terminou com o Brasil literalmente dividido, considerando-se os números da pesquisa do Datafolha. Para 28% dos entrevistados, o país estava igual há oito anos. Estava melhor para 35%, mas estava pior para outros 34%.¹⁴¹

A pesquisa do Datafolha reflete as contradições de um governo que em oito anos foi marcado por êxitos e fracassos, mas esteve sempre na linha de frente do noticiário político e econômico. O presidente FHC se orgulha de ter desapropriado 20 milhões de hectares de terras, *algo sem paralelo na história do capitalismo*,¹⁴² e assentado cerca de 463 mil famílias na maior reforma agrária até então feita no território nacional. É lembrado, contudo, pelos massacres de trabalhadores rurais sem terra em Corumbiara, em agosto de 1995, em Rondônia,

¹³⁹ Idem.

¹⁴⁰ Idem.

¹⁴¹ Idem.

¹⁴² Veja, 20/11/2002, edição 1.778, p. 92.

e Eldorado dos Carajás, em abril de 96, no Pará. No primeiro caso, a perícia mostrou que alguns trabalhadores foram mortos com tiros nas costas e na nuca. No segundo, filmado por uma equipe de televisão e mostrado exaustivamente em todo o mundo, homens armados principalmente com foices foram atacados a tiros pela Polícia Militar do Pará, que tentava desobstruir uma estrada. Morreram 19 trabalhadores no que passou para a história como o “massacre de Eldorado dos Carajás”.

Para lembrar a data, o MST instituiu o chamado “abril vermelho” e, a cada ano no mês de abril, intensifica as invasões de terras com grupos organizados. As invasões, que foram de 146 no ano de 1995, passaram para 599 em 1998. Mais do que pelo número substancial de assentamentos rurais, o Governo FHC, nessa área, é lembrado pelos massacres e permanentes disputas judiciais, invasões e conflitos entre fazendeiros e trabalhadores, com várias mortes.¹⁴³

Na saúde, o governo que criou o programa de combate à Aids, reconhecido com o mais eficiente do mundo, para citar um caso, foi o mesmo que encerrou melancolicamente o ano de 2002 como responsável pela maior epidemia de dengue da história, a febre causada pelo mosquito *Aedes aegyptus*, que estava praticamente extinta em todas as regiões. O Ministério da Saúde instituiu a distribuição gratuita de remédio para portadores do vírus da Aids e conseguiu reduzir a média de casos da doença de 14 por grupo de 100 mil habitantes, registrada entre 1991 e 95, para 11, entre 96 e 2001. Brigou com multinacionais farmacêuticas e reduziu o preço dos remédios, fazendo cair o custo de um paciente com Aids para os cofres do governo, de US\$ 4.700 para US\$ 2.500 por ano. No caso da dengue, o Ministério foi acusado de ter cometido erros na transferência da responsabilidade do combate à doença aos municípios e de ter dispensado, de forma precipitada, milhares de agentes em todas as regiões.¹⁴⁴

A Educação, o único ministério que teve um só ministro nos oito anos de FHC (Paulo Renato Souza), é apontada como uma das áreas de maior sucesso da gestão. A Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio (Pnad), do IBGE, que cobre o período de 1993 e 2003, a maior parte dos quais, portanto, referentes ao Governo FHC, indica que, nesses 10 anos, o número de crianças com idade entre sete e 14 anos fora da escola caiu de 11,4% para 2,8%. A mesma pesquisa mostra que as chamadas moradias rústicas, com paredes externas feitas com materiais não duráveis, como madeira e taipa, caíram de 5,1% para 2,5%. O número de domicílios com telefones passou de 19,8% para 62%, enquanto as residências com geladeiras passaram de 71,8% para 87,3%. A pesquisa mostra também indicadores como uma pequena melhoria na distribuição de renda brasileira: os 10% da população ocupada com maior

¹⁴³ Folha de S.Paulo, 19/12/2002, Especial “Anos FHC”, p. 13.

¹⁴⁴ Idem.

rendimento do país, que representava 49% em 93, passaram para 45,3% em 2003, enquanto a parcela dos 10% com menor rendimento passou de 0,7% para 1,0%.¹⁴⁵

A estabilidade de preços e a concorrência de produtos estrangeiros beneficiaram a parcela mais pobre da população, segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Com isso, caiu de 41,7% da população, em 1993, para 35,5% em 99, a proporção brasileira de pobres, assim classificados como aqueles que não ganham o suficiente para cobrir os gastos considerados básicos para a sobrevivência. Entretanto, permaneceu a diferença de renda entre os pobres e ricos. Os brasileiros do grupo dos 10% mais ricos ganhavam, em média, 30 vezes o que recebiam os integrantes do grupo dos 10% mais pobres.¹⁴⁶

Os resultados globais mostram que, na economia, o Governo FHC consolidou o Plano Real e acabou com a inflação crônica, eliminando a chamada “memória inflacionária”, que fazia os preços subirem hoje porque subiram ontem e certamente subiriam no dia seguinte. Depois de registrar um Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA) de 22,41% em 95, o primeiro ano do mandato, a taxa manteve-se sempre abaixo de um dígito (menos de 10%), a exceção de 2002, quando alcançou 12,53%,¹⁴⁷ sobretudo por conta da especulação que surgiu com a perspectiva de Lula da Silva ganhar as eleições presidenciais.

Os analistas lembram também que, apesar do controle inflacionário, e em parte em função da conjuntura econômica internacional desfavorável, o Produto Interno Bruto cresceu menos do que seria desejável nos anos FHC: de 4,2% em 95, o PIB caiu para 2,7% em 96 e alcançou 3,3% em 97. Depois de variações sofríveis em 98 (0,1%) e 99 (0,8%), o PIB melhorou em 2000 (4,4%), mas voltou a cair novamente em 2001 (1,4%) e manteve-se quase no mesmo nível em 2002 (1,5%). Dados compilados pelo Banco Central, com base em informações do IBGE, mostram que a situação foi bem pior quando se considera a variação real do PIB *per capita*, a preços de 2002. Depois de aumentar 2,8% em 95, 1,2% em 96 e 1,9% em 97, apresentou variações negativas de 1,2% em 98 e 0,5% em 99. Recuperou-se no ano seguinte (3,0%), para ficar estável (0,1%) em 2001 e em 0,6% em 2002.¹⁴⁸ Nos anos FHC, subiu também o desemprego. Começou em janeiro de 95 com 4,3% da População Econômica Ativa (PEA), formada pelo universo de quem está trabalhando ou procurando emprego, conforme levantamento do IBGE, mas fechou 2002 em mais de 7,0%.¹⁴⁹

O Governo Fernando Henrique consolidou a participação do Brasil na economia globalizada, ao ampliar os programas de privatização de empresas estatais e de abertura do mercado interno ao comércio exterior e investimentos internacionais. Um dado significativo do

¹⁴⁵ Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (1993/2003), IBGE, 2004.

¹⁴⁶ Folha de S.Paulo, 19/12/2002, Especial “anos FHC”, p. 5.

¹⁴⁷ IBGE, Sistema Nacional de Índice de Preços ao Consumidor, www.ibge.gov.br

¹⁴⁸ Banco Central do Brasil, Relatório Anual 1992, p. 16. O relatório está disponível no site www.bc.gov.br.

¹⁴⁹ Folha de S.Paulo, 19/12/2002, Especial “Anos FHC”, p. 12.

que representaram as privatizações foi a ampliação dos serviços de telecomunicações, em um país onde, até o começo dos anos 90, esperavam-se meses para obter uma linha telefônica fixa e o celular era um luxo dos ricos. Entre 1998 e 2002, o número de telefones celulares cresceu 287%, alcançando 30 milhões de linhas.¹⁵⁰ Como definiu a **Veja**, FHC “decretou o fim da era Vargas”, um período em que “o país podia ser tocado com investimento estatal, em que o autoritarismo político era considerado natural e o descaso com a educação básica, um fato da vida”. Enfim, um modelo, sintonizado com os anos 50, que levaria o Brasil à “falência nos anos 80”.¹⁵¹

O ano de 2002, em que o Partido dos Trabalhadores finalmente chegou ao poder, foi tumultuado, em grande parte, por conta do próprio processo eleitoral e do receio de parte da sociedade acerca do pensamento de “esquerda” de Lula e do PT. A ação dos especuladores, que ganharam rios de dinheiro com a desvalorização do real em relação ao dólar, e as bruscas oscilações das bolsas de valores e do mercado financeiro, transformaram 2002 em um ano crítico. De nada adiantou o PT publicar a sua “Carta ao povo brasileiro”, renegar antigos princípios em defesa da presença do Estado nos vários campos e dizer que daria continuidade à política econômica e fiscal de FHC.

Ao final de setembro, com Lula da Silva potencialmente eleito, segundo as pesquisas de opinião, o mercado continuava agitado e dividido entre os “catastrofistas” e os mais realistas. O diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional, Horst Köhler, mostrou-se convencido de que a transição política brasileira seria tranqüila, por estarem os dois principais candidatos a presidente (Lula e José Serra) comprometidos em manter um programa econômico sólido. O secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Paul O’Neill, ajudou na discussão para aprovar um empréstimo do FMI para o Brasil naquele final de gestão FHC. Em Washington, para acertar o empréstimo, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, disse para analistas e investidores internacionais que era praticamente impossível o próximo governo ser aventureiro, quem quer que fosse, como questionavam representantes de bancos de investimentos.¹⁵²

Também em Washington, onde estava com Malan, o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, procurou tranqüilizar os investidores, ao afirmar que a quebra do Brasil era *uma idéia um pouco maluca* e que havia, entre centenas de investidores, *um ou outro com visão mais terrorista*. Disse que era preciso ter cuidado para filtrar avaliações de alguns analistas e que não conhecia ninguém sério achando que o Brasil estava a caminho de uma moratória ou que não fosse pagar sua dívida.¹⁵³ Uma das hipóteses acalentadas por investidores era que Fraga continuasse no Banco Central pelo menos no primeiro período do Governo Lula, para dar mais

¹⁵⁰ Idem, p. 6.

¹⁵¹ Veja, setembro de 2003, edição especial nº 26, p. 17.

¹⁵² O Globo, 27/09/2002, O País, p. 3.

¹⁵³ Folha de S.Paulo, 30/09/2002, Dinheiro, p. B 3.

tranquilidade ao mercado. Defendida por expoentes do partido, como o ex-governador do Distrito Federal e então candidato ao Senado, Cristovam Buarque, foi rechaçada pelas lideranças políticas do PT e pelo próprio Lula.

Informações e opiniões divergentes agravavam a situação da economia. Um relatório interno do Banco Mundial, que vazou para a imprensa, alertava que uma moratória da dívida pública brasileira seria uma catástrofe para a América Latina, que teria crises cambiais com o fim da entrada de capitais externos na região. *Se o Brasil não conseguir resgatar credibilidade no mercado e for a default, a maioria dos países da região (com exceções prováveis do México e do Chile) não terá acesso aos mercados no ano que vem*, dizia o documento, preparado pelo Departamento de América Latina do banco. Na avaliação do diretor para mercados emergentes latino-americanos da corretora Merrill Lynch, Túlio Vera, era o baixo o risco de um calote na dívida interna brasileira, mas, em relação à dívida externa, a situação era *um pouco mais complicada*. Especialmente, se Lula fosse eleito e demorasse a apresentar suas propostas para a área econômica.¹⁵⁴

George Soros, conhecido como um dos grandes especuladores do mercado financeiro internacional, botou mais lenha na fogueira, ao dizer que a economia brasileira caminhava para uma falência que iria abalar empresas norte-americanas e os mercados financeiros mundiais. Em uma entrevista à rede de televisão ABC, dos Estados Unidos, disse que, com o risco Brasil chegando a 2.500 pontos, a taxa de juros a mais de 20% ao ano e a provável eleição de Lula, o governo deveria ser obrigado a dar um calote em sua dívida pública. O problema, segundo ele, é que seria eleito um presidente não *apreciado pelos mercados financeiros*.¹⁵⁵

Para evitar um descontrole maior da inflação (que fechou o ano com o IPCA de 12,53%), o Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, aumentou os juros básicos da economia, de 18% para 21% ao ano, em outubro, para 22% em novembro e para 25% em dezembro.¹⁵⁶ Mas este foi apenas mais um dos contratemplos da economia em 2002. Depois de oscilar fortemente no segundo semestre e chegar a valer quase quatro reais, o dólar fechou dezembro em R\$ 3,545, uma valorização acumulada de 53,2% só no ano. O risco Brasil medido pelo JP Morgan, um dos indicadores da confiança dos investidores estrangeiros na capacidade de um país honrar seus compromissos, encerrou 2002 em 1.446 pontos, alta de 68,3% em 12 meses.¹⁵⁷ A valorização do dólar sobre o real beneficiou as exportações, conteve as importações e assegurou um superávit de US\$ 13.143 milhões na balança comercial em 2002, contra apenas US\$ 2.650 milhões no ano anterior. Por conta do risco Brasil e das

¹⁵⁴ Idem.

¹⁵⁵ Folha de S.Paulo, 30/09/2002, Dinheiro, p. B 1.

¹⁵⁶ Folha de S.Paulo, 19/12/2002, Dinheiro, p. B 1.

¹⁵⁷ Folha de S. Paulo, 31/12/2002, Dinheiro, p. B 5. Antes da eleição de Lula o risco Brasil chegou perto dos 2.500 pontos.

incertezas sobre o novo governo, os investimentos externos líquidos caíram de US\$ 24,7 bilhões em 2001 para US\$ 14,0 bilhões no último ano do Governo FHC.¹⁵⁸

Nos meses finais de 2002, dezenas de matérias, artigos e editoriais nos meios de comunicação voltados para o grande público analisam os oito anos de mandato de FHC, em balanços que, de um modo geral, são favoráveis ao ex-presidente, apesar das críticas que pontuaram vários momentos dos dois governos e são repetidas em parte desses balanços. Há praticamente unanimidade sobre o grande salto que o país deu com a estabilidade dos preços, a responsabilidade fiscal e maior realismo orçamentário, as privatizações e a modernização do Estado, com a profissionalização da gestão em empresas públicas e estatais que foram mantidas. A abertura da economia trouxe novos investimentos externos e produtos que obrigaram as empresas nacionais a um novo ciclo em busca de maior produtividade e competitividade, beneficiando a população, que passou a ter mais produtos a melhores preços. Ressaltam-se, também, novas práticas no campo social, com prioridade para a educação, saúde e atendimento aos setores mais carentes da população.

Mas há unanimidade também na área econômica, acerca de o governo haver errado ao manter durante tanto tempo o real valorizado em relação ao dólar (a primeira gestão FHC) e as elevadas taxas de juros, que, se facilitaram o fluxo de recursos externos para o Brasil, provocaram a quebra em muitos setores, especialmente de pequenas e médias empresas. Critica-se a falta de uma visão gerencial mais ampla em algumas áreas, o que provocou, por exemplo, a crise energética com o apagão e o racionamento de energia. No campo político, mesmo os mais ardorosos defensores de FHC reconhecem que ele não empregou em questões cruciais, como as reformas administrativa e tributária, o mesmo esforço utilizado para garantir a votação da emenda da reeleição, que lhe permitiu buscar o segundo mandato.

A **Folha** foi o jornal que mais criticou o governo FHC e mais se empenhou, por meio de seus editoriais, em apoiar os pedidos de instalação de CPIs para investigar os mais variados assuntos. Por isso mesmo, é significativo o editorial que publicou em dezembro, na primeira página da edição que circulou como caderno especial “Anos FHC”, a começar pelo título: “Um bom presidente, governo nem tanto”. Com a ressalva de que seria prematura uma “avaliação conclusiva sobre o legado de FHC antes que o decorrer do tempo permita considerar, em perspectiva histórica, seu extenso período de oito anos na Presidência da República”, o jornal buscou ressaltar “ângulos positivos e negativos” da gestão que se encerrava, para tentar definir um saldo, em sua opinião, “moderadamente favorável”.¹⁵⁹

Diz o jornal que o Governo FHC avançou em termos produtividade e modernização, com as reformas liberalizantes da economia, e “estabeleceu parâmetros de responsabilidade

¹⁵⁸ Banco Central do Brasil, Relatório Anual 2002, p. 130 – 131.

¹⁵⁹ Folha de S.Paulo, 19/12/2002, Opinião, primeira página, “Um bom presidente, governo nem tanto”.

orçamentária na gestão pública”. Mas deixou de realizar reformas importantes, como a previdenciária, a fiscal e a reforma política, que obrigaria futuros governos a “repetir o procedimento de barganhas discutíveis e pontuais” que permitiu ao próprio FHC governar e se reeleger. Foi importante universalizar o acesso ao ensino fundamental e iniciar o mapeamento qualitativo das escolas e dos alunos, enquanto na saúde pública ampliou-se o processo de vacinação e adotaram-se políticas preventivas. Houve o “trabalho exemplar no enfrentamento da Aids”, embora o governo tenha registrado a volta de endemias como a dengue. Por meio de programas de transferência de renda substituindo aos poucos práticas assistencialistas, melhorou-se o gasto social e, no geral, a “administração pública pautou-se por critérios de racionalidade”.¹⁶⁰

Houve melhoria no nível de renda da população mais pobre, mas “as diferenças sociais continuam a apresentar um abismo dramático”. Disse a **Folha** que a estabilidade de preços “impôs um custo devastador, que poderia ter sido aliviado, talvez, se uma política cambial menos dogmática não houvesse prevalecido por tanto tempo”. A dependência dos recursos externos levou aos juros elevados, transferindo “recursos da sociedade aos bancos à custa do consumo e do investimento produtivo”, sem garantir totalmente o fim da inflação.¹⁶¹

Conclui o jornal:

“O presidente Fernando Henrique terá frustrado os que dele esperavam um governo tanto mais arrojado e imaginativo quanto menos mutilado por tais concessões. Compensou-os pela honradez pessoal com que se portou e por uma atitude de tolerância que muito contribuiu para desenvolver as instituições e instalar um clima de serenidade no país, sem os traumatismos do passado ainda recente. Seu discernimento intelectual, seu senso de equilíbrio em momentos críticos, até mesmo seu bom humor deram o tom da atmosfera civilizatória que, apesar de tudo, predominou ao longo dos anos FHC”.¹⁶²

Em texto publicado na **Folha**, o seu diretor de Redação, Otavio Frias Filho, também diz que um balanço final da gestão de Fernando Henrique é tarefa para historiadores do futuro, mas a

herança deixada por FHC tem marca das ambigüidades de um governo que sempre insistiu em repelir maniqueísmos e sublinhar nuances. A administração tucana realizou mais uma das modernizações periódicas pelas quais a economia brasileira se ajusta às transformações verificadas no cenário internacional sem conseguir alterar a sua dependência nem resolver problemas internos seculares. Embora os benefícios advindos do Real – junto com as políticas compensatórias determinadas pela Constituição de 88 e aplicadas pelo governo – tenham evitado que o abismo social se tornasse ainda mais calamitoso, a distância se manteve, se é que não se ampliou. O apartheid informal que divide a sociedade brasileira não sofreu alteração de monta. Essa dicotomia, problema estrutural da formação brasileira, segue

¹⁶⁰ Idem.

¹⁶¹ Idem.

¹⁶² Idem.

*dividindo a população em dois setores – um moderno, dinâmico, integrado aos padrões de produção e consumo do mundo desenvolvido; outro manietado por carências materiais que condenam grandes contingentes a uma vida sem possibilidades. É desolador que esse quadro se reproduza após a longa passagem pelo poder de um grupo de intelectuais esclarecidos e reformistas.*¹⁶³

Lembra o dirigente do jornal que, em sua defesa, o governo argumenta que problemas históricos não poderiam ser resolvidos em um mandato ou em uma geração e que a conjuntura internacional desfavorável limitou a atuação do governo, que se tornou dependente das “oscilações do mercado e da necessidade de competir por capitais escassos e ariscos”. Na opinião de Frias Filho, “será esse, provavelmente, o desafio dos historiadores. Identificar em que medida o atual governo deu curso ao desenvolvimento das forças produtivas, derrubando obstáculos que mantinham o país atado. E em que medida, por outro lado, pautou-se por uma política demasiado passiva e concessiva, abrindo mão de enfrentamentos em nome da estabilidade e da conservação, agora frustrada, do poder”.¹⁶⁴

De um outro lado, o **Estado** foi, entre os grandes jornais, um defensor entusiasmado do Governo FHC, salvo exceções. Ilustrativo dessa postura foi o editorial publicado ao final do mandato, “A última aula do presidente professor”, em que diz que não são muitos,

*“na História, os chefes de governo que, ao final de um longo mandato, podem dizer como o presidente FHC: *exerci a Presidência com prazer e me despeço feliz.* A formação acadêmica e o aprimoramento intelectual desenvolveram em Fernando Henrique as qualidades do scholar – a curiosidade, o gosto pelo diálogo, a tolerância, a capacidade de sistematizar para resolver os problemas – que, aplicadas à política, dele fariam um dos mais notáveis homens públicos e, seguramente, o mais eficiente presidente da República do Brasil contemporâneo. A obra de modernização do País, que conduziu durante dois mandatos consecutivos, autoriza-o a dizer que não teme o julgamento da História”.*¹⁶⁵

Firmou-se a democracia brasileira com FHC, que, além disso, “promoveu algumas transformações fundamentais, no Brasil e nos brasileiros, desde que assumiu a Presidência em 1995”, avalia o **Estado**. Com ele, “foram plantadas as fundações do Estado moderno, que não se omite na regulação das atividades econômicas e sociais, mas já não interfere diretamente no processo produtivo”. Com FHC, o cidadão e toda a sociedade aprenderam que a “estabilidade da moeda é um valor a ser defendido, que a eficiência e a transparência da administração pública não são favores, mas deveres que podem e devem ser cobrados”. E mais importante, os brasileiros aprenderam que “não devem esperar a solução de seus problemas exclusivamente

¹⁶³ FILHO, Otavio Frias. “FHC na história”. Folha de S.Paulo, 19/12/2002, p. A – 2.

¹⁶⁴ Idem.

¹⁶⁵ O Estado de S. Paulo, 02/01/2003, Notas e Informações, p. A 3, “A última aula do presidente professor”.

dos governos e do Estado, que não se substituem ao esforço comunitário e ao exercício da cidadania”.¹⁶⁶

O **Estado** ressalta que, apesar de tudo o que fez FHC, o período final de sua gestão sofreu pesadas críticas, que “suportou, da maneira mais estóica possível, não apenas por ser a tolerância uma de suas principais características, mas porque foi criticado mais pelo que não fez do que pelo que fez. E o que fez e o que não fez não dependeram apenas dele.” O jornal recorre às declarações de FHC publicadas em sua edição do dia 31 de dezembro, nas quais ele analisa os riscos do poder e diz que *o bom é que você compreende mais; mas você também descobre como é menos poderoso do que imaginava e como depende mais dos outros. E os outros são os partidos, é a imprensa, é a sociedade.* A história “fará justiça” a FHC, afirma o jornal, para quem este “depoimento não é uma simples despedida, nem um balanço de realizações. Trata-se, antes de mais anda, da última lição que o presidente sociólogo – mais verdadeiramente, o presidente professor – ministra a todos, especialmente a seu sucessor.”¹⁶⁷

O “depoimento” de FHC está em caderno especial que o **Estado** publicou dia primeiro de janeiro de 2003 com um balanço geral de seus dois mandatos.¹⁶⁸ Ele disse que terminava sua gestão com a certeza de que o seu governo propiciou ao Brasil *condições de, efetivamente, entrar neste século com firmeza*, porque houve grande avanço não só na questão econômica, na consolidação da democracia, mas também *porque as políticas sociais foram orientadas na direção certa*. Por isso, encarava o futuro com *tranqüilidade* e sabendo que as apreciações que o novo governo pudesse fazer eram, *em parte, esperadas*. Ele disse que assumiu o governo em 1995 *cheio de entusiasmo e com várias ilusões* e deixava o Planalto *com o mesmo entusiasmo, mas com menos ilusões*, porque não basta querer fazer, *é preciso ter conseguido fazer, e no exercício do poder você percebe que as coisas são muito mais difíceis do que você imagina num certo momento*. Por isso, saía do governo *mais amadurecido no que isso tem de bom e de mau*.¹⁶⁹

A reta final da campanha eleitoral de 2002 mostrou que a herança de FHC, de fato, ficaria plantada entre os brasileiros, quando o próprio PT, que desde 1994 criticara duramente o Plano Real e seus desdobramentos, passou a defender os fundamentos que resultaram na estabilidade de preços e responsabilidade fiscal, entre outros pontos. Como se viu, não se tratava apenas de uma retórica de campanha para acalmar as “elites”, já que o Governo Lula da Silva, desde que assumiu em 2003, tem apresentado uma postura na área econômica mais conservadora que a praticada pelo próprio governo FHC, em termos de ajuste fiscal, controle das contas públicas e da inflação.

¹⁶⁶ Idem.

¹⁶⁷ Idem.

¹⁶⁸ O Estado de S. Paulo, 01/01/2003, caderno especial “Herança de FHC – Desafios de Lula”, 10 páginas.

¹⁶⁹ Idem, p. 1.

Ainda no calor da campanha de 2002, a **Folha** argumentou que a estabilidade de preços, responsabilidade fiscal e controle orçamentário eram “conquistas não apenas do governo, mas do conjunto das instituições” e um futuro presidente que, “por incompetência ou populismo” mudasse esses parâmetros estaria “politicamente condenado”.¹⁷⁰ O **JB** reclamou que, apesar de defender a continuidade do que havia de certo no país, os candidatos à Presidência da República pareciam se esquecer de que o mérito era de FHC, pouco citado até mesmo pelo candidato do seu partido, José Serra. Disse que o Brasil mudou muito, “para melhor”, graças a FHC, que “talhado para a missão pública”, valorizou o cargo e “fez-se admirar no exterior”. Deixaria saudades, mesmo porque, entre os candidatos à eleição de 2002, nenhum exibia o “seu preparo e sua estatura intelectual”.¹⁷¹

Depois das eleições, a mídia voltaria a ser unânime em relação a FHC, ao elogiar o processo de transição que acertou com o PT, um “rito de passagem decerto incomum entre os países ditos emergentes”, como definiu o **Estado**.¹⁷² Fernando Henrique nomeou temporariamente 51 funcionários indicados pela equipe de Lula da Silva (pagos pelo Tesouro Nacional) e que durante três meses trabalharam junto à equipe do governo para conhecer a estrutura administrativa e preparar uma agenda com os compromissos internos e externos para os primeiros 100 dias da nova gestão. Vários integrantes do Governo FHC, especialmente no Ministério da Fazenda, responsável direto pela condução da política econômica, foram mantidos no Governo Lula. A **Folha** lembrou que, nos países democráticos, era obrigação de um governo “entregar a máquina administrativa ao sucessor de forma conseqüente”. Elogiou a transição de FHC para Lula com o argumento de que no Brasil vinha sendo raro um presidente democraticamente eleito “transmitir a faixa presidencial a outro mandatário também ungido pelas urnas”. E, mesmo quando isso ocorria, com freqüência a passagem de cargo era “tumultuada pela má vontade de uma das partes”.¹⁷³

Para o jornal **Estado**, FHC deixou para seu sucessor um Estado “muito mais ativo, moderno, transparente e responsável”. As reformas voltadas para carreiras típicas da administração pública, por exemplo, deram início a um “processo de rejuvenescimento das elites burocráticas e de acumulação de capacidades intelectuais nos estratos superiores do funcionalismo”. Reduziram-se substancialmente a ocupação de cargos de direção e assessoramento em órgãos públicos por indicações políticas, por meio de programas que “tiraram o oxigênio dos pactos clientelistas entre setores corporativos e as oligarquias cujo poder se alimentava precisamente do seu livre trânsito no interior da máquina”. Os “piores

¹⁷⁰ Folha de S.Paulo, 27/10/2002, Opinião, p. A 2, “Emprego, renda e cidadania”.

¹⁷¹ Jornal do Brasil, 29/09/2002, Opinião, p. 16, “O grande esquecido”.

¹⁷² O Estado de S. Paulo, 06/10/2002, Notas e Informações, p. A 3, “Democracia consolidada”.

¹⁷³ Folha de S.Paulo, 26/10/2002, Opinião, p. A 2, “Transição exemplar”.

focos de corrupção endêmica” foram erradicados e “andou-se, em suma, bem mais do que meio caminho”. A Lula, então, caberia a “tarefa de continuar a jornada”.¹⁷⁴

Para o colunista Clóvis Rossi, da **Folha**, FHC terminou o seu governo

como exerceu todo o seu mandato: com o copo meio cheio ou meio vazio, conforme a ótica de cada qual. Em qualquer área, sempre haverá argumentos para atacá-lo e para defendê-lo, o que, bem feitas as contas, fala a favor do presidente. A maioria dos seus antecessores, tanto antes como depois de Geisel, encolheu no cargo. A favor de FHC pesa ainda o fato de que seu governo foi o mais escrutinado pela mídia em toda a história republicana. Ao contrário do que diz parte do público, a mídia não foi condescendente, a não ser nos editoriais de algumas publicações.

¹⁷⁵

O próprio jornalista confessa se despedir de FHC *na dúvida de ter sido, talvez, mais impiedoso do que o presidente mereceu. Talvez porque esperasse um copo mais cheio do que ele entregou.*¹⁷⁶ No mesmo jornal, o colunista Luís Nassif diz que, nos quatro primeiros anos, o sucesso da estabilização inibia críticas, e o Governo FHC foi *alvo de defesas apologéticas, que ignoraram até os enormes erros cometidos no plano econômico.* Já nos quatro anos do segundo mandato, *foi alvo de ataques cerrados, que ignoravam até mesmo os avanços institucionais,* com destaque para o período da campanha presidencial. Na opinião do colunista, FHC foi *vítima de alguns erros fundamentais que impediram que o país pudesse ter aproveitado melhor a situação internacional excepcionalmente favorável e dado o salto definitivo rumo ao desenvolvimento.*¹⁷⁷

Diz Nassif que o Governo FHC foi fundamental para a transição política do país e *legou um novo padrão de política social,* mas no plano econômico residem as maiores falhas.

*O primeiro erro foi a subordinação cega aos princípios do livre mercado. Esse ideologismo primário, descosturado da realidade, fez que qualquer ferramenta de gestão fosse interpretada como intervencionismo. O segundo erro foi a completa falta de aptidão de Fernando Henrique Cardoso para problemas do dia-a-dia da gestão. De certa forma, sua adesão cega a esse “livre mercadismo” anacrônico, ignorando qualquer manifestação da realidade, no fundo era álibi para sua falta de vontade de tocar o dia-a-dia. Foi por isso que a noção de processo – importante para entender mudanças culturais e políticas – foi levantada até para justificar a não-solução de problemas administrativos e econômicos. Não sei quem foi o autor original, mas foi absolutamente precisa a definição de que, para FHC, existem dois tipos de problemas: os insolúveis e os que se resolvem por si próprios.*¹⁷⁸

Nassif aponta um terceiro problema de FHC, em sua opinião: a *vaidade.* Considera o seu governo *democrático, no sentido de respeitar as divergências, mas absolutamente autocrático, no sentido de ignorar solenemente todas as idéias e contribuições externas.* Mas

¹⁷⁴ O Estado de S. Paulo, 31/12/2002, Notas e Informações, p. A 3, “O Estado desprivatizado”.

¹⁷⁵ ROSSI, Clóvis. “FHC e a última dúvida”. Folha de S.Paulo, 31/12/2002, Opinião, p. A 2,

¹⁷⁶ Idem.

¹⁷⁷ NASSIF, Luís. “O último dia de FHC”. Folha de S.Paulo, 31/12/2002, Negócios, B 3,

¹⁷⁸ Idem.

lembra que fez uma entrevista com FHC em que ele *não conseguiu formular nem uma autocrítica sequer. Todos os erros cometidos foram de terceiros que o aconselharam mal, que não o alertaram sobre dificuldades*. Essa atitude, diz o jornalista, confirma o que ele escrevera sobre o presidente em dezembro de 1994, ainda antes da posse do primeiro mandato: *O FHC vaidoso atrapalharia a obra do FHC inteligente. Ao final, o inteligente construiu a transição do século. Não fosse o vaidoso, poderia ter feito o governo do século.*¹⁷⁹

Na abertura de entrevista que fez com FHC no final do mandato, publicada na **Veja**, o jornalista Roberto Pompeu de Toledo¹⁸⁰ o define como um presidente *que soube conduzir a nau do Estado dentro da normalidade democrática. No que talvez venha a ser reconhecido como sua obra máxima, foi um reformador e consolidador de instituições*. Lembra que ele criou, por exemplo, o Ministério da Defesa, completando a *operação de recolher aos bastidores os ocupantes dos comandos militares, que durante muito tempo foram protagonistas maiores da mambembe ordem democrática brasileira*. O jornalista credits a FHC *as virtudes da tolerância e do desarmamento dos conflitos*, mantidas mesmo quando os adversários o ameaçavam com a destituição. Foi, enfim, um presidente que, *fiel tanto à vocação de democrata quanto à de professor, nunca se furtou a explicar e explicar-se, argumentar e tentar convencer.*¹⁸¹

FHC chegou ao fim do seu mandato como começou oito anos antes, servindo como o grande estabilizador do Brasil, o que significava muito em um país que viveu sob um regime militar ditatorial entre 1964 e 85 e que era freqüentemente atingido por crises econômicas, segundo conclusão de matéria publicada no The New York Times no final de dezembro e citada pelo **Globo**. Em entrevista ao jornal norte-americano, o brasilianista Albert Fishlow, da Columbia University, disse que um dos aspectos mais positivos de FHC é que ele governou *durante tempos muito difíceis e, apesar disso, produziu resultados*. A transição para o governo Lula, por sua vez, foi a mais estável de um grande país latino-americano, segundo o jornal, que destaca o fato de uma pesquisa de opinião (Datafolha) ter apontado FHC como o melhor presidente da história brasileira.¹⁸²

Em seus oito anos de mandato, FHC fez, a trabalho, nada menos do que 530 viagens domésticas e outras 106 internacionais, mais do que qualquer dos seus antecessores.¹⁸³ No dia 30 de dezembro, participou da última cerimônia de seu governo, ao receber a condecoração “Ordem do Congresso Nacional”. Com a presença de 18 dos seus 26 ministros, assessores e parlamentares de diversos partidos, entre eles, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), disse que

¹⁷⁹ Idem.

¹⁸⁰ Autor do livro *O presidente segundo o sociólogo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

¹⁸¹ *Veja*, 20/11/2002, edição 1.778, p. 87.

¹⁸² *O Globo*, 30/12/2002, *O País*, p. 11.

¹⁸³ *O Globo*, 21/12/2002, *O País*, p. 2.

deixava o cargo feliz. *Não sei se muitos presidentes saíram daqui contentes. Saio feliz, porque efetivamente nesse exercício de governo, nesses anos todos, aumentei o número de amigos e não guardo inimigos.*¹⁸⁴

Depois de passar a faixa presidencial para Lula da Silva, Fernando Henrique Cardoso seguiu para São Paulo e depois para uma temporada de descanso em Paris, na França, em companhia da esposa, a antropóloga, professora da Universidade de São Paulo, Ruth Cardoso. Discreta, durante oito anos, ela coordenou os trabalhos do Comunidade Solidária, o programa governamental voltado para o atendimento das populações mais carentes, em uma gestão eficiente e austera, reconhecida até pelos adversários políticos de FHC.

O balanço de FHC sobre si mesmo, o governo e a imprensa

Ao final e depois do seu mandato, Fernando Henrique Cardoso concedeu entrevistas em que analisa vários aspectos de sua gestão, aponta o que fez, deixou de fazer (ou não pode), fala de frustrações, decepções e do futuro. Em parte, retrata o que ele pensa dele mesmo como governante e sua administração, o que completaria com profundidade no livro *Arte da política*, já citado, publicado ao mesmo tempo que *The Accidental President of Brazil* (O Presidente Acidental do Brasil), voltado principalmente para o público dos Estados Unidos.

Em novembro de 2002, a revista **Veja** dedicou 10 páginas a uma entrevista em que FHC analisa o que diferencia o Brasil de 1994 e o do final do seu governo:

*A estabilidade. E não só no sentido econômico, mas no sentido genérico da palavra. No Brasil de 1994 já havia começado o Plano Real, mas não sabíamos até que ponto teríamos condições de reorganizar as bases do governo e da economia, para propiciar depois um período de crescimento sustentado. Isso é o primeiro degrau da questão. O segundo, e mais importante, é a estabilidade, digamos, dos valores. O Brasil de 1994 ainda vinha da cicatrização de uma operação na democracia, que foi o **impeachment**, e não tínhamos tido ainda experiência mais prolongada de um regime de presidente eleito. O que foi eleito acabou deposto, e os outros não tinham sido eleitos. No Brasil de hoje, a normalização dos valores democráticos é algo palpável. Ninguém põe mais em dúvida as instituições democráticas. O Brasil de 1994 já era um Brasil de liberdade – de imprensa etc. Hoje chegamos à culminação desses valores, inclusive no que diz respeito ao legado do passado autoritário. Acabamos com tudo o que havia de restrição e de injustiça praticadas em função do regime militar. É um assunto que nem se menciona mais. Hoje a liberdade e a democracia são como o oxigênio – você pensa que não tem importância porque tem em abundância.*¹⁸⁵

¹⁸⁴ O Globo, 31/12/2002, O País, p. 10.

¹⁸⁵ Veja, 20/11/2002, edição 1.778, p. 88 – 97.

O ex-presidente disse que, quando assumiu, o Estado *não tinha o fluxo necessário de informações para que as decisões pudessem ser tomadas de forma razoável* e houve uma reorganização que garantiu outro tipo de *capacidade operacional do aparelho estatal*, sem falar em uma forma mais disciplinada de *relações federativas*. Em 1995, por exemplo, *as prefeituras e os estados não pagavam a Caixa Econômica. O setor rural não pagava suas dívidas. Outro problema é que não havia mecanismos efetivos de atendimento aos mais pobres*, o que passou a acontecer com o aumento substancial do gasto social do governo e uma *mudança no sentido de focalizar esse gasto melhor, na direção dos que mais precisam*.¹⁸⁶

Embora não tenha eliminado, houve uma *redução drástica* na troca de favores com o Congresso e os partidos políticos, na avaliação de FHC, que cita a retirada, desse processo de troca, da parte *produtiva e financiadora* do governo, como o Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, a Petrobras, Eletrobras e Banco do Nordeste. *Eventualmente esses órgãos podem até abrigar alguém de um partido, mas foram estabelecidos mecanismos de controle*, disse o ex-presidente, que citou como fundamental a privatização de estatais, que permitiu eliminar *outra parte apetitosa do butim do Estado*. Só nas empresas telefônicas estatais, lembra, havia cerca de 130 diretorias cobiçadas pelos políticos. *Nas áreas sociais fundamentais, educação, saúde e reforma agrária, marginalmente houve indicações, mas progressivamente acabamos com isso*.¹⁸⁷

Em uma entrevista à **Folha**, FHC disse que, antes de sua gestão, havia no Brasil uma *privatização do Estado, não só de interesses corporativos, mas também os interesses privados, do mercado, os anéis burocráticos*. O Conselho Monetário Nacional constituía um exemplo, pois era integrado por representantes do setor privado, que, em sua opinião, não tinham por que opinar sobre a política monetária, o controle da moeda, que é uma das atribuições básicas do órgão. Mas esses anéis estavam também nas empresas estatais dos diversos setores, como telecomunicações, energia e transportes, e isso ele tirou o tanto quanto possível.¹⁸⁸

Essas mudanças, parte da reforma do Estado brasileiro, nas quais se inseriram as privatizações, procuravam também alcançar uma administração *permeada pelo clientelismo da política tradicional e enrijecida pela defesa de interesses da própria corporação dos funcionários, com menosprezo do interesse público*. Na verdade, era tentar trocar uma administração *burocrática, corporativa e clientelista*, por uma empresarial-gerencial, pautada por critérios de eficiência, como disse FHC em seu livro.¹⁸⁹

No começo de sua gestão, FHC disse que era *até fácil* governar o Brasil, quando perguntado se era difícil. Ao final, assegurou que *comparativamente com outros países, não é*

¹⁸⁶ Idem.

¹⁸⁷ Idem.

¹⁸⁸ Folha de S.Paulo, 19/12/2002, Brasil, p. A 12.

¹⁸⁹ CARDOSO, Fernando Henrique, 2006, op. cit., p. 560.

*tão difícil. Não temos aqui ódios raciais nem fundamentalismos religiosos. Temos uma certa inclinação, que sempre foi malvista pela intelectualidade, para a conciliação. Também no começo, FHC disse que o Brasil não era um país pobre, mas injusto. E oito anos depois, com uma visão histórica, que assegura ter, afirma: Não se resolvem 500 anos de injustiça em oito anos. A pergunta que deve ser feita é: ficou mais ou menos injusto? Acho que ficou menos. Porque nós começamos a universalizar o acesso da população àquilo que é básico: educação, saúde e terra. O indicador mais vistoso que temos nesse sentido é o acesso à escola. Nós universalizamos praticamente o acesso à escola. Pode-se dizer, pela primeira vez na história do Brasil, que o analfabetismo está morrendo, é residual. Argumentou FHC que do começo dos anos 90 para 2002 passou de 75% para 93% o número de crianças negras na escola e, no total, 97% das crianças brasileiras estavam na escola. Reconheceu que ainda havia problemas, mas não há um dado social que não tenha melhorado nas camadas mais pobres da população em seu governo. Ainda havia injustiça social, mas FHC estava com consciência tranqüila de que fez tudo o que podia para diminuí-la.*¹⁹⁰

No decorrer de sua gestão, prossegue FHC, o país enfrentou uma série de problemas decorrentes da situação externa e interna, houve a desvalorização da moeda, *processos de desgastes políticos e brigas no congresso, acusações infundadas, mas freqüentes*, que foram tirando do governo a *capacidade de convencer* os outros do que estava fazendo. E, nesse aspecto, o PT *conseguiu desgastar bastante o governo*, vendendo uma versão que *não correspondia necessariamente ao que estava acontecendo, mas que pegava, tinha apelo*. E foi assim que o partido *conseguiu ganhar a luta para, digamos, simbolicamente e também politicamente, criar um outro discurso, que foi eficaz para impedir que se pudesse passar o que estava sendo feito*.¹⁹¹

FHC concorda que, ao final, o PT ganhou a corrida pelas mentes e opiniões e governo e o PSDB perderam a *guerra doutrinária*. Cita o caso da política social, que *nunca avançou* tanto quanto no seu governo, que, no entanto, ficou com a imagem de que não cuidava do social. Outro momento em que o governo perdeu a *batalha da propaganda para a oposição* foi da votação da emenda da reeleição, em 97, quando se firmou a idéia de que o governo comprou votos de alguns deputados, até hoje não comprovada. O ex-presidente diz que esqueceu-se que *todo mundo queria a reeleição*, como mostravam *os editoriais dos jornais, todas as pesquisas de opinião*.¹⁹²

Sobre um dos aspectos mais polêmicos do seu governo, a demora em alterar o câmbio, FHC diz que poderia ter acelerado a desvalorização do real em princípio de 1998, mas havia o

¹⁹⁰ Veja, 20/11/2002, edição 1778, p. 88 – 97.

¹⁹¹ Folha de S.Paulo, 19/12/2002, Brasil, p. A 10.

¹⁹² Veja, 20/11/2002, edição 1.778, p. 88 – 97.

medo da memória da inflação e de uma retomada da indexação. Com o argumento de que *é fácil ser engenheiro de obra feita*, para se contrapor aos críticos da política cambial, FHC diz que *ela não pode ter sido tão errada.* Quando todos diziam que a política cambial estava sucateando a indústria nacional, ela, na verdade, *estava se reequipando. E isso graças ao câmbio favorável.* Além disso, *a população viveu melhor quando o real estava mais apreciado*, tanto que a popularidade do presidente *foi altíssima no primeiro mandato e caiu muito no segundo.* No primeiro ano do Real, o nível de renda média familiar brasileiro subiu 30% e caiu 10% no segundo, mantendo uma média de 20% em todo o Plano.¹⁹³

Fernando Henrique contesta também as críticas de que a política cambial do primeiro mandato quebrou várias cadeias produtivas, porque aquelas que buscaram competitividade, como a de calçados, móveis e têxteis, refizeram-se. *O capitalismo é um sistema cruel, destrói e reconstrói. Uns perdem e outros ganham. Aqui no caso houve uma mudança qualitativa e positiva. Está todo mundo competindo, exportando*, diz o ex-presidente.¹⁹⁴

Se o Governo FHC foi bom, como justificar, então, a derrota do candidato do seu partido José Serra nas eleições presidenciais? O ex-presidente diz que houve *fadiga de material*, porque ele e sua equipe estiveram cerca de 10 anos no centro dos acontecimentos, desde o Ministério da Fazenda, em 1993, o que *produz, até inconscientemente, um certo desgaste, cansaço.* Mas o principal, entende FHC, foi que o governo e o PSDB perderam *a batalha política, ideológica* para o PT, embora os petistas, para ganhar a eleição, tenham assumido muito da ideologia tucana.¹⁹⁵

FHC tem também outra justificativa para a vitória do PT. *Eu digo sempre que se ganha a eleição quando há eletricidade no ar. Dá um curto-circuito, e aí não há o que segure. No caso do Lula, não houve um ponto que se possa dizer: aqui rompeu. Foi mais uma saturação – das políticas atuais, da mesma repetição, da mesma linguagem... Aí o pessoal decidiu: ‘vamos mudar’.* Ao comentar um dos motes da campanha de Lula em 2002 – “a esperança venceu o medo” –, FHC disse: *Eu diria que estou com medo da esperança. Tenho medo de que não se concretize. Se ele tiver capacidade de transformar esse sentimento vago em algo objetivo, tem caminho. Se não. Não tem.*¹⁹⁶

E o que diferencia o Fernando Henrique de 1994 do FHC de 2002?

É difícil de julgar. Acho que tenho uma visão mais complexa, mais diferenciada, das coisas. Sei mais das dificuldades na realização dos projetos, talvez conheça mais as pessoas. Por outro lado, para ser presidente, nas atuais condições de democracia e estabilidade, é preciso aumentar seu grau de paciência. Não adianta querer fazer depressa, que não consegue. Ao mesmo tempo, não se pode desistir. Precisa-se de paciência e

¹⁹³ Idem.

¹⁹⁴ Folha de S.Paulo, 19/12/2002, Brasil, p. A 11.

¹⁹⁵ Idem, p. A 10.

¹⁹⁶ Veja, 20/11/2002, edição 1.778, p. 88 – 97.

persistência. Também se tem de ter mais humildade para encarar o outro. É preciso relevar, e aprender, mais e mais, a separar o que é fundamental do que não é. E não se pode deixar-se envolver pelo turbilhão do dia-a-dia. É preciso prestar atenção à crítica, mas também manter a reflexão crítica sobre a crítica. Quando vem a denúncia, que é tão freqüente, é necessário perguntar o que está por trás delas. Verificar se ali há realmente uma vontade de corrigir ou uma maldade. Acho que, humanamente, a experiência é rica. É muito cansativa. Eu diria até que boa parte do trabalho de um líder político é psicanalítico. Tem de ouvir, tem de deixar que a pessoa desabafe. Ouve-se intriga o dia inteiro. ¹⁹⁷

Em outra entrevista, depois de deixar o governo, FHC disse que não está preocupado em saber como será visto pela história daqui a um século, porque isso não depende tanto do que se fez, mas se o que foi feito terá ou não sentido daqui a 100 anos. E o que faz sentido em sua trajetória como Presidente? *Sou democrata. Isso sou. Trabalhei, tenho afinco, tentei melhorar a situação do povo brasileiro. Tentei! Se consegui, vai se ver, com o tempo. Se convidado a escrever um verbete sobre Fernando Henrique Cardoso, o que diria o ex-presidente? Diria que foi um democrata. Em minha cabeça, é um traço que talvez esteja mais forte do que qualquer outra coisa. Num país acostumado ao patrimonialismo, ao clientelismo, ao autoritarismo e ao atropelo, eu não sou nada disso.* ¹⁹⁸

No que chama de “palavras finais” do seu livro de memórias, FHC diz que, ao reler suas análises e descrições, sentiu uma certa decepção, ao ver o tempo que custou ao país obter os resultados alcançados, *tão longe ainda do necessário*. E depois indignação, ao *olhar o passado recente e ver que os personagens hoje no poder (pessoas, partidos, forças sociais) resistiram a toda inovação para melhorar o Brasil e agora alardeiam como feito próprio o que brotou das raízes que tanto fizeram para impedir que vingassem*, referindo-se, naturalmente, ao PT, Lula e seus aliados e aos êxitos, sobretudo, da política econômica. ¹⁹⁹

O ex-presidente lembra que no Brasil há liberdade, com instituições fortalecidas e a opinião pública mais livre, com as pessoas procurando se informar, decidir por conta própria e melhorar suas vidas, inclusive da mobilidade social e geográfica que é uma característica do país. Mas a *velocidade do processo é insatisfatória*, pois persistem níveis de pobreza, dificuldade de acesso à cultura, aos avanços tecnológicos. E, para superar esses obstáculos, é preciso *criar uma nova coalizão*, com abrangência política e sociocultural, *que junte os que creem ser possível convergir para alcançar objetivos comuns. E saibam como logr-los.* ²⁰⁰

E como Fernando Henrique Cardoso avalia a mídia brasileira, na qual ele ocupou tanto espaço? No final de 1997, quase três anos de mandato, ele concedeu uma entrevista à **Veja**, que depois se transformou no livro *O Presidente segundo o sociólogo*, citado, que dedica um

¹⁹⁷ Idem.

¹⁹⁸ NETO, Geneton Moraes. *O segredo dos presidentes*. São Paulo, Globo, 2005, p. 218 : 235.

¹⁹⁹ CARDOSO, Fernando Henrique, 2006, op. cit., p. 673 – 681.

²⁰⁰ Idem.

capítulo de 21 páginas, “Sob o reinado da mídia”, com várias de suas opiniões sobre o assunto.

²⁰¹ FHC busca uma frase atribuída aos mineiros, a de que *a versão vale mais do que o fato*, para dizer que, em uma sociedade *toda impregnada de comunicação*, não basta fazer uma boa coisa, mas fazer com que *essa coisa seja transmitida e percebida como boa*. Um papel importante da mídia, então, é *recolocar as pessoas e as coisas em seu contexto*. *Como vivemos em um mundo crescentemente complexo – e, portanto, crescentemente difícil de ser entendido em seus meandros –, restabelecer o contexto é um papel fundamental desse intermediário que é a mídia*. Em sua opinião, mais do que a mentira, a distorção maior que pode haver na mídia é a falta de contexto. *Quando se tira a informação do contexto, quem a recebe não fica situado*, um problema mais grave nos serviços de informação em tempo real, em que *é tudo fragmentado*. Inclusive a parcela das *pessoas bem informadas muitas vezes não são capazes de entender o significado de informações que lhes chegam fragmentadas*.²⁰²

Mesmo quando a mídia publicou informações que considera distorções sobre ele ou seu governo, FHC não a viu como *adversária, nem conspiradora*. A distorção resultaria do fato de que (tanto a mídia quanto os jornalistas) não sabem ou não aprenderam a contextualizar. Mas ele diz não gostar de certas coisas: *As perguntas para colocar casca de banana no caminho, por exemplo. A mídia, não só aqui, acha que ilumina melhor a realidade pegando não só a fraude, e mas mesmo a possível fraude. Quer dizer, mesmo que não seja fraude, mas, quem sabe, possa eventualmente vir a ser*. Para FHC, a concorrência entre os meios de comunicação, que têm uma *grande quantidade de repórteres e numa competição feroz*, contribui para as distorções, em um cenário em que a mídia é *extremamente atualizada, trabalha numa velocidade enorme e tem uma capacidade extraordinária de gerar informações*.²⁰³

Na opinião do ex-presidente, a mídia não é objetiva nem neutra, mas política, com um papel político, embora não no sentido partidário. Ela *disputa poder com o Executivo, com o Congresso, com o setor econômico-produtivo* e, dessa forma, *briga também por um pedaço do poder*. Ou, para ser mais preciso, segundo FHC, *briga por sua influência nos mercados, na sociedade, na cultura, quase se instituindo em árbitro do bem e do mal*. Ele diz que seria preciso a mídia identificar mais o contexto e significado das coisas. Cita a hipótese de uma notícia com opiniões de um economista, apontado como tal, mas que é também sócio de um fundo de investimento. *Como essa informação não passa para o público, fica parecendo a opinião desinteressada de um técnico, mas na verdade ele está defendendo um interesse*. Com um jornalista, seria o caso de identificar o partido político dele ou, se não houver, o conjunto de idéias que ele tem. Identificar não diminui o valor da informação do jornalista, mas ajudaria

²⁰¹ Toledo, Roberto Pompeu, 1998, op. cit., p.165 – 186.

²⁰² Idem, p. 165 - 166.

²⁰³ Idem, p. 171 : 178.

a saber quem ele é, com base em que ponto de vista ou posição está falando. *O maior problema que temos hoje, na área da informação, é que a fonte não é situada*, diz FHC.²⁰⁴

FHC comenta uma tradição da mídia de tentar antecipar informações sobre intenções e decisões de governos, o que o levava a brincar: *Vou ler os jornais para saber o que estou querendo fazer*. Argumenta que muitas vezes a questão nem chegou até ele e é publicada como uma decisão tomada, porque alguma fonte passou para a imprensa. O mesmo ocorre com versões de conversas que teve com terceiros e que nem sempre são reproduzidas fielmente, porque cada um tem a sua versão. E não adianta desmentir, *porque, cada vez que se faz um desmentido, vêm 10 outros argumentos para mostrar que não, que estava certa a afirmação publicada*. E mais: *Se tomo a decisão contrária, dizem que recuei*. FHC lembra a frase *esqueçam o que escrevi*, que, assegura, *nunca disse*. Conta que, quando era ministro das Relações Exteriores, durante um encontro com empresários em São Paulo, falou que *muitas vezes, quando se está numa função pública e vai se ver o que escreveu, conclui-se que não era bem assim*. Mas a frase, contada por terceiros, transformou-se no *esqueçam o que escrevi*. Quando uma frase dessas *cola*, não adianta desmentir. *Os adversários vão usar porque acham que a frase me desmoraliza. Outros acham formidável eu ter mudado de opinião, e também vão usar*.²⁰⁵

FHC comenta também a relação da mídia com a vida privada de autoridades e acha que não é correta *quando se exploram aspectos que não têm consequência sobre suas ações como homem de governo*. Dá um exemplo: *Se vou passar férias aqui ou ali, não digo que não se deva noticiar na televisão, mas isso não traz consequências. Se eu vivesse tirando férias, aí sim, haveria consequências*. Tirar foto de dona Ruth Cardoso de férias, de short, como a imprensa fez, *não é grave, mas ela não gosta, nem eu. Não é respeito ao presidente, mas ao descanso de qualquer ser humano*. O mesmo, na opinião de FHC, vale para a insistência em tratar da vida particular de filhos que não trabalham no governo nem se beneficiam de seus atos.²⁰⁶

E os casos extraconjugais de autoridades públicas? Na entrevista cita-se, entre outros, o exemplo do ex-senador norte-americano Gary Hart, que abandonou sua candidatura à Presidência dos Estados Unidos pelo Partido Democrata, em 1988, depois que a imprensa noticiou uma aventura sua fora do casamento. FHC não concorda com a justificativa da imprensa para publicar a notícia, de que este tipo de comportamento revela parte do caráter de um futuro dirigente público e teria relação com a forma com que ele administraria os negócios públicos. *Esse comportamento pode ser revelador da maneira de gerir os negócios públicos*,

²⁰⁴ Idem, p. 166: 167: 171: 186.

²⁰⁵ Idem, p. 171 : 172 : 179.

²⁰⁶ Idem, p. 174 : 175.

dependendo das circunstâncias. O sujeito faz de que maneira? Com que propósito? É habitual? Com quem?, pergunta FHC. Em sua opinião, não se pode usar o cargo ou função em proveito próprio, mas é preciso entender que o *presidente, ou o líder, é um ser humano. Tem paixões. Se não tiver, é pior, porque não vai ter capacidade de entender os outros, nem de liderar.* E o ex-presidente acha ainda que não há regras para essas coisas. *Nem para saber se prejudica ou não, nem para saber se é legítimo, para a imprensa, entrar em certas áreas.* Lembra que alguns líderes são homossexuais e pergunta se isso prejudica a função pública e por quê. *Não há resposta para essas questões. Qual é o limite? O privado está afetando o público? Acho que depende do contexto.*²⁰⁷

Mesmo assim, FHC acha que não é possível estabelecer regras para controlar a mídia, já que em uma *sociedade midiática costuma-se bisbilhotar* e, diante disso, *cada um se ajeita como pode.* Entende também que não adianta instituir códigos de ética e que, de um modo geral, *pode-se interferir nos aspectos da vida privada que têm efeito sobre a condução dos negócios públicos*, o que vale também para o caso de líderes ricos, que têm negócios e que podem vir a ocupar cargos na administração pública. Para FHC, *não se tem que julgar nada, não há como colocar nenhum mecanismo de seleção da informação. Você tem que ter multiplicidade de canais de informação, e acesso variado a ela, e capacidade de lidar com essa multiplicidade.*²⁰⁸ A vida privada de FHC, especialmente o filho que teve com uma jornalista da Rede Globo, como se verá adiante, não foi motivo de grande interesse da mídia nacional.

Na entrevista de 1997 que se transformou no livro, FHC dizia achar correto a mídia publicar informações sobre fraudes na administração pública, mas reclamava da tendência de apontar o que *possa eventualmente vir a ser*, com grande desgaste para os governantes, achando que, com isso, *ilumina melhor a realidade.*²⁰⁹ Já no final de seu segundo governo, em 2002, em outra entrevista à **Veja**, FHC mostrou-se mais amargo em relação à mídia. Queixou-se da *tendência para enxergar sempre o lado negativo das coisas*, ao contrário do que ocorre, por exemplo, entre os norte-americanos. *Aqui há agressividade. Não se aceita o que há de positivo. Nos Estados Unidos é o contrário.* Em sua opinião, no Brasil, o *ato de governar em si é suspeito*, parte-se do princípio de que aqueles que têm *responsabilidade de governo* estão *aprontando* alguma coisa, pois o *pressuposto é o da má-fé.*²¹⁰

Na entrevista, FHC faz duras queixas ao comportamento da imprensa:

A imprensa publica, entre aspas, frases que eu não disse. Ou então que disse em outro contexto. E conversas que não ocorreram. Eu sempre tive vontade

²⁰⁷ Idem, p. 176 : 177.

²⁰⁸ Idem, p. 173 : 177 : 178.

²⁰⁹ Idem, p. 171.

²¹⁰ Veja, 20/11/2002, edição 1.778, p. 89

*de escrever uma carta ao historiador futuro, para alertá-lo sobre isso. (...) Acho que nenhum presidente, talvez só Getúlio, foi alvo de tanta agressividade de certos setores da mídia como eu. Não esqueça que a **Folha** fez uma edição de várias páginas com argumentos para o **impeachment**, por causa do episódio da escuta telefônica. Não esqueça que durante três anos uma infâmia, o Dossiê Caribe, circulou como se fosse possibilidade. O número de **impeachment** no Congresso é imenso. Advogados da mais alta respeitabilidade pediram impeachment, com fundamento em recortes de jornais.*²¹¹

Mas a mágoa de FHC com a mídia não aflorou apenas no final do governo, vinha de antes. Um dos momentos mais tensos foi em maio de 2001, quando a **Veja** publicou uma longa reportagem em que procura recuperar detalhes da quebra do banco Marka e da demissão de Chico Lopes da Presidência do Banco Central. Com a chamada na capa “A história secreta de um golpe bilionário”, a revista afirma, entre outras coisas, que o Chico Lopes recebia propina para passar informações confidenciais e foi chantageado, com fitas gravadas, pelo ex-dono do banco Marka, Salvatore Cacciola, que, teria, por isso mesmo, recebido financiamento favorecido. Segundo a revista, Lopes foi demitido por FHC (como foi de fato) e o caso da chantagem abafado pelo governo, para evitar uma crise maior no mercado.²¹² O ex-presidente argumenta que jamais abafaria uma chantagem, qualquer que fosse a consequência.

Durante a campanha de 1994, cresceram em Brasília as especulações de que a qualquer momento a imprensa iria publicar a história de um filho que FHC teria com a jornalista Mirian Dutra, da Rede Globo de Televisão na Capital Federal, transferida naquele ano para ser correspondente em Lisboa, em Portugal, e depois Barcelona, na Espanha. Mas o assunto ficou nas especulações. No final de 94, depois das eleições, o livro *A História Real – Trama de uma Sucessão*, sucintamente diz que, ainda em 93, quando FHC era ministro da Fazenda, o deputado Aloísio Mercadante (PT-SP) contou a ele sobre “boatos” que poderiam desestabilizá-lo. Entre eles, a história do filho com a jornalista e a sociedade com Sérgio Mota (que era o secretário-executivo do PSDB e trabalhou na coordenação de campanhas do partido), na compra de uma fazenda subfaturada em Minas Gerais.²¹³

Já com FHC presidente, em 95, em uma matéria sobre o grampo do Sivam, a **Veja**, discretamente e de forma não explícita, volta ao assunto Miriam Dutra, ao dizer que os auxiliares do presidente ficaram “impressionados” com sua reação às denúncias. Diz a revista: “Um seu amigo íntimo conta que apenas uma vez o viu tão abatido: quando foi a Nova York contar à sua mulher, Ruth, que seria candidato à Presidência e, durante a campanha, os

²¹¹ Idem, p. 89 : 93. Aqui FHC refere-se especificamente ao ex-presidente Getúlio Vargas e ao Dossiê Caribe, também chamado de dossiê Cayman, o conjunto de documentos falsificados sobre uma conta bancária que ele teria no exterior.

²¹² *Veja*, 23/05/2001, edição 1.701, p. 38 – 45.

²¹³ DIMENSTEIN, Gilberto; SOUZA, Josias. *A história real – trama de uma sucessão*. São Paulo, Ática, 1994, 4ª edição, p. 93.

adversários poderiam tentar atacá-lo de todas as maneiras, inclusive entrando na sua vida privada”.²¹⁴

Nas eleições de 1998, o *site* do PDT, que tinha Leonel Brizola como candidato a vice-presidente em uma aliança com Lula da Silva, voltou a publicar um texto sobre o tema, com base em uma notícia do jornal Diário de Notícias, de Portugal. Mas uma matéria mais ampla sobre o suposto filho de FHC e Miriam Dutra surgiria apenas em 2000, na revista **Caros Amigos**, publicação mensal que trouxe na capa a manchete: “Por que a imprensa esconde o filho de 8 anos de FHC com a jornalista da Globo?”. É uma reportagem de seis páginas apurada no Brasil e em Barcelona. Na cidade espanhola, o jornalista brasileiro João Rocha, que morava lá, a serviço da revista conseguiu falar com Miriam Dutra. Informada de que a revista estava fazendo uma reportagem sobre o suposto filho de FHC, respondeu que não falaria, porque não era *pessoa pública* e argumentou: *Se vocês têm algo para perguntar, não é para mim. Perguntem para a pessoa pública*.²¹⁵

A revista publicou cópia que obteve no Cartório “Marcelo Ribas”, em Brasília, da certidão de nascimento de Tomás Dutra Schmidt, nascido em 26 de setembro de 1991, no hospital Golden Garden, na capital federal, filho de Miriam Dutra Schmidt e tendo com avôs maternos Rogério Afonso Schmidt e Maria Helena Dutra Schmidt. Não há registro do pai nem dos avôs paternos. Para sua reportagem, a revista procurou saber de profissionais que dirigiam redações de jornais e revistas em 1994, no auge dos “boatos” sobre o filho da jornalista, por que o assunto não foi publicado e se havia um silêncio cúmplice em torno dele. Muitos responderam que existiam os “boatos”, mas não provas. Os supostos pai e mãe nunca confirmaram e, por isso mesmo, nem mandaram apurar a matéria.²¹⁶

A reportagem da revista argumenta que em várias ocasiões os meios de comunicação brasileiros publicaram notícias sobre filhos de autoridades gerados fora do casamento, a exemplo de Pelé, e de casos extraconjugais, como o do ex-ministro da Justiça do Governo Collor Bernardo Cabral (casado), com a ex-ministra da Economia do mesmo governo, Zélia Cardoso de Melo. O jornalista Albérico Cruz, diretor de Jornalismo da Rede Globo no começo dos anos 90, segundo **Caros Amigos**, padrinho de batizado de Tomás e responsável pela ida de Miriam para a Europa, disse à revista que não falava sobre o assunto, enquanto o diretor de redação de **O Globo**, Evandro Carlos de Andrade, respondeu que o tema nem chegou ao seu conhecimento.²¹⁷

Diretor de redação da **Folha**, Otávio Frias Filho, disse à revista que o jornal *considera que esse não é um assunto de interesse público*, mas um assunto de ordem afetiva, e *não publica*

²¹⁴ Veja, 29/11/2005, edição 1.420, p. 31.

²¹⁵ Caros Amigos, abril 2000, Ano IV, Nº 37, p. 26 – 31.

²¹⁶ Idem.

²¹⁷ Idem.

assuntos de ordem e afetiva enquanto pelo menos uma as partes interessadas não se manifestar. Admite que a notícia do filho de FHC chegou à **Folha** por meio de *fofocas de redação* que circulavam *há muito tempo*, mas o jornal preferiu não investigar porque não tinha *nem condições de afirmar se essas histórias eram verdadeiras.* ²¹⁸

Reitera que é política do jornal não investigar episódios de ordem afetiva, embora haja *diversos precedentes*, porque não considera *esse um assunto jornalístico, de interesse público.* Celso Kinjô, editor-chefe do Jornal da Tarde, disse que nunca pensaram em fazer matéria sobre o filho de FHC, pois a posição da casa é não tocar em assuntos pessoais. Na época diretor de redação do **Estado**, do mesmo grupo do Jornal da Tarde, Aluizio Maranhão disse que um obstáculo intransponível para a produção da matéria era o fato de Miriam Dutra negar. Diretor da revista Carta Capital, Mino Carta disse que *uma das obrigações da mídia é fiscalizar o poder, inclusive a vida privada, particular*, embora ele, como repórter, não se sintia bem tratando do tema. Entende que, sendo verdade a história do filho de FHC, era *pertinente querer saber* por que a imprensa não publicou, com fez com as filhas de Pelé e de Lula da Silva. ²¹⁹

É aceitável e compreensível o argumento de alguns representantes da mídia de que a história do filho de FHC nunca foi publicada porque a principal interessada - a mãe de uma criança que não teria a paternidade reconhecida – nunca se manifestou. Mas é correto, também, que com outras personalidades públicas a mídia teve outro peso e outra medida. Na eleição presidencial de 1989, por exemplo, o **Jornal do Brasil** publicou com grande estardalhaço a história de uma filha de Lula da Silva que, como disse o título, “poucos conhecem”. Era Lurian Cordeiro da Silva, então, com 15 anos, que Lula teve com a ex-enfermeira Mirian Cordeiro, quando era viúvo. Disse o **JB** que Lurian, “nascida e criada em São Bernardo do Campo, no ABC paulista”, era o “segredo mais bem guardado” do candidato a presidente. ²²⁰ Grande parte da mídia brasileira repercutiu amplamente o assunto, que foi usado inclusive na campanha eleitoral de Collor de Melo. ²²¹ Só que Lurian era reconhecida pelo pai e até citada como um de seus filhos, ao lado de Marcos Cláudio, Fábio Luís, Sandro Luís e Luiz Cláudio, no perfil parlamentar publicado pela Câmara dos Deputados com os dados biográficos dos eleitos em 1986, como Lula. ²²²

²¹⁸ Idem.

²¹⁹ Idem.

²²⁰ Jornal do Brasil, 26/04/1989, Brasil, p. 3.

²²¹ Durante a campanha eleitoral, Mirian Cordeiro gravou um depoimento para a equipe de produção de Fernando Collor de Mello afirmando, entre outras coisas, que Lula forçou para que ela fizesse um aborto, quando estava grávida de Lurian. Amplamente explorada nos programas de rádio e televisão de Collor, a denúncia é apontada por estudiosos da eleição de 89 como uma das principais causas do desequilíbrio emocional de Lula na fase final da campanha. Sobre o assunto ver, entre outros, o livro citado (1994), de Gilberto Dimenstein e Josias de Souza.

²²² Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação – Coordenação de Publicações. Brasília, 1987. Assembléia Nacional Constituinte – *Repertório Biográfico dos Membros da Assembléia Nacional Constituinte 1987*, p. 464.

E na própria campanha de 1994 a mídia publicou a história de Orestes Fernando Corsini, filho que o ex-governador de São Paulo – candidato a presidência da República Orestes Quércia – teve quando era solteiro. O mote das matérias era que o filho não era reconhecido (registrado no cartório) pelo pai, o que mostraria parte do seu caráter. Em matéria publicada pela **Folha**, o próprio Orestes Fernando, porém, diz que quando criança conviveu com o pai e o afastamento se deu quando ele começou a subir na carreira política. Em 94, Quércia disse que não desmentia, mas preferia não comentar a história. Mesmo porque boatos sobre um suposto filho sempre surgiam em época de eleição.²²³ Fernando Henrique nunca falou publicamente sobre Tomás Dutra Schmidt.

Em suas tantas incursões no terreno da Análise do Discurso, a já citada Orlandi dedica uma obra ao silêncio e aos processos de significação que ele põe em jogo. Não seria o caso de refraseá-la neste espaço, mas cabe, ao menos, invocar algumas de suas reflexões, objetivando algumas pistas sobre sentidos possíveis da trama aqui desenvolvida que, transbordando das esferas socioeconômica e política, logra construir uma literal “intriga”, com conotação distinta da adotada nesta narrativa. Não que se trate de algo novo no espetáculo político, mas a trama me interpela com algumas questões.

Na construção da imagem de FHC, com suas ambientações vinculadas aos *acontecimentos dentro do acontecimento*, em nenhum momento esta espécie de história da vida privada foi objeto de veiculação no suporte discursivo da grande mídia nacional. Diferentemente, conforme assinalado, a mesma mídia não adotou esta política do silêncio com outros atores políticos. Problematizar tal constatação sugere que o sublinhamento da imagem do intelectual-político pautou um silêncio cujo sentido, muito embora relacionando a outro contexto, Orlandi, de algum modo, clareia o entendimento. *Para dizer “x” é preciso não dizer “y”?* No caso, para construir “x”, numa espécie de acordo tácito, a mídia silenciou “y”.²²⁴

Em seu livro de memórias, FHC não dedica uma seção específica para a mídia, que, no entanto, perpassa quase todo ele – e é citada em vários pontos – mesmo porque o ex-presidente descreve e dá sua versão de fatos e acontecimentos que foram amplamente divulgados pelos meios de comunicação. Daí que o livro reproduz, em larga medida, fatos já conhecidos. FHC relembra suas origens familiares, fala de sua trajetória pessoal, a formação, a vida intelectual e acadêmica e a participação na luta contra a ditadura militar implantada no Brasil a partir de 1964. Relembra ainda a iniciação na política, os mandatos parlamentares e a participação no governo, da entrada no Ministério das Relações Exteriores, depois Ministério da Fazenda, a eleição e os dois mandatos de presidente.

²²³ Folha de S. Paulo, 02/06/1994, Brasil, p. 1 – 8.

²²⁴ ORLANDI, Eni P. *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. Campinas, Unicamp, 1992, p. 66.

Fernando Henrique reclama da mídia. Quando, por exemplo, ela deu espaço aos críticos de suas propostas econômicas, desde o PAI, até o Plano FHC 2 e a criação da URV, ou publicou manchetes apontando os pontos fracos dessas propostas, com base, na maioria das vezes, na opinião de terceiros. O ex-presidente chega a dizer que o Plano FHC 2 foi assim chamado porque a mídia, *alimentada pelos críticos à direita e à esquerda, estabelecia subliminarmente um paralelo com o Cruzado, que teve os números 1 e 2, tendo sido o segundo o enterro das esperanças do primeiro.*²²⁵

Mas, no livro, em uma aparente contradição, Fernando Henrique reconhece que o papel da mídia foi fundamental para consolidar o Plano Real. Argumenta que a população, cansada da inflação, estava em busca de *um caminho de esperança* e o apoio popular mantinha o otimismo do governo quanto à possibilidade de melhorar o país, embora os caminhos não fossem claros. *Este sentimento difuso tornou-se apoio mais concreto pela ação da mídia e do empresariado, que jogaram papel importante na aceitação do programa.* O ex-presidente diz que, com a publicação de matérias, editoriais, textos de articulistas, políticos e empresários nos jornais e revistas, *o clima na mídia virara e a opinião pública tornara-se favorável.*²²⁶

Não é só nas questões econômicas que FHC reclama da mídia. Protesta, para citar um caso, contra as denúncias da compra de votos pelo governo na aprovação da emenda da reeleição, quando também circulavam informações de que Paulo Maluf, que pretendia se candidatar à Presidência e era contra a emenda, estava comprando parlamentares. *O pior é que a imprensa, como sempre (...) tem o olho voltado sobre o governo e não sobre a oposição, mesmo quando essa oposição é Maluf.* Protesta ainda contra as notícias de que ele capitulou, após a aprovação da emenda, ao entregar ministérios ao PMDB.²²⁷ O que a mídia chamava de capitulação, para FHC, nada mais era do que generosidade para com os vencidos e o reflexo do seu espírito de conciliação.

Fernando Henrique credita à mídia uma série de problemas que teve durante a primeira campanha eleitoral, a exemplo de quando foi ridicularizado por andar de cavalo no Nordeste, (que a mídia, recorda ele, e com razão, transformou em um jegue) e por se dizer um mulatinho, com o pé na cozinha. Não fala, no entanto, no apoio privilegiado que recebeu, em matérias jornalísticas e nos editoriais, nas duas eleições contra o seu adversário Lula da Silva. Apoio que, como se viu, começara antes, desde sua chegada ao Ministério da Fazenda. E que se manteve, com altos e baixos, nos oito anos de mandato.

Essa questão do poder da mídia para construir e desconstruir imagens e reputações vem sendo analisada por vários autores nos últimos anos. John B. Thompson argumenta que, se

²²⁵ CARDOSO, Fernando Henrique, 2006, op. cit., p. 153. Outras reclamações de FHC sobre o comportamento da mídia sobre as propostas econômicas podem ser encontradas nas páginas 175 a 199.

²²⁶ Idem, p.205 -206.

²²⁷ Idem, p. 295 - 296.

atualmente os meios de comunicação permitem aos líderes políticos, por exemplo, uma exposição pública *numa escala e intensidade que nunca existiram antes, eles também trouxeram novos riscos*. Porque a ampla visibilidade que a mídia assegura pode, também, se transformar em uma fonte de problemas. *Mais os líderes políticos procuram administrar sua visibilidade, menos eles a podem controlar; o fenômeno da visibilidade pode escapar de suas rédeas e, ocasionalmente, pode funcionar contra eles.*²²⁸

Se é bem verdade, espero ter evidenciado na lida com os pontos de inflexão que o enunciado “nunca foi tão fácil fazer uma cruz numa cédula” sugere a inclusão do modo interrogativo, pois nem tudo terá sido tão fácil. Espero, por outra parte, que a narrativa construída na esteira da intriga, com base nas fontes inventariadas, tenha dado sustentação ao argumento norteador, consubstanciado no Plano Real como alavanca da candidatura e eleição de FHC.

Conto, também, ter logrado destacar o papel da mídia nesta encenação e na construção da imagem de Fernando Henrique. Em conhecida obra, o historiador Peter Burke aborda a *fabricação* da imagem pública de Luís XIV. Ao utilizar o termo *fabricação*, o autor pondera que sua intenção aparta-se de qualquer conotação de artificialidade. Dentre os vários argumentos, enfatiza que a expressão aponta para a importância dos efeitos dos meios de comunicação no mundo, *a importância do que foi chamada de a feitura de um grande homem*. Dentre os objetivos do estudo, Burke considera que a narrativa da *fabricação* do rei filia-se a *uma fórmula tomada dos analistas da comunicação de nosso tempo, como a tentativa de descobrir quem dizia o que sobre Luís, a quem, por meio de que canais e códigos, em que cenários, com que intenções e com que efeitos. (...) Em outras palavras, dos meios de persuasão.*²²⁹

Ora, a história aqui narrada evidencia, em outro espaço, em outro tempo, sintonias com a iniciativa do historiador em mais de um aspecto. Para além, aliás, da escolha do representacional como vetor da pesquisa. Refiro-me ao propósito de *adotar uma fórmula tomada dos analistas da comunicação de nosso tempo.*²³⁰ Invertendo os sinais, foi o desafio que assumi nesta tese.²³¹

²²⁸ THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade*. Petrópolis (RJ), Editora Vozes, 2004, 6ª edição, p. 126.

²²⁹ BURKE, Peter. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro, Zahar, 1994, p. 22 – 25.

²³⁰ Idem.

CONCLUSÃO

*Além de estruturar a nossa sociedade, a mídia também a ambienta. Ambienta porque, entre outras coisas, experimentamos a vida, a realidade e o mundo através dos meios de comunicação. Hoje, é perceptível como a mídia difunde comportamentos, sentimentos, valores, ideais. Ao dizer isso, o autor não está defendendo que somos todos reféns da mídia (...) mas o inegável é que a mídia é preponderante em criar as nossas percepções do mundo.*¹

¹ Canelas Rubim, citado por COLLING, Leandro. *Mídia*. IN: RUBIM, Antônio Albino Canelas (org). *Cultura e Atualidade*. Salvador, Edufba, 2005, p. 128.

CONCLUSÃO

Cabe lembrar, neste espaço, a motivação de uma pesquisa cuja pretensão foi narrar um capítulo da história de significativo período da vida nacional, com base no que foi publicado em veículos de comunicação impressos. Pode-se dizer que, desde o princípio, o apoio e a fidelidade da mídia brasileira a FHC decorreram de um “pacto de elites” que esses mesmos veículos representavam e representam ainda no Brasil. Em 1993, esse pacto tinha por objetivo tentar barrar a ascensão ao poder de um partido político de esquerda, o PT, que disparava como o favorito das eleições presidenciais previstas para o ano seguinte. Para entender o termo elite, recorre-se aqui à definição de que em toda sociedade existe uma minoria que detém o poder, de várias formas, em contraposição a uma maioria que está privada desse poder nos campos político, econômico e ideológico.¹

A análise do período estudado evidenciou, também, que a fidelidade e o apoio da mídia, especialmente a partir da implantação da nova moeda nacional, o real, em julho de 1994, e nos anos iniciais do Governo FHC, refletiram certa identificação com parte significativa da sociedade brasileira, desde as elites até a classe média e os extratos menos favorecidos. A população mais pobre e significativa parcela da classe média foram beneficiadas pela estabilidade de preços resultante do Plano Real, inclusive por conta da maior concorrência de produtos estrangeiros.

Nos primeiros meses do Real, a cotação do dólar subvalorizada exarcebou um imaginário caro ao brasileiro. Como parte de um campo de representação, além de expressão do pensamento, o imaginário *se manifesta por imagens e discursos que pretendem dar uma definição da realidade*, mas que, na verdade, *não são expressões literais da realidade, como um espelho*.² Pensava-se que, finalmente, por meio da sua moeda valorizada, o Brasil entrara no time do primeiro mundo. Em 1994, por exemplo, um dólar fechou o ano valendo 0,84 centavos de real. Subiu um pouco em 95, mas só em junho do ano seguinte alcançou um real. O turismo da classe média brasileira trocou as tradicionais praias do Nordeste ou o frio do Sul pelos Estados Unidos e Europa.

Era mais barato ir de avião de São Paulo a Miami, na Flórida, pagando em dólares, do que a Fortaleza, no Ceará, em real. Significativo do imaginário daquele momento foi o comício que FHC, em campanha, nas asas do Plano Real, fez em 11 de julho de 1994 na cidade de Santa Maria da Vitória, no oeste da Bahia. Foi saudado pelo povo nas ruas, que, balançando notas de um real gritavam: “Vale mais que o dólar”. A ilusão do câmbio (do dólar)

¹ BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*, Vols. 1 e 2. Brasília, UnB, L.G.E., 2004, 12ª edição, p. 385.

² PESAVENTO, Sandra Jutahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. IN: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 1995, ANPUH, nº 29, p. 15.

subvalorizado durou todo o primeiro mandato de FHC, com reflexos na economia nacional até hoje discutidos.

Para as elites, soou como música o conjunto de reformas econômicas implantadas pelo presidente, com a privatização de estatais, incluindo todas as empresas de telecomunicações do Sistema Telebras, o fim de monopólios como o da Petrobras e abertura do mercado aos investimentos estrangeiros. As representações em torno desse “novo” Brasil ocuparam centenas de páginas nos meios de comunicação nacional. Ressalte-se, porém, que, para determinados setores empresariais, como o de têxteis e calçados, também integrantes dessa elite, a abertura aos produtos externos foi muito mal recebida, em função da concorrência de bens beneficiados pelo dólar barato, como os produzidos na China.

Fernando Henrique saiu do governo carregando o estigma de neoliberal e integrante, segundo partidos de esquerda, de um time que já tinha entre suas estrelas a primeira ministra da Inglaterra, Margareth Thatcher, e o Presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan. O chamado neoliberalismo significa a retomada, a partir da década de 70, de conceitos do liberalismo econômico clássico, que valoriza a iniciativa privada, a concorrência entre os diversos agentes econômicos, inclusive em escala mundial, e a não interferência do governo na organização da ordem econômica. Argumenta-se que, quanto maior o poder dos indivíduos e menor o do Estado, mais a sociedade se desenvolve. É por isso que a doutrina neoliberal defende a expansão da economia por meio do setor privado, da redução da carga fiscal e do imposto sobre a renda.

FHC nunca aceitou o rótulo. *Jamais subscrevi as idéias “neoliberais” a favor de um Estado mínimo*, afirma em suas memórias, ao lembrar que em seus oito anos de mandato houve um aumento no gasto público e um *grande esforço para a reconstrução do Estado e da administração pública*.³ Muitos liberais, por sua vez, não concordam com o rótulo das esquerdas e dão razão a FHC, quando lembram que seu governo manteve posturas intervencionistas, como o controle de preços de alguns serviços públicos, criou programas assistencialistas como o bolsa escola, bolsa alimentação e o vale gás, e elevou a cobrança de impostos e tributos. Entre 1993 e 2003, a maior parte sob a gestão FHC, portanto, a carga tributária brasileira cresceu 10 pontos percentuais do Produto Interno Bruto, segundo a Confederação Nacional da Indústria.

Se houve o aval de grande parte da sociedade, FHC contou também, desde o princípio do seu mandato de presidente, com o apoio significativo dos partidos políticos, em um processo em que seus aliados tentavam chamar de “conciliação”, o qual excluiria apenas os radicais de esquerda, o PT à frente. Se havia uma esquerda de um lado, em contraposição estava a direita,

³ CARDOSO, Fernando Henrique. *A arte da política. A história que vivi*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006, p. 559.

com as variáveis de centro ou extrema esquerda ou direita. Tínhamos então, para usar uma definição de Bobbio, *programas contrapostos com relação a diversos problemas cuja solução pertence habitualmente à ação política, contrastes não só de idéias, mas também de interesses e de valorações a respeito da direção a ser seguida pela sociedade.*⁴

Foi essa “conciliação” que permitiu a FHC começar o seu primeiro mandato com uma base parlamentar folgada no Congresso, por conta da própria coligação eleitoral do PSDB com o PFL, uma união compatível com a idéia de que a conciliação política deve ser concebida como um acordo entre grupos *de um peso mais ou menos igual*, segundo Michel Debrun. Embora a bancada do PFL no Congresso fosse um pouco maior, a do PSDB era tida como mais qualificada, além de ser do partido do presidente da República, o que contrabalançava a situação. Mas houve também uma conciliação política, ainda seguindo o raciocínio de Debrun, que pode ser *vista como cooptação de parceiros cuidadosamente escolhidos, mediante uma combinação de estímulos e pressões capazes de retê-los na órbita do poder.*⁵

Embora seja recorrente na política brasileira a prática da troca de partidos por parte de parlamentares, o que se viu foram os partidos da coligação de FHC (o PTB, além do PSDB e PFL) ampliarem seus quadros entre a eleição de outubro de 1994 e a posse do novo Congresso, em fevereiro de 95. Viu-se também a cooptação do PMDB - mesmo com suas divisões, o partido com o maior número de deputados e senadores -, assim como outras agremiações menores que em seguida aderiram à base parlamentar do governo.⁶ A “conciliação” se deu, pois, à base de cooptação e estímulos turbinados com a entrega de ministérios, especialmente ao PMDB, e centenas de cargos na administração federal direta e indireta a todos os aliados. Depois, com pressões exercidas sob a ameaça, muitas vezes concretizada, de tomar esses cargos de volta.

A análise das representações políticas da mídia em torno do Governo FHC encontra interessante suporte na teoria de Jean Claude Abric, pois, como se recorda, toda representação é organizada em torno de um núcleo central, que é o seu *elemento fundamental*, além de *unificador e estabilizador*. Por isso mesmo, resistente a mudanças ou transformações, que podem ocorrer mais facilmente no chamado núcleo periférico, o qual se constitui por elementos periféricos mais sensível e, portanto, determinado pelo contexto imediato. É, por

⁴ BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda – razões e significados de uma distinção política*. São Paulo, Unesp, 2001, 2ª edição revista e ampliada, p. 51. O próprio FHC admitiria, em seu primeiro mandato, que a esquerda no país era o PT. Definiu o espaço do seu partido, o PSDB, como no centro, “olhando para a esquerda” e o PFL, o principal aliado de primeira hora, como de centro, “olhando para a direita”. IN: TOLEDO, Roberto Pompeu, 1998, op. cit., p. 211-212.

⁵ DEBRUN, Michel, *Conciliação e outras estratégias*. São Paulo, Brasiliense, 1983, p. 15:54.

⁶ A chamada base parlamentar de apoio a FHC contava, no início de 94, com 56 senadores (69% do total), mais do que os três quintos necessários para aprovar emendas constitucionais. Na Câmara, eram 289 deputados (57%) um pouco menos dos três quintos, o que obrigaria o governo a negociar a aprovação dessas emendas.

consequente, suscetível a alterações que permitem ao núcleo central se adaptar à realidade do momento, sem, contudo, mudar radicalmente a sua significação.⁷

Fazendo a analogia, vê-se que o núcleo central do Governo FHC é o PSDB, secundado pelo PFL, embora o próprio PFL tenha se partido, em determinado momento, nas disputas entre os grupos dos senadores Antônio Carlos Magalhães e Jorge Borhausem, mas sem alterar o campo principal de apoio a FHC. Formavam o núcleo periférico o PMDB, com suas divisões internas, que levavam grupos distintos do partido a ocupar alternadamente os principais cargos que lhe eram destinados no governo, e os demais partidos, que também alternavam momentos de apoio irrestrito a outros de contestação ou oposição aparentemente aguerrida.

Uma representação pode evoluir, ou se transformar, de forma superficial, por meio da mudança do sentido ou da natureza dos elementos periféricos, mas só irá mudar de significação quando houver uma transformação radical do núcleo central, como diz Abric.⁸ Esse núcleo, por sua vez, é *ligado e determinado pelas condições históricas, sociológicas e ideológicas* e também marcado *pela memória coletiva do grupo e pelo sistema de normas ao qual ele se refere*. Constitui, assim, numa *base comum e partilhada das representações sociais*. Como é *estável, coerente, resistente à mudança*, assegura a *continuidade e permanência da representação*.⁹ Como se viu, o núcleo central não foi desestruturado até final do Governo FHC, embora as contradições, divisões e troca de alianças nos oito anos de mandato tenham contribuído de alguma forma para que o seu candidato à Presidência, José Serra, perdesse a eleição para Lula da Silva no final de 2002.

O discurso da mídia também indicou que, se houve a representação do intelectual preparado e “talhado para o cargo”, que era FHC, havia a sua contrapartida: Lula da Silva, o ex-metalúrgico sem formação acadêmica ou experiência administrativa, cercado por um partido e aliados políticos radicais, com o pensamento retrógado, incompatível com o mundo “moderno e globalizado”, no qual já se vivia na última década do século passado. Mas foi o único candidato à Presidência da República que, de fato, chegou a fazer alguma sombra a FHC nas eleições de 1994 e 98.

E a mídia usou e abusou da argumentação e da retórica para formar e consolidar essas representações do intelectual e do metalúrgico despreparado. Procurava-se persuadir, convencer, obter o apoio das pessoas às teses apresentadas, utilizando o discurso habilmente. Discurso que é uma construção retórica, *na medida em que procura conduzir o seu*

⁷ ABRIC, Jean-Claude. O estudo experimental das representações sociais. IN: JODELET, Denise. *Representações sociais*. Rio de Janeiro, Uerj, 2001, p. 163.

⁸ Idem.

⁹ ABRIC, J.-C. L'organisation interne des représentations sociales: système central et système périphérique. IN: C. guimelli (ED.). *Structures et transformations des représentations sociales*. Neuchâtel, Delachaux et Niestlé, 1994b, p. 78-79. Apud, SÁ, C. 2002, op. cit., p. 72-73

*destinatário na direção de uma determinada perspectiva do assunto, projetando-lhe o seu próprio ponto de vista, para o qual pretende obter adesão, conforme diz Lineide Mosca.*¹⁰

A argumentação e a retórica nas representações em torno de FHC manifestaram-se em vários momentos em que ele e seu governo se viram acuados pelos adversários. Como no início de 1995, portanto, começo do primeiro mandato, quando as oposições, especialmente o PT e o seu braço sindical, a Central Única dos Trabalhadores, colocaram-se contra as reformas que abririam a economia, quebrando monopólios históricos, como o da Petrobras, da navegação de cabotagem, na costa brasileira, ou na própria greve dos petroleiros, no calor das discussões sobre o fim do monopólio. Também, quando o empossado governador de Minas Gerais, Itamar Franco, decretou unilateralmente a moratória da dívida do estado, em janeiro de 1999, jogando lenha na fogueira em que já ardiam as contas nacionais com as reservas externas trituradas por mais uma crise financeira internacional. Ou ainda quando os jornais apoiaram amplamente a reeleição de FHC, diante de outros adversários, especialmente, mais uma vez, o PT.

Conforme argumentei desde a Introdução, o vai-e-vem da pesquisa indicou que, de fato, nem tudo foi simples e tranqüilo no percurso de FHC, constatação que impõe limites ao enunciado “nunca foi tão fácil fazer uma cruz numa cédula” e à idéia de que o presidente passaria o tempo todo voando em céu de brigadeiro. Como busquei evidenciar, a mídia, cumprindo um de seus papéis, não deixou de registrar os vários problemas e crises que surgiram ao longo dos oito anos de governo FHC, inclusive investigando por conta própria denúncias de irregularidades sobre as quais a ação oficial era tímida ou parecia não existir. Estão registrados momentos de fisiologia explícita em que, em nome a governabilidade, o governo e seus aliados não tiveram escrúpulos em cooptar partidos políticos, como um todo, e, individualmente, parlamentares do Congresso Nacional. Foram momentos de barganha e alianças estratégicas em troca de ministérios, cargos, liberação de recursos para emendas de deputados e senadores no orçamento da União e para projetos específicos de interesses de determinados estados, a fim de garantir a maioria e votar as propostas do Executivo ou aliados políticos.¹¹

Se essas barganhas e alianças tinham por objetivo aprovar, em certos momentos, propostas que parte da sociedade desejava, como o fim do monopólio da Petrobras, as privatizações de empresas estatais e a reforma da previdência social, procuravam, em outras

¹⁰ MOSCA, Lineide do Lago Salvador. Velhas e Novas Retóricas. Convergências e Desdobramentos. IN: MOSCA, Lineide do Lago Salvador (org). *Retóricas de Ontem e de Hoje*. São Paulo, Humanitas – Publicações FFLCH/USP, 1997, p. 21 – 23.

¹¹ Anos depois, a mídia nacional registraria exaustivamente práticas e procedimentos semelhantes no governo do PT, exatamente o partido de oposição que, em nome da ética e da moralidade, mais criticou as administrações de FHC.

ocasiões, apenas defender os interesses específicos do governo e de sua base aliada. Neste caso, está, por exemplo, a votação da emenda constitucional que permitiu, em todos os níveis, a reeleição para cargos executivos, mas cujo pano de fundo era assegurar a FHC a possibilidade disputar mais um mandato.

As barganhas foram utilizadas também em batalhas para evitar que, por iniciativa das oposições e, em alguns casos, com apoio de parlamentares da própria base aliada, fossem criadas CPIs para investigar irregularidades apontadas amplamente pela mídia. O caso Sivam, a criação do Proer, o grampo do BNDES e a própria denúncia da compra de parlamentares na votação da emenda da reeleição, em 97, foram no primeiro mandato, mas o segundo mandato também foi marcado pelas ameaças de várias CPIs. Começou com aquela que deveria apurar os financiamentos até hoje discutíveis aos bancos Marka e Fonte Cindam, em 1999, passou por outra que pretendia investigar irregularidades na Sudam e na Sudene e foi até a crise no fornecimento de energia, que ficou para a história com o “apagão”, entre outras.

Nas inflexões observadas - cabe insistir - a mídia incumbiu-se de alertar a sociedade para que se evite ou se mantenha uma indesejável mistura entre o que é público e o privado, tão comum na história brasileira, fenômeno de que já falava o professor Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, publicado pela primeira vez em 1936.¹² No Brasil, segundo o historiador, imperou, desde tempos remotos, o tipo primitivo da família patriarcal. Um país onde não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade compreender a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público. Recorrendo à definição de Max Weber, o professor afirma que eles se caracterizam justamente pelo que separa o funcionário “patrimonial” do puro burocrata. Para esse funcionário patrimonial, a gestão política é um assunto de interesse particular, enquanto as funções, empregos e os benefícios auferidos estão relacionados a direitos pessoais do funcionário, e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos.¹³ Cabe lembrar, também, neste feixe de reflexões em torno do Estado burocrático e a maneira pela qual se delinea na História da Formação Social Brasileira, as fecundas análises do já clássico *Os donos do poder*, de Raymundo Faoro.¹⁴

O intenso bombardeio da mídia com a publicação de denúncias sobre o governo e seus aliados parecia indicar, em determinados momentos, que se rompera aquele já referido pacto de elites, ou o diálogo da mídia com o Estado e o poder. Um exemplo marcante foi quando, no

¹² HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Cia das Letras, 26ª edição, 1995.

¹³ Idem, p. 145 – 146

¹⁴ FAORO, Raymundo, *Os Donos do Poder*. São Paulo, Globo, 2001, 3ª edição, (em um volume).

começo de 1999, o governo mudou a política cambial, afrouxando o controle da cotação do real, e provocou uma substancial desvalorização da moeda nacional em relação ao dólar (cerca de 21% em apenas três dias). A cobrança da mídia impressa foi pesada e generalizada, sobretudo em editoriais que lembravam insistentemente as promessas anteriores de ministro da Fazenda, Pedro Malan, e do próprio presidente, Fernando Henrique, de que não haveria mudanças bruscas no câmbio.

Ao analisar esse bombardeio da mídia, pode-se falar de um processo de desconstrução da imagem do presidente FHC e do seu governo, por meio de novas representações, veiculadas amplamente pela mesma mídia. Essa análise mostra também que, se havia a denúncia e a cobrança de providências, havia o ceticismo quanto à sua eficácia. Algo que, pode-se dizer, assenta-se em matrizes como a conciliação, um arquétipo da cena política brasileira, para retomar Debrun e, no limite, ao próprio “jeitinho” para solucionar suas crises econômicas, políticas e institucionais, que resulta, em muitos casos, no esquecimento. E os meios de comunicação, inclusive os jornais e as revistas, preocupados dia sim e outro também com novas denúncias de irregularidades e desmandos, acabaram contribuindo, mesmo que involuntariamente, para esta banalização, porque o que vende jornal e revista é notícia nova.

Pode-se ainda dizer que, de modo geral, os meios de comunicação impressos analisados nesta tese foram generosos com FHC, no sentido que preservaram a sua figura de político e intelectual, a imagem de honestidade. Inclusive em episódios bastante comprometedores para o governo, como os já citados escândalo do Sivam, a compra de votos na votação da emenda da reeleição e o próprio grampo do BNDES, que captou até uma conversa do presidente com o ex-ministro Mendonça de Barros.

A exceção, na maioria dos casos, foi a **Folha de S.Paulo**, sempre com uma postura mais agressiva e de cobrança. E também as revistas semanais, em determinados episódios, como o caso da **Veja** em torno da demissão de Chico Lopes do Banco Central, em princípio de 1999. Mas, como se pode notar no conjunto do noticiário da mídia impressa e nas próprias avaliações do governo ao final do segundo mandato FHC, o rompimento do pacto não passou de um ensaio.

Enfim, naquele momento recente da história brasileira, tendo como base o noticiário da mídia impressa, pode-se dizer que um sociólogo dos mais respeitados de sua geração, que se elegera senador e assumira o Ministério das Relações Exteriores do presidente Itamar Franco, tornou-se ministro da Fazenda, o comandante da área econômico-financeira do governo, com a qual nunca teve muita intimidade. Ali começou a preparar as bases para implantar um plano econômico diferente daqueles adotados antes no país. E, algo impensável para quem viu

fracassar todos os planos a partir do Cruzado, em 1986, conseguiu acabar com a crônica inflação brasileira.

O sociólogo-ministro Fernando Henrique fez alianças políticas, também impensáveis anteriormente, com figuras de proa do regime militar que fora enterrado há não muito tempo. Em seguida, embalado pelo sucesso do plano econômico, elegeu-se, em outubro de 1994, presidente da República, derrotando um candidato que, até o mês de julho, parecia imbatível, Lula da Silva. No governo, reduziu drasticamente a participação do Estado na economia, quebrou monopólios, privatizou “patrimônios intocáveis” da esquerda - à qual o sociólogo um dia se ligara -, como todas as empresas de telecomunicações e a Companhia Vale do Rio Doce. Ampliou a inserção do Brasil no mundo globalizado, com uma abertura ainda maior do mercado nacional aos investimentos e produtos externos.

O sociólogo-presidente foi reeleito em primeiro turno (como se elegera antes) e enfrentou, em vários momentos de seus oito anos de mandato, denúncias de favorecimentos a aliados políticos, irregularidades na gestão dos negócios públicos e empresas estatais. No meio do caminho, para conseguir manter o governo funcionando, aprovar projetos e até evitar processos de *impeachment*, foi adotando práticas que ele e seus aliados históricos abominavam. FHC se segurou os oito anos no poder, mas não conseguiu fazer o seu sucessor.

Ao destacar pontos de inflexão nos parágrafos anteriores, objetivando construir uma espécie de preâmbulo para a retomada dos argumentos norteadores, me dei conta de que outros feixes de análise se insinuam, propondo e repondo questões. Não por acaso, Michel de Certeau refere-se ao gesto da pesquisa e seus intermináveis intercâmbios que, entre leituras e confrontos, acabam fazendo de cada estudo particular *um espelho de 100 faces*, o qual se configura como um *espelho partido e anamórfico (os outros aí se fragmentam e se alteram)*.¹⁵ Trata-se, como se vê, de um manacial de questões que, apenas pontualmente, no sentido de “fechar” a tese, denomino Conclusão.

Na verdade, as perguntas não se limitam a rondar as mil faces do objeto. Refiro-me a um momento em que o próprio campo no qual se aloja o objeto insiste em propor interlocuções ou, pelo menos, argumentos que sublinhem entendimentos que pautaram o caminho escolhido. Assim, na sintonia com a história, ainda uma vez indago aspectos cruciais referentes ao estatuto de um estudo que transita na instância política, na instância econômica, para desembocar na esfera do político, e que ser quer ao abrigo de uma História Cultural. É mais uma vez, no sempre lembrado Chartier, que o quase interminável debate me apazigua. Ponderando sobre o retorno ao político, o historiador francês afirma: *Penso que na tradição da História Cultural, qualquer que seja sua forma, devemos dar uma importância antes não*

¹⁵ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis (RJ), Vozes, 2002, 8ª ed., p. 110.

*atribuída à História Política. Os indivíduos são sempre, ao mesmo tempo, os que pensam que são e os que ignoram que são.*¹⁶

O enunciado verticaliza-se para o representacional e, neste momento, outra face do espelho me interpela. Afinal, partindo do pressuposto de que a mídia impressa constitui um *locus* ideal de representações, argumentei que, no fenômeno estudado, ela teve um papel na imagem de FHC, que, não obstante os percalços, resultou preservada. Foi necessário acompanhar uma performance, entrecruzando a narrativa com seus pontos de inflexão a sentidos possíveis, de modo a perceber indícios do funcionamento de um cenário político.

Em outras palavras, no recorte do fenômeno midiático, conforta entender como plausíveis os encaminhamentos de análises aqui contidos. Neste aspecto, cabem os referendamentos de Rubin, para quem, *além de estruturar a nossa sociedade, a mídia também a ambienta. Ambienta porque, entre outras coisas, experimentamos a vida, a realidade e o mundo através dos meios de comunicação. Hoje, é perceptível como a mídia difunde comportamentos, sentimentos, valores, ideais. Ao dizer isso, o autor não está defendendo que somos todos reféns da mídia (...) mas o inegável é que a mídia é preponderante em criar as nossas percepções do mundo*”.¹⁷

Ora, tais reflexões dialogam com este estudo, no qual procurei destacar na mídia seu papel na construção de representações de um ator político, ambientando um cenário da História do Tempo Presente Brasileiro. O jogo de espelhos certamente prosseguirá inquietando o autor e ambigualmente sublinhando umas poucas certezas. Dentre elas, a anunciada ao final da Introdução, ou seja, a convicção de que a história e o jornalismo são campos que se entrecruzam. Pleno de questões instigantes, este entrecruzamento ensejou a elaboração desta tese, que, sem dúvida, alavancará outras perguntas.

A jornalista e historiadora Marialva Barbosa entende que, *ao se transformar em texto, submete-se a pesquisa a uma imposição definitiva: o seu término. Enquanto a pesquisa é interminável, o texto deve ter fim, sendo estruturado de forma a caminhar exatamente para este término. Assim, enquanto a escrita é plena, a pesquisa tem como característica mais emblemática a falta.*¹⁸ Concluo, portanto, o texto, ciente que as inquietações prosseguirão e que sequer novos ajustes trarão respostas definitivas. Ainda uma vez, buscando o diálogo com Tereza Negrão, ali faço a ponte com Sodré. A historiadora afirma: *Respondidas, talvez perdessem o dom do estímulo, pois, vale repetir, [com Sodré]: A resposta é sempre uma*

¹⁶ CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história*. Porto Alegre, Artmed, 2001, p. 172.

¹⁷ Canelas Rubim, citado por COLLING, Leandro. Mídia. IN: RUBIM, Antônio Albino Canelas (org). *Cultura e Atualidade*. Salvador, Edufba, 2005, p. 128.

¹⁸ BARBOSA, Marialva. Paradigmas de construção do campo comunicacional. IN; WEBER, Maria Helena, BENTZ, Ione, HOHLFEDT, Antônio (org.). *Tensões e objetos da pesquisa em comunicação*. Porto Alegre, Sulina, 2002, p. 78

*transformação da pergunta para ser histórica. O que transforma é o não-respondido e não o respondido”.*¹⁹

¹⁹ MELLO, Maria T. Negrão. Santa Maria, Pinta e Nina: a redescoberta dos Caribes em espaços discursivos brasileiros. IN: ALMEIDA, Jaime de et alii. *Cenários caribenhos*. Brasília, Paralelo 15, 2003, p. 31.

CORPUS DOCUMENTAL

1. Corpus principal:

Jornais impressos:

Correio Braziliense
Folha de S.Paulo
Gazeta Mercantil
Jornal do Brasil
O Estado de S. Paulo
O Globo

Revistas:

Caros Amigos
Época
Exame
Istoé
Veja

2. Corpus auxiliar

Documentos impressos:

Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação – Coordenação de Publicações. Brasília, 1987. Assembléia Nacional Constituinte – Repertório Biográfico dos Membros da Assembléia Nacional Constituinte 1987.

Guria Informações e Sistema. *Fernando Henrique – sucessão 94*. De 01 de junho a 20 de setembro de 1994

Instituto Teotônio Vilela. *Mãos à obra, Brasil*. Proposta de programa do candidato FHC 1994.

Partido dos Trabalhadores. *Avança Brasil*. Proposta de programa do candidato Lula da Silva 1994

Documentos eletrônicos:

TV Globo – Jornal Nacional, dias 29 e 30 de junho de 1994

www.datafolha.folha.uol.com.br:

Eleições 1994 – presidente da República

Eleições 1998 - presidente da República, governadores

Eleições 2002 – presidente da República, governadores

www.ifhc.org.br:

Fernando Henrique Cardoso – Biografia

www.fazenda.gov.br:

Plano de Ação Imediata (junho 1993) - Plano Real, item histórico.

Plano de Estabilização Econômica - Plano FHC 2 (dezembro 1993) - Plano Real, item histórico.

Exposição de motivos medida provisória da desindexação (junho 1995) - Plano Real –

Medidas Recentes

www.psd.gov.br:

Plano de governo FHC – 1999 -2002. Biblioteca – outras publicações

Lei de responsabilidade fiscal. Biblioteca – outras publicações

Avança Brasil. Ações federais 1995 – 2002

A era do Real – 1994 - 2002

www.ibge.gov.br:

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) – 2002.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 1993/2003.

Sistema Nacional de Índice de Preços ao Consumidor – IPCA - 1995 – 2002.

www.bcb.gov.br:

Intervenção, item supervisão e saneamento.

Relatório Anual – anos 1992 a 2003

www.sivam.gov.br

Projeto, informações, tecnologia

www.tse.gov.br.

Estatísticas das eleições 1994, 1998 e 2002. Presidente da República, governadores, senadores e deputados.

BIBLIOGRAFIA

- ABRIC, J.-C. O estudo experimental das representações sociais. IN: JODELET, Denise (org). *Representações sociais*. Rio de Janeiro, Uerj, 2001.
- ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- AGNÈS, Chauveau, TÉTAR, Phillippe. Questões para a História do Presente. IN: AGNÈS, Chauveau, TÉTAR, Phillippe (org.). *Questões para a História do Presente*. São Paulo, Edusc, 1999.
- ARRUDA, Maria A. do Nascimento. *Mitologia da mineiridade*. São Paulo, Brasiliense, 2000, 1ª reimpressão.
- BARBOSA, Marialva. Paradigmas de construção do campo comunicacional. IN: WEBER, Maria Helena, BENTZ, Ione, HOHLFEDT, Antônio (org.), *Tensões e objetos da pesquisa em comunicação*. Porto Alegre, Sulina, 2002.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política, Vols. 1 e 2*. Brasília, Editora UnB, L.G.E., 2004, 12ª edição.
- *Direita e Esquerda – razões e significados de uma distinção política*. São Paulo, Unesp, 2001, 2ª edição revista e ampliada.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa, Difel, 1989
- BRANCO, Uyguciara Velôso Castelo. *A construção do mito do meu filho doutor: fundamentos históricos do acesso ao ensino superior no Brasil*. João Pessoa, UFPB, Universitária, 2005.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. Campinas (SP), Unicamp, 2002, 8ª edição.
- BURKE, Peter. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro, Zahar, 1994.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *A arte da política. A história que vivi*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis (RJ), Vozes, 2002.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural – Entre práticas e representações*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil; Difel – Difusão Editorial, 1990.
- *A história hoje: dúvidas, desafios, propostas*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 1994, vol. 7, nº 13.
- *Cultura escrita, literatura e história*. Porto Alegre, Artmed, 2001.

- COLLING, Leandro. Mídia. IN: RUBIM, Antônio Albino Canelas (org). *Cultura e Atualidade*. Salvador, Edufba, 2005.
- CORRÊA, Villas-Bôas. *Conversa com a Memória*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2002.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. Ciências Humanas, São Paulo, 1979, 2ª edição.
- DEBRUN, Michel, *Conciliação e outras estratégias*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- DIMENSTEIN, Gilberto; SOUZA, Josias. *A História Real – trama de uma sucessão*. São Paulo, Ática; Folha de S.Paulo, 1994, 4ª edição.
- ECO, Umberto. *Lector in fabula*. São Paulo, Perspectiva, 1986.
- FAORO, Raymundo, *Os Donos do Poder*. São Paulo, Globo, 2001, 3ª edição, (em um volume).
- FAUSTO NETO, Antônio. *Comunicação e mídia impressa – Um estudo sobre a Aids*. São Paulo, Hacker Editores, 1999.
- A sentença dos media: o discurso antecipatório do impeachment de Collor. IN: FAUSTO NETO, Antônio; PORTO, Sérgio; BRAGA, José Luiz (orgs). *Brasil. Comunicação, cultura & política*. Rio de Janeiro, Diadorim, 1994.
- *Mortes e derrapagens. – os casos Corona e Cazusa no discurso da Comunicação de Massa*. Rio de Janeiro, Rio Fundo, 1991.
- FILHO, Ciro Marcondes. *Jornalismo fin-de-siècle*. São Paulo, Página Aberta, 1993, 1ª edição.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. São Paulo, Forense Universitária, 2004, 7ª edição.
- GHIGLIONE, Rodolphe. *Je vous ai compris*. Paris, Armand Colin, 1989.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002, 2ª edição.
- HAROCHE, C; HENRY, P; PÊCHEUX, M. La Sémantique et la Coupure saussurienne: langue, langage, discours. Langages, 1971. IN: PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso – uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas (SP), Unicamp, 1997, 3ª edição
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Cia das Letras, 26ª edição, 1995.
- JODELET, Denise (org). *Representações sociais*. Rio de Janeiro, Uerj, 2001, p. 17.
- LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEREDO, Rubens. *A era FHC – um balanço*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.
- LEFEBVRE, Henri. *La présence e l'absence*. Paris, Gasterman, 1980.
- LUFTI, Eulina Pacheco; SOCHACZEWSKI, Suzana; JAHNEL, Teresa Cabral. As Representações e o Possível. IN: MARTINS, José de Souza (org.) *Henri Lefebvre e O Retorno à Dialética*. São Paulo, Hucitec, 1996.

- MAFFESOLI, Michel. *Lógica da dominação*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- *Elogio da Razão Sensível*. Petrópolis (RJ), Vozes, 1998.
- MAINGUENEAU, D. *Genèses du discours*. Bruxelles, Mardaga, 1984.
- *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas (SP), Pontes; Unicamp, 1997, 3ª edição.
- MARRA, Teresinha Aparecida Mendes. *Sob o signo do populismo e do neoliberalismo: construções retóricas e configurações - Brasil e Argentina (1989-1992)*. Brasília, 2000. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade de Brasília.
- MELO, José Marques de. *Jornalismo opinativo – gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. Campos do Jordão (SP), Mantiqueira, 2003, 3ª edição revista e ampliada.
- MELLO, Maria T. Negrão. *O espetáculo dos moradores do símbolo - a mobilização por “diretas-já” da perspectiva de Brasília/1984*. Tese de Doutorado da Universidade de São Paulo – Escola de Comunicação e Artes, 1987.
- Clio, a musa da história e sua presença entre nós. IN: COSTA, Cléria Botelho (org). *Um passeio com Clio*. Brasília, Paralelo 15, 2002.
- Cascariguindum: cotidiano, cidadania e imaginário na obra de Adoniran Barbosa. IN: Menezes Albener Miriam (org.). *História em movimento: – temas e perguntas*. Brasília, Thesaurus, 1997.
- Santa Maria, Pinta e Nina: a redescoberta dos Caribes em espaços discursivos brasileiros. IN: ALMEIDA, Jaime de et alii. *Cenários caribenhos*. Brasília, Paralelo 15, 2003.
- Mobilização popular: um discurso. IN: SWAIN, Tânia Navarro (org.), *História no plural*. Brasília, UnB, 1993.
- MOSCA, Lineide do Lago Salvador. *Velhas e Novas Retóricas. Convergências e Desdobramentos*. IN: MOSCA, Lineide do Lago Salvador (org). *Retóricas de Ontem e de Hoje*. São Paulo, Humanitas – Publicações FFLCH/USP, 1997.
- MOSCOVICI, Serge. On social representations. IN: J.P. FOGRAS (ed.). *Social cognition: perspectives on everyday understanding*. London, Academic Press, 1981 (181).
- *Representações sociais*. Petrópolis (RJ), Vozes, 2003.
- NETO, Geneton Moraes. *Os segredos dos presidentes*. São Paulo, Globo, 2005, 1ª edição.
- ORLANDI, Eni P. *Análise do Discurso - princípios e procedimentos*. Campinas (SP), Pontes, 1999.
- *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. Campinas, Unicamp, 1992.

- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso – uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas (SP), Unicamp, 1997, 3ª edição.
- PESAVENTO, Sandra Jutahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. IN: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 1995, ANPUH, nº 29.
- PORTO, Sérgio. A esquerda esquecida de Fernando Henrique Cardoso: Um método. IN: MOUILLAUD, Maurice e PORTO, Sérgio Dayrel (org.). *O Jornal – da forma ao sentido*. Brasília, 1997, Paralelo 15.
- POSADA, Ana Maria. *La selección de la noticia: evidência de ideologias profesionales*. IN: *Revista Signo e Pensamiento*. Bogotá, Faculdade de Comunicação (Universidade Javeriana), nº 20, 1992.
- PRADO, Maria Clara R. M. *A real história do real*. Rio de Janeiro, Record, 2005.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *A arte da política – a história que vivi*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.
- RANGEL, Mary. *Bom Aluno - real ou ideal?* Petrópolis, Vozes, 1997.
- REVUZ, Jacqueline Authier. *Palavras Incertas: as não coincidências do dizer*. Campinas, Unicamp, 1998.
- SÁ, Celso Pereira. *Núcleo central das representações sociais*. Petrópolis, Vozes, 2002, 2ª edição.
- SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia: um gênero de fronteira entre a história e a literatura. IN: RAGO, Margareth; GIMENES, Renato Aloízio de Oliveira (org.). *Narrar o passado, repensar a história*. Campinas (SP), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (coleção idéias) 2000.
- THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade*. Petrópolis (RJ), Vozes, 2004, 6ª edição.
- TOLEDO, Roberto Pompeu de. *O presidente segundo o sociólogo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- TRAQUINA, Nelson Traquina. *As Notícias*. *Revista de Comunicação e Linguagem*, nº 8, Lisboa, 1988.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. Brasília, UnB, 1998, 4ª edição.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília/São Paulo, UnB – Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004, vol. 1.